Deutsche Bank

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Relatório Anual de 2014

Passion to Perform

Deutsche Bank

O Grupo num relance	2014	2013
Cotação da ação no fim do período[1]	24,99 euros	33,07 euros
Cotação máxima da ação[1]	38,15 euros	36,94 euros
Cotação mínima da ação[1]	22,66 euros	28,05 euros
Resultados por ação básicos[2]	1,34 euros	0,64 euros
Resultados por ação diluídos[2]	1,31 euros	0,62 euros
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas[2]	1 242	1 045
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas[2]	1 269	1 073
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (antes de impostos)	5,0%	2,6%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	5,1%	2,6%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	2,7%	1,2%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos),	2,7%	1,2%
Rácio custo/rendimento[3]	86,7%	89,0%
Rácio da componente remuneratória[4]	39,2%	38,6%
Rácio da componente não remuneratória[5]	47,5%	50,3%

em milhões de euros	2014	2013
Total de receitas líquidas	31 949	31 915
Provisão para perdas de crédito	1 134	2 065
Despesas totais (excluindo juros)	27 699	28 394
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	3 116	1 456
Resultado líquido	1 691	681

em mil milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Total do ativo	1 709	1 611
Total do capital acionista	68,4	54,7
Valor contabilístico por ação básica em circulação	49,32 euros	50,80 euros[2]
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	38,53 euros	37,87 euros[2]
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV)[6]	15,2%	12,8%
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[6]	11,7%	12,8%
Rácio de capital Tier 1 (CRR/CRD IV)[6]	16,1%	16,9%
Rácio de capital Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[6]	12,9%	16,9%

Número	31.12.2014	31.12.2013
Agências	2 814	2 907
das quais, na Alemanha	1 845	1 924
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	98 138	98 254
das quais, na Alemanha	45 392	46 377

Notação de risco de longo prazo	31.12.2014	31.12.2013
Moody's Investors Service	A3	A2
Standard & Poor's	A	A
Notações de risco da Fitch	A+	A+

[1] Para refletir o aumento de capital de 2014, o histórico dos preços das ações até, e incluindo, 5 de junho de 2014 (último dia de negociação com direitos) foram ajustados com efeito retroativo por multiplicação com o fator de correção de 0,9538 (Fator-R).

[2] Todos os períodos foram ajustados para refletir o efeito da componente de bónus dos direitos de subscrição emitidos em junho de 2014 em relação ao aumento de capital.

[3] Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

[4] Remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

[5] Gastos operacionais (excl. juros) da componente não remuneratória definidos como despesas totais (excluindo juros) menos remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

[6] Os valores apresentados para 2014 baseiam-se nas regras transitórias (CRR/CRD IV) e na aplicação integral (CRR/CRD IV *fully-loaded*) do quadro CRR/CRD IV. Os números apresentados para 2013 têm por base as regras do quadro "Basileia 2.5". Os rácios de capital são a relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco. Os itens transitórios de 2013 nos termos da anterior Secção 64h (3) da lei bancária alemã estão excluídos.

A ação do Deutsche Bank

Informações sobre a ação do Deutsche Bank

2014	
Variação da rentabilidade total[1]	(22,46%)
Quota-parte na negociação de ações (Xetra)	9,27%
Volume médio diário de negociação[1]	8,2 milhões de ações
Cotação máxima da ação	38,15 euros
Cotação mínima da ação	22,66 euros
Dividendo por ação	0,75 euros[2]

Em 31 de dezembro de 2014	
Ações emitidas	1 379 273 131
Ações em circulação	1 379 012 949
Capital social	3.530.939.215,36 €
Capitalização bolsista	34,46 mil milhões de euros
Cotação da ação[3]	24,99 euros
Ponderação no índice DAX	3,58%
Ponderação no índice Euro STOXX 50	1,43%

Códigos de identificação dos valores mobiliários

Deutsche Börse (Bolsa Alemã)		New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque)	
Tipo de emissão	Ação nominativa	Tipo de emissão	Ação nominativa, registada em vários mercados
Símbolo	DBK	Moeda	USD
WKN (Número de Identificação de Segurança Alemão)	514000	Símbolo	DB
ISIN	DE0005140008	CINS	D 18190898
Reuters	DBKGn.DE	Bloomberg	DBK GR

[1] Cotação da ação com base no sistema Xetra
[2] Proposta para a Assembleia-Geral Anual em 21 de maio de 2015
[3] Xetra – cotação de fecho

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

2014 foi um ano de desafios. Num ambiente de taxas de juro reduzidas, de maiores riscos geopolíticos e de regulamentações mais rigorosas, o Deutsche Bank demonstrou os seus pontos fortes.

Todas as quatro divisões principais apresentaram um desempenho sólido nos seus mercados. O Deutsche Bank é o banco privado número um para clientes particulares e comerciais na Alemanha e um líder na Europa. O negócio no setor da banca de investimento do Deutsche Bank foi bem-sucedido e conseguiu ganhar quota de mercado. Como um dos prestadores mais reconhecidos do mercado na divisão de Global Transaction Banking, o banco conseguiu aumentar os seus volumes de negócio. A divisão Asset and Wealth Management tem agora mais de 1 bilião de euros em ativos sob gestão.

O Deutsche Bank percorreu um longo percurso desde 2012: É hoje uma instituição mais forte, mais segura, mais equilibrada e mais responsável.

Debatemos o nosso tema anual "Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança" com o nosso cliente Jonathan Mariner, Diretor de Investimentos, Major League Baseball, Nova Iorque (páginas 16/17); com o nosso investidor Kamya Somasundaram, Vice-presidente, Global Capital Markets, European Investment Grade, BlackRock, Londres (páginas 32/33); com os nossos clientes Maria Luisa Cosso, Pinerolo (páginas 40/41); com Huashan Xu, Diretor Financeiro e Diretor, China Hainan Rubber Industry Group Co., Ltd., Haikou (páginas 52/53); com o nosso colega Gülabatin Sun, Diretor Global de Diversidade e Inclusão, Deutsche Bank AG, Frankfurt am Main (páginas 64/65); com os nossos clientes Steve Weiner, Tesoureiro do Grupo, Unilever, Londres (páginas 72/73) e com Héctor M. Camacho, Diretor Financeiro, North American Development Bank (NADB), San Antonio (páginas 78/79).

02 Entrevista com os Presidentes do Conselho de Administração
08 Comissão Executiva do Grupo
11 Mensagem do Conselho de Fiscalização
14 Conselho de Fiscalização

1 Grupo Deutsche Bank

19 Estratégia
Conquistas significativas, os desafios mantêm-se

25 Governação e controlo
Eficaz, sólido, abrangente

29 Cultura
Viver os nossos valores e convicções

2 Investir no Deutsche Bank

35 Investir no Deutsche Bank
Um ano difícil para a cotação das ações

39 Factos e números
Mais capital social na Alemanha

3 Clientes

43 Corporate Banking & Securities
A construir o caminho para um desempenho sustentável

47 Private & Business Clients
Raízes profundas no mercado nacional

51 Global Transaction Banking
Aproveitar oportunidades em regiões em crescimento

57 Deutsche Asset & Wealth Management
Forte crescimento de novos ativos e transformação contínua

61 Non-Core Operations Unit
Elemento fundamental da Estratégia 2015+ para reduzir o risco e reforçar o capital

63 Factos e números
Desempenho notável para os clientes mais exigentes

4 Colaboradores

67 Colaboradores
Os melhores talentos no sítio certo

71 Factos e números
Grande diversidade, presença global

5 Responsabilidade corporativa

75 Responsabilidade Corporativa
Normas em matéria de riscos ambientais e sociais reforçadas nos negócios essenciais

77 Factos e números
Explorar oportunidades, gerir riscos

6 Demonstrações financeiras consolidadas/Excertos

81 Demonstração de resultados
82 Balanço
83 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

84 Impressão/Publicações

Entrevista com os Presidentes do Conselho de Administração

»O Deutsche Bank é agora um banco mais forte, mais seguro, mais equilibrado e mais responsável.«

3,1

mil milhões de euros

Os rendimentos antes de impostos sobre o rendimento mais do que duplicaram em comparação com 2013

Para o setor da banca, que tipo de ano foi 2014?
Fitschen: — 2014 foi um ano de desafios para a banca e para o Deutsche Bank. Ao nível da economia global, continuámos a ver um "mundo a três velocidades": as principais economias asiáticas cresceram bastante e a economia dos E.U.A. começou a recuperar de forma rápida, cenários que contrastaram com o fraco crescimento na área do euro. As taxas de juro permaneceram em mínimos históricos, e a regulamentação do nosso setor intensificou-se, nomeadamente no que diz respeito ao capital e à alavancagem. Os bancos de todo o mundo mantiveram os seus esforços no sentido de solucionarem questões de litígio, tendo os custos associados a esses esforços atingido níveis sem precedentes. Além disso, o ano de 2014 assistiu ao nascimento de incertezas geopolíticas, como foi o caso dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente. Tais incertezas mantêm-se até hoje.

Face a este cenário, como foi o desempenho do Deutsche Bank em 2014?
Jain: — O desempenho financeiro melhorou significativamente apesar das difíceis condições descritas por Jürgen. Registaram-se receitas de 32 mil milhões de euros, essencialmente estáveis em comparação com 2013. Os lucros aumentaram significativamente: Os rendimentos antes de impostos sobre o rendimento aumentaram de 1,5 mil milhões de euros em 2013 para 3,1 mil milhões de euros, enquanto o resultado líquido subiu de 681 milhões de euros em 2013 para 1,7 mil milhões de euros. Esta evolução reflete o desempenho sólido dos nossos negócios essenciais, uma redução das provisões para perdas de crédito e menores encargos decorrentes de questões de contencioso.

O que caracterizou o desempenho dos negócios essenciais do Deutsche Bank?
Fitschen: — Em 2014, pela primeira vez, os nossos quatro negócios essenciais conseguiram lucros antes de impostos de mais de mil milhões de euros cada – um verdadeiro marco!

8,5 mil milhões de euros

mais capital próprio ordinário

Isso contribuiu para um bom equilíbrio de resultados entre os nossos negócios no setor da banca de investimento, Corporate Banking and Securities (CB&S) e os nossos outros negócios essenciais: Private & Business Clients (PBC), Global Transaction Banking (GTB) e Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM). Os lucros antes de impostos da CB&S resistiram às difíceis condições e reportaram 3,3 mil milhões de euros, enquanto as nossas outras principais áreas de negócio contribuíram com lucros antes de impostos no valor de 3,6 mil milhões de euros – um aumento de aproximadamente 50% desde 2012, o ano em que lançámos a Estratégia 2015+.

Ao nível das áreas de negócio individuais, o que possibilitou este desempenho?
Jain: —A CB&S obteve resultados superiores aos esperados, conquistando uma maior quota de mercado apesar da redução simultânea na alavancagem. A PBC teve um bom desempenho num contexto adverso: As receitas estiveram ao nível dos proveitos de 2013 apesar das reduzidas taxas de juro. Porém, a rentabilidade foi afetada pelos encargos decorrentes do reembolso de comissões de processamento de créditos e investimentos em plataformas. A GTB deparou-se com alguns desafios na Europa, mas recorreu ao seu alcance global para aumentar os volumes de negócios e as receitas nos principais mercados das Américas e da Ásia e Pacífico. Na Deutsche AWM, a nossa reestruturação intensiva começou a surtir efeito: Os lucros antes de impostos excederam os mil milhões de euros, enquanto os ativos sob gestão ultrapassaram 1 bilião de euros, em parte graças à entrada de capital novo líquido ao longo dos quatro trimestres consecutivos. Trata-se de uma evolução positiva perante as saídas registadas em anos anteriores, e um voto de confiança por parte dos nossos clientes.

O capital é um elemento-chave na estratégia do Deutsche Bank. Que progressos fizemos em 2014?
Fitschen: — Durante o exercício, apostámos de forma decisiva no capital: em junho, contávamos com 8,5 mil milhões de euros em capital próprio ordinário. No final de 2014, o nosso rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* era de 11,7% – um aumento face aos 9,7% verificados no início do ano, e este rácio praticamente duplicou desde o começo de 2012. Além disso, fizemos progressos no que diz respeito à redução da exposição de alavancagem, nomeadamente no quarto trimestre. Este facto ajudou-nos a melhorar o nosso rácio de alavancagem para 3,5% em finais de 2014. Conseguimos ainda 4,7 mil milhões de euros de capital Tier 1 adicional em duas tranches durante o exercício, que nos ajudaram a responder à procura saudável por parte dos investidores e nos aproximaram do cumprimento do nosso objetivo de 5 mil milhões de euros com mais de um ano de antecedência.

Em 2014, o Banco Central Europeu (BCE), na qualidade de novo regulador do setor bancário europeu, realizou uma avaliação completa a cerca de 130 bancos da área do euro. Como se saiu o Deutsche Bank?
Jain: — Este exercício foi uma dupla validação para o Deutsche Bank.
O teste de esforço do BCE mostrou que o Deutsche Bank possuía um dos maiores amortecedores de capital de entre os bancos da área do euro em cenários de esforço, mesmo antes de considerar o nosso aumento de capital em junho. Além disso, a análise da qualidade dos ativos confirmou a qualidade da base de ativos do banco.

A digitalização está a mudar a forma como interagimos com os bancos. Como está o Deutsche Bank a responder a esta realidade?
Fitschen: — Sem dúvida. Na PBC, por exemplo, queremos oferecer aos clientes individuais uma experiência multicanal sem barreiras que combina o atendimento das agências com o acesso *online*. Em 2014, anunciámos

»Estamos a intensificar a cooperação entre as nossas áreas de atividade de forma a apresentarmos um banco único aos nossos clientes.«

200 milhões de euros

investidos no processo de digitalização do banco

investimentos na ordem dos 200 milhões de euros para a digitalização da nossa plataforma do segmento de retalho. Queremos simplificar o acesso *online* aos nossos serviços por parte dos clientes, por exemplo, através de tecnologias inovadoras como o início de sessão através do reconhecimento de impressões digitais. No decurso deste ano, registámos aproximadamente mil milhões de inícios de sessão por parte de clientes que pretendiam aceder a informações ou realizar transações através de computadores, portáteis, *tablets* ou telemóveis – um aumento de quase 50% desde 2012.

O Deutsche Bank pretende colocar os clientes no centro da organização. De que forma pensam concretizar esse objetivo?
Jain: — De várias formas. Por exemplo, intensificando a cooperação entre as nossas áreas de atividade de forma a apresentarmos um banco único aos nossos clientes. Em 2014, a CB&S e a Deutsche AWM formaram uma parceria de Corporate Finance para servirem os clientes que têm em comum. A CB&S e a GTB anunciaram investimentos para melhorar a cobertura de grandes empresas multinacionais nos E.U.A. e fizeram progressos substanciais com esta cooperação ao longo do exercício. O trabalho de equipa entre a Deutsche AWM e a PBC no sentido de desenvolverem oportunidades de negócio levou à criação de cerca de 3.000 iniciativas de venda conjuntas, enquanto o nosso serviço dedicado do Mittelstand (Alemanha) atraiu tanto novos clientes como novos volumes de negócio no ano passado.

Referiu que a mudança cultural é crucial para recuperar a confiança no setor da banca. O Deutsche Bank contribuiu para esse esforço em 2014?
Fitschen: — Sem dúvida. Continuámos a investir para reforçar as nossas três linhas de defesa contra questões relacionadas com condutas e, desde que lançámos esta iniciativa, adicionámos cerca de 700 pessoas às unidades de controlo dos nossos negócios. Na CB&S, criámos um Grupo de Conduta e Controlo, e proporcionámos a cerca de 6.000 pessoas (aprox. 90% dos nossos colaboradores da CB&S) a oportunidade de participarem em *workshops* dedicados sobre a cultura

de risco e de conformidade. Na Alemanha, cerca de 400 diretores executivos (aproximadamente 90% do nosso total) assistiram a seminários de dois dias organizados em parceria com o Instituto de Colónia para a Investigação Económica. Realizámos mais de meio milhão de sessões de formação sobre a cultura de risco e de conformidade, mais de um terço do que em 2013. Fortalecemos a nossa estrutura de governo acrescentando responsabilidades específicas ao Conselho de Administração em matéria de litígios e de questões jurídicas, e elegendo novos membros para a nossa Comissão Executiva do Grupo com responsabilidades dedicadas à conformidade e aos assuntos regulamentares.

As mudanças culturais estão a alterar a forma como o Deutsche Bank trabalha?
Jain: — Claramente. Por exemplo, a CB&S restringiu a venda de produtos derivados complexos a segmentos de clientes específicos, e interrompeu totalmente a colaboração com alguns clientes onde foram detetados potenciais riscos reputacionais ou cuja atividade não se coadunava com os nossos valores. Além disso, procedemos à investigação de mais de 1.250 potenciais transações procurando possíveis riscos ambientais e sociais durante 2014 (quase o dobro do número reportado em 2013) e reafirmámos a nossa política clara no que diz respeito a potenciais transações que possam afetar os locais considerados Património Mundial pela UNESCO.

Falemos agora dos custos: Que progressos fizeram em 2014?
Fitschen: — O nosso programa de Excelência Operacional (OpEx) fez grandes progressos durante o ano, tendo proporcionado uma poupança de custos de 1,3 mil milhões de euros. No final de 2014, a poupança acumulada no âmbito da OpEx situou-se nos 3,3 mil mlhões de euros, cerca de 400 milhões mais do que o objetivo planificado para o final de 2014. Contudo, os custos subiram em algumas áreas específicas. Grande parte destes aumentos está relacionada com as mudanças nos regulamentos: ajuste do nosso conjunto de pagamentos e adaptação da nossa plataforma de forma a cumprir os novos regulamentos e os requisitos de relatos. Também continuámos a investir na nossa plataforma. Este aumento dos custos foi superior às poupanças da OpEx durante 2014. Não estamos satisfeitos com o nosso progresso ao nível dos custos, e estamos determinados a melhorar neste aspeto.

Que outros desafios enfrentaram durante o ano?
Jain: —O Deutsche Bank enfrentou vários desafios: uma economia frágil na área do euro, taxas de juro em níveis permanentemente baixos e mudanças nos regulamentos. As despesas de contencioso, embora mais baixas do que em 2013, continuaram a afetar consideravelmente a rentabilidade. A nossa divisão Non-Core Operations Unit (NCOU) reduziu com êxito os ativos não essenciais em cerca de 100 mil milhões de euros (ou 72%) desde a sua formação, mas estes continuam a afetar negativamente os nossos resultados. Devido ao peso de todos estes fatores, os retornos aos nossos investidores ainda não estão no nível onde deveriam estar.

1,3
mil milhões de euros

em poupança de custos em 2014 à luz do programa OpEx

»O Deutsche Bank enfrentou vários desafios: uma economia frágil na área do euro, taxas de juro em níveis permanentemente baixos e mudanças nos regulamentos.«

Aumentar estes retornos é uma prioridade para nós.

Em suma: Qual é a posição atual do Deutsche Bank?
Fitschen: — Estamos bem cientes de que ainda temos desafios pela frente, mas acreditamos que é importante olhar para trás e vera nossa evolução desde 2012. Quase que duplicámos o nosso rácio de capital *core*, reduzimos o nosso balanço em quase um quarto (ou mais de 500 mil milhões de euros), conseguimos um desempenho sólido nos nossos quatro negócios essenciais, investimos significativamente em infraestruturas, sistemas e controlos, e dedicámo-nos totalmente às mudanças culturais. Por outras palavras: O Deutsche Bank é hoje uma instituição mais forte, mais segura, mais equilibrada e mais responsável. Estamos gratos a todos os nossos colegas do Deutsche Bank pelo seu esforço neste caminho que percorremos juntos.

O que se segue?
Jain: — Estamos a trabalhar com empenho na fase seguinte da nossa estratégia. Estamos a fazer uma avaliação rigorosa do nosso progresso até ao momento – conquistas e desafios. Estamos igualmente a analisar o ambiente operacional e a tentar encontrar respostas para a seguinte pergunta: De que forma evoluiu a economia global, as taxas de juro, os regulamentos e as necessidades dos clientes desde 2012? Seguir-se-á uma avaliação das implicações desta análise tanto para os nossos negócios individuais como para a nossa plataforma no seu todo. Em breve, comunicaremos mais detalhes às nossas partes interessadas.

Frankfurt am Main, março de 2015

Comissão Executiva do Grupo

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

1 David Folkerts-Landau, *1949
Economista-Chefe

2 Sylvie Matherat, *1962
Diretora global de Governo e Assuntos regulamentares

3 Richard Walker, *1950
Consultor geral

4 Christian Sewing, *1970
Membro do Conselho de Administração desde 2015.
Diretor de Assuntos jurídicos, Grupo de gestão de incidentes e Auditoria do Grupo

5 Gunit Chadha, *1961
Codiretor-geral (Co-CEO) para a Ásia e Pacífico

6 Henry Ritchotte, *1963
Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Diretor de operações

7 Alan Cloete, *1962
Codiretor-geral (Co-CEO) para a Ásia e Pacífico

8 Rainer Neske, *1964
Membro do Conselho de Administração desde 2009.
Diretor da Private & Business Clients

9 Colin Fan, *1973
Codiretor da Corporate Banking & Securities e Diretor da Markets

10 Christian Ricken, *1966
Diretor de operações da Private & Business Clients

4–6–8–11–14–15–18–20
Membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG

11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

11 Stefan Krause, *1962
Membro do Conselho de Administração desde 2008.
Diretor financeiro e Diretor de Desenvolvimento organizacional e estratégia

12 Werner Steinmüller, *1954
Diretor da Global Transaction Banking

13 Michele Faissola, *1968
Diretor da Asset & Wealth Management

14 Jürgen Fitschen, *1948
Membro do Conselho de Administração desde 2009.
Copresidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo

15 Anshuman Jain, *1963
Membro do Conselho de Administração desde 2009.
Copresidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo

16 Jacques Brand, *1960
Diretor-geral (CEO) para a América do Norte

17 Colin Grassie, *1961
Diretor-geral (CEO) para o Reino Unido

18 Stuart Lewis, *1965
Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Diretor de Risco

19 Marcus Schenck, *1965
Diretor financeiro adjunto

20 Stephan Leithner, *1966
Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Diretor-geral (CEO) para a Europa (exceto Alemanha e Reino Unido), Recursos humanos, Conformidade, Governo e Assuntos regulamentares

21 Nadine Faruque, *1960
Diretora global de Conformidade

22 Fabrizio Campelli, *1973
Diretor de Estratégia do Grupo

Conselho de Fiscalização

Primeira fila, da esquerda para a direita:

Georg F. Thoma
Martina Klee
John Cryan
Dr. Paul Achleitner
Louise M. Parent
Alfred Herling
Katherine Garrett-Cox

Fila de trás, da esquerda para a direita:

Gabriele Platscher
Rudolf Stockem
Stephan Szukalski
Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
Dr. Johannes Teyssen
Dina Dublon
Timo Heider
Henriette Mark
Peter Löscher
Bernd Rose
Sabine Irrgang
Professor Dr. Henning Kagermann
Frank Bsirske

Caros Acionistas,

A nossa Assembleia-Geral deste ano terá lugar poucas semanas depois do 145.º aniversário da fundação do Deutsche Bank, a 10 de março de 1870. Mencionamos esta data, porque o banco está a enfrentar desafios semelhantes àqueles com que nos deparámos nessa época. Em 1876, Georg von Siemens, porta-voz do Deutsche Bank na altura, escreveu a seguinte missiva ao cofundador, Adelbert Delbrück:

"O objetivo do Deutsche Bank sempre foi desafiante desde o momento da sua criação. Esta meta pressupunha a criação de um negócio em Berlim que não era popular à época. Nesta iniciativa, não contávamos com a colaboração dos nossos caros colegas de negócio, e foram poucos aqueles que puderam brindar-nos com a sua ajuda. A única forma de obter o crédito de que necessitávamos no estrangeiro era através de uma avultada soma de capital…"
(Fonte: Karl Helfferich, 1923: Georg von Siemens, Ein Lebensbild aus Deutschlands großer Zeit.)

Tal como atesta este excerto da biografia de Siemens por Karl Helfferich, à época, discutia-se não apenas a estratégia e o capital, mas também o conjunto de negócios do banco. Escrevemos esta carta numa altura em que os resultados da análise da estratégia do banco lançada em 2014 ainda não se encontram disponíveis. Contudo, não será difícil prever que tais dados poderão originar importantes discussões dependendo das várias perspetivas. O mesmo acontecia em tempos passados, aquando da fundação do banco. Faz parte da natureza de um empreendedor contrariar as opiniões convencionais. O importante é que a Administração estabeleça a sua estratégia com base numa profunda reflexão sobre as tradições, os pontos fortes e os pontos fracos da empresa, bem como numa análise do contexto comercial atual e futuro, e que, a partir daí, siga o seu caminho com determinação. Sem uma implementação assente em disciplina, nem a melhor das estratégias será bem-sucedida. O Conselho de Fiscalização continuará a apoiar o desenvolvimento estratégico do banco, facultando o seu parecer e monitorizando a implementação dos planos de forma cuidadosa. Resumo do ano em revista:

Primeiro trimestre de 2014: Nos primeiros três meses do exercício, o Conselho de Fiscalização e os seus comités realizaram 21 reuniões. Abordámos as demonstrações financeiras do ano 2013, os dividendos propostos e o planeamento corporativo em curso. Especificamente, demos especial enfoque à disputa jurídica com o Grupo Kirch, caso que continuamos a acompanhar ainda hoje. De referir ainda outros litígios e investigações regulamentares, por exemplo, relativos a taxas interbancárias, negociações cambiais e comércio de certificados de emissão de CO_2 que foram considerados tão importantes que decidimos segui-los mais de perto através do Conselho de Fiscalização, particularmente pelo Comité de Integridade, criado em 2013. Tendo em conta os potenciais riscos políticos e económicos para o banco, procedemos a uma análise profunda dos riscos geopolíticos emergentes na Ucrânia e na Rússia.

Segundo trimestre de 2014: Durante o segundo trimestre, tiveram lugar doze reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités, para além da

Assembleia-Geral do banco. O Conselho de Fiscalização dedicou especial atenção a este período devido ao bem-sucedido aumento de capital e à emissão de capital Tier 1 adicional. Outro ponto central das nossas discussões com o Conselho de Administração prendeu-se com o reforço das funções de controlo, nomeadamente através de dois projetos: Três linhas de defesa e Casa de governação. Recebemos regularmente relatórios do progresso destes projetos.

A Assembleia-Geral de maio aprovou a proposta de definição do rácio da componente de remuneração fixa e variável de 1:2 para membros do Conselho de Administração e para colaboradores do banco, de acordo com o disposto na Diretiva europeia sobre os requisitos de capital IV. Ajustámos os contratos do Conselho de Administração e assegurámo-nos de que os princípios necessários eram implementados em todo o banco. Foram debatidos os riscos operacionais e os desafios colocados por um potencial cenário de taxas de juro negativas, bem como o progresso na melhoria do sistema regulamentar e de relato financeiro do banco.

Em substituição de Suzanne Labarge, que deixou o Conselho de Fiscalização a 30 de junho de 2014, ganhámos uma sucessora igualmente qualificada, Louise Parent, que assumiu funções a 1 de julho de 2014. Louise Parent será candidata nas eleições da Assembleia-Geral, em maio de 2015. É já claro que, sobretudo pela sua vasta experiência, é uma mais-valia para o Conselho de Fiscalização.

Terceiro trimestre de 2014: Nos meses de verão, realizaram-se doze reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités, bem como um *workshop* de estratégia com o Conselho de Administração, os diretores das divisões de negócio e o Conselho de Fiscalização. Isso serviu de base para um amplo debate lançado pelo Conselho de Administração no quarto trimestre sobre um maior desenvolvimento da Estratégia 2015+. Além disso, também tiveram lugar debates regulares neste contexto sobre o plano de sucessão do Conselho de Administração. Os pontos fulcrais foram a promoção ativa da representação feminina em cargos de Direção sénior, bem como a diversidade generalizada entre os recursos humanos da empresa.

Durante este trimestre, o Conselho de Fiscalização analisou a sua própria eficácia e a cooperação com o Conselho de Administração através de medidas que incluíram debates de grupo e diálogos individuais profundos com os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Foi esta a base para o relatório sobre a avaliação de acordo com os novos requisitos da Secção 25d (11) da lei bancária alemã.

Além de diversas alterações de menor dimensão, uma das medidas que implementámos para aumentar a eficácia do Conselho de Fiscalização foi a eleição de Dina Dublon para Presidente do Comité de Risco, o que motivou uma maior distribuição de funções. Durante o terceiro trimestre, também nos centrámos em questões relacionadas com a segurança na área de TI e nos requisitos regulamentares para o comércio eletrónico.

Quarto trimestre de 2014: Nas 17 reuniões que tiveram lugar no quarto trimestre do exercício, destacaram-se dois momentos. O primeiro foi a expansão do Conselho de

Administração através da nomeação de Christian Sewing e do Dr. Marcus Schenck. A partir de 1 de janeiro de 2015, Christian Sewing passou a ser responsável pelos Assuntos jurídicos e pela Auditoria do Grupo no Conselho de Administração. Após a Assembleia-Geral, Marcus Schenck passará a ser responsável pelo setor financeiro no Conselho de Administração. Temos a certeza de que o Conselho de Administração do banco ganhou dois notáveis gestores. Este realinhamento das responsabilidades do Conselho de Administração dota o banco de mais talento e permite uma maior concentração no trabalho daquele organismo. Acreditamos veementemente que o Conselho de Administração está agora mais bem preparado para ultrapassar eventuais desafios e atuar segundo os interesses do banco, dos colaboradores e dos acionistas.

O segundo ponto central do nosso trabalho no quarto trimestre foi a tão aguardada análise da qualidade dos ativos por parte do Banco Central Europeu, e o teste de esforço pela Autoridade Bancária Europeia. Os resultados conseguidos pelo banco foram excecionais e, em alguns aspetos, excederam até as expetativas de forma significativa. Para o Comité de Auditoria, a decisão de aceitar a publicação dos resultados foi simples, pois consideramos que estes vêm confirmar o sólido desempenho nesta área ao longo dos últimos anos.

Em novembro, o Banco Central Europeu assumiu o papel de principal regulador do Deutsche Bank. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização farão tudo o que estiver ao seu alcance para corresponderem às elevadas expetativas do novo regulador do banco. De acordo com as principais disposições da lei bancária alemã e do regulamento sobre remuneração em instituições financeiras, analisámos atentamente os planos de remunerações de 2014 e a implementação de sistemas de avaliação de desempenho consistente, e verificámos se estas estratégias estavam alinhadas com a capacidade de risco do banco.

Outras informações

Relatório Financeiro de 2014
Relatório do Conselho de Fiscalização, páginas 483 e seguintes.

Por último, gostaríamos de agradecer a todos os nossos colegas pelo trabalho árduo do Conselho de Fiscalização. E o nosso agradecimento especial pelos progressos alcançados destina-se, naturalmente e antes de mais, aos colaboradores do banco e ao Conselho de Administração. Continuaremos a fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para merecermos a confiança depositada em nós. Tal como em 1870, ainda há muito por fazer, e todos nós somos chamados a contribuir para o êxito sustentável do Deutsche Bank.

Em nome do Conselho de Fiscalização,

Dr. Paul Achleitner
Presidente

Alfred Herling
Vice-Presidente

Frankfurt am Main, março de 2015

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
Presidente
Munique

Alfred Herling*
Vice-Presidente
Deutsche Bank AG,
Wuppertal

Frank Bsirske*
Presidente do sindicato
ver.di – Vereinte
Dienstleistungsgewerkschaft,
Berlim

John Cryan
Presidente para a Europa,
Diretor para a África,
Diretor da Portfolio Strategy,
Diretor da Credit Portfolio
Temasek International Pte Ltd.,
(até 31 de julho de 2014),
Londres

Dina Dublon
Nova Iorque

Katherine Garrett-Cox
Diretora-geral da
Alliance Trust Plc,
Brechin, Angus

Timo Heider*
BHW Bausparkasse Zentrale,
Emmenthal

Sabine Irrgang*
Deutsche Bank AG,
Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann
Presidente da acatech – Academia
Alemã de Ciência e Engenharia,
Königs Wusterhausen

Martina Klee*
Deutsche Bank AG,
Frankfurt am Main

Suzanne Labarge
até 30 de junho de 2014
Oakville

Peter Löscher
Diretor-geral (CEO) da
Renova Management AG,
Munique

Henriette Mark*
Deutsche Bank AG,
Munique

Louise M. Parent
desde 1 de julho de 2014
Consultora, Cleary Gottlieb
Steen & Hamilton LLP,
Nova Iorque

Gabriele Platscher*
Deutsche Bank Privat- und
Geschäftskunden AG,
Braunschweig

Bernd Rose*
Presidente da Comissão Geral de
Trabalhadores da Postbank Filialvertrieb AG
e Postbank Filial GmbH,
Menden

Rudolf Stockem*
Secretário sindical da ver.di –
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft,
Aachen

Stephan Szukalski*
Deutsche Postbank AG,
Frankfurt am Main

Dr. Johannes Teyssen
Presidente do
Conselho de Administração da E.ON SE,
Düsseldorf

Georg F. Thoma
Consultor, Shearman & Sterling LLP,
(Sócio desde 31 de dezembro de 2014),
Neuss

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
Essen

* Eleito pelos colaboradores na Alemanha

Comités

Comité do Presidente
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Frank Bsirske*
— Alfred Herling*
— Prof. Dr. Henning Kagermann

Comité de Mediação
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Alfred Herling*
— Prof. Dr. Henning Kagermann
— Stephan Szukalski*

Comité de Auditoria
— John Cryan
Presidente
— Dr. Paul Achleitner
— Henriette Mark*
— Gabriele Platscher*
— Bernd Rose*
— Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Comité de Risco
— Dina Dublon
Presidente desde 28 de janeiro de 2015
— Dr. Paul Achleitner
Presidente até 28 de janeiro de 2015
— John Cryan
— Suzanne Labarge
até 30 de junho de 2014
— Louise M. Parent
desde 1 de julho de 2014
— Rudolf Stockem*

Comité de Nomeações
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Frank Bsirske*
— Alfred Herling*
— Prof. Dr. Henning Kagermann
— Dr. Johannes Teyssen

Comité de Integridade
— Georg F. Thoma
Presidente
— Dr. Paul Achleitner
— Timo Heider*
— Sabine Irrgang*
— Martina Klee*
— Peter Löscher

Comité de Controlo de Remunerações
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Frank Bsirske*
— Alfred Herling*
— Prof. Dr. Henning Kagermann

* Eleito pelos colaboradores na Alemanha

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Jonathan Mariner, Nova Iorque
Diretor de Investimentos,
Major League Baseball

»O alcance global do Deutsche Bank, combinado com o acesso aos líderes das principais áreas de negócio e a ideias únicas no nosso setor, fez desta instituição um precioso parceiro de negócios.«

Em 2001, o Deutsche Bank adquiriu o 60 Wall Street e continua a ser, ainda hoje, o único banco global com uma sede norte-americana em Wall Street, motivo de grande orgulho para o banco alemão.

1

Grupo Deutsche Bank

19 Estratégia
Conquistas significativas, os desafios mantêm-se

25 Governo e controlo
Eficaz, sólido, abrangente

29 Cultura
Viver os nossos valores e convicções

Em 2014, o Deutsche Bank fez progressos significativos ao nível da Estratégia 2015+, conseguiu um conjunto equilibrado de receitas nas suas divisões, aumentou a eficiência operacional e apostou na mudança cultural.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Estratégia
Conquistas significativas, os desafios mantêm-se

Em suma

- No bom caminho no terceiro ano da Estratégia 2015+
- O Deutsche Bank é agora um banco mais forte e mais estável
- Os custos continuam a ser a principal prioridade

O Deutsche Bank é um dos principais bancos a nível global, com áreas de negócio que abrangem uma vasta gama de produtos e serviços no domínio da banca de investimento, empresarial e retalhista, bem como da gestão de ativos e património. O Deutsche Bank ocupa uma posição de liderança entre os bancos privados no seu mercado nacional (Alemanha) e desfruta de um posicionamento de destaque na Europa. Além disso, tem uma forte presença competitiva na América do Norte, bem como nos principais mercados emergentes, particularmente na Ásia.

Divisões corporativas

2014 foi o terceiro ano de implementação da Estratégia 2015+, o programa estratégico do Deutsche Bank lançado em 2012. O banco conseguiu progressos significativos ao nível de vários objetivos estratégicos em 2014, dos quais se destaca o fortalecimento do capital. Em 2014, o enfoque do Deutsche Bank continuou a ser consolidar a sua plataforma global única e o posicionamento no mercado nacional, alavancar o desempenho integrado do modelo bancário completo, criar solidez do capital, alcançar excelência operacional e eficiência de custos, bem como colocar o banco na vanguarda da mudança cultural do setor bancário. Em 2014, o Deutsche Bank reforçou o seu compromisso para com um modelo bancário completo, para com o mercado nacional e para com a presença global. Apesar dos desafios ainda existentes em várias áreas, 2014 assistiu a progressos nos cinco elementos da Estratégia 2015+ do Deutsche Bank:

5.000

novos clientes comerciais

Clientes. O Deutsche Bank continuou a aproximar a sua organização dos clientes. Durante o ano em análise, o banco iniciou parcerias comerciais com aproximadamente 5.000 novos clientes empresariais através de uma plataforma exclusiva para empresas de média dimensão na Alemanha, lançada em 2013. Em termos de novas iniciativas, foi feito um compromisso em maio de 2014 no sentido de investir 200 milhões de euros em serviços digitais para clientes do setor retalhista com o objetivo de proporcionar uma experiência sem barreiras tanto a nível das agências como do acesso online. Também a iniciativa interdivisões, que englobou a Corporate Banking & Securities e a Global Transaction Banking, com o intuito de prestar um melhor serviço a empresas multinacionais nos E.U.A., ajudou o banco a obter 66 novos mandatos de clientes em 2014. De uma forma geral, o banco reformulou a sua cobertura de clientes, aprofundou o envolvimento interdivisões com clientes-chave e implementou novos indicadores para melhorar a avaliação da satisfação do cliente.

Competências. A estratégia do Deutsche Bank, baseada na solidez das suas áreas de negócio, permitiu ao banco obter um desempenho financeiro mais forte e mais equilibrado em 2014. Os resultados antes de impostos sobre o rendimento do banco subiu para 3,1 mil milhões de euros (face aos 1,5 mil milhões de euros de 2013). Pela primeira vez, cada uma das nossas quatro divisões corporativas essenciais – Corporate Banking & Securities, Private & Business Clients, Global Transaction Banking e Deutsche Asset & Wealth Management – conseguiu mais de mil milhões de euros em lucros antes de impostos. Estes resultados foram alcançados apesar das condições adversas do mercado em 2014, caracterizado por taxas de juro em níveis permanentemente baixos. Uma vez que as previsões apontam para que o ambiente operacional se mantenha difícil em 2015, o banco continuará a focar-se na rentabilidade e no fortalecimento dos retornos dos acionistas no futuro.

Capital. O Deutsche Bank reforçou ainda mais os seus rácios de capital e de alavancagem no ano em análise através de um aumento de capital de 8,5 mil milhões de euros em junho, e da emissão de capital Tier 1 adicional no valor de 4,7 mil milhões de euros em junho e em novembro, o que motivou uma forte procura por parte dos investidores. Estas ações contribuíram para o aumento da segurança e da estabilidade do Deutsche Bank e do sistema financeiro no seu todo. O Deutsche Bank passou confortavelmente na avaliação abrangente do Banco Central Europeu realizada em 2014 e que incluiu uma análise da qualidade dos ativos e um teste de esforço. A avaliação veio reafirmar que a base de capital do Deutsche Bank é substancialmente superior aos requisitos regulamentares, mesmo sob severas condições de esforço no mercado, e destacou a qualidade da base de ativos do banco. De um modo geral, os rácios de capital e de alavancagem do banco foram reforçados de forma significativa desde o lançamento da Estratégia 2015+. O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) subiu para 9,7% no final de 2013, antes de atingir 11,7% numa base *fully loaded* (Diretiva sobre Requisitos de Capital IV, CRDIV) no final de 2014, muito acima da meta do banco de 10%. Em simultâneo, o Deutsche Bank reduziu significativamente a exposição da alavancagem, conseguindo um rácio de alavancagem de 3,5% no final de 2014 (com base nas regras revistas de CRDIV), tendo atingido o objetivo para o rácio de alavancagem proposto no âmbito da Estratégia 2015+. No futuro, à medida que os requisitos regulamentares em matéria de capital e alavancagem se tornarem mais rigorosos, o banco terá de estar preparado para obedecer às regras e às especificações finais.

Custos. O Deutsche Bank atingiu os objetivos definidos para o programa de Excelência Operacional (OpEx) em 2014. O programa OpEx visa aumentar a qualidade e a flexibilidade, reforçar o controlo e implementar uma cultura de eficiência de custos no banco. O objetivo do programa é investir 4 mil milhões de euros para conseguir uma poupança de custos anual de 4,5 mil milhões de euros em 2015. Dessa poupança de custos, 1,3 mil milhões de euros foram conseguidos em 2014. De uma forma geral, o programa permitiu poupanças cumulativas de 3,3 mil milhões de euros no final de 2014, valor que ultrapassa o objetivo de 2,9 mil milhões de euros. No entanto, o banco continua a enfrentar desafios, pois a redução dos custos ainda não proporcionou os resultados que o banco se propôs alcançar. A base de custos ajustada de 23,8 mil milhões de euros aumentou 2% em 2014, motivada em grande parte pelo aumento das despesas relacionadas com regulamentação de 1,3 mil milhões de euros. Cerca de 60% destes custos são decorrentes de projetos, ou permanentes no âmbito do cumprimento de requisitos regulamentares mais rigorosos. Além disso, o banco realizou investimentos no crescimento do negócio. Embora as despesas com litígios e ações de execução tenham diminuído em 2014, continuam a ser muito elevadas. Consequentemente, a disciplina ao nível dos custos continuará a ser a principal prioridade no futuro.

Cultura. O Deutsche Bank evoluiu e implementou de forma ainda mais visível a sua transformação cultural em 2014. O banco reconhece a necessidade de mudança cultural no setor financeiro e pretende estar na vanguarda desta mudança. A mudança cultural é também um pré-requisito para reconquistar a confiança do público no setor bancário. O Deutsche Bank salienta, acima de tudo, o valor da integridade e compromete-se com uma cultura que integra riscos e recompensas, que atrai e desenvolve pessoas talentosas, que promove o trabalho de equipa, que incentiva parcerias e que é sensível às necessidades da sociedade em que opera. Como parte da Estratégia 2015+, o banco lançou um completo programa de mudança cultural. No âmbito desse programa de mudança cultural, o banco realizou 100 reuniões com municípios e cerca de 4.700 *workshops* em 2014 que cobriram temas como a forma como o banco trabalha todos os dias, as análises do desempenho dos colaboradores e o sistema de remunerações.

Por forma a fortalecer ainda mais a capacidade do Deutsche Bank de cumprir as suas prioridades estratégicas e regulamentares num ambiente adverso, procedeu-se à alteração de algumas responsabilidades individuais no Conselho de Administração em novembro de 2014. Foi criado um novo mandato essencial centrado no desenvolvimento estratégico e organizacional, e o Deutsche Bank assistiu à reformulação da responsabilidade pela sua equipa jurídica.

71

Presente em 71 países em todo o mundo

Importantes polos regionais: Frankfurt am Main, Londres, Nova Iorque, São Paulo, Dubai, Singapura, Hong Kong

Estratégia 2015+

A Estratégia 2015+ reflete a dedicação do Deutsche Bank a um nível elevado de desempenho e à responsabilidade. Em 2014, o Deutsche Bank reforçou, uma vez mais, o seu compromisso para com um modelo bancário completo, para com o mercado nacional e para com a presença global. Há cinco elementos-chave para o sucesso da Estratégia 2015+:

Clientes

Os nossos clientes estão no centro de tudo aquilo que fazemos. Só se lhes proporcionarmos benefícios sustentáveis poderemos criar valores sustentáveis para os nossos acionistas. O nosso foco está no mercado nacional, Alemanha, na região da Ásia e Pacífico e nas Américas.

Competências

O nosso negócio tem por base os melhores recursos humanos, os melhores processos e melhorias consistentes. Prestamos assessoria de topo e serviços de primeira qualidade com total integridade e trabalho de equipa, incluindo uma estreita parceria entre todas as nossas divisões corporativas e funções centrais.

Capital

Estamos empenhados em fortalecer ainda mais os nossos rácios de capital, também reduzindo os ativos ponderados pelo risco, por forma a construir uma base de capital forte e uma alocação rigorosa do capital ajustada ao risco. Desta forma, contribuímos para tornar o sistema financeiro mais estável e seguro.

Custos

Esforçamo-nos por gerir de forma rigorosa os custos e promover ganhos de produtividade consistentes criando funções de destaque na infraestrutura, e eliminando a duplicação e a complexidade organizacional.

Cultura

Queremos estar na vanguarda da mudança cultural no nosso setor. Reconhecemos a necessidade de uma profunda mudança cultural que coloque a relação com o cliente e a integridade no centro de todas as nossas iniciativas. A criação de incentivos para um desempenho sustentável ajuda-nos a adotar uma cultura que reflete os valores da sociedade e beneficia todas as partes interessadas.

Perfil Societário

O Deutsche Bank é composto por cinco divisões corporativas: Corporate Banking & Securities (CB&S), Private & Business Clients (PBC), Global Transaction Banking (GTB), Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) e Non-Core Operations Unit (NCOU).

Corporate Banking & Securities

A CB&S é constituída pelas divisões de negócio Markets e Corporate Finance. A divisão de negócio Markets agrega a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e instrumentos titularizados.

A Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições, bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas regionais e setoriais asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes do banco.

Deutsche Asset & Wealth Management

Através da oferta de investimentos tradicionais ativos, passivos e alternativos em todas as principais classes de ativos, a Deutsche AWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a proteger e aumentar o seu património. A Deutsche AWM também fornece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de *private banking* para clientes individuais e a administradores de famílias com património de valor líquido elevado e ultraelevado.

Private & Business Clients

A PBC presta uma vasta gama de serviços bancários e outros serviços financeiros tanto a clientes individuais, empresários em nome individual, como a pequenas e médias empresas na Alemanha e a nível internacional. A gama de produtos da PBC inclui serviços de pagamento e de conta corrente, gestão de investimentos e planeamento de reformas, títulos, depósitos e empréstimos.

A PBC é um dos principais bancos de retalho no mercado nacional do Deutsche Bank, Alemanha, com uma franquia em Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Polónia e Índia. Na China, a PBC colabora em estreita parceria com o Hua Xia Bank, no qual detém uma participação de 19,99%, sendo,

Non-Core Operations Unit

A finalidade da NCOU é libertar capital, reduzir o balanço e proteger o valor para o acionista reduzindo os riscos dos ativos não estratégicos, passivos e das atividades de negócio. Garantir a transparência. bem como a gestão rigorosa de capital e de balanço são fatores essenciais para o êxito do Deutsche Bank num ambiente regulamentar em constante evolução.

Global Transaction Banking

A GTB fornece produtos e serviços bancários comerciais para empresas e instituições financeiras de todo o mundo, incluindo pagamentos nacionais e transfronteiriços, gestão do risco e financiamento de transações internacionais, bem como serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos.

Infraestrutura e Gestão regional

A área de infraestrutura engloba os departamentos de Finance (Finanças), Legal (Assuntos jurídicos), Compliance (Conformidade), Group Audit (Auditoria do Grupo), Risk (Risco), Communications (Comunicação), Corporate Social Responsibility & Public Affairs (Responsabilidade social corporativa e Assuntos públicos), Human Resources (Recursos humanos), Group Technology and Operations (Tecnologia e operações do Grupo), Group Strategy (Estratégia do Grupo),

As conquistas conseguidas pelo banco até à data e os desafios que atualmente enfrenta constituem o cenário para a próxima fase de desenvolvimento da estratégia do Deutsche Bank. A Administração está a conduzir uma rigorosa análise estratégica interna e externa e, em breve, irá apresentar os resultados ao público. Apesar dos desafios inerentes a um ambiente operacional difícil e a um aumento da regulamentação, a equipa de administração acredita que o Deutsche Bank irá surgir como um dos bancos universais globais fortes e com uma boa posição para aproveitar oportunidades futuras.

Enquanto a Administração realiza uma análise estratégica completa do Grupo, o Deutsche Bank irá continuar a trabalhar no sentido de atingir os objetivos atuais da Estratégia 2015+ até conseguir implementar totalmente as novas metas estratégicas. A perspetiva apresentada neste relatório baseia-se nos objetivos atuais e na evolução contínua no âmbito da Estratégia 2015+.

A nossa visão

Ambicionamos ser o principal banco universal do mundo centrado no cliente

Pôr os nossos clientes em primeiro lugar e construir uma rede global de negócios equilibrados, sustentados por capitais sólidos e por uma forte liquidez é a melhor forma de servir os nossos acionistas.

Prezamos as nossas raízes alemãs e continuamos empenhados na nossa presença global.

Comprometemo-nos com uma cultura que integra riscos e recompensas, atrai e desenvolve pessoas talentosas, promove o trabalho de equipa, incentiva parcerias e é sensível à sociedade em que operamos.

Governo e controlo
Eficaz, sólido, abrangente

Em suma

- Estruturas eficientes para decisões eficientes
- A Casa de governação assegura a transparência
- Maior controlo interno

Implementação das regras CRD IV

no sistema de remunerações

O Deutsche Bank atribui grande importância a um governo da sociedade eficaz orientado por elevados padrões internacionais. Em 2014, o banco reafirmou o seu forte compromisso para com uma gestão responsável e estruturas de controlo eficientes, através da iniciativa Casa de governação e do programa Três linhas de defesa.

Governo da sociedade: gestão responsável

O governo da sociedade do Deutsche Bank inclui cinco elementos-chave: tomada de decisões eficazes com base nas informações adequadas e estruturas eficientes, colaboração eficaz entre o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, boa relação com os acionistas e outras partes interessadas, um sistema de remunerações baseado no desempenho e a pensar na sustentabilidade e no futuro, bem como análises transparentes e atempadas. Para uma visão geral dos acionistas e dos órgãos de gestão do Deutsche Bank, consulte a página 27.

O enquadramento legal para o governo da sociedade do Deutsche Bank tem como principal base a lei alemã relativa às sociedades por ações, a lei bancária alemã e o código de governo das sociedades alemão. Como as ações do Deutsche Bank também estão admitidas à cotação na New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque) (NYSE), o banco está sujeito às leis em matéria de valores mobiliários dos E.U.A. aplicáveis, bem como às normas da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (Securities and Exchange Commission) e da Bolsa de Nova Iorque.

Remuneração. Durante o ano em análise, o banco ajustou o sistema de remunerações do Conselho de Administração. 2014 assistiu a mudanças na legislação europeia através da publicação da Diretiva sobre Requisitos de Capital IV (CRD IV), que veio restringir o rácio de remuneração fixa e variável para determinados colaboradores do setor bancário para 1:1. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral Anual aprovou a possibilidade legal de adotar um rácio de 1:2 para os membros do Conselho de Administração e o banco implementou esta norma sem aumentar a remuneração total. Desde 2013, o sistema de remunerações do Deutsche Bank tem como foco não apenas "aquilo" que os colaboradores fazem mas também a forma "como" atingem os objetivos. A remuneração variável continua a ser atribuída sobretudo numa base diferida e está sujeita a determinadas condições de perda de direitos. Pelo menos 50% do total da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração baseia-se em ações, pelo que reflete o desempenho a longo prazo do Deutsche Bank.

O sistema de remunerações para os membros do Conselho de Fiscalização está em consonância com os requisitos do código de governo das sociedades alemão. Para além da remuneração base, os membros recebem uma remuneração complementar anual fixa consoante as funções desempenhadas nos comités.

Outras informações

Relatório Financeiro de 2014
Relatório de Remuneração, páginas 257 e seguintes.

Relato. A publicação do Relatório 20-F e do Relatório financeiro, incluindo as Demonstrações financeiras consolidadas, e dos Relatórios intercalares mantém os acionistas e o público devidamente atualizados com regularidade. O relato financeiro do Grupo Deutsche Bank é preparado em conformidade com as Normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS). Estas normas, além de conferirem um nível elevado de transparência ao relato financeiro publicado, facilitam a comparação com os pares internacionais.

Em 29 de outubro de 2014, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização publicaram a Declaração de Conformidade anual nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Esta declaração refere que o Deutsche Bank AG atua em conformidade com as recomendações do Código de governo das sociedades alemão, nas versões de 13 de maio de 2013 e 24 de junho de 2014, com duas exceções. Uma das exceções está relacionada com o n.º5.3.3 do código e diz respeito à composição do Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização. A outra exceção diz respeito ao n.º4.2.3 (2), frase 6, que aborda os limites para os componentes específicos da remuneração variável. Com efeitos retroativos a partir de 1 de janeiro de 2014, o banco considera que cumpriu o requisito disposto no n.º4.2.3 (3). Assim, o Conselho de Fiscalização irá estabelecer o nível de pensão pretendido para planos de pensões e ter em consideração os encargos anuais e a longo prazo resultantes dos mesmos. A Declaração de Governo da Sociedade para 2014 e outros documentos sobre o governo da sociedade no Deutsche Bank AG estão disponíveis para consulta na Internet.

Outras informações
► www.db.com/corporate-governance

O Deutsche Bank procede a uma verificação contínua do respetivo sistema de governo da sociedade, à luz dos novos acontecimentos, dos requisitos legais e das normas nacionais e internacionais, introduzindo os ajustamentos necessários.

Distribuição mais clara das responsabilidades
Por forma a reforçar os mecanismos e as normas do governo da sociedade para a administração sénior em linha com os novos requisitos legais, com os valores e as convicções do banco e com as melhores práticas estabelecidas, o Conselho de Administração criou a Casa de governação no terceiro trimestre de 2013. Esta iniciativa vem melhorar e harmonizar as estruturas de governação do banco. Também vem aumentar a transparência da organização interna e das responsabilidades. A iniciativa Casa de governação é presidida pelo Diretor de Governação do banco e tem como foco o Conselho de Administração e os dois níveis hierárquicos seguintes, ou seja, a Direção do banco.

Esta iniciativa tem três objetivos: O primeiro é identificar os deveres do Conselho de Administração e a respetiva correta delegação em linha com os requisitos legais. O segundo objetivo é harmonizar e integrar as estruturas do comité do Deutsche Bank. Em terceiro lugar, a iniciativa visa documentar as estruturas de gestão e de tomada de decisões do Deutsche Bank por forma a aumentar a transparência e melhorar o sistema de controlo a longo prazo.

As obrigações regulamentares e legais do Conselho de Administração na Alemanha, Reino Unido, EUA, Hong Kong e Singapura foram documentadas e categorizadas. Foram definidos critérios claros para uma potencial delegação para os dois níveis hierárquicos seguintes, e foram estabelecidas e documentadas responsabilidades ao nível da hierarquia de reporte.

A harmonização das estruturas do comité baseia-se numa norma de governação uniforme. As estruturas foram analisadas e ajustadas de acordo com critérios como a base de autorização, a composição, as funções e as responsabilidades, bem como os processos de tomada de decisões e de encaminhamento. Os deveres, as responsabilidades ao nível da hierarquia de reporte e as funções desempenhadas nos comités vêm indicados na descrição dos cargos de Direção sénior. Graças à iniciativa Casa de governação, o banco está bem preparado para os novos requisitos regulamentares, conforme estipulados, por exemplo, no Reino Unido.

Governo da Sociedade

O sistema de governo interno da sociedade do Deutsche Bank constitui a base da gestão e controlo responsáveis do banco, com ênfase na criação de valor sustentável.

Acionistas

Os acionistas do Deutsche Bank são uma das principais partes interessadas. O banco pretende intensificar a relação com os seus acionistas, incentivando a sua participação nas Assembleias Gerais Anuais. Os acionistas participam em decisões de importância significativa para o banco, incluindo alterações aos Estatutos, a aplicação de resultados, a autorização para emitir novas ações e mudanças estruturais importantes. O Deutsche Bank possui apenas uma classe de ações, sendo que cada ação equivale a um direito de voto.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa, pela manutenção e pela melhoria da organização correta do Grupo Deutsche Bank, bem como pelo exercício do controlo. Os seus membros representam o banco ao público. O Conselho de Administração está obrigado a cumprir as disposições legais e regulamentares relevantes.

Desde 1de junho de 2012, Jürgen Fitschen e Anshu Jain foram nomeados Copresidentes do Conselho de Administração. O Copresidente representa o Conselho de Administração, dirige as reuniões do Conselho de Administração, tem um voto decisivo em caso de empate, e colabora na coordenação das atividades do Conselho de Administração.

O Copresidente lidera a Comissão Executiva do Grupo (CEG), constituída por todos os membros do Conselho de Administração e diretores sénior selecionados. A CEG tem um papel de assessoria e coordenação e prepara as decisões para o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração desempenha as principais funções de gestão central. Estas funções incluem a gestão estratégica, a organização correta do banco e do Grupo, determinadas decisões-chave relativas ao negócio e a nomeação dos membros da Direção sénior.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização supervisiona e aconselha o Conselho de Administração nas suas funções de gestão da atividade do Deutsche Bank. As grandes decisões que afetam o banco requerem a aprovação do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização nomeia os membros do Conselho de Administração e cria planos de sucessão para o Conselho de Administração. Também poderá especificar as obrigações de informação e de reporte do Conselho de Administração além do que é exigido por lei. O Conselho de Fiscalização procede a uma apreciação regular da eficiência do seu próprio trabalho. Em 2014, o Conselho de Fiscalização teve sete comités: o Comité do Presidente, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Nomeações, o Comité de Controlo de Remunerações, o Comité de Mediação e o Comité de Integridade.

No âmbito do exercício das suas funções, o Conselho de Fiscalização toma providências no sentido de assegurar que possui uma composição equilibrada em termos de membros e que, no conjunto, estes dispõem dos conhecimentos, aptidões e competências necessários. À luz das atividades globais do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização dispõe de um número adequado de membros com uma longa experiência internacional. Além disso, o Conselho de Fiscalização incentiva a diversidade no seio da empresa, especialmente quando procede à nomeação dos membros do Conselho de Administração e à elaboração de propostas para a eleição do Conselho de Fiscalização.

Reforçar o controlo

no programa Três linhas de defesa

Reforçar o controlo através das "Três linhas de defesa"

O programa Três linhas de defesa é parte integrante da agenda estratégica do Deutsche Bank. Foi iniciado no quarto trimestre de 2013 pelo Conselho de Administração num contexto de normas regulamentares mais rigorosas. O programa baseia-se naquilo que o banco aprendeu com falhas de controlo do passado e visa reforçar a capacidade de gestão do risco não financeiro e a cultura de conformidade do Deutsche Bank em todas as divisões e infraestruturas. Além disso, garante a consistência em todas as iniciativas de melhoria do controlo em vigor no banco.

O Deutsche Bank define as Três linhas de defesa da seguinte forma: A Primeira linha de defesa inclui todas as divisões corporativas e funções de infraestruturas selecionadas. As unidades da Primeira linha de defesa são, em última análise, responsáveis por todos os riscos e controlos dos seus processos comerciais. A Segunda linha de defesa engloba todas as funções de controlo, como Risk (Risco), Compliance (Conformidade), Legal (Assuntos jurídicos), Human Resources (Recursos humanos), Finance (Finanças) e Tax (Impostos). Estas unidades são responsáveis pela formulação do quadro de políticas do Deutsche Bank e avaliação independente do risco. Trata-se de unidades independentes da Primeira linha de defesa. A Terceira linha de defesa é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a eficácia dos processos de gestão do risco, controlo interno e governação.

Em 2014, foi feita uma análise sistemática às organizações de controlo e risco não financeiro e aos processos de apoio à gestão do Deutsche Bank. Os resultados conduziram às seguintes mudanças:

- O banco criou unidades de controlo dedicadas em cada uma das unidades da Primeira linha de defesa por forma a reforçar a responsabilidade da divisão pela gestão do seu contexto de controlo.
- As responsabilidades ao nível do risco e do controlo das funções de controlo das unidades da Segunda linha de defesa foram reformuladas no âmbito de um quadro comum de risco e controlo. Foram lançadas novas iniciativas para determinados riscos no sentido de reforçar o quadro de controlo do Deutsche Bank.
- A abordagem de avaliação do risco e do controlo foi reforçada no sentido da criação de um quadro integrado partilhado pelas três linhas de defesa por forma a assegurar a utilização das normas comuns.

Os principais temas para 2015 são um maior desenvolvimento da organização de controlo, a implementação da versão melhorada do quadro de avaliação do risco e do controlo, bem como o trabalho contínuo nas três linhas de defesa nomeadamente ao nível de melhorias específicas do controlo. Esta estratégia também inclui a implementação do modelo melhorado do programa Três linhas de defesa nas regiões.

Outras informações

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2014, páginas 19 e seguintes.

Cultura
Viver os nossos valores e convicções

Em suma

- Base para o sucesso a longo prazo
- Grandes progressos na mudança cultural
- Encorajar o diálogo e integrar a cultura nos processos comerciais e de recursos humanos

Ao definir a cultura como um dos cinco elementos da Estratégia 2015+, o Deutsche Bank enviou uma mensagem clara: uma cultura empresarial forte, com base em valores e convicções partilhados, é essencial para o sucesso a longo prazo do banco. Os valores e as convicções profundamente enraizados devem orientar a tomada de decisões e os comportamentos num contexto de mudanças constantes e ajudar o banco a escolher o caminho certo – para benefício dos clientes, acionistas, colaboradores e sociedade.

A mudança cultural no Deutsche Bank é um caminho de vários anos, baseado num forte empenho por parte da Direção sénior e orientações claras por parte dos cargos de liderança. Em 2014, o Deutsche Bank fez progressos significativos neste processo: Ao envolver os colaboradores num diálogo intenso e contínuo sobre a cultura e integrando os valores e as convicções nos processos que envolvem o negócio e as pessoas, o banco continuará a transformar palavras em ações. O objetivo é fazer com que os valores e as convicções se tornem parte integrante da forma como o Deutsche Bank opera no mercado.

Encorajar o diálogo entre colaboradores
Para familiarizar os colaboradores com os valores e com a sua tradução em termos práticos, o Deutsche Bank lançou uma campanha multicanal de comunicação interna. Os diretores sénior e outros representantes da mensagem cultural da empresa dão vida aos valores por toda a organização – através de exemplos, declarações espontâneas e perguntas desafiantes.

Por forma a tornar os valores e as convicções mais tangíveis, o banco organizou *workshops* dedicados ao tema.Em pequenos grupos, os participantes de todo o mundo debatem de que forma os valores estão relacionados com a visão do banco, o significado específico dos valores e das convicções nas transações comerciais, a relação com os clientes e os processos internos, e a forma como cada colaborador pode implementar os valores e trazer a mudança às suas áreas de trabalho.

400
Diretores executivos
na Alemanha assistiram ao seminário sobre a cultura

1.250 transações
organizado no âmbito do impacto ambiental ou social

6.000

colaboradores da CB&S participaram em *workshops* sobre a cultura de risco e de conformidade

700 colaboradores

Aumentar a capacidade de fiscalização do *front-office* para melhorar o controlo

Os resultados do inquérito aos recursos humanos de 2014 do Deutsche Bank vieram confirmar que, embora a maioria dos colaboradores compreenda o significado dos valores e das convicções, é preciso tornar mais visíveis as provas de uma mudança de comportamentos.

Integrar a mudança cultural no negócio

Para criar e manter um ambiente positivo que encoraje todos os colaboradores a agir da forma mais correta, os valores e as convicções foram e continuam a ser gradualmente integrados em todos os processos negociais e de recursos humanos do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank aumentou o escrutínio da seleção de clientes e das práticas comerciais à luz desses valores. O banco também reforçou o seu ambiente de controlo através da adoção de uma estrutura de governação forte na qual as divisões são ainda mais responsáveis pela gestão do risco ao abrigo do programa Três linhas de defesa. Consultar também a página 28 As divisões continuaram a reforçar o foco no cliente desenvolvendo novas avaliações de adequação cliente-produto e introduzindo internamente novos indicadores para clientes. O Deutsche Bank também lançou uma nova versão revista do Código de Conduta Empresarial e Código de Ética que orienta as interações entre os colaboradores e com partes interessadas externas.

Em 2013 e em 2014, os elementos-chave dos processos remuneratórios e de gestão do desempenho do banco passaram a estar alinhados com os valores e as convicções, passando a incluir a conduta pessoal como parte do desempenho. A adesão aos valores e convicções representa agora 50% da avaliação do desempenho pessoal. As regras para a remuneração dos membros do Conselho de Administração e os mecanismos de alocação de bónus no Grupo foram objeto de alterações e passaram a incluir indicadores-chave relacionados especificamente com os valores. Sempre que a gestão do desempenho e os incentivos falharem, uma nova abordagem global das ações disciplinares permitirá ao banco responder de forma adequada e gerir situações de conduta imprópria. Consultar também a página 67

O Deutsche Bank fez grandes progressos neste processo de mudança cultural, mas ainda há muito trabalho por fazer nos anos vindouros. As próximas etapas passarão por tornar os progressos na mudança cultural ainda mais tangíveis para cada uma das partes interessadas do banco – colaboradores, clientes, acionistas, reguladores e o público em geral – para manter o ritmo de evolução à medida que o banco avança no seu percurso.

Valores e convicções do Deutsche Bank

Os nossos valores e convicções orientam os nossos comportamentos. Ajudam-nos a exercer as atividades com o mais elevado nível de integridade, por forma a criar valor a longo prazo para os nossos acionistas e estimular os melhores talentos. Continuamos firmemente centrados em servir os nossos clientes de forma eficaz. Trabalhamos, ao mesmo tempo, no sentido de melhorar continuamente os nossos processos e promover a responsabilidade e a dinâmica empresarial.

Os nossos valores

Integridade	Desempenho Governo da sociedade	Foco no Cliente	Inovação	Disciplina	Parceria
As nossas crenças					
Vivemos segundo os mais altos padrões de integridade em tudo o que dizemos e fazemos	Criamos valor para os acionistas ao dar maior ênfase ao sucesso a longo prazo em vez dos ganhos a curto prazo	Ganhamos a confiança dos nossos clientes colocando-os no centro da nossa organização	Promovemos a inovação ao valorizar a curiosidade intelectual nas pessoas	Protegemos os recursos da empresa, ao pensar e agir sempre como proprietários da mesma	Criamos equipas diversas para gerar melhores ideias e tomar decisões mais equilibradas
Faremos o que está certo – não apenas o que é permitido	Incentivamos o espírito empreendedor que equilibra, de forma responsável, os riscos e os retornos	Proporcionamos valor real ao compreender e atender as necessidades dos nossos clientes da melhor forma possível	Garantimos o sucesso dos nossos clientes ao procurar continuamente soluções adequadas aos seus problemas	Adotamos as regras e somos esponsáveis por cumprir as nossas promessas – sem desculpas	Colocamos os objetivos comuns da empresa à frente da fidelização de cada secção, mediante a confiança, o respeito e o trabalho entre todos
Comunicamos abertamente; convidamos, proporcionamos e respeitamos as perspetivas desafiantes	Prosseguimos um desempenho de longa duração desenvolvendo, apoiando e investindo nos melhores talentos e gerindo com base no mérito	Esforçamo-nos por manter relações mutuamente benéficas com os clientes, nas quais o valor criado seja partilhado equitativamente	Melhoramos continuamente os nossos processos e plataformas ao englobar novas e melhores formas de fazer as coisas	Alcançamos a excelência operacional ao esforçarmo-nos por "acertar à primeira"	Agimos como parceiros responsáveis com todas as partes interessadas e entidades reguladoras e servimos os interesses mais amplos da sociedade

»Como cliente investidor, temos uma forte relação com o Deutsche Bank no âmbito dos mercados de capitais que dura há já vários anos e que se estende a várias áreas geográficas. Continuaremos certamente a colaborar em 2015.«

A presença do Deutsche Bank no Reino Unido remonta a 1873. Com quase 7.000 colaboradores sediados em Londres, o banco é hoje um dos maiores empregadores da cidade.

Alavancar os pontos fortes,enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Kamya Somasundaram, Londres
Vice-presidente, Global Capital Markets,
European Investment Grade, BlackRock

2

Investir no Deutsche Bank

35 Investir no Deutsche Bank
Um ano difícil para a cotação das ações

39 Factos e números
Mais capital social na Alemanha

A base de capital reforçada melhora a competitividade do Deutsche Bank, aumenta a sua flexibilidade estratégica e cumpre os mais exigentes requisitos regulamentares.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Investir no Deutsche Bank
Um ano difícil para a cotação das ações

Em suma

- Êxito no aumento de capital
- Os dois acionistas de grande dimensão da atualidade
- Forte apoio dos investidores em dívida

Os mercados de ações começaram 2014 com otimismo, graças às previsões de recuperação económica e às continuadas políticas de taxas de juro baixas dos principais bancos centrais. A quota do Deutsche Bank atingiu o seu máximo para o ano de 2014 em meados de janeiro com 38,15 euros, ajustada ao aumento de capital descrito abaixo. Durante o primeiro semestre do exercício, o sentimento do mercado continuou a melhorar e a maioria dos principais índices de ações globais ganhavam em bolsa, com o DAX a subir 2,9%. Em contraste com um entusiasmo generalizado nos mercados, o índice STOXX Europe 600 Banks fechou o primeiro semestre do ano a perder 1%. As ações do Deutsche Bank ficaram bastante abaixo do STOXX Europe 600 Banks, descendo 22,3% durante este período. Esta descida refletiu as preocupações de todo o setor e do Deutsche Bank em particular no que diz respeito aos regulamentos e aos litígios, bem como a um desempenho operacional inferior ao previsto.

2-1
Assembleia-Geral Anual: a participação aumentou

A segunda metade de 2014 assistiu ao aumento da volatilidade e a uma correção do índice DAX à medida que as tensões geopolíticas relacionadas com a crise na Ucrânia, dados de uma economia enfraquecida e a queda drástica dos preços do petróleo compensaram excessivamente o aumento do apetite dos investidores por ações devido ao contexto de taxas de juro baixas. No seu ponto mais baixo, em meados de outubro, o índice DAX tinha já descido 9% em 2014, mas recuperou bastante, terminando o exercício com mais 2,7% do que em 2013. Um contexto de mercado fundamentalmente enfraquecido e o clima de incerteza continuaram a afetar as ações do Deutsche Bank no segundo semestre do ano. Em meados de outubro, atingiu o seu mínimo do exercício, com 22,66 euros ou 31,5% abaixo dos valores registados no fim de 2013. As ações recuperaram ligeiramente no fecho do ano para 24,99 euros, menos 24,5% do que em 2013. Estes números são totalmente insatisfatórios para nós.

O êxito no aumento de capital fortalece a flexibilidade estratégica

No ano em revista, o setor financeiro enfrentou, uma vez mais, desafios significativos. O contexto regulamentar tornou-se mais rigoroso e os requisitos de financiamento de capital do banco alargaram-se ainda mais. Além disso, os custos significativos ao nível da regulamentação e da conformidade, bem como o atual clima adverso para as operações comerciais do banco refletiram-se na rentabilidade, tendo, consequentemente, restado uma margem muito reduzida para o crescimento orgânico do capital.

Por forma a salvaguardar o Deutsche Bank dos desafios ao financiamento de capital, a manter a flexibilidade e a fortalecer a competitividade desta instituição bancária, a administração do banco decidiu proceder a um aumento de capital em maio de 2014. O aumento de capital a partir de capital autorizado por contrapartida de numerário foi concluído com êxito a 25 de junho de 2014. As receitas brutas foram de 8,5 mil milhões de euros, e as ações ordinárias emitidas pelo banco aumentaram em 359,8 milhões de ações para 1.379,3 milhões de ações.
O aumento de capital consistiu em duas emissões. Excluindo os direitos de preferência, 59,9 milhões de ações com um valor de 1,75 mil milhões de euros foram colocadas na Paramount Services Holdings Ltd., um investidor-âncora. A Paramount Services Holdings

2 – 2
Capitalização bolsista
Em mil milhões de euros no final do exercício

Ltd. é uma empresa de investimentos detida e controlada por Sua Excelência o Xeique Hamad bin Jassim bin Jabor Al-Thani do Qatar. Foram ainda emitidas um total de 299,8 milhões de novas ações ordinárias nominativas, com o valor de 6,75 mil milhões de euros. O preço de subscrição era de 22,50 euros por ação. O aumento de capital conduziu a um fortalecimento do rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) do banco (com base no quadro de Basileia III *fully loaded*). O rácio situava-se nos 11,7% no final de 2014, face aos 9,7% do exercício anterior.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor um dividendo inalterado de 0,75 euros por ação à Assembleia-Geral Anual de 2015.

A capitalização bolsista baixou
A capitalização bolsista do Deutsche Bank no final de 2014, incluindo o aumento de capital, caiu para 34,5 mil milhões de euros, quase menos 0,9 mil milhões de euros do que no ano anterior.
Gráfico 2 – 2
O volume médio de ações do Deutsche Bank transacionadas na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra) cresceu 1,9 milhões para 8,1 milhões de ações, com um total de 58,6 mil milhões de ações do Deutsche Bank negociadas na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra) em 2014 (contagem única), mais 4,4 mil milhões do que no exercício anterior. Como resultado, o Deutsche Bank foi a quarta ação mais transacionada no índice DAX, tendo recuperado um lugar da quinta posição que ocupava em 2013. A ponderação das ações do Deutsche Bank no índice DAX foi de 3,6% (2013: 4,4%). O rácio de ações do Deutsche Bank na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra) aumentou em 2014 para 9,3% face aos 5,8% de 2013. Na New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque), onde as ações do Deutsche Bank estão cotadas desde 2001, o número médio de ações transacionadas subiu 23,7%.

Rentabilidade a longo prazo
A significativa baixa dos preços verificada em 2014 levou à redução da rentabilidade a longo prazo dos acionistas do Deutsche Bank. Um investidor que tivesse adquirido ações do Deutsche Bank por 10.000 euros no início de 2010, reinvestido dividendos e subscrito aumentos de capital sem injetar fundos adicionais, teria uma carteira no valor de 6.456 euros no final de 2014. Tal corresponde a uma perda anual média de 8,4% por ano. No caso do índice STOXX Europe 600 Banks, foi registada uma perda anual de 0,4% para o mesmo período. O DAX contabilizou uma subida de 10,5%.

Mais acionistas
As ações do Deutsche Bank permanecem em circulação quase na sua totalidade. Cerca de 99% dos acionistas do banco em 2014 eram investidores do segmento de retalho. No final de 2014, os investidores do segmento de retalho detinham 20% (2013: 21%) do capital social, enquanto os investidores institucionais detinham 80% do capital subscrito de 3.530.939.215,36 euros.

Desde o aumento de capital em junho de 2014, o Deutsche Bank possui dois acionistas de grande dimensão cujas participações se situam acima do limiar legal de 3%. O investidor-âncora, Paramount Services Holdings Ltd., detém um rácio de ações de 5,83%. A BlackRock Inc., Nova Iorque, detém 6,62% das ações.

No geral, o número de acionistas aumentou em 2014 para 599.320 (2013: 566.979). Esta evolução global está relacionada apenas em parte com o aumento de capital de julho. No final de maio, o número de acionistas já tinha subido para 571.226. De acordo com o registo de ações, a distribuição regional de participações de capital social mudou ao longo do exercício a favor da Alemanha. No final de 2014, 57% do capital social encontrava-se na Alemanha (2013: 50%) enquanto o número de ações detidas na União Europeia (excluindo a Alemanha) caiu para 21% (2013: 26%). Ao mesmo tempo, o rácio de capital social detido nos EUA baixou para 13%

2–3
Distribuição regional da participação no capital
Em % no final do exercício de 2014

Números arredondados

(2013: 15%), enquanto a percentagem detida no resto do mundo permaneceu, de uma forma geral, estável nos 10%. A distribuição regional da participação acionista tem por base o local de custódia das ações, que não é necessariamente a morada de residência dos acionistas.

Recompra de ações para planos de remuneração
A Assembleia-Geral de 2014 autorizou o Conselho de Administração a recomprar até 10% do capital social (101,9 milhões de ações) antes do final de abril de 2019. Apenas um máximo de 51,0 milhões de ações podem ser adquiridas com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral de 2013. Em 2014, o Deutsche Bank recomprou um total de 24,6 milhões de ações com um valor de 0,72 mil milhões de euros (2013: 34,2 milhões de ações). Todas estas ações foram utilizadas para cumprir as obrigações dos planos de remuneração baseados em ações.

Em 31 de dezembro de 2014, o número de ações em tesouraria era inferior a um milhão. O Deutsche Bank não cancelou nem vendeu quaisquer ações em tesouraria em 2014, e o rácio de ações em tesouraria não excedeu o limiar legal de 3% ao longo do exercício.

Os desenvolvimentos regulamentares do setor dominaram as ações das agências de notação
Em março e em abril de 2014, a Fitch Ratings e a Standard & Poors reviram as perspetivas das suas notações de risco de longo prazo para o Deutsche Bank de "estável" para "negativa" como parte das suas análises ao setor relativamente a pressupostos de apoios do governo no setor da banca europeia. Ambas as agências responderam aos desenvolvimentos da diretiva da União Europeia relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito, que visa salvaguardar de forma mais rigorosa a estabilidade do setor dos serviços financeiros. Um dos principais objetivos desta diretiva, por exemplo, é transferir o peso das perdas dos contribuintes para os acionistas e credores.

Índice de retorno total a longo prazo

Índice de retorno total, início de 2010 = 100
— STOXX Europe 600 Banks
— Deutsche Bank
Fonte: Bloomberg

2 – 4

Aumento da utilização de meios de comunicação *online*

Número de convites para a Assembleia-Geral Anual enviados por correio eletrónico em milhares

Em julho de 2014, a Moody's baixou as notações de risco de longo prazo, individuais e de curto prazo do Deutsche Bank um grau, para A3, Baa3 e P-2, respetivamente. A perspetiva da notação de risco individual do Deutsche Bank é agora estável, enquanto a perspetiva da notação de risco de longo prazo permanece negativa. À semelhança da Standard & Poors e da Fitch Ratings, a perspetiva negativa da Moody's reflete a sua visão de uma tendência generalizada de reduzido apoio sistémico aos bancos da União Europeia.

A 3 de fevereiro de 2015, a Standard & Poor's colocou a notação de risco de longo prazo do Deutsche Bank em "observação negativa" no âmbito da sua avaliação à reação dos bancos alemães, austríacos e do Reino Unido após a implementação das regras de resgate interno na legislação destes três países a partir de 1 de janeiro de 2015. A agência de notação de crédito espera alterar a classificação "em observação" no início de maio de 2015.

Forte procura da dívida do Deutsche Bank

O Deutsche Bank recebeu um forte apoio dos seus investidores em dívida, o que permitiu ao banco refinanciar com spreads bastante interessantes. Em 2014, o Deutsche Bank emitiu um total de 44,1 mil milhões de euros em instrumentos de dívida, com um *spread* médio de 45 pontos base sobre o índice variável relevante (por exemplo, LIBOR), com um prazo médio de 4,8 anos. Dos quais, 22 mil milhões de euros foram emissões de referência e cumpriam determinados requisitos de tamanho mínimo. Outros 22 mil milhões de euros foram angariados através da emissão direcionada para o retalho e de outras colocações particulares.

As transações mais significativas de 2014 incluíram os títulos Tier 1 adicionais emitidos em maio e em novembro de 2014. Através destas duas emissões, o banco atingiu substancialmente o seu objetivo de emissões para o final de 2015 de 5 mil milhões de euros em capital Tier 1 adicional em conformidade com a CRD IV. A emissão inaugural de referência do Deutsche Bank no valor de 3,5 mil milhões de euros de capital Tier 1 adicional que teve lugar em maio dividiu-se em três tranches. A segunda emissão, em novembro, foi constituída por uma obrigação perpétua sem opção de compra a 10 anos no valor de 1,5 mil milhões de dólares norte-americanos , com uma taxa de cupão de 7,5%.

De uma forma geral, as atividades de emissão do Deutsche Bank estão bem diversificadas por mercados, instrumentos, divisas e tipos de investidor. No final de dezembro de 2014, 76% do financiamento total do banco provém das fontes de financiamento mais estáveis, como depósitos bancários de retalho e para transação, emissão nos mercados de capitais e participações.

Serviço de Internet

O Deutsche Bank disponibiliza informações completas no seu sítio Web Relações com os investidores:

– Anúncios e relatórios financeiros
– Transmissões dos principais eventos de Relações com os investidores, bem como teleconferências
– Gravações dos discursos da Assembleia-Geral Anual
– Informação sobre as ações e obrigações do Deutsche Bank

Outras informações

► www.db.com/ir

São cada vez mais os acionistas que tiram partido da possibilidade de se inscreverem para participar na Assembleia-Geral Anual e transmitir instruções de voto *online* Gráfico 2 – 4.

Factos e números
Mais capital social na Alemanha

Dados Estruturais

		2014	2013	2012
Número de acionistas		599.230	566.979	610.964
Acionistas por tipo em % do capital acionista[1]	Institucionais (incluindo bancos)	80	79	75
	Privados	20	21	25
Repartição regional em % do capital acionista[1]	Alemanha	57	50	45
	União Europeia (excluindo a Alemanha)	21	26	33
	Suíça	7	6	6
	EUA	13	15	13
	Outros	4	4	2

Números-chave

	2014	2013	2012
Variação da rentabilidade total da ação do Deutsche Bank[2]	(22,5%)	7,5%	15,0%
Volume médio diário de negociação (em milhões de ações)[3]	8,1	6,2	7,6
Dividendo por ação no exercício (em euros)	0,75[4]	0,75	0,75

Projetos especiais

Aumento de capital do capital autorizado	Duas emissões geraram receitas brutas no valor de8,5 mil milhões de euros: 59,9 milhões de ações com um valor de 1,75 mil milhões de euros foram colocadas num investidor-âncora (Paramount Service Holdings Ltd.). 299,8 milhões de novas ações ordinárias nominativas com um valor de6,75 mil milhões de euros foram emitidas a um preço de subscrição de22,50 euros por ação.
Emissão de capital Tier 1 adicional	Em 2014, foram angariados4,7 mil milhões de euros em capital Tier 1 adicional através de duas emissões de títulos perpétuos.

[1] Números arredondados
[2] Cotação da ação com base no sistema Xetra
[3] Estatísticas do registo de ordens (Xetra)
[4] Proposta para a Assembleia-Geral Anual em 21 de maio de 2015

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Maria Luisa Cosso, Pinerolo
Cliente privado

»Os colaboradores do Deutsche Bank merecem a minha total confiança. São profissionais fiáveis e proporcionam soluções personalizadas de forma rápida. Estes são fatores decisivos para uma excelente relação comercial e fazem parte dos sólidos alicerces da nossa parceria desde 1998.«

A seguir à Alemanha, a Itália é o país da Europa continental que mais contribui para as receitas do Grupo. Lançado pela primeira vez em Itália em 1927, o Deutsche Bank conta agora com cerca de 4.000 colaboradores e 370 agências no país.

3

Clientes

43 Corporate Banking & Securities
A construir o caminho para um desempenho sustentável

47 Private & Business Clients
Raízes profundas no mercado nacional

51 Global Transaction Banking
Aproveitar oportunidades em regiões em crescimento

57 Deutsche Asset & Wealth Management
Forte crescimento de novos ativos e transformação contínua

61 Non-Core Operations Unit
Elemento fundamental da Estratégia 2015+ para reduzir o risco e reforçar o capital

63 Factos e números
Desempenho notável para os clientes mais exigentes

Nas suas quatro principais áreas de negócio, o banco possui operações em todo o mundo para clientes privados, institucionais e empresariais, oferecendo uma vasta gama de produtos e prestando um serviço de excelência.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

As declarações relacionadas com a posição competitiva do Deutsche Bank, a quota de mercado ou a classificação baseiam-se essencialmente em fontes externas, incluindo publicações da indústria (p. ex., Euromoney) e fornecedores de informações especializadas (p. ex., Thomson Reuters, Dealogic).

Corporate Banking & Securities
A construir o caminho para um desempenho sustentável

Em suma

— Sólida evolução das receitas e da quota de mercado

— Progresso nas iniciativas de poupança de custos à luz da OpEx

— Mudanças culturais contínuas

Corporate Banking & Securities (CB&S) inclui as divisões de negócio Markets e Corporate Finance e oferece produtos financeiros a nível global. A divisão de negócio Markets agrega a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e instrumentos titularizados. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group), ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes. A divisão de negócios Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições (F &A), bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas regionais e setoriais asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes do banco.

A CB&S continuou a operar em condições difíceis em 2014, pois os volumes de proveitos permaneceram baixos, e o contexto de taxas de juro em mínimos históricos continuou a verificar-se em muitos dos mercados mais importantes. Além disso, os níveis de atividade de negociação foram moderados devido a um ambiente de baixos volumes e volatilidade durante grande parte do exercício. A volatilidade verificou uma evolução positiva no quarto trimestre, após o aumento dos riscos geopolíticos e a descida dos preços do petróleo. Acompanhando as perspetivas de melhoria da economia dos E.U.A., os mercados acionistas norte-americanos continuaram a sua evolução ascendente. Um maior otimismo no mercado também ajudou a sustentar o impulso do setor das finanças corporativas, que registou uma forte atividade durante o ano, particularmente em atividades de Equity Capital Markets (ECM) e F & A.

A CB&S manteve a sua posição de liderança na banca de investimentos e teve um bom desempenho no ano em análise, ganhando quota de mercado enquanto reduzia substancialmente a alavancagem. Apesar do aumento da regulamentação e das difíceis condições comerciais, as receitas da CB&S subiram 2% em relação ao ano anterior, motivadas pelo aumento das receitas em Sales & Trading e em Origination & Advisory. As receitas de Debt Sales & Trading mantiveram-se inalteradas, enquanto as receitas de Equities Sales & Trading subiram 7% face ao ano anterior.

3-1

Mercados: consolidação da posição de liderança no setor da negociação de obrigações governamentais globais

Quota de mercado em %

* por comparação com os pares
Fonte: Greenwich Associates

Excerto do relatório por segmentos (Corporate Banking & Securities[1])

A Corporate Banking & Securities registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 3,3 mil milhões de euros em 2014, face aos3,2 mil milhões de euros do ano anterior, graças a uma sólida evolução das receitas que reflete uma maior volatilidade nomeadamente no segundo semestre de 2014, e a menores custos de contencioso, em parte compensados por valores mais elevados em *costs-to-achieve* regulamentares para o programa de excelência operacional.

em milhões de euros	2014	2013
Receitas líquidas	13.742	13.526
Provisão total para perdas de crédito	103	189
Gastos operacionais (excl. juros)	10.348	10.162
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	3.266	3.158
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	13	16
Ativos ponderados pelo risco	175.561	114.729
Ativo	1.213.612	1.102.007

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2014 (Relatório de Gestão). Os valores de capital regulamentares e os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013, e o CRR/CRD IV fully loaded desde 1 de janeiro de 2014.

3-2

Mercados: manutenção da posição de liderança em rendimentos fixos globais

Quota de mercado em %

* por comparação com os pares
Fonte: Greenwich Associates

Os custos subiram 2% devido ao aumento da despesa relacionada com regulamentação (incluindo o acréscimo das despesas remuneratórias no âmbito dos requisitos da CRD IV), a investimentos no negócio e ao impacto negativo das variações cambiais. A CB&S reportou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 3,3 mil milhões de euros no ano em revista (2013: 3,2 mil milhões de euros).

Progressos na otimização das carteiras

A CB&S continuou a otimizar a utilização dos recursos em todos os seus negócios, permitindo à divisão manter franquias ímpares no mercado reduzindo, em simultâneo, os recursos. Em 2014, a CB&S continuou a reduzir a exposição da alavancagem e o número de colaboradores, aumentando, assim, a eficiência do negócio. Em resposta a alterações no mercado e no ambiente regulamentar, a divisão continuou a avaliar a sua carteira de negócios, adaptando-a para refletir as oportunidades atuais do mercado e ir ao encontro das necessidades dos clientes. Neste contexto, no final de 2014, a CB&S anunciou a saída da maioria das transações de *swaps* de risco de incumprimento de título único.

A divisão Markets continuou a reduzir a exposição da alavancagem na área de negócio Fixed Income & Currencies, e reutilizou recursos nos seus principais negócios de Credit Solutions para concretizar oportunidades específicas do mercado, por exemplo, na área de imobiliário comercial. Ao nível da área de Equities, o objetivo comercial continuou a maximizar os resultados da sua plataforma e a utilizar os recursos de forma mais eficiente para servir os clientes e aumentar a rentabilidade, por exemplo, em Prime Finance.

Corporate Finance continuou focada no aumento da produtividade através de uma melhor estrutura de cobertura de clientes, uma alocação mais eficiente do balanço e uma maior colaboração com a área de Global Transaction Banking. O aprofundamento da relação com os clientes mais rentáveis continuou a ser uma prioridade na área de Corporate Finance, bem como garantir retornos sustentáveis da sua carteira de empréstimos. O negócio manteve a sua posição de liderança na Europa, continuou a aumentar a sua quota de mercado nos E.U.A. e manteve a sua forte franquia na Ásia (fonte: Dealogic).

Em reconhecimento da sua solidez empresarial subjacente, o Deutsche Bank ganhou vários prémios em 2014, incluindo o de Melhor Instituição Global de Consultoria de Risco e o de Melhor Instituição Global de Dívida da Euromoney, e o de Banco de Investimento Mais Inovador em Câmbio do The Banker.

Markets: sólida evolução das receitas

O modelo de negócio focado no cliente da divisão Markets permitiu uma evolução do crescimento e da quota de receitas em 2014. Pela quinta vez consecutiva, a Greenwich Associates colocou a área de negócio de rendimento fixo global do Deutsche Bank em primeiro lugar com base na quota de mercado. Gráfico 3–2 Em 2014, o Deutsche Bank continuou a beneficiar da solidez dos seus negócios, com receitas que se mantiveram praticamente inalteradas mesmo num ambiente caracterizado, de uma forma geral, pelo decréscimo das receitas. Apesar de as condições serem particularmente difíceis para os negócios de Foreign Exchange and Rates, tal situação foi compensada pelo forte desempenho na área de Credit Solutions. A nível regional, Debt Sales & Trading teve um forte desempenho nos E.U.A., compensando as condições mais adversas verificadas na Europa, Médio Oriente e África (EMEA), bem como na Ásia e Pacífico (APAC).

3–3
Mercados: reforço da posição de liderança em derivados de ações
Quota de mercado em %

Swaps E.U.A.
Opções europeias
Fonte: Greenwich Associates

Através dos investimentos existentes, a área de Debt Sales & Trading respondeu com êxito às alterações no mercado. Este negócio desenvolveu novas ferramentas analíticas para identificar as áreas em que os recursos acrescentariam mais valor. Entre tais ferramentas encontram-se uma nova plataforma de vendas que fornece informações mais transparentes, precisas e rápidas sobre clientes, negócios e desempenho de vendas. Como parte da estratégia que tem por objetivo servir melhor as empresas multinacionais, a divisão Markets também investiu numa nova plataforma de transações eletrónicas, criada especificamente para clientes de empresas multinacionais. O negócio adaptou-se às áreas do mercado onde se verificou um avanço nas alterações regulamentares. Por exemplo, foi o melhor agente de swaps de taxas de juro em dólares norte-americanos. Foi o primeiro contrato de grande relevância a mudar para a compensação centralizada e transação eletrónica, conforme estabelecido pelos órgãos reguladores.

A área de Equity Sales & Trading do Deutsche Bank teve um ano forte, tendo captado quota de mercado e conseguido uma sólida evolução das receitas. O negócio registou melhorias substanciais nos resultados antes de impostos sobre o rendimento. A Greenwich Associates colocou o Deutsche Bank em 1.º lugar no que diz respeito a derivados de fluxo de ações e opções de ações para os investidores europeus. Em Cash Equities, o negócio continuou a focar-se no aperfeiçoamento das capacidades eletrónicas. Em Equity Derivatives, o banco centrou-se na construção das suas capacidades junto dos clientes empresariais e obteve um desempenho sólido em todas as regiões, nomeadamente nos E.U.A. Gráfico 3–3 A Prime Finance reorganizou a sua oferta de produtos e serviços e reutilizou os recursos para melhor servir os clientes.

Corporate Finance: ganhos de quota de mercado nos Estados Unidos
A área de negócio Corporate Finance ficou em quinto lugar a nível global em 2014 e conseguiu uma quota de mercado recorde de 5,4%. Obteve ganhos na maioria dos produtos e regiões, sobretudo nos mercados e capital de dívida alavancada globais, fusões e aquisições, nos Estados Unidos e Europa (fonte: Dealogic). Gráfico 3–4 A Corporate Finance ganhou vários galardões atribuídos pela IFR Magazine, incluindo o de Instituição de Obrigações Euro e Instituição Financeira de Obrigações na EMEA do Ano.

Em Debt Capital Markets, o Deutsche Bank foi o melhor fornecedor de obrigações internacionais, incluindo oito das dez maiores obrigações grau de investimento de empresas dos E.U.A. do ano, e o maior financiamento de alta rendibilidade de que há registo (Altice/Numericable). Na área Equity Capital Markets, o Deutsche Bank é agora a única empresa a ter estado envolvida nas cinco maiores ofertas públicas iniciais de sempre. A área de fusões e aquisições do Deutsche Bank ganhou mais quota de mercado do que qualquer outro banco principal e ficou em terceiro lugar na região EMEA. Também melhorou a sua classificação e a sua quota de mercado nas Américas e na Ásia e Pacífico, excluindo o Japão (fonte: Dealogic).

Principal

tomador firme global de obrigações internacionais

3 – 4

Corporate Finance: quota de mercado recorde

Em %

■ A nível mundial
■ Na EMEA
* por comparação com os pares
Fonte: Dealogic, baseada em comissões

Maior redução dos recursos

Os resultados da CB&S foram sólidos apesar do intenso racionamento dos recursos, refletindo a sustentabilidade da franquia de clientes da divisão. Em resposta a um maior enfoque na regulamentação ao nível da alavancagem, a CB&S continuou a reduzir a exposição da alavancagem. Contudo, os ativos ponderados pelo risco (RWA) *fully loaded* em conformidade com o acordo Basileia III aumentaram 20% para 176 mil milhões de euros a partir do final de 2014. As alterações nos RWA foram motivadas por ajustamentos ao modelo e um maior risco operacional resultante do aumento dos encargos de contencioso no setor. A divisão continuou a fazer progressos sólidos ao nível das iniciativas de poupança de custos do programa Excelência Operacional (OpEx), tendo obtido poupanças de 1,0 mil milhões de euros, acima do objetivo.

Encorajar a mudança cultural

Em 2014, a CB&S tomou medidas cruciais para garantir um melhor alinhamento entre a cultura do banco, as expetativas da sociedade e os interesses dos clientes. Hoje, os comerciais e os corretores da CB&S cada vez mais analisam os produtos que oferecem através de vários filtros, incluindo o risco não financeiro e o alinhamento com as necessidades do cliente. O objetivo é garantir que a CB&S presta um serviço centrado no cliente com ênfase na criação de valor a longo prazo. Ajustar as mentalidades exigiu uma forte capacidade de liderança por parte da Direção sénior da divisão. No decurso de 2014, foi investido muito tempo e esforço por parte da Comissão Executiva da CB&S para integrar de forma mais profunda os valores e as convicções do Deutsche Bank na organização. Quase todos os colaboradores da CB&S participaram em *workshops* sobre mudança cultural organizados pela equipa de Direção sénior. Em simultâneo, a CB&S melhorou de forma rigorosa os seus sistemas e controlos de forma a poder monitorizar o cumprimento das políticas do banco. Além disso, a organização de controlo e conduta da CB&S foi reforçada enquanto unidade de controlo independente dentro da área de negócio.

Perspetivas

2015 será um ano importante para a CB&S, uma vez que a divisão continua a reformular o negócio em resposta às constantes mudanças no contexto, por forma a proporcionar uma plataforma mais eficiente, capaz de gerar retornos sustentáveis para os acionistas. Acredita-se que as tendências macroeconómicas e políticas divergentes dos bancos centrais irão criar condições mais favoráveis para um crescimento ao nível superior em 2014, enquanto a contínua disciplina de custos e a execução do programa de Excelência Operacional irão contribuir para a criação de lucros ao nível inferior. A CB&S fez progressos sólidos em termos de posicionamento de capital em 2014 e continuará a consolidar e a aumentar a eficiência dos seus negócios otimizando a sua carteira de clientes, investindo em tecnologia e utilizando os recursos de forma dinâmica, por forma a gerar uma maior rentabilidade.

Prémios 2014

The Banker
Banco de Investimento Mais Inovador em Câmbio
Banco de Investimento Mais Inovador em Obrigações
Banco de Investimento Mais Inovador em Mercados Emergentes

Euromoney
Melhor Instituição Global de Consultoria de Risco
Melhor Instituição Global de Dívida
Melhor Banco de Investimento da Europa Ocidental
Melhor Banco na Alemanha

Risco
Gestor de Risco Bancário do Ano

Greenwich Associates
N.º 1 no Rendimento Fixo Global
N.º 1 em Derivados de Fluxo de Ações

International Financial Review
Instituição de Financiamento Estruturado do Ano
Instituição de Obrigações Euro do Ano
Instituição de Empréstimos na EMEA do Ano

Private & Business Clients
Raízes profundas no mercado nacional

Em suma

- Liderança consolidada no mercado na Alemanha, crescimento rentável na Europa e na Ásia
- Digitalização como elemento fundamental do desenvolvimento estratégico
- Integração avançada do Postbank, criação de unidade de serviço comum

3-5
Presença das agências no segmento Advisory Banking Internacional
Total de 872 agências no fim de 2014

A divisão corporativa da Private & Business Clients (PBC) presta uma vasta gama de serviços bancários e outros serviços financeiros tanto a clientes individuais, empresários em nome individual, como a pequenas e médias empresas na Alemanha e a nível internacional. A gama de produtos da PBC inclui serviços de pagamento e de conta corrente, gestão de investimentos e planeamento de reformas, títulos, depósitos e empréstimos. Enquanto banco de retalho líder no mercado nacional do Deutsche Bank, a PBC presta serviços a aproximadamente 23 milhões de clientes na Alemanha e a cinco milhões de clientes no exterior. A PBC possui cerca de 2.700 agências na Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Polónia e Índia. A rede de agências é complementada por uma rede móvel de assessores independentes e por canais de distribuição direta. Além disso, a divisão mantém parcerias de cooperação com empresas como a Deutsche Post DHL AG, a Deutsche Vermögensberatung AG (DVAG) e os serviços postais espanhóis e italianos. Na China, a PBC detém uma participação de 19,99% no Hua Xia Bank, tornando-a no segundo maior acionista. A PBC é constituída por três divisões: Private & Commercial Banking (PCB), Advisory Banking International e Postbank.

O contexto de mercado manteve-se difícil em 2014. As baixas taxas de juro na Europa – e até taxas de juro negativas em depósitos no Banco Central Europeu no segundo semestre do exercício – tiveram um efeito negativo na área dos depósitos. A PBC não deixou que as taxas de juro negativas se refletissem junto dos seus clientes. Os níveis permanentemente baixos das taxas de juro incentivaram os clientes na Alemanha e no exterior a investirem cada vez mais em títulos e em produtos de seguros. Além disso, o contexto de taxas de juro baixas foi propício à elevada procura de empréstimos hipotecários por parte dos clientes.

Excerto do relatório por segmentos (Private & Business Clients[1])

A Private & Business Clients registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,3 mil milhões de euros em 2014, face aos1,6 mil milhões de euros no ano anterior. Esta descida deveu-se sobretudo a despesas significativas não recorrentes por comissões de processamento de créditos registadas em gastos operacionais (excl. juros) acionadas por duas decisões do Tribunal Federal de Justiça alemão em maio e em outubro de 2014. As receitas líquidas aumentaram refletindo sobretudo níveis de transação superiores e entradas de ativos líquidos em produtos de investimento e seguros. A provisão para perdas de crédito beneficiou de um contexto favorável na Alemanha. O volume de ativos investidos aumentou 9 mil milhões de euros face aos valores registados em 31 de dezembro de 2013 devido aos6 mil milhões de euros em entradas líquidas (sobretudo de títulos) e à valorização do mercado.

em milhões de euros	2014	2013
Receitas líquidas	9.639	9.550
Provisão total para perdas de crédito	622	719
Gastos operacionais (excl. juros)	7.682	7.276
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	1.335	1.555
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	9	11
Ativos ponderados pelo risco	79.571	73.001
Ativo	258.381	265.360

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2014 (Relatório de Gestão).Os valores de capital regulamentares e os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013, e o CRR/CRD IV fully loaded desde 1 de janeiro de 2014.

3 – 6

Resultados antes de impostos sobre o rendimento* bem equilibrados por divisão de negócio

Total de 2.246 milhões de euros no fim de 2014

* Resultados antes de impostos sobre o rendimento excluindo *costs-to-achieve* e reembolsos por comissões de processamento de créditos
Números arredondados

Em 2014, a PBC gerou resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) de 1,3 mil milhões de euros (2013: 1,6 mil milhões de euros). Tal valor incluía custos de investimento como parte da integração do Postbank e do programa de Excelência Operacional interdivisões, bem como encargos decorrentes de reembolsos por comissões de processamento de créditos. As receitas líquidas subiram 1% em 2013 para 9,6 mil milhões de euros. A procura por parte dos clientes por produtos de crédito, investimento e seguros contribuiu para um acréscimo das receitas globais. Contudo, as taxas de juro em níveis permanentemente baixos levaram a uma queda das receitas de depósitos. As alterações dos requisitos regulamentares em áreas como a dos pagamentos, cartões e contas também se refletiram nas receitas.

Os custos subiram 6% face a 2013. As decisões do Tribunal Federal de Justiça alemão acerca do reembolso por comissões de processamento de créditos cobradas no passado traduziram-se num custo de 400 milhões de euros. A criação de requisitos regulamentares mais rigorosos também resultou em despesas adicionais para a PBC. Contudo, estes custos foram parcialmente compensados pelas poupanças decorrentes da implementação bem-sucedida do programa de Excelência Operacional (OpEx) lançado em 2012.

Graças ao contexto económico continuamente estável na Alemanha e à elevada qualidade da carteira de empréstimos, as provisões para perdas de créditos nas áreas Private & Commercial Banking e Postbank foram novamente mais baixas do que no ano anterior.

Uma posição de liderança entre bancos do setor privado

A estratégia da PBC é assumir uma posição de liderança entre os bancos privados na Alemanha e manter uma presença consultiva centrada em mercados selecionados da Europa e da Ásia.

No seu mercado nacional, a PBC concluiu a integração da cobertura de clientes empresariais de média dimensão numa única divisão: Private & Commercial Banking (PCB). Os clientes empresariais têm agora acesso a mais 180 centros consultivos da PCB. Os gestores de relações da PCB das agências estão a trabalhar ainda mais estreitamente com a divisão Global Transaction Banking (GTB) por forma a aumentarem a qualidade da assessoria e dos serviços ao nível das soluções de Trade Finance e Cash Management para clientes empresariais de média dimensão. Além disso, a PCB proporciona agora um acesso mais alargado à rede global e a conhecimentos especializados internacionais do banco.

Private & Business Clients

3 – 7

Acentuado aumento de novos ativos em produtos de investimento e seguros

Em milhares de milhões de euros

A integração do Postbank veio reforçar a franquia da PBC na Alemanha, para além de ter representado outro avanço crucial em 2014.

A Advisory Banking International agrega as atividades da PBC na Europa (excluindo a Alemanha) e na Índia, bem como a participação do Deutsche Bank no Hua Xia Bank (China). Os negócios internacionais da PBC têm como foco o crescimento seletivo e rentável. Em 2014, todas as unidades internacionais deram provas de uma sólida evolução das receitas e dos volumes. Na China, a PBC continua a beneficiar da sua participação no Hua Xia Bank, que, uma vez mais, gerou um sólido crescimento de resultados no ano em análise.

Ao longo de 2014, a principal prioridade estratégica das três divisões era apostar em serviços bancários digitais. A expansão de um acesso multicanal sem barreiras permitirá à PBC prestar um serviço ainda mais eficaz aos seus clientes.

Aumentar as receitas através de empréstimos e hipotecas

As receitas dos produtos de crédito da PBC aumentaram nas três divisões em 2014. O financiamento hipotecário na Alemanha revelou-se particularmente positivo. Um contexto económico favorável levou a uma maior procura por parte dos clientes por créditos hipotecários residenciais, permitindo à PBC obter volumes substanciais de novos negócios com um perfil de risco consistentemente bom. O enfoque em novos negócios selecionados com maiores margens também contribuiu para o aumento das receitas no negócio das hipotecas.

Na área dos depósitos, o contexto de baixas taxas de juro continuou a colocar um importante desafio. As receitas diminuíram ligeiramente apesar de as transações de cobertura pretendidas e de os termos e condições estarem em estreita sintonia com os desenvolvimentos do mercado. A nova campanha de depósitos lançada em meados de 2014 foi muito bem recebida pelos clientes. Num contexto de taxas de juro em níveis permanentemente baixos, este facto vem realçar a reputação forte do Deutsche Bank como fornecedor de produtos de depósito atrativos. No total, a PBC atraiu mais de 7 mil milhões de euros em novos depósitos ao longo do período da campanha.

Uma vez que os investidores procuravam alternativas atrativas de investimento, a PBC expandiu a sua oferta de produtos de investimento na Europa e na Índia em comparação com 2013. Aos 6,5 mil milhões de euros, a PBC registou o nível mais elevado de novos ativos em produtos de investimento e seguros em mais de dez anos. Gráfico 3 – 7 Incluindo o desempenho positivo do mercado, os ativos de clientes sob gestão aumentaram cerca de 9 mil milhões de euros. Expandir o negócio na área dos títulos e dos seguros continuará a ser uma prioridade para a PBC no futuro.

Aumentar a eficiência

No primeiro semestre de 2014, a PBC Banking Services foi criada a partir da combinação das unidades de serviço anteriormente separadas de Private & Commercial Banking e do Postbank. Com esta empresa de serviços, a PBC criou a maior plataforma de serviços integrados do setor financeiro da Alemanha. É um centro de competências para todos os serviços relacionados com contas, cartões, empréstimos e títulos, e é a espinha dorsal da vertente de vendas. A PBC Banking Services reúne os conhecimentos especializados de aproximadamente 10.000 colaboradores, e oferece uma gama completa de produtos e serviços que permitem proporcionar um serviço de excelência aos seus clientes. Numa análise prospetiva, a PBC continuará a integrar estruturas, a simplificar produtos e processos, e a elevar os níveis de automatização.

Foram feitos novos progressos no desenvolvimento da plataforma partilhada de serviços e de TI, o Magellan. Esta plataforma foi utilizada em conjunto pela Private & Commercial Banking e pelo

3-8

Aumentar a utilização de meios de comunicação *online*

Transferências de aplicações em milhões no final do exercício

Postbank. O Magellan foi criado para consolidar e integrar aspetos comuns de TI e serviços da banca.

A plataforma proporciona uma poupança de custos e processos mais eficientes. A modernização e a padronização das aplicações essenciais permite um desenvolvimento mais rápido de produtos e serviços inovadores. Em 2014, 18 milhões de contas poupança foram tornadas compatíveis com a SEPA, e foi lançada uma nova aplicação para gerir as atividades de vendas nas agências. O Magellan é simultaneamente a plataforma e a base para a campanha de digitalização do Deutsche Bank.

A digitalização é uma prioridade

A digitalização é uma prioridade-chave para a PBC. Em 2014, o banco alocou 200 milhões de euros à expansão de serviços digitais na PBC por um período de três anos. A PBC lançou várias iniciativas completas para melhorar ainda mais os canais de acesso digital das três divisões. Isto significa que a PBC visa reagir de forma rápida às necessidades dos seus clientes, ao mesmo tempo que oferece uma gama mais vasta de conhecimentos especializados e de informação, e promove o diálogo com os clientes.

Na Private & Commercial Banking, os primeiros marcos foram atingidos com a introdução da aplicação PhotoTAN, a expansão da caixa de correio digital e o lançamento de uma aplicação de planeamento financeiro no final de 2014. Além disso, os clientes podem utilizar um maior número de funções bancárias otimizadas para dispositivos móveis. Também a PBC conduziu com êxito pilotos de um serviço de assessoria por vídeo, para permitir aos clientes de agências mais pequenas e menos centrais beneficiarem dos conhecimentos de consultores especializados.

No segundo semestre de 2014, o Postbank lançou uma campanha de marketing de larga escala que reflete os temas-chave do novo posicionamento de marca do Postbank, nomeadamente "digital e pessoal". O Postbank é um dos primeiros bancos a oferecer uma aplicação que permite aos clientes autenticar transferências de crédito através das impressões digitais. As informações da conta podem ser enviadas por correio eletrónico ou digitalizadas e enviadas utilizando um código QR.

Perspetivas

No futuro, a PBC tenciona aumentar de forma contínua as suas receitas apesar dos obstáculos colocados por um contexto de taxas de juro em níveis permanentemente baixos. O objetivo é fortalecer o negócio de financiamento na Alemanha, expandir a área dos investimentos e dos seguros, e promover o crescimento direcionado nas suas unidades europeias. A divisão pretende aumentar ainda mais a sua rentabilidade. Os clientes devem beneficiar desta colaboração mais próxima entre as divisões, seja na PBC ou no Grupo Deutsche Bank. Nas suas operações internacionais, a PBC continuará a fortalecer as suas capacidades de consultoria bancária nos principais mercados europeus e na Índia. Também pretende beneficiar da sua participação no chinês Hua Xia Bank. Após uma intensa redução do balanço e do risco nos últimos anos, o Postbank centra-se agora mais nas suas atividades comerciais estratégicas. A avançada fase de integração do Postbank permitirá à PBC realizar poupanças de custos e sinergias adicionais.

Prémios 2014

Handelsblatt
Melhor Consultoria de Investimento – Títulos

PASS Online-Banking Awards 2014
Banco com Melhores Agências
Melhor Serviço de Corretagem Online (maxblue)

Euro am Sonntag
Conjunto de Ativos e Planeamento de Pensões – Muito Bom

Structured Retail Products.com
Melhor Distribuidor de Produtos Estruturados de Portugal

Global Transaction Banking
Aproveitar oportunidades em regiões em crescimento

Em suma

– Crescimento das receitas num contexto difícil

– Posição de liderança em compensação de euros

– Organização reformulada de acordo com os vários grupos de clientes

1,2
mil milhões de euros

resultados antes de impostos sobre o rendimento na GTB

A Global Transaction Banking (GTB) fornece produtos e serviços bancários comerciais para clientes empresariais e instituições financeiras de todo o mundo, incluindo pagamentos nacionais e transfronteiriços, gestão do risco e financiamento de transações internacionais, bem como serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos. A GTB engloba as áreas de Cash Management, Trade Finance e Securities Services.

No decurso de 2014, a GTB continuou a funcionar com êxito mesmo em condições comerciais adversas (incluindo a lenta recuperação económica na Europa e os baixos níveis – até mesmo negativos – das taxas de juro). Além disso, o setor da banca comercial tornou-se mais competitivo, com novos fornecedores a entrarem no mercado e as margens sujeitas à compressão. Dada a natureza global do seu negócio, a GTB também estava exposta a riscos geopolíticos. A divisão também teve de se adaptar às mudanças regulamentares, que vieram criar desafios e oportunidades.

Embora as condições de mercado fossem frequentemente difíceis, a GTB reforçou o investimento no crescimento. A acompanhar a expansão dos volumes de negócios e a evolução comercial positiva em particular na Ásia e nas Américas, as receitas aumentaram 2% face a 2013. Os custos decorrentes dos riscos diminuíram em 2014, mas o rácio custo/rendimento foi ligeiramente superior, sobretudo devido aos

Excerto do relatório por segmentos (Global Transaction Banking[1])

A Global Transaction Banking registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,2 mil milhões de euros em 2014, face aos 1,1 mil milhões de euros
no ano anterior, devido às receitas mais elevadas e a uma menor provisão para perdas de crédito causada por um evento de crédito de cliente individual
em 2013. Esta situação foi parcialmente compensada por um aumento da base de custo.

em milhões de euros	2014	2013
Receitas líquidas	4.146	4.069
Provisão total para perdas de crédito	156	315
Gastos operacionais (excl. juros)	2.791	2.648
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	1.198	1.107
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	20	22
Ativos ponderados pelo risco	43.265	36.811
Ativo	106.252	97.240

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2014 (Relatório de Gestão).
Os valores de capital regulamentares e os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013, e o CRR/CRD IV fully loaded desde 1 de janeiro de 2014.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Huashan Xu, Haikou
Diretor Financeiro e
Diretor, China Hainan Rubber
Industry Group Co., Ltd.

»A boa relação entre a Hainan Rubber e o Deutsche Bank começou na área de Trade Finance, e inclui já Cash Management, consultoria financeira e serviços de investimento. Estamos satisfeitos e confiamos nos conhecimentos especializados do banco e nas suas soluções personalizadas.«

A primeira agência do Deutsche Bank na China abriu em 1872, em Xangai. Hoje, o banco conta com mais de 500 colaboradores na China continental e cerca de 1.400 em Hong Kong.

3 – 9
Líder em compensação de euros
Quota de mercado em %

* por comparação com os pares
Fonte: Banco Central Europeu, dezembro de 2014, com base nos pagamentos em euros através de TARGET2 e EBA EURO1

encargos de contencioso e a requisitos regulamentares mais alargados. A GTB praticamente duplicou os seus lucros antes de impostos em dois anos, e registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,2 mil milhões de euros em 2014 (2013: 1,1 mil milhões de euros).

O sucesso da GTB tem por base uma carteira global diversificada – tanto em termos de oferta de produtos como de saldo regional – e um modelo de negócio orientado para soluções e motivado pelo aumento do volume. A GTB está presente em 49 países de todo o mundo e serve cerca de 47.000 clientes – incluindo praticamente todas as empresas dos índices EuroStoxx 50 e DAX – em mais de 190 países e jurisdições. A divisão conquistou uma posição sólida em mercados de crescimento atrativos, como a China, a Índia e a América Latina.

No decurso de 2014, as principais prioridades estratégicas da GTB passaram por aprofundar a relação com os clientes existentes e atrair novos clientes, bem como investir em soluções para o cliente e em plataformas de TI, incluindo a adição do SWIFT MyStandards – uma aplicação que dá aos clientes acesso direto a documentos padronizados em formatos como o SWIFT MT Messaging – e da premiada Autobahn App Market. A GTB continuou a otimizar a sua carteira de negócios e a sua presença global, enquanto mantinha um perfil de risco/retorno equilibrado, bem como uma rigorosa disciplina em termos de custos e de capital. Estes aspetos foram salientados pelo desenvolvimento positivo da rendibilidade do capital próprio ao longo do ano.

A divisão continuou fortemente centrada na mudança cultural e na colaboração com outras áreas do banco, incluindo a parceria com a Corporate Banking Coverage e a Institutional Client Group da Corporate Banking & Securities. A GTB manteve o empreendimento conjunto com a Private & Business Clients para empresas de média dimensão, e a sua cooperação ao nível das referências de clientes com a Deutsche AWM.

Em 2014, a GTB combinou as unidades de desenvolvimento de produtos e vendas e criou uma função exclusiva de cobertura de clientes para melhorar o foco no cliente. Como resultado, foi criada a Institutional Cash & Securities Services (ICSS), com um reposicionamento do negócio num momento de importantes mudanças no setor. A ICSS reviu a sua carteira e alienou o seu negócio na área dos serviços de registo com base na Alemanha. A ICSS é agora composta pela Institutional Cash Management and Securities Services, que inclui a área de negócio de certificados de depósito, bem como a Trust & Agency Services, Agency Securities Lending, Custody & Clearing e Fund Services.

Forte presença global

A GTB manteve a sua posição de liderança na Europa, Médio Oriente e África (região EMEA), e continuou a desenvolver a sua franquia nas Américas e na Ásia e Pacífico. A divisão continuou a ser a maior câmara de compensação de Euro com uma quota de mercado de 8,5% (com base nos pagamentos em euros através dos sistemas de compensação TARGET2 e EBA EURO1) Gráfico 3 – 9 e está entre as seis melhores na compensação em dólares norte-americanos com uma quota de mercado de quase 9% (com base nos pagamentos e certificados através do Clearing House Interbank Payment System, CHIPS). Durante o exercício, a GTB geriu pagamentos diários regulares superiores a 1 bilião de euros. A GTB captou oportunidades de crescimento nas Américas e na Ásia. As Américas assistiram a um crescimento das receitas na

3-10
Volumes crescentes de transações em Trade Finance
Média anual em mil milhões de euros

ordem das dezenas. Na Ásia, a GTB gerou um crescimento das receitas na ordem das dezenas e expandiu a sua oferta de produtos e serviços com soluções em renminbi chinês, ao mesmo tempo que fortaleceu a sua presença na zona de comércio livre de Xangai. Em novembro, o Deutsche Bank oficializou a sua primeira transação em renminbis através do centro de compensação de Frankfurt.

Na qualidade de principal participante do mercado, a GTB continuou empenhada em ajudar e aconselhar os seus clientes relativamente às mudanças ao nível do contexto regulamentar em todas as áreas do negócio. A GTB apoiou os seus clientes no processo de transição para a Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA), lançada em 2014, e fez bons progressos na preparação para a utilização do sistema de liquidação do Banco Central Europeu, o TARGET2-Securities (T2S) baseado na segunda geração do sistema europeu de liquidação de pagamentos por bruto (o TARGET).

Institutional Cash & Securities Services: maior quota de mercado

A ICSS cobriu vários mandatos importantes ao longo de 2014. Todos os segmentos de negócio viram crescer a sua quota de mercado e conseguiram novos clientes. A ICSS também desenvolveu o seu negócio na Arábia Saudita, Hong Kong, Xangai, Austrália e Rússia.

A área de negócio de certificados de depósito viu a sua carteira aumentar mais de 25% em 2014, mantendo o segundo lugar no mercado global. A Trust & Agency Services registou uma evolução nos E.U.A. e em todo o mundo ao nível da sua unidade de soluções de custódia. A GTB manteve a sua posição de liderança como melhor fornecedor global de soluções de custódia e compensação, e continuou a fortalecer a franquia de Agency Securities Lending e Fund Services. Estas áreas de negócio registaram um crescimento significativo ao nível das receitas e dos rendimentos.

A GTB serve cerca de

47.000 clientes em **190** países

A GTB processa regularmente cerca de

1 bilião de euros em pagamentos por dia

A Institutional Cash Management expandiu a sua presença na maioria das regiões e beneficiou de maiores volumes de transações e de receitas mais elevadas. Continua a ser um dos poucos prestadores de serviços de gestão global de tesouraria para instituições financeiras, oferecendo produtos de pagamentos cambiais, como o FX4Cash. Em 2014, a GTB ganhou vários mandatos importantes de FX4Cash com clientes-chave.

Trade Finance & Cash Management Corporates: melhorar os pagamentos de clientes

A Cash Management Corporates (CMC) oferece uma gama de soluções que permite aos clientes otimizar os seus negócios de tesouraria e pagamento, e melhorar o fluxo de caixa. O negócio continuou a ser líder no mercado europeu, fornecendo as melhores soluções juntamente com um serviço de excelência, liderança intelectual e uma utilização inovadora da tecnologia.

Em 2014, o negócio continuou a seguir uma estratégia inter-regional com uma forte ênfase em empresas multinacionais, bem como nos mercados emergentes. Um terço dos novos clientes é proveniente de mercados emergentes, sobretudo da Ásia e Pacífico. A Cash Management Corporates também fez progressos consideráveis na área do trabalho com agregadores de pagamentos e no setor de tecnologia financeira (Fintech).

A Trade Finance continuou a trabalhar junto dos seus clientes em todas as etapas das suas cadeias de valor para apoiar atividades de comércio internacional. Durante o exercício, a Trade Finance fechou várias transações importantes, com especial ênfase para as soluções de fundo de maneio e para o negócio de recebimentos. De uma forma geral, os volumes em Trade Finance subiram cerca de 15% em 2014 e aumentaram 25% ao nível do negócio da cadeia de logística financeira. A área de negócio manteve a sua posição de liderança na Alemanha, com uma quota de mercado superior a 20% em cartas de crédito de exportação. O valor contabilístico geral de Trade Finance foi de mais de 75 mil milhões de euros. Gráfico 3 – 10

Perspetivas

A Global Transaction Banking mantém uma rigorosa disciplina em termos de gestão de custos e de risco por forma a garantir uma utilização eficiente do capital e gerar retornos atrativos, para continuar a ser um pilar estável com um crescimento rentável para o Grupo Deutsche Bank. A partir de 2015, a GTB continuará a centrar-se na criação e no desenvolvimento de relações com clientes de mercados maduros, bem como no crescimento em mercados emergentes selecionados. A parceria com outras áreas do banco está constantemente a expandir para garantir que uma gama alargada de clientes beneficie dos produtos e serviços da GTB.

Prémios 2014

Euromoney
Principal Fornecedor de USD e de € para Instituições Financeiras na Europa Ocidental, Central e Oriental,
América do Norte e América Latina
Principal Fornecedor Internacional de Cash Management para Empresas, Europa Ocidental
Melhor Instituição de Serviços de Transação na Europa Ocidental

Asiamoney
Melhor Cash Management Geral na Ásia e Pacífico (eleito por grandes Instituições Financeiras)

Global Custodian
Inquérito a agentes bancários nos principais mercados: 30 prémios para *outperformers* em serviços de valores mobiliários

FImetrix
Prestador Distinto de Serviços de Transaction Banking em € e em USD

Greenwich Associates
Líder de Qualidade em Cash Management de Grandes Empresas na Área do Euro e na Ásia
Líder de Qualidade em Trade Finance de Grandes Empresas

Deutsche Asset & Wealth Management
Forte crescimento de novos ativos e transformação contínua

Em suma

- Crescimento de novos ativos de 40 mil milhões de euros
- Crescimento centrado na relação comercial com clientes da UHNW, investimentos alternativos e mercados emergentes
- Projetos de reestruturação que resultam em eficiência operacional

Mais de 1 bilião de euros
em ativos sob gestão

A Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) inclui todos os negócios fiduciários globais de gestão de ativos e património do Deutsche Bank. Com mais de 1,0 bilião de euros em ativos sob gestão, a Deutsche AWM está entre os dez principais bancos globais líderes em gestão de ativos e património.

Através da oferta de investimentos tradicionais ativos, passivos e alternativos em todas as principais classes de ativos, a Deutsche AWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a proteger e aumentar o seu património. A Deutsche AWM também fornece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de *private banking* para clientes individuais e a administradores de famílias com património de valor líquido elevado e ultraelevado. Uma cultura fiduciária profundamente enraizada, robustas capacidades de investimento e gestão do risco, e o contínuo investimento no negócio permitem à Deutsche AWM proporcionar valor sólido a clientes de todo o mundo.

Embora seja incentivada pela contínua recuperação da economia global, a Deutsche AWM continua a operar num contexto muito competitivo definido por constantes pressões sobre as margens e maiores custos ao nível da regulamentação e da conformidade. Apesar destes obstáculos bem como dos contínuos custos associados à execução de programas de eficiência e integração no âmbito da Estratégia 2015+, a Deutsche AWM melhorou o seu desempenho comercial e registou um forte crescimento dos ativos investidos geridos em representação dos clientes.

Excerto do relatório por segmentos (Deutsche Asset & Wealth Management[1])

A Deutsche Asset & Wealth Management registou resultados antes de impostos sobre o rendimento demil milhões de euros em 2014, face aos782 milhões de euros no ano anterior. As receitas foram inferiores em 2014 devido aos movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life, amplamente compensados nos gastos operacionais (excluindo juros). A provisão para perdas de crédito diminuiu sobretudo devido ao decréscimo das provisões específicas para créditos a clientes, e à recuperação de encargos anteriores em 2014. Os ativos investidos na Deutsche AWM aumentaram116 mil milhões de euros, sobretudo devido aos movimentos cambiais de 50 mil milhões de euros, à valorização do mercado de43 mil milhões de euros e às entradas de40 mil milhões de euros. Este aumento foi mitigado pela alienação de ativos em áreas não estratégicas da carteira da Deutsche AWM, resultando numa saída da plataforma de ativos sob gestão no valor de 21 mil milhões de euros.

em milhões de euros	2014	2013
Receitas líquidas	4.708	4.735
Provisão total para perdas de crédito	(7)	23
Gastos operacionais (excl. juros)	3.685	3.929
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	1.027	782
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	16	13
Ativos ponderados pelo risco	16.597	12.553
Ativo	81.132	72.613

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2014 (Relatório de Gestão).Os valores de capital regulamentares e os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013, e o CRR/CRD IV fully loaded desde 1 de janeiro de 2014.

3-11
Aumento do volume de ativos investidos
Em milhares de milhões de euros

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) da Deutsche AWM totalizaram 1,0 mil milhões de euros em 2014, um aumento de 31% face aos resultados de 2013 de 0,8 mil milhões de euros. Este sólido desempenho foi atribuível a receitas mais elevadas (excluindo a carteira Abbey Life), impulsionadas por negócios de alternativos, passivos, património e financiamento nas principais regiões. Os custos (excluindo a carteira Abbey Life) baixaram 2% enquanto as poupanças decorrentes da execução contínua de diferentes iniciativas do programa de Excelência Operacional (OpEx) foram parcialmente compensadas pela contratação estratégica e por efeitos pontuais relacionados com remunerações.

A Deutsche AWM viu os ativos investidos de forma global crescerem mais de 100 mil milhões de euros para mais de 1,0 bilião de euros Gráfico 3 – 11, incluindo 40 mil milhões de euros em entradas de novos ativos líquidos de clientes. Desta forma, 2014 marca uma mudança significativa face às saídas líquidas de 2013 (13 mil milhões de euros) e de 2012 (25 mil milhões de euros). Todas as áreas de negócio atraíram entradas líquidas. A margem bruta manteve-se inalterada nos 45 bps (excluindo a carteira Abbey Life).

Um negócio integrado com o foco no cliente

A estratégia da Deutsche AWM baseia-se no poder de um negócio totalmente integrado, na força da sua organização de cobertura de clientes e na plataforma de investimento global para crescer de forma sustentável. Todos os clientes dispõem de um ponto de acesso único à Deutsche AWM através de equipas especializadas, incluindo a Global Client Group vocacionada para clientes institucionais e de retalho, e de gestores de relações regionais nas equipas de Wealth Management que aconselham particulares e clientes com património de valor líquido elevado. Os clientes da UHNW são apoiados pela equipa Key Client Partners.

A plataforma de investimento global da Deutsche AWM é dirigida por um Diretor de Investimentos (CIO) que gere os conhecimentos especializados de cerca de 1.500 profissionais nas áreas do investimento, pesquisa e transações, de forma a gerar uma perspetiva de investimento global (visão nacional da Deutsche AWM) e definir diretrizes para equipas de gestão de carteiras de ações, de rendimento fixo e de vários ativos de todo o mundo. Os gestores de carteiras combinam a visão nacional com as suas próprias análises rigorosas e implementam estratégias ao nível das carteiras e das contas de clientes que gerem. Do ponto de vista comercial, a oferta de produtos de investimento da Deutsche AWM engloba seis negócios de produtos globais: Loans & Deposits, Wealth Management Products, Active Investments, Passive Investments, Alternatives & Real Assets e Alternatives & Fund Solutions.

Deutsche Asset & Wealth Management

3-12

Gama de produtos por ativos investidos

Total de 1.039 mil milhões de euros no fim de 2014

Números arredondados
* Incluindo produtos cambiais e outros produtos/fundos especializados

Uma execução rigorosa conduz à eficiência e ao crescimento

Em 2014, a Deutsche AWM manteve o seu objetivo de execução do programa estratégico com vista a transformar e desenvolver o negócio. A Deutsche AWM transformou o seu modelo operacional e fez progressos ao nível da implementação de novas aplicações para a plataforma de investimento de gestão de ativos e para as operações de serviço ao cliente na área da gestão de património. Após estarem totalmente implementadas, estas aplicações dotarão a Deutsche AWM de uma infraestrutura de TI topo de gama, adaptada aos seus processos de investimento.

Em 2014, a Deutsche AWM analisou de forma ativa a sua carteira de negócios e a sua presença geográfica, com o objetivo de focar a atenção nas atividades principais e reduzir a complexidade e os custos. A Deutsche AWM continuou concentrada no seu mercado nacional (a Alemanha) e noutros mercados europeus, ao mesmo tempo de expandiu o seu negócio com a UHNW e clientes institucionais na América do Norte, Reino Unido e em mercados emergentes selecionados na Ásia, Médio Oriente, África e América Latina. Em simultâneo, a divisão alienou negócios não estratégicos e de escala inferior, incluindo as atividades de gestão de ativos na Rússia e nas Filipinas, o segmento de gestão de património ultraelevado no Reino Unido, e produtos de investimento de "valor estável" nos Estados Unidos. Além disso, o negócio expandiu os processos de *outsourcing* e transferiu atividades para locais que envolvem menores custos.

Paralelamente, a Deutsche AWM continuou a crescer através de investimentos significativos em serviços ao cliente e em produtos inovadores. Por meio de contratações estratégicas, a divisão aumentou o número de colaboradores na área de *private banking* e gestão de património disponíveis para servir os clientes da UHNW em todo o mundo. Este fator também teve impacto nas equipas de cobertura da Global Client Group.

A divisão aumentou a sua oferta de produtos em setores de inovação e de crescimento elevado, incluindo a expansão de produtos baseados na abordagem de retorno de numerário sobre o capital investido (CROCI), a "replicação física" de fundos transacionados em bolsa (ETF) (ou seja, utilizando a replicação de índice direto em vez dos derivados), e fundos de investimento alternativos. Os ativos nas estratégias CROCI, que incluem contas institucionais e fundos do segmento retalhista, cresceram em 2014 mais de 6,0 mil milhões de euros de forma global (2013: 4,2 mil milhões de euros). Com 19 mil milhões de euros (2013: 0,5 mil milhões de euros) em ativos sob gestão, a Deutsche AWM reforçou o seu posicionamento como segundo maior fornecedor europeu de ETF de replicação física, atualmente com um leque de 60 produtos. Por último, a Deutsche AWM continuou a trazer ao mercado produtos inovadores de investimento alternativo, uma área-chave que cresceu graças aos clientes privados e institucionais que procuram maiores retornos.

Em 2014, a Deutsche AWM viu as suas receitas crescer em particular graças aos clientes da UHNW, em mercados emergentes e fundos de investimento de alto desempenho. Na Deutsche AWM, o volume de negócio dos clientes da UHNW, incluindo os ativos investidos e os volumes de financiamento, cresceu 20% em 2014. Além disso, os ativos investidos dos clientes da Deutsche AWM, baseados nos países dos mercados emergentes das regiões APAC, MENA e América Latina, subiram 25% em 2014. Por último, os ativos sob gestão da Deutsche AWM em fundos com classificação de 4 e 5 estrelas (Morningstar) cresceram 5%.

3-13

Repartição regional dos ativos investidos

Total de 1.039 mil milhões de euros no fim de 2014

Números arredondados

Cooperação nas divisões corporativas

A colaboração interdivisões continua a ser uma das principais prioridades estratégicas. Em 2014, a Deutsche AWM geriu cerca de 50 mil milhões de euros em ativos em representação de clientes da PBC, além dos ativos de liquidez institucional de clientes da GTB. A ligação com a CB&S é essencial para a estratégia de crescimento futuro da Deutsche AWM com os clientes da UHNW. Os centros consultivos Key Client Partners criados em 2013 oferecem aos investidores profissionais um acesso sem barreiras a diferentes classes de ativos, a oportunidades de investimento transfronteiriças e a soluções de financiamento desenvolvidas em parceria com a CB&S.

Perspetivas

A Deutsche AWM está a trabalhar no sentido de atingir os seus ambiciosos objetivos de crescimento. A divisão pretende alavancar as capacidades combinadas da sua franquia integrada, bem como a ligação entre os vários negócios do Deutsche Bank, aumentar o número de assessores que servem os clientes da UHNW e reforçar os pontos fortes do seu mercado nacional (a Alemanha), ao mesmo tempo que ganha quota de mercado global em toda a área de gestão de ativos institucional e de retalho. Por último, a Deutsche AWM conta com uma execução rigorosa dos projetos de reestruturação em curso, por forma a melhorar ainda mais a eficiência e a aumentar as margens operacionais.

Prémios 2014

Euromoney
N.º 1 (Alemanha) - Inquérito sobre Banca Privada e Gestão de Património

Asia Risk
Banco Privado na Ásia do Ano

Scope Awards
Melhor Empresa de Gestão de Ativos na Alemanha

Risco
Instituição de Derivados de Fundos de Cobertura do Ano

ETP Awards
Melhor Prestador – Inovação, Produtos Negociados em Bolsa

Global ETF Awards
ETF Mais Inovadores das Américas

Hedge Fund Journal UCITS Hedge Awards 2014
Fundo de Ações de Maturidades Longas/Curtas com Melhor Desempenho

Structured Products
Inovação Tecnológica do Ano

Treasury Management International
Vencedor – América do Norte, Prémios de Fundos do Mercado Monetário

Non-Core Operations Unit

Elemento fundamental da Estratégia 2015+ para reduzir o risco e reforçar o capital

Em suma

- Redução substancial dos ativos não essenciais através da venda
- Conclusão da venda de ativos operacionais-chave
- Libertação de um montante significativo de capital desde a criação em 2012

A finalidade da Non-Core Operations Unit (NCOU) é libertar capital, reduzir o balanço e proteger o valor para o acionista reduzindo os riscos dos ativos não estratégicos, passivos e das atividades de negócio. A NCOU é um elemento fundamental da Estratégia 2015+, dado que a garantia de transparência, bem como a gestão rigorosa de capital e de balanço foram considerados fatores essenciais para o êxito do Deutsche Bank num ambiente regulamentar em constante evolução.

A NCOU foi criada no quarto trimestre de 2012 através da transferência de cerca de 140 mil milhões de euros em conformidade com as IFRS, equivalente a aproximadamente a mesma quantidade de ativos ponderados pelo risco (RWA) após total implementação das normas Basileia III. A carteira da NCOU engloba atividades não estratégicas para o Deutsche Bank, incluindo ativos substancialmente afetados por mudanças de setor, legais ou regulamentares.

A NCOU opera segundo normas claras de alienação que são rigorosamente cumpridas. Esta divisão reduz o balanço através da alienação para investidores de terceiros e visa encontrar as melhores soluções de redução do risco para anular estruturas complexas trabalhando com várias partes internas e externas.

O enfoque estratégico da NCOU está totalmente alinhado com os objetivos estratégicos do Deutsche Bank. Inicialmente, isso implicou uma forte ênfase na redução da procura de capital para contribuir para uma melhoria significativa do rácio de capital, ao mesmo tempo que impedia uma diluição para os acionistas. Recentemente, foi colocado um maior enfoque na redução da exposição do balanço, por forma a ajudar o Deutsche Bank a atingir o seu objetivo de rácio de alavancagem.

3-14
Total de ativos IFRS
Total de 38,9 mil milhões de euros no fim de 2014

Números arredondados

Excerto do relatório por segmentos (Non-Core Operations Unit[1])

A Non-Core Operations Unit registou uma perda antes de impostos sobre o rendimento de2,9 mil milhões de euros em 2014, face aos3,4 mil milhões de euros no ano anterior. Esta queda deveu-se sobretudo ao decréscimo das receitas e das perdas de crédito que refletem o progresso da redução do risco. Os gastos operacionais (excl. juros) foram mais baixos, mas continuaram a ser afetados pela natureza e pelo sincronismo de rubricas específicas. Os gastos operacionais (excl. juros) sofreram uma redução sobretudo devido à diminuição dos encargos de contencioso, bem como os benefícios observados após a execução da estratégia de redução do risco do banco.

em milhões de euros	2014	2013
Receitas líquidas	211	964
Provisão total para perdas de crédito	259	818
Gastos operacionais (excl. juros)	2.804	3.550
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	(2.851)	(3.402)
Ativos ponderados pelo risco	58.538	52.443
Ativo	38.853	63.810

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2014 (Relatório de Gestão).Os valores de capital regulamentares e os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013, e o CRR/CRD IV fully loaded desde 1 de janeiro de 2014.

3-15
Redução contínua do risco
Em mil milhões de euros

Outros pontos fulcrais são a resolução de importantes riscos relacionados com passivos contingentes e a redução da base de custo subjacente da NCOU, enquanto continuam a verificar-se progressos na redução do risco.

Progressos mesmo num contexto adverso

Em 2014, a NCOU cumpriu com sucesso a sua estratégia de redução do risco, facto evidenciado pela diminuição em 39% do total de ativos IFRS. A 31 de dezembro de 2014, os ativos IFRS situavam-se nos 39 mil milhões de euros, e os RWA *fully loaded* Basileia III conexos em 59 mil milhões de euros, inalterados face a 2013. Gráfico 3 – 15 Conforme previsto, o ritmo da redução do risco abrandou em 2014 em comparação com o ano anterior, pois o volume da carteira começou a diminuir. Ao mesmo tempo, verificou-se uma volatilidade acrescida nos cálculos do equivalente de ativos ponderados pelo risco. Enquanto a atividade de redução do risco durante o período em revista libertou 12 mil milhões de euros em RWA, este valor foi substancialmente compensado por outros fatores, incluindo ajustamentos em função do modelo. Desde a sua criação, a NCOU gerou um acréscimo do capital regulamentar "de fundos próprios" de 4,8 mil milhões de euros após impostos, excluindo encargos de contencioso. É o equivalente a uma subida de 110 pontos base no rácio Common Equity Tier 1 (CET1).

Em 2014, a NCOU centrou-se na alienação de ativos operacionais anteriormente detidos na antiga divisão Corporate Investments, tendo concluído com êxito a venda do BHF-BANK e do The Cosmopolitan of Las Vegas. Estes desinvestimentos foram complementados pela dissolução de ativos bancários antigos, como foi o caso da cessação antes do previsto de algumas das coberturas de derivados de crédito da carteira monorramo e a venda das obrigações subjacentes. Uma redução significativa do valor nocional da carteira de correlação de crédito também levou a uma diminuição substancial dos ativos CRD IV.

A carteira antiga do Special Commodities Group foi transferida para a NCOU no final do primeiro trimestre de 2014. Este processo surgiu no seguimento da decisão tomada em dezembro de 2013 de reduzir os negócios de matérias-primas do Deutsche Bank. Os ativos ponderados pelo risco aquando da transferência ascenderam aos 3 mil milhões de euros. A redução de tais ativos progrediu antes do previsto, tendo caído para menos de mil milhões de euros no final do período em análise.

De uma forma geral, a NCOU gerou ganhos líquidos a partir dos desinvestimentos concluídos durante esse período. Contudo, o desempenho financeiro da divisão continua a ser afetado de forma negativa por provisões, imparidades, por exemplo, na Maher Terminals, e ajustamentos de avaliação realizados em toda a carteira. Além disso, a NCOU incorreu em custos elevados com passivos existentes. Os encargos de contencioso, embora mais baixos do que em 2013, afetaram significativamente os gastos operacionais (excl. juros). No total, tal resultou numa perda de 2,9 mil milhões de euros.

Perspetivas

A NCOU continuará a contribuir para a redução dos riscos através da alienação de ativos. O ritmo deste processo irá abrandar com a redução da carteira, enquanto existe potencial para alterações nos RWA motivadas por efeitos em função do modelo, sobretudo para o risco operacional e de mercado. Em 2015, os resultados antes de impostos sobre o rendimento deverão ser afetados por fatores semelhantes aos anteriormente especificados para o ano em análise.

25
mil milhões de euros

em ativos diminuiu em 2014

Factos e números
Desempenho notável para os clientes mais exigentes

Dados Estruturais

		2014	2013	2012
Número de clientes (arredondado)				
Corporate Banking & Securities		18.200	20.200	21.400
Global Transaction Banking		47.400[1]	62.600	67.200
Deutsche Asset & Wealth Management	Retail Asset Management (Alemanha/Luxemburgo)	2.324.000	2.461.000	2.316.000
	dos quais: em cooperação	645.000	624.000	552.000
	Gestão de Ativos Institucionais[2]	6.400	6.400	6.400
	Wealth Management[3]	54.800	65.700	71.300
Private & Business Clients		27.473.000	27.994.000	28.419.000
	dos quais: Deutsche Postbank AG	13.761.000	13.959.000	14.018.000

Números-chave

		2014	2013	2012
Corporate Banking & Securities	Prémios de risco, número de prémios ganhos	2	3	3
	Euromoney Awards for Excellence, número de prémios ganhos	18	19	26
	Quota de mercado global de Corporate Finance da Dealogic	5	6	5
	Inquérito sobre o rendimento fixo global da Greenwich	1	1	1
	Inquérito sobre câmbios da Greenwich	1	1	1
Global Transaction Banking	Ativos sob custódia (em biliões de euros)	2,1	1,8	1,6
	Transações documentais (em milhares de milhões de euros)	75,1	70,6	61,2
	Localizações, incl. escritórios de representação	49	47	46
	Prémios da área dos valores mobiliários na Ásia[4]	17	11	13
Deutsche Asset & Wealth Management	Deutsche AWM			
	Número de prémios de desempenho de fundos na Europa	64	56	77
	Ativos investidos (em mil milhões de euros)	1.039	923	920
	dos quais: clientes com património líquido ultraelevado	241	201	180
Private & Business Clients	Número de transferências de aplicações (em milhares)	1.911	1.135	785
	Novos ativos líquidos (Investment Products & Insurance) (em mil milhões de euros)	6,5	2,8	(1,2)
	Volume de negócio dos clientes - Hipotecas (em mil milhões de euros)	121	118	113

Projetos especiais

Corporate Banking & Securities	"Agenda estratégica" – um conjunto de 20 iniciativas estratégicas para reconfigurar a CB&S, abrangendo cultura, clientes, aumento de proveitos, eficiência de recursos, alinhamento operacional e cooperação entre as divisões.
Global Transaction Banking	A solução TARGET2-Securities (T2S) que permite aos clientes capitalizarem a nova infraestrutura do mercado de liquidação de títulos única em toda a Europa.
	500 sessões de formação sobre fundo de maneio em Trade Finance/Cash Management Corporates para oferecer melhores soluções de fundo de maneio aos clientes.
Deutsche Asset & Wealth Management	Atualizações de plataformas: A primeira implementação da plataforma Aladdin da BlackRock Solutions na Alemanha e na Suíça; o contexto operacional de investimento global assistirá à criação de novas plataformas em 2015. Atualização da plataforma Avaloq de gestão de património na Suíça.
	Replicação física de ETF: Fundos europeus recalibrados transacionados em bolsa, da replicação sintética à replicação física, resultando num crescimento de novos ativos líquidos de mais de 5 mil milhões de euros.
Private & Business Clients	A "PBC Banking Services" foi criada através da combinação numa única divisão de unidades de serviço anteriormente separadas da Private & Commercial Banking e do Postbank em 14 locais diferentes.
	A digitalização é uma prioridade-chave. O Deutsche Bank alocou200 milhões de euros à PBC para a expansão de serviços digitais por um período de três anos.

[1] A redução é atribuível ao realinhamento das atividades nos Países Baixos.
[2] Incluindo investidores em passivos.
[3] Número de relações excluindo Private Client Services (EUA), incluindo Sal. Oppenheim
[4] Prémios de Investidores em Ativos Triplo A, Gestão de Fundos e Manutenção de Ativos.

»Maximizar o potencial de inovação de todos os nossos colaboradores através de uma liderança inclusiva contribui para o cumprimento dos nossos objetivos estratégicos de competir ao mais alto nível em todo o mundo, e compreender as necessidades do nosso cliente e das partes interessadas.«

A sede do Deutsche Bank está localizada em Frankfurt am Main, o centro financeiro mais importante da Europa continental. Cerca de 10.400 colaboradores de 75 nacionalidades estão sediados na zona de Frankfurt.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Gülabatin Sun, Frankfurt am Main
Diretor global de Diversidade e inclusão, Deutsche Bank AG

4

Colaboradores

67 Colaboradores
Os melhores talentos no sítio certo

71 Factos e números
Grande diversidade, presença global

O Deutsche Bank pretende recrutar e reter os melhores colaboradores, os mais talentosos, para assegurar o seu futuro. Só um empregador tão atrativo a nível global consegue fazê-lo com êxito.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Colaboradores
Os melhores talentos no sítio certo

Em suma

- Valores e convicções integrados nos processos de recursos humanos
- Aumento da representação feminina em cargos de liderança
- Estruturas de benefícios em conformidade com requisitos regulamentares

4 – 1
Colaboradores
Em milhares no final do exercício*

* Equivalentes a tempo inteiro

Com um clima de negócios cada vez mais competitivo em todo o mundo, atrair e reter os melhores talentos é agora mais importante do que nunca para o Deutsche Bank. Num ambiente tão volátil, o banco pretende ser um empregador atrativo a nível global no setor financeiro. O banco tem como objetivo implementar a sua agenda estratégica de iniciativas de Recursos humanos, entre as quais se encontram a transformação cultural, a diversidade e a inclusão, bem como a reformulação das estruturas de benefícios e a promoção da liderança e da gestão de talentos.

Em 2014, o número de colaboradores contratados a tempo inteiro pelo Grupo Deutsche Bank baixou em 117 para 98.138. Gráfico 4 – 1 Ajustado aos negócios adquiridos e vendidos, o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro aumentou 1.214. A estrutura regional dos recursos humanos do Deutsche Bank Gráfico 4 – 2 foi afetada pelo desinvestimento do BHF-BANK na Alemanha. Excluindo este efeito, a percentagem de funcionários empregados na Alemanha permaneceu, de uma forma geral, estável.

Implementar os valores e as convicções do banco nos processos de recursos humanos

O Deutsche Bank implementou os seus valores e convicções nos processos de recrutamento, entrevista e contratação, bem como nas atividades de desenvolvimento. Em 2014, o processo de gestão do desempenho sofreu uma nova adaptação. A adesão aos valores e convicções do Deutsche Bank é hoje um fator determinante não apenas para 50% da avaliação do desempenho individual dos colaboradores, mas também para decisões relativas a promoções. Além disso, os elementos do sistema de remunerações foram ajustados no sentido de apoiarem, encorajarem e recompensarem os comportamentos corretos e sancionarem os incorretos. Indicadores-chave relacionados com os valores do Deutsche Bank foram integrados no processo de remunerações de final de ano para colaboradores de todas as divisões e para os membros do Conselho de Administração. Além disso, os processos de suspensão, de aviso e de gestão do desempenho passaram a estar alinhados com os processos disciplinares e de avaliação de final de ano.

Em simultâneo, o Deutsche Bank lançou os prémios “Viver os valores” em 2014, patrocinados pelos Codiretores-gerais (Co-CEO), para recompensar os colaboradores que conseguem resultados comerciais excecionais enquanto demonstram defender os valores do banco. Foram feitas quase 100 nomeações pela Direção sénior a nível global, e 10 equipas receberam o prémio inaugural.

4 – 2

Destacamento regional de colaboradores

Em % no final do exercício de 2014*

* Equivalentes a tempo inteiro

O inquérito aos recursos humanos do Deutsche Bank fornece uma visão valiosa acerca da forma como os colaboradores veem a cultura do banco. 82% dos inquiridos conheciam os valores e as convicções. Estas conclusões continuarão a influenciar diretamente a agenda do banco em 2015.

Reformulação das estruturas de benefícios

O banco ajustou o seu sistema de remunerações no ano em análise. 2014 assistiu a mudanças na legislação europeia através da publicação da Diretiva sobre Requisitos de Capital IV (CRD IV), que veio restringir o rácio de remuneração fixa e variável para determinados colaboradores do setor bancário para 1:1. Enquanto a CRD IV diz respeito apenas a "colaboradores que correm riscos materiais", esta regulamentação abrange todos os colaboradores de forma global com base no quadro regulamentar da Alemanha. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral aprovou a possibilidade legal de adotar um rácio de remuneração fixa e variável de 1:2 para todos os colaboradores, e o banco implementou esta regra. De modo a assegurar que os níveis de remuneração total permanecem competitivos, o Deutsche Bank ajustou a estrutura remuneratória para vários colaboradores através de diversas medidas, incluindo um reequilíbrio da remuneração variável e fixa. Aquando do ajustamento, em julho de 2014, aproximadamente 1.100 colaboradores foram identificados como sendo elegíveis para receberem aumentos na remuneração fixa.

Há muitos anos que o Deutsche Bank recorre à remuneração variável para criar incentivos, recompensar e reter os colaboradores que demonstrem ter um desempenho elevado. O banco está empenhado em garantir que uma grande parte de quaisquer remunerações variáveis atribuídas a membros da Direção sénior está igada ao desempenho e ao desenvolvimento a longo prazo do banco. Tal remuneração variável é sujeita a um diferimento estruturado de um mínimo de três anos,juntamente com exigentes condições de desempenho e perda de direitos. Em fevereiro de 2014, foram implementadas várias melhorias nas regras do plano. Por exemplo, uma condição de perda de direitos do Grupo que anteriormente se aplicava apenas a colaboradores que correm riscos materiais passou a ser aplicável a todos os colaboradores com prémios em ações diferidos, e as regras de violação das políticas foram ampliadas de forma a cobrirem os níveis inferiores de sanções disciplinares.

Uma estrutura de governação forte e eficaz garante que o Deutsche Bank opera dentro dos parâmetros claros da sua política e estratégia de remunerações. Em 2014, as melhorias aplicadas à estrutura de governação centraram-se nas competências e no trabalho do Comité de supervisão de remuneração do Grupo, proporcionando, assim, um processo de governação reforçado e mais integrado. Melhorar a documentação de decisões relativas à atribuição individual de remunerações variáveis e garantir que era dada uma maior ênfase à importância dos fatores culturais foram algumas das principais conquistas de 2014.

Outras informações

Relatório Financeiro 2014
Relatório de Remuneração, páginas 257 e seguintes.

4 – 3

Rácio superior de mulheres em posições de gestão

Em % no final do exercício

■ Diretoras Executivas e Diretoras
■ Cargos de chefia de mulheres (Diretora executiva, Diretora, Vice-presidente, Vice--presidente assistente, Associada)

A diversidade e a inclusão fazem a diferença

O Deutsche Bank reconhece o valor de uma organização diversificada e inclusiva. O banco abraça as oportunidades e os desafios apresentados pelas alterações demográficas. Porém, uma equipa heterogénea só demonstra todo o seu potencial num ambiente de trabalho baseado na confiança, no respeito e na abertura. Como tal, o banco está cada vez mais sensibilizado para o impacto positivo de uma liderança inclusiva entre a Direção. Para tal, foram estabelecidos objetivos de diversidade para a Direção no sentido de promover a sensibilização para a heterogeneidade e assegurar que o banco investe em talentos diversificados.

Em 2014, o banco organizou o *workshop* "Gerir preconceitos involuntários" para diretores executivos e diretores noutros locais da Alemanha, possibilitando a participação de mais membros da Direção sénior. Foi dado um novo enfoque ao programa global de *e-learning* "As grandes mentes não pensam da mesma forma – O poder das diferentes perspetivas". Mais de 6.000 colaboradores já participaram.

No ano em análise, o Deutsche Bank aumentou ainda mais a representação feminina em cargos de direção, destacando-se a nomeação de duas executivas para a Comissão Executiva do Grupo. Além disso, os programas com a finalidade de aumentar o número de mulheres em posições de liderança continuam a ser elementos-chave para a estratégia de diversidade do banco. 42 mulheres participaram no premiado programa ATLAS (Accomplished Top LeadersAdvancement Strategy) para diretoras executivas desde o lançamento da iniciativa em 2009: 56% das formandas ativas foram promovidas, pelo menos, uma vez, e 13 mulheres são agora membros de comissões executivas globais ou regionais. Em junho de 2014, 37 diretoras participaram na quinta edição do programa Women Global Leaders do Deutsche Bank na INSEAD Business School.

Juntamente com outras empresas do índice DAX, o Deutsche Bank assinou uma declaração voluntária em 2011 na qual se comprometia a aumentar a proporção de mulheres na Direção sénior (diretoras executivas e diretoras) para 25%, e em todos os cargos de chefia para 35%, até ao final de 2018, estando estas medidas sujeitas às leis aplicáveis de todo o mundo. Em linha com esta estratégia de diversidade global e com base neste compromisso, o banco está a recrutar mais diretoras para o Conselho de Fiscalização e para cargos de direção. Desde 2010, o número de diretoras executivas e de diretoras aumentou em cerca de 260 (+17%), enquanto o número de cargos de chefia de mulheres subiu em aproximadamente 2.200 (+18%), atingindo uma quota de 19,4% e 31,7%, respetivamente. Gráfico 4 – 3 Através da iniciativa "Mulheres nos Conselhos", a proporção de mulheres nos Conselhos Consultivos regionais aumentou para 8,5% em 2014, tendo, assim, duplicado desde o lançamento da iniciativa em 2011. O número de mulheres no Conselho de Fiscalização não sofreu alterações.

4 – 4
Tempo de serviço na empresa
Quota de colaboradores em % no fim de 2014

Promover uma liderança forte e a gestão de talentos

O papel de um líder é inspirar e motivar os seus colaboradores, e isso nunca foi tão importante como neste momento. Foi nesse sentido que, em 2014, o banco criou um novo quadro para o desenvolvimento de diretores sénior com a finalidade de reforçar as capacidades de liderança e apoiar a mobilidade da carreira, os planos de sucessão e atividades para o desenvolvimento dos colaboradores. Em 2014, 69 líderes sénior participaram neste processo. O banco deu prioridade aos colaboradores que correm maiores riscos para o exercício, uma vez que a sustentabilidade dos colaboradores atuais e futuros naquilo que os reguladores consideram ser as principais posições de risco é cada vez mais importante.

As nomeações para cargos de Direção sénior são coordenadas a nível central por forma a melhorarem o processo de planeamento de sucessões e a apoiarem a mobilidade entre divisões, a progressão na carreira, a retenção dos talentos-chave e uma maior representação das mulheres em cargos de chefia. Nesse sentido, 50% das nomeações internas para os principais cargos de Direção sénior resultaram da mobilidade entre divisões, e 63% dos candidatos internos foram recrutados através do processo de planeamento de sucessões do banco. Além disso, 25% das nomeações para cargos de Direção sénior que tiveram lugar em 2014 foram para diretoras executivas, o que teve um impacto positivo na diversidade de género nas posições de Direção sénior do banco.

Atrair e reter colaboradores que sigam os nossos valores

Em 2014, por forma a satisfazer as necessidades do banco ao nível de talentos jovens, o Deutsche Bank começou a aplicar uma abordagem mais consistente aos processos de contratação, formação e gestão dos diplomados nas várias divisões e em diferentes locais. A estratégia visa melhorar a eficiência e posicionar os diplomados contratados pelo Deutsche Bank como um nicho de talento para o futuro. O Deutsche Bank investiu em várias universidades (em diversos locais novos ou em expansão), aumentando, assim, o alcance e a presença da marca entre o público-alvo. Em julho de 2014, 751 diplomados integraram o banco (para todas as áreas de negócios e para todas as infraestruturas), o que representou um aumento de 19% face a 2013. Quase um quarto destes colaboradores foram contratados em localidades próximas como resultado da estratégia de localização do banco e da cada vez mais forte presença em locais como Jacksonville (Florida, EUA), Cary (Carolina do Norte, EUA), Moscovo e Birmingham (Reino Unido). Outros 522 estagiários participaram em programas de estágio de verão do Deutsche Bank em 2014.

Maior participação no plano de aquisição de ações para colaboradores

Cerca de 20.000 colaboradores de 31 países participaram no Global Share Purchase Plan do Deutsche Bank em 2014. Na Alemanha, 56% dos funcionários elegíveis participaram, bem como mais de 36% dos colaboradores de outros países onde o plano foi implementado. O plano dá aos colaboradores a oportunidade de adquirirem ações do Deutsche Bank e de as pagarem em prestações mensais. No fim do ciclo de aquisição, o Deutsche Bank rateia as ações adquiridas até um máximo de dez ações gratuitas.

Outras informações

Relatório de Recursos Humanos de 2014
► www.db.com/ir/reports

Factos e números
Grande diversidade, presença global

Dados Estruturais

		2014	2013	2012
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[1]		98 138	98 254	98 219
Divisões	Private & Business Clients	38,8%	38,6%	38,6%
	Corporate Banking & Securities	8,4%	8,5%	8,7%
	Deutsche Asset & Wealth Management	6,1%	6,2%	6,6%
	Global Transaction Banking	4,2%	4,2%	4,4%
	Non-Core Operations Unit	0,3%	1,6%	1,7%
	Infraestrutura Regional	42,2%	40,9%	40,0%
Regiões[2]	Alemanha	46,3%	47,2%	47,1%
	Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África	23,5%	23,6%	24,2%
	Américas	10,8%	10,5%	10,5%
	Ásia e Pacífico	19,4%	18,7%	18,2%
Habilitações[3,4]	Diploma universitário	63,0%	64,2%	64,0%
	Certificado do ensino secundário	19,3%	17,4%	17,4%
	Outros níveis de escolaridade	17,7%	18,4%	18,6%
Colaboradoras[5]	Total de colaboradoras	41,7%	41,7%	41,7%
	Diretoras Executivas e Diretoras	19,4%	18,7%	18,0%
	Cargos de chefia assumidos por mulheres[6]	31,7%	31,1%	30,8%
Idade[3]	até 29 anos	18,8%	18,9%	19,8%
	30 – 39 anos	29,3%	29,2%	29,4%
	40 – 49 anos	29,6%	30,6%	30,8%
	mais de 49 anos	22,3%	21,3%	20,0%
Tempo de serviço na empresa[3]	até 4 anos	33,8%	33,2%	34,9%
	5 – 14 anos	29,3%	30,7%	30,0%
	mais de 14 anos	36,9%	36,1%	35,1%

Números-chave

	2014	2013	2012
Índice de compromisso do colaborador[7]	66%	–	73%
Taxa de rotação de voluntários	6,6%	6,4%	6,2%
Formação (custos em milhões de euros)	82	86	109
Programas de estágio (custos em milhões de euros)	41[8]	46	54

Projetos especiais

Maior mobilidade interna	Uma campanha de sensibilização iniciada em 2013 que visa aumentar a mobilidade interna da carreira registou resultados positivos na região da Ásia e Pacífico com uma taxa de adesão interna que subiu de 27% em 2013 para 36% em 2014. Esta tendência também se verifica a nível global.
Novo quadro para o desenvolvimento de diretores sénior	Em 2014, o banco criou um novo quadro para o desenvolvimento de diretores sénior com a finalidade de reforçar as capacidades de liderança, apoiar a mobilidade da carreira, os planos de sucessão e atividades para o desenvolvimento dos colaboradores. 69 líderes sénior participaram neste processo.

[1] Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes
[2] Em 2014, os colaboradores da ilha Maurícia, anteriormente englobados na Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África, passaram a ser incluídos na região da Ásia e Pacífico: os números para 2013 (186 colaboradores) e para 2012 (197 colaboradores) foram reajustados para refletir esta integração.
[3] Número de colaboradores (total)
[4] Excluindo principalmente o Postbank, o Sal Oppenheim, o BHF-BANK (vendido em 2014) e o DB Investment Services.
[5] Excluindo entidades legais externas ao sistema de títulos corporativos do DB: principalmente o Postbank, o Sal Oppenheim, o BHF-BANK (vendido em 2014) e o DB Investment Services.
[6] Colaboradores com títulos corporativos: diretores executivos, diretores, vice-presidentes, vice-presidentes assistentes e associados.
[7] 2014, incluindo o Postbank pela primeira vez: inquérito não realizado em 2013
[8] Os custos relatados para 2014 baixaram em cerca de 3 milhões de euros face a 2013 devido à alteração do método de alocação, sobretudo no que diz respeito aos custos relacionados com TI.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Steve Weiner, Londres
Tesoureiro do Grupo, Unilever

»Com a ajuda do Deutsche Bank, a Unilever emitiu a primeira obrigação verde em libras esterlinas de sempre. Isso contribuirá para conseguirmos reunir o fundo de financiamento necessário para investirmos em eficiência energética e noutros ingredientes essenciais para um negócio sustentável.«

Tanto a Deutsche AWM como a CB&S têm uma presença significativa ao nível da gestão em Londres, o que reflete a importância estratégica da capital do Reino Unido no setor da banca.

5

Responsabilidade corporativa

75 Responsabilidade corporativa
Normas em matéria de riscos ambientais e sociais reforçadas nos negócios essenciais

77 Factos e números
Explorar oportunidades, gerir riscos

O Deutsche Bank assumiu um compromisso para com a sustentabilidade e analisa as suas transações comerciais à luz dos riscos ambientais e sociais.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Responsabilidade corporativa

Normas em matéria de riscos ambientais e sociais reforçadas nos negócios essenciais

Em suma

- Maior número de transações revistas no que diz respeito aos riscos ambientais e sociais
- Contribuiu para moldar um mercado de "obrigações verdes" em crescimento
- 5,8 milhões de pessoas beneficiaram de iniciativas de cidadania empresarial

Atualizado em 2014, o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank expressa o seu compromisso para com a sustentabilidade, que está no centro dos princípios de responsabilidade corporativa do banco. O Deutsche Bank analisa o impacto ambiental e social das suas ações e aplica normas ambientais e sociais rígidas às suas atividades de negócio por forma a contribuir para um futuro sustentável. Este compromisso vai ao encontro da Estratégia 2015+ e reflete os valores e as convicções do Deutsche Bank. Num contexto de negócio tão complexo como o verificado, o banco continuou a incorporar aspetos de sustentabilidade nos seus negócios essenciais. O banco apostou numa abordagem de crescente transparência, na exploração de oportunidades de negócio decorrentes das tendência globais, e na gestão de potenciais riscos ambientais e sociais.

Este compromisso visa estender-se muito além das operações do negócio essencial. Enquanto empresa com responsabilidade corporativa, o Deutsche Bank goza de um posicionamento único que lhe permite desempenhar um papel de liderança e ajudar a tornar possíveis ideias inovadoras por forma a fazer face aos desafios de hoje, de forma eficaz.

5 – 1
Classificação de sustentabilidade RobecoSAM 2014
Empresas de serviços financeiros
(Escala de 0 a 100)

Fonte: RobecoSAM AG

Aumento da sensibilização para os riscos ambientais e sociais

São necessários serviços de *due diligence* ao nível do risco ambiental e social por parte do quadro de risco reputacional ambiental e social do Deutsche Bank como uma parte integrante do processo de aprovação para todas as transações, sobretudo para atividades de negócio em setores sensíveis. O banco estabeleceu uma posição em atividades em ou perto de locais considerados Património Mundial pela UNESCO e reconfirmámos o nosso compromisso em travar o desflorestamento. Juntamente com outros bancos e investidores, o Deutsche Bank iniciou o desenvolvimento de uma abordagem para a gestão do risco de ativos de carbono, que poderiam surgir para fornecedores de capital a partir de riscos de carbono não geridos.

Em 2014, o número de transações revistas no âmbito do quadro subiu novamente de forma significativa para 1.250 (2013: 721), refletindo a crescente sensibilidade das equipas bancárias para estes riscos.

Enfoque nas necessidades dos clientes

Os clientes satisfeitos e leais são essenciais para o sucesso do Deutsche Bank. Partindo de processos existentes, o banco determinou um Net Promoter Score (NPS) em 2014 para a maioria dos segmentos de clientes, com a finalidade de criar uma avaliação consistente e sistemática dos níveis de satisfação do cliente em todo o banco, o que também contribuirá para reforçar o foco no cliente.

5 – 2
Investimentos de responsabilidade corporativa globais
Total de 80,5 milhões de euros em 2014

A divisão de Private and Business Client (PBC) tem uma vasta experiência em investir e avaliar a satisfação do cliente. Em 2014, aproximadamente 360.000 clientes individuais e empresariais da Alemanha participaram no inquérito de satisfação ao cliente. As respostas permitem compreender de forma detalhada o que acham os clientes da assessoria e dos serviços do banco, e se recomendariam o Deutsche Bank a um amigo ou familiar.

Integrar fatores ambientais, sociais e de governação nasdecisões de investimento

O Deutsche Bank continuou a desenvolver a sua abordagem de integração de questões sociais, ambientais e de governação (SAG) em processos de investimento na Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM). Por forma a intensificar estes esforços em 2014, a Deutsche AWM consolidou a equipa responsável pela coordenação da estratégia de SAG e pela melhoria das capacidades e competências na área do investimento sustentável. Em 2014, a Deutsche AWM desenvolveu uma aplicação exclusiva que permite analisar até 1.500 subconjuntos de "comportamentos SAG" para mais de 5.000 empresas. Tal significa que a divisão tem capacidade para desenvolver produtos personalizados de acordo com os padrões SAG específicos de investidores institucionais individuais. No final de 2014, o Deutsche Bank geria ativos investidos com base nos critérios SAG na ordem dos 5,4 mil milhões de euros (2013: 5,1 mil milhões de euros).

Apoio a investimentos de natureza ambiental e social

O Deutsche Bank é um dos principais financiadores privados de projetos em energias renováveis. Em 2014, o banco disponibilizou mais de 978 milhões de euros (2013: 783 milhões de euros) para projetos em energias renováveis de clientes. O banco prestou assessoria e proporcionou o financiamento para projetos com uma capacidade total de mais de 1.793 megawatts, no valor de 4,3 mil milhões de euros.

O Deutsche Bank juntou-se a outras 12 grandes instituições financeiras para a publicação dos Princípios das Obrigações Verdes, documento que constitui um conjunto de diretrizes para a integridade e a transparência neste mercado. Estes princípios definem as normas para o capital gerado através da emissão de obrigações verdes, por forma a garantir que os fundos obtidos beneficiam projetos de cariz ambiental ou social, por exemplo, energias renováveis, eficiência energética e água potável. Em 2014, o mercado das obrigações verdes quadruplicou a sua dimensão. O Deutsche Bank foi o principal gestor de várias emissões de grande relevância, incluindo uma obrigação de 1,5 mil milhões de euros para o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e a primeira obrigação expressa em libras esterlinas que rendeu à Unilever 250 milhões de libras esterlinas.

Uma empresa ativa com responsabilidade corporativa

Com um investimento total de 80,5 milhões de euros em 2014 (2013: 78,2 milhões de euros), o Deutsche Bank e as respetivas fundações continuaram a ser um dos expoentes mais ativos da cidadania empresarial. Gráfico 5 – 2 Mais de 5,8 milhões de pessoas beneficiaram dos programas do banco durante o ano passado. Os programas de investimento social do Deutsche Bank tocaram as vidas de 1,6 milhões de pessoas em 2014. Os programas vão desde o microfinanciamento e investimento com impacto através do desenvolvimento comunitário e iniciativas empresariais com a finalidade de ajudar quem necessita. Enquanto pioneiro e líder intelectual na área do microfinanciamento, o banco concedeu cerca de 3,9 milhões de microempréstimos num valor estimado de 1,8 mil milhões de dólares norte-americanos desde 1997.

Após o sucesso do seu lançamento no Reino Unido, o Born to Be, o programa de empenho jovem do Deutsche Bank e respetivas fundações, foi implementado um pouco por toda a Europa, Ásia, África do Sul e Américas em 2014. Este programa concentra-se na eliminação de barreiras à educação e ao desenvolvimento pessoal, e já ajudou mais de um milhão de jovens de todo o mundo a maximizarem o seu potencial.

Outras informações

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2014
► www.db.com/cr/society

Factos e números
Explorar oportunidades, gerir riscos

Dados Estruturais

	2014	2013	2012
Número de países onde o Deutsche Bank opera	71	71	72

Números-chave

		2014	2013	2012
Classificações de sustentabilidade	Carbon Disclosure Project (Faixa A a E)	92/Faixa B	91/Faixa A	90/Faixa A
	OEKOM Research (numa escala de A+ a D–)	C/Prime	C/Prime	C/Prime
	RobecoSAM (Escala de 1 a 100)	70	72	78
	Sustainalytics (Escala de 1 a 100)	62	59	65
Perceção externa do Deutsche Bank enquanto empresa com responsabilidade corporativa (mercado B2B global)		64%	51%	49%
Total de investimentos em responsabilidade corporativa (em milhões de euros)		80,5	78,2	82,7
Negócio responsável				
Gestão de ativos em fundos orientados para a sustentabilidade (em mil milhões de euros)		5,4	5,1	3,7
Financiamento cumulativo a mutuários de microcréditos estimado desde 1997 (em mil milhões de USD)		1,75	1,67	1,49
Operações sustentáveis				
Energias renováveis utilizadas (em % do consumo total)		77%	79%	67%
Emissões líquidas de gases com efeito de estufa[1] (em toneladas métricas de CO_2)		297.303	306.268	346.983
Pessoas e sociedade				
Colaboradores que participam em programas de voluntariado empresarial do Deutsche Bank (em % do total de colaboradores, excluindo o Postbank)		21%	25%	24%
Participantes em projetos educacionais		1.168.913	411.121	1.322.026
Beneficiários de projetos sociais com enfoque educacional/projetos Born to Be		1.593.177	439.635	7.108.984

Projetos especiais

Economia	Desenvolvimento de uma solução de software proprietária que nos permite filtrar mais de 1.500 conjuntos de dados relativos às práticas de SAG de mais de 5.000 empresas. Desenvolvimento de uma posição clara relativamente às atividades em ou perto de locais considerados Património Mundial pela UNESCO.
Ecologia	Manutenção de operações neutras em termos de emissões de carbono para todas as atividades operacionais através da compra e retirada de unidades verificadas de emissões. O Deutsche Bank atuou como *bookrunner* de várias obrigações "verdes".
Pessoas e Sociedade	Os valores e as convicções estiveram presentes em todos os processos de recursos humanos ao longo da carreira de um colaborador. Implementação global do Born to Be, o programa de empenho jovem do Deutsche Bank e respetivas fundações. Quase 17.000 colaboradores (21% do total de colaboradores) ofereceram voluntariamente mais de 190 000 horas para projetos de cariz social.

[1] As emissões líquidas de gases com efeito de estufa incluem fontes de energias renováveis e certificados de energias renováveis. Totalmente compensado pelos créditos de carbono de elevada qualidade desde 2012.

»No NADB, sempre ficámos muito satisfeitos com o excelente serviço personalizado e de topo prestado pelo Deutsche Bank. Compreendem totalmente as nossas necessidades e os nossos objetivos.
O Deutsche Bank não só demonstra paixão por um bom desempenho, como também naquilo que faz.«

Nos E.U.A., o Deutsche Bank possui cerca de 10.000 colaboradores em 28 estados e 90 cidades. O Deutsche Bank Américas contribui com um quarto para as receitas totais do Grupo.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Héctor M. Camacho,
San Antonio Diretor financeiro,
North American Development Bank
(NADB)

6

81 Demonstração de resultados
82 Balanço
83 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Demonstrações financeiras consolidadas/Excertos

Os menores riscos e uma base de capital maissólida refletem-se no balanço do Deutsche Bank em 2014.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Para ver notas e outras informações detalhadas (incluindo notas de rodapé), consultar o Relatório financeiro de 2014 (Demonstrações financeiras consolidadas).

Demonstração de resultados

Demonstração de resultados

em milhões de euros	2014	2013	2012
Juros e rendimentos similares	25.001	25.601	31.593
Juros e encargos similares	10.729	10.768	15.619
Rendimento de juros líquido	14.272	14.834	15.975
Provisão para perdas de crédito	1.134	2.065	1.721
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	13.138	12.769	14.254
Rendimentos de serviços e comissões	12.409	12.308	11.809
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.299	3.817	5.608
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	242	394	301
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	619	369	163
Outro resultado	108	193	(120)
Rendimento total excluindo juros	17.677	17.082	17.761
Remunerações e benefícios	12.512	12.329	13.490
Despesas gerais e administrativas	14.654	15.126	15.017
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	289	460	414
Imparidade de ativos intangíveis	111	79	1.886
Atividades de reestruturação	133	399	394
Despesas totais (excluindo juros)	27.699	28.394	31.201
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	3.116	1.456	814
Despesa de imposto sobre o rendimento	1.425	775	498
Resultado líquido	1.691	681	316
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	28	15	53
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	1.663	666	263

Resultados por ação[1]

em euros	2014	2013	2012
Básicos	1,34	0,64	0,27
Diluídos[2]	1,31	0,62	0,26
Número de ações em milhões[1]			
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação	1.241,9	1.045,4	979,0
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas	1.269,5	1.073,2	1.004,7

[1] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos por forma a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em junho de 2014 relativa ao aumento de capital.
[2] Inclui efeito do numerador das conversões assumidas.

Balanço

Ativos

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	17.155
Depósitos remunerados em bancos	63.518	77.984
Fundos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17.796	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	25.834	20.870
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos detidos para negociação	195.681	210.070
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629.958	504.590
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	117.285	184.597
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	942.924	899.257
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.297	48.326
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	4.143	3.581
Empréstimos	405.612	376.582
Ativos fixos tangíveis	2.909	4.420
Goodwill e outros ativos intangíveis	14.951	13.932
Outros ativos	137.980	112.539
Ativos por impostos correntes	1.819	2.322
Ativos por impostos diferidos	6.865	7.071
Total do ativo	1.708.703	1.611.400

Passivo e capital próprio

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos	532.931	527.750
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	10.887	13.381
Títulos cedidos por empréstimo	2.339	2.304
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos detidos para negociação	41.843	55.804
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	610.202	483.428
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	37.131	90.104
Passivos por contratos de investimento	8.523	8.067
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	697.699	637.404
Outros empréstimos a curto prazo	42.931	59.767
Outros passivos	183.823	163.595
Provisões	6.677	4.524
Passivos por impostos correntes	1.608	1.600
Passivos por impostos diferidos	1.175	1.101
Dívida a longo prazo	144.837	133.082
Títulos fiduciários preferenciais	10.573	11.926
Obrigação de comprar ações ordinárias	–	–
Total do passivo	1.635.481	1.556.434

Capital próprio dos acionistas

Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	3.531	2.610
Capital realizado adicional	33.626	26.204
Lucros não distribuídos	29.279	28.376
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	(8)	(13)
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	–	–
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	1.923	(2.457)
Total do capital acionista	68.351	54.719
Componentes de capital adicionais	4.619	–
Participações minoritárias	253	247
Total do capital próprio	73.223	54.966
Total do passivo e do capital próprio	1.708.703	1.611.400

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Balanço

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Total do ativo	1.708.703	1.611.400	2.022.275	2.164.103	1.905.630
Empréstimos	405.612	376.582	397.377	412.514	407.729
Total do passivo[1]	1.635.481	1.566.434	1.968.035	2.109.443	1.855.262
Total do capital próprio atribuível a acionistas[1]	68.351	54.719	54.001	53.390	48.819
Participações minoritárias	253	247	239	1.270	1.549
Capital Tier 1[2]	63.898	50.717	50.483	49.047	42.565
Total do capital regulamentar[2]	68.293	55.464	57.015	55.226	48.688

Demonstração de resultados

em milhões de euros	2014	2013	2012	2011	2010
Rendimento de juros líquido	14.272	14.834	15.975	17.445	15.583
Provisão para perdas de crédito	1.134	2.065	1.721	1.839	1.274
Rendimentos de serviços e comissões[3]	12.409	12.308	11.809	11.878	10.669
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados [3]	4.299	3.817	5.608	2.724	3.354
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	969	956	344	1.181)	(1.039)
Rendimento total excluindo juros	17.677	17.082	17.761	15.783	12.984
Remunerações e benefícios	12.512	12.329	13.490	13.135	12.671
Despesas gerais e administrativas	14.654	15.126	15.017	12.657	10.133
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	289	460	414	207	485
Imparidade de ativos intangíveis	111	79	1.886	–	29
Atividades de reestruturação	133	399	394	–	–
Despesas totais (excluindo juros)	27.699	28.394	31.201	25.999	23.318
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	3.116	1.456	814	5.390	3.975
Despesa de imposto sobre o rendimento	1.425	775	498	1.064	1.645
Resultado líquido	1.691	681	316	4.326	2.330
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	28	15	53	194	20
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	1.663	666	263	4.132	2.310

Principais indicadores

	2014	2013	2012	2011	2010
Resultados por ação básicos[4]	1,34 euros	0,64 euros	0,27 euros	4,25 euros	2,93 euros
Resultados por ação diluídos[4]	1,31 euros	0,62 euros	0,26 euros	4,11 euros	2,80 euros
Dividendos pagos por ação no período	0,75 euros	0,75 euros	0,75 euros	0,75 euros	0,75 euros
Rentabilidade dos capitais próprios médios (após impostos)	2,7%	1,2%	0,5%	8,2%	5,5%
Rentabilidade dos capitais próprios médios (antes de impostos)	5,0%	2,6%	1,3%	10,2%	9,5%
Rácio custo/rendimento	86,7%	89,0%	92,5%	78,2%	81,6%
Rácio de capital Common Equity Tier 1[2]	15,2%	12,8%	11,4%	9,5%	8,7%
Rácio de capital Tier 1[2]	16,1%	16,9%	15,1%	12,9%	12,3%
Total de rácio do capital regulamentar[2]	17,2%	18,5%	17,1%	14,5%	14,1%
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[5]	98.138	98.254	98.219	100.996	102.062

[1] A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

[2] Os números apresentados para 2014 têm por base as regras transitórias do quadro CRR/CRD IV. Os números apresentados para 2013, 2012 e 2011 têm por base as regras do quadro "Basileia 2.5". Os números apresentados para 2010 têm por base as regras do quadro "Basileia 2". Os rácios de capital são a relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco. Até 2013, estão excluídos os itens transitórios nos termos da anterior secção 64h (3) da lei bancária alemã.

[3] Períodos anteriores foram repostos. Para mais informações, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" do relatório financeiro de 2014.

[4] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado por forma a refletir o efeito do bónus da emissão de direitos de subscrição relativa aos aumentos de capital em junho de 2014 e outubro de 2010.

[5] O Deutsche Postbank ajustou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro ao Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores no total do grupo, à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não reajustados).

Impressão/Publicações

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 910 00
deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores
Telefone: +49 69 91 03 80 80
db.ir@db.com

Fotografias

— Andreas Pohlmann, Munique
Páginas 02 a 10
— Mathias Ziegler, Munique
páginas 16/17, 32/33, 40/41, 52/53, 64/65, 72/73, 78/79 e capa, U2 e U5

Teremos todo o gosto em enviar-lhe as seguintes publicações relacionadas com o nosso relato financeiro

Nota: o relatório anual de contas do Grupo Deutsche Bank é composto por duas secções independentes: o Relatório Anual de 2014 e o Relatório Financeiro de 2014.

— Relatório Anual de 2014
(Alemão/Inglês)
— Relatório Financeiro de 2014
(Alemão/Inglês)
— Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2014
(Alemão/Inglês)
— Demonstrações Financeiras Anuais e Relatório de Gestão do Deutsche Bank AG 2014
(Alemão/Inglês)

Como encomendar

E-mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.db.com/14

Fax
+49 18 05 07 08 08

Telefone
+49 8 00 5 55 99 94

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Strasse 1
33428 Harsewinkel
Alemanha

Online

Todas as publicações relacionadas com o nosso
relato financeiro estão disponíveis em:
www.db.com/14

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são afirmações que não constituem factos históricos; incluem afirmações sobre as nossas convicções e expectativas, bem como os pressupostos subjacentes. Estas declarações assentam em planos, estimativas e projeções que estão à disposição da gestão do Deutsche Bank. Como tal, as declarações relativas ao futuro baseiam-se apenas nos factos à data em que são feitas. Não assumimos nenhum compromisso para atualizar publicamente nenhuma destas declarações à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Em virtude da sua natureza, as declarações relativas ao futuro implicam riscos e incertezas. Por conseguinte, é possível que os resultados reais sejam significativamente diferentes dos que constam em qualquer declaração relativa ao futuro, devido a diversos fatores importantes. Estes fatores incluem: as condições nos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e noutras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados; eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes nas transações; a implementação das nossas iniciativas estratégicas, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos em matéria de gestão do risco; e outros riscos contidos nos nossos registos junto da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores são descritos ao pormenor no nosso Formulário 20-F SEC de 20 de março de 2015, na secção "Fatores de Risco". Podem ser disponibilizados exemplares deste documento mediante pedido. O documento também se encontra disponível no sítio www.db.com/ir.

Sem impacto ambiental

O presente relatório não tem impacto ambiental. A quantidade de emissões de gases de estufa resultantes da produção e distribuição (22 toneladas de equivalentes de CO_2) foram compensadas por investimentos adicionais num projeto de alta qualidade em matéria de proteção climática.

FSC
www.fsc.org
MIX
Paper from responsible sources
FSC® C010264

O Deutsche Bank tenciona tornar-se mais lucrativo e não apenas no que diz respeito aos interesses dos seus acionistas. Procura alcançá-lo aumentando a eficiência e reduzindo os custos. O banco pretende continuar a satisfazer as crescentes expectativas dos seus clientes e está a criar novos serviços digitais para o futuro. As divisões corporativas estão a intensificar a cooperação entre elas de modo a proporcionar aos clientes um serviço abrangente.

Ao realinhar a sua cultura corporativa, o banco está a transformar-se ativamente. A mudança de cultura está a alterar de forma sustentável a forma como o Deutsche Bank trabalha. Os pontos fortes do banco, juntamente com a sua capacidade para ultrapassar desafios e para se apoiar na confiança dos seus clientes, acionistas e sociedade, são a base para o sucesso do seu futuro.

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

O ano num relance

01
Janeiro

Desbloquear o capital ambiental

O Deutsche Bank suporta e desenvolve o lançamento dos Princípios das Obrigações Verdes.

02
Fevereiro

Grupo Kirch

O Deutsche Bank chega a acordo com o Grupo Kirch – uma situação há muito pendente.

03
Março

Melhor banco estrangeiro em Itália

O Deutsche Bank foi honrado com o prémio "Guido Carli" como o Melhor Banco Estrangeiro em Itália nos Milano Finanza Global Awards 2014.

04
Abril

Financiamento da Numericable

O Deutsche Bank atua como coordenador global e *lead-left bookrunner* no financiamento de 15,8 mil milhões de euros para apoiar a aquisição de SFR pela Numericable.

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Deutsche Bank atualiza o seu Código de Conduta Empresarial e Código de Ética, concretizando outra etapa com vista ao objetivo do banco de uma mudança cultural a longo prazo.

05
Maio

Capital *Tier 1* adicional

O Deutsche Bank conclui com êxito a emissão de 3,5 mil milhões de euros em capital Tier 1 adicional.

Assembleia-Geral Anual

4.600 acionistas e convidados participam na Assembleia-Geral Anual do Deutsche Bank em Frankfurt.

06
Junho

Aumento de capital

O Deutsche Bank aumenta o capital em 8,5 mil milhões de euros e aumenta significativamente o seu rácio de Common Equity Tier 1.

Julho

08
Agosto

SEPA (Single Euro Payments Area)

A SEPA torna-se totalmente operacional em todos os países da área do euro. O Deutsche Bank auxilia ativamente os clientes na transição, ao mesmo tempo que torna todas as contas compatíveis com SEPA.

09
Setembro

OPI da Alibaba

Como *joint bookrunner*, o Deutsche Bank avalia com sucesso a oferta pública inicial da Alibaba.

Mandato da Northern Trust

A Global Transaction Banking assegura um mandato da Northern Trust, incluindo a salvaguarda de 130 mil milhões de euros em ativos e a liquidação de 700.000 operações em seis mercados na Europa.

10
Outubro

Expansão do Conselho de Administração

À luz das prioridades estratégicas, reguladoras e de litígio em curso, o Deutsche Bank realinha responsabilidades individuais no Conselho de Administração. É anunciada a nomeação de dois novos membros para o Conselho de Administração.

Avaliação exaustiva do BCE

O Deutsche Bank cumpre os requisitos da revisão de qualidade dos ativos e do teste de esforço realizado pelo BCE em estreita cooperação com a Autoridade Bancária Europeia.

11
Novembro

Mandato do BCE

O Deutsche Asset & Wealth Management é nomeado pelo BCE como um dos quatro gestores executivos de ativos para o seu programa de compra de títulos garantidos por ativos.

Capital *Tier 1* adicional

O Deutsche Bank emite 1,5 mil milhões de dólares em capital Tier 1 adicional e completa substancialmente o objetivo de volume para o final de 2015 de 5 mil milhões de euros.

Dezembro

2015

Calendário Financeiro

29 de abril de 2015
Relatório intercalar de 31 de março de 2015

21 de maio de 2015
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

22 de maio de 2015
Pagamento de dividendos

30 de julho de 2015
Relatório intercalar de 30 de junho de 2015

28 de outubro de 2015
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2015

2016

Calendário Financeiro

28 de janeiro de 2016
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2015

15 de março de 2016
Relatório Anual de 2015 e Formulário 20-F

28 de abril de 2016
Relatório intercalar de 31 de março de 2016

19 de maio de 2016
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

20 de maio de 2016
Pagamento de dividendos

28 de julho de 2016
Relatório intercalar de 30 de junho de 2016

27 de outubro de 2016
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2016

Relatório Anual 2014

- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.db.com/14

Relatório Financeiro de 2014

- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.db.com/14

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2014

- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.responsibility.db.com/14

Recursos humanos Corporativa 2014

- Transferência de PDF: www.db.com/ir/reports

Deutsche Bank

Alavancar os pontos fortes, enfrentar os desafios, conquistar a confiança

Relatório Financeiro de 2014

Passion to Perform

Deutsche Bank

O Grupo num relance

	2014	2013
Cotação da ação no fim do período[1]	€ 24,99	€ 33,07
Cotação máxima da ação[1]	€ 38,15	€ 36,94
Cotação mínima da ação[1]	€ 22,66	€ 28,05
Resultados por ação básicos[2]	€ 1,34	€ 0,64
Resultados por ação diluídos[2]	€ 1,31	€ 0,62
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas[2]	1.242	1.045
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas[2]	1.269	1.073
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (antes de impostos)	5,0 %	2,6 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	5,1 %	2,6 %
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	2,7 %	1,2 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)	2,7 %	1,2 %
Rácio custo/rendimento[3]	86,7 %	89,0 %
Rácio da componente remuneratória[4]	39,2 %	38,6 %
Rácio da componente não remuneratória[5]	47,5 %	50,3 %
em milhões de euros		
Total de receitas líquidas	31.949	31.915
Provisão para perdas de crédito	1.134	2.065
Despesas totais (excluindo juros)	27.699	28.394
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	3.116	1.456
Resultado líquido	1.691	681

	31.12.2014 em mil milhões de euros	31.12.2013 em mil milhões de euros
Total do ativo	1.709	1.611
Total do capital acionista	68,4	54,7
Valor contabilístico por ação básica em circulação	€ 49,32	50,80 euros[2]
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	€ 38,53	37,87 euros[2]
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV)[6]	15,2 %	12,8 %
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[6]	11,7 %	12,8 %
Rácio de capital Tier 1 (CRR/CRD IV)[6]	16,1 %	16,9 %
Rácio de capital Tier 1 (CRR/CRD IV *fully-loaded*)[6]	12,9 %	16,9 %
Número		
Agências	2.814	2.907
das quais, na Alemanha	1.845	1.924
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	98.138	98.254
das quais, na Alemanha	45.392	46.377
Notação de risco de longo prazo		
Moody's Investors Service	A3	A2
Standard & Poor's	A	A
Notações de risco da Fitch	A+	A+

[1] Para refletir o aumento de capital de 2014, os preços das ações históricos até, incluindo, 5 de junho de 2014 (último dia de negociação com direitos) foram ajustados com efeito retroativo por multiplicação com o fator de correção de 0,9538 (Fator-R).
[2] Todos os períodos foram ajustados para refletir o efeito da componente de bónus dos direitos de subscrição emitidos em junho de 2014 em relação ao aumento de capital.
[3] Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[4] Remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[5] Gastos operacionais (excl. juros) da componente não remuneratória, definidos como despesas totais (excluindo juros) menos remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[6] Os valores apresentados para 2014 baseiam-se nas regras transitórias (CRR/CRD IV) e na aplicação integral (CRR/CRD IV *fully-loaded*) do quadro CRR/CRD IV. Os números apresentados para 2013 têm por base as regras do quadro "Basileia 2.5".Os rácios de capital são a relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco. Até 2013, os itens transitórios nos termos da anterior secção 64h (3) da lei bancária alemã estão excluídos.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

O cálculo dos valores e rácios de capital regulamentar apresentado neste relatório inclui a proposta do Conselho de Administração ao Conselho de Fiscalização e Assembleia-Geral Anual de um pagamento de dividendos de 0,75 euros por ação.

1 – Relatório de Gestão

5 Análise Operacional e Financeira
Sumário executivo – 5
Grupo Deutsche Bank – 9

Resultado operacional – 17
Posição Financeira – 41
Liquidez e Recursos de Capital – 46
Acontecimentos após o período de relato – 47
48 Perspetivas
57 Relatório de **Risco**

Introdução – 58
66 Sumário Executivo de gestão **do risco**
69 Princípios de gestão **do risco**

Quadro de gestão do risco – 69
Cultura de risco – 73

Apetência pelo risco e capacidade de risco – 74
Plano estratégico e de capital – 75

78 Avaliação e comunicação de **risco**

80 Inventário de **risco**
84 Risco de **crédito**
Exposição ao crédito – 92
Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro – 103

Exposição ao crédito decorrente de empréstimos – 107
Exposição ao crédito a empresas – 108
Exposição ao crédito ao consumo – 111
Exposição a crédito decorrente de derivados – 112
Exposição de capital – 116
Qualidade dos ativos – 116
Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar – 125
Titularização – 160

179 **Risco de mercado** relacionado com a negociação
Valor em risco (VaR) no Grupo Deutsche Bank – 181
Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação – 184
Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço – 189
Valor em risco no Postbank – 194

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação – 194
197 Risco de mercado **não relacionado com a negociação**
Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação – 197
Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio – 199
Investimentos de Capital Detidos – 201
202 Risco operacional

211 Risco de **liquidez**
Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso – 212
Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais – 212
Diversificação de financiamento – 213
Reservas de Liquidez – 217
Oneração de ativos – 220
Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros – 222
227 Gestão de **capital**
230 Fundos próprios **regulamentares**
Adequação de capital – 230
Requisitos de capital regulamentares – 244
253 Gestão do balanço
Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (fully loaded) (não auditado) – 253
256 Posição global do **risco**
Capital económico – 256
Processo de avaliação da adequação de capital interno – 257
259 Relatório de Remunerações
Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo – 259
Correr Riscos Materiais – 273
Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 276
Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 291
295 Responsabilidade corporativa
297 Funcionários
302 Controlo interno sobre o relato financeiro
306 Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º **4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo**

2 – Demonstrações financeiras consolidadas

313 **Demonstração consolidada dos resultados**
314 **Demonstração consolidada do rendimento integral**

315 **Balanço consolidado**

316 **Demonstração consolidada das alterações no capital próprio**
318 **Demonstração consolidada dos fluxos de caixa**

319 **Notas às demonstrações financeiras consolidadas**
1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 319
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 343

3 – Aquisições e alienações – 345
4 – Segmentos de negócio e informação associada – 347

Notas às demonstrações financeiras consolidadas
5 – **Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos**/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 349
6 – **Rendimentos de serviços e** comissões – 351
7 – **Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis** para venda – 351
8 – **Outros resultados** – 351
9 – **Despesas gerais e administrativas** – 352
10 – **Reestruturação** – 352
11 – **Resultados por ação** – 353

Notas ao balanço consolidado
12 – **Ativos/passivos financeiros ao justo valor** através de resultados – 354
13 – **Alterações à IAS 39 e à** IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros" – 355
14 – **Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor** – 358
15 – **Justo valor de instrumentos financeiros não** escriturados ao justo valor – 372
16 – **Ativos financeiros disponíveis para venda** – 375
17 – **Investimentos avaliados pelo** método de equivalência patrimonial – 375
18 – **Compensação entre ativos financeiros e passivos** financeiros – 376
19 – **Empréstimos** – 380
20 – **Provisão para perdas de** crédito – 380
21 – **Transferências de ativos financeiros** – 380
22 – **Ativos penhorados e recebidos como garantia** – 382
23 – **Ativos fixos tangíveis** – 383
24 – **Locações** – 384
25 – **Goodwill e outros ativos intangíveis** – 385
26 – **Ativos não correntes e grupos para** alienação detidos para venda – 392
27 – **Outros ativos e outros passivos** – 394
28 – **Depósitos** – 395
29 – **Provisões** – 395
30 – **Compromissos de crédito e passivos contingentes** – 405
31 – **Outros empréstimos a** curto prazo – 405
32 – **Dívida a longo prazo e títulos** fiduciários preferenciais – 406
33 – **Análise de maturidades dos primeiros fluxos** de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 407

Notas Adicionais
34 – **Ações ordinárias** – 408
35 – **Benefícios dos** empregados – 410
36 – **Impostos sobre** o rendimento – 424
37 – **Derivados** – 427
38 – **Operações com partes** relacionadas – 428
39 – **Informações sobre subsidiárias** – 430
40 – **Entidades estruturadas** – 431
41 – **Contratos de seguro e** de investimento – 436
42 – **Ativos e passivos correntes e não** correntes – 439
43 – **Eventos após o Período de** Reporte – 440
44 – **Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas** de acordo com o artigo 315a HGB – 440
45 – **Relatórios por país** – 441
46 – **Participações acionistas** – 443

3 – Confirmação

471 **Relatório do auditor** independente
473 **Declaração de responsabilidade do Conselho de** Administração
474 **Relatório do Conselho de** Fiscalização

4 – Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade:

482 **Conselho de Administração e Conselho** de Fiscalização
493 **Relato e Transparência**
494 **Operações com partes** relacionadas
494 **Auditoria e controlo**
496 **Cumprimento do Código de governo das** sociedades alemão

5 – Informações Adicionais

499 **Conselho de** Administração
500 **Conselho de** Fiscalização
502 Conselhos Consultivos
503 **Evolução do Grupo** nos últimos cinco anos
504 Declaração de aval
505 Impressum/Publicações

1-

Relatório de Gestão

5 **Análise Operacional e Financeira**
Sumário executivo – 5
Grupo Deutsche Bank – 9

Resultado operacional – 17
Posição Financeira – 41
Liquidez e Recursos de Capital – 46

Acontecimentos após o período de relato – 47

48 Perspetivas

57 Relatório de **Risco**
Introdução – 58

66 Sumário Executivo de gestão **do risco**
69 Princípios de gestão **do risco**
Quadro de gestão do risco – 69
Cultura de risco – 73
Apetência pelo risco e capacidade de risco – 74

Plano estratégico e de capital – 75
78 Avaliação e comunicação de **risco**
80 Inventário de **risco**
84 Risco de **crédito**
Exposição ao crédito – 92
Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro – 103

Exposição ao crédito decorrente de empréstimos – 107
Exposição ao crédito a empresas – 108
Exposição ao crédito ao consumo – 111
Exposição a crédito decorrente de derivados – 112
Exposição de capital – 116
Qualidade dos ativos – 116
Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar – 125
Titularização – 160

179 Risco de mercado **relacionado com a negociação**
Valor em risco (VaR) no Grupo Deutsche Bank – 181
Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação – 184
Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço – 189
Valor em risco no Postbank – 194
Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação – 194
197 Risco de mercado **não relacionado com a negociação**
Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação – 197
Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio – 199
Investimentos de Capital Detidos – 201
202 Risco operacional
211 Risco de **liquidez**
Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso – 212
Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais – 212
Diversificação de financiamento – 213
Reservas de Liquidez – 217
Oneração de ativos – 220
Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros – 222
227 Gestão de **capital**
230 Fundos próprios **regulamentares**

Adequação de capital – 230

Requisitos de capital regulamentares – 244
253 Gestão do balanço
Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (fully loaded) (não auditado) – 253
256 Posição global do **risco**
Capital económico – 256

Processo de avaliação da adequação de capital interno –257
259 Relatório de Remunerações
Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo – 259
Correr Riscos Materiais – 273
Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 276
Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 291
295 Responsabilidade corporativa
297 Funcionários
302 Controlo interno sobre o relato financeiro
306 Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º **4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo**

Relatório de Gestão

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais".As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo desta Análise Operacional e Financeira. Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Sumário executivo

A economia global

Estimamos que o crescimento da economia global tenha permanecido relativamente fraco a 3,4 % numa média anual em 2014, o que se manteve inalterado face ao exercício anterior. Depois de alcançar o pico no exercício anterior a 3,6 % no primeiro trimestre de 2014, o crescimento diminuiu para 3,3 % durante o restante período do ano.

Numa média anual, o crescimento em países industrializados acelerou em 2014, ao passo que o crescimento nos países de mercados emergentes abrandou. Estima-se que o crescimento de produção económica dos países industrializados tenha aumentado de 1,2 % em 2013 para 1,7 % em 2014.A redução na dívida das famílias continuou a limitar o crescimento, especialmente na área do euro. Os principais bancos centrais mantiveram as suas políticas monetárias extremamente expansionistas, o que apoiou a economia global. As principais taxas de juro permaneceram em níveis historicamente baixos em 2014 e o programa de menor restritividade quantitativa extenso facultou um estímulo adicional.

Em 2014, a área do euro continuou a sua recuperação moderada, a qual teve início em meados de 2013.Após descer 0,4 % em 2013, o PIB subiu 0,9 % numa média anual em 2014, o que se deveu principalmente ao consumo privado. O crescimento económico alemão acelerou de 0,1 % em 2013 para 1,6 % em 2014.Após a estagnação durante o verão, o crescimento acelerou notoriamente no quarto trimestre. A economia alemã é apoiada pela tendência sólida no consumo privado, que se deve aos níveis de emprego recorde e ao crescimento sólido do rendimento real. Em resposta a preocupações sobre um ciclo de feedback negativo resultante da fraca inflação, um desprendimento das expetativas de inflação e um sistema bancário fraco que estava a restringir a oferta de crédito, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu adotar uma política ainda mais expansionista em 2014.No decurso do ano, o BCE reduziu as suas principais taxas de juro para 0,05 %, disponibilizou liquidez aos bancos através de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTROs) e, perto do final do ano, lançou um programa para comprar obrigações cobertas e títulos garantidos por ativos.

Apesar do declínio no PIB relacionado com as condições climáticas no primeiro trimestre de 2014, o crescimento económico dos EUA acelerou ligeiramente de 2,2 % em 2013 para 2,4 % em 2014.Isto deveu-se à melhoria contínua dos números relativos ao emprego, ao *boom* do fraturamento hidráulico, bem como aos efeitos de riqueza positivos da recuperação contínua do mercado imobiliário e da subida em flecha dos preços nos mercados bolsistas. O crescimento também foi estimulado pela política monetária expansionista da Reserva federal norte-americana. À luz da tendência económica sólida, a Reserva federal norte-americana diminuiu as suas compras de ativo durante o ano de 2014, antes de terminar o programa totalmente em outubro.

No Japão, o crescimento económico caiu de 1,6 % em 2013 para estagnação em 2014.Isto deveu-se principalmente ao aumento no imposto sobre vendas de 5 % para 8 % em abril de 2014.A economia japonesa continuou a receber apoio das políticas monetárias e fiscais extremamente expansionistas do país, os dois primeiros pilares da "abenomia".No entanto, as reformas estruturais abrangentes que constituem o terceiro pilar da abenomia, na sua maioria, ainda não foram implementadas.

A atividade económica nos países de mercados emergentes abrandou de 5,0 % em 2013 para um valor estimado de 4,6 % em 2014.Isto deveu-se parcialmente à procura externa relativamente fraca, mas também a restrições do lado da oferta, por exemplo, um crescimento mais lento na oferta de trabalho e capital. O crescimento foi mais fraco em todas as regiões, com o declínio mais acentuado na América Latina.

Estimamos que o crescimento económico na Ásia (excluindo o Japão) tenha diminuído ligeiramente de 6,6 % em 2013 para 6,5 % em 2014.Após um crescimento de 7,7 % em 2013, a economia da China aumentou apenas 7,4 % em 2014, em grande parte devido ao declínio no mercado imobiliário. Graças a reformas favoráveis aos investidores na Índia pela mão do novo governo liderado pelo Primeiro-Ministro Modi, a economia indiana cresceu num valor estimado em 7,2 %; ou seja, um valor superior aos 6,9 % registados em 2013.

Nas economias dos mercados emergentes da Europa Oriental, do Médio Oriente e da África, o crescimento abrandou de 2,6 % em 2013 para um valor estimado de 2,2 % em 2014.O crescimento na Rússia diminuiu de 1,3 % em 2013 para 0,6 % em 2014 devido à tendência frágil nos preços das matérias-primas e sanções em resposta à crise na Ucrânia.

Estimamos que a atividade económica na América Latina tenha crescido apenas 0,8 % em 2014, uma diminuição comparativamente com os 2,5 % em 2013.No Brasil, a incerteza política em torno das eleições presidenciais, uma política económica intervencionista, uma inflação elevada e os preços frágeis das matérias-primas tiveram um efeito atenuante. Consequentemente, estimamos que a economia brasileira tenha apenas estagnado em 2014, após um crescimento de 2,5 % em 2013.

O setor bancário

Em suma, 2014 caraterizou-se por um progresso moderado no setor bancário. Simultaneamente, o contraste acentuado entre a Europa e os EUA manteve-se.

Na Europa, a concessão de empréstimos a famílias voltou a subir durante o ano, ao passo que o declínio no volume de empréstimos concedidos a empresas diminuiu gradualmente. No entanto, de um modo geral, houve um declínio moderado nos empréstimos concedidos ao setor privado. Do lado dos depósitos, o negócio foi notavelmente estável considerando as repercussões cada vez mais graves do contexto de taxas de juro baixas e os cortes adicionais nas principais taxas de juro. Houve um crescimento consistentemente forte nos depósitos de empresas, bem como um crescimento sólido em depósitos do segmento de retalho. Na Alemanha, tanto os volumes de empréstimos concedidos a empresas como a famílias aumentaram ligeiramente durante o ano, mais uma vez superando o desempenho da área do euro como um todo. Em 2014, os bancos na Europa foram bastante mais ativos em mercados de financiamento de dívida do que nos anos precedentes, que foram extremamente fracos, apesar de o volume ter permanecido abaixo da média durante a última década. Simultaneamente, a procura pelas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTROs) do BCE foi limitada. O total do ativo dos bancos da área do euro registaram um aumento moderado pela primeira vez desde 2011, crescendo cerca de 2,5 % no ano.

Nos EUA, o contraste entre os empréstimos concedidos a empresas e ao setor do retalho foi ainda mais acentuado em 2014, com uma expansão de dois dígitos no volume de empréstimos concedidos a firmas comparativamente com o crescimento lento nos empréstimos ao setor do retalho. No entanto, verificou-se um aumento sólido nos empréstimos ao consumo, ao passo que as hipotecas diminuíram ligeiramente. A emissão de títulos garantidos por créditos hipotecários também diminuiu, substancialmente, no ano anterior, realçando o facto de que, na sua maioria, os aumentos recentes nos preços de bens imobiliários nos EUA não foram motivados pelo crédito. Os volumes de depósitos nos bancos voltaram a aumentar acentuadamente em 2014, embora o ritmo de crescimento tenha abrandado subitamente no final do ano.

A banca de investimento global apresentou um desempenho relativamente sólido em 2014, resultante em grande parte de um aumento significativo na geração de ações e num ligeiro aumento na geração de obrigações. A atividade de fusões e aquisições (M&A) aumentou. Consequentemente, tanto os volumes de fusões e aquisições (M&A) como os de subscrição de capital registaram o nível mais alto desde o *boom* de 2007.A

negociação de rendimento fixo diminuiu em 2014.Contrariamente, a negociação de ações evoluiu. As receitas em financiamento de empresas aumentaram em toda a organização, à exceção do negócio de crédito sindicado, que registou um ligeiro declínio. Numa perspetiva regional, as receitas na Ásia e na Europa cresceram de uma forma especialmente acentuada em 2014, embora de um ponto de partida relativamente fraco.

A gestão de ativos global continuou a beneficiar de um património crescente de clientes com património líquido ultraelevado em todas as regiões principais. Isto deveu-se principalmente aos sólidos ganhos do mercado de ações e obrigações. A rendibilidade sobre obrigações do Governo alemão a dez anos caiu a pique durante o ano de um valor pouco inferior a 2 % para 0,5 %, assinalando vários mínimos absolutos. Em contrapartida, os índices de ações importantes na América do Norte e na Europa alcançaram valores máximos recorde. É possível que o aumento da volatilidade de mercado principalmente no segundo semestre do ano, com uma flutuação considerável nos preços das matérias-primas (nomeadamente o declínio no preço do petróleo) e nas taxas de câmbio, tenha um impacto positivo no negócio.

No que se refere às mudanças na regulamentação bancária e na supervisão financeira, em 2014 na Europa o enfoque situou-se nos preparativos para a União Bancária, que foi introduzida no final do ano com o mecanismo único de supervisão liderado pelo BCE. Antes da introdução, os maiores bancos europeus foram submetidos a uma avaliação do balanço e a um teste de esforço abrangentes, que melhorou a transparência e a comparabilidade transfronteiriça de dados bancários. Adicionalmente, a Europa adotou novas regras que regem a recuperação e resolução de bancos falidos, nas quais o capital da recapitalização interna do credor desempenha um papel fulcral. Nos EUA, um potencial aumento nos requisitos de capital esteve novamente na ordem do dia, o que impulsionou um debate global sobre a capacidade de absorção de perda total (TLAC).Os bancos de ambos os lados do Atlântico continuaram a ser prejudicados por inúmeras questões de contencioso e execução, com acordos que envolveram, por vezes, sobrecargas financeiras consideráveis.

De um modo global, os bancos dos EUA foram novamente muito lucrativos com lucros líquidos a igualar picos históricos, graças a uma tendência estável no negócio operacional e a outro ligeiro declínio nas provisões para perdas de crédito. Em contrapartida, a rentabilidade dos bancos europeus permaneceu insatisfatória à luz dos níveis de receita estagnados e das despesas crescentes, não obstante um declínio no custo do risco.

Desempenho do Deutsche Bank

Em 2014, continuámos a investir no crescimento futuro do banco e no reforço adicional da nossa base de capital. As receitas permaneceram estáveis apesar dos mercados difíceis. Embora tenhamos registado um progresso nas poupanças OpEx, os custos foram negativamente afetados pelas despesas regulamentares exigidas. Prevemos que 2015 seja um ano de mais desafios e de implementação rigorosa; contudo, continuaremos a trabalhar diligentemente para alcançar os nossos objetivos para 2015 e a nossa visão estratégica para o Deutsche Bank.

Os destaques financeiros para o Grupo no período e os principais indicadores de desempenho podem ser sintetizados da seguinte forma:

— Receitas líquidas do Grupo de 31,9 mil milhões de euros em 2014, mais 34 milhões do que em 2013;
— Resultados antes de impostos sobre o rendimento de 3,1 mil milhões de euros, um aumento de 1,7 mil milhões de euros face a 2013;
— O resultado líquido aumentou para 1,7 mil milhões de euros em 2014, um aumento de 1,0 milhar de milhão de euros face a 2013;
— O rácio custo/rendimento (relatado) foi de 86,7 %, uma descida face aos 89,0 % registados em 2013.O rácio custo/rendimento (ajustado) foi de 74,4 %, uma subida face aos 72,5 % registados em 2013;
— O rácio *Common Equity Tier1fully loaded* ao abrigo do programa CRR/CRD IV foi de 11,7 % no final de 2014;
— A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (relatada) foi de 2,7 %, um aumento face ao valor de 1,2 % registado em 2013.A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (ajustada) foi de 7,1 %, uma descida face aos 7,7 % em 2013;
— O rácio de alavancagem *fully loaded* ao abrigo do programa CRR/CRD IV foi de 3,5 % no exercício de 2014;
— Ativos ponderados pelo risco *fully loaded* ao abrigo do programa CRR/CRD IV de 394 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Os principais indicadores de desempenho do Grupo são os seguintes:

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2014	Situação no final de 2013
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (relatada) [1]	2,7 %	1,2 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (ajustada) [2]	7,1 %	7,7 %
Rácio custo/rendimento (relatado)[3]	86,7 %	89,0 %
Rácio custo/rendimento (ajustado)[4]	74,4 %	72,5 %
Poupanças de custos[5]	3,3 mil milhões de euros	2,1 mil milhões de euros
Poupanças *costs-to-achieve*[6]	2,9 mil milhões de euros	1,8 mil milhões de euros
Rácio *Common Equity Tier 1fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV[7]	11,7 %	9,7 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV Fully loaded [8]	3,5 %	2,4 %[9]

[1] Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank.
[2] Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank, ajustado para litígio, CtA, imparidade de goodwill e ativos intangíveis, outras indemnizações e ajustamento da avaliação de crédito (CVA)/ajustamento da avaliação de dívida (DVA)/ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) em conformidade com o CRR/CRD IV. O cálculo baseia-se numa taxa de imposto ajustada de 34 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 36 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
[3] Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[4] Baseado em gastos operacionais (excl. juros), ajustados para litígio, CtA, imparidade de goodwill e ativos intangíveis, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros, outras indemnizações e outros custos específicos únicos das divisões, divididos pelos resultados apresentados.
[5] Poupanças de custos resultantes da implementação do programa OpEx.
[6] As poupanças de costs-to-achieve (CtA) são custos diretamente requeridos para a criação de poupanças no programa OpEx.
[7] O rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[8] O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[9] Não tem em consideração revisões recentes do cálculo de exposição a alavancagem nos termos do CRR/CRD IV.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento registaram um significativo crescimento homólogo para 3,1 mil milhões de euros, devido a um desempenho sólido nas principais áreas de negócio, acrescido de uma menor provisão para perdas de crédito e custos de contencioso menores comparativamente a 2013, pois a resolução de algumas questões foi adiada para 2014.

As receitas líquidas em 2014 foram de 31,9 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 34 milhões de euros face a 2013.Apesar dos desafios de mercado, a CB&S, a GTB e a PBC registaram um aumento das receitas líquidas em 2014, ao passo que a Deutsche AWM registou uma ligeira diminuição na receita decorrente de movimentos ao preço de mercado em posições dos tomadores de seguros na Abbey Life. As receitas da NCOU desceram face ao período homólogo, principalmente devido a diminuição contínua da carteira decorrente de atividades de redução do risco.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2014 foram de 27,7 mil milhões de euros, menos 2 % do que em 2013, beneficiando principalmente de custos de contencioso inferiores. Além disso, os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros diminuíram, foram geradas poupanças pelo programa OpEx e os custos da atividade de reestruturação diminuíram. No entanto, as remunerações e benefícios foram superiores face a 2013, principalmente devido a custos para cumprir os requisitos de remuneração regulamentares.

Em 2014 foram alcançadas poupanças de custos anuais de 3,3 mil milhões de euros com o programa OpEx, acima da meta de 2,9 mil milhões de euros para 2014.Os *costs-to-achieve* cumulativos foram de 2,9 mil milhões de euros (dos quais 1,2 mil milhões de euros gastos em 2014, 1,3 mil milhões de euros gastos em 2013 e 0,5 mil milhões de euros gastos em 2012).No entanto, o ambiente de negócio existente e os desafios de custos regulamentares adicionais tiveram um impacto adverso no nosso rácio de custo/rendimento ajustado e na rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ajustada.

A nossa posição de capital foi reforçada com um rácio Common Equity Tier 1 de 11,7 %, superior à nossa meta da Estratégia 2015+.Adicionalmente, o rácio de alavancagem *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 3,5 % no final de 2014, com base numa exposição de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV de 1445 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

O Deutsche Bank cumpriu os requisitos da avaliação exaustiva levada a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE) em 2014.A avaliação consistiu numa Análise da qualidade dos ativos (AQR) e num teste de esforço, que modelou a adequação de capital do Banco sob diferentes cenários de esforço. A avaliação reafirmou que a nossa base de capital excede os requisitos regulamentares, mesmo sob condições de esforço de mercado graves e sublinhou a qualidade da nossa base do ativo. Os ajustamentos da AQR identificados não tinham uma natureza significativa e não resultaram em alterações para os resultados e rácios apresentados.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1709 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.Nessa data empregávamos o equivalente a 98.138 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 71 países, com um total de 2.814 agências no mundo, das quais 66% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Na sequência de uma análise estratégica exaustiva, reformulámos a nossa estrutura organizacional no quarto trimestre de 2012.Reafirmámos o nosso compromisso para com o modelo bancário universal e com as nossas quatro divisões corporativas. Reforçámos este foco com uma divisão corporativa integrada, a divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management, que inclui as antigas unidades de negócio de Corporate Banking & Securities (banca empresarial e valores mobiliários), como os fundos negociados em bolsa (ETF).Criámos ainda uma Non-Core Operations Unit. Esta unidade inclui a anterior divisão do Grupo Corporate Investments (CI) (Investimentos de empresas), bem como operações não essenciais que foram transferidas de outras divisões corporativas.

Em 31 de dezembro de 2014, estávamos organizados nestas seguintes cinco divisões corporativas:

— Corporate Banking & Securities (CB&S) (banca comercial e valores mobiliários)
— Private & Business Clients (PBC).
— Global Transaction Banking (GTB) (banca de transações global)
— Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM)
— Non-Core Operations Unit (NCOU)

As cinco divisões corporativas são apoiadas por funções da infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem:

— subsidiárias e agências em muitos países;
— escritórios de representação em muitos outros países; e
— um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Estrutura de gestão

Operamos as cinco divisões corporativas e as funções da infraestrutura sob a égide de uma "sociedade-mãe virtual".Usamos esta expressão para indicar que, embora o nosso Conselho de Administração exerça uma supervisão global das divisões corporativas com o apoio de funções da infraestrutura, não existe uma entidade separada, dotada de personalidade jurídica, que agregue estas cinco divisões corporativas como sociedade-mãe, concedendo-lhes contudo uma autonomia de gestão considerável. Para apoiar esta estrutura, existem órgãos sociais de importância crucial, que funcionam do seguinte modo:

O Conselho de Administração detém a responsabilidade geral pela gestão do Deutsche Bank, nos termos da lei alemã relativa às sociedades por ações. Os seus membros são nomeados e destituídos por um outro órgão social, o Conselho de Fiscalização. O nosso Conselho de Administração tem a seu cargo a gestão estratégica, o governo da sociedade, a afetação de recursos e a gestão e controlo do risco, com o apoio de comités funcionais.

A Comissão Executiva do Grupo foi criada em 2002.É composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes sénior das regiões, divisões corporativas e determinadas funções da infraestrutura, nomeados pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva do Grupo é um órgão social não exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações. Funciona como ferramenta de coordenação das áreas de negócio e das regiões, debate a estratégia do Grupo e prepara recomendações para decisões do Conselho de Administração. Não tem poderes de decisão.

Dentro de cada divisão corporativa e região, as funções de coordenação e gestão são exercidas por comités operacionais e por comités executivos, com o intuito de assegurar que a estratégia implementada pelas diversas áreas de negócio e os planos para o desenvolvimento de áreas da infraestrutura se inserem nos objetivos de negócio globais.

Divisões corporativas

Divisão corporativa Corporate Banking & Securities

Visão geral da divisão corporativa

A CB&S é composta pelas divisões de negócio Corporate Finance e Markets. Estas divisões de negócio oferecem produtos financeiros em todo o mundo, incluindo a subscrição de ações e obrigações, serviços de negociação para investidores e soluções personalizadas para as necessidades financeiras das empresas.

As atividades da CB&S são apoiadas pelo grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG), que é responsável por um conjunto de carteiras de empréstimos e que, a partir de 2013, centralizou a cobertura das exposições a determinados derivados de contraparte sem garantias colaterais, gerindo ativamente o respetivo risco através da implementação de um plano de cobertura estruturado.

No âmbito da otimização contínua do nosso modelo de negócio, em resposta a um mercado e ambiente regulamentar em mudança, continuámos a avaliar a nossa carteira de negócios, adaptando-a para refletir as atuais oportunidades do mercado e satisfazer as necessidades dos clientes. Nesse contexto, no final de 2014, anunciámos a cessação da maioria das negociações em swaps de risco de incumprimento (CDS) de nome único e de metais preciosos físicos.

Durante o quarto trimestre de 2013, foi tomada a decisão de reduzir e descontinuar elementos da área de negócio das matérias-primas. As carteiras que continham atividades descontinuadas foram agregadas no grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group - SCG), que foi subsequentemente transferido da CB&S para a NCOU no primeiro trimestre de 2014.O SCG contém ativo, passivo e riscos contingentes relacionados com exposições em energia, agricultura, metais de base e carga sólida a granel. A área de negócios das matérias-primas continuadas permanece na CB&S.

Na sequência de uma profunda análise estratégica da estrutura organizacional do Grupo, a CB&S foi realinhada em função do novo modelo bancário do Grupo, com efeitos a partir de novembro de 2012.Este realinhamento envolveu três aspetos principais: a transferência de ativos não essenciais (designadamente posições de titularização com correlação de crédito e ativos titularizados intensivos em capital, posições em seguradoras monorramo, bem como ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39) para a NCOU; a transferência de negócios passivos e negócios alternativos de terceiros, como os ETF, para a nova divisão corporativa Deutsche AWM; e acertos dos custos de cobertura entre a CB&S e a GTB.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2012:

Em dezembro de 2014, concluímos a venda de 75 % de uma carteira de créditos imobiliários comerciais de situação especial dos EUA no valor de 2,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos a um fundo gerido pelo Grupo Texas Pacific. O Deutsche Bank detém uma participação de 25 % na carteira e continua a originar e a adquirir novos créditos no mercado de imóveis comerciais de situações especiais nos EUA.

Em junho de 2014, a Markit Ltd., um prestador de serviços de processamento de transações e dados financeiros, iniciou a sua cotação no mercado bolsista NASDAQ através de uma venda de ações de acionistas existentes. Como parte desta cotação, vendemos 5,8 milhões dos 11,6 milhões de ações (5,7 %) que detínhamos na Markit.

Em junho de 2012, concluímos a venda da DB Export Leasing GmbH à Interoute Communications Limited.

Em março de 2012, concluímos a venda do nosso negócio de financiamento coletivo nos EUA (Deutsche Bank Berkshire Mortgage) a um grupo liderado por Lewis Ranieri e Wilbur L. Ross, em consonância com o desejo nos concentrarmos nos nossos negócios essenciais nos EUA.

Produtos e serviços

A divisão de negócio Corporate Finance oferece fusões e aquisições, financiamento de capital próprio e de dívida e aconselhamento geral em matéria de corporate finance aos nossos clientes. Disponibiliza ainda diversos serviços financeiros ao setor público.

A divisão Markets é responsável pela venda, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos de rendimento fixo, produtos indexados a ações, produtos cambiais e de matérias-primas. A divisão tem por objetivo fornecer soluções que satisfaçam, entre outras, as necessidades de investimento e de cobertura dos clientes. No âmbito do aumento da eficiência comercial, as nossas áreas de negócio Rates, Flow Credit e FX operam agora como um negócio integrado com uma única equipa de gestão. A área de negócio Structured Finance abrange o financiamento não relacionado com fluxos e o risco estruturado para clientes de todos os setores e classes de ativos.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Na CB&S, as nossas equipas técnicas e de vendas que efetuam a cobertura empresarial e institucional centram-se nas relações com os clientes. Reestruturámos o nosso modelo de cobertura dos clientes, que passou a oferecer diversos níveis de serviços padronizados ou especializados em função das necessidades dos clientes e do nível de complexidade.

Divisão Corporativa Private & Business Clients

Visão geral da divisão corporativa

A PBC opera segundo um único modelo de negócio de banca de retalho na Europa e em mercados asiáticos selecionados. A PBC serve clientes de retalho e clientes abastados, bem como pequenas e médias empresas.

A divisão corporativa PBC integra três unidades de negócio sob uma direção estratégica, apoiada por uma plataforma conjunto de serviços e TI:

— A unidade Private & Commercial Banking, que compreende todas as atividades de PBC na Alemanha sob a marca Deutsche Bank;
— a unidade Advisory Banking International, que abrange as atividades europeias de PBC (fora da Alemanha) e na Ásia, incluindo a nossa participação e parceria com o Hua Xia Bank; e
— O Postbank, que inclui, entre outros negócios, o Postbank, o norisbank e o BHW.

A PBC continuou a focar-se em atingir o potencial da unidade de negócio Private & Commercial Banking através da alavancagem do modelo de cobertura de banca comercial integrada para clientes de pequenas e médias empresas. Isto permite-nos captar novas oportunidades de clientes de pequenas e médias empresas, aperfeiçoando a proximidade com o cliente e a colaboração interdivisões da PBC, alavancando os conhecimentos especializados do Grupo Deutsche Bank.

Na Europa Continental, a nossa unidade de negócio Advisory Banking International opera em cinco importantes mercados bancários: Itália, Espanha, Polónia, Bélgica e Portugal. Na Ásia, a Índia e a China são os nossos mercados essenciais. Na Índia, a PBC opera uma rede de filiais de dezassete filiais apoiada por uma força de vendas móvel. Na China, detemos uma participação de 19,99 % no Hua Xia Bank, com o qual temos uma parceria estratégica e um acordo de cooperação.

O Postbank continua a operar no mercado sob marca própria. Continuámos a nossa integração do Postbank na PBC e procuramos reforçar de forma significativa o nosso modelo de negócio conjunto e gerar sinergias de receitas e custos.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2012:

Em outubro de 2014, contribuímos na propriedade dos bens imobiliários de 90 filiais de banca de retalho em Itália para um fundo de investimento imobiliário institucional fechado, "Fundo bancário italiano (IBF)" gerido pela Hines Italy SGR. Os bens imobiliários contribuídos tinham um valor total de 134 milhões de euros e na maioria serão arrendados por um período mínimo de 12 anos.

Em maio de 2014, concluímos a venda de uma participação de 20,2 % na Deutsche Herold AG à Zürich Beteiligungs AG, uma subsidiária do Zurich Insurance Group AG. O Deutsche Bank adquiriu a participação de 20,2 % a um terceiro imediatamente antes da venda à Zurich.15,2 % da alienação à Zurich baseou-se num acordo de compra de ações celebrado pelo DB e pela Zurich em 2001.A participação remanescente de 5,0 % foi vendida pelo facto de a Zurich ter exercido uma opção de compra.

Em março de 2012, o Postbank e a nossa subsidiária integralmente detida pela DB Finanz-Holding GmbH ("DB Finanz-Holding") concordaram em celebrar um acordo de domínio e de transferência de resultados, de acordo com o artigo 291.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, com a DB Finanz-Holding na qualidade de sociedade dominante e o Postbank na qualidade de dependente. O acordo entrou em vigor em junho de 2012 e obteve validade jurídica definitiva em 11 de setembro de 2012.A participação no Postbank detida no final de 2014 é de 94,1 %.

Em fevereiro de 2012, trocámos uma obrigação obrigatoriamente convertível em ações emitida pelo Deutsche Post em fevereiro de 2009 por 60 milhões de ações do Postbank (e numerário) e no dia seguinte o Deutsche Post exerceu a sua opção de nos vender 12,1 % adicionais do capital social do Postbank. Juntamente com as ações detidas neste momento, a nossa participação no Postbank aumentou para 93,7 %.

Produtos e serviços

A PBC oferece uma gama semelhante de produtos e serviços bancários na Europa e na Ásia, com algumas variações impostas pelos requisitos locais de alguns países em termos de mercados, regulamentação e clientes.

Oferecemos investimentos e seguros, hipotecas, produtos empresariais, financiamento ao consumo, pagamentos, cartões e contas, depósitos, produtos de média capitalização fornecidos por outras divisões no âmbito da nossa joint venture de média capitalização, bem como serviços postais e produtos não bancários no Postbank.

Os nossos produtos de investimento abrangem a gama completa de produtos de corretagem (ações, obrigações), fundos de investimento mútuos/fechados (monoativos e multiativos), produtos estruturados, e a gestão discricionária de carteiras e serviços de custódia de títulos. Fornecemos ainda aos nossos clientes produtos de seguros vida e não vida, bem como planos de pensões de empresas.

Oferecemos soluções de hipoteca, tanto padronizadas como complexas, e a nossa carteira de produtos hipotecários é complementada por hipotecas publicamente subsidiadas, corretagem hipotecária e seguros relacionados com hipotecas. Os nossos produtos empresariais centram-se na gestão de transações, do risco e da liquidez dos nossos clientes. Na banca comercial e serviços internacionais otimizamos o fluxo de caixa e a volatilidade do mercado para os nossos clientes e apoiamos o negócio de expansão de negócios dos mesmos. Adicionalmente, a nossa oferta de produtos de crédito engloba empréstimos pessoais, linhas de crédito e descobertos, bem como o negócio nos pontos de venda (POS).

Os nossos produtos de pagamentos, cartões e contas proporcionam pagamentos nacionais, internacionais e SEPA, cartões de débito, crédito e pré-pagos, bem como contas correntes para clientes empresariais e clientes particulares. A nossa carteira de depósitos engloba depósitos à vista, depósitos a prazo e poupanças.

As nossas atividades de financiamento estão sujeitas aos nossos processos de gestão do risco de crédito. Consultar as secções "Monitorização do risco de crédito" e "Principais categorias de exposição ao crédito" do Relatório de risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Ao adotarmos uma abordagem bancária centrada no cliente, pretendemos otimizar a interação com os nossos clientes, bem como a acessibilidade e disponibilidade dos nossos serviços. A PBC utiliza uma ampla abordagem multicanal para servir os seus clientes e distribuir soluções financeiras de acordo com o posicionamento estratégico e o modelo de negócio locais.

— Agências: As nossas agências oferecem geralmente a nossa gama completa de produtos e assessoria.
— Agentes Financeiros: Na maior parte dos países, comercializamos adicionalmente os nossos produtos e serviços bancários de retalho através de agentes financeiros que operam em nome individual.

— Centros de contacto de clientes: Os nossos centros de contacto de clientes prestam serviços remotos aos clientes (isto é, informações sobre as contas, corretagem de títulos), apoiados por sistemas automatizados.
— Serviços bancários online e móveis: Nos nossos sítios Web, oferecemos aos clientes uma ampla variedade de informações relevantes sobre produtos e serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de *rich media.* Disponibilizamos uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para smartphones e tablets. Adicionalmente, investimos também no aperfeiçoamento de soluções digitais selecionadas. Este programa de digitalização está a ser implementado em todos os nossos negócios.
— Terminais de autosserviço: Estes terminais apoiam a nossa rede de agências e permitem aos clientes retirar e transferir fundos, receber extratos de contas de custódia e marcar reuniões com os nossos consultores financeiros.

Além disso, celebramos contratos de distribuição e cooperação locais em determinados países. Na Alemanha, integramos parcerias de cooperação com empresas como a DP DHL (cooperação via Postbank) e a Deutsche Vermögensberatung AG (DVAG).No âmbito desta cooperação com a DVAG, usamos a rede de distribuição independente da DVAG para distribuir os nossos fundos de investimento e outros produtos bancários. Para complementar a nossa gama de produtos, assinámos contratos de distribuição que autorizam a PBC a distribuir produtos de fornecedores. Entre estes inclui-se um contrato com a Zurich Financial Services relativamente a produtos de seguro, bem como uma parceria de produtos com treze sociedades gestoras de fundos para a distribuição dos seus produtos de investimento.

Com o objetivo de dotar a nossa marca de um forte posicionamento internacional, comercializamos de forma consistente os nossos serviços nos países europeus e asiáticos que consideramos estratégicos.

Divisão Corporativa Global Transaction Banking

Visão geral da divisão corporativa

A GTB fornece produtos e serviços bancários comerciais para empresas e instituições financeiras, incluindo pagamentos nacionais e transfronteiriços, financiamento de transações internacionais, concessão de empréstimos, bem como serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos. As nossas divisões de negócio são:

— Trade Finance e Cash Management – Empresas
— Institutional Cash e Securities Services

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2012:

Em 28 de fevereiro de 2014, a registrar services GmbH foi vendida à Link Market Services.

Em 1 de junho de 2013, a venda da Deutsche Card Services à EVO Payments International foi concluída.

Produtos e serviços

Trade Finance oferece conhecimentos especializados locais, um leque de produtos e serviços para transações internacionais (incluindo financiamento de curto prazo), soluções personalizadas para transações estruturadas e a tecnologia mais moderna traduzida numa rede internacional que permite aos nossos clientes uma melhor gestão dos riscos e questões associadas às suas transações nacionais e transfronteiriças.

Cash Management supre as necessidades de uma base diversificada de empresas e instituições financeiras. Dispomos de um vasto leque de soluções inovadoras e robustas que nos permitem gerir as complexidades das funções de tesouraria regionais e globais dos clientes, incluindo serviços de acesso, pagamento e cobrança, gestão de liquidez, informação e contabilidade, bem como soluções de apresentação e pagamento de faturas eletrónicas.

Securities Services fornece um conjunto de serviços fiduciários, de pagamento, administrativos e conexos relativamente a títulos e transações financeiras selecionadas, bem como custódia nacional de títulos em mais de 30 mercados.

Canais de Distribuição e Marketing

A GTB desenvolve e comercializa os seus próprios produtos e serviços na Europa, no Médio Oriente, na Ásia e nas Américas. As ações de marketing são levadas a cabo em conjugação com as funções de cobertura, quer nesta divisão, quer na CB&S e PBC. A alavancagem do modelo de cobertura bancária comercial integrada para clientes de pequenas e médias empresas permite-nos captar novas oportunidades neste grupo de clientes.

Os clientes podem ser diferenciados em dois grupos principais:(i) instituições financeiras, como bancos, fundos de investimento e fundos de pensões, corretores/intermediários financeiros, gestores de fundos e seguradoras, e (ii) empresas multinacionais, grandes empresas e médias empresas locais, predominantemente na Alemanha e nos Países Baixos.

Divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM)

Visão geral da divisão corporativa

Com 1,0 biliões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2014, a Deutsche AWM é um dos principais organismos de investimento do mundo. Através da oferta de investimentos ativos tradicionais, passivos e alternativos em todas as principais classes de ativos, a Deutsche AWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a proteger e a aumentar o seu património. A Deutsche AWM também fornece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de *private banking* para clientes individuais e a administradores de famílias com património de valor líquido elevado e ultraelevado (UHNW).

Produtos e serviços

As soluções de investimento da Deutsche AWM abrangem estratégias ativas e passivas e um leque diversificado de classes de ativos, incluindo ações, fundos de rentabilidade fixa, bens imobiliários, fundos de infraestruturas, fundos de capitais privados e fundos de cobertura. A divisão proporciona também soluções personalizadas de gestão de patrimónios e serviços de banca privada, incluindo financiamentos e gestão discricionária de carteiras.

Em 2014, a Deutsche AWM aperfeiçoou a sua oferta de produtos em setores inovadores e de crescimento elevado, incluindo a expansão de produtos com base na abordagem de retorno de numerário sobre o capital investido (CROCI), ofertas de fundos alternativos e fundos negociados em bolsa (ETF) de replicação física, dos quais é o segundo maior prestador da Europa (fonte: Deutsche Bank, Bloomberg Finance LP, Reuters).Adicionalmente, através de contratações direcionadas, a Deutsche AWM aumentou as equipas de banca privada e consultoria patrimonial para servir clientes UHNW em todo o mundo e aumentou as equipas de cobertura institucional e de retalho no Global Client Group.

Canais de Distribuição e Marketing

As equipas Global Coverage/Advisory gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da Deutsche AWM. A Deutsche AWM também comercializa e distribui a sua oferta através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PBC para os clientes de retalho e a CB&S para clientes empresariais e institucionais selecionados, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria holísticos, todos os clientes têm um ponto de acesso único à Deutsche AWM, com equipas dedicadas ao serviço de grupos de clientes específicos.

A Deutsche AWM criou os centros consultivos para Key Client Partners (KCP) em 2013, para fornecer as suas capacidades de banca de investimento, banca empresarial e gestão de ativos interdivisões. Os centros globais conferem aos investidores profissionais acesso a soluções de financiamento e oportunidades de investimento transfronteiriças e entre classes de ativos em conjunto com a CB&S.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

No quarto trimestre de 2012, criámos a NCOU para operar como uma divisão separada em paralelo com as áreas de negócio essenciais do Deutsche Bank. Os objetivos definidos na Estratégia 2015+, que presidiram à criação da NCOU, são: maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

A NCOU gere ativos com o valor aproximado de 39 mil milhões de euros e ativos ponderados pelo risco (RWA) *fully loaded* equivalentes a 59 mil milhões de euros, valores contabilizados em 31 de dezembro de 2014.

Além de gerir os nossos investimentos em capital globais e de manter determinados ativos não essenciais até à maturidade, as atividades de redução de risco da NCOU visam ajudar-nos a minorar os riscos não relacionados com a estratégia que planeámos para o futuro, diminuindo o balanço e a procura de capital associada. Na prossecução destas atividades direcionadas para a redução do risco, a NCOU dará prioridade à saída de posições com perfis de capital e de alavancagem menos favoráveis, em consonância com os objetivos estratégicos globais do Banco.

A carteira da NCOU inclui atividades não essenciais para a futura estratégia do banco; ativos materialmente afetados por mudanças do setor, ambientais, jurídicas ou regulamentares; ativos destinados a redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos jurídicos. Seguindo critérios semelhantes aos utilizados para a seleção de ativos, determinados passivos foram igualmente transferidos para a NCOU como, por exemplo, passivos de negócios em fase de liquidação ou de venda, antigos formatos de emissão de obrigações e vários outros passivos de curto prazo indexados a ativos reatribuídos.

Em termos de ativos ponderados pelo risco (RWA), a maioria dos ativos da NCOU diz agora respeito a ativos CB&S antigos, incluindo posições de negociação de correlação de crédito, ativos de titularização, exposições a seguradoras monorramo e ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39.A carteira da NCOU inclui ainda ativos PBC antigos, tais como hipotecas residenciais estrangeiras selecionadas e ativos do consumidor, bem como outros investimentos financeiros que deixaram de ser considerados estratégicos para o Postbank. Os ativos previamente geridos na antiga divisão Corporate Investments do Grupo dizem respeito às atividades globais de investimento em capital do banco, que agora consistem principalmente na nossa participação no operador portuário Maher Terminals.

Durante o ano de 2014, a NCOU continuou a diminuir os riscos e alcançou uma redução de 39 % no total do ativo. Foram executadas alienações significativas nas carteiras, nomeadamente a conclusão da venda do BHF-BANK e do The Cosmopolitan of Las Vegas.

Efetuámos as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2012:

Em 19 de dezembro de 2014, concluímos a venda do Nevada Property 1 LLC, o proprietário do The Cosmopolitan of Las Vegas, ao Blackstone Real Estate Partners VII por 1,73 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, sujeita a ajustamentos do preço de compra aquando da conclusão da operação.

Em março de 2014, concluímos a venda do BHF-BANK ao Kleinwort Benson Group e à RHJ International por um montante total de 347 milhões de euros principalmente em numerário (316 milhões de euros) e o restante sob a forma de novas ações da RHJ International emitidas ao valor nominal. Estas ações também foram vendidas subsequentemente.

Em dezembro de 2013, a nossa subsidiária Deutsche Postbank AG concluiu a venda de uma carteira de créditos imobiliários comerciais do Reino Unido no valor de aproximadamente 1,4 mil milhões de libras à GE Capital Real Estate.

Em junho de 2013, a nossa subsidiária PB Capital Corporation concluiu a venda duma carteira de créditos imobiliários comerciais no valor de aproximadamente 3,7 mil milhões de dólares americanos ao Union Bank, N. A., sediado em São Francisco, uma subsidiária indireta do Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.

Em maio de 2013, a Sicherungseinrichtungsgesellschaft deutscher Banken mbH ("SdB") reembolsou integralmente a restante exposição (da qual 0,8 mil milhões de euros estavam afetados à antiga Corporate Investments, agora parte da NCOU) de notas consideradas elegíveis pelo BCE garantidas pelo SOFFin (Sonderfonds Finanzmarktstabilisierung, fundo especial de estabilização do mercado financeiro, estabelecido em outubro de 2008 pelo governo alemão no contexto da crise financeira).

Em janeiro de 2013, concluímos a venda da nossa participação de 15 % na Dedalus GmbH & Co. KGaA, através da qual detínhamos indiretamente cerca de 1,1 % das ações da EADS N. V., por uma contrapartida de aproximadamente 250 milhões de euros.

Em outubro de 2012, deixámos de ter exposição à Actavis, a empresa de genéricos farmacêuticos, após a conclusão da sua aquisição pela Watson Pharmaceuticals.

Infraestrutura e Gestão Regional

A infraestrutura engloba as nossas áreas centralizadas de apoio ao negócio. Estas áreas dizem principalmente respeito às funções de controlo e de serviço que prestam apoio às nossas cinco divisões corporativas.

A organização desta infraestrutura reflete as áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração que não estão incumbidos de uma linha de negócio específica. A infraestrutura está organizada em funções próprias do diretor de operações (COO) (isto é, operações de tecnologia global, serviços empresariais e funções do grupo do COO), do diretor financeiro (CFO) (isto é, finanças, impostos, seguros e tesouraria), do diretor de risco (CRO) (isto é, gestão do risco de crédito e gestão do risco de mercado), do diretor-geral (CEO) (isto é, comunicação e responsabilidade social corporativa, Deutsche Bank Research, auditoria do grupo), dos RH, da comissão de trabalhadores e grupos especial, do departamento jurídico e de auditoria, do departamento de conformidade, do AML e GRAD (departamento de conformidade, antibranqueamento de capitais, governo e assuntos regulamentares) e estratégia e da organização e transformação (VKO).

A função de Gestão Regional engloba as responsabilidades regionais em todo o mundo. Centra-se no governo da sociedade, no desenvolvimento da franquia e no desenvolvimento do desempenho. As regiões dispõem de diretores regionais, de diretores nacionais e de comités de gestão para melhorar a coordenação de produtos direcionados para os clientes entre as diversas áreas de negócio e para garantir a conformidade a nível local e do Grupo com os requisitos regulamentares e de controlo. A função de Gestão Regional representa ainda os interesses regionais junto do Grupo e melhora a coordenação inter-regional.

Todas as despesas e receitas incorridas com as áreas da Infraestrutura e da Gestão Regional são afetadas na totalidade às nossas cinco divisões corporativas.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2014, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	14.272	14.834	15.975	(562)	(4)	(1.141)	(7)
Provisão para perdas de crédito	1.134	2.065	1.721	(931)	(45)	344	20
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**13.138**	12.769	14.254	369	3	(1.485)	(10)
Rendimentos de serviços e comissões[1]	12 409	12.308	11.809	101	1	500	4
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[1]	4 299	3.817	5.608	481	13	(1.791)	(32)
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	242	394	301	(152)	(39)	93	31
Resultado líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	619	369	163	251	68	206	127
Outro resultado	108	193	(120)	(85)	(44)	313	N/S
Rendimento total excluindo juros	**17.677**	17.082	17.761	596	3	(679)	(4)
Total de receitas líquidas[2]	**30.815**	29.850	32.015	965	3	(2.164)	(7)
Remunerações e benefícios	12.512	12.329	13.490	183	1	(1.160)	(9)
Despesas gerais e administrativas	14.654	15.126	15.017	(472)	(3)	110	1
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	289	460	414	(172)	(37)	46	11
Imparidade de ativos intangíveis	111	79	1.886	33	42	(1.808)	(96)
Atividades de reestruturação	133	399	394	(267)	(67)	5	1
Despesas totais (excluindo juros)	**27.699**	28.394	31.201	(695)	(2)	(2.807)	(9)
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**3.116**	1.456	814	1.660	114	642	79
Despesa de imposto sobre o rendimento	1.425	775	498	650	84	277	56
Resultado líquido	**1.691**	681	316	1.010	148	365	116
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	28	15	53	13	83	(37)	(71)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	1.663	666	263	997	150	403	154

N/S – Não significativo
[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.
[2] Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	25.001	25.601	31.593	(600)	(2)	(5.992)	(19)
Total de gasto de juros	10.729	10.768	15.619	(39)	0	(4.851)	(31)
Rendimento de juros líquido	**14.272**	14.834	15.975	(562)	(4)	(1.141)	(7)
Ativos remunerados médios[1]	1.040.908	1.136.662	1.250.002	(95.754)	(8)	(113.340)	(9)
Passivos remunerados médios[1]	851.714	979.245	1.119.374	(127.531)	(13)	(140.129)	(13)
Rendimento de juros bruto[2]	2,40 %	2,25 %	2,53 %	0,15 p. p.	7	(0,28) pp	(11)
Taxa de juros bruta paga[3]	1,26 %	1,10 %	1,40 %	0,16 p. p.	15	(0,30) pp	(21)
Diferencial da taxa de juro líquida[4]	1,14 %	1,15 %	1,13 %	(0,01) pp	(1)	0,02 pp	2
Margem da taxa de juro líquida[5]	1,37 %	1,31 %	1,28 %	0,06 p. p.	5	0,03 pp	2

pp – pontos percentuais
[1] Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.
[2] O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.
[3] A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.
[4] O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.
[5] A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2014

O decréscimo do rendimento de juros líquido em 2014 de 1,1 mil milhões de euros, ou 4 %, para 14,8 mil milhões de euros, em comparação com 16,0 mil milhões de euros em 2013, deveu-se sobretudo ao menor rendimento de juros dos ativos detidos para negociação na CB&S em virtude duma menor atividade dos clientes, refletindo uma menor liquidez e a continuação da incerteza do mercado. Globalmente, o diferencial da taxa de juro líquida diminuiu 1 ponto-base resultante de um aumento ligeiramente inferior do rendimento de

juros bruto em comparação com a taxa de juros bruta paga. A margem da taxa de juro líquida melhorou 6 pontos base, sobretudo devido a efeitos resultantes das reduções de ativo acima mencionadas.

2013

O decréscimo do rendimento de juros líquido em 2013 de 1,1 mil milhões de euros, ou 7 %, para 14,8 mil milhões de euros, em comparação com 16,0 mil milhões de euros em 2012, deveu-se sobretudo ao menor rendimento de juros dos ativos detidos para negociação na CB&S em virtude duma menor atividade dos clientes, refletindo uma menor liquidez e a continuação da incerteza do mercado. Outro dos principais fatores subjacentes ao decréscimo do rendimento de juros líquido foi a estratégia de redução acelerada do risco na NCOU. Na PBC, uma redução ligeira das margens, bem como uma redução do volume de depósitos estratégicos afetaram também o rendimento de juros líquido em 2013.Globalmente, o diferencial da taxa de juro líquida aumentou 2 pontos base, na sequência de um decréscimo quase paralelo do rendimento de juros bruto e da taxa de juros bruta paga. A margem da taxa de juro líquida melhorou 3 pontos base, sobretudo devido às melhorias das margens na Alemanha.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
CB&S – Sales & Trading (ações)	1.066	1.125	991	(58)	(5)	133	13
CB&S – Sales & Trading (dívida e outros produtos)	2.487	2.544	4.508	(57)	(2)	(1.964)	(44)
Non-Core Operations Unit	(663)	(374)	(846)	(289)	77	472	(56)
Outros	1.408	523	955	886	170	(433)	(45)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**4.299**	3.817	5.608	481	13	(1.791)	(32)

2014

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentaram 481 milhões de euros para 4,3 mil milhões de euros em 2014.O principal fator responsável foi um aumento de 886 milhões de euros em Outros, refletindo principalmente os ganhos de valor de mercado de movimentos das taxas de juro na CB&S, que foi parcialmente compensado por um aumento em perdas líquidas em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados de 289 milhões de euros na NCOU, que incluiu uma perda relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos negociados no setor da energia nos EUA em 2014.

2013

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram 1,8 mil milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros em 2013.O principal fator responsável por esta evolução foi um decréscimo de 2,0 mil milhões de euros em Sales & Trading (dívida e outros produtos), que se deveu sobretudo a uma menor atividade dos clientes aliada a um contexto de negociação difícil e à incerteza do mercado, com impacto no domínio das taxas (Rates) e matérias-primas (Commodities), bem como ao decréscimo das receitas cambiais (Foreign Exchange) em virtude de uma menor volatilidade e da compressão das margens. O decréscimo ficou ainda a dever-se substancialmente a uma queda de 433 milhões de euros em Outros, refletindo sobretudo a não recorrência de acertos, no ano anterior, da metodologia de cálculo do ajustamento da avaliação de dívida (*Debt Valuation Adjustment* – DVA) referente a certos passivos derivados na CB&S e a desconsolidação de fundos na Deutsche AWM, compensada por aumentos em outras categorias de receitas e C&A. O aumento de 472 milhões de euros na NCOU deveu-se a um decréscimo das perdas líquidas com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, impulsionado sobretudo por uma menor base de ativos resultante duma estratégia de redução acelerada do risco e movimentos de justo valor em alguns dos nossos ativos não essenciais. O aumento de 133 milhões de euros em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em Sales & Trading (ações) deveu-se a uma maior atividade dos clientes e a uma melhoria do contexto de mercado, resultando em receitas mais elevadas da negociação de ações.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação

líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa e por produto no âmbito da CB&S.

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	14.272	14.834	15.975	(562)	(4)	(1.141)	(7)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.299	3.817	5.608	481	13	(1.791)	(32)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.570**	18.651	21.583	(81)	0	(2.932)	(14)
Repartição por Divisão Corporativa/produto:[1]							
Sales & Trading (ações)	2.314	2.129	1.732	185	9	397	23
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	6.685	6.069	7.851	616	10	(1.782)	(23)
Total Sales & Trading	8.998	8.197	9.582	801	10	(1.385)	(14)
Produtos de crédito[2]	695	599	182	95	16	418	N/S
Restantes produtos[3]	(61)	72	589	(133)	N/S	(517)	(88)
Corporate Banking & Securities	9.632	8.869	10.353	764	9	(1.485)	(14)
Private & Business Clients	5.962	5.966	6.220	(4)	0	(254)	(4)
Global Transaction Banking	2.232	1.984	2.016	248	12	(32)	(2)
Deutsche Asset & Wealth Management	1.505	1.568	1.974	(63)	(4)	(406)	(21)
Non-Core Operations Unit	(573)	245	650	(818)	N/S	(405)	(62)
Consolidation & Adjustments	(187)	19	369	(206)	N/S	(350)	(95)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.570**	18.651	21.583	(81)	0	(2.932)	(14)

N/S – Não significativo
[1] Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".
[2] Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de *swaps* de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.
[3] Inclui o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de originação, consultoria e outros produtos.

Corporate Banking & Securities (CB&S)

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 9,6 mil milhões de euros em 2014, o que representa um aumento de 764 milhões de euros (9 %) face a 2013.Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os principais fatores para o aumento foram receitas superiores em RMBS, após terem sido afetadas pela atividade de diminuição do risco e pelas condições de mercado difíceis em 2013, ganhos do valor de mercado relativos aos esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um CVA em comparação com uma perda em 2013 e receitas superiores em soluções de crédito (Credit Solutions) devido ao aumento do financiamento. O aumento em Sales & Trading (ações) em 2014 deveu-se sobretudo a saldos de financiamento de cliente em financiamento especial (Prime Finance) e condições de negociação favoráveis em derivados de ações (Equity Derivatives).A receita de produtos de crédito também aumentou no exercício, refletindo o investimento no negócio de imóveis comerciais. Estes aumentos de receitas foram parcialmente compensados por uma diminuição em Restantes produtos, principalmente devido a uma perda em Ajustamento da avaliação de dívida (DVA) de 126 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 21 milhões de euros).

2013

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 9,0 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 1,5 mil milhões de euros (14 %) face a 2012.Este decréscimo deveu-se, em parte, a produtos à margem de Sales & Trading. No que diz respeito a Restantes produtos, o decréscimo deveu-se sobretudo à não recorrência de acertos na metodologia de cálculo do DVA referente a certos passivos derivados em 2012.Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os principais fatores subjacentes ao decréscimo foram a diminuição das receitas de títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS) resultante da atividade de redução do risco empreendida este ano, de um enfraquecimento da liquidez e da incerteza do mercado, da diminuição das

receitas cambiais (Foreign Exchange) resultante de uma menor volatilidade e da compressão das margens, e da quebra das receitas de negociação em matérias-primas (Commodities) e taxas (Rates).Estes fatores foram parcialmente compensados por um aumento em Produtos de crédito devido a movimentos favoráveis nos spreads de crédito, a uma menor proporção da atividade de concessão de crédito medida ao justo valor e a custos de cobertura globais mais baixos. O aumento em Sales & Trading (ações) em 2013 deveu-se sobretudo à não recorrência do pagamento de dividendos mais elevados em 2012 em derivados de ações (Equity Derivatives), a uma maior atividade dos clientes e a uma melhoria do contexto de mercado na área de negociação de ações (Equity Trading).

Private & Business Clients (PBC).

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 6,0 mil milhões de euros em 2014, o que representa um decréscimo de 4 milhões de euros face a 2013, refletindo principalmente a continuação de um contexto de taxas de juro difícil na Europa. Isto foi parcialmente compensado pelo impacto positivo de um ganho subsequente relacionado com uma venda de negócio concluída num período anterior.

2013

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 6,0 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 254 milhões de euros (4 %) face a 2012.Este decréscimo deveu-se sobretudo ao contexto persistente de baixas taxas de juro que afeta as receitas de depósitos e ao maior impacto negativo da afetação do preço de compra do Postbank.

Global Transaction Banking (GTB)

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 2,2 mil milhões de euros em 2014, o que representa um aumento de 248 milhões de euros (12 %) face a 2013.O aumento deveu-se sobretudo a uma mudança dos nossos instrumentos de cobertura para gerir o risco de taxa de juro, o que aumenta as nossas receitas ao justo valor através de resultados, mas é compensada em outras receitas. Globalmente, o rendimento de juros líquido permaneceu sob pressão devido ao contexto de baixas taxas de juro.

2013

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 2 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 32 milhões de euros (2 %) face a 2012.O rendimento de juros líquido diminuiu relativamente ao exercício anterior, em resultado de taxas de juro baixas nos mercados essenciais e da pressão concorrencial sobre as margens. Além disso, as variações cambiais face a 2012 afetaram adversamente o rendimento reportado em euros.

Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM)

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 1,5 mil milhões de euros em 2014, o que representa um decréscimo de 63 milhões de euros (4 %) face a 2013.As receitas de juros líquidas superiores em concessão de empréstimos, depósitos e alternativas foram largamente compensadas por uma mudança desfavorável no justo valor de garantias e efeitos negativos de movimentos do valor de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life.

2013
A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 1,6 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 406 milhões de euros (21 %) face a 2012.O decréscimo do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados deveu-se principalmente à desconsolidação de fundos em 2013 e foi compensado por aumentos noutras categorias de receitas.

Non-Core Operations Unit (NCOU)

2014
A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi uma perda de 573 milhões de euros em 2014, o que representa um decréscimo de 818 milhões de euros face a 2013.O principal fator responsável pela diminuição foram receitas de juros líquidas inferiores devido a reduções de ativo na NCOU resultantes da nossa estratégia de diminuição do risco. Uma perda única relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos negociados no setor energético dos EUA durante o primeiro trimestre de 2014 também contribuiu para as perdas de justo valor.

2013
A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 245 milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 405 milhões de euros (62 %) face a 2012.O principal fator responsável pelo decréscimo foi a diminuição das receitas das carteiras devido a reduções de ativos em todos os produtos da NCOU. resultantes de uma estratégia de redução acelerada do risco, que conduziu, em termos globais, a uma redução das perdas de justo valor.

Consolidation & Adjustments (C&A)

2014
A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi um valor negativo de 187 milhões de euros em 2014, por oposição a um ganho de 19 milhões de euros em 2013.Este decréscimo foi motivado principalmente por efeitos negativos resultantes de diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para os relatórios de gestão e as IFRS. Isto foi parcialmente compensado por um rendimento superior da nossa balança de capital, resultante em grande parte do aumento de capital.

2013
A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi um ganho de 19 milhões de euros em 2013, em comparação com 369 milhões de euros em 2012.Este decréscimo refletiu principalmente menores efeitos positivos resultantes de diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para os relatórios de gestão e as IFRS. O decréscimo remanescente deveu-se sobretudo ao rendimento de juros líquido que não foi afetado aos segmentos de negócio e a rubricas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, por exemplo, despesas de financiamento em ativos/passivos não divisionalizados.

Provisão para perdas de crédito

2014
A provisão para perdas de crédito em 2014 foi de 1,1 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 931 milhões de euros, ou 45 %, em comparação com 2013, refletindo reduções significativas em todos os negócios. A redução na NCOU deveu-se a uma diminuição na provisão para perdas de crédito reclassificada em conformidade com a IAS 39 e nos ativos em imobiliário comercial. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank beneficiaram de um aumento de desembolsos e da não recorrência de grandes reservas de nome único.

2013
A provisão para perdas de crédito registou em 2013 um aumento de 344 milhões de euros para 2,1 mil milhões de euros. Na NCOU, a provisão para perdas de crédito aumentou, refletindo um conjunto de rubricas de clientes individuais, incluindo uma rubrica relacionada com o setor imobiliário comercial europeu. A provisão para perdas de crédito também aumentou na GTB, no contexto de um evento de crédito de um cliente individual, e na CB&S, devido a encargos mais elevados relacionados com empresas de transporte marítimo. Estes

aumentos foram parcialmente compensados por provisões inferiores na PBC, refletindo uma melhoria do contexto de crédito na Alemanha.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões[1]	12 409	12.308	11.809	101	1	500	4
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	242	394	301	(152)	(39)	93	31
Resultado líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	619	369	163	251	68	206	127
Outro resultado	108	193	(120)	(85)	(44)	313	N/S
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	**13.379**	13.264	12.153	114	1	1.111	9
[1] inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	404	435	449	(31)	(7)	(13)	(3)
Comissões de ativos geridos	3.057	2.963	2.609	94	3	354	14
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	283	247	239	36	14	8	3
Total	**3.745**	3.646	3.297	98	3	349	11
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	2.545	2.378	2.318	167	7	60	3
Comissões de corretagem	1.488	1.542	1.526	(54)	(3)	15	1
Total	**4.033**	3.920	3.844	113	3	76	2
Comissões por outros serviços ao cliente	4.632	4.742	4.667	(111)	(2)	76	2
Rendimento total de serviços e comissões	**12.409**	12.308	11.809	101	1	500	4

N/S – Não significativo

Rendimentos de serviços e comissões

2014

O rendimento total de serviços e comissões aumentou 101 milhões de euros, de 12,3 mil milhões de euros em 2013 para 12,4 mil milhões de euros em 2014.As receitas de consultoria (Advisory) foram superiores às do ano anterior, refletindo um aumento de volumes de comissões e ganhos de quota de mercado. As comissões de ativos geridos aumentaram devido a uma evolução favorável nos fundos negociados em bolsa dos EUA e da Europa. Isto foi compensado por uma diminuição nas comissões por outros serviços ao cliente, principalmente desencadeada por alterações nos requisitos regulamentares relacionadas com comissões de pagamentos e cartões, bem como receitas inferiores de serviços postais. Adicionalmente, uma alteração na classificação de relato de determinados gastos relacionados com produtos resultou num declínio adicional.

2013

O rendimento total de serviços e comissões aumentou 500 milhões de euros, de 11,8 mil milhões de euros em 2012 para 12,3 mil milhões de euros em 2013.As comissões de ativos geridos aumentaram devido a uma evolução favorável nos mercados de dívida alavancada a nível mundial, que beneficiaram de taxas de juro baixas. As comissões de subscrição e consultoria, bem como as comissões de corretagem e as comissões por outros serviços ao cliente melhoraram devido ao aumento dos níveis de atividade dos clientes e à melhoria das condições de mercado para a negociação de ações globais.

Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2014

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 242 milhões de euros em 2014, por oposição a 394 milhões de euros em 2013.O decréscimo em 2014 resultou sobretudo de atividades de redução do risco relacionadas com a NCOU.

2013

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 394 milhões de euros em 2013, por oposição a 301 milhões de euros em 2012.Os resultados líquidos em 2013 resultaram sobretudo das atividades de redução do risco relacionadas com a carteira da NCOU.

Resultado líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

2014

Os resultados líquidos de investimentos de capital aumentaram de 369 milhões de euros em 2013 para 619 milhões de euros em 2014.Os fatores para este efeito positivo foram imparidades na NCOU no ano anterior e uma equivalência patrimonial superior relacionada com o investimento no Hua Xia Bank.

2013

Os resultados líquidos de investimentos de capital aumentaram de 163 milhões de euros em 2012 para 369 milhões de euros em 2013.O resultado em 2013 incluiu uma equivalência patrimonial de 374 milhões de euros relacionada com o investimento no Hua Xia Bank.

Outro resultado

2014

Outros rendimentos diminuíram de 193 milhões de euros em 2013 para 108 milhões de euros em 2014.O declínio em 2014 deveu-se principalmente à reestruturação do financiamento de dívida da Maher Terminals, que resultou numa reclassificação da perda ao preço de mercado cumulativa de outro rendimento integral para outros rendimentos na NCOU.

2013

Os outros resultados aumentaram dum valor negativo de 120 milhões de euros em 2012 para um valor positivo de 193 milhões de euros em 2013.A melhoria em 2013 fica a dever-se predominantemente à redução do risco de carteiras da NCOU. Uma imparidade relacionada com a venda prevista do BHF-BANK foi parcialmente compensada pela continuação da evolução positiva dos resultados operacionais na Maher Terminals. As perdas registadas de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura foram significativamente menores do que no exercício anterior.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	12.512	12.329	13.490	183	1	(1.160)	(9)
Despesas gerais e administrativas[1]	14 654	15.126	15.017	(472)	(3)	110	1
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	289	460	414	(172)	(37)	46	11
Imparidade de ativos intangíveis	111	79	1.886	33	42	(1.808)	(96)
Atividades de reestruturação	133	399	394	(267)	(67)	5	1
Despesas totais (excluindo juros)	**27.699**	28.394	31.201	(695)	(2)	(2.807)	(9)

[1] inclui:

	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Despesas de TI	3.333	3.074	2.547	259	8	527	21
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.978	2.073	2.115	(95)	(5)	(42)	(2)
Taxas de serviços profissionais[2]	2 029	1.772	1.887	256	14	(115)	(6)
Comunicações e serviços de dados[2]	725	706	756	18	3	(50)	(7)
Despesas de deslocação e representação[2]	500	496	579	4	1	(84)	(14)
Encargos bancários e de transação[2]	660	743	1.274	(83)	(11)	(532)	(42)
Despesas de *marketing*	313	314	362	0	0	(48)	(13)
Investimentos consolidados	811	797	760	14	2	37	5
Outras despesas[2,3]	4.305	5.151	4.736	(846)	(16)	415	9
Despesas totais gerais e administrativas	**14.654**	15.126	15.017	(472)	(3)	110	1

[2] Em 2014, os períodos comparativos anteriores foram reajustados para refletir alterações no relato de custos do Grupo.
[3] Inclui despesas relacionadas com litígios de 1,6 mil milhões de euros em 2014, 3,0 mil milhões de euros em 2013 e 2,6 mil milhões de euros em 2012.

Remunerações e benefícios

2014

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 183 milhões de euros, ou 1 %, de 12,3 mil milhões de euros em 2013 para 12,5 mil milhões de euros em 2014.Isto reflete principalmente custos de remuneração fixa superiores para cumprir requisitos regulamentares, motivados significativamente pela CB&S, bem como por contratações estratégicas nas nossas funções de negócio e controlo. Este aumento foi parcialmente compensado por efeitos positivos decorrentes da implementação contínua do OpEx nos nossos negócios essenciais.

2013
As remunerações e benefícios registaram um decréscimo de 1,2 mil milhões de euros, ou 9%, de 13,5 mil milhões de euros em 2012 para 12,3 mil milhões de euros em 2013.A redução refletiu uma amortização de prémios diferidos reduzida devido a uma diminuição das subvenções diferidas atribuídas e aos efeitos positivos da implementação do OpEx em curso.

Despesas gerais e administrativas

2014
As despesas gerais e administrativas diminuíram 472 milhões de euros, ou 3 %, para 14,7 mil milhões de euros em 2014, face a 15,1 mil milhões de euros em 2013.A diminuição deveu-se sobretudo a custos de contencioso inferiores, no valor de 1,6 mil milhões de euros face a 3,0 mil milhões de euros em 2013, bem como em poupanças do programa OpEx. A diminuição foi parcialmente compensada por despesas superiores decorrentes de requisitos regulamentares, investimentos nos nossos negócios essenciais e encargos relativos a taxas de processamento de empréstimos na PBC.

2013
As despesas gerais e administrativas aumentaram 110 milhões de euros, ou 1%, de 15,0 mil milhões de euros em 2012 para 15,1 mil milhões de euros em 2013.O aumento deveu-se sobretudo a uma subida das despesas de contencioso e das despesas de TI, em resultado de *cost-to-achieve* e custos com o arranque de projetos em 2013.Este aumento foi parcialmente compensado pela não recorrência de medidas de reestruturação adotadas nos Países Baixos em 2012.Além disso, as taxas de serviços profissionais independentes, as despesas de comunicação, deslocação e representação, bem como as despesas de marketing registaram um decréscimo.

Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros

2014
Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros diminuíram 172 milhões de euros, de 460 milhões de euros em 2013 para 289 milhões de euros em 2014, o que decorreu exclusivamente de encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

2013
Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros aumentaram 46 milhões de euros, de 414 milhões de euros em 2012 para 460 milhões de euros em 2013, o que decorreu exclusivamente de encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

Imparidade de ativos intangíveis

2014
Em 2014, os encargos de imparidade com goodwill e intangíveis de 111 milhões de euros foram atribuíveis principalmente a 194 milhões de euros de imparidade para o nosso investimento na Maher Terminal, com uma compensação parcial de uma avaliação na Scudder de 84 milhões de euros.

2013
Em 2013, os encargos de imparidade com *goodwill* e outros ativos intangíveis no valor de 79 milhões de euros deveram-se sobretudo às atividades bancárias comerciais nos Países Baixos. Como em 2012, estes encargos foram incorridos para o avanço da execução das medidas de restruturação no âmbito da Estratégia 2015+.

Reestruturação

2014
Os custos de reestruturação do nosso programa OpEx registaram um decréscimo de 267 milhões de euros, ou 67 %, de 399 milhões de euros em 2013 para 133 milhões de euros em 2014.

2013
Em 2013, os custos de reestruturação de 399 milhões de euros resultaram do nosso programa OpEx e mantiveram-se praticamente inalterados face ao exercício anterior.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2014

Em 2014, a despesa de imposto sobre o rendimento foi de 1,4 mil milhões de euros face a 775 milhões de euros no período comparativo. A taxa efetiva de imposto de 46 % foi afetada principalmente por encargos com litígios não dedutíveis para efeitos fiscais e impostos sobre o rendimento de períodos anteriores que foram parcialmente compensados por alterações no reconhecimento e medição de impostos diferidos.

2013

Em 2013, a despesa de imposto sobre o rendimento foi de 775 milhões de euros, o que implicou uma taxa efetiva de 53% em comparação com uma despesa de imposto sobre o rendimento de 498 milhões de euros e uma taxa efetiva de 61% em 2012.A taxa efetiva de imposto em 2012 e 2013 foi afetada por despesas não dedutíveis para efeitos fiscais, que em 2012 incluíram imparidades de goodwill.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

— alterações no formato de divulgação por segmento;
— a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão e
— e definições de medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas em relação a cada segmento.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2014.Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

								2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset& Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Total Relatórios de Gestão	Consolidation & Adjustments	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	13 742	9.639	4.146	4.708	211	32.446	(497)	31 949
Provisão para perdas de crédito	103	622	156	(7)	259	1.133	1	1.134
Despesas totais (excluindo juros)	10.348	7.682	2.791	3.685	2.804	27.310	389	27.699
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amortizações	2	0	0	0	0	2	117	120
Pagamentos por cessação de funções	46	134	11	10	5	207	36	242
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	289	0	289	0	289
Atividades de reestruturação	112	9	10	(3)	4	133	0	133
Imparidade de ativos intangíveis	0	0	0	(83)	194	111	0	111
Participações minoritárias	25	1	0	4	(2)	28	(28)	0
Resultados antes do imposto sobre o rendimento	3.266	1.335	1.198	1.027	(2.851)	3.975	(859)	3 116
Rácio custo/rendimento	75 %	80 %	67 %	78 %	N/S	84 %	N/S	87 %
Ativos[2]	1 213 612	258.381	106.252	81.132	38.853	1.698.230	10.474	1.708.703
Despesas por adições de ativos de longa duração	0	108	0	1	0	109	517	626
Ativos ponderados pelo risco[3]	175 561	79.571	43.265	16.597	58.538	373.532	20.437	393.969
Participações de capital ativas médias	24.204	14.420	5.860	6.454	7.649	58.588	2.037	60.624
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	13 %	9 %	20 %	16 %	(37) %	7 %	N/S	5 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)[4]	9 %	6 %	14 %	11 %	(25) %	N/S	N/S	3 %
[1] Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5.451	5.887	1.875	1.052	90	14.355	(83)	14 272
Resultado líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	128	431	3	22	34	617	2	619
[2] Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	521	3.154	50	163	170	4.058	85	4.143

N/S – Não significativo

[3] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

[4] A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 46 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 34 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset& Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Total Relatórios de Gestão	Consoli-dation & Adjustments	2013 Total consolidado
Receitas líquidas[1]	13 526	9.550	4.069	4.735	964	32.844	(929)	31 915
Provisão para perdas de crédito	189	719	315	23	818	2.064	0	2.065
Despesas totais (excluindo juros)	10.162	7.276	2.648	3.929	3.550	27.564	830	28.394
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amorti-zações	2	0	0	0	2	5	18	23
Pagamentos por cessação de funções	26	224	8	5	14	278	25	303
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	460	0	460	0	460
Atividades de reestruturação	130	22	54	170	25	399	0	399
Imparidade de ativos intangíveis	0	7	57	14	0	79	0	79
Participações minoritárias	16	0	0	1	(3)	15	(15)	0
Resultados antes do imposto sobre o rendimento	3.158	1.555	1.107	782	(3.402)	3 200	(1.744)	1 456
Rácio custo/rendimento	75 %	76 %	65 %	83 %	N/S	84 %	N/S	89 %
Ativos[2]	1 102 007	265.360	97.240	72.613	63.810	1.601.029	10.371	1.611.400
Despesas por adições de ativos de longa duração	12	176	9	7	0	203	539	742
Ativos ponderados pelo risco (Basileia 2.5)	114.729	73.001	36.811	12.553	52.443	289.537	10.832	300.369
Capital ativo médio[3]	20 161	13.976	5.136	5.864	10.296	55.434	0	55.434
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	16 %	11 %	22 %	13 %	(33) %	6 %	N/S	3 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)[4]	9 %	6 %	13 %	8 %	(19) %	N/S	N/S	1 %
[1] Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5.409	5.963	1.930	988	618	14.909	(76)	14 834
Resultado líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	78	375	3	18	(106)	368	1	369
[2] Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	628	2.563	48	143	171	3.554	28	3.581

N/S – Não significativo

[3] Com efeitos a 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada com o quadro de CRR/CRD IV. Ao abrigo da definição revista, o capital próprio dos acionistas é ajustado apenas para acumulação de dividendos; os valores para 2013 foram ajustados para refletir este efeito.

[4] A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ao nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 53 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 42 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset& Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Total Relatórios de Gestão	Consoli-dation & Adjustments	2012 Total consolidado
Receitas líquidas[1]	15 073	9.540	4.200	4.472	1.427	34.711	(975)	33.736
Provisão para perdas de crédito	81	781	208	18	634	1.721	0	1.721
Despesas totais (excluindo juros)	12.071	7.224	3.327	4.299	3.697	30.618	582	31.201
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amortizações	5	0	0	0	2	8	17	25
Pagamentos por cessação de funções	164	249	24	42	4	484	59	543
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	414	0	414	0	414
Atividades de reestruturação	236	0	40	104	12	392	0	394
Imparidade de ativos intangíveis	1.174	15	73	202	421	1.886	0	1.886
Participações minoritárias	17	16	0	1	31	65	(65)	0
Resultados antes do imposto sobre o rendimento	2.904	1.519	664	154	(2.935)	2.307	(1.493)	814
Rácio custo/rendimento	80 %	76 %	79 %	96 %	N/S	88 %	N/S	92 %
Ativos[2]	1 448 924	282.428	87.997	78.103	113.247	2.010.699	11.576	2.022.275
Despesas por adições de ativos de longa duração	15	140	1	1	0	157	477	634
Ativos ponderados pelo risco (Basileia 2.5)	112.630	72.695	34.976	12.429	84.743	317.472	16.133	333.605
Capital ativo médio[3]	20 213	12.177	4.181	5.916	12.440	54.927	0	54.927
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	14 %	12 %	16 %	3 %	(24) %	4 %	N/S	1 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)[4]	9 %	8 %	10 %	2 %	(15) %	N/S	N/S	0 %
[1] Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5.244	6.115	1.964	1.033	1.496	15.851	123	15.975
Resultado líquido de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	131	312	5	6	(295)	159	4	163
[2] Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	750	2.303	46	131	307	3.538	39	3.577

N/S – Não significativo

[3] Com efeitos a 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada com o quadro de CRR/CRD IV. Ao abrigo da definição revista, o capital próprio dos acionistas é ajustado apenas para acumulação de dividendos; os valores para 2012 foram ajustados para refletir este efeito.

[4] A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 61 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Divisões corporativas

Divisão corporativa Corporate Banking & Securities

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %
Receitas líquidas:							
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	6.841	6.806	8.815	35	1	(2.009)	(23)
Sales & Trading (ações)	2.928	2.737	2.288	191	7	449	20
Geração (dívida)	1.527	1.557	1.417	(30)	(2)	140	10
Geração (ações)	761	732	518	29	4	214	41
Consultoria	580	480	590	100	21	(110)	(19)
Produtos de crédito	1.196	1.234	899	(39)	(3)	336	37
Outros produtos	(90)	(21)	547	(70)	N/S	(567)	N/S
Total de receitas líquidas	**13.742**	13.526	15.073	217	2	(1.547)	(10)
Provisão para perdas de crédito	**103**	189	81	(87)	(46)	108	133
Despesas totais (excluindo juros)	**10.348**	10.162	12.071	186	2	(1.909)	(16)
dos quais:							
Atividades de reestruturação	112	130	236	(17)	(13)	(106)	(45)
Imparidade de ativos intangíveis	0	0	1.174	0	N/S	(1.174)	N/S
Participações minoritárias	**25**	16	17	9	57	(1)	(6)
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	**3.266**	3.158	2.904	108	3	255	9
Rácio custo/rendimento	75 %	75 %	80 %	N/S	0 pp	N/S	(5) pp
Ativos[1]	1 213 612	1.102.007	1.448.924	111.605	10	(346.917)	(24)
Ativos ponderados pelo risco[2]	175 561	114.729	112.630	N/S	N/S	2.099	2
Capital ativo médio[3]	24 204	20.161	20.213	4.043	20	(52)	0
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	13 %	16 %	14 %	N/S	(2) pp	N/S	1 pp

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde 1 de janeiro de 2014.
[3] Ver na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2014

A CB&S apresentou resultados sólidos no exercício de 2014, apesar de um contexto de mercado difícil com baixa volatilidade de mercado e atividade de clientes no primeiro semestre do ano. No segundo semestre de 2014, a volatilidade aumentou e a CB&S registou uma dinâmica de receitas mais sólida em toda a franquia.

As receitas líquidas do exercício de 2014 foram de 13,7 mil milhões de euros, um aumento de 217 milhões de euros, ou de 2 %, face ao valor de 13,5 mil milhões de euros registado em 2013.As receitas líquidas incluíram ajustamentos de avaliação no ajustamento da avaliação de crédito (CVA) decorrente dos esforços de mitigação dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do ajustamento da avaliação de dívida (DVA), do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) e de refinamentos no cálculo do CVA e FVA nos termos das IFRS, totalizando uma perda de 299 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 201 milhões de euros).

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 6,8 mil milhões de euros, em consonância com o exercício anterior. As receitas em RMBS foram significativamente superiores, refletindo a atividade de redução do risco e um contexto de mercado difícil em 2013.As receitas em produtos em dificuldades (Distressed Products) foram superiores às do ano anterior devido ao forte desempenho na Europa. As receitas da Flow Credit foram significativamente inferiores às do ano anterior devido a um fraco desempenho na América do Norte. As receitas de Core Rates foram inferiores às do ano anterior devido a perdas no FVA decorrentes de movimentos de mercado e de um acerto no cálculo, aliados a um desempenho inferior na APAC e na Europa. As receitas cambiais (Foreign Exchange) foram inferiores às do exercício anterior devido a uma menor volatilidade e redução na atividade de clientes nos primeiros seis meses de 2014.As receitas de Global Liquidity Management, Credit Solutions e Emerging Markets estiveram em consonância com o exercício anterior. As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) incluíram três rubricas de ajustamento de avaliação, totalizando uma perda de 173 milhões de euros. Primeiro, um ganho do valor de mercado de 7 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 240 milhões de euros) relacionado com esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um CVA. Segundo, uma perda de 58 milhões de euros (exercício de 2013: zero) relacionada com um refinamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS. Terceiro, uma perda de FVA de 122 milhões de euros (exercício de 2013: um ganho de 67 milhões de euros) incluindo um impacto negativo de 51 milhões de euros devido a um refinamento no cálculo.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,9 mil milhões de euros, um aumento de 191 milhões de euros, ou 7 %, em comparação com o exercício anterior. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram superiores ao valor alcançado no ano anterior devido ao aumento de saldos de clientes. As receitas de negociação de ações (Equity Trading) e as receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) estiveram ambas em consonância com o exercício anterior.

As receitas líquidas da área de geração e consultoria (Origination e Advisory) foram de 2,9 mil milhões de euros no exercício de 2014, um aumento de 99 milhões de euros, ou 4 %, em comparação com o exercício anterior. As receitas de consultoria (Advisory) aumentaram relativamente ao exercício anterior devido ao aumento de volumes de comissões e quota de mercado. As receitas de geração de ações (Equity Origination) e geração de dívida (Debt Origination) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas de produtos de crédito foram de 1,2 mil milhões de euros no exercício de 2014, em consonância com o exercício anterior.

As receitas líquidas de outros produtos registaram um valor negativo de 90 milhões de euros, por oposição a um valor negativo de 21 milhões de euros no ano anterior. As receitas líquidas de outros produtos incluíram uma perda de DVA de 126 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 21 milhões de euros), incluindo um ganho de 37 milhões de euros relacionado com um refinamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS.

Na provisão para perdas de crédito, a CB&S registou um encargo líquido de 103 milhões de euros para o exercício de 2014, uma diminuição de 87 milhões de euros, ou 46 %, em comparação com o exercício anterior, devido a uma diminuição das provisões na carteira de transportes marítimos (Shipping) e a um desembolso líquido de provisões na carteira de financiamento alavancado.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 186 milhões de euros (2 %), em comparação com o exercício de 2013.O aumento deveu-se a despesas regulamentares exigidas, aperfeiçoamentos de plataforma e variações cambiais adversas. Estas compensaram amplamente o progresso nas iniciativas de redução de custo OpEx e os custos de contencioso inferiores.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 3,3 mil milhões de euros face a 3,2 mil milhões de euros no exercício anterior, devido a uma sólida evolução das receitas e custos de contencioso inferiores parcialmente compensados por custos regulamentares superiores e *cost-to-achieve* (CtA).

2013

O desempenho do exercício de 2013 foi significativamente afetado pela persistência da incerteza do mercado, em particular no que diz respeito à decisão da Reserva Federal norte-americana de restringir o seu programa quantitativo de estímulo à economia, aliada a uma redução da liquidez e a um abrandamento da atividade dos clientes.

As receitas líquidas do exercício de 2013 foram de 13,5 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,5 mil milhões de euros, ou de 10 %, face ao valor de 15,1 mil milhões de euros registado em 2012.As receitas líquidas foram afetadas por três rubricas de ajustamento de avaliação. Primeiro, uma perda ao preço de mercado de 265 milhões de euros relacionada com os esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) do ajustamento da avaliação de crédito (CVA).Em segundo lugar, uma perda de 21 milhões de euros relacionada com o impacto de um ajustamento da avaliação de dívida (DVA).Estas perdas foram parcialmente compensadas por ganhos de 85 milhões de euros relacionados com um ajustamento da avaliação de financiamento (FVA).Excluindo estas rubricas, tanto em 2013 como em 2012, as receitas líquidas registaram um decréscimo de 1,0 mil milhões de euros, ou 7 %, em comparação com o exercício de 2012.

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 6,8 mil milhões de euros, um decréscimo de 2,0 mil milhões de euros, ou 23 %, em comparação com o exercício anterior. As receitas de taxas (Rates) foram significativamente inferiores às do exercício anterior devido a uma menor atividade dos clientes, refletindo um enfraquecimento da liquidez e a continuação da incerteza do mercado. O RMBS (títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação) foi afetado por atividades de redução do risco empreendidas neste ano, agravadas por um enfraquecimento da liquidez e pela continuação da incerteza do mercado, resultando em receitas significativamente inferiores às do exercício anterior. Apesar do aumento dos volumes, as receitas cambiais (Foreign Exchange) foram inferiores às do exercício anterior devido a uma menor volatilidade e à compressão das margens. As receitas da Flow Credit foram inferiores às do ano anterior devido a um

fraco desempenho na Europa. As receitas de mercados emergentes (Emerging Markets) e produtos em dificuldades (Distressed Products) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,7 mil milhões de euros, um aumento de 449 milhões de euros, ou 20%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de negociação de ações (Equity Trading) e as receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) aumentaram significativamente face ao exercício anterior devido a uma maior atividade dos clientes e a uma melhoria do contexto de mercado. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas da área de geração e consultoria (Origination e Advisory) foram de 2,8 mil milhões de euros no exercício de 2013, um aumento de 244 milhões de euros, ou 10 %, em comparação com o exercício anterior. As receitas de geração de dívida (Debt Origination) foram superiores e as receitas de geração de ações (Equity Origination) significativamente superiores às do exercício anterior, refletindo uma forte atividade de emissão de dívida e de ações no mercado mundial. As receitas de consultoria (Advisory) baixaram relativamente ao exercício anterior, devido a volumes de comissões e de negociação reduzidos.

As receitas líquidas de produtos de crédito (Loan products) foram de 1,2 mil milhões de euros no exercício de 2013, um aumento de 336 milhões de euros, ou 37 %, em comparação com 2012, devido a custos de cobertura globais mais baixos, a uma menor proporção de atividade de concessão de crédito medida ao justo valor, a movimentos favoráveis nos spreads de crédito e à continuação do reforço da nossa franquia imobiliária comercial.

Em 2013, as receitas líquidas de outros produtos registaram um valor negativo de 21 milhões de euros, por oposição a um valor positivo de 547 milhões de euros em 2012.O decréscimo deveu-se sobretudo à não recorrência do impacto positivo no ano anterior de acertos na metodologia de cálculo de um ajustamento da avaliação de dívida (DVA), implementado em 2012, referente a certos passivos derivados.

Na provisão para perdas de crédito, a CB&S registou um encargo líquido de 189 milhões de euros para o exercício de 2013, um aumento de 108 milhões de euros, ou 133 %, em comparação com o exercício anterior, devido a um aumento das provisões constituídas na carteira de transportes marítimos (Shipping).

Os gastos operacionais (excl. juros) diminuíram 1,9 mil milhões de euros (16 %) face ao exercício de 2012, que incluiu uma imparidade de ativos intangíveis. Excluindo estes encargos, o decréscimo deveu-se a despesas remuneratórias e não remuneratórias mais baixas, refletindo a continuação da implementação de medidas OpEx, aliada a movimentos favoráveis das taxas de câmbio, parcialmente compensados por um aumento dos custos de contencioso.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 3,2 mil milhões de euros face a 2,9 mil milhões de euros no exercício anterior, devido à não recorrência da imparidade em ativos intangíveis, a despesas remuneratórias e não remuneratórias mais baixas, parcialmente compensadas por receitas mais baixas e provisões para contencioso mais elevadas.

Divisão Corporativa Private & Business Clients

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em milhões de euros	em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Produtos de crédito globais	3.463	3.408	3.331	55	2	76	2
Depósitos	2.977	3.012	3.175	(34)	(1)	(163)	(5)
Produtos de pagamentos, cartões e contas	983	1.019	1.027	(36)	(3)	(8)	(1)
Produtos de investimento e seguros	1.308	1.220	1.146	88	7	74	6
Serviços postais e suplementares do Postbank	416	434	454	(17)	(4)	(20)	(4)
Outros produtos	491	457	407	33	7	51	12
Total de receitas líquidas	**9.639**	9.550	9.540	89	1	10	0
Provisão para perdas de crédito	**622**	719	781	(97)	(13)	(62)	(8)
Despesas totais (excluindo juros)	**7.682**	7.276	7.224	406	6	52	1
dos quais:							
Imparidade de ativos intangíveis	0	7	15	(7)	N/S	(8)	(54)
Participações minoritárias	**1**	0	16	0	46	(15)	(97)
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	**1.335**	1.555	1.519	(220)	(14)	35	2
Rácio custo/rendimento	80 %	76 %	76 %	N/S	4 pp	N/S	0 pp
Ativos[1]	258 381	265.360	282.428	(6.978)	(3)	(17.068)	(6)
Ativos ponderados pelo risco[2]	79 571	73.001	72.695	N/S	N/S	306	0
Capital ativo médio[3]	14 420	13.976	12.177	444	3	1.799	15
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	9 %	11 %	12 %	N/S	(2) pp	N/S	(1) pp
Discriminação da PBC por negócio							
Private & Commercial Banking:							
Receitas líquidas	3.855	3.704	3.741	150	4	(36)	(1)
Provisão para perdas de crédito	79	128	174	(49)	(38)	(46)	(26)
Gastos operacionais (excl. juros)	3.533	3.237	3.098	296	9	139	4
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**243**	339	468	(96)	(28)	(129)	(28)
Advisory Banking International:							
Receitas líquidas	2.134	2.052	1.971	82	4	81	4
Provisão para perdas de crédito	272	248	211	24	10	37	17
Gastos operacionais (excl. juros)	1.179	1.139	1.217	41	4	(78)	(6)
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**683**	666	543	17	3	122	22
Postbank:[4]							
Receitas líquidas	3.651	3.794	3.828	(143)	(4)	(34)	(1)
Provisão para perdas de crédito	271	343	395	(71)	(21)	(52)	(13)
Gastos operacionais (excl. juros)	2.970	2.900	2.910	70	2	(9)	0
Participações minoritárias	1	0	15	0	69	(15)	(97)
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**409**	550	508	(141)	(26)	43	8

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde 1 de janeiro de 2014.
[3] Ver na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.
[4] Inclui as principais atividades estratégicas do Postbank AG, bem como do BHW e do norisbank.

informações adicionais

em mil milhões de euros(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em mil milhões de euros	em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em mil milhões de euros	em %
Ativos investidos[1]	291	282	293	9	3	(11)	(4)
Capital novo líquido	6	(15)	(10)	21	N/S	(6)	58

N/S – Não significativo
[1]Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

2014

O ambiente de negócio da PBC manteve-se desafiador ao longo de 2014, enfrentando novas descidas das taxas de juro, regulamentação mais rigorosa e encargos não-recorrentes significativos relacionados com taxas de processamento de empréstimos desencadeadas por duas decisões, de maio e outubro de 2014, do Tribunal Federal de Justiça alemão (Bundesgerichtshof).Apesar do clima desafiador, as receitas da PBC registaram um crescimento homólogo, refletindo uma retoma de atividade por parte dos clientes relativamente a produtos de investimento e seguros, e o crescimento de certos produtos de crédito, sobretudo na Alemanha. A provisão

para perdas de crédito também melhorou durante esse período, refletindo a qualidade da carteira de empréstimos.

Os resultados do exercício da PBC diminuíram face a 2013 devido a um impacto de 400 milhões de euros para o reembolso de taxas de processamento de empréstimos, conforme referido atrás. Foram criadas as disposições adequadas com respeito às taxas de processamento de empréstimos em 2014 e, neste sentido, não se prevê um impacto adicional em 2015 e nos anos subsequentes.

As receitas líquidas da PBC aumentaram 89 milhões de euros, ou 1 %, em comparação com 2013.O crescimento de 88 milhões (7 %) das receitas procedentes de produtos de investimento e seguros refletiu entradas de ativo líquido e níveis de transação mais elevados, sobretudo em valores mobiliários. As receitas líquidas de produtos de crédito aumentaram 55 milhões de euros, ou 2 %, sobretudo devido ao aumento do volume de empréstimos, especialmente créditos hipotecários alemães. As receitas líquidas de outros produtos aumentaram 33 milhões de euros, ou 7 %, refletindo sobretudo o impacto do ganho subsequente na Private & Commercial Banking de uma venda de negócio concretizada num período anterior, os ganhos resultantes da venda de títulos no DB Bauspar, e o crescimento do desempenho do Banco Hua Xia em investimentos de capital. Este aumento foi parcialmente anulado pelo decréscimo das receitas de atividades não operacionais do Postbank. O período de 2013 foi ainda marcado positivamente pela libertação parcial de provisões para perdas com empréstimos no Postbank, que foram relatadas em receitas de outros produtos uma vez que foram reconhecidas antes da consolidação. As receitas líquidas provenientes de pagamentos, cartões e contas diminuíram 36 milhões de euros (3 %), sobretudo devido a alterações nos requisitos regulamentares em matéria de taxas aplicadas a pagamentos e a cartões. As receitas líquidas de depósitos diminuíram 34 milhões de euros, ou 1 %, devido à conjuntura desafiadora das taxas de juro na Europa e ao processo de desalavancagem, especialmente no Postbank. As receitas líquidas de serviços postais e suplementares do Postbank diminuíram 17 milhões de euros, ou 4 %, devido a uma alteração na classificação de relato de certas despesas relativas a produtos que já tinham sido relatadas anteriormente noutras receitas.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 97 milhões de euros (13 %) face ao exercício anterior, beneficiando de um contexto favorável na Alemanha. No ano anterior, foi registado um crédito adicional de 86 milhões de euros noutros rendimentos de juros, representando uma libertação parcial de provisões para perdas com empréstimos no Postbank, e uma melhoria da qualidade creditícia dos empréstimos do Postbank registados ao justo valor aquando da consolidação inicial pelo Grupo.

Os gastos operacionais (excluindo juros) aumentaram 406 milhões de euros, ou 6 %, em comparação com 2013.2014 foi significativamente afetado por encargos com taxas de processamento de empréstimos, no valor de 400 milhões de euros, na sequência de alterações desencadeadas por decisões jurídicas alemãs, conforme referido anteriormente. Além disso, despesas mais elevadas com infraestrutura, sobretudo devido a requisitos regulamentares, implicaram um aumento de custos. Os aumentos da despesa em 2014 foram compensados pelo ganho resultante da alienação de bens imobiliários na Europa. Os gastos operacionais (excluindo juros) em 2013 também incluíram uma rubrica de dimensão comparável relacionada com a libertação de uma provisão relativa à cooperação na área de cartões de crédito do Banco Hua Xia. Os gastos com os nossos programas de integração do OpEx e do Postbank diminuíram 42 milhões de euros, ou 8 %, em consonância com a progressão dos mesmos. Adicionalmente, a PBC continuou a realizar poupanças adicionais resultantes das medidas de eficiência implementadas no âmbito do programa OpEx.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento diminuíram 220 milhões de euros, ou 14 %, face a 2013, sobretudo devido a despesas com taxas de processamento de empréstimos, como atrás se refere.

O valor dos ativos investidos aumentou 9 mil milhões, relativamente a 31 de dezembro de 2013, devido a entradas líquidas de 6 mil milhões de euros, principalmente em valores mobiliários, e a uma valorização adicional do mercado.

2013

A PBC apresentou um desempenho operacional estável, numa conjuntura de taxas de juro baixas e de contenção na atividade de investimento dos clientes na Alemanha. Em 2013 o panorama de empréstimos era favorável, com uma provisão para perdas de crédito inferior aos anos anteriores. Os mercados europeus em que operamos, além da Alemanha, foram marcados por uma redução da atividade de crédito que foi compensada pelo aumento do negócio em produtos de investimento. A turbulência nos mercados financeiros chinês e

indiano, observada nos últimos meses de 2013, não teve um impacto significativo nas nossas operações nesses países.

As receitas líquidas aumentaram ligeiramente, em 10 milhões de euros, face a 2012.O aumento das receitas de produtos de crédito, de produtos de investimento e seguros e de outros produtos foi compensado pela diminuição dos proveitos de depósitos, relacionada com o contexto contínuo de baixas taxas de juro e com o aumento do impacto negativo da contabilização do preço de compra do Postbank. Os proveitos de produtos de crédito aumentaram 76 milhões de euros (2 %), refletindo principalmente o aumento do volume de hipotecas na Private & Commercial Banking e o aumento das margens de financiamento ao consumo na Advisory Banking International. Os proveitos de produtos de investimento e seguros aumentaram 74 milhões de euros (6%), impulsionados pelo aumento do volume de transações na Advisory Banking International e pelo aumento das receitas da gestão discricionária de carteiras na Private & Commercial Banking. Os proveitos de outros produtos aumentaram 51 milhões de euros (12 %), beneficiando do desempenho do Banco Hua Xia, sendo parcialmente anulados por várias rubricas pontuais, sobretudo relacionadas com o Postbank. As receitas líquidas de serviços postais e suplementares do Postbank diminuíram 20 milhões de euros, ou 4 %, refletindo as habituais variações das receitas. As receitas líquidas de pagamentos, cartões e contas mantiveram-se estáveis.

A provisão para perdas de crédito foi de 719 milhões de euros, menos 8 % que o montante de 781 milhões de euros provisionado em 2012, graças sobretudo a Private & Commercial Banking e ao Postbank, em resultado de melhor qualidade de carteira e do contexto de crédito na Alemanha. Adicionalmente, um crédito de 86 milhões de euros (2012:94 milhões de euros) registado em outro rendimento de juros representa um aumento na qualidade creditícia dos empréstimos do Postbank registados ao justo valor aquando da consolidação inicial pelo Grupo. Advisory Banking International registou um aumento em provisão para perdas de crédito, devido sobretudo a um contexto de crédito difícil em Itália.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 52 milhões de euros (1%) face a 2012, devido a costs-to-achieve mais elevados, no valor de 112 milhões de euros, relacionados com a integração do Postbank e do OpEx, e com uma maior repartição dos custos das funções da infraestrutura, sendo maioritariamente contrabalançados por poupanças que resultaram sobretudo da criação de sinergias associadas ao Postbank.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 35 milhões de euros, ou 2%, face a 2012, apesar de costs-to-achieve mais elevados num total de 112 milhões de euros.

O valor dos ativos investidos baixou 11 mil milhões de euros em resultado de saídas líquidas no montante de 15 mil milhões de euros, na sua maior parte em depósitos, parcialmente compensados por uma valorização do mercado no valor de 4 mil milhões de euros.

Divisão Corporativa Global Transaction Banking

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %
Receitas líquidas:							
Serviços relacionados com negociação	4.146	4.069	4.200	76	2	(130)	(3)
Outros produtos	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Total de receitas líquidas	**4.146**	4.069	4.200	76	2	(130)	(3)
Provisão para perdas de crédito	**156**	315	208	(159)	(50)	107	52
Despesas totais (excluindo juros)	**2.791**	2.648	3.327	144	5	(680)	(20)
dos quais:							
Atividades de reestruturação	10	54	40	(44)	(81)	13	33
Imparidade de ativos intangíveis	0	57	73	(57)	N/S	(16)	(22)
Participações minoritárias	**0**	0	0	0	N/S	0	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**1.198**	1.107	664	92	8	442	67
Rácio custo/rendimento	67 %	65 %	79 %	N/S	2 pp	N/S	(14) pp
Ativos[1]	106 252	97.240	87.997	9.012	9	9.243	11
Ativos ponderados pelo risco[2]	43 265	36.811	34.976	N/S	N/S	1.835	5
Capital ativo médio[3]	5 860	5.136	4.181	724	14	955	23
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	20 %	22 %	16 %	N/S	(1) pp	N/S	6 pp

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde 1 de janeiro de 2014.
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2014

Em 2014, as receitas líquidas e os resultados antes de impostos sobre o rendimento na GTB evoluíram de forma sólida apesar de uma conjuntura de mercado persistentemente desafiante, que se traduz em novos cortes nas taxas de juro, já por si baixas, em riscos geopolíticos acrescidos e num ambiente de negócio altamente competitivo. Os gastos operacionais (excluindo juros) em 2014 e em 2013 sofreram o impacto de rubricas específicas. O exercício de 2014 incluiu encargos de contencioso, enquanto o desempenho em 2013 incluiu despesas acrescidas para a restruturação das nossas atividades de banca comercial nos Países Baixos, no âmbito da Estratégia 2015+, assim como uma imparidade de um ativo intangível.

As receitas líquidas aumentaram 76 milhões de euros (2 %), relativamente a 2013, incluindo o lucro proveniente da venda da Registrar Services GmbH, em 2014, e da venda da Deutsche Card Services, em 2013.Na área Trade Finance, as receitas aumentaram devido a grandes volumes e à estabilidade das margens, especialmente na Ásia e na Europa. Os serviços de valores mobiliários beneficiaram de um aumento dos volumes. As receitas de Cash Management mantiveram-se sob pressão no atual contexto de baixas taxas de juro.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 159 milhões de euros (50 %) face a 2013.A descida deve-se essencialmente à não recorrência de um evento de crédito de cliente individual no Trade Finance registado em 2013.

Os gastos operacionais (excluindo juros) aumentaram 144 milhões de euros, ou 5 %, em comparação com 2013.Conforme já referido, 2014 incluiu encargos de contencioso, enquanto o ano anterior foi afetado por um aumento de despesas relacionadas com a execução da Estratégia 2015+.Isso incluiu costs-to-achieve mais elevados no âmbito do programa OpEx, para a restruturação nos Países Baixos, e a imparidade de um ativo intangível. Excluindo essas rubricas, os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram devido a maiores despesas relacionadas com receitas e devido ao aumento de custos associados ao cumprimento de requisitos regulamentares. Da mesma forma, os investimentos para permitir o crescimento do negócio contribuíram para o aumento dos custos.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 92 milhões de euros, ou 8 %, em relação a 2013, devido a uma provisão para perdas de crédito mais baixa, na sequência do evento de crédito de cliente individual em 2013 e de receitas mais elevadas. Isto foi parcialmente compensado pelo aumento da base de custo.

2013

Apesar das condições de mercado desafiantes em 2013, a rentabilidade da GTB aumentou em relação a 2012.Ambos os períodos incluíram rubricas específicas relativas à execução da Estratégia 2015+.2013 foi

afetado pelas referidas rubricas específicas e os resultados em 2012 incluíram encargos de contencioso, a liquidação da proteção de crédito recebida pelo vendedor no âmbito das medidas de restruturação das atividades de banca comercial nos Países Baixos e uma imparidade de um ativo intangível.

As receitas líquidas diminuíram 130 milhões de euros, ou 3 %, em relação a 2012, o que incluiu a liquidação do pagamento atrás referido relativo às medidas de restruturação nos Países Baixos.2013 incluiu ganhos da venda da Deutsche Card Services. Ao longo de 2013, o contexto macroeconómico revelou-se difícil com a persistência de taxas de juro baixas em mercados essenciais e pressões concorrenciais sobre as margens. Além disso, as variações cambiais face a 2012 afetaram adversamente o resultado da GTB reportado em euros. Excluindo as referidas dificuldades e rubricas específicas, as receitas aumentaram face a 2012, com o crescimento a materializar-se na Ásia e Pacífico (APAC) e nas Américas. As receitas líquidas de financiamento de transações (Trade Finance) apresentaram-se estáveis, beneficiando de fortes volumes que compensaram o impacto do ambiente competitivo em matéria de margens. Os serviços de valores mobiliários apresentaram um desempenho sólido neste contexto de mercado, com base em volumes mais elevados. As receitas de gestão de tesouraria (Cash Management) beneficiaram de volumes de transação e saldos de clientes fortes.

A provisão para perdas de crédito aumentou 107 milhões de euros, ou 52%, face a 2012.Este aumento deveu-se sobretudo a um evento de crédito dum cliente individual em Trade Finance, parcialmente compensado por provisões mais baixas nas atividades bancárias comerciais nos Países Baixos.

As despesas (excluindo juros) registaram um decréscimo de 680 milhões de euros, ou 20%, em relação a 2012, sobretudo devido à não recorrência dos encargos de contencioso acima referidos, e a encargos de restruturação mais baixos nos Países Baixos. O cost-to-achieve relacionado com o programa OpEx, no valor de 109 milhões de euros, aumentou 68 milhões de euros em relação a 2012.Excluindo estas despesas, os gastos operacionais (excluindo juros) foram mais baixos do que em 2012, o que se deveu à persistência da ênfase na gestão de custos. Este decréscimo foi parcialmente anulado por um aumento das despesas relacionadas com o desenvolvimento da atividade do banco e com a execução da Estratégia 2015+.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 442 milhões de euros (67 %) comparativamente a 2012, devido a rubricas específicas incorridas em 2012, como os encargos de contencioso e as medidas de restruturação das atividades de banca comercial nos Países Baixos.

Divisão Corporativa Deutsche Asset & Wealth Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %
Receitas líquidas:							
Comissões de gestão e outras receitas recorrentes	2.601	2.441	2.282	161	7	158	7
Comissões de desempenho e de transação e outras receitas não recorrentes	826	924	905	(97)	(11)	19	2
Proveitos de juros líquidos	624	578	496	45	8	83	17
Receitas de outros produtos	367	299	369	68	23	(70)	(19)
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	291	494	420	(202)	(41)	74	18
Total de receitas líquidas	**4.708**	4.735	4.472	(27)	(1)	263	6
Provisão para perdas de crédito	**(7)**	23	18	(30)	N/S	5	29
Despesas totais (excluindo juros)	**3.685**	3.929	4.299	(245)	(6)	(370)	(9)
dos quais:							
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	289	460	414	(172)	(37)	46	11
Atividades de reestruturação	(3)	170	104	(173)	N/S	66	63
Imparidade de ativos intangíveis	(83)	14	202	(97)	N/S	(188)	(93)
Participações minoritárias	**4**	1	1	2	N/S	0	60
Resultados antes do imposto sobre o rendimento	**1.027**	782	154	245	31	628	N/S
Rácio custo/rendimento	78 %	83 %	96 %	N/S	(5) pp	N/S	(13) pp
Ativos[1]	81 132	72.613	78.103	8.519	12	(5.490)	(7)
Ativos ponderados pelo risco[2]	16 597	12.553	12.429	N/S	N/S	124	1
Capital ativo médio[3]	6 454	5.864	5.916	590	10	(52)	(1)
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	16 %	13 %	3 %	N/S	3 pp	N/S	11 pp

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde 1 de janeiro de 2014.
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

informações adicionais

em mil milhões de euros(exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %
Ativos investidos[1]	1.039	923	920	116	13	3	0
Capital novo líquido	40	(13)	(25)	53	N/S	12	(48)

N/S – Não significativo
[1] Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

2014

Em 2014, a Deutsche AWM continuou a beneficiar de maiores ativos sob gestão na sequência de níveis de mercado elevados, do aumento de capital novo líquido e do impacto cambial positivo, resultante da apreciação do dólar americano, o que aumentou positivamente os fluxos de receitas recorrentes. O desempenho continua a ser afetado pelo aumento dos custos regulamentares e pela atual conjuntura de taxas de juro baixas, o que põe em causa as margens das receitas de depósitos. As receitas líquidas globais diminuíram devido à redução de movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life, sendo compensadas por benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros mais baixos no âmbito dos gastos operacionais (excluindo juros).

As receitas líquidas da Deutsche AWM, no exercício de 2014, foram de 4,7 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 27 milhões de euros, ou 1 %, em comparação com 2013.

As comissões de gestão e outras receitas recorrentes aumentaram 161 milhões de euros, ou 7 %, devido a um aumento dos ativos médios sob gestão impulsionado pelo capital novo líquido positivo dos clientes, pelo desenvolvimento favorável das taxas de câmbio e pela valorização do mercado. As comissões de desempenho e de transação, e outras receitas não recorrentes, registaram um decréscimo de 97 milhões de euros, ou 11 %, devido a comissões de desempenho mais baixas na gestão de ativos e a receitas inferiores decorrentes das transações de rendimento fixo e de produtos cambiais para clientes privados. Os proveitos de juros líquidos aumentaram 45 milhões de euros, ou 8 %, na sequência do aumento do volume de empréstimos, da recuperação de juros do período anterior e da melhoria das margens de empréstimo. As receitas de outros produtos aumentaram 68 milhões de euros, ou 23 %, em comparação com 2013, em parte devido a receitas mais elevadas provenientes de alternativos, parcialmente anuladas por alterações pouco favoráveis no justo

valor de garantias afetadas pela queda das taxas de juro de longo prazo. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life registaram um decréscimo de 202 milhões de euros, ou 41 %, face a 2013, amplamente compensado nos gastos operacionais (excluindo juros).

As provisões para perdas de crédito diminuíram 30 milhões de euros, sobretudo devido a menores provisões de crédito de clientes específicos e à recuperação de encargos anteriores em 2014.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 245 milhões de euros, ou 6 %, face a 2013, sobretudo devido à redução de benefícios pagos a tomadores de seguro, à reversão de depreciações intangíveis na Scudder, a costs-to-achieve mais baixos relacionados com o OpEx, ao impacto positivo das medidas do atual programa OpEx e à redução de custos de contencioso. Isto foi parcialmente compensado por contratação estratégica e pelos efeitos únicos nas remunerações associados ao cumprimento de requisitos regulamentares e às alterações aos regimes de pensões.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento corresponderam a 1,0 mil milhões de euros em 2014, um aumento de 245 milhões de euros face a 2013.O desempenho das receitas ligeiramente mais baixo foi amplamente compensado pela provisão para perdas de crédito e por gastos operacionais (excluindo juros) mais baixos.

Os valores dos ativos investidos na Deutsche AWM foram de 1 bilião de euros, em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 116 mil milhões de euros (13%) face a 31 de dezembro de 2013. Isto deveu-se sobretudo a movimentos cambiais num total de 50 mil milhões de euros, a uma valorização do mercado de 43 mil milhões de euros e a entradas num total de 40 mil milhões de euros.

2013

Em 2013, a Deutsche AWM beneficiou do crescimento dos mercados acionistas e obrigacionistas. Além disso, a iniciativa da Deutsche AWM de melhorar a sua plataforma operacional traduziu-se em eficiência de custos.

As receitas líquidas da Deutsche AWM no exercício de 2013 foram de 4,7 mil milhões de euros, representando um aumento de 263 milhões de euros, ou 6 %, em relação ao exercício anterior.

As comissões de gestão e outras receitas recorrentes aumentaram 158 milhões de euros, ou 7 %, devido a um aumento dos ativos médios sob gestão durante esse período, na sequência de condições de mercado positivas e da melhoria das margens, resultantes de uma mudança favorável na combinação de produtos em virtude do crescimento de Alternativos e clientes privados. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life aumentaram 74 milhões de euros, ou 18 %, face a 2012, sendo amplamente compensados nos gastos operacionais (excluindo juros).Os proveitos de juros líquidos aumentaram 83 milhões de euros, ou 17 %, devido ao forte crescimento das receitas de crédito de empréstimos titularizados e hipotecas comerciais. As comissões de desempenho e de transações, e outras receitas não recorrentes, registaram um incremento de 19 milhões de euros, ou 2 %, devido ao aumento das comissões de desempenho em alternativos e nos fundos geridos ativamente. As receitas de outros produtos registaram um decréscimo de 70 milhões de euros, ou 19 %, em comparação com 2012, sobretudo devido a ganhos na venda do negócio de Value Retail no exercício anterior.

A provisão para perdas de crédito aumentou 5 milhões de euros em comparação com 2012, principalmente em resultado da provisão de crédito de um cliente específico na Suíça.

Os gastos operacionais (excluindo juros) registaram um decréscimo de 370 milhões de euros, ou 9%, em comparação com 2012, sobretudo devido à redução do número de colaboradores do OpEx em 2013, e a imparidades relacionadas com a Scudder e com TI em 2012, sendo parcialmente compensados pelo efeito já referido da Abbey Life.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 782 milhões de euros em 2013, representando um aumento de 628 milhões de euros em comparação com 2012.Este aumento reflete a evolução sólida das receitas, das imparidades registadas em 2012 e do nosso progresso no Programa OpEx em 2013.

O valor dos ativos investidos na Deutsche AWM foi de 923 mil milhões de euros, em 31 de dezembro de 2013, o que representa um aumento de 3 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2012. Isto deveu-se sobretudo a uma valorização de mercado no valor de 40 mil milhões de euros, sendo parcialmente anulado por

efeitos cambiais, saídas e outros movimentos. As saídas líquidas foram maioritariamente impulsionadas por clientes institucionais com margens baixas, tendo sido, em parte, contrabalançadas por entradas no valor de 11 mil milhões de euros de clientes privados.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em %	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %
Receitas líquidas	**211**	964	1.427	(753)	(78)	(463)	(32)
dos quais:							
Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(573)	245	650	(818)	N/S	(405)	(62)
Provisão para perdas de crédito	**259**	818	634	(559)	(68)	185	29
Despesas totais (excluindo juros)	**2.804**	3.550	3.697	(746)	(21)	(147)	(4)
dos quais							
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	4	25	12	(20)	(83)	13	104
Imparidade de ativos intangíveis	194	0	421	194	N/S	(421)	N/S
Participações minoritárias	**(2)**	(3)	31	1	(24)	(34)	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**(2.851)**	(3.402)	(2.935)	551	(16)	(467)	16
Rácio custo/rendimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos[1]	38 853	63.810	113.247	(24.957)	(39)	(49.437)	(44)
Ativos ponderados pelo risco[2]	58 538	52.443	84.743	N/S	N/S	(32.300)	(38)
Capital ativo médio[3]	7 649	10.296	12.440	(2.647)	(26)	(2.143)	(17)
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	(37 %)	(33) %	(24) %	N/S	(4) pp	N/S	(9) pp

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde janeiro
[3] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2014

Em 2014, a NCOU continuou a executar a sua estratégia de redução do risco com especial foco na alienação de ativos operacionais previamente detidos na antiga divisão Corporate Investments. As vendas concretizadas em 2014 incluíram o BHF-BANK e o The Cosmopolitan of Las Vegas. Estas foram complementadas pela eliminação de antigos ativos bancários como, por exemplo, a cessação antecipada de uma parte da proteção de derivados de crédito, atualmente na carteira monorramo, e a venda de obrigações subjacentes, e pela redução significativa da exposição da carteira de correlação de crédito referente à CRD IV. A redução do risco de ativos em 2014 traduziu-se em resultados líquidos de 181 milhões de euros.

As receitas líquidas da NCOU, no período de relato, diminuíram 753 milhões de euros, ou 78 %, para 211 milhões de euros. Isto reflete a diminuição dos proveitos de carteira em função das reduções de ativos alcançadas e dos ganhos resultantes das atividades de redução do risco, sendo parcialmente compensada por menores ajustamentos de avaliação no exercício. Em 2014, as rubricas específicas incluíam 314 milhões de euros de perda acumulada ao preço de mercado numa transação de *swap* relacionada com a restruturação do financiamento de dívida na Maher Terminals, que resultou na reclassificação da perda cumulativa do valor de mercado de outro rendimento integral para outros rendimentos e numa perda de 151 milhões de euros relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) decorrente da nossa exposição a produtos transacionados no sector da energia dos EUA. As receitas líquidas em 2013 incluíram uma perda de 183 milhões de euros relacionada com a venda do BHF-BANK, um efeito negativo no valor de 171 milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) e custos de recompra de hipotecas no valor de 122 milhões de euros.

As provisões para perdas de crédito diminuíram 559 milhões de euros, ou 68 %, em relação a 2013, devido a uma diminuição da provisão para perdas de crédito em ativos reclassificados e ativos imobiliários comerciais, no âmbito da IAS 39.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 746 milhões de euros, ou 21 %, face a 2013, maioritariamente devido a menores encargos de contencioso. Os custos diretos também registaram um decréscimo de 327 milhões de euros (21 %) relacionado com a venda do BHF-BANK durante o exercício e com outras medidas de redução do risco. Isto foi compensado por uma imparidade específica, de 194 milhões de euros, face ao nosso investimento na Maher Terminals durante o exercício corrente.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 2,9 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 551 milhões de euros face ao exercício anterior. A redução das receitas e das perdas de crédito refletem os progressos registados nas atividades de redução do risco, enquanto os gastos operacionais (excluindo juros), ainda que mais baixos, continuaram a ser afetados pelo momento e pela natureza de rubricas específicas.

2013

As receitas líquidas diminuíram 463 milhões de euros (32 %), face a 2012, devido à redução de proveitos de carteira que baixaram em função dos níveis do ativo. Em 2013, as rubricas específicas incluíram uma perda de 183 milhões de euros relacionada com a venda prevista do BHF-BANK, um efeito negativo de 171 milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA), custos de recompra de hipotecas no valor de 122 milhões de euros e o impacto de várias imparidades que foram, em parte, compensadas pelo aumento dos ganhos líquidos das atividades de redução do risco geradas nesse período. As receitas líquidas em 2012 incluíram efeitos negativos relacionados com uma imparidade de 257 milhões de euros da nossa exposição previamente detida no Actavis Group, com acertos no ajustamento da metodologia de avaliação de crédito, no valor de 203 milhões de euros, e com custos de recompra de hipotecas no valor de 233 milhões de euros.

A provisão para perdas de crédito aumentou 185 milhões de euros, ou 29%, em comparação com 2012, sobretudo devido a eventos de crédito específicos verificados em carteiras, inclusive em exposições a imobiliários comerciais europeus.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 147 milhões de euros em relação a 2012.O movimento inclui custos de contencioso mais elevados, compensados pela não-recorrência de imparidade de ativos intangíveis de 421 milhões de euros registados no ano anterior.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 3,4 mil milhões de euros, representando um aumento de 467 milhões de euros face ao exercício anterior. Isto resultou essencialmente da diminuição das receitas líquidas, embora cada período tenha sido afetado pelo momento e pela natureza de rubricas específicas.

Consolidation & Adjustments

				Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013		Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2014	2013	2012	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas[1]	(497)	(929)	(975)	432	(47)	46	(5)
Provisão para perdas de crédito	1	0	0	0	38	0	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	389	830	582	(440)	(53)	247	42
Participações minoritárias	(28)	(15)	(65)	(13)	82	49	(76)
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	**(859)**	(1.744)	(1.493)	885	(51)	(251)	17
Ativos[2]	10 474	10.371	11.576	102	1	(1.205)	(10)
Ativos ponderados pelo risco[3]	20 437	10.832	16.133	N/S	N/S	(5.300)	(33)
Capital ativo médio[4]	2 037	0	0	2.037	N/S	0	N/S

N/S – Não significativo

[1] Rendimento de juros líquido e rendimentos operacionais (excl. juros).
[2] Os ativos em C&A refletem ativos de empresas, tais como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.
[3] Os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde 1 de janeiro de 2014.Os ativos ponderados pelo risco em C&A refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos de empresas relacionados com os planos de pensões do Grupo. A diminuição de ativos ponderados pelo risco em 2013 deveu-se principalmente às iniciativas de redução do risco nos nossos ativos de pensões.
[4] As participações de capital ativas médias atribuídas a C&A refletem o montante residual de participações de capital que não foi afetado aos segmentos, conforme descrito na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas".

2014

Em 2014, as receitas líquidas de 497 milhões de euros negativos da C&A incluíram 336 milhões de euros negativos relacionados com diferenciais de instrumentos de capital e uma perda de 66 milhões de euros relacionada com a inclusão de um FVA em derivados sem garantias internos, entre a Tesouraria e a CB&S; as rubricas atrás referidas totalizaram, em 2013, 330 milhões de euros negativos em diferenciais de instrumentos de capital e 276 milhões de euros negativos decorrentes da aplicação pela primeira vez do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) nesse ano. As receitas em 2014 também registaram 172 milhões de euros negativos, em diferenças de avaliação e temporais, comparativamente aos 249 milhões de euros negativos em 2013, já que a volatilidade dos *spreads* cambiais do USD/EUR baixou e o efeito do *spread* de crédito próprio diminuiu.

Os gastos operacionais (excluindo juros) de 389 milhões de euros diminuíram 53 % face ao exercício anterior, sobretudo devido a um encargo não-recorrente com um litígio no valor de 528 milhões de euros em 2013.Os gastos operacionais (excluindo juros) também incluíram 342 milhões de euros em encargos com taxas bancárias, comparativamente aos 197 milhões em 2013.

As participações minoritárias totalizaram 28 milhões de euros em 2014, sobretudo devido a uma operação de financiamento estruturada, face aos 15 milhões de euros em 2013, que se deveram essencialmente ao Postbank; estas participações minoritárias são subtraídas dos resultados antes de impostos sobre o rendimento das divisões e revertidos em C&A.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 859 milhões de euros, em comparação com perdas de 1,7 mil milhões de euros em 2013.O resultado deveu-se sobretudo à não recorrência das principais rubricas de contencioso e foi parcialmente anulado por taxas bancárias mais elevadas.

2013

Em 2013, as receitas líquidas de C&A de 929 milhões de euros negativos incluíam 330 milhões de euros negativos relacionados com diferenciais de instrumentos de capital e uma perda de 276 milhões de euros devido à inclusão pela primeira vez de um FVA em derivados sem garantias colaterais internos entre a Tesouraria e a CB&S. Foram incluídas também diferenças temporais de 249 milhões de euros negativos relacionadas com posições que foram medidas ao justo valor para efeitos de reporte de gestão e medidas ao custo amortizado nos termos das IFRS. Estes efeitos irão sofrer uma reversão ao longo da vida útil das posições. Comparativamente com 2012, estes efeitos foram significativamente menos negativos, refletindo principalmente a diminuição dos movimentos da base de risco do EUR/dólares dos EUA e a amortização através dos resultados das perdas de anos anteriores.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 830 milhões de euros subiram 42% face ao ano anterior, principalmente devido a encargos com litígios, incluindo 528 milhões de euros relativos ao acordo com o Grupo Kirch. Este aumento foi parcialmente compensado com uma correção da afetação de custos interna histórica em 2013.Os gastos operacionais (excl. juros) em 2013 também incluíram encargos de 197 milhões de euros relacionados com taxas bancárias.

A diminuição em participações minoritárias, deduzidas dos resultados antes de impostos sobre o rendimento das divisões e revertidos em C&A, deveu-se principalmente ao Postbank.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 1,7 mil milhões de euros em 2013, face a 1,5 mil milhões de euros em 2012.O aumento foi motivado pelo acordo com o Grupo Kirch e pela perda supramencionada devido à inclusão pela primeira vez de um FVA. Este aumento foi parcialmente compensado pela diminuição dos efeitos negativos das diferenças de avaliação e temporais e pela diminuição dos gastos operacionais (excl. juros).

Posição Financeira

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013 em milhões de euros	em %
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	17.155	2.900	17
Depósitos remunerados em bancos	63.518	77.984	(14.466)	(19)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	43.630	48.233	(4.603)	(10)
Ativos detidos para negociação	195.681	210.070	(14.389)	(7)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629.958	504.590	125.368	25
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	117.285	184.597	(67.311)	(36)
dos quais:				
Títulos comprados com acordos de revenda	60.473	116.764	(56.291)	(48)
Títulos obtidos por empréstimo	20.404	32.485	(12.082)	(37)
Empréstimos	405.612	376.582	29.030	8
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	115.054	83.185	31.869	38
Restantes ativos	117.910	109.004	8.905	8
Total do ativo	**1.708.703**	1.611.400	97.303	6
Depósitos	532.931	527.750	5.181	1
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	13.226	15.685	(2.459)	(16)
Passivos detidos para negociação	41.843	55.804	(13.961)	(25)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	610.202	483.428	126.774	26
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	37.131	90.104	(52.973)	(59)
dos quais:				
Títulos vendidos com acordos de recompra	21.053	73.642	(52.590)	(71)
Títulos cedidos por empréstimo	1.189	1.249	(60)	(5)
Outros empréstimos a curto prazo	42.931	59.767	(16.836)	(28)
Dívida a longo prazo	144.837	133.082	11.755	9
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	143.210	118.992	24.219	20
Restantes passivos	69.170	71.822	(2.653)	(4)
Total do passivo	**1.635.481**	1.556.434	79.047	5
Total do capital próprio	**73.223**	54.966	18.257	33

Movimentos em ativos

Os aumentos globais no valor de € 97 billion (ou 6 %), em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 31 de dezembro de 2013 deveram-se sobretudo ao aumento de € 125 billion nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos durante o exercício, essencialmente relacionados com produtos de taxa de juro e produtos cambiais no quarto trimestre, apesar de uma atividade significativa de restruturação de negócio e novação com vista a reduzir a exposição.

Os movimentos do balanço consolidado incluem um aumento de 91 mil milhões de euros resultantes das taxas de variações cambiais, sobretudo com respeito à apreciação significativa do dólar americano face ao euro, o que representou 79 mil milhões de euros do aumento registado, sobretudo na segunda metade do ano.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos contribuíram com € 32 billion para o crescimento global, resultando sobretudo de requisitos colaterais mais elevados que correspondem ao aumento dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos.

Os empréstimos aumentaram € 29 billion, com o aumento de exposição da CB&S, Deutsche AWM e GTB, sendo parcialmente compensados por reduções geridas na nossa NCOU.

Os ativos financeiros disponíveis para venda (relatados como parte dos ativos restantes) aumentaram 16 mil milhões de euros, o que se deveu sobretudo a um aumento de 12 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez mantidos nas Reservas de Liquidez estratégicas do grupo. Estes aumentos resultam da otimização contínua das nossas reservas de liquidez.

Os aumentos foram parcialmente contrabalançados por uma redução de 73 mil milhões de euros nos recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo, sob contabilidade de exercício e contabilidade pelo justo valor, que se deveram essencialmente a reduções no nosso financiamento garantido fornecido aos clientes, a uma diminuição dos títulos obtidos por empréstimo para cobertura de posições curtas, resultando da redução de posições curtas e da adoção da

IAS 32 R em 2014, que permite a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros para acordos de revenda bilaterais e acordos de recompra em determinadas condições.

Os ativos detidos para negociação diminuíram € 14 billion, sobretudo devido a títulos de dívida, sendo ligeiramente compensados pelo aumento dos títulos de capital.

Os depósitos remunerados em bancos diminuíram € 14 billion no mesmo período, sendo parcialmente compensados por um aumento de € 3 billion em caixa e disponibilidades em bancos, principalmente como resultado de reduções geridas nos depósitos por grosso.

Movimentos em passivo

Em 31 de dezembro de 2014, o total do passivo aumentou € 79 billion (ou 5 %) face ao exercício de 2013.

Os valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados aumentaram € 127 billion e os valores a pagar relacionados com corretagem e títulos subiram € 24 billion comparativamente a 31 de dezembro de 2013, sobretudo pelas mesmas razões acima referidas que impulsionaram os movimentos nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e os valores a receber relacionados com corretagem e títulos.

A dívida a longo prazo aumentou € 12 billion, devendo-se essencialmente a atividades de maior financiamento que excederam o montante da dívida vencida durante o exercício.

Registou-se um aumento de € 5 billion nos depósitos, com aumentos no nosso financiamento através de transações bancárias e retalho, sendo parcialmente anulado por volumes mais baixos de financiamento por grosso não garantido.

Os recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo, sob contabilidade de exercício e contabilidade pelo justo valor, diminuíram 55 mil milhões de euros no total, sobretudo devido a reduções no nosso financiamento garantido fornecido aos clientes e como resultado da adoção da IAS 32 R em 2014, que permite a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros para acordos de revenda bilaterais e acordos de recompra em determinadas condições.

Outros empréstimos a curto prazo registaram um decréscimo de € 17 billion, sobretudo devido à redução de emissões na CB&S e, em menor escala, na GTB.

Os passivos detidos para negociação diminuíram € 14 billion, sobretudo devido a títulos de dívida, sendo ligeiramente compensados pelo aumento dos títulos de capital.

À semelhança do total do ativo, o aumento global do passivo também reflete o impacto das taxas de variações cambiais durante o exercício.

Liquidez

As reservas de liquidez totalizaram 184 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 (face a 196 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013).Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2014 (no cenário combinado).

Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2014 aumentou 18,3 mil milhões de euros, comparativamente a 31 de dezembro de 2013.Os fatores que mais contribuíram para este desenvolvimento foram um aumento de capital de 8,5 mil milhões de euros resultante da emissão de 359.8 milhões de novas ações ordinárias, em junho de 2014, e à emissão de novos componentes de capital adicionais (valores mobiliários Tier 1 adicionais, tratados como capital próprio em conformidade com a classificação IFRS) de 4,7 mil milhões de euros, em 20 de maio e em 19 de novembro de 2014.O que também contribuiu para o aumento registado foi o resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank de 1,7 mil milhões de euros, os efeitos positivos das alterações das taxas de câmbio totalizando 2,9 mil milhões de euros (sobretudo no dólar americano) e os ganhos líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, no valor de 1,4 mil milhões de euros, resultantes sobretudo da melhoria dos preços de mercado dos títulos de dívida de emitentes Europeus. Esta situação foi parcialmente contrabalançada pelos dividendos pagos em numerário aos Acionistas do Deutsche Bank no valor de 765 milhões de euros.

Fundos próprios regulamentares

Os cálculos dos valores e rácios de capital regulamentar apresentados neste relatório incluem lucros de final de exercício após a dedução de um pagamento de dividendos de 0,75 euros por ação proposto pelo Conselho de Administração ao Conselho de Fiscalização e à Assembleia-Geral Anual. Para mais informações, consulte o parágrafo "Tratamento de lucros de final de exercício para o relatório de solvabilidade" na secção "Relatório de risco – Capital regulamentar".

O cálculo do nosso capital regulamentar em 31 de dezembro de 2013 baseia-se no Acordo "Basileia 2.5".A partir de 1 de janeiro de 2014, o cálculo do nosso capital regulamentar, dos ativos ponderados pelo risco e dos rácios de capital incorpora os requisitos de capital de acordo com o Regulamento relativo aos requisitos de capital (CRR) e com a Diretiva relativa aos requisitos de capital IV (CRD IV) publicados em 27 de junho de 2013, incluindo determinadas regras transitórias. Por conseguinte, ao referirmo-nos aos resultados de acordo com as regras transitórias que atualmente se aplicam a nós, utilizamos o termo "CRR/CRD IV".Quando nos referimos aos resultados de acordo com a aplicação plena do quadro final, utilizamos o termo "CRR/CRD IV *fully loaded*".

O nosso capital Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2014 era de 63,9 mil milhões de euros resultando num rácio de capital Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV de 16,1 %.Em 31 de dezembro de 2013, o nosso capital Tier 1 em conformidade com o Basileia 2.5 era de 50,7 mil milhões de euros, resultando num rácio de capital Tier 1 em conformidade com o Basileia 2.5 de 16,9 %.O nosso capital Common Equity Tier 1 (CET 1, denominado por Core Tier 1 em conformidade com o Basileia 2.5) de acordo com o CRR/CRD IV era de 60,1 mil milhões de euros, resultando num rácio de capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV de 15,2 % em 31 de dezembro de 2014.No final de 2013, o nosso capital CET 1 era de 38,5 mil milhões de euros em conformidade com o Basileia 2.5, resultando num rácio de capital CET 1 em conformidade com o Basileia 2.5 de 12,8 %.

A implementação dos novos requisitos de capital ao abrigo do CRR/CRD IV conduziu a um efeito de aplicação de primeiro dia negativo de 1,5 mil milhões de euros no nosso capital Tier 1.O decréscimo foi causado pelo desreconhecimento dos nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 antigos, que já não se qualificarão como capital Tier 1 ao abrigo da aplicação integral do CRR/CRD IV e que excederam o montante máximo reconhecível (limite máximo) de instrumentos AT1 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva em 2,2 mil milhões de euros. Este declínio no nosso capital Tier 1 resultou também de deduções de 1,5 mil milhões de euros, que foram introduzidas gradualmente com 20 % em 2014, principalmente relacionadas com deduções de ativos por impostos diferidos e ativos de pensões de prestação definida. O decréscimo foi parcialmente compensado por efeitos de aplicação de primeiro dia positivos de posições de titularização de 0,9 mil milhões, nas quais optámos por um coeficiente de risco de 1.250 % em vez do tratamento como dedução. Um efeito positivo adicional resultou de investimentos significativos em entidades financeiras e seguradoras no valor de 1,2 mil milhões de euros, que beneficiaram da isenção de dedução para montantes inferiores a 15 % do capital CET 1 relevante e foram, em vez disso, ponderados pelo risco a 250 %.

Registámos também um aumento no nosso capital Tier 1, principalmente resultante de um aumento de capital do capital autorizado face a contribuições em numerário com receitas brutas no valor de 8,5 mil milhões de euros e à emissão de notas Tier 1 adicionais (as "notas AT1") em conformidade com o CRR/CRD IV, executadas em duas transações, com um montante elegível de 4,6 mil milhões de euros. O nosso resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank de 1,7 mil milhões de euros, após dedução da nossa acumulação para cupões de dividendo e AT1 de 1,2 mil milhões de euros, também contribuiu para o aumento. Registámos ainda impactos positivos de variações cambiais no nosso capital Tier 1 no valor de 1,5 mil milhões de euros.

O nosso capital Tier 1 *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2014 era de 50,7 mil milhões de euros, resultando num rácio de capital Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV de 12,9 %.O nosso capital Common Equity Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* foi de 46,1 mil milhões de euros, resultando num rácio de capital Common Equity Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* de 11,7 % em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o nosso capital Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* foi 13,2 mil milhões de euros inferior ao nosso capital Tier 1 em conformidade com o CRR/CRD IV devido ao desreconhecimento nos nossos instrumentos híbridos de capital Tier 1 antigos de 10 mil milhões de euros, bem como do montante total de determinadas deduções de CET 1 num total de 3,6 mil milhões de euros,

principalmente relacionados com ativos por impostos diferidos e ativos de fundo de pensões de benefício definido, que foram deduzidos do capital AT1 em conformidade com as regras transitórias.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) em conformidade com o CRR/CRD IV foram de 397 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, face a 300 mil milhões de euros no final de 2013 em conformidade com as regras do Basileia 2.5.Os RWA para risco de crédito aumentaram 42 mil milhões de euros, refletindo amplamente o impacto do quadro CRR/CRD IV, o impacto das variações cambiais, principalmente durante o segundo semestre, bem como de atualizações do modelo. Isto foi parcialmente compensado por esforços de redução do risco adicionais e vendas de ativos. O novo cálculo dos RWA para o CVA de acordo com o quadro CRR/CRD IV contribuiu com 21 mil milhões de euros para o aumento global. O aumento dos RWA de 17 mil milhões de euros para o risco de mercado deveu-se principalmente à inclusão de rubricas de dedução de capital antigo para posições de titularização de risco superior no cálculo dos RWA em conformidade com o quadro CRR/CRD IV, parcialmente compensado por variações dos níveis de risco. Os RWA de risco operacional foram 16 mil milhões de euros superiores, principalmente devido ao reconhecimento antecipado de aperfeiçoamentos ao nosso modelo de abordagem de medição avançada (AMA) no segundo trimestre de 2014, bem como por efeitos da alteração do modelo relacionada com razoáveis perdas possíveis resultantes de litígio.

Os ativos ponderados pelo risco em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* eram de 394 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.Para além dos movimentos mencionados acima, registámos uma diminuição nos RWA de 3 mil milhões de euros principalmente devido a um alívio do fundo de pensões.

Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros"

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o valor contabilístico dos ativos reclassificados era de 7,4 mil milhões de euros e de 8,6 mil milhões de euros, respetivamente, em comparação com um valor de mercado de 7,4 mil milhões de euros e de 8,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respetivamente. Estes ativos são detidos na NCOU.

Consultar a Nota 13 «Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros» para obter informações adicionais sobre estes ativos e o impacto da sua reclassificação.

Exposição a seguradoras monorramo

A deterioração do crédito hipotecário *subprime* dos EUA e dos mercados conexos gerou grandes riscos para os garantes financeiros, tais como as seguradoras monorramo, que têm segurado ou garantido o valor de agregados de garantias denominados CDO e outros valores mobiliários negociados em bolsa. As reclamações de indemnizações contra seguradoras monorramo só se tornam devidas se ocorrerem efetivamente incumprimentos no que se refere aos ativos (ou garantias colaterais) subjacentes. Existe atualmente incerteza sobre se algumas seguradoras monorramo serão capaz de satisfazer todas as suas obrigações para com os bancos e outros titulares de proteção. Sob determinadas condições (por exemplo, liquidação), podemos acelerar reclamações de indemnizações, independentemente das perdas efetivas nos ativos subjacentes.

As tabelas a seguir resumem o justo valor das nossas exposições de contraparte a seguradoras monorramo no que se refere a atividade relacionada com hipotecas residenciais nos EUA e outras atividades, respetivamente, em cada caso, com base no justo valor dos ativos em comparação com o valor nocional garantido ou subscrito por seguradoras monorramo. As outras exposições descritas na segunda tabela decorrem de um leque variado de atividades com clientes e de negociação, incluindo obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral, títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais, títulos fiduciários preferenciais, empréstimos a estudantes e dívida do setor público ou municipal. As tabelas apresentam os ajustamentos da avaliação do crédito (AAC) associados que registámos contra as exposições. No caso de entidades monorramo com CDS (swaps de risco de incumprimento) negociados ativamente, o AAC é calculado utilizando um modelo de avaliação totalmente baseado em CDS. No caso de entidades monorramo sem swaps de risco de incumprimento (CDS) negociadas ativamente, é utilizada uma abordagem de modelação com vários fatores de partida, incluindo as probabilidades de incumprimento relevantes em função do mercado, a probabilidade de um evento (uma reestruturação ou uma insolvência), uma avaliação de qualquer acordo potencial em caso de reestruturação e as taxas de recuperação em caso de reestruturação ou falência. A metodologia AAC monorramo é revista trimestralmente pela gestão. A partir do segundo trimestre de 2011 têm sido utilizados, de forma mais abrangente, diferenciais baseados no mercado para realização da avaliação AAC.

As notações das tabelas abaixo são as mais baixas da Standard & Poor's, da Moody's ou das nossas próprias notações de crédito internas.

Exposição monorramo relacionada com hipotecas residenciais nos EUA

	31.12.2014				31.12.2013			
em milhões de euros	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC
Entidades monorramo AA:								
Outros *subprime*	95	30	(7)	23	94	29	(5)	23
Alt-A	1.405	423	(61)	361	2.256	768	(105)	663
Total entidades monorramo AA	**1.500**	**452**	**(68)**	**384**	2.350	797	(110)	686

Outra exposição monorramo

	31.12.2014				31.12.2013			
em milhões de euros	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC
Entidades monorramo AA:								
TPS-CLO	1.269	254	(43)	210	1.512	298	(41)	257
CMBS	712	(2)	0	(2)	1.030	(3)	0	(3)
Sociedade individualmente nome/CDO societário	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos a estudantes	322	44	(9)	35	285	0	0	0
Outros	506	72	(14)	59	511	69	(7)	62
Total entidades monorramo AA	**2.810**	**368**	**(66)**	**302**	3.338	364	(48)	316
Monorramos não *investment-grade*								
TPS-CLO	329	77	(16)	61	353	67	(8)	58
CMBS	1.476	(2)	0	(2)	1.444	7	0	6
Sociedade individualmente nome/CDO societário	28	5	0	5	0	0	0	0
Empréstimos a estudantes	679	66	(9)	57	604	116	(11)	105
Outros	774	136	(50)	86	827	90	(31)	60
Total sem grau de investimento monorramos	**3.285**	**282**	**(75)**	**207**	3.228	280	(50)	229
Total	**6.095**	**650**	**(141)**	**509**	6.566	644	(98)	545

As tabelas excluem a exposição de contrapartes a seguradoras monorramo relacionadas com obrigações embutidas. Uma obrigação embutida é segurada ou garantida por um terceiro. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a exposição a obrigações embutidas relacionadas com hipotecas residenciais dos EUA foi nula em ambos os casos e a exposição de títulos do mesmo tipo não relacionados com hipotecas residenciais nos EUA foi de 22 milhões de euros e de 15 milhões de euros, respetivamente. Em cada caso, a exposição representa uma estimativa de potenciais depreciações de ativos embutidos em caso de incumprimento de entidades monorramo.

Uma parte da exposição monorramo com avaliação ao preço de mercado foi reduzida com a proteção de swaps de risco de incumprimento (CDS) acordada com outras contrapartes de mercado e outras atividades de cobertura económica.

O total do ajustamento da avaliação de crédito detido por conta de seguradoras monorramo em 31 de dezembro de 2014 era de 209 milhões de euros. Não houve qualquer alteração na reserva de CVA monorramo global face a 31 de dezembro de 2013, pois o impacto da exposição reduzida foi compensado pelo movimento em spreads de crédito monorramo durante o período.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Notações de crédito de longo prazo

Os desenvolvimentos regulamentares em todo o setor dominaram as ações das agências de notação de crédito em 2014.

Em março e abril de 2014, a Fitch Ratings e a Standard & Poor's reviram a perspetiva das notações de risco de longo prazo no Deutsche Bank de "estável" para "negativa" como parte das suas análises em todo o setor de pressupostos de apoio do governo no setor bancário europeu. Ambas as agências responderam aos desenvolvimentos da diretiva da União Europeia relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito, que visa salvaguardar de forma mais rigorosa a estabilidade do setor dos serviços financeiros. Um dos principais objetivos desta Diretiva é, por exemplo, transferir a carga das perdas dos contribuintes para os acionistas e credores.

Em julho de 2014, a Moody's baixou as notações de risco de longo prazo, individual e de curto prazo do Deutsche Bank em um nível, para A3, baa3 e P-2, respetivamente. A perspetiva sobre a notação de risco individual do Deutsche Bank é agora estável, ao passo que a perspetiva sobre a notação de risco de longo prazo continua negativa. De forma semelhante às notações de risco da Standard & Poor's e da Fitch, a perspetiva negativa da Moody's reflete a sua visão de uma tendência para um menor apoio sistémico geral aos bancos da União Europeia.

Em 3 de fevereiro de 2015, a Standard & Poor's colocou a notação de risco de longo prazo do Deutsche Bank em "alerta de crédito negativo", como parte da sua análise dos bancos alemães, austríacos e britânicos para refletir a implementação de regras de recapitalização interna na legislação nestes três países em 1 de janeiro de 2015.A agência de notação de crédito espera resolver a colocação em alerta de crédito no início de maio de 2015.

	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Moody's Investors Service, Nova Iorque [1]	A3	A2	A2
Standard & Poor's, Nova Iorque[2]	A	A	A+
Fitch Ratings, Nova Iorque[3]	A+	A+	A+

[1] A Moody's define as obrigações com notação de crédito A como obrigações de qualidade média superior, sujeitas a baixo risco de crédito. A qualificação numérica 2 indica uma classificação no centro da categoria A. A qualificação numérica 3 indica uma classificação no nível mais baixo da categoria A.
[2] A Standard and Poor's define a sua notação A como um pouco mais suscetível aos efeitos adversos das circunstâncias e condições económicas alteradas que obrigações nas categorias com notação mais elevada. No entanto, a capacidade do emissor honrar os seus compromissos financeiros relativos à obrigação ainda é sólida.
[3] A Fitch Ratings define a sua notação A como elevada qualidade creditícia. A Fitch Ratings utiliza a notação A para indicar uma expetativa reduzida de risco de incumprimento. De acordo com a Fitch Ratings, as notações A indicam uma forte capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. Esta capacidade poderá, contudo, ser mais vulnerável a condições de transação adversas ou a condições económicas que os títulos com notações mais elevadas. O sinal + indica uma classificação no extremo mais elevado da categoria A.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e os interessados devem avaliar cada classificação separadamente e procurar obter junto das agências denotação todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. Estas notações de crédito de longo prazo não devem ser consideradas recomendações para comprar, manter ou vender os nossos títulos.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2014.

Obrigações contratuais					Pagamento devido por período
em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida a longo prazo[1]	164.450	28.776	50.678	32.755	52.241
Títulos fiduciários preferenciais[1]	12.270	5.579	2.202	4.238	251
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados[2]	10.535	1.965	3.737	1.147	3.686
Obrigações de locação financeira	114	6	13	11	84
Obrigações de locação operacional	5.103	778	1.322	1.047	1.955
Obrigações de aquisição	1.920	528	810	285	298
Depósitos de longo prazo[1]	26.336	0	8.980	4.863	12.492
Outros passivos de longo prazo	5.063	918	986	557	2.602
Total	**225.790**	38.550	68.726	44.904	73.610

[1] Inclui pagamentos de juros.
[2] Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

Os valores acima não incluem as receitas de sublocação financeira não cancelável de 171 milhões de euros relativas a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 24, "Locações", Nota 28, "Depósitos" e Nota 32, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Acontecimentos após o período de relato

Todos os acontecimentos de ajustamento relevantes após a data de relato foram reconhecidos nos nossos resultados operacionais, posição financeira e ativos líquidos.

Perspetivas

A economia global

Em 2015, prevemos que o crescimento económico global permaneça inalterado a 3,4 %, o que se situa abaixo da taxa de crescimento da tendência pré-crise. É provável que a inflação global desacelere para 3,2 % devido à tendência frágil nos preços das matérias-primas e na contínua subutilização de capacidades.

Prevemos que o crescimento nos países industrializados registe uma aceleração acentuada para 2,3 % com um aumento contido de 0,4 % nos preços ao consumidor em 2015.Prevê-se que o crescimento nos países com mercados emergentes diminua para 4,3 %, com projeções de inflação a apontar para 5,3 %.

Na área do euro, prevemos um aumento moderado de 1,3 % no PIB em 2015, apoiado pela retoma na economia global, por uma menor restritividade nas condições de concessão de empréstimo, por preços de petróleo muito mais baixos e por um euro mais fraco. É possível que os riscos geopolíticos contínuos, nomeadamente a crise na Ucrânia, e a necessidade de reduzir os níveis de dívida no setor privado tenham um efeito atenuante. O crescimento moderado provavelmente não será suficiente para uma melhoria no mercado do trabalho e prevê-se que o desemprego se mantenha num nível elevado. Prevê-se que os preços no consumidor diminuam 0,3 % em 2015 devido à tendência frágil nos preços das matérias-primas e na subutilização de capacidades. A política monetária extremamente expansionista do Banco Central Europeu (BCE) apoiará a economia com a ajuda das suas ferramentas de política monetária não convencionais. A partir de março de 2015, o BCE aumentará as compras de ativo para 60 mil milhões de euros mensalmente e acrescentará as compras de obrigações emitidas por governos centrais da área do euro, agências e instituições europeias às compras de títulos garantidos por ativos e obrigações cobertas. A incerteza política continuará elevada durante o ano de 2015, devido à vitória decisiva do Syriza nas eleições na Grécia e devido à possibilidade de os partidos eurocéticos ganharem uma maior percentagem de votos nas eleições na Finlândia, em Portugal e na Espanha. Prevemos que a economia alemã cresça 2,0 %, principalmente devido à procura interna. Este valor situa-se acima da média da área do euro.

Nos EUA, antecipamos um crescimento de 3,4 % acima da tendência em 2015.Por conseguinte, é possível que os EUA sejam o principal impulsionador do crescimento nos países industrializados. Devido aos frágeis preços das matérias-primas e à pressão de salários apenas moderada, os preços ao consumidor provavelmente aumentarão apenas 0,6 % em 2015.O forte crescimento económico será impulsionado pela retoma contínua no mercado de trabalho e pelos crescentes gastos relacionados com a habitação. O facto de as famílias estarem em boas condições financeiras, juntamente com a descida abrupta nos custos energéticos, poderá estimular o aumento do consumo. A política monetária da Reserva federal norte-americana deverá conferir estímulos adicionais à economia dos EUA. Antecipamos que as principais taxas de juro aumentarão no segundo semestre do ano, alcançando 1,0 % até ao final de 2015.No entanto, é possível que as taxas de juro reais se mantenham negativas numa média anual.

Prevê-se que a economia japonesa expanda 0,7 % em 2015.As medidas fiscais e uma política monetária extremamente expansionista são passíveis de facultar um estímulo adicional ao crescimento. Espera-se que a inflação caia para 0,9 %, à medida que os efeitos do aumento no imposto sobre vendas abrandam e devido aos frágeis preços das matérias-primas.

Antecipamos uma diminuição no crescimento nos países com mercados emergentes em todas as regiões principais em 2015.Prevê-se que o crescimento da atividade económica na Ásia (excluindo o Japão) diminua ligeiramente para 6,4 % com a inflação a 2,9 %.Na China, prevê-se que o crescimento abrande para 7,0 % em 2015 com a inflação a 1,8 %, principalmente devido ao arrefecimento do mercado imobiliário. Uma política fiscal e monetária mais expansionista conduzirá a um aumento moderado no crescimento no segundo semestre do ano. Na Índia, prevê-se que o crescimento acelere para 7,5 % em 2015, à medida que os investimentos recuperam e o consumo aumenta. É possível que os preços no consumidor subam 5,3 %.

Nas economias dos mercados emergentes da Europa Oriental, do Médio Oriente e da África, antecipamos que o crescimento abrande para 0,6 % em 2015 com um crescimento dos preços no consumidor na ordem dos 7,5 %.O frágil preço do petróleo irá colocar pressão sobre os países produtores de petróleo, com a economia russa, especialmente, a sentir os efeitos. Antecipamos que a Rússia entre numa recessão, com a eco-

nomia a sofrer uma contração de 5,2 %.Nomeadamente, as sanções impostas como resposta à crise na Ucrânia terão um efeito atenuante. Esperamos que a inflação na Rússia seja de 13,3 %.

É possível que o crescimento na América Latina desacelere para 0,7 % em 2015, limitado por restrições do lado da oferta e frágeis preços das matérias-primas. As projeções indicam que os preços no consumidor subirão 12,4 %.Espera-se que a economia brasileira sofra uma contração de 0,7 % em 2015, com os preços no consumidor a subir 7,3 %.

Os riscos da nossa previsão incluem a reviravolta iminente na política monetária dos EUA, que pode revelar-se agitada e conduzir a uma subida muito superior ao previsto nas taxas do mercado de obrigações. Isto teria um impacto negativo nos mercados financeiros e poderia criar problemas, especialmente nas economias emergentes. Na Europa, a ausência de consenso no Conselho do BCE, a falta de consolidação fiscal e os atrasos na implementação de reformas estruturais, bem como o apoio crescente a partidos eurocéticos, poderia potencialmente ter um impacto substancial nas nossas previsões. A nossa perspetiva para desenvolvimentos nos países com mercados emergentes está sujeita a três riscos principais. A procura dos países industrializados pode revelar-se mais fraca do que o antecipado, a crise na Ucrânia pode intensificar-se e a tentativa da China para arrefecer a sua economia pode levar a uma aterragem brusca.

O setor bancário

O setor bancário na Europa pode regressar a um crescimento de receita moderado em 2015.É provável que o longo período de contração nos volumes de concessão de empréstimos a empresas termine, ao passo que a concessão de empréstimos a famílias deve aumentar ligeiramente. O negócio dos depósitos pode continuar a enfrentar uma pressão significativa das taxas de juro extremamente baixas. As provisões para perdas de crédito podem continuar a normalizar. No entanto, do lado da despesa, os bancos enfrentam novos aumentos devido a investimentos necessários em plataformas digitais, redes de filiais modernas e funções de controlo interno mais robustas.

As receitas dos bancos podem revelar-se relativamente estáveis nos EUA. Também aqui, qualquer aumento no rendimento de juros líquido causado por volumes de concessão de empréstimos superiores é passível de ser parcialmente compensado por margens de juro mais baixas. O negócio de depósitos em dificuldades pode beneficiar da reviravolta esperada na taxa de juro. Por outro lado, existem muitos sinais de uma inversão da tendência e, como tal, um regresso a provisões para perdas de crédito superiores, subindo de um nível extremamente baixo.

Na banca de investimento global, uma recuperação moderada afigura-se possível de um modo global, conduzida pelos segmentos de mercados de ações e alguns mercados de capitais de dívida devido a uma melhoria da macroeconomia e uma volatilidade superior. No entanto, a perspetiva para alguns segmentos de margem superior, como a titularização, as obrigações de elevado retorno e os mercados emergentes é bastante negativa devido, entre outras coisas, ao colapso nos preços das matérias-primas. A perspetiva para a consultoria em fusões e aquisições (M&A) é essencialmente favorável.

A gestão de ativos poderia beneficiar de um crescimento económico mais forte na Europa e nos EUA em 2015, bem como das avaliações elevadas continuadas nos mercados de capitais. Em ambas as regiões, o desempenho dos mercados de valores mobiliários irá, com toda a probabilidade, continuar a depender bastante de políticas do banco central e poderá estar sujeito a uma volatilidade considerável. Uma reviravolta na política de taxa de juro da Reserva federal norte-americana deverá conduzir a um aumento moderado nas rentabilidades de mercados de obrigações.

No que se refere a alterações de regulação e supervisão, o enfoque na Europa situar-se-á no estabelecimento pleno de um mecanismo único de supervisão e na implementação gradual de regras para a recuperação e resolução metódica de bancos falidos, bem como na implementação do rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Basileia III. Outra matéria essencial serão as várias contribuições e taxas bancárias para fundos de seguro de depósitos e resolução. Provavelmente serão tomadas decisões sobre a denominada reforma da estrutura bancária e sobre o imposto sobre as transações financeiras. Por último, as propostas para a criação de uma União de mercados de capitais europeus poderão tornar-se mais específicas. Nos EUA, o sistema de financiamento de hipotecas no mercado de acordos de recompra poderá ser alvo de reformas. Globalmente, o debate sobre a introdução de novos requisitos relativos à capacidade de absorção de perda total (TLAC) e sobre o

rácio de alavancagem nominal será de extrema importância. Por conseguinte, os bancos europeus e norte-americanos irão aumentar ainda mais os seus rácios de capital. Prevê-se que os encargos relacionados com litígios e execução continuem a representar um problema significativo.

O Grupo Deutsche Bank

Em 2012, foi introduzida a Estratégia 2015+, para permitir ao Deutsche Bank tornar-se uma organização mais estável, sólida, simples e equilibrada. Cinco alavancas foram identificadas como fundamentais para alcançar esta visão, estas alavancas são: Clientes, Competências, Capital, Custo e Cultura. Adicionalmente, vários objetivos financeiros foram também anunciados pelo Grupo para realçar os objetivos financeiros da Estratégia 2015+.

Uma vez que os desafios nas condições de mercado e macroeconómicas e no ambiente regulamentar foram maiores do que o previsto em 2012, anunciámos, em maio de 2014, um conjunto de medidas para aumentar a nossa solidez do capital, melhorar a nossa competitividade e investir nas franquias dos nossos clientes. Estas medidas incluíram emissão de capital para melhorar a nossa base de capital e para conferir um amortecedor face a incertezas futuras. Neste contexto atualizámos os nossos objetivos financeiros para as divisões e para o Grupo.

Os pressupostos-chave para os nossos objetivos atualizados em maio de 2014 incluem a implementação de quadros regulamentares (p. ex. o CRD IV, a orientação da EBA) baseada no nosso entendimento das regras atuais e do potencial impacto que terão sobre o Deutsche Bank, no crescimento global do PIB a estabilizar entre 2 % e 4 % ao ano, num contexto de taxas de juro estável antes de 2016 e numa diminuição da intervenção do Banco Central nos EUA.

Fizemos grandes avanços na implementação dos nossos objetivos. Antecipamos desafios adicionais nos nossos mercados e contexto regulamentar, mas continuamos focados na execução da Estratégia 2015+.

A nossa gestão está atualmente a levar a cabo uma revisão estratégica completa do Grupo. O Deutsche Bank continuará a trabalhar no sentido de alcançar as metas existentes da Estratégia 2015+ até que sejam plenamente integrados objetivos estratégicos revistos. Apresentámos a nossa Perspetiva com base nas metas existentes e nos progressos constantes no âmbito da Estratégia 2015+.

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2014	Objetivo para 2015	Objetivo para 2016
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)[1]	(ajustado) 7,1 % (relatado) 2,7 %	~ (ajustado) 12 %	~ (relatado) 12 %
Rácio custo/rendimento[2]	(ajustado) 74,4 % (relatado) 86,7 %	~ (ajustado) 65 %	~ (relatado) 65 %
Poupanças de custos[3]	3,3 mil milhões de euros por ano	4,5 mil milhões de euros por ano	
Poupanças *costs-to-achieve*[4]	2,9 mil milhões de euros	4 mil milhões de euros	
Rácio *Common Equity Tier 1fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV[5]	11,7 %	Superior a 10 %	Superior a 10 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV *fully loaded*[6]	3,5 %	~ 3,5 %	~ 3,5 %

[1] Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank; ajustado para litígio, CtA, imparidade de goodwill e ativos intangíveis, outras indemnizações e ajustamento da avaliação de crédito (CVA)/ajustamento da avaliação de dívida (DVA)/ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) em conformidade com o CRR/CRD IV. O cálculo baseia-se numa taxa de imposto ajustada de 34 % para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
[2] Rácio custo/rendimento relatado baseado nas despesas totais (excluindo juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros. Rácio custo/rendimento ajustado baseado em gastos operacionais (excl. juros), ajustados para litígio, CtA, imparidade de goodwill e ativos intangíveis, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros, outras indemnizações e outros custos específicos únicos das divisões, divididos pelos resultados apresentados.
[3] Poupanças de custos (brutas) resultantes da implementação do programa OpEx.
[4] As poupanças de costs-to-achieve (CtA) são custos diretamente requeridos para a criação de poupanças no programa OpEx.
[5] O rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio Common Equity Tier 1 sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.
[6] O rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* representa o nosso cálculo com base no CRR/CRD IV revisto após o ato delegado, conforme publicado em 17 de janeiro de 2015.Estão disponíveis mais informações sobre o cálculo deste rácio na "Gestão do balanço" neste relatório.

A gestão de custos é um dos principais impulsionadores na nossa estratégia. O desempenho sustentável prende-se com a atribuição de prioridade ao sucesso a longo prazo ao invés dos ganhos a curto prazo. Isto significa investir em pessoas e em infraestruturas para ficarmos aptos para o futuro. O Programa de Excelência Operacional (OpEX) está a transformar a franquia com mais de 160 projetos em toda a organização. Já investimos 2,9 mil milhões de euros para racionalizar e normalizar processos e para poupar tempo e recursos.

Esperamos que a maioria das despesas originalmente visadas para 2014 seja gasta em 2015 em consonância com os desenvolvimentos regulamentares para proporcionar uma plataforma mais sólida e mais eficiente. Com 3,3 mil milhões de euros de poupanças de custos por ano reconhecidos em 2014, atualmente estamos à frente do nosso plano.

em mil milhões de euros	Objetivo de investimentos	Objetivo de poupanças adicionais
2012	0,6	0,4
2013	1,7	1,2
2014	1,5	1,3
2015	0,2	1,6
Total	4,0	4,5

Ainda estamos empenhados em atingir a nossa meta da Estratégia 2015+ de 4,5 mil milhões de euros em poupanças de custos anuais. Continuaremos a focar-nos no investimento em tecnologia, na integração da nossa organização e na simplificação de processos para garantir uma utilização mais eficiente dos recursos.

No nosso anúncio de maio de 2014, visámos um rácio de custo/rendimento ajustado de aproximadamente 65 %.Desde esse anúncio, os projetos decorrentes de regulamentação, bem como o aumento gradual do número de colaboradores para reforçar as funções de controlo e para cumprir requisitos regulamentares adicionais, assim como encargos contínuos crescentes (como taxas bancárias), resultaram num gasto superior às nossas expetativas anteriores. Adicionalmente, os desafios de mercado, especialmente o contexto de taxas de juro baixas, mantiveram-se e em algumas regiões sofreram um agravamento no período, afetando o crescimento das nossas receitas. Vamos empenhar-nos para alcançar o objetivo do rácio custo/rendimento, mas, apesar disso, prevemos que estes obstáculos no contexto de mercado e regulamentares coloquem entraves substanciais aos nossos resultados em 2015.

Em 2014, a nossa rendibilidade do capital próprio após impostos foi afetada por vários fatores, incluindo o reforço da nossa base de capital. O nosso progresso no sentido do objetivo revisto de uma meta de rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ajustada de cerca de 12 % continuará a ser afetado por custos decorrentes de regulamentação, encargos de taxas bancárias adicionais, condições de mercado difíceis contínuas e taxas efetivas de imposto voláteis. Continuaremos a trabalhar para alcançar a nossa meta, mas o progresso será difícil devido aos atuais obstáculos.

O Banco continua a centrar-se principalmente na gestão de capital. Em 2014, reduzimos ainda mais a nossa posição de ativos ponderados pelo risco (RWA) em consonância com a Estratégia 2015+ e continuaremos a demonstrar uma disciplina de RWA rígida em 2015.Continuaremos o nosso programa de redução do risco, embora se antecipe que a velocidade da redução do risco seja lenta, pois a dimensão da carteira da NCOU diminuiu. O nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 (rácio CET 1) em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* no final do exercício de 2014 era de 11,7 %, excedendo já a nossa meta da Estratégia 2015+, que apontava para um valor superior a 10 %, e esperamos permanecer acima da meta em 2015.No entanto, esperamos a continuação do desenvolvimento na regulamentação. As Normas Técnicas Regulamentares da Autoridade Bancária Europeia, como a avaliação prudente e a transição para um mecanismo único de supervisão, podem ter um impacto significativo nas nossas posições de capital em 2015.

Já reduzimos a nossa exposição de alavancagem significativamente. A emissão de novo capital e a redução da exposição em conformidade com o CRD IV ajudou-nos a reforçar o rácio de alavancagem para 3,5 % no final de 2014.Esperamos uma evolução dos requisitos regulamentares no próximo ano, conforme descrito acima. Devido à gestão de exposição ativa continuada em conformidade com o CRD IV estamos, não obstante, bastante empenhados em alcançar a nossa meta de rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* de cerca de 3,5 % até ao final de 2015.

Os interesses dos clientes estão no centro de todas as nossas ações. A atividade bancária irá sofrer alterações profundas nos próximos anos e esta transformação já começou. As redes sociais, blogs e fóruns irão disponibilizar serviços, informações e produtos relevantes aos clientes e, assim, promover a redefinição das relações com o cliente através da tecnologia digital e da inovação. Adicionalmente, os nossos negócios trabalharão em conjunto de forma mais estreita e intensiva para oferecer aos nossos clientes "Um Banco", pois a cooperação é fundamental para alcançar a nossa meta de sermos verdadeiramente globais.

Continuamos a centrar-nos na mudança cultural, integrando os nossos valores e convicções e melhorando o nosso ambiente de controlo. O nosso programa de três linhas de defesa foi introduzido para analisar de forma exaustiva o nosso sistema de controlo interno e assegurar o reforço das nossas estruturas de governação e processo de controlo. Continuamos a promover a diversidade e a parceria em toda a organização com a convicção de que ambas são fulcrais para alcançar a nossa meta de sermos o banco universal global líder no foco no cliente.

Oportunidades

A reestruturação das principais áreas de negócio do Deutsche Bank implementada no âmbito da Estratégia 2015+ já teve um impacto significativo no nosso desempenho e pode ajudar a criar oportunidades futuras de crescimento. As melhorias contínuas nos nossos sistemas, processos e controlos poderiam criar mais eficiência e permitir-nos ser mais ágeis perante novas oportunidades. Para além disso, continuamos a diminuir o risco de ativos não essenciais e a nossa posição de capital foi reforçada, o que poderia melhorar a nossa estabilidade em mercados incertos e ter um impacto positivo na dimensão do nosso negócio. A retirada do mercado de alguns dos principais concorrentes e a maior transparência no contexto regulamentar também poderá oferecer oportunidades de crescimento.

A nossa perspetiva baseia-se em vários pressupostos económicos, conforme descrito. Estes pressupostos poderão apresentar uma melhoria superior aos níveis previstos e poderão conduzir a um aumento dos proveitos, que seria apenas parcialmente compensado por custo adicional, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e a relação custo/rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas regulamentares, como o CET 1 e o rácio de alavancagem.

Riscos

A implementação dos nossos objetivos estratégicos ou a criação dos benefícios antecipados poderá também sofrer um impacto negativo devido a determinados fatores económicos, como a recorrência de graves turbulências nos mercados em que atuamos, a fragilização das condições económicas nacionais, regionais e mundiais, uma concorrência acrescida na atividade e a instabilidade política, principalmente na Europa. Novos requisitos regulamentares podem conduzir a aumentos na nossa base de custo ou restringir as nossas operações. Várias autoridades reguladoras introduziram ou estão a tentar introduzir iniciativas para alterações estruturais. Uma vez que estas iniciativas governamentais estão sujeitas a debates contínuos, nesta fase não podemos quantificar qualquer impacto futuro. Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução.

Os nossos segmentos de negócio

Como referido anteriormente, as metas das divisões ao abrigo da Estratégia 2015+ foram revistas em maio de 2014, após a ocorrência de desafios maiores do que os antecipados no nosso contexto regulamentar e de mercado. A seguir fornecemos detalhes sobre os objetivos detalhados anunciados para os segmentos de negócio e respetivas expetativas para 2015.

Em 2015, o Grupo mudará a sua metodologia, para afetar capital próprio ativo médio e determinadas rubricas de proveitos e custos aos segmentos de negócio, atualmente relatadas em Consolidation & Adjustments. Isto fará com que os segmentos de negócio atraiam uma afetação de capital próprio ativo médio mais elevada comparativamente com a abordagem anterior e também encargos adicionais, incluindo taxas bancárias, previamente registadas em Consolidation & Adjustments, sendo a CB&S a maior afetada pela mudança.

Corporate Banking & Securities

Para 2015, é possível que o setor bancário de investimento registe um crescimento moderado suportado por uma melhor perspetiva macroeconómica e por um aumento da volatilidade. No entanto, as alterações manter-se-ão, incluindo a pressão regulamentar contínua, a continuação da pressão sobre os recursos e o potencial impacto de eventos geopolíticos.

Esperamos a continuação do crescimento global em 2015, embora as diferenças nas taxas de crescimento regionais resultem numa crescente divergência na política monetária. As rendibilidades das obrigações sobe-

ranas essenciais devem aumentar moderadamente ao longo do ano, embora sejam possíveis taxas ainda mais baixas a curto prazo. Apesar da forte recuperação registada em 2014, prevê-se que os níveis de ações permaneçam elevados, apoiados por lucros superiores, maior confiança das empresas entre a diminuição da incerteza económica e rentabilidades globais em numerário e obrigações relativamente baixas.

Continuaremos a otimizar dinamicamente a atividade, enquanto executamos as nossas metas de custo, capital e alavancagem. A nível geográfico, garantiremos uma afetação adequada dos recursos às oportunidades do mercado e a maximização da rentabilidade e dos retornos.

Em 2014, a CB&S alcançou uma rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ajustada de 13 %.Em 2015, enfrentaremos obstáculos significativos para alcançar a nossa meta financeira de uma rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ajustada de 13 % a 15 %, em parte devido à nova abordagem de afetação de divisões discutida acima. Além disso, as despesas por imposição regulamentar, incluindo uma maior contribuição para o fundo de resolução único face a níveis anteriores de taxas bancárias, terão um impacto negativo na rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) da divisão.

Os riscos e incertezas contínuos incluem a exposição do crescimento macroeconómico global a riscos de evento, ao potencial impacto de alterações na política monetária dos EUA, a desenvolvimentos regulamentares contínuos, a efeitos de desalavancagem adicional do balanço, a encargos com litígios e execução e ao progresso nos custos do OpEx a serem compensados por melhorias na plataforma e gastos exigidos pela regulamentação.

Em Sales & Trading, esperamos que as receitas de rendimento fixo global aumentem ligeiramente em 2015 face aos níveis de 2014, apoiadas pelo aumento da volatilidade e da atividade de clientes devido à crescente divergência na política monetária. As receitas de fluxo de ações negociadas a pronto serão suportadas a médio prazo pelo crescimento económico global, especialmente nos EUA.

Em Corporate Finance, esperamos que o volume de comissões em 2015 seja ligeiramente inferior ao de 2014, que representou um pico pós-crise. Embora esperemos que a atividade em fusões e aquisições (M&A) seja ligeiramente superior à de 2014 (em parte devido a grandes transações anunciadas em 2014) nos produtos de mercados, antecipamos uma atividade inferior devido ao contexto de taxas de juros superiores nos níveis de emissão de dívida atenuantes nos EUA e uma volatilidade superior que reduzirá os níveis de emissão de ações.

Pesem embora as difíceis condições de mercado dos últimos anos e a persistência de perspetivas de incerteza, a CB&S, através da otimização dinâmica contínua da carteira e do enfoque contínuo na eficiência de recursos, deverá estar bem posicionada para enfrentar os potenciais desafios e oportunidades colocados pelo contexto futuro.

Private & Business Clients

Na divisão Private & Business Clients (PBC), espera-se que a perspetiva macroeconómica global dos países nos quais operamos mantenha o seu percurso de crescimento moderado em 2015.Não obstante, é provável que todo o contexto de mercado continue a apresentar desafios. Não se espera que a política monetária expansionista contínua na área do euro crie um alívio do contexto de taxas de juro baixas num futuro próximo.

Devido ao contexto de taxas de juro baixas, a nossa atividade de depósitos pode continuar a enfrentar uma pressão significativa. O desenvolvimento das receitas de produtos de investimento depende particularmente dos movimentos no contexto macroeconómico europeu e da recuperação da confiança do cliente na Alemanha. Revisões adicionais aos requisitos regulamentares podem continuar a afetar a nossa capacidade global de geração de receitas. A incapacidade de integrar as operações do Postbank e de executar o nosso Programa OpEx de forma atempada e eficiente poderá ter um efeito adverso considerável nos ganhos de eficiência visados.

Procuramos criar oportunidades através do reforço adicional da nossa liderança no mercado nacional alemão, alargando simultaneamente as nossas franquias de consultoria bem posicionadas em mercados internacionais selecionados. No que se refere aos produtos de crédito, o nosso objetivo é aumentar os nossos negócios

essenciais alemães expandindo ainda mais o crescimento do volume e margens, mantendo simultaneamente uma disciplina de risco rigorosa e otimizando cuidadosamente a utilização de capital. Em termos de produtos de investimento, visamos continuar o nosso percurso de crescimento em todos os negócios. Adicionalmente, investiremos em ofertas digitais selecionadas para expandir a nossa oferta multicanal. Este programa de digitalização está a ser implementado em todos os nossos negócios. Com o nosso programa de integração das operações da PBC, estamos a consolidar e a desenvolver a nossa plataforma conjunta de serviços e TI para melhorar a eficiência da PBC.

Na unidade Private & Commercial Banking, reforçaremos a nossa posição no mercado através da alavancagem do modelo de cobertura bancária comercial integrada para clientes de pequenas e médias empresas, uma joint venture entre a PBC e a GTB. Continuaremos a centrar-nos em negócios hipotecários de baixo risco, desenvolvendo o nosso negócio de produtos de seguro e investimento e manteremos a nossa rigorosa disciplina de custos.

Na unidade Advisory Banking International, estamos a capitalizar a nossa solidez na área da consultoria na Europa e continuaremos a utilizar eficientemente os nossos investimentos em crescimento nos principais países da Ásia.

O Postbank continuará a dedicar-se ao seu crescimento na Alemanha, continuando simultaneamente a alinhar as suas práticas comerciais, e tentará poupar custos através de medidas organizacionais. O progresso da integração do Postbank deverá permitir à PBC alcançar as sinergias pretendidas. Um novo contrato com a Deutsche Post DHL conduzirá a receitas notavelmente reduzidas em 2015 e a uma diminuição homóloga das receitas líquidas do Postbank, o que será parcialmente compensado pelos custos inferiores.

Espera-se que o nosso cost-to-achieve (CtA) para a integração do Postbank e outras medidas do nosso programa OpEx estejam amplamente em consonância com os nossos objetivos iniciais. No entanto, ainda estão dependentes dos marcos importantes e do progresso de projetos individuais. Apesar de esperarmos uma diminuição nos gastos para CtA em 2015 face a 2014, o nosso progresso de redução de custos associado continuará até 2015 e após essa data.

Em 2014, apesar dos obstáculos que incluem encargos não recorrentes significativos, relativos a taxas de processamento de empréstimos, a PBC relatou resultados antes de impostos sobre o rendimento no valor de 1,3 mil milhões de euros. Continuamos a visar alcançar o nosso objetivo ambicioso de gerar resultados antes de impostos sobre o rendimento de cerca de 2,5 mil milhões de euros a 3 mil milhões de euros em 2015.No entanto, o nosso desempenho depende de vários fatores, incluindo iniciativas estratégicas, como o usufruto das sinergias de integração do Postbank, incertezas e condições de mercado contínuas no contexto regulamentar.

Global Transaction Banking

As transações bancárias continuarão a ser influenciadas por vários fatores cruciais, tal como em 2014.Espera-se que os níveis de taxas de juro relativamente baixos, incluindo taxas de juro negativas em alguns principais mercados, se mantenham com uma potencial recuperação em determinados mercados, especialmente nos EUA, no segundo semestre do ano. O crescimento global pode acelerar em 2015 com o regresso esperado da economia dos EUA à sua trajetória de recuperação saudável. A área do euro continuará a sua recuperação modesta e prevê-se que as taxas de crescimento nos mercados emergentes sejam divergentes. Espera-se que os volumes de proveitos em transações bancárias registem um crescimento moderado com diferentes dinâmicas nos produtos. É possível que o crescimento do número seja compensado pela pressão continuada nas margens, bem como pelo contexto de taxas de juro baixas contínuo mencionado acima. A regulamentação significativamente mais expansiva e rigorosa, incluindo potenciais alterações estruturais, a pressão em matéria de custos e os litígios representarão desafios para todo o setor bancário.

As tendências descritas acima continuarão a afetar o nosso negócio da Global Transaction Banking (GTB).O impulso sustentado do crescimento rentável e a angariação de clientes no negócio subjacente nos últimos anos, em conjunto com produtos inovadores de grande qualidade, deverão deixar-nos bem posicionados para enfrentar estes desafios e aumentar a nossa base de clientes. A área Trade Finance deverá beneficiar do crescimento económico global e da procura ao nível de comércio internacional associada. Além disso, é possível que a contração na área de financiamento termine e a estabilização das margens observada recentemente continue. Prevê-se que os volumes de proveitos em Securities Services registem um aumento estável em 2015 e poderão, juntamente com a tendência para concentrar os serviços de banca de investimento, for-

necer oportunidades de crescimento. Em Cash Management, o nível superior de atividades globais é um potencial fator positivo, ao passo que o contexto de continuação de taxas de juro baixas previsto limitará o crescimento. O negócio continua a centrar-se no aprofundamento das relações com grandes empresas complexas e com clientes institucionais e na procura de maiores taxas de crescimento em determinados mercados emergentes. A cooperação com outras áreas do banco (incluindo uma relação estreita com as vendas CB&S) está a ser continuamente expandida para assegurar que uma gama alargada de clientes beneficie dos nossos produtos e serviços. Isto inclui também a cobertura de banca comercial alinhada e integrada para clientes de pequenas e médias empresas na Alemanha implementada em setembro de 2013 para reforçar a posição no mercado doméstico.

Na Estratégia 2015+ atualizada planeámos aumentar os resultados antes de impostos sobre o rendimento para um intervalo entre 1,6 mil milhões de euros e 1,8 mil milhões de euros até 2015.Em 2014, a GTB relatou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,2 mil milhões de euros. De um modo global, a estratégia para expandir o negócio mantém-se uma prioridade para o Deutsche Bank e espera-se que as atividades associadas permaneçam no caminho certo. A conclusão bem-sucedida da inversão nas atividades de banca comercial nos Países Baixos deverá contribuir para o objetivo da GTB. No entanto, prevemos que o contexto de negócios altamente competitivo continue a apresentar desafios e que os baixos níveis das taxas de juro se mantenham, tendo mesmo sido negativos no segundo semestre do último ano. Além disso, as pressões em matéria de custos continuarão a representar um desafio para a GTB, incluindo requisitos regulamentares superiores e encargos relacionados com o potencial acordo de casos relacionados com litígios. Embora o negócio continue a trabalhar diligentemente no sentido de alcançar os objetivos da Estratégia 2015+, o crescimento visado poderá revelar-se difícil no atual contexto de negócios.

Deutsche Asset & Wealth Management

Espera-se que a recuperação económica global continuada apoie o setor de gestão de ativos e património em 2015.Embora alguns desenvolvimentos macroeconómicos (como as questões relacionadas com a dívida soberana europeia, a volatilidade de mercado emergente e o contexto regulamentar em mutação) continuem a colocar entraves ao setor, a nossa perspetiva para 2015 é positiva. Antecipamos que a inflação nas economias desenvolvidas permanecerá baixa, que as taxas de juro nos EUA aumentarão moderadamente e que as políticas monetárias expansionistas irão estimular os mercados de ações. Entendemos que estes fatores irão favorecer grandes gestores capazes de explorar a escala e a eficiência para fornecer aos clientes soluções de investimento sofisticadas.

As diretivas estratégicas de 2015 da Deutsche AWM, sustentadas por resultados sólidos em 2014, colocam-nos numa boa posição para beneficiar das tendências da indústria. Continuando a reforçar o progresso efetuado em 2014 na implementação de projetos de transformação essenciais, projeta-se que o desempenho continue a melhorar neste ano devido a uma melhoria das receitas e a ganhos na eficiência. Em 2014, a Deutsche AWM registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1 milhar de milhão de euros. Em 2015, a divisão espera apresentar uma melhoria significativa face ao desempenho de 2014 e alcançar o nosso objetivo de crescimento de resultados antes de impostos sobre o rendimento para 1,7 mil milhões de euros no final do ano. Vamos empenhar-nos para manter a dinâmica deste crescimento prestando serviços de qualidade elevada aos nossos clientes e fornecendo eficiências de plataforma sustentáveis.

A nossa estratégia de presença geográfica prende-se com a continuação do aperfeiçoamento das capacidades em mercados selecionados para aumentar o crescimento, principalmente através da alavancagem do alcance global do Grupo Deutsche Bank. Em particular, continuamos focados em beneficiar do crescimento de mercados emergentes, onde a criação de riqueza está a aumentar rapidamente a procura de serviços de gestão de ativos e património. A estratégia que visamos implica também a otimização da carteira de negócios seletivos em 2015.

Em consonância com o nosso objetivo de aumentar o número de relações com clientes com património de valor líquido ultraelevado (UHNW) em 50 % entre 2012 e 2015, continuaremos a expandir o nosso negócio UHNW a nível global durante o próximo ano. Esta é uma oportunidade particularmente atrativa, pois o segmento UHNW está a crescer mais rapidamente do que os restantes segmentos associados a riqueza. O nosso modelo de cobertura global e as equipas de apoio ao cliente integradas são cruciais para a continuação do sucesso na prestação de serviços a estes clientes sofisticados. Os balcões Key Client Partners (KCP), que fornecem acesso a soluções de financiamento e oportunidades de investimento transfronteiriças e entre classes de ativos, continuarão a beneficiar as nossas relações com clientes UHNW mais sofisticados em 2015.

Em 2015, esperamos uma nova alteração nas preferências de investimento, com os fluxos a favorecerem as alternativas (fundos de cobertura, fundos de capitais privados, bens imobiliários e matérias-primas) pelos seus retornos ajustados ao risco consistentes e os produtos passivos (ETF) pelas taxas relativamente baixas. Consequentemente, antecipamos que as entradas de ativos em alternativas e produtos passivos ultrapassarão outras classes de ativos em 2015.Outra tendência principal que se deverá manter, especificamente nos mercados desenvolvidos, é o aumento da procura de produtos de reforma, devido às tendências demográficas, e de soluções orientadas para o resultado.

A conversão no negócio passivo para fundos negociados em bolsa (ETF) de replicação física estará concluída em 2015 e solidificará a posição da Deutsche AWM como um dos maiores fornecedores da Europa de ETF de replicação direta. Esperamos que estes produtos existentes e novos lançamentos em 2015 sejam um impulsionador de crescimento dos nossos ativos geridos. O sucesso da oferta dos novos ETF físicos dependerá em parte da procura sustentada de investimentos passivos físicos pelo cliente.

O aumento da nossa colaboração com outras divisões do Grupo Deutsche Bank continuará a ser uma prioridade em 2015.Consideramos estas relações uma oportunidade significativa. As colaborações contínuas incluem a distribuição de fundos DWS na Alemanha pela PBC e o apoio a clientes ricos no âmbito das suas necessidades de financiamento empresarial pela CB&S. Além disso, continuaremos a alavancar os pontos fortes da nossa plataforma de investimento ativo (ou seja, em rendimento fixo e fundos de ações de dividendos) para fornecer serviços atrativos aos clientes.

Em 2015, as melhorias em tecnologia e operações iniciadas em 2014 estarão plenamente implementadas, equipando a Deutsche AWM com uma infraestrutura de TI avançada para servir os seus clientes de gestão de patrimónios e ativos. Por exemplo, a implementação bem-sucedida da nossa plataforma de património será utilizada em 2015 para conferir melhorias significativas em termos de eficiência e funcionalidade. Será efetuado um investimento incremental modesto em melhorias na plataforma visada também em 2015.De um modo global, a nossa estratégia para otimização da presença operacional e geográfica é constituída por um amplo conjunto de iniciativas. O desempenho financeiro em 2015 da Deutsche AWM assentará na conclusão bem-sucedida destes projetos. Os crescentes ativos sob gestão e a melhoria na rendibilidade em novos ativos também serão fundamentais para a obtenção dos nossos objetivos. Para alcançar estes objetivos, continuaremos a alavancar o nosso modelo de cobertura integrada e a alargar a nossa oferta de produtos.

Non-Core Operations Unit

Espera-se que a Non-Core Operations Unit (NCOU) continue a contribuir para os objetivos estratégicos do Grupo, incluindo o programa de desalavancagem. A estratégia e o mandato centram-se na rápida redução do risco e estão em conformidade com os objetivos globais do Banco. O objetivo é reduzir a dimensão do balanço, libertar capital e proteger o valor dos acionistas através da redução dos riscos dos restantes ativos e atividades de negócio.

Isto traduziu-se numa enfâse na redução da procura de capital para melhorar os rácios de capital do Deutsche Bank sem diluir os acionistas. No futuro, haverá também um forte enfoque na desalavancagem do balanço, conforme medido nos termos do CRR/CRD IV, auxiliando o banco para atingir os objetivos de rácio de alavancagem. Existe um enfoque adicional na resolução dos riscos contingentes de perfil elevado e de ativos que não sejam do banco, bem como no alinhamento da base de custo subjacente da divisão NCOU com o progresso da redução do risco.

Os desafios mantêm-se para a execução com êxito desta estratégia. A NCOU inclui investimentos significativos em empresas individuais e outros ativos que já não fazem parte dos nossos negócios essenciais. Estes investimentos e ativos estão expostos a mudanças no contexto económico e às condições de mercado. Essas mudanças poderão tornar mais incerto o calendário associado à redução do risco e poderão afetar também os resultados futuros. Além disso, a NCOU continua a incorrer nos custos associados de passivos dispendiosos e da utilização das plataformas do Grupo DB.

O ritmo de redução do risco abrandou à medida que a dimensão da carteira diminuiu. Isto aumentou a sensibilidade à volatilidade em cálculos de ativos ponderados pelo risco, principalmente no risco operacional e de mercado, e poderá afetar a entrega global de capital a curto prazo. Para além da incerteza que advém da estratégia de redução do risco da NCOU, prevemos também a continuação de dificuldades no contexto litigioso e de execução.

Relatório de Risco

57 Relatório de Risco

Introdução – 58

66 Sumário Executivo de gestão do risco

69 Princípios de gestão do risco
Quadro de gestão do risco – 69
Cultura de risco – 73
Apetência pelo risco e capacidade de risco – 74
Plano estratégico e de capital – 75

78 Avaliação e comunicação de risco
80 Inventário de risco
84 Risco de crédito
Exposição ao crédito – 92

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro – 103

Exposição ao crédito decorrente de empréstimos – 107
Exposição ao crédito a empresas – 108

Exposição ao crédito ao consumo – 111

Exposição a crédito decorrente de derivados – 112
Exposição de capital – 116

Qualidade dos ativos – 116

Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar – 125
Titularização – 160

179 Risco de mercado relacionado com a negociação
Valor em risco (VaR) no Grupo Deutsche Bank – 181
Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação – 184
Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço – 189
Valor em risco no Postbank – 194
Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação – 194

197 Risco de mercado não relacionado com a negociação
Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação – 197
Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio – 199
Investimentos de Capital Detidos – 201

202 Risco operacional
211 Risco de liquidez
Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso – 212
Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais – 212
Diversificação de financiamento – 213
Reservas de Liquidez – 217
Oneração de ativos – 220
Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros – 222

227 Gestão de capital

230 Fundos próprios regulamentares

Adequação de capital – 230

Requisitos de capital regulamentares – 244

253 Gestão do balanço
Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (fully loaded) (não auditado) – 253

256 Posição global do risco
Capital económico – 256

Processo de avaliação da adequação de capital interno – 257

Introdução

Divulgações em cumprimento das normas IFRS 7 e IAS 1, bem como das normas IFRS 4

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações de informações e divulgações de capital exigidas pela Norma Internacional de Contabilidade 1 (IAS 1) "Apresentação de demonstrações financeiras", bem como divulgações qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de seguro, em cumprimento da Norma Internacional de Relato Financeiro 4 (IFRS 4) "Contratos de seguro".As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia 3

O relatório de risco seguinte incorpora as divulgações ao abrigo do Pilar 3 exigidas pelo quadro regulamentar global relativo a capital e liquidez, conforme estabelecido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, também conhecido por Basileia III (anteriormente Basileia 2 e Basileia 2.5).Isto é implementado nos requisitos de divulgação, conforme disposto na parte oitava do "Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") e na "Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva relativa a requisitos de fundos próprios IV ou "CRD IV").A Alemanha implementou estes requisitos da CRD IV na legislação nacional no artigo 26.º-A da Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG").A regulamentação não exige a auditoria de divulgações ao abrigo do Pilar 3.Por conseguinte, algumas divulgações ao abrigo do Pilar 3 estão assinaladas como não auditadas.

Ao longo deste relatório de risco, o termo "Basileia 2.5" refere-se às Diretivas sobre os requisitos de capital 2 e 3, conforme implementadas na legislação alemã e em vigor até 31 de dezembro de 2013.Por conseguinte, quando nos referimos ao exercício de 2013, utilizamos o termo "Basileia 2.5".A partir de 1 de janeiro de 2014, o cálculo do nosso capital regulamentar, dos ativos ponderados pelo risco e dos rácios de capital incorpora os requisitos de capital de acordo com o CRR e com a CRD IV, incluindo determinadas regras transitórias. Por conseguinte, quando nos referimos aos resultados de 2014, em conformidade com as regras transitórias, utilizamos o termo "CRR/CRD IV", exceto se indicado em contrário. Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo "CRR/CRD IV *fully loaded*".

Aplicámos os requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III à maioria das nossas exposições ao risco, com base nos modelos internos de medição do risco de crédito, do risco de mercado e do risco operacional aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht ou "BaFin").Todas as divulgações relevantes ao abrigo do Pilar 3 são cumpridas com base num conjunto de princípios e de processos conexos definidos internamente nos termos da nossa política aplicável de divulgação de risco.

A tabela seguinte indica o local dos temas principais de divulgação ao abrigo do Pilar 3 incluídos neste Relatório de Risco.

Divulgações principais ao abrigo do Pilar 3 no nosso Relatório Financeiro

Tema de divulgação ao abrigo do pilar 3	Localização no nosso Relatório Financeiro
Introdução e âmbito dos requisitos de divulgação	"Introdução", "Âmbito da consolidação regulamentar", "Requisitos de divulgação adicionais para subsidiárias significativas"
Objetivos e políticas da gestão do risco	"Sumário Executivo de gestão de risco", "Princípios de gestão de risco", "Avaliação de risco e relato", "Inventário de risco", "Gestão do Balanço", "Gestão de capital" e "Posição global de risco"
Fundos próprios, requisitos de capital e amortecedores de capital	"Capital regulamentar", "Gestão de capital", "Posição global de risco" e informações adicionais divulgadas na nossa página Web
Exposição a risco de crédito da contraparte, ajustamentos de risco de crédito, utilização do método IRB para risco de crédito e utilização de técnicas de redução do risco de crédito	"Risco de crédito", "Qualidade dos ativos", "Avaliação de risco e relato", "Risco de crédito da contraparte: avaliação regulamentar", "Posição global de risco" e Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas"
Ativos desonerados	“Risco de liquidez”
Utilização de instituições de avaliação de crédito externas (ECAI)	"Risco de crédito da contraparte: avaliação regulamentar"
Exposição a posições de titularização	"Titularização", Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" e Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor"
Exposições em ações não incluídas na carteira de negociação	"Risco de mercado não relacionado com a negociação", "Investimentos de capital detidos", "Capital regulamentar", Nota 17, "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial" e Nota 46, "Participações"
Exposição a risco de mercado, exposição a risco de taxa de juro em posições não incluídas na carteira de negociação e utilização de modelos de risco de mercado internos	"Risco de mercado relacionado com a negociação", "Risco de mercado não relacionado com a negociação", "Contabilização e avaliação de investimentos em ações", "Capital regulamentar" e Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – determinação do justo valor"
Risco operacional e utilização de abordagens de medição avançadas para risco operacional	"Risco operacional" e "Capital regulamentar"
Risco de liquidez	“Risco de liquidez”
Alavancagem	"Sumário Executivo de gestão do risco", "Princípios de gestão de risco" e "Gestão do Balanço"
Indicadores de importância sistémica global	divulgados na nossa página Web

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira, com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Enquanto membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco.

Basileia III e CRR/CRD IV

Na União Europeia, os requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III foram implementados pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") publicado em 27 de junho de 2013 e pela Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou "CRD IV") publicada em 27 de junho de 2013.O quadro CRR/CRD IV substituiu a legislação que implementa as normas de adequação de capital internacional, conforme recomendado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, normalmente denominado por Basileia 2 e Basileia 2.5.Como "livro de regras" único, o CRR é diretamente aplicável a instituições de crédito e empresas de investimento na União Europeia. Assim, a necessidade de implementação de legislação regulamentar nacional foi eliminada em muitos casos. Consequentemente, a Lei bancária alemã (KWG) e o Regulamento de solvabilidade alemão (SolvV) foram alterados para remover todas as regulamentações que foram substituídas pelo CRR. Os requisitos de capital regulamentares, a avaliação de risco de contraparte e as titularizações e muitas outras regulamentações relevantes para nós são agora regulamentados pelo CRR. Adicionalmente, a CRD IV foi implementada na legislação alemã através de alterações adicionais à Lei bancária alemã (KWG) e ao Regulamento de solvabilidade alemão(SolvV) e regulamentos de acompanhamento. Conjuntamente, estas leis e regulamentos representam o

novo quadro regulamentar aplicável na Alemanha a, entre outros, capital, alavancagem e liquidez, bem como a divulgações ao abrigo do Pilar 3.

O novo quadro regulamentar entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, sujeito a regras transitórias. Quando nos referimos aos resultados do Deutsche Bank, em conformidade com as regras transitórias, utilizamos o termo "CRR/CRD IV".Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo "CRR/CRD IV *fully loaded*".Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5.Estas estão relacionadas com a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos e incluem regras que permitem a proteção pela cláusula de anterioridade de investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100 % e permitindo a seleção da maior posição de posições curtas e longas como base para a medição no método padrão do risco de mercado, ao invés da soma das posições curtas e longas. Nestes casos, a nossa metodologia em conformidade com o CRR/CRD IV assume que o impacto da expiração destas regras transitórias será mitigado através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração das disposições da cláusula de anterioridade.

Os novos rácios de capital mínimo serão integrados gradualmente durante o ano de 2015.A maioria dos ajustamentos regulamentares (ou seja, deduções de capital e filtros regulamentares) será integrada gradualmente até 2018.Os instrumentos de capital que já não sejam considerados como tal ao abrigo das novas regras serão removidos gradualmente até 2022.Os novos requisitos de amortecedores de capital serão integrados gradualmente até 2019.Embora estejam sujeitos a relatórios de supervisão a partir de 2014, os requisitos mínimos vinculativos para liquidez a curto prazo serão introduzidos em 2015 e espera-se que entre em vigor uma norma para liquidez de longa duração em 2018.Prevê-se a introdução de um rácio de alavancagem vinculativo a partir de 2018, após a divulgação do rácio iniciado em 2015.

Ainda existem algumas incertezas de interpretação relativamente às regras do CRR/CRD IV e algumas das Normas técnicas vinculativas associadas ainda não estão disponíveis na sua versão final. Assim, continuaremos a refinar os nossos pressupostos e modelos em consonância com a evolução da nossa interpretação e entendimento das regras e com a interpretação e entendimento por parte do setor. Perante este cenário, as atuais medidas do CRR/CRD IV podem não ser comparáveis com expetativas anteriores. Além disso, as nossas medidas CRR/CRD IV podem não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela nossa concorrência, pois os pressupostos e estimativas da nossa concorrência relativamente a essa implementação podem diferir dos nossos.

Âmbito da consolidação

As secções seguintes com informações quantitativas dizem respeito às nossas demonstrações financeiras em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”).Consequentemente, o relato baseia-se geralmente em princípios de avaliação e consolidação das IFRS. Contudo, em particular no que se prende com o pilar 3, são relevantes princípios regulamentares de consolidação diferentes dos aplicados às nossas demonstrações financeiras, que se descrevem seguidamente com mais pormenor. Sempre que o âmbito relevante regulamentar é utilizado, isto é explicitamente indicado.

Âmbito da consolidação regulamentar

A Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank AG"), com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, é a empresa-mãe, a entidade que tutela o grupo de instituições do Grupo Deutsche Bank (o "grupo de supervisão") e obedece às disposições de supervisão da lei bancária alemã KWG e do decreto SolvV, incluindo as referências a CRR e CRD IV. Ao abrigo do artigo 10.º-A da lei bancária alemã KWG, juntamente com os artigos 11.º e 18.º do CRR, um grupo de supervisão de instituições consiste numa instituição (ou seja, uma instituição de crédito ou uma sociedade de investimento) como empresa-mãe e todas as demais instituições e instituições financeiras (incluindo, entre outras, holdings financeiras, instituições de pagamento, empresas de gestão de ativos) que são subsidiárias das mesmas no âmbito do significado do artigo 4.º, n.º 16 do CRR ou são incluídas voluntariamente. As subsidiárias são plenamente consolidadas, ao passo que as empresas que não são subsidiárias são incluídas numa base proporcional.

As seguradoras e as empresas que não pertencem ao setor financeiro e bancário não são consolidadas no grupo de instituições de supervisão. Caso um grupo de supervisão de instituições e as respetivas subsidiárias e participações no setor de seguros sejam classificados como um "conglomerado financeiro", é aplicável a Lei alemã relativa à supervisão de conglomerados financeiros (Finanzkonglomerate-Aufsichtsgesetz), de acordo

com a qual as companhias de seguros têm de ser incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também denominado por "margem de solvabilidade").Fomos classificados como conglomerado financeiro pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) em outubro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2014, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, norisbank GmbH, Deutsche Bank Europe GmbH, Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Deutsche Oppenheim Family Office AG, Deutsche Immobilien Leasing GmbH e Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH, que foram todas consolidadas no âmbito do grupo de supervisão do Deutsche Bank, não calcularam nem relataram rácios de capital regulamentar individualmente, pois estas empresas tinham aplicado as isenções previstas à regra de renúncia nos termos do artigo 2.º-A da Lei KWG em conjunto com o artigo 7.º do CRR. Consequentemente, ficam isentas da obrigação de cumprir determinados requisitos da Lei KWG e do CRR relativamente ao seu capital regulamentar individualmente, incluindo cálculos de solvabilidade e alavancagem e relato de capital regulamentar e rácios de alavancagem. Estas isenções estão disponíveis apenas para empresas do Grupo na Alemanha e podem ser aplicadas apenas se, entre outros, as estratégias de risco e os processos de gestão do risco do Deutsche Bank AG incluírem também as empresas que aplicam as regras de renúncia, não existir impedimento prático ou legal relevante à transferência imediata dos fundos próprios ou ao pronto reembolso de passivos por parte do Deutsche Bank AG às respetivas subsidiárias ou por parte da totalidade das subsidiárias do Grupo Deutsche Bank AG e o Deutsche Bank AG assumir responsabilidade pelas obrigações das respetivas subsidiárias, exceto caso os riscos apresentados pelas mesmas sejam insignificantes.

Os princípios de consolidação no nosso grupo de supervisão não são idênticos aos aplicados às nossas demonstrações financeiras. No entanto, a maioria das nossas subsidiárias no grupo de supervisão também está plenamente consolidada em conformidade com as IFRS nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais diferenças entre a consolidação regulamentar e a consolidação contabilística são:

— As subsidiárias fora do setor bancário e financeiro não são consolidadas no âmbito do grupo de supervisão de instituições, mas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com a IFRS.
— A maior parte das nossas Entidades de finalidade especial (SPE), consolidadas em conformidade com as IFRS, não cumpre a definição de subsidiária regulamentar nos termos do artigo 4.º, n.º 1, ponto 16 do CRR, pelo que não foram consolidadas dentro do nosso grupo de supervisão. No entanto, os riscos decorrentes das nossas exposições a essas entidades são refletidos nos requisitos de capital regulamentares.
— Apenas algumas entidades incluídas no grupo de supervisão não são consolidadas como subsidiárias para fins contabilísticos, mas são tratadas de forma diferente: treze, maioritariamente subsidiárias pouco importantes, que não foram consolidadas para fins contabilísticos, foram consolidadas no grupo de supervisão; outras duas entidades são conjuntamente controladas pelos respetivos proprietários e foram consolidadas numa base proporcional no grupo de supervisão enquanto foram contabilizadas em conformidade com o método de equivalência patrimonial para fins de contabilidade financeira; outras quatro entidades foram voluntariamente consolidadas numa base proporcional para fins regulamentares, das quais uma entidade foi contabilizada em conformidade com o método de equivalência patrimonial, uma entidade foi tratada como um ativo disponível para venda, uma entidade foi consolidada em conformidade com as regras para SPE e uma entidade foi considerada como outro ativo nas nossas demonstrações financeiras em conformidade com a IFRS.

No final de 2014, o nosso grupo de supervisão era composto por 769 entidades (excluindo a empresa-mãe Deutsche Bank AG), das quais seis foram consolidadas numa base proporcional. Nessa data, o nosso grupo de supervisão incluía 115 instituições de crédito, duas instituições de pagamento, 60 instituições de serviços financeiros, 396 sociedades financeiras, oito sociedades de gestão de fundos de investimentos e 188 empresas de serviços auxiliares.

No final de 2013, o nosso grupo de supervisão era composto por 844 entidades (excluindo a empresa-mãe Deutsche Bank AG), das quais sete foram consolidadas numa base proporcional. Nessa data, o nosso grupo de supervisão incluía 127 instituições de crédito, uma instituição de pagamento, 67 instituições de serviços financeiros, 449 sociedades financeiras, 12 sociedades de gestão de fundos de investimentos e 188 empresas de serviços auxiliares.

A diminuição de 12 instituições de crédito no âmbito do nosso grupo de supervisão em 2014 deveu-se principalmente à dissolução de quatro entidades que faziam parte da estrutura de emissão de quatro séries de títulos fiduciários preferenciais que ordenámos e à venda de três instituições de crédito pertencentes ao grupo BHF-BANK vendido.

106 entidades estavam isentas de consolidação regulamentar nos termos do artigo 31.º, n.º 3 da lei bancária alemã KWG em conjunto com o artigo 19.º do CRR no final de 2014 (no final de 2013:120 entidades).Estes regulamentos permitem a exclusão de entidades de pequena dimensão do âmbito de aplicação regulamentar do relato regulamentar consolidado se a totalidade dos seus ativos (incluindo rubricas de extrapatrimoniais) for inferior a 10 milhões de euros ou a 1% dos ativos totais do nosso Grupo. Nenhuma destas entidades necessitava de ser consolidada nas nossas demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS.

Estas entidades regulamentares não consolidadas têm de ser incluídas no tratamento de deduções para investimentos significativos em entidades do setor financeiro nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea i) do CRR, em conjugação com o artigo 43.º, alínea c) do CRR. Os valores contabilísticos das nossas participações no seu capital social incluídos no tratamento de deduções ascenderam a um total de 40 milhões de euros no fim do exercício de 2014 (fim do exercício de 2013:20 milhões de euros).Aplicámos ainda o tratamento de deduções a 248 entidades regulamentares não consolidadas no setor financeiro (incluindo três entidades seguradoras) em que temos um investimento superior a 10% do respetivo capital no fim do exercício de 2014 (fim do exercício de 2013:260 entidades).Nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea i) do CRR e em conjugação com o artigo 48.º do CRR, os investimentos no capital de entidades do setor financeiro têm de ser deduzidos do capital CET 1 se excederem, somados, 10% do capital CET 1 da própria instituição ou se excederem, de forma agregada com os ativos por impostos diferidos que dependam de rendibilidade futura e decorram de diferenças temporárias, 15% do capital CET 1 relevante. Uma vez que estamos classificados como conglomerado financeiro, os investimentos em entidades seguradoras incluídos no nosso cálculo de solvabilidade ao nível do conglomerado financeiro não foram deduzidos do nosso capital regulamentar.

Conglomerado financeiro

O Grupo Deutsche Bank foi designado como conglomerado financeiro pela BaFin em outubro de 2007.Por conseguinte, a lei alemã relativa à supervisão de conglomerados financeiros (Finanzkonglomerate-Aufsichtsgesetz ou FKAG) é aplicável a nós em conjugação com o decreto alemão relativo à solvência de conglomerados financeiros (FkSolV).

O conglomerado financeiro do Deutsche Bank é predominantemente constituído por entidades que pertencem ao grupo de supervisão e por um pequeno número de entidades individuais do setor dos seguros. Três destas entidades seguradoras são deduzidas do nosso capital regulamentar por não serem materialmente relevantes. As entidades materialmente relevantes do setor dos seguros são:

— Abbey Life Assurance Company Limited
— DB Re S. A.
— DB Vita S. A.
— Legacy Reinsurance, LLC
— Primelux Insurances S. A.

Estas entidades seguradoras estão incluídas no cálculo da adequação de capital adicional (também designada por "margem de solvabilidade") para o conglomerado financeiro. As subsidiárias do setor dos seguros do Deutsche Bank, de forma agregada, constituem apenas cerca de 1% da totalidade dos balanços do Grupo Deutsche Bank de acordo com as IFRS.

Legalmente, estas companhias de seguros não estão diretamente associadas; ou seja, nenhuma destas companhias de seguros detém participações noutra companhia de seguros, de forma que, tecnicamente, estas não formam por si próprias um grupo.

Do ponto de vista da governação global, estas companhias de seguros não estão, em princípio, integradas no Grupo Deutsche Bank de forma diferente de qualquer outra entidade jurídica do Grupo Deutsche Bank. Tal é evidenciado, entre outros, pelo facto de o Deutsche Bank emitir as suas políticas do grupo para qualquer subsidiária, independentemente de essa subsidiária fazer parte do grupo sujeito a consolidação prudencial (de acordo com o artigo 18.º do CRR) ou não. A aplicabilidade de políticas relevantes do grupo, por seu lado, assegura que as subsidiárias do setor dos seguros mantêm, efetivamente, as mesmas estruturas de governa-

ção e de gestão que o resto do grupo de supervisão. Para mais informações sobre os requisitos organizacionais de acordo com o artigo 25.º, n.º 4 da FKAG, consultar o nosso Relatório de Governo da Sociedade e as secções "Quadro de gestão do risco" e "Governação do risco" no nosso Relatório de risco.

Requisitos de divulgação adicionais para subsidiárias significativas

Em conformidade com o artigo 13.º, n.º 1 do CRR, as nossas subsidiárias significativas e as subsidiárias que têm uma importância significativa para o respetivo mercado local são obrigadas a divulgar informações na medida aplicável no que diz respeito a fundos próprios, requisitos de capital, amortecedores de capital, ajustamentos de risco de crédito, política de remuneração, alavancagem e utilização de técnicas de redução do risco de crédito em base individual ou subconsolidada.

Para algumas das nossas subsidiárias situadas na Alemanha, não é obrigatório calcular ou relatar o capital regulamentar ou os rácios de alavancagem separadamente se estas forem abrangidas pelas isenções previstas nas disposições de derrogação do artigo 2.ºa da lei KWG em conjugação com o artigo 7.º do CRR. Nestes casos, os requisitos de divulgação acima referidos também não são aplicáveis a essas subsidiárias.

Para identificar as subsidiárias significativas, desenvolveu-se um catálogo de critérios que foi aplicado a todas as subsidiárias classificadas como "instituição de crédito" ou "empresa de investimento" ao abrigo do CRR e não abrangidas por um estatuto de derrogação nos termos do artigo 2.ºa da lei KWG em conjugação com o artigo 7.º do CRR. Uma subsidiária é obrigada a cumprir os requisitos do artigo 13.º do CRR (conforme descrito acima) se tiver sido cumprido, pelo menos, um dos critérios mencionados na lista abaixo. Os critérios foram definidos em relação às nossas atividades de negócios, bem como à complexidade e perfil de risco da respetiva subsidiária. Todos os valores referidos abaixo são calculados com base nas IFRS em 31 de dezembro de 2014:

— Total de ativos igual ou superior a 30 mil milhões de euros (em base individual ou subconsolidada)
— Cinco por cento ou mais dos nossos ativos ponderados pelo risco ao nível do grupo
— 20 por cento ou mais do produto interno bruto no respetivo país em que a subsidiária está situada, mas, pelo menos, um total de ativos de 5 mil milhões de euros (em base individual ou subconsolidada)
— Instituições diretamente apoiadas pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) ou mecanismos semelhantes
— Instituições pertencentes às três maiores instituições no respetivo país em que a subsidiária está situada (relativamente ao montante do total de ativos)
— Classificação como "instituição sistemicamente importante ao nível local" pela autoridade local competente

Nenhuma das nossas subsidiárias recebeu apoio de qualquer tipo de mecanismo de estabilidade.

Em resultado do processo de seleção acima descrito, identificámos quatro subsidiárias como "significativas" para o Grupo e, como tal, obrigadas a satisfazer os requisitos de divulgação adicionais estabelecidos no artigo 13.º do CRR:

— Deutsche Postbank AG, Alemanha
— Deutsche Bank Luxembourg S. A., Luxemburgo
— Deutsche Bank Securities Inc., Estados Unidos da América
— Deutsche Bank Trust Company Americas, Estados Unidos da América

As divulgações adicionais para as nossas subsidiárias significativas relativamente ao artigo 13.º do CRR podem ser encontradas nos relatórios do Pilar 3 da respetiva subsidiária conforme publicados no seu sítio Web ou no sítio Web do Grupo das nossas entidades nos EUA.

Avaliação Global de Risco

O risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional (incluindo risco jurídico), o risco de negócio (incluindo o risco fiscal e o risco estratégico), o risco reputacional, o risco de liquidez, o risco do modelo e o risco de conformidade (MaRisk; isto é, os requisitos mínimos para a gestão do risco) são categorias de risco fundamentais para o Grupo. Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do

risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação.

No âmbito das nossas análises regulares de risco e de risco cruzado, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco e uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar não só riscos que têm impacto nos nossos inventários de risco e divisões de negócio, mas também outros riscos que são relevantes apenas para carteiras específicas.

Os atuais riscos de carteira, nos quais continuamos a centrar a nossa atenção, incluem: um potencial reagravamento da crise da dívida soberana europeia, um potencial abrandamento no crescimento asiático, um aumento disruptivo da restritividade da política monetária nos EUA e o respetivo impacto, principalmente nos mercados emergentes, bem como o potencial risco de choque geopolítico, incluindo as tensões presentes entre a Rússia e a Ucrânia. Estes riscos têm sido um alvo constante da nossa atenção nos últimos trimestres. Nos últimos meses também centrámos a nossa atenção no impacto da descida dos preços do petróleo em grandes países produtores e nas indústrias relacionadas. A avaliação dos impactos potenciais destes riscos é efetuada através da sua integração nos testes de esforço do Grupo que avaliam a nossa capacidade de absorção destes eventos na eventualidade da sua ocorrência. Os resultados destes testes revelaram que possuímos capital e reservas de liquidez adequados para absorver o impacto destes riscos, caso eles se concretizassem de acordo com os parâmetros dos testes. Na secção "Exposições ao crédito" encontram-se mais informações sobre o impacto destes e de outros riscos enfrentados pelas nossas carteiras.

Em consonância com anos anteriores, o ano de 2014 continuou a demonstrar a tendência de crescente regulamentação global do setor dos serviços financeiros, que consideramos suscetível de persistir ao longo dos próximos anos. Nós também estamos interessados na identificação de potenciais alterações políticas e regulamentares e na avaliação do eventual impacto nos nossos processos e modelo de negócio.

Relativamente à gestão de risco e capital durante o ano de 2014, o enfoque global foi na manutenção do nosso perfil de risco em sintonia com a nossa estratégia de risco, aumentando a nossa base de capital e apoiando as nossas iniciativas de gestão estratégica com enfoque na otimização do balanço. Esta abordagem reflete-se ao longo das diferentes métricas de risco resumidas a seguir.

Para efeitos do artigo 431.º do CRR, adotámos uma política de divulgação de risco formal, que visa coadunar a conclusão de que as nossas divulgações de risco estão em conformidade com as normas de divulgação de risco contabilísticas, regulamentares e legais aplicáveis. Um Comité de Divulgação de Risco constituído por representantes seniores e peritos nas áreas de Finanças e Risco rege os nossos respetivos processos de divulgação de risco. Com base na nossa avaliação e verificação, acreditamos que as nossas divulgações de risco apresentadas ao longo do presente relatório de risco transmitem de forma apropriada e completa o nosso perfil de risco global.

Perfil de risco

O nosso mix de diferentes atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

Em comparação com o fim do exercício de 2013, o aumento do nosso capital económico deveu-se principalmente à CB&S, refletindo níveis acrescidos de risco de crédito e de mercado em parte devido a efeitos cambiais e a uma maior utilização de capital económico para risco operacional e estratégico. Aumentos adicionais advêm de Consolidation & Adjustments devido a um maior risco de mercado não relacionado com a negociação para risco cambial estrutural, bem como a melhoramentos na metodologia para o risco de pensões. O aumento de RWA observado deve-se, em grande medida, à transferência do cálculo de RWA do quadro de Basileia 2.5 para as novas regras CRR/CRD IV e a outras atualizações de metodologia. Movimentos adicionais refletem alterações nas taxas de câmbio, bem como maiores riscos assumidos compensados pela redução do risco da NCOU.

Perfis de risco das nossas divisões medidos por capital económico, ativos ponderados pelo risco em comparação com indicadores de desempenho

								31.12.2014
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consoli-dation & Adjustments	Total em milhões de euros	Total em %
Risco de Crédito	5.799	3.547	2.302	323	868	46	12.885	40
Risco de Mercado	5.153	3.200	185	1.987	1.308	3.020	14.852	47
Risco operacional	3.569	1.088	150	722	2.070	0	7.598	24
Risco de negócio	2.581	0	4	1	499	0	3.084	10
Vantagem de diversificação[1]	(3.441)	(1.095)	(262)	(611)	(1.087)	(59)	(6.554)	(21)
Total de CE em milhões de euros	13.661	6.740	2.379	2.420	3.658	3.008	31.866	100
em %	43	21	7	8	11	9	100	0
Resultados antes do imposto sobre o rendimento	3.266	1.335	1.198	1.027	(2.851)	(859)	3 116	N/S
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)[2]	13 %	9 %	20 %	16 %	(37 %)	N/S	5 %	N/S
Ativos ponderados pelo risco[3]	175 561	79.571	43.265	16.597	58.538	20.437	393.969	N/S

N/S – Não significativo

[1] Vantagem de diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio)
[2] Estrutura de afetação de património líquido contabilístico (book equity) motivada por ativos ponderados pelo risco e algumas rubricas de dedução de capital regulamentar nos termos do CRR/CRD IV (*fully-loaded*).Ver a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.
[3] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

								31.12.2013 [1]
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consoli-dation & Adjustments	Total em milhões de euros	Total em %
Risco de Crédito	4.597	3.742	1.900	373	1.392	9	12.013	44
Risco de Mercado	4.658	2.967	193	1.535	1.565	1.820	12.738	47
Risco operacional	2.453	803	96	580	1.320	0	5.253	19
Risco de negócio	1.413	0	6	1	263	0	1.682	6
Vantagem de diversificação[2]	(1.945)	(842)	(156)	(478)	(974)	(120)	(4.515)	(17)
Total de CE em milhões de euros	11.175	6.671	2.039	2.010	3.566	1.710	27.171	100
em %	41	25	8	7	13	6	100	0
Resultados antes do imposto sobre o rendimento	3.158	1.555	1.107	782	(3.402)	(1.744)	1 456	N/S
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)[3]	16 %	11 %	22 %	13 %	(33 %)	N/S	3 %	N/S
Ativos ponderados pelo risco[4]	114 729	73.001	36.811	12.553	52.443	10.832	300.369	N/S

N/S – Não significativo

[1] Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2014.
[2] Excluindo o risco estratégico, que não foi incluído no cálculo da vantagem de diversificação de 2013.
[3] Estrutura de afetação de património líquido contabilístico (book equity) motivada por ativos ponderados pelo risco e algumas rubricas de dedução de capital regulamentar nos termos do CRR/CRD IV (*fully-loaded*).Ver a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.
[4] Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

O perfil de risco da CB&S (Corporate Banking & Securities) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. Outros riscos de crédito têm a sua origem na exposição a empresas e instituições financeiras. Ao abrigo do atual modelo de negócio da CB&S, o restante deriva de riscos operacionais e risco de negócio, decorrentes sobretudo de potenciais riscos jurídicos e riscos de volatilidade dos ganhos, respetivamente. Os resultados antes de impostos sobre o rendimento da CB&S aumentaram 108 milhões de euros (3%) em comparação com 2013; contudo, a rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) da CB&S registou, face a 2013, um decréscimo de 3 pontos percentuais para 13% em 2014.Esta evolução deve-se sobretudo a uma maior afetação de capital próprio ativo médio associada ao nosso aumento de capital em

maio de 2014, bem como a aumentos de RWA decorrentes sobretudo de alterações metodológicas relacionadas, em grande medida, com a passagem do quadro de Basileia 2.5 para as regras CRR/CRD IV.

O perfil de risco de Private & Business Clients (PBC) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho e dos empréstimos a Pequenas e Médias Empresas (PME), bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento, a modelação dos depósitos dos clientes e o risco de *spread* de crédito. Apesar de o perfil de risco da PBC se ter mantido materialmente inalterado ao longo do ano, os resultados antes de impostos sobre o rendimento reportados diminuíram significativamente em comparação com 2013 devido a encargos decorrentes de alterações na prática jurídica alemã em matéria de taxas de processamento de empréstimos em maio e outubro de 2014, conduzindo a uma rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) ligeiramente mais baixa.

As receitas de Global Transaction Banking (GTB) são geradas a partir de vários produtos com diferentes perfis de risco. A grande maioria dos seus riscos diz respeito a risco de crédito na área de negócio Trade Finance, enquanto outros negócios envolvem baixo ou nenhum risco. O risco de mercado relativamente baixo resulta sobretudo de posições de cobertura de derivados. A rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) de 20% em 2014 diminuiu ligeiramente em comparação com 2013.Embora a rentabilidade da GTB tenha aumentado, o decréscimo da rendibilidade do capital próprio ativo médio está sobretudo relacionado com volumes mais elevados num contexto altamente competitivo e de taxas de juro baixas.

O principal fator de risco do negócio da Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com a negociação. De resto, o negócio da Deutsche AWM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional. A rendibilidade do capital próprio ativo médio da Deutsche AWM aumentou ao longo dos anos, impulsionada pela melhoria do desempenho dos resultados devido a costs-to-achieve inferiores, a uma reversão de imparidades intangíveis e a despesas de contencioso mais baixas. O aumento da utilização de capital económico deveu-se sobretudo a um maior risco de mercado não relacionado com a negociação para os fundos garantidos.

A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) inclui atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos significativamente afetados por mudanças do setor, ambientais, legais ou regulamentares; ativos destinados a redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU abrange riscos em todas as nossas operações incluindo riscos de crédito e também riscos de mercado e operacionais (incluindo riscos legais) direcionados sempre que possível para redução acelerada do risco. A evolução da rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) mostra que a afetação de capital decorrente da redução do risco diminuiu mais do que o desempenho negativo. Embora a estratégia de redução do risco tenha aumentado o capital, o resultado líquido continua a ser afetado por saídas relacionadas com questões legais e regulamentares.

Consolidation & Adjustments engloba, principalmente, risco de mercado não relacionado com a negociação para risco cambial estrutural e risco de pensões.

Sumário Executivo de gestão do risco

Sumário do risco de crédito

— A exposição máxima ao risco de crédito aumentou 105 mil milhões de euros (6%) para 1,8 biliões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2013, devido, em grande medida, a aumentos nos valores de mercado positivos de instrumentos derivados, sobretudo relacionados com produtos de taxa de juro e cambiais no quarto trimestre, apesar de uma atividade significativa de restruturação de negócios e novação com vista a reduzir a exposição. A qualidade creditícia da exposição máxima ao risco de crédito foi de 79% com notação investment-grade em 31 de dezembro de 2014, representando um ligeiro aumento face aos 77% em 31 de dezembro de 2013.
— A principal exposição ao crédito manteve-se diversificada por região, setor e contraparte. A exposição regional está distribuída uniformemente pelos nossos principais mercados (América do Norte 31 %, Alemanha, 29 %, Resto da Europa Ocidental, 26 %), e a distribuição regional apresenta uma variação homóloga relativamente estável. A nossa maior exposição no setor é a bancos e seguros, que constitui 25% da exposição total bruta (isto é, antes da inclusão de garantias), contra 33% em 31 de dezembro de 2013.A

nível de contrapartes, mantivemos uma boa diversificação, representando as nossas dez principais exposições 7% do total bruto das nossas exposições principais ao crédito, em comparação com 10% em 31 de dezembro de 2013, sendo na sua totalidade contrapartes com uma notação investment-grade elevada.

— A provisão para perdas de crédito em 2014 foi de 1,1 mil milhões de euros, o que representa uma descida de 931 milhões de euros, ou 45%, em comparação com 2013, refletindo reduções significativas em todos os negócios. A redução na NCOU deveu-se a uma diminuição na provisão para perdas de crédito reclassificada em conformidade com a IAS 39 e nos ativos em imobiliário comercial. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank beneficiaram de um aumento de desembolsos e da não recorrência de grandes reservas de nome único.

— A nossa carteira de empréstimos geral registou um aumento de 29 mil milhões de euros (7%) de 382 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 para 411 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.Os aumentos deveram-se sobretudo a efeitos cambiais, à restruturação de garantias relacionada com o negócio de ETF no âmbito da CB&S e ao crescimento do negócio na CB&S e na Deutsche AWM, parcialmente anulado por reduções na NCOU. A nossa maior carteira de empréstimos individualizada é na categoria de hipotecas residenciais, que totalizava 153 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, dos quais 119 mil milhões no estável mercado alemão. A nossa carteira de empréstimos a empresas, que representa 55% do total da carteira de empréstimos, era composta em 31 de dezembro de 2014 por 65% de empréstimos com notação *investment-grade*, o que representa um ligeiro aumento face aos 64% contabilizados em 31 de dezembro de 2013.

— A utilização de capital económico para risco de crédito registou um aumento para 12,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 12,0 mil milhões de euros no final do exercício de 2013, refletindo maiores exposições na CB&S e na GTB, parcialmente compensadas por menores exposições na NCOU.

— Os RWA para risco de crédito aumentaram 41,9 mil milhões de euros (21%) para 244 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2013, devido, em grande medida, à introdução do novo quadro regulamentar CRR/CRD IV, ao impacto das variações cambiais e de ajustamentos do modelo, parcialmente compensados por reduções decorrentes de atividades de redução do risco e pela venda de ativos, principalmente na NCOU.

Sumário de risco de mercado

— O valor em risco médio das nossas unidades de negociação foi de € 51.6 million durante 2014, face a 53,6 milhões de euros em 2013.A redução deveu-se a níveis de exposição mais baixos ao risco de *spread* de crédito e ao risco de matérias-primas.

— Os RWA para risco de mercado aumentaram 17,0 mil milhões de euros (36%) para 64,2 mil milhões de euros desde 31 de dezembro de 2013, devido, em grande medida, à introdução do novo quadro regulamentar CRR/CRD IV, que aumentou os RWA para exposições de titularização na carteira de negociação no âmbito da CB&S, bem como a alterações ao nosso modelo interno de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais.

— A utilização de capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou 1,4 mil milhões de euros (16%) para 9,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.O aumento deveu-se sobretudo a uma maior exposição ao risco cambial estrutural, a melhoramentos na metodologia para o risco de pensões e a um aumento do risco de fundos garantidos, parcialmente compensados por atividades de redução do risco na NCOU.

— A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação totalizava 5,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com os 4,2 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.O aumento deveu-se sobretudo a maiores exposições em carteiras bancárias ao justo valor.

Sumário do risco operacional

— A utilização de capital económico para risco operacional aumentou para 7,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 5,3 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.O aumento deveu-se sobretudo a um reconhecimento precoce do impacto dos melhoramentos do nosso modelo de abordagem de medição avançada (AMA) implementados no segundo trimestre de 2014, que conduziram inicialmente a um capital económico adicional de 1,1 mil milhões de euros. Um fator adicional foi o aumento do perfil de perda de risco operacional do Deutsche Bank, bem como de todo o setor bancário. As perdas de risco operacional relacionadas que se materializaram e deram origem ao aumento da utilização de capital económico devem-se em grande parte às saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução.

— Continuamos a aplicar formalmente a margem de segurança do capital económico ao nosso modelo AMA, que introduzimos em 2011 para cobrir riscos jurídicos imprevistos. Os melhoramentos do modelo em termos de sensibilidade ao risco recentemente apresentados com vista a substituir a margem de segurança conduzirão a um montante necessário de capital económico superior a esta margem de segurança. A gestão decidiu reconhecer o incremento pela primeira vez no segundo trimestre de 2014.
— Os RWA para risco operacional aumentaram para 67,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 50,9 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.O aumento de 16,2 mil milhões de euros deve-se ao nosso reconhecimento precoce de melhoramentos ao nosso modelo de abordagem de medição avançada (AMA) no segundo trimestre de 2014, que conduziram inicialmente a RWA adicionais de 7,7 mil milhões de euros. Um fator adicional foi o aumento do perfil de perda de risco operacional do Deutsche Bank, bem como de todo o setor bancário.

Sumário de risco de liquidez

— As reservas de liquidez totalizaram 184 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 (face a 196 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013).Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2014 (no cenário combinado).
— Angariámos 44 mil milhões de euros em 2014 nos mercados de capitais com um *spread* médio de 45 pontos base e um prazo médio de 4,8 anos, satisfazendo integralmente os nossos requisitos de financiamento para 2014.
— 76% do nosso financiamento total proveio das fontes de financiamento que consideramos como as mais estáveis, incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias.

Sumário de gestão de capital

— O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1, anteriormente designado por: Core Tier 1), calculado com base no CRR/CRD IV (taxa de integração progressiva de 20%) foi de 15,2% em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 12,8% no final do exercício de 2013 com base em Basileia 2.5.O nosso rácio de capital CET 1 pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV (taxa de integração progressiva de 0%) foi de 14,6% no final do exercício de 2013.
— O capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV aumentou 21,6 mil milhões de euros para 60,1 mil milhões de euros, em comparação com 38,5 mil milhões de euros de capital CET 1 de acordo com o Basileia 2.5.A mudança de quadro conduziu a um efeito positivo de 10,4 mil milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez da taxa de integração progressiva de 20% aplicável para 2014, sobretudo devido ao tratamento de ativos intangíveis de 9,2 mil milhões de euros. Durante o período de transição, o CRR/CRD IV permite subtrair determinadas deduções de CET 1 do capital Tier 1 adicional, em vez do capital CET 1, para facilitar aos bancos a transição para as regras "fully-loaded".Os restantes 11,1 mil milhões de euros de aumento deveram-se sobretudo ao nosso aumento de capital em relação ao capital autorizado mediante entregas em numerário com proveitos brutos de 8,5 mil milhões de euros.
— O capital Tier 1 adicional (AT1) de acordo com o CRR/CRD IV diminuiu 8,4 mil milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros, em comparação com 12,2 mil milhões de euros de capital AT1 de acordo com o Basileia 2.5.Registámos um efeito negativo de 12,0 mil milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez das regras CRR/CRD IV, refletindo em grande medida deduções de ativos intangíveis no valor de 9,2 mil milhões de euros, bem como o desreconhecimento de instrumentos de AT1 no valor de 2,2 mil milhões de euros que já não são considerados capital AT1.Este efeito de aplicação pela primeira vez foi parcialmente compensado pela emissão de notas AT1 em conformidade com o CRR/CRD IV no valor de 4,6 mil milhões de euros.
— O capital Tier 2 de acordo com o CRR/CRD IV registou um decréscimo de 0,4 mil milhões de euros para 4,4 mil milhões de euros, em comparação com 4,7 mil milhões de euros de capital Tier 2 de acordo com o Basileia 2.5, sobretudo devido a resgates e ajustamentos de amortização que foram parcialmente compensados por abatimentos de dedução de titularizações e investimentos significativos em entidades financeiras e seguradoras.
— Os RWA de acordo com o CRR/CRD IV aumentaram 96 mil milhões de euros para 397 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 300 mil milhões de euros no final do exercício de 2013 com base no Basileia 2.5.Os nossos RWA pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV eram de 355 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.O aumento de RWA reflete sobretudo o impacto do quadro CRR/CRD IV, incluindo RWA para um ajustamento da avaliação de crédito (CVA), RWA de risco operacional e RWA de risco de crédito mais elevados, incluindo o impacto de variações cambiais. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução do risco e pela venda de ativos.
— O rácio de adequação de capital interno aumentou para 177% em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 165% em 31 de dezembro de 2013.

— O rácio Common Equity Tier 1 *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV melhorou significativamente em 2014, de 9,7% pró-forma em 31 de dezembro de 2013 para 11,7% em 31 de dezembro de 2014.O aumento do rácio em 199 pontos base deveu-se a um aumento de aproximadamente 250 pontos base resultante da nossa emissão de ações ordinárias no segundo trimestre de 2014, parcialmente compensado por um aumento dos ativos ponderados pelo risco.

Sumário de gestão do balanço

— Em 31 de dezembro de 2014, o nosso rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* segundo regras revistas, que é uma medida financeira não-GAAP, era de 3,5% em comparação com o nosso rácio de alavancagem pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV (sem ter em conta as recentes revisões das regras relativas ao rácio de alavancagem) de 2,4% em 31 de dezembro de 2013, tendo em conta um capital Tier 1 *fully loaded* de 50,7 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1.445 mil milhões de euros (34,0 mil milhões de euros e 1.445 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, respetivamente).
— Para uma discussão das regras CRR/CRD IV revistas, consultar a secção "Gestão do balanço" do presente relatório.

Princípios de gestão do risco

Quadro de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. Atuamos como um grupo integrado por meio das nossas divisões, unidades de negócio e funções de infraestrutura. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

— As responsabilidades essenciais de gestão de risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas a comités de gestão do risco seniores com funções de execução e supervisão. O Conselho de Fiscalização monitoriza regularmente o perfil de risco e de capital.
— Operamos com base num modelo de gestão de risco com três linhas de defesa, em que as funções de *front office*, de supervisão e de garantia da gestão do risco são exercidas independentemente umas das outras.
— A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
— O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
— Todas as principais classes de risco são geridas através de processos de gestão do risco, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio, risco reputacional, risco do modelo e risco de conformidade (MaRisk; isto é, requisitos mínimos para a gestão do risco).São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nas principais classes de risco. Os riscos não padronizados (risco reputacional, risco do modelo e risco de conformidade) estão implicitamente cobertos no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.
— Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
— Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.
— O planeamento de recuperação estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de governação da gestão de crise e fornece à direção uma lista de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
— O planeamento de resolução é supervisionado de perto pela nossa autoridade nacional de resolução. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para evitar a necessidade de resgate pelos contribuintes e para fortalecer a estabilidade financeira através da continuidade dos serviços essenciais prestados à economia em geral.

Governação do risco

Do ponto de vista da supervisão, as nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível global pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que praticamos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto como as nossas principais entidades de supervisão com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, desde 1 de janeiro de 2014, com o quadro CRR/CRD IV, conforme transposto para a legislação alemã e quando aplicável.

As autoridades de regulação bancária alemãs usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar".

Do ponto de vista da governação interna, implementámos diversos níveis de gestão para garantir uma governação do risco coerente:

— O Conselho de Fiscalização deverá ser informado regularmente e – conforme necessário – sobre desenvolvimentos especiais na nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Foram formados vários comités para gerir tarefas específicas.
— Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, bem como de risco operacional, jurídico e reputacional. Também presta informações sobre a estratégia de risco de crédito, carteiras de crédito, empréstimos que exigem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos, questões relacionadas com os recursos de capital e assuntos de importância especial pelos riscos que implicam. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a disposição de assunção de risco agregada e a estratégia de risco.
— O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. Também revê o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Banco, monitoriza e analisa o risco jurídico e reputacional do Banco e defende a sua prevenção.
— O Comité de Auditoria monitoriza, entre outros aspetos, a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
— O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. Em concertação com o Conselho de Fiscalização e com o objetivo de garantir uma governação eficaz de recursos e riscos, o Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Capital e Risco (CaR) e o Comité Executivo de Risco (Risk ExCo), cujas funções são descritas de forma mais pormenorizada abaixo.

Para mais informações sobre a forma como visamos garantir o alinhamento entre o desempenho global e a nossa estratégia de risco, consultar as secções "Apetência pelo risco e capacidade de risco" e "Plano estratégico e de capital".

Estrutura de Governação de Gestão do Risco do Grupo Deutsche Bank

Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

— O Comité de Capital e Risco (CaR) supervisiona e controla o planeamento integrado e o acompanhamento do nosso perfil de risco e da nossa capacidade em termos de capital, garantindo consistência relativamente à apetência pelo risco, aos requisitos de capital e às necessidades de financiamento/liquidez com as estratégias de negócio ao nível do Grupo, das divisões e das subdivisões. Fornece uma plataforma de discussão e consenso relativamente a questões estratégicas com impacto no capital, financiamento e liquidez, entre o departamento de Risco, o departamento Government & Regulatory Affairs, o departamento financeiro e as divisões. O CaR promove ações e/ou elabora recomendações para o Conselho de Administração. É ainda responsável por monitorizar regularmente o nosso perfil de risco em função da nossa apetência pelo risco e por garantir o envio para consideração superior ou a adoção de outras medidas. O CaR monitoriza o desempenho do nosso perfil de risco face a indicadores de alerta precoce e ativações de recuperação, e fornece recomendações ao Conselho de Administração na eventualidade de ser necessário invocar processos e/ou ações definidos ao abrigo do quadro de governação da recuperação.
— O nosso Comité Executivo de Risco (Risk ExCo), sendo o comité funcional hierarquicamente superior da nossa gestão do risco, identifica, controla e gere todos os riscos, incluindo as concentrações de risco no âmbito do Grupo. É responsável pela política de risco, pela organização e governação da gestão do risco, bem como por supervisionar a execução da política de gestão de risco e capital, incluindo a identificação, avaliação e redução do risco, no âmbito da estratégia de risco e capital (Plano de risco e procura de capital) aprovada pelo Conselho de Administração. O Risk ExCo é apoiado por subcomités responsáveis por áreas dedicadas da gestão do risco, incluindo vários comités de políticas, o Comité de Risco de Carteiras (PRC) e o Comité de Risco Reputacional do Grupo (GRRC).Em fevereiro de 2015, foi acordado que o GRRC deixaria de ser um subcomité do Risk ExCo para passar a reportar diretamente ao Conselho de Administração.
— O PRC presta apoio ao Risk ExCo e ao CaR, com ênfase na gestão dos padrões de risco ao nível do Grupo. O PRC, por delegação de poderes do CaR, é responsável pela supervisão e controlo correntes do nosso Processo de avaliação da adequação de capital interno ("ICAAP").O PRC também supervisiona os nossos testes de esforço ao nível do Grupo, analisa os resultados e propõe medidas de gestão, se necessário. Monitoriza a eficácia do processo de testes de esforço e promove a melhoria contínua do nosso quadro de testes de esforço.

— O comité dos chamados testamentos em vida, o Living Wills Committee ("LWC"), é o subcomité especializado do CaR, centrado no planeamento de recuperação e resolução. Supervisiona a implementação dos nossos planos de recuperação e resolução e de melhoramentos da prontidão operacional do Grupo para dar resposta a esforços graves ou à ameaça de esforços graves.
— O Comité de Capital Regulamentar consiste num subcomité do nosso Comité de Capital e Risco. Está incumbido da supervisão dos nossos modelos de quantificação dos riscos. Para promover uma supervisão abrangente, conta com o apoio de vários subcomités que abrangem certos tipos de modelos e questões relacionadas com os modelos.

Alguns membros do CaR também são membros do Risk ExCo, o que facilita o fluxo de informação entre os dois comités.

O nosso Gestor do Risco ("CRO"), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado e riscos operacionais, bem como pelo controlo global dos riscos, ou seja, incluindo o risco de liquidez, e pelo desenvolvimento contínuo de métodos de medição do risco. Além disso, o Gestor do Risco é responsável pela monitorização, pela análise e pela comunicação dos riscos numa base global, incluindo os riscos de diferenças entre ativos e passivos, os riscos de capital, os riscos de liquidez, os riscos legais, os riscos de conformidade e os riscos regulamentares.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta das seguintes funções de gestão do risco: gestão do risco de crédito, gestão do risco de mercado, gestão do risco operacional e controlo do risco de liquidez.

Estas foram criadas com o objetivo de:

— Apoiar o negócio em cada divisão, para que seja consistente com a apetência pelo risco que o CaR definiu no âmbito da estrutura estabelecida pelo Conselho de Administração;
— Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;
— Aprovar limites de risco em termos de crédito, mercado e liquidez;
— realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
— Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Além dos diretores dessas funções de gestão do risco, foram nomeados Gestores do Risco regionais exclusivos para a Alemanha, para as Américas e para a Ásia e Pacífico, bem como Gestores do Risco das divisões para a Deutsche AWM e a NCOU, com o objetivo de estabelecer uma cobertura holística da gestão do risco.

Os responsáveis pelas referidas funções de gestão do risco, bem como os diretores de risco regionais e das divisões têm uma linha de comunicação direta com o CRO.

Adicionalmente, várias equipas no âmbito das funções de gestão do risco cobrem os aspetos principais da gestão do risco. O seu objetivo é reforçar a gestão holística do risco e a supervisão do risco cruzado para otimizar a condução da nossa carteira de risco. Os principais objetivos são:

— Promover iniciativas estratégicas de risco cruzado e uma maior coesão entre a estratégia definida para a carteira e a execução da governação, incluindo adesão regulamentar;
— Fornecer uma perspetiva estratégica e prospetiva das principais questões de risco para discussão ao nível superior no banco (apetência pelo risco, quadro de testes de esforço);
— fortalecer a cultura de risco no banco; e
— Promover a aplicação de normas de gestão do risco consistentes nas nossas entidades locais.

As nossas funções de Finanças, de Risco e de Auditoria do Grupo atuam independentemente das nossas divisões. Os departamentos de Finanças e de Risco são responsáveis pela quantificação e pela verificação do risco que assumimos, mantendo a qualidade e a integridade dos nossos dados em matéria de risco. A auditoria do Grupo avalia e comunica a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de controlo interno, incluindo os sistemas de gestão do risco.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimen-

tos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

— função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
— participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos principais comités de risco do Postbank e vice-versa para os principais comités selecionados; e
— implementação de políticas fundamentais de risco do Grupo no Postbank.

Os principais comités de gestão do risco do Postbank, em que o Gestor do Risco do Postbank ou os diretores de risco seniores do Deutsche Bank são membros com direitos de voto, são:

— O Comité de Risco do Banco, que apoia o Conselho de Administração do Postbank na determinação da apetência pelo risco global e da afetação de risco e de capital;
— O Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
— O Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
— O Comité de Gestão do Risco Operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de limites às diferentes áreas de negócio; e
— O Comité de Risco do Modelo e de Validação, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação de crédito e modelos de gestão do risco.

A atenção deste trabalho centra-se sobretudo no cumprimento do roteiro do IRB regulamentar acordado e no desenvolvimento complementar da nossa infraestrutura de gestão do risco conjunta. Em 2013, o modelo AMA para o risco operacional no âmbito do Grupo foi aprovado pela entidade reguladora para ser usado no Postbank.

Em 2014, foi concluída a plena integração de grandes clientes. Estes são agora geridos centralmente na nossa plataforma de crédito e a entidade reguladora alargou a aceitação para a utilização dos parâmetros do modelo conjunto para *large caps* e instituições financeiras. Os outros tipos de clientes (pequenas e médias empresas, retalho, imobiliária corporativa) são áreas de enfoque para 2015 e os anos seguintes.

Cultura de risco

Procuramos promover em toda a nossa organização uma sólida cultura de risco. Foi concebida uma sólida cultura de risco para ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputacional. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios de cultura do risco no âmbito do nosso Grupo

— O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
— Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
— O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
— O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

Os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento dos riscos. Os colaboradores devem assumir comportamentos que apoiem uma sólida cultura de risco. Para promover isso, as nossas políticas exigem que a avaliação comportamental seja incorporada na avaliação de desempenho e nos processos de remuneração. Comunicámos os seguintes comportamentos em consonância com uma sólida cultura de risco através de diversos veículos de comunicação:

— Assumir a plena responsabilidade pelos nossos riscos;
— Avaliar o risco de forma rigorosa, prospetiva e abrangente;
— Convidar, fornecer e respeitar os desafios;
— resolver os problemas coletivamente; e
— Colocar o Deutsche Bank e a sua reputação no centro de todas as decisões.

Para fortalecer estes comportamentos esperados e fortalecer a nossa cultura de risco, desenvolvemos um conjunto de atividades no Grupo. Os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

Para consolidar ainda mais esta mensagem, reforçámos a nossa formação direcionada. Em 2014, os nossos colaboradores frequentaram globalmente mais de 88.000 módulos de formação obrigatórios, incluindo, por exemplo, Sensibilização para a segurança de informações globais, Introdução aos MaRisk e o módulo recém-introduzido "Tom a partir do topo".Como parte do nosso esforço contínuo de fortalecer a nossa cultura de risco, revemos regularmente o nosso pacote de formação para desenvolver novos módulos ou melhorar os componentes existentes.

Além disso, juntamente com outras medidas para reforçar os nossos processos de gestão do desempenho, concebemos e implementámos um processo para associar a medição formal dos comportamentos de cultura de risco aos nossos processos de avaliação do desempenho, de promoção e de remuneração dos colaboradores. Este processo existe nas nossas divisões CB&S e GTB desde 2010 e foi subsequentemente implementado em todas as divisões e funções, tendo a PBC na Alemanha sido a última a implementar o processo em janeiro de 2015.Este processo foi concebido para continuar a fortalecer a responsabilidade dos colaboradores.

Desenvolvemos igualmente um painel para medir a cultura de risco ao nível das divisões e das regiões. Este foi utilizado na CB&S e na AWM em 2014 e continuará a ser desenvolvido ao longo dos próximos meses.

Estão ainda a ser revistas outras medidas, as quais serão adicionadas ao programa em 2015.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível de risco que estamos dispostos a assumir no âmbito da nossa capacidade de risco para alcançar os nossos objetivos de negócio, conforme definido por um conjunto de indicadores quantitativos mínimos e de normas de qualidade. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir, tanto em situações normais como de esforço, antes de entrar em incumprimento de restrições regulamentares e das nossas obrigações perante partes interessadas.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso Plano de risco e procura de capital, de modo a promover a coerência entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco. Alavancamos o processo de testes de esforço para avaliar o cumprimento do plano igualmente em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, com o contexto de negócios e regulamentar e com os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores em esforço (rácio de Common Equity Tier 1 ("CET 1") em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded*, rácio de Adequação de capital interno ("ICA") e Posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP")) no âmbito dos testes de esforço de referência e dos testes de esforço mais graves realizados regularmente ao nível do Grupo e procedemos à sua comparação com os níveis vermelho-amarelo-verde ("RAG") definidos na tabela abaixo.

Limiares da apetência pelo risco dos principais indicadores

Níveis RAG	Rácio de CET1 em conformidade com o CRR/CRD IV fully loaded	Adequação de capital interno	Posição de liquidez líquida em esforço
Normal	> 8,0 %	> 135 %	> 5 mil milhões de euros
Crítica	8,0 % – 5,5 %	135 % – 120 %	5 mil milhões de euros – 0 mil milhões de euros
Crise	< 5,5 %	< 120 %	< 0 mil milhões de euros

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administra-

ção. Ao longo de 2014, o nosso perfil de risco efetivo permaneceu em níveis normais conforme definido na tabela acima. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, em cenários normais ou de esforço, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités e, em última análise, ao diretor de risco e ao Conselho de Administração. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo diretor de risco ou pela totalidade do Conselho de Administração, dependendo da sua importância. Como parte do nosso exercício anual de calibração dos limiares da apetência pelo risco, ajustámos também o nosso nível normal do rácio de CET1 em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* para 8,5 % e do nosso rácio de ICA para 140 % em vigor a partir de 2015.Por conseguinte, o limite superior do nível crítico do rácio de CET1 em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* e do rácio de ICA será igualmente ajustado para estas alterações.

Plano estratégico e de capital

Realizamos um processo de planeamento estratégico anual, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as nossas áreas/unidades de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão interanual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar as melhores opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo receitas e custos), oferta de capital e procura de capital, bem como de alavancagem e financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio pelo Comissão Executiva do Grupo. Neste processo, os objetivos para os três anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e o enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada unidade de negócio que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; os planos dos segundo e terceiro anos são planos anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido à Comissão Executiva do Grupo e ao Conselho de Administração para debate e aprovação. Após a aprovação pelo Conselho de Administração, o plano final é apresentado ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um importante banco universal do mundo centrado no cliente e que visa garantir:

— desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
— elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
— conformidade com os requisitos regulamentares;
— uma posição sólida de capital e liquidez; e
— estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

— estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
— avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
— aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, procura de capital regulamentar e capital económico – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Os objetivos de um rácio de CET 1 *fully loaded* superior a 10 % e de um rácio de alavancagem de 3,5 % até ao final de 2015 são monitorizados de forma contínua por comités de gestão adequados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com vista a evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Alcançar os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que cumprimos também os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo, conforme expresso pelo nosso supervisor interno (rácio de CET1 de, no mínimo, 10 % numa base de introdução progressiva em todos os momentos).

Planeamento de recuperação e resolução

A crise financeira de 2007/2008 expôs os bancos e o mercado financeiro em geral a pressões sem precedentes. Estas pressões conduziram a um apoio significado dado a alguns bancos por parte dos seus governos e a intervenções de larga escala dos bancos centrais. A crise forçou também algumas instituições a restruturar de modo significativo os seus negócios e a fortalecer o seu capital, liquidez e bases de financiamento. Esta crise veio revelar que muitas instituições financeiras não estavam suficientemente preparadas para uma crise sistémica em rápida evolução, tendo sido, por isso, incapazes de reagir e dar uma resposta que evitasse potenciais falhas e prevenisse impactos adversos significativos no sistema financeiro e, em última análise, na economia e na sociedade.

Em resposta à crise, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) publicou uma lista dos bancos sistemicamente importantes a nível global (G-SIB) e aconselhou as suas instituições-membros a ordenar e apoiar o desenvolvimento de planos de recuperação e resolução no contexto dos G-SIB. Foi promulgada ou proposta legislação correspondente, consoante o caso, em várias jurisdições, incluindo nos estados-membros da União Europeia (UE), na Alemanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Uma vez que fomos identificados como um dos G-SIB, desenvolvemos o plano de recuperação do Grupo (Plano de recuperação), o qual foi apresentado às entidades reguladoras relevantes. O Plano de recuperação é atualizado, no mínimo, anualmente de forma a refletir as alterações na atividade de negócio e os requisitos regulamentares.

O Plano de recuperação prepara-nos para restaurar a nossa solidez e viabilidade financeiras durante uma situação de tensão extrema. O objetivo mais específico do Plano de recuperação é definir a forma como podemos responder a uma situação de tensão financeira que tivesse um impacto significativo no nosso capital e na nossa posição de liquidez. Assim, o Plano descreve um conjunto de ações definidas com o objetivo de nos proteger, aos nossos clientes e aos mercados e de evitar um evento de resolução que tivesse um custo potencialmente superior. Em conformidade com as diretrizes regulamentares, identificámos um conjunto alargado de medidas de recuperação que atenuarão diferentes tipos de cenários de esforço. Estes cenários decorrem tanto de eventos idiossincráticos como extensivos a todo o mercado, os quais poderiam resultar em

impactos graves no capital e na liquidez, bem como em impactos no nosso desempenho e balanço. O Plano de recuperação, incluindo a política correspondente, visa permitir-nos a monitorização, o encaminhamento, o planeamento e a execução efetivos de ações de recuperação no caso de uma situação de crise.

O principal objetivo do Plano de recuperação é ajudar-nos a recuperar de uma situação de crise através de uma seleção das ações de recuperação adequadas para que possamos manter níveis de capital e financiamento suficientes. Este plano estende-se além do quadro de gestão do risco e pode ser posto em prática em cenários extremos nos quais as crises possam ameaçar a nossa sobrevivência (ou seja, perda significativa de capital ou incapacidade de aceder a liquidez do mercado quando necessário).O Conselho de Administração determina quando é necessário acionar o Plano de recuperação e quais as medidas de recuperação consideradas adequadas.

O Plano de recuperação foi concebido para abarcar múltiplas regulamentações, incluindo as do FSB, da UE, da Alemanha e de outras jurisdições principais. Adicionalmente, o plano incorpora informação decorrente de discussões alargadas com o nosso Grupo de Gestão de Crise (CMG), composto pelas principais autoridades internas e de acolhimento. Prestamos informações a este CMG com o objetivo de otimizar a nossa preparação e facilitar a gestão e resolução de uma crise financeira transfronteiriça que nos venha a afetar. Este CMG tem também como objetivo cooperar de perto com as autoridades em outras jurisdições nas quais as sociedades tenham uma presença sistémica.

Estamos igualmente a trabalhar de perto com a autoridade de resolução interna para criar um Plano de resolução do Grupo para o Deutsche Bank conforme estabelecido na Diretiva sobre recuperação e resolução de bancos e na Lei alemã de recuperação e resolução ("Sanierungs- und Abwicklungsgesetz" ou "SAG").

Além disso, o título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor e os regulamentos de execução emitidos pelo Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation ("FDIC") exigem que cada holding bancária com ativos iguais ou superiores a 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, incluindo o Deutsche Bank AG ("DBAG"), prepare e apresente anualmente um plano para a resolução metódica de subsidiárias e operações em caso de perturbações financeiras significativas ou de incumprimento futuros (o "Título I do Plano de Resolução dos EUA").Para as sociedades abrangidas sedeadas no estrangeiro, tais como o DBAG, o Título I do Plano de Resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou realizados na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. Além do Título I do Plano de Resolução dos EUA, em 2014, a Deutsche Bank Trust Company Americas ("DBTCA"), uma das instituições depositárias seguradas ("IDI") do DBAG nos Estados Unidos, esteve sujeita à regulamentação definitiva da FDIC que exige que as IDI com um total do ativo igual ou superior a 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos apresentem periodicamente à FDIC um plano de resolução em caso de incumprimento ao abrigo da Lei federal de seguro de depósitos (a "Regra IDI").A DBTCA excedeu o limiar da Regra IDI de total médio de 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em ativos consolidados totais durante 2013 e o DBAG expandiu o seu Título I do Plano de Resolução dos EUA de 2014 para que este também considere os requisitos da Regra IDI (Título I do Plano de resolução dos EUA combinado com o Plano IDI, o "Plano de resolução dos EUA").

Os elementos centrais do Plano de Resolução dos EUA são as entidades significativas ("ME"), as linhas de negócio essencial ("CBL"), as operações essenciais ("CO") e, para efeitos do Plano IDI, os serviços essenciais. O Plano de Resolução dos EUA estabelece a estratégia de resolução para cada ME, definidas como as entidades significativas de um CO ou CBL, e demonstra como cada ME, CBL e CO, conforme aplicável, pode ser solucionado de forma rápida e metódica, sem impacto sistémico na estabilidade financeira dos EUA. O Plano de Resolução dos EUA aborda também a estratégia para serviços essenciais contínuos na resolução. Os fatores centrais abordados no Plano de resolução dos EUA incluem a forma de garantir:

— Acesso continuado a serviços de outras entidades legais dos EUA e extra EUA, bem como de terceiros, tais como serviços de pagamento, bolsas e principais fornecedores;
— Disponibilidade de financiamento de fontes externas e internas;
— Retenção de colaboradores essenciais durante a resolução; e
— Encerramento eficiente e coordenado de contratos transfronteiriços.

O Plano de Resolução dos EUA é elaborado em coordenação com os grupos de infraestruturas e empresas dos EUA para refletir com exatidão o negócio, a infraestrutura essencial e as principais interligações.

Avaliação e comunicação de risco

Indicadores de risco

Utilizamos um leque abrangente de metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação e gestão dos riscos. Temos por política avaliar continuamente a adequação e a fiabilidade dos nossos instrumentos e métricas quantitativos à luz do nosso contexto de risco em mutação. Alguns desses instrumentos são comuns a uma série de categorias de risco, enquanto outros são adaptados às características próprias de categorias específicas de risco. Os avançados instrumentos e métricas internos que utilizamos atualmente para medir, gerir e relatar o nosso risco são:

— Equivalente de RWA. Define-secomo o total dos ativos ponderados pelo risco (“RWA”) mais um montante teórico para itens de dedução de capital Common Equity Tier 1 específico afetado se estes forem convertidos em RWA. Os RWA constituem o fator central na determinação da adequação de capital regulamentar do banco, tal como refletido no rácio de capital Common Equity Tier 1.Os equivalentes de RWA são usados para determinar objetivos para o crescimento dos nossos negócios e monitorizados nos nossos sistemas de relatórios de gestão. Regra geral, os RWA são calculados de acordo com o quadro de CRR/CRD IV atualmente em vigor, conforme transposto para a legislação alemã (se necessário) e utilizado no âmbito dos nossos processos de planeamento prospetivo de risco e de capital.
— Perdas esperadas. Utilizamos as perdas esperadas como medida do nosso risco de crédito e operacional. As perdas esperadas são uma medida das perdas que podemos esperar em resultado de incumprimentos relacionados com estes riscos, no período de um ano a partir da respetiva data de relato, com base na nossa experiência anterior em termos de perdas. Ao calcular as perdas esperadas devido ao risco de crédito, levamos em conta notações de risco de crédito, garantias colaterais, maturidades e médias estatísticas, de modo a considerar as características de risco dos nossos diferentes tipos de exposições e instrumentos. Todos os pressupostos relativamente a parâmetros baseiam-se em considerações estatísticas de períodos até nove anos, com base no nosso historial interno de incumprimentos e perdas, bem como em referenciais externos. Utilizamos as perdas esperadas como instrumento inerente ao nosso processo de gestão do risco e como parte dos nossos sistemas de relato de gestão. Também tratamos os resultados aplicáveis dos cálculos de perdas esperadas como uma componente da nossa provisão para perdas de crédito, avaliada coletivamente, incluída nas nossas demonstrações financeiras. Na consideração do risco operacional determinamos as perdas esperadas com base em médias estatísticas do nosso historial interno de perdas, em tendências recentes de risco e em estimativas prospetivas.
— Retorno sobre ativos ponderados pelo risco (RoRWA).Numa época de restrições de capital regulamentar, o RoRWA tornou-se um indicador importante para avaliar a rentabilidade das relações com os nossos clientes, em particular no que se prende com o risco de crédito. O RoRWA é atualmente a principal medida de desempenho e continua a atrair mais atenção do que a medida de rentabilidade anteriormente utilizada, a RARoC, baseada no capital económico.
— Value-at-risk. Utilizamos a abordagem value-at-risk (valor em risco) no cálculo de medidas quantitativas para os riscos de mercado da nossa carteira de negociação em condições de mercado normais e através do valor em risco em situação de esforço num contexto de condições de mercado de esforço. Os nossos respetivos números de valor em risco são importantes para o nosso relato interno e externo (regulamentar).O valor em risco mede as potenciais perdas futuras (em termos de valor do mercado) de determinada carteira que, em condições de mercado normais/em situação de esforço, se espera não sejam excedidas com um nível de confiança definido e num período definido. O valor em risco para o total duma carteira representa a medida do nosso risco de mercado diversificado (agregado, utilizando correlações previamente determinadas) dessa carteira, em condições de mercado normais/em esforço.
— Capital económico. O capital económico mede o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições."Muito graves", neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98 % as perdas inesperadas agregadas no período de um ano. Calculamos o capital económico relativo ao risco de crédito, ao risco de mercado, incluindo o risco de incumprimento em transações, ao risco operacional e ao risco de negócio.

Testes de esforço

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em referências definidas internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais

graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes de esforço internos é de um ano. As nossas metodologias estão sujeitas a escrutínio regular por peritos internos e por entidades reguladoras para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. Além disso, é realizado anualmente um teste de esforço do planeamento de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

A fase inicial dos nossos testes de esforço internos consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela dbResearch, em colaboração com especialistas. A dbResearch monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Recorrendo a indicadores de modelos internos, tal como o RWA, as perdas e o capital económico em situação de esforço são calculados por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como a SNLP, o rácio de CET1 e o rácio de ICA em esforço. Os resultados dos testes de esforço e os cenários subjacentes são revistos em todos os tipos de risco em vários níveis por diretores sénior dos departamento de risco, departamento financeiro e nas unidades de negócio. Após a comparação desses resultados com a nossa apetência pelo risco definida, a direção decide quanto a ações específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento anual de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Em 2014, permanecemos bem capitalizados no âmbito do nosso programa interno de testes de esforço em diversos eventos de tensão graves. Ao escolhermos ações não incluídas no nosso conjunto de medidas de recuperação mantida, poderíamos ter conseguido reduzir os défices naqueles cenários de tensão diretamente. Um teste de esforço inverso é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio por forma a determinar a gravidade de cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Esse teste baseia-se num cenário macroeconómico hipotético ou num evento idiossincrático e tem em consideração impactos graves de riscos significativos nos nossos resultados. Comparando o cenário macroeconómico hipotético que seria necessário para resultar na nossa não viabilidade de acordo com o teste de esforço inverso, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário macroeconómico hipotético é extremamente baixa. Dada a probabilidade extremamente baixa do cenário do teste de esforço inverso, não consideramos que a continuidade do nosso negócio se encontre em risco.

Quadro de testes de esforço do Grupo Deutsche Bank

Relatórios de risco e sistemas de medição

Dispomos de dados e de sistemas centralizados de risco que servem de base a relatórios regulamentares e a divulgações externas, bem como a relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional (incluindo o risco jurídico), risco de negócio, risco de reputação, risco de liquidez, risco do modelo e risco de conformidade (de acordo com os MaRisk).A infraestrutura de risco incorpora as pessoas jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios específicos em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e do departamento de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco. O nosso Conselho de Administração confirma, para efeitos do artigo 435.º do CRR, que os nossos sistemas de gestão do risco são adequados relativamente ao nosso perfil e à nossa estratégia de risco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas às exposições de risco do Grupo são os seguintes:

— O nosso perfil de risco e capital (Risk and Capital Profile) é apresentado mensalmente ao CaR e ao Conselho de Administração e, subsequentemente, enviado para conhecimento do Comité de risco do Conselho de Fiscalização. Inclui uma visão geral da situação corrente em matéria de risco, capital e liquidez do Grupo, integrando informações sobre o capital regulamentar e a adequação do capital económico.
— Uma visão geral da nossa situação em matéria de capital, liquidez e financiamento é apresentada ao CaR pela Gestão de Capital do Grupo e pelo Tesoureiro do Grupo a cada mês. Inclui informações sobre os principais indicadores, incluindo o rácio de capital Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV, bem como uma visão geral da nossa situação de financiamento e de liquidez, os resultados dos testes de esforço da liquidez e medidas de contingência.
— Os resultados dos testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo realizados duas vezes por trimestre e/ou mais regularmente são comunicados e discutidos com o PRC.

Os relatórios acima referidos são complementados por vários outros relatórios de gestão do departamento de risco e do departamento financeiro, padronizados e pontuais, que são apresentados a vários comités sénior responsáveis pela gestão de risco e de capital ao nível do Grupo.

Inventário de risco

No âmbito das nossas atividades de negócio enfrentamos vários riscos, conforme descrito a seguir. O risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional requerem capital regulamentar. No âmbito do nosso processo de avaliação da adequação de capital interno, calculamos o montante de capital económico do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de negócio para cobrir os riscos gerados pelas nossas atividades de negócio, considerando os efeitos de diversificação nesses tipos de riscos. Além disso, os nossos requisitos de fundos próprios económicos cobrem implicitamente riscos adicionais como; por exemplo, o risco de reputação e o risco de refinanciamento, para os quais não existem quaisquer modelos de capital económico específicos. O risco de liquidez fica excluído do cálculo do capital económico uma vez que é coberto separadamente. O inventário de risco é atualizado regularmente, no mínimo uma vez por ano, ou, se necessário, noutras ocasiões, utilizando um processo de identificação dos riscos e de avaliação da importância em conformidade com os MaRisk. Em 2014, o risco de reputação, o risco de conformidade e o risco do modelo foram avaliados como significativos.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos atuais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como "contrapartes"), incluindo os créditos que pretendemos distribuir (consultar a secção Risco de crédito para mais informações).Estas transações, regra geral, fazem parte das nossas atividades tradicionais de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes), obrigações negociadas e títulos de dívida disponíveis para venda ou da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC, contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro).Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Distinguimos três tipos de risco de crédito:

— O risco de incumprimento (de uma contraparte), o elemento mais significativo do risco de crédito, é o risco de que as contrapartes não cumpram as obrigações contratuais relacionadas com os créditos anteriormente descritos;
— O risco de liquidação é o risco de que a liquidação ou compensação de uma transação não seja bem-sucedida. Surge sempre que a troca de dinheiro, valores mobiliários e/ou outros ativos não é simultânea, deixando-nos expostos a perdas potenciais em caso de incumprimento da contraparte; e
— O risco de país é o risco de que possamos ser expostos a um risco de incumprimento ou de liquidação inesperado e às subsequentes perdas, num dado país, devido a uma série de eventos macroeconómicos ou sociais que afetem sobretudo as contrapartes desse território, por uma das seguintes razões: uma deterioração significativa das condições económicas, agitação política e social, nacionalização e expropriação de bens, repúdio de endividamento por parte do governo ou depreciação ou desvalorização cambial disruptiva. O risco de país inclui também o risco de transferência que surge nos casos em que os devedores não conseguem cumprir as suas obrigações por não poder transferir ativos para não residentes em resultado de uma intervenção soberana direta.

Risco de Mercado

O risco de mercado decorre da incerteza relacionada com alterações dos preços e taxas do mercado (incluindo taxas de juro, cotações das ações, taxas de câmbio e preços das matérias-primas), as correlações entre eles e os respetivos níveis de volatilidade. Fazemos a distinção entre três tipos diferentes de risco de mercado:

— O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado da divisão Corporate Banking & Securities (CB&S).Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
— O risco de incumprimento em transações decorrente de incumprimentos e de variações na notação de crédito relacionados com instrumentos de negociação.
— O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

Risco Operacional

Risco operacional significa o risco de perdas resultante da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos.

Risco de negócio

O risco de negócio descreve o risco que assumimos devido a potenciais alterações nas condições gerais do ambiente de negócios, tais como o nosso contexto de mercado, o comportamento dos clientes e o progresso tecnológico. Tal pode afetar os nossos resultados se não formos capazes de nos adaptar rapidamente a essas novas condições. O risco de negócio é composto pelo risco estratégico, pelo risco fiscal e pelo risco de refinanciamento, dos quais apenas o risco estratégico é avaliado como significativo.

Risco reputacional

No âmbito dos nossos processos de gestão do risco, definimos o risco reputacional como o risco de que a publicidade relativa a uma transação, uma contraparte ou uma prática comercial envolvendo um cliente tenha um impacto negativo na confiança do público na nossa organização.

Risco do modelo

O risco do modelo é o risco de eventuais consequências adversas de decisões baseadas em modelos que sejam inapropriados, incorretos ou mal utilizados. Neste contexto, modelo define-se como um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

Risco de conformidade

O risco de conformidade (MaRisk; ou seja, os requisitos mínimos para a gestão do risco) é definido como o risco atual ou potencial de lucros e capital decorrente da violação ou do incumprimento de legislações, normas, regulamentos, acordos, práticas prescritas ou padrões éticos e pode resultar em coimas, danos e/ou anulação de contratos, podendo ter um impacto negativo na reputação de uma instituição.

Risco especificamente relacionado com seguros

A nossa exposição ao risco de seguro está associada à Abbey Life Assurance Company Limited e às obrigações dos nossos planos de pensões com benefício definido. Existe ainda algum risco relacionado com seguros no negócio de Mercados de risco de pensões e seguros (Pensions and Insurance Risk Markets).O nosso quadro de gestão do risco considera os riscos relacionados com seguros principalmente como risco de mercado não relacionado com a negociação, o qual foi classificado como risco significativo. Monitorizamos regularmente os pressupostos subjacentes ao cálculo desses riscos e propomos medidas que reduzam esses riscos, como resseguros, sempre que se afigura necessário. Estamos principalmente expostos aos seguintes riscos relacionados com seguros:

— Risco de longevidade: risco de melhorias mais rápidas ou mais lentas do que o esperado na expectativa de vida dos produtos de anuidade imediata e diferida;
— Riscos de mortalidade e de morbilidade: riscos dum número de reclamações de indemnização por morte ou deficiência maior ou menor do que o esperado relativamente a produtos de seguros e de ocorrência duma ou mais reclamações de indemnizações de grande dimensão;
— Risco de despesas: risco de que a administração das apólices seja mais ou menos onerosa do que o esperado; e
— Risco de persistência: risco duma percentagem de apólices expiradas superior ou inferior ao esperado.

Na medida em que o ocorrido seja menos favorável do que os pressupostos subjacentes, ou que seja necessário aumentar provisões devido a suposições mais onerosas, o montante de capital necessário no âmbito das entidades de seguro pode aumentar.

Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de outra natureza), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações interriscos).Podem ocorrer no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos,A gestão de concentrações está integrada na gestão de tipos de risco individuais e é monitorizada regularmente. O principal objetivo é evitar concentrações indevidas na carteira, mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa que inclui as seguintes componentes:

— As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas áreas de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e de outros riscos).A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com o tipo de risco, servem de base a essa atividade.
— As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2014 foi o Comité de Risco da Carteira (PRC), que é um subcomité do Comité de Capital e Risco (Capital and Risk Committee - CaR) e o Comité Executivo de Risco (Risk ExCo).

Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem da diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco estratégico no cálculo do capital económico. Na medida em

que as correlações entre esses tipos de risco sejam inferiores a 1,0, ocorre uma vantagem da diversificação do tipo de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

Quadro de gestão do risco – Riscos significativos

Os quadros de gestão do risco do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de liquidez são descritos nas secções "Risco de crédito", "Risco de mercado relacionado com a negociação", "Risco de mercado não relacionado com a negociação", "Risco operacional" e "Risco de liquidez".As abordagens de gestão do risco para outros riscos significativos são descritas nesta secção, conforme indicado a seguir:

Risco estratégico

O risco estratégico representa o risco de enfrentar perdas operacionais inesperadas (ou seja, resultados negativos) durante o período abrangido pelo modelo devido a uma diminuição nos proveitos operacionais que não podem ser compensados por reduções de custos. O risco estratégico abrange apenas a volatilidade dos proveitos ou dos custos, a qual não é atribuível a tomadas de posição (risco de mercado), perdas de crédito (risco de crédito) e eventos operacionais (risco operacional), dado que esses elementos já estão expressamente abrangidos nos respetivos tipos de riscos. Temos por objetivo reduzir o risco estratégico no âmbito das nossas unidades de negócio através da diversificação da carteira concebida para reduzir a dependência de mercados e produtos individuais ou de um pequeno conjunto destes, inovações de produtos e controlo estrito da execução do nosso plano estratégico e de capital, bem como garantir a flexibilidade da base de custo, ou seja, através de *outsourcing*.

Risco reputacional

O nosso risco reputacional rege-se pelo Programa de gestão do risco reputacional (Programa RRM).O Programa RRM foi criado com o objetivo de disponibilizar normas consistentes para a identificação, envio para consideração superior e resolução de questões relacionadas com o risco reputacional, decorrentes de transações com clientes ou de diferentes atividades. A principal responsabilidade pela identificação, envio para consideração superior e resolução de problemas de risco de reputação é das divisões. Cada colaborador tem a obrigação, no âmbito das suas funções, de analisar e avaliar cada transação iminente ou prevista em termos de possíveis fatores de risco, com o intuito de minimizar os riscos reputacionais. Quando um potencial risco reputacional é identificado, exige-se que seja enviado para consideração superior dum nível suficientemente elevado dentro da respetiva divisão de negócio. Se subsistirem dúvidas, a questão deve ser novamente enviada para consideração superior e discussão entre os membros sénior dos grupos de negócio e controlo relevantes (Business and Control Groups).As questões relacionadas com risco reputacional não tratadas conclusiva e satisfatoriamente nessas discussões informais devem então ser novamente encaminhadas para consideração superior e novamente analisadas através do processo de encaminhamento de risco reputacional definido, para decisão final.

O Comité de Risco de Reputação do Grupo ("GRRC") analisa e elabora decisões definitivas sobre todas as questões de risco de reputação e de aceitação de novos clientes, nos casos em que o encaminhamento para consideração superior de tais questões é considerado necessário por responsáveis seniores de Negócios e de gestão regional ou prescrito pelas políticas e procedimentos do Grupo. Ao longo de 2014, o GRRC foi um subcomité do Risk ExCo; porém, foi desde então transformado num subcomité do Conselho de Administração, com efeitos em fevereiro de 2015.

Risco do modelo

A nova função de risco do modelo foi criada em 2014, agregando todas as principais atividades de gestão do risco do modelo do banco numa função independente:

— A validação do modelo fornece uma validação independente dos aspetos metodológicos dos modelos. Os principais objetivos da validação do modelo são verificar que o desempenho dos modelos é o esperado, de acordo com os respetivos objetivos de conceção e as respetivas utilizações comerciais, e procurar garantir que os modelos são sólidos em termos lógicos e conceptuais, bem como avaliar a adequação e a precisão da metodologia de implementação;

— A governação do risco do modelo apoia a criação de um quadro de gestão do risco do modelo invertido, o qual inclui a definição de padrões comuns para o desenvolvimento, a utilização e a validação do modelo; a identificação e a correção de problemas e inconsistências na criação do modelo; e a manutenção de um inventário de modelos em todo o banco; e
— Os principais fóruns de direção para fazer face ao risco do modelo são o Comité de Gestão do Risco do Modelo do Grupo ("GMRMC") e o Comité de Gestão do Risco do Modelo de Preços ("PMRMC").Ambos são subcomités do CaR e do Risk ExCo e agem em nome do Conselho de Administração. O PMRMC é responsável pela gestão e pela supervisão do risco do modelo a partir de modelos de avaliação (modelos de *front office* utilizados para a formação das cotações oficiais e para a gestão do risco das posições de negociação).O GMRMC é responsável pela gestão e pela supervisão do risco do modelo a partir de modelos de risco e de capital.

Risco de conformidade

A função de conformidade gere este risco do seguinte modo:

— Identificando as normas e os regulamentos materiais em que o incumprimento poderia colocar em perigo os ativos do Banco (com o apoio das divisões, das funções de infraestrutura ou da gestão regional do banco);
— Aconselhando e apoiando o Conselho de Administração no que diz respeito à adesão às normas e aos regulamentos materiais, bem como implementando procedimentos eficazes para cumprimento das normas e dos regulamentos materiais aplicáveis e configurando os controlos correspondentes;
— Monitorizando a cobertura de normas e regulamentos materiais novos ou alterados pelas nossas divisões, funções de infraestrutura ou gestão regional, incluindo potenciais planos de implementação para controlos adequados. Não é expressamente solicitada à função de conformidade a execução dos seus próprios programas de monitorização; porém, tem o direito de exercício de atividades de monitorização;
— Avaliando a cobertura de todas as normas e regulamentos materiais existentes pelas divisões, pelas funções de infraestrutura ou pela gestão regional do banco e a existência de um contexto de controlo correspondente; e
— Comunicando ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, numa base anual e numa base ad hoc.

Risco de crédito

Medimos e gerimos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

— A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
— Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
— Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
— Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito direcional a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
— Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
— Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor duma forma global que se aplica em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.

— Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio de um devedor", sob o qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (isto é, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidadas sob um grupo.
— Criámos equipas especializadas – consoante o caso – no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados. A cobertura de crédito para os ativos transferidos para a NCOU utiliza os conhecimentos especializados da nossa organização de crédito principal.
— As nossas atividades relacionadas com a concessão de crédito regem-se pelos nossos Princípios de gestão do risco de crédito. Estes princípios definem a nossa filosofia de risco geral em matéria de risco de crédito e os nossos métodos para gerir este risco. Os princípios definem os requisitos organizacionais fundamentais, as funções e responsabilidades, bem como os princípios processuais para a gestão do risco de crédito, sendo aplicáveis a todas as nossas atividades relacionadas com a concessão de crédito.

Notações de risco de crédito

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação da apetência pelo risco, bem como para a decisão de crédito e os preços de transação. A cada mutuário deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua de contrapartes promove a atualização das notações de crédito. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela dbResearch.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes. A escala anterior de notações de crédito com 26 níveis foi substituída por uma escala de notações de crédito com 21 níveis, combinando sete classes predefinidas em duas. Ambas incluem uma exposição provisionada ou uma exposição não provisionada (por exemplo, devido às garantias).Esta alteração da metodologia não causou qualquer impacto nos RWA, EL e EC.

A maioria das nossas metodologias de notação de crédito estão autorizadas pelas regras de Basileia aplicáveis para utilização no âmbito do nosso método IRB avançado. A nossa escala de notação de crédito permite-nos comparar as nossas notações internas com a prática comum do mercado e promove comparabilidade entre diferentes subcarteiras da nossa instituição. Classificamos geralmente as nossas contrapartes individualmente, embora algumas carteiras de valores a receber adquiridos ou titularizados sejam classificadas de forma agregada. As notações de crédito devem estar bem documentadas. Os algoritmos dos procedimentos de notação de todas as contrapartes são recalibrados regularmente com base no historial de incumprimento, bem como considerando outros fatores internos e externos e pareceres especializados.

As notações de crédito para governos centrais e bancos centrais tomam em consideração indicadores económicos, políticos e sociodemográficos; por exemplo, as dinâmicas políticas num país. O modelo inclui os aspetos relevantes abrangidos em matéria de análise empírica do risco de país e de modelos de alerta rápido de crise para obter uma avaliação do risco global.

As notações de crédito para empresas, instituições e PME combinam uma análise quantitativa de informações financeiras com avaliações qualitativas de tendências do setor, posição de mercado e experiência de gestão, entre outros. A análise financeira centra-se especificamente na geração de fluxos de caixa e na capacidade de a contraparte servir a respetiva dívida, igualmente em comparação com os pares. Completamos a análise das informações financeiras através de uma previsão interna do perfil financeiro da contraparte sempre que necessário. No caso dos valores a receber corporativos adquiridos, aplica-se a abordagem de notação corporativa.

As notações de crédito para clientes de PME baseiam-se em subnotações de crédito automatizadas para, por exemplo, os aspetos financeiros e a prática de uma conta bancária. O financiamento especializado é gerido por equipas de gestão do risco de crédito específicas, por exemplo, para transações imobiliárias, transações de financiamento de atividades de construção naval ou transações alavancadas. Na sequência da característica individual das transações de crédito subjacentes, desenvolvemos quadros de pontuações personalizados, consoante o caso, para notações de crédito derivadas.

No âmbito do nosso negócio de retalho, realizamos verificações de qualidade creditícia e de classificações da contraparte utilizando geralmente um dispositivo de decisão automatizado. O dispositivo de decisão incorpora aspetos quantitativos (isto é, dados financeiros), aspetos comportamentais, informações de entidades especializadas em crédito (como a SCHUFA, na Alemanha) e dados gerais do cliente. Estes fatores de partida são utilizados pelo dispositivo de decisão para determinar a qualidade creditícia do mutuário e, após a consideração das garantias, a perda esperada. Os procedimentos de notação estabelecidos que implementámos no nosso negócio de retalho baseiam-se em métodos estatísticos multivariados.

Utilizam-se para apoiar as nossas decisões de crédito individuais no que diz respeito à carteira de retalho, bem como para monitorizar continuamente a mesma de modo automatizado. No caso de serem identificados riscos elevados como parte deste processo de monitorização ou de serem aplicáveis novos requisitos regulamentares, as notações de crédito são analisadas individualmente para as contrapartes afetadas.

O risco de crédito resultante da posição de capital é gerido por uma equipa separada no âmbito da Gestão do risco de crédito. Normalmente utilizamos abordagens de notação externas (se disponíveis) ou abordagens de notação normalizadas (como predefinição) para medir a perda esperada das posições de capital.

O Postbank utiliza também sistemas internos de notação de crédito autorizados no âmbito do método IRB básico ou avançado de acordo com o CRR. Todas as notações e pontuações internas se baseiam numa escala matriz uniforme, que associa cada resultado em termos de notação ou pontuação a uma probabilidade de incumprimento determinada para essa classe. A governação do risco está a cargo do comité de uma entidade jurídica e, ao nível do Grupo, da plena integração e representação do Postbank nos comités de risco global do Grupo DB.

Governação das notações de crédito

Todas as nossas metodologias de notação, excluindo o Postbank, têm de ser aprovadas pelo Comité de Metodologia de Capital ("CMC"), um subcomité do Comité de Capital Regulamentar, antes de serem utilizadas para decisões de crédito e cálculo do capital pela primeira vez ou sempre que sofrerem alterações significativas. Poderá ser exigida adicionalmente uma aprovação regulamentar. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao CMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação das metodologias de notação é apresentado ao CMC no início do ano civil, sendo igualmente fornecidas atualizações trimestrais.

No Postbank, a responsabilidade pela implementação de sistemas internos de notação de crédito e pela monitorização da sua eficácia é da sua unidade de análise de risco (Risk Analytics unit), bem como do seu comité de validação, chefiado pelo Diretor de controlo do risco de crédito. Todos os sistemas de notação de crédito estão sujeitos a aprovação do Comité de Risco Bancário do Postbank, chefiado pelo Gestor do Risco. A eficácia dos sistemas de notação e os resultados de notação são comunicados regularmente ao Conselho de Administração do Postbank. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

Medidas de risco de crédito

As principais medidas de risco de crédito aplicadas na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, são limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante a vida de uma operação. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras.

Aprovação e poderes de crédito

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir a sua adequação ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevada ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado, como seja o Comité de subscrição. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Redução do risco de crédito

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

— Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e com força jurídica.
— Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
— Transferências de risco, que transfere a probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).
— Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados, de acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra.

Garantias colaterais detidas como garantia

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento do mutuário ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, geralmente não substitui a necessidade de padrões de subscrição de qualidade elevada.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

— Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que o mutuário é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários.
— Garantias colaterais que complementam a capacidade de o mutuário cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de "correlação desfavorável" (*wrong-way*), em que o risco de contraparte do mutuário é correlacionado

positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito dos mutuários.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs no âmbito das nossas divisões corporativas CB&S e GTB.

Atuando como um referencial de preços, o CPSG fornece aos respetivos negócios das divisões CB&S e GTB uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

— reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
— gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, cobertura de seguros de incumprimento e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a transações de derivados transacionados em bolsa ("futuros e opções") e a transações de derivados transacionados no mercado de balcão ("transações de derivados OTC").A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos, quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os futuros e opções são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC. A Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores ("DFA") introduziu a compensação das CCP obrigatória para certas transações de derivados OTC normalizadas em 2013.O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduzirá a compensação das CCP obrigatória para certas transações de derivados OTC normalizadas, prevendo-se atualmente o respetivo início com determinados derivados de taxas de juro e derivados de crédito no quarto trimestre de 2015.As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica das disposições de compensação com vencimento antecipado dos CPP.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. - ISDA) ou o contrato-tipo alemão

para transações financeiras com derivados).Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de partes do negócio de derivados (ou seja, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores quantitativos para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito,que também incluem a monitorização de potenciais concentrações no âmbito de tipos de garantias colaterais com a ajuda de testes de esforço específicos.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Monitorização e gestão do risco de crédito

A monitorização ativa permanente e a gestão de posições do risco de crédito do Deutsche Bank é uma parte integrante da nossa estrutura de gestão do risco de crédito. O controlo centra-se fundamentalmente nas tendências de qualidade e nas concentrações a nível dos riscos específicos das contrapartes, do setor, dos países e dos produtos para evitar concentrações indevidas de risco de crédito. A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão do risco de contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito específicas por tipos de contraparte (como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes

para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados no processamento de crédito no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Gestão do risco setorial

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. Relativamente a cada uma destas subcarteiras é preparado um "Relatório setorial comparativo", geralmente uma vez por ano. Este relatório destaca a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examina os riscos de concentração, avalia o perfil de risco/retorno e incorpora um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

Os relatórios setoriais comparativos são apresentados ao Comité de Carteiras CRM, um subcomité do Comité Executivo de Risco e são, em seguida, enviados para o Conselho de Administração. Em conformidade com um calendário acordado, um número selecionado de relatórios setoriais comparativos é também enviado para o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. Além destes relatórios setoriais comparativos, a evolução das subcarteiras setoriais é regularmente monitorizada durante o ano e é comparada com as estratégias aprovadas para as subcarteiras. São preparados resumos regulares para que o Comité de Carteiras CRM discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas).Os mercados emergentes são reunidos por regiões, sendo elaborado um relatório setorial comparativo, normalmente anual, para cada região, bem como para os mercados desenvolvidos de risco acrescido. Estes relatórios avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo. Os limites de risco de país são aprovados pelo nosso Conselho de Administração ou pelo Comité de Risco de Carteiras, um subcomité do nosso Comité Executivo de Risco, e pelo Comité de Capital e Risco, em conformidade com os poderes delegados.

O quadro de limites de risco de país cobre todas as principais categorias de risco geridas pelas respetivas divisões da unidade de Risco:

— Risco de Crédito: São definidos limites para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. São definidos limites de risco de transferência separados, como sublimites destes limites de crédito de contraparte, que se aplicam a exposições transfronteiriças do Deutsche Bank.
— Risco de Mercado: São definidos limites para gerir o risco de posição de negociação em mercados emergentes, com base no impacto, para os resultados, de potenciais eventos de stresse nessas posições.

— Risco de tesouraria: As exposições de uma instituição do Deutsche Bank a outra (financiamento, capital ou margem) são sujeitas a limites, dado o risco de transferência inerente a estas posições transfronteiriças.
— Risco de diferenças: Limites definidos para gerir o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. São definidas pela função dbResearch independente do Deutsche Bank e incluem:

— Notação soberana: Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
— Notação de risco de transferência: Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.
— Notação de risco de evento: Uma medida da probabilidade de perturbações graves nos fatores de risco de mercado relacionados com um país (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.).Os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, descritos na secção "Monitorização do risco de mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos anualmente, pelo Comité de análise de risco cruzado, sendo revistas com maior frequência sempre que considerado necessário.

Os limites de risco de país e os limites de risco soberano para todos os países relevantes são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração do Postbank.

Gestão do risco específico de produtos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos e definimos limites seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites específicos por produto, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder conduzir a perdas significativas em determinados casos. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou doutros fatores que afetem determinados produtos de crédito. Os limites específicos por produto podem ser definidos tendo a conta a exposição a determinados setores ou abrangendo a totalidade da carteira de crédito. Introduzimos um quadro uniforme para o estabelecimento e revisão anual dos limites por produto para os nossos negócios de Corporate Banking & Securities e Global Transaction Banking. As exposições são monitorizadas regularmente; são necessárias medidas corretivas no caso de uma utilização que exceda o limite aprovado.

Centramo-nos particularmente nos limites máximos (caps) de subscrição. Estes níveis máximos limitam o risco combinado de transações em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Adicionalmente, nos nossos negócios da PBC, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, em que a análise personalizada dos clientes é secundária, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global baseados na liquidez da garantia subjacente.

Gestão do risco de liquidação

As nossas atividades de negociação podem dar origem a risco no momento da liquidação. O risco de liquidação surge quando o Deutsche Bank troca um valor em numerário ou outros ativos com uma contraparte. O risco de liquidação é o risco de perdas devido à falha de uma contraparte no cumprimento das suas obrigações (de entregar numerário, valores mobiliários ou outros ativos), após liberarmos o pagamento ou entregarmos as suas obrigações (em numerário ou outros ativos) à contraparte.

Reduzimos o risco de liquidação relativamente a muitos tipos de transações, concluindo a transação através de um agente de liquidação que atua efetivamente como parte interessada para ambas as partes, liquidando a transação uma vez que uma e outra parte tenham cumprido as respetivas obrigações contratuais.

Não existindo tal sistema de liquidação, é prática comum entre as partes da transação o início simultâneo das fases de pagamento e de entrega da transação (liquidação livre).Nesses casos, podemos procurar reduzir o nosso risco de liquidação por meio da assinatura de acordos bilaterais de compensação de pagamento. Participamos também em iniciativas coletivas do setor para reduzir os riscos de liquidação. A aceitação do risco de liquidação em transações de liquidação livres requer aprovação dos nossos colaboradores de risco de crédito, na forma de limites de risco de liquidação pré-aprovados ou de aprovações específicas para determinadas transações. Não agregamos limites de risco de liquidação com outras exposições a riscos de crédito para fins de aprovação de crédito, mas temos em conta a exposição total ao considerar se um determinado risco de liquidação é aceitável.

Instrumentos de risco de crédito – Capital económico para risco de crédito

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos de risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,98% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano.

O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a Exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do método dos modelos internos (Internal Models Method – IMM) de Basileia 2.5.O fator alfa é idêntico ao utilizado para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco, estando, porém, sujeito a um limite mínimo inferior de 1,0.Em 31 de dezembro de 2014, o fator alfa estava calibrado para 1,11.Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Exposição ao crédito

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com a negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. Também decorre um risco de incumprimento das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto das contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

31.12.2014

		Aumentos de crédito			
em milhões de euros[1]	Exposição máxima ao risco de crédito[2]	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito3	Total de aumentos de crédito
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	0	7	0	7
Depósitos remunerados em bancos	63.518	0	53	21	74
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17.796	0	16.988	0	16.988
Títulos obtidos por empréstimo	25.834	0	24.700	0	24.700
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[4]	862.035	522.373	163.576	1.102	687.051
Ativos detidos para negociação	125.130	0	3.537	533	4.070
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629.958	519.590	76.512	336	596.439
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	106.947	2.782	83.527	233	86.542
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	60.473	2.415	58.058	0	58.058
Títulos obtidos por empréstimo	20.404	368	19.955	0	19.955
Ativos financeiros disponíveis para venda[4]	62 038	0	938	0	938
Empréstimos[5]	410 825	0	205.376	28.496	233.872
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	85.061	67.009	768	363	68.140
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[6]	62 087	0	6.741	8.723	15.464
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[6]	154 446	0	5.958	8.582	14.540
Exposição máxima ao risco de crédito	1.763.695	589.381	425.106	47.287	1.061.774

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Não inclui crédito derivado nocional vendido (680.699 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido. Os depósitos remunerados em bancos referem-se principalmente a reservas de liquidez.
[3] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.
[4] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[5] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[6] Os números são refletidos nos valores nocionais.

31.12.2013		Aumentos de crédito			
em milhões de euros[1]	Exposição máxima ao risco de crédito[2]	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito3	Total de aumentos de crédito
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	0	0	13	13
Depósitos remunerados em bancos	77.984	0	2	31	34
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.363	0	25.100	0	25.100
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	0	20.055	0	20.055
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[4]	824 458	423.737	196.321	3.892	623.951
Ativos detidos para negociação	145.170	0	2.333	2.660	4.993
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos[5]	504 590	406.616	57.493	274	464.383
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	174.698	17.121	136.495	959	154.575
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	116.764	16.198	100.091	0	116.289
Títulos obtidos por empréstimo	32.485	923	31.017	0	31.941
Ativos financeiros disponíveis para venda[4]	46 413	0	760	110	870
Empréstimos[6]	382 171	0	198.668	29.971	228.640
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	59.030	43.574	1.150	385	45.109
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[7]	65 630	0	7.209	11.513	18.722
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[7,8]	137 202	0	4.538	9.182	13.720
Exposição máxima ao risco de crédito	1.658.275	467.311	453.803	55.097	976.212

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Não inclui crédito derivado nocional vendido (1.035.946 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido. Os depósitos remunerados em bancos referem-se principalmente a reservas de liquidez.
[3] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.
[4] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[5] Os comparativos foram reajustados em 10.591 milhões de euros (compensação) e 9.681 milhões de euros (garantias) incluídos, por erro, numa divulgação anterior.
[6] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[7] Os números são refletidos nos valores nocionais.
[8] Em 2014, os comparativos foram reajustados em 10.542 milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

O aumento global da exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2014 deveu-se predominantemente a um aumento de 125 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos durante o período, bem como a efeitos cambiais em vários produtos, parcialmente compensados por um decréscimo de 73 mil milhões de euros em títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo sob contabilidade pelo justo valor e contabilidade de exercício, conforme referido em várias outras secções do presente relatório. A nossa carteira de empréstimos geral registou um aumento de 29 mil milhões de euros (7%) de 382 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 para 411 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.Os aumentos deveram-se sobretudo a efeitos cambiais, à restruturação de garantias relacionada com o negócio de ETF no âmbito da CB&S e ao crescimento do negócio na CB&S e na Deutsche AWM, parcialmente anulado por reduções na NCOU.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía em 31 de dezembro de 2014 obrigações negociadas no valor de 108 mil milhões de euros (126 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), mais de 80% das quais com notação investment-grade (mais de 86% em 31 de dezembro de 2013).Esta categoria de ativos financeiros disponíveis para venda refletiu principalmente títulos de dívida, mais de 94% dos quais com notação investment-grade (mais de 97% em 31 de dezembro de 2013).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias e derivados de crédito. É adotada uma abordagem prudente às margens de avaliação, o parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e para avaliações especializadas de garantias colaterais, para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus ocidentais e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

Derivamos a nossa qualidade creditícia de notações internas e agrupamos as nossas exposições nas seguintes classes: Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar as secções "Notações de risco de crédito" e "Governação das notações de crédito".

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

						31.12.2014	
em milhões de euros[1]	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
A receber de bancos	17.220	896	1.161	727	48	4	20.055
Depósitos remunerados em bancos	57.175	4.514	1.081	578	28	141	63.518
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	854	13.564	1.553	1.414	332	79	17.796
Títulos obtidos por empréstimo	18.705	5.200	1.114	727	88	0	25.834
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	312.470	385.335	81.930	58.678	16.094	7.529	862.036
Ativos detidos para negociação	58.014	15.973	18.230	21.767	7.061	4.085	125.130
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	208.057	348.179	46.675	20.062	5.120	1.865	629.958
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	46.399	21.183	17.025	16.848	3.914	1.578	106.947
dos quais:	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	17.213	13.820	12.432	14.219	1.529	1.259	60.473
Títulos obtidos por empréstimo	17.110	3.266	20	7	0	0	20.404
Ativos financeiros disponíveis para venda[2,3]	50.810	3.375	1.782	3.958	194	1.719	61.838
Empréstimos[4]	47.554	56.865	112.106	130.438	39.181	10.313	396.458
dos quais: Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	2.109	1.353	1.408	1.051	685	274	6.880
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	13.538	48.714	7.049	13.927	1.105	728	85.061
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[5]	6 281	17.696	20.190	11.640	4.929	1.352	62.087
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[5]	22 938	39.336	40.145	31.492	18.924	1.612	154.446
Total	547.546	575.494	268.110	253.577	80.924	23.477	1.749.129

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[3] Inclui instrumentos vencidos com vista a assegurar a consistência com a secção "Qualidade dos ativos" do presente relatório.
[4] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[5] Os números são refletidos nos valores nocionais.

						31.12.2013	
em milhões de euros[1]	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
A receber de bancos	13.804	1.971	998	311	17	55	17.155
Depósitos remunerados em bancos	71.053	5.078	1.145	391	282	35	77.984
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	3.774	19.949	1.904	1.516	201	19	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	12.783	6.381	1.057	382	267	0	20.870
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	282.000	368.969	69.497	84.517	14.009	5.466	824.458
Ativos detidos para negociação	70.398	17.245	13.902	35.957	4.640	3.028	145.170
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	143.770	303.107	36.452	15.743	3.876	1.642	504.590
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	67.832	48.617	19.144	32.816	5.493	796	174.698
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	29.217	40.922	14.960	28.119	3.095	452	116.764
Títulos obtidos por empréstimo	29.104	3.260	75	37	10	0	32.485
Ativos financeiros disponíveis para venda[2,3]	35.708	5.435	1.788	1.267	876	1.218	46.293
Empréstimos[4]	34.708	53.624	99.941	127.613	40.869	9.581	366.336
dos quais: Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	999	2.894	2.088	962	817	286	8.046
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	7.923	37.446	2.821	9.416	1.140	284	59.030
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[5]	8 318	19.285	20.234	11.604	4.382	1.807	65.630
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[5,6]	19 794	32.452	39.216	28.523	15.857	1.360	137.202
Total	489.864	550.591	238.600	265.540	77.900	19.826	1.642.321

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[3] Os valores do ano anterior foram reajustados em 1,5 mil milhões de euros para incluir instrumentos vencidos com vista a assegurar a consistência com a secção "Qualidade dos ativos" do presente relatório.
[4] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos. Os montantes em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados em alta para empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade em 303 milhões de euros, não considerados, por erro, numa divulgação anterior.
[5] Os números são refletidos nos valores nocionais.
[6] Em 2014, os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

O crescimento global do total de exposição ao crédito de 107 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 deve-se sobretudo a um aumento dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos em categorias de notação investment-grade e, sobretudo, nas categorias superiores iAAA-iAA, bem como nos efeitos cambiais em vários produtos.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

— Os "empréstimos" são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
— Os "compromissos de crédito irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
— Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).
— Os "derivados OTC" são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
— Os "empréstimos negociados" são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
— As "obrigações negociadas" incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
— Os "títulos de dívida disponíveis para venda" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenhamos classificado como disponíveis para venda.
— Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, depósitos remunerados em bancos, caixa e disponibilidades em bancos, ativos detidos para venda e juros acumulados a receberTambém estão excluídas posições de titularização tradicionais e investimentos de capital, que são abordados especificamente nas secções "Titularização" e "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Risco de investimento" e "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Investimentos de capital detidos", respetivamente.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

									31.12.2014
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Corporate Banking & Securities	61.820	119.995	4.865	43.407	14.865	92.272	34.411	112.605	484.239
Private & Business Clients	214.688	11.687	1.735	464	0	2	16.665	8.714	253.955
Global Transaction Banking	77.334	17.121	51.663	595	614	87	184	3.159	150.758
Deutsche Asset & Wealth Management	38.676	4.158	2.681	839	12	7.940	3.403	11	57.719
Non-Core Operations Unit	18.049	954	1.072	1.760	1.163	7.509	4.358	17	34.883
Consolidation & Adjustments	258	530	71	13	0	0	111	0	983
Total	410.825	154.446	62.087	47.078	16.654	107.808	59.132	124.507	982.537

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 9.3 billion em 31 de dezembro de 2014.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2013
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2,3]	Passivos contingentes	Derivados OTC[4]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Corporate Banking & Securities	40.335	102.776	6.716	40.709	14.921	109.864	19.947	176.720	511.988
Private & Business Clients	213.252	13.685	1.595	498	0	1	16.240	15.090	260.362
Global Transaction Banking	72.868	15.931	52.049	500	958	65	171	5.630	148.172
Deutsche Asset & Wealth Management	32.214	3.070	2.795	791	16	9.023	2.946	15	50.869
Non-Core Operations Unit	23.395	1.450	2.416	2.211	1.891	7.203	4.841	15	43.423
Consolidation & Adjustments	106	289	58	7	1	5	97	12	575
Total	382.171	137.202	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.015.390

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 10.1 billion em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A nossa principal exposição ao crédito registou uma redução de 32,9 mil milhões de euros.

— A nível de divisões, foi alcançada uma redução de 27,7 mil milhões de euros pela CB&S, de 8,5 mil milhões de euros pela NCOU e de 6,4 mil milhões de euros pela PBC.
— A nível de produtos, registaram-se fortes reduções da exposição para acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra e para obrigações negociadas. Foram também registadas ligeiras reduções da exposição para passivos contingentes e empréstimos negociados.
— A restruturação de garantias relacionada com o negócio de ETF na CB&S implicou a substituição da nossa exposição a títulos físicos através da celebração de swaps de retorno total integralmente financiados. Consequentemente, os empréstimos da CB&S com exposição a títulos incorporada aumentaram, enquanto a exposição a títulos no âmbito de ativos detidos para negociação diminuiu.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

									31.12.2014
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Bancos e seguros	24.179	23.701	14.368	18.967	4.291	34.856	19.227	110.112	249.700
Atividades de gestão de fundos	12.145	6.670	612	3.065	149	3.051	349	49	26.089
Indústria	25.633	40.483	18.205	2.292	1.604	2.312	204	0	90.732
Comércio grossista e de retalho	15.781	11.975	5.926	1.156	865	839	94	0	36.636
Famílias	197.853	11.203	2.192	739	183	2	0	35	212.207
Atividades imobiliárias comerciais[5]	35.743	3.864	646	2.054	3.129	606	74	576	46.691
Setor público	16.790	1.696	231	7.416	446	55.181	34.846	615	117.220
Outros	82.700[6]	54.855	19.908	11.389	5.989	10.963	4.339	13.119	203.262
Total	410.825	154.446	62.087	47.078	16.654	107.808	59.132	124.507	982.537

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 9.3 billion em 31 de dezembro de 2014.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[5] As atividades imobiliárias comerciais baseiam-se na classificação do setor da contraparte, independentemente da unidade de negócio a que são atribuídas. As principais unidades de negócio envolvidas são "Imóveis comerciais" (17,2 mil milhões de euros) e "PBC Mortgages" (11,2 mil milhões de euros).
[6] As exposições a empréstimos de Outros incluem o financiamento de *leasing*.

									31.12.2013
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2,3]	Passivos contingentes	Derivados OTC[4]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Bancos e seguros	25.100	21.234	15.289	22.243	5.389	34.427	14.212	195.273	333.166
Atividades de gestão de fundos	10.029	4.756	1.255	3.326	421	4.771	235	20	24.814
Indústria	21.406	33.120	18.767	1.077	1.301	2.999	314	0	78.983
Comércio grossista e de retalho	13.965	11.850	5.610	904	936	811	128	0	34.205
Famílias	193.515	10.839	2.645	665	611	1	0	59	208.336
Atividades imobiliárias comerciais[6]	34.259	2.808	831	661	2.047	1.140	88	136	41.969
Setor público	16.228	1.931	135	4.299	592	64.286	26.101	681	114.253
Outros	67.668[7]	50.664	21.099	11.541	6.488	17.726	3.166	1.313	179.663
Total	382.171	137.202	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.015.390

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 10.1 billion em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.
[6] As atividades imobiliárias comerciais baseiam-se na classificação do setor da contraparte, independentemente da unidade de negócio a que são atribuídas. As principais unidades de negócio envolvidas são "PBC Mortgages" e "Imóveis comerciais".
[7] As exposições a empréstimos de Outros incluem o financiamento de *leasing*.

A tabela seguinte fornece uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte com quem temos relações comerciais.

Do ponto de vista setorial, a nossa exposição ao crédito é inferior ao ano passado, sobretudo devido a uma diminuição em bancos e seguros de 83,5 mil milhões de euros, motivada por um decréscimo dos acordos de

recompra e operações tipo acordos de recompra, parcialmente compensada por aumentos, especialmente na categoria Outros de 23,6 mil milhões de euros.

O aumento da exposição a empréstimos na categoria Outros é motivado principalmente por uma restruturação de garantias relacionada com o negócio de ETF no âmbito da CB&S. Isto deve-se à substituição da nossa exposição a títulos físicos através da celebração de swaps de retorno total integralmente financiados, tendo como consequência uma diminuição correspondente da exposição a títulos no âmbito de ativos detidos para negociação.

As exposições a empréstimos nos setores de atividade bancos e seguros, indústria transformadora e setor público incluem predominantemente empréstimos com notação investment-grade. A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicação, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição a empréstimos a famílias no valor de 198 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 (194 mil milhões de euros em dezembro de 2013) está principalmente associada à nossa carteira da PBC. As hipotecas correspondem a 153 mil milhões de euros (77%) da carteira, dos quais 119 mil milhões de euros são detidos na Alemanha. As restantes exposições (45 mil milhões de euros, 23%) estão predominantemente relacionadas com a área de negócio de financiamento ao consumo. Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste principalmente no financiamento de imóveis de uso próprio pelo proprietário vendidos através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha, Itália e Polónia, com exposição que normalmente não excede o valor do imóvel. O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido da família).As taxas de juro são, na sua maioria, fixadas por um certo período de tempo, especialmente na Alemanha. Os empréstimos de second lien não são ativamente explorados.

O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. O risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. Uma vez que não dispõem de garantias colaterais, em comparação com as hipotecas são de valor inferior e estendem-se por períodos mais curtos. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição, na carteira diversificada (clientes/propriedades) e nos baixos rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (loan-to-value, LTV), a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco e a de financiamento ao consumo como sendo de médio risco.

Os nossos créditos imobiliários comerciais são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente e seguem os requisitos de subscrição de crédito previstos nos “Princípios de gestão do risco de crédito” acima referidos (isto é, notação seguida de aprovação de crédito com base em poderes de crédito atribuídos) e estão sujeitos a orientações adicionais em matéria de subscrição e de política, tais como rácios LTV geralmente inferiores a 75%.Além disso, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos pela nossa equipa de avaliação (que integra a Função de gestão do risco de crédito, independente).A nossa equipa de avaliação é responsável por analisar regularmente de forma crítica os valores imobiliários relatados.

Excluindo exposições transferidas para a NCOU, o grupo de imóveis comerciais só em casos excecionais retém exposições intermédias (mezzanine) (apesar de subscrevermos empréstimos mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior, embora a carteira do Postbank detenha uma subcarteira não significativa de tranches júnior. Os empréstimos gerados por operações de titularização são cuidadosamente monitorizados no âmbito de um limite global. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira, que é detida ao custo amortizado, está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto (geralmente *investment-grade*).Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são adquiridos a outras instituições financeiras geralmente com descontos substanciais nos valores nocionais e nos valores das garantias atuais. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A categoria Outros empréstimos, com exposição de 83 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 (68 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), diz respeito a vários setores de atividade menores, nenhum dos quais com mais de 5 % do total de empréstimos.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 7 % da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 10 % em 31 de dezembro de 2013.As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
									31.12.2014
Alemanha	202.658	26.176	14.356	3.250	1.206	6.679	16.339	13.533	284.198
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	94.386	36.781	18.984	18.190	3.295	21.516	33.683	23.935	250.771
dos quais:									
França	2.674	6.053	2.434	936	423	3.684	5.346	3.656	25.207
Luxemburgo	14.156	3.835	754	1.766	552	2.028	6.240	190	29.522
Países Baixos	10.630	5.548	2.548	5.257	436	2.726	7.751	348	35.244
Reino Unido	7.878	9.118	1.911	1.058	586	4.530	5.141	13.607	43.828
Europa Oriental	10.524	1.755	2.136	927	1.542	2.494	561	243	20.183
dos quais:									
Polónia	7.055	651	315	74	0	1.353	64	0	9.511
Rússia	2.068	524	693	205	1.081	238	0	39	4.848
América do Norte	55.540	83.400	14.291	14.338	7.531	52.898	5.736	71.306	305.040
dos quais:									
Canadá	880	2.237	932	1.087	240	1.309	278	1.325	8.287
Ilhas Caimão	2.571	1.982	61	542	322	2.256	124	12.660	20.519
EUA	45.899	77.960	12.881	12.614	6.725	48.669	5.323	56.630	266.702
América Central e América do Sul	5.071	777	1.445	1.350	604	2.936	24	1.151	13.358
dos quais:									
Brasil	1.787	210	781	241	175	1.558	0	656	5.409
México	363	90	51	447	199	450	19	301	1.919
Ásia e Pacífico	40.081	4.774	10.062	8.643	2.226	20.677	2.467	13.818	102.747
dos quais:									
China	9.372	331	950	523	180	1.698	0	1.320	14.373
Japão	866	489	397	3.398	173	2.371	90	4.250	12.032
Coreia do Sul	2.069	11	1.095	591	0	842	0	342	4.949
África	1.924	627	805	351	124	541	49	520	4.941
Outros	640	156	7	29	126	67	273	0	1.297
Total	410.825	154.446	62.087	47.078	16.654	107.808	59.132	124.507	982.537

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 9.3 billion em 31 de dezembro de 2014.

[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2013
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2,3]	Passivos contingentes	Derivados OTC[4]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[5]	Total
Alemanha	200.106	24.099	14.572	2.413	1.451	12.608	10.961	16.444	282.655
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	86.846	37.457	19.991	17.056	5.179	31.296	26.309	58.843	282.978
dos quais:									
França	2.675	7.815	2.014	1.273	672	6.585	3.691	11.811	36.536
Luxemburgo	5.566	2.186	622	1.735	1.362	3.892	3.976	572	19.912
Países Baixos	12.163	6.446	3.179	3.099	863	4.111	6.382	429	36.674
Reino Unido	8.719	8.414	1.817	3.834	942	6.421	5.018	31.403	66.567
Europa Oriental	9.773	1.573	2.173	844	2.177	2.532	390	529	19.991
dos quais:									
Polónia	6.862	761	215	59	38	867	259	–	9.061
Rússia	1.752	463	753	74	1.822	600	–	357	5.822
América do Norte	42.748	67.833	17.212	14.404	6.111	52.298	4.041	92.099	296.745
dos quais:									
Canadá	572	2.286	1.571	648	499	2.132	165	798	8.672
Ilhas Caimão	2.294	1.725	486	1.118	313	1.909	154	25.633	33.632
EUA	35.019	63.067	14.680	12.308	5.113	47.710	3.716	64.532	246.146
América Central e América do Sul	4.539	745	1.338	701	364	3.016	129	1.310	12.143
dos quais:									
Brasil	1.413	249	712	120	162	1.638	17	349	4.660
México	271	122	34	218	163	279	74	321	1.483
Ásia e Pacífico	36.151	4.782	9.392	9.081	2.341	23.740	2.286	28.043	115.817
dos quais:									
China	8.894	432	788	623	69	1.183	–	2.123	14.113
Japão	848	408	396	3.920	405	5.112	884	16.065	28.038
Coreia do Sul	2.150	7	930	515	22	977	65	337	5.004
África	1.879	668	932	191	111	552	–	214	4.546
Outros	130	44	19	25	52	118	126	–	515
Total	382.171	137.202	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.015.390

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[5] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A tabela supra confere uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consultar também a secção "Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro" deste relatório para uma discussão detalhada da "perspetiva por país de domicílio".

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em Famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito do negócio de derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa Ocidental (excluindo Alemanha) e na América do Norte. Do ponto de vista da indústria, as exposições de derivados OTC, ativos negociáveis, bem como acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra têm uma parcela significativa em bancos e companhias de seguros com elevada notação. Em ativos negociáveis, uma grande percentagem de exposição também em empresas do setor público.

Em 31 de dezembro de 2014, a nossa carteira de empréstimos aumentou para 411 mil milhões de euros (versus 382 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013) principalmente na América do Norte e Europa Ocidental (excluindo a Alemanha) com outros, famílias e indústria transformadora a registar os maiores aumentos. O aumento em empréstimos no Luxemburgo deve-se à reestruturação de garantias relacionadas com ETF na CB&S, que envolveu a substituição da nossa exposição a títulos físicos participando em swaps de retorno total integralmente financiados. O decréscimo em acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra (73 mil milhões de euros) foi registado principalmente em posições junto de bancos e seguradoras na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha) e na América do Norte, aliado a um aumento em compromissos de crédito irrevogáveis (17 mil milhões de euros) principalmente na América do Norte. A exposição a risco de crédito da Rússia diminuiu 1 milhar de milhão de euros para 5 mil milhões de euros no seguimento de uma

diminuição do risco bem-sucedida e está focada em empresas nos setores da indústria estratégicos. A exposição a risco de crédito da Ucrânia é relativamente pequena, com 370 milhões de euros.

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Nas tabelas seguintes são apresentados determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano. Este risco acrescido deve-se a uma série de fatores que afetam a entidade soberana associada, incluindo elevados níveis de dívida pública e/ou défice, acesso limitado aos mercados de capitais, proximidade da data de vencimento da dívida, indicadores económicos desfavoráveis e perspetivas económicas desfavoráveis (incluindo reduzido crescimento do produto interno bruto, competitividade fraca, desemprego elevado e incerteza política).Os indicadores fundamentais melhoraram em certa medida, verificando-se uma estabilização das perspetivas de crescimento destas economias, uma melhoria da competitividade e uma redução dos desequilíbrios externos (isto é, dos défices da balança de transações correntes).O processo de ajustamento foi apoiado pelo programa Outright Monetary Transactions (OMT) do BCE e pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que proporcionaram uma proteção credível (ainda que não testada).Apesar de um parecer recente do Advogado-Geral ter indicado que o programa OMT deve ser válido ao abrigo da legislação europeia, não se prevê que o Tribunal de Justiça da União Europeia emita uma decisão final antes do verão de 2015.O recentemente anunciado programa de menor restritividade quantitativa (QE) irá ajudar também a diminuir os custos de financiamento na área do euro. A eficácia destas medidas até agora limitou o contágio para outros mercados obrigacionistas da área do euro. Isto ocorreu apesar da crescente incerteza sobre o futuro do programa da Grécia após a vitória do Syriza nas eleições de janeiro de 2015.

Na apresentação da nossa exposição a determinados países da área do euro, aplicamos os dois conceitos seguintes:

— Na nossa "perspetiva de gestão do risco", consideramos o domicílio da empresa-mãe do Grupo, refletindo assim o princípio do devedor único. Todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidadas sob um devedor. Este grupo de mutuários é habitualmente afetado ao país de domicílio da respetiva empresa-mãe. Por exemplo, um empréstimo concedido a uma contraparte em Espanha é um risco espanhol por via do domicílio mas é considerado um risco alemão na perspetiva de gestão do risco se a respetiva contraparte estiver ligada a uma empresa-mãe domiciliada na Alemanha por virtude do referido princípio do devedor único. Nesta perspetiva de gestão do risco, também consideramos a compensação de derivados e as exposições presentes líquidas de coberturas e de garantias. As avaliações das garantias seguem a mesma abordagem e princípios rigorosos descritos em separado. De igual modo, na nossa gestão do risco, classificamos a exposição a entidades com finalidade especial com base no domicílio dos ativos subjacentes, por oposição ao domicílio das entidades de finalidade especial. Os produtos estruturados regem-se ainda por aspetos adicionais. Se, por exemplo, uma nota estruturada for emitida por uma entidade de finalidade especial na Irlanda, será considerada um risco irlandês numa "perspetiva por país de domicílio", mas se os ativos subjacentes que garantem colateralmente a nota estruturada forem créditos hipotecários alemães, a exposição será incluída como risco alemão na "perspetiva de gestão do risco".
— Na nossa "perspetiva por país de domicílio", agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de *swaps* de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

Exposição líquida ao risco de crédito de determinados países da área do euro – Perspetiva de gestão do risco

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Grécia	416	466
Irlanda	750	455
Itália	14.808	15.419
Portugal	1.002	708
Espanha	8.273	9.886
Total	**25.249**	26.935

A exposição líquida ao risco de crédito registou uma descida de 1,7 mil milhões de euros desde o fim de 2013.Isto deveu-se principalmente a diminuições em Espanha e em Itália, na sua maioria de reduções na nossa exposição soberana, parcialmente compensadas por aumentos na Irlanda e em Portugal, que se deveram principalmente a posições de crédito negociadas superiores.

A nossa exposição supramencionada deve-se principalmente a carteiras de retalho diversificadas de baixo risco e a pequenas e médias empresas em Itália e em Espanha, bem como a clientes empresariais mais fortes e à diversificação de clientes de médias empresas. A nossa exposição a instituições financeiras é direcionada predominantemente para bancos de maior dimensão em Espanha e em Itália, normalmente garantida. A exposição soberana está num nível que consideramos administrável, exceto caso se verifique uma propagação de contágio mais generalizada após um evento adverso, como, por exemplo, a saída grega do euro.

As tabelas seguintes, que se baseiam na perspetiva por país de domicílio, apresentam a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda a provisão para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nocionais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados).As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nocionais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retalho		Outros		Total[1]	
em milhões de euros	31 de dezembro, 2014	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2014	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2014	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2014	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2014	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2014	31 de dezembro, 2013
Grécia												
Bruto	100	52	716	605	1.176	1.338	8	9	34	0	2.033	2.004
Não utilizada	0	0	20	18	72	101	3	3	0	0	95	122
Líquido	89	52	107	23	134	214	3	3	34	0	367	291
Irlanda												
Bruto	553	765	1.100	721	8.282	6.177	40	48	2 350[2]	1.958[2]	12.325	9.669
Não utilizada	0	0	48	6	2.257	1.680	1	1	476[2]	358[2]	2.783	2.045
Líquido	(21)	175	524	438	5.154	4.537	5	9	2 350[2]	1.951[2]	8.012	7.110
Itália												
Bruto	4.673	1.900	5.736	5.232	8.512	8.400	19.330	19.650	1.310	648	39.560	35.830
Não utilizada	0	0	952	955	3.064	3.407	199	190	28	2	4.242	4.554
Líquido	244	1.374	3.431	2.500	5.900	6.529	6.768	6.994	1.229	572	17.573	17.969
Portugal												
Bruto	(5)	38	404	257	1.053	1.392	2.023	2.163	205	78	3.680	3.928
Não utilizada	0	0	37	36	122	172	31	28	0	0	191	237
Líquido	(76)	25	357	221	504	849	221	282	205	78	1.210	1.456
Espanha												
Bruto	696	1.473	2.465	3.349	9.345	9.288	10.585	10.721	840	637	23.931	25.468
Não utilizada	0	4	738	662	3.832	3.321	481	521	16	3	5.068	4.510
Líquido	275	1.452	2.084	2.389	6.834	6.436	1.894	2.060	792	502	11.879	12.839
Total bruta	**6.018**	4.228	**10.421**	10.164	**28.368**	26.595	**31.986**	32.591	**4.738**	3.321	**81.530**	76.899
Total – não utilizada	**0**	4	**1.795**	1.677	**9.348**	8.680	**715**	743	**520**	364	**12.378**	11.468
Total líquido[3]	**511**	3.078	**6.504**	5.572	**18.526**	18.566	**8.892**	9.347	**4.609**	3.103	**39.041**	39.666

[1] Cerca de 56 % da exposição total líquida em 31 de dezembro de 2014 alcançará a maturidade nos próximos cinco anos.
[2] Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.
[3] A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 300 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 136 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

A exposição total líquida aos países da área do euro acima selecionados registou um decréscimo de 625 milhões de euros em 2014, devido em larga medida a reduções na exposição à Espanha e à Itália, principalmente relacionadas com títulos soberanos, mas também a clientes de retalho, parcialmente compensada por uma exposição superior a instituições financeiras principalmente em Itália.

Risco de crédito líquido agregado de determinados países da área do euro por tipo de instrumento financeiro

	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado			Ativos financeiros medidos ao justo valor	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados		31.12.2014
em milhões de euros	Empréstimos antes de provisões para perdas de crédito	Empréstimos após provisões para perdas de crédito	Outros[1]	Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	Derivados	Outros	Total[3]
Grécia	201	182	92	0	85	28	387
Irlanda	2.101	2.068	2.707	481	843	1.728	7.827
Itália	10.785	9.775	3.791	672	4.071	3.085	21.393
Portugal	639	588	306	20	36	558	1.507
Espanha	5.622	4.983	3.642	231	510	2.015	11.381
Total	19.348	17.595	10.537	1.404	5.545	7.414	42.496

[1] Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.
[2] Exclui ações e outros interesses de capital.
[3] Depois de provisões para perdas com empréstimos.

	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado			Ativos financeiros medidos ao justo valor	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados		31.12.2013
em milhões de euros	Empréstimos antes de provisões para perdas de crédito	Empréstimos após provisões para perdas de crédito	Outros[1]	Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	Derivados	Outros	Total[3]
Grécia	240	207	15	5	7	69	302
Irlanda	1.342	1.332	2.840	502	800	1.518	6.993
Itália	10.678	9.735	4.143	875	3.559	(176)	18 136
Portugal	686	640	400	34	94	538	1.706
Espanha	6.214	5.460	3.386	1.015	510	1.483	11.853
Total	19.159	17.373	10.784	2.431	4.970	3.432	38.990

[1] Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.
[2] Exclui ações e outros interesses de capital.
[3] Depois de provisões para perdas com empréstimos.

As tabelas acima excluem a exposição a derivados de crédito, que é relatada separadamente na tabela seguinte. Na nossa exposição a derivados de crédito nestes países da área do euro, apresentamos os valores nocionais da proteção vendida e da proteção comprada em termos brutos, bem como a resultante posição nocional líquida e o seu justo valor.

Exposição a derivados de crédito com ativos subjacentes domiciliados em determinados países da área do euro

			Valores nocionais	31.12.2014
em milhões de euros	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção líquida vendida/(comprada)	Justo valor líquido
Grécia	901	(921)	(20)	2
Irlanda	4.344	(4.158)	186	4
Itália	41.433	(45.253)	(3.821)	156
Portugal	5.876	(6.173)	(297)	6
Espanha	18.061	(17.563)	498	10
Total	70.614	(74.068)	(3.454)	177

			Valores nocionais	31.12.2013
em milhões de euros	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção líquida vendida/(comprada)	Justo valor líquido
Grécia	1.260	(1.271)	(11)	(1)
Irlanda	7.438	(7.321)	117	0
Itália	60.203	(60.370)	(167)	100
Portugal	10.183	(10.432)	(250)	7
Espanha	28.452	(27.466)	986	(4)
Total	107.536	(106.860)	675	101

Em sintonia com a prática corrente no setor, utilizamos *swaps* de risco de incumprimento (CDS) como um instrumento importante de gestão do risco de crédito, com o objetivo de evitar uma concentração excessiva na carteira de crédito. Os contratos de *swaps* de risco de incumprimento (CDS) são regidos pela documentação padrão ISDA, que define eventos de ativação que resultam em pagamentos de liquidação. Entre os exemplos desses ativadores incluem-se a falência da entidade de referência, a falha da entidade de referência em cumprir obrigações contratuais (isto é, juros ou reembolso de capital) e a reestruturação da dívida da entidade de referência. Estes ativadores também se aplicam aos contratos de proteção de incumprimento de crédito vendidos. A nossa proteção de *swaps* de risco de incumprimento adquirida que atua como fator de redução do risco, é predominantemente emitida por instituições financeiras com notação elevada regidas por acordos de garantia. Embora nos concentremos claramente em risco líquido, incluindo cobertura/garantia, também analisamos as nossas posições brutas antes da cobertura de qualquer *swap* de risco de incumprimento (CDS), refletindo o risco potencial de um evento de ativação de um *swap* de risco de incumprimento (CDS) não ocorrer como esperado.

As exposições, acima referidas, associadas a estes países são geridas e monitorizadas utilizando o processo de gestão do crédito descrito na secção sobre "Risco de crédito" deste Relatório de Risco, que inclui noções pormenorizadas das contrapartes, a monitorização contínua das contrapartes, bem como a nossa estrutura de gestão do risco de concentração, tal como documentado nas secções sobre "Risco de país" e "Risco setorial" descritas anteriormente. Esta estrutura é complementada por relatórios de gestão regulares, incluindo análises direcionadas das carteiras destes países e iniciativas de redução do risco das carteiras.

Para fins de proteção ao crédito tentamos evitar desfasamentos entre maturidades. No entanto, tal depende da disponibilidade dos instrumentos de cobertura necessários no mercado. Nos casos em que não é possível evitar diferenças de maturidade, estas posições são rigidamente controladas. Levamos em conta as sensibilidades dos instrumentos de cobertura e do ativo subjacente para neutralizar o desfasamento de maturidades.

O nosso quadro de governação destina-se a permitir uma preparação e gestão adequadas de eventos relacionados com a crise do euro em termos de medidas de redução do risco e de contingência operacional que consideramos terem sido eficazes aquando da escalada das tensões em Chipre, com uma estreita cooperação entre as funções de risco, jurídicas, das áreas de negócios e outras funções da infraestrutura para promover respostas operacionais e estratégicas consistentes de todo o Banco.

Em termos globais, gerimos as nossas exposições aos países PIIGS desde as fases iniciais da crise da dívida e estamos convictos que a nossa carteira de crédito está bem posicionada na sequência da tomada de medidas precoces de redução do risco centradas no risco soberano e nas contrapartes mais frágeis.

Exposição a risco de crédito soberanos de determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

	31.12.2014				31.12.2013			
em milhões de euros	Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoriaJusto valor líquido de dívida soberana com referência a CDS[2]	Exposição soberana direta1	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoriaJusto valor líquido de dívida soberana com referência a CDS2
Grécia	100	(11)	89	1	52	0	52	2
Irlanda	(26)	4	(21)	2	61	114	175	0
Itália	4.600	(4.356)	244	133	1.861	(487)	1 374	116
Portugal	(5)	(71)	(76)	2	38	(12)	25	4
Espanha	688	(413)	275	1	1.193	259	1.452	(4)
Total	**5.358**	**(4.848)**	**511**	**139**	3.205	(126)	3 078	118

[1] Inclui dívida classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda e empréstimos ao custo amortizado.
[2] Os valores refletem o justo valor líquido (ou seja, o risco de crédito de contraparte) em relação aos *swaps* de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo.

A redução em exposição soberana líquida ao risco de crédito face ao exercício de 2013 reflete principalmente movimentos de posições de derivados e títulos de dívida para negociação. A exposição soberana líquida para Itália diminuiu desde o exercício de 2013, pois os aumentos em exposição soberana direta resultantes de posições de obrigação curtas reduzidas foram amplamente compensados por posições de cobertura líquidas superiores, principalmente devido à inferior proteção em CDS vendida. A diminuição da nossa exposição soberana direta à Espanha reflete principalmente alterações de exposição em títulos de dívida para negociação. O aumento na Grécia é atribuível principalmente a posições de derivados.

A supramencionada exposição soberana direta incluiu a exposição ao custo amortizado a títulos soberanos, a qual totalizou, em 31 de dezembro de 2014, 1,3 mil milhões de euros dos quais o valor contabilístico dos empréstimos detidos ao custo amortizado concedidos a governos soberanos totalizou 279 milhões de euros para Itália e 580 milhões de euros para Espanha.

Justo valor da exposição ao risco de crédito soberano em determinados países da área do euro, classificado como ativos financeiros ao justo valor através de resultados

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida)[1]	Justo valor total das exposições soberanas	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida)1	Justo valor total das exposições soberanas
Grécia	20	80	100	52	0	52
Irlanda	(22)	0	(22)	67	1	69
Itália	385[2]	3 459	3.844	(1.959)[2]	2.997	1.038
Portugal	(8)	0	(8)	(35)	70	34
Espanha	66	20	86	543	22	565
Total	**441**	**3.559**	**4.000**	(1.332)	3 090	1.757

[1] Inclui o impacto de acordos-tipo de compensação e de garantia colateral.
[2] Posição da dívida soberana longa em Itália predominantemente relacionada com transações estruturadas com correspondente compensação de derivados de crédito.

Exposição ao risco de crédito soberano de determinados países da zona euro classificados como ativos financeiros disponíveis para venda

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Justo valor da dívida soberana	Valor contabilístico original	Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)	Justo valor da dívida soberana	Valor contabilístico original	Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)
Grécia	0	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	0	0	0	0
Itália	77	81	0	97	101	0
Portugal	4	4	0	3	3	0
Espanha	0	0	0	0	0	0
Total	**81**	**85**	**0**	101	105	0

Exposição ao crédito decorrente de empréstimos

As nossas atividades de financiamento estão sujeitas a processos de gestão inicial e contínua do risco de crédito. Para uma visão geral desses processos, consultar a secção "Risco de crédito" deste Relatório de Risco.

Categorias da carteira de crédito separadas por grupos com risco menor, médio e mais elevado

	31.12.2014		31.12.2013 [1]	
em milhões de euros	Total	dos quais: Não essenciais	Total	dos quais: Não essenciais
Grupo de menor risco:				
PBC Mortgages	157.099	6.637	154.444	7.372
Investment-Grade/Não retalho do Postbank	30.604	465	30.751	1.077
GTB	77.334	0	72.868	0
Deutsche AWM	39.298	622	33.147	934
PBC pequenas empresas	17.640	140	16.601	280
Transações com garantia colateral estatal/estruturadas[2]	40	0	33	0
Corporate Investments	33	33	28	28
Subtotal do grupo de menor risco	**322.048**	**7.897**	307.871	9.690
Grupo de risco moderado:				
PBC Financiamento ao consumo	20.188	412	20.204	796
Financiamento de ativos (veículos patrocinados pelo Deutsche Bank)	13.961	2.648	12.728	2.832
Transações estruturadas cobertas com garantias colaterais	21.394	3.422	11.470	3.328
Financiamento de ativos em pipeline[3]	0	0	375	22
Subtotal do grupo de risco moderado	**55.543**	**6.482**	44.778	6.977
Grupo de risco mais elevado:				
Imóveis comerciais[4]	17.406	1.010	15.832	3.410
Financiamento alavancado[5]	4.877	229	4.707	633
Outros[6]	10.951	2.432	8.983	2.504
Subtotal do grupo de risco mais elevado	**33.234**	**3.670**	29.522	6.548
Total da carteira de empréstimos	**410.825**	**18.049**	382.171	23.215

[1] Os valores de anos anteriores não foram reajustados para refletir a estrutura do segmento de negócio em 31 de dezembro de 2014, pois exigiria um esforço desproporcionado.
[2] Empréstimos anulados em larga medida em março de 2013.
[3] Correspondente financiamento de fornecedores em empréstimos vendidos na área de financiamento alavancado no valor de 0 milhões de euros e em imóveis comerciais no valor de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 (353 milhões de euros e 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, respetivamente).
[4] Inclui empréstimos de titularizações CMBS. Os imóveis comerciais baseiam-se na classificação de unidade de negócio, independentemente da classificação da indústria da contraparte. A indústria que mais contribui são as "Atividades imobiliárias comerciais" (13,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014).
[5] Inclui empréstimos geridos pelo CPSG.
[6] Inclui outros empréstimos mais pequenos predominantemente na nossa divisão de negócio CB&S.

A nossa exposição em transações estruturadas cobertas com garantias colaterais aumentou 10 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 face ao exercício anterior. Este aumento foi impulsionado predominantemente pela reestruturação de garantias relacionadas com ETF na CB&S, que resultou na substituição da nossa exposição a títulos físicos através da celebração de swaps de retorno total integralmente financiados.

A maioria das nossas exposições de risco reduzido estão associadas às nossas atividades bancárias retalhistas de clientes privados e empresariais (PBC).78 % da nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2014 encontravam-se na categoria de risco reduzido.

O nosso grupo de risco mais elevado diz respeito principalmente a exposições a imóveis comerciais, que registaram um aumento de 1,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 em comparação com o exercício anterior. A nossa abordagem de gestão do risco de crédito centra-se fortemente e de forma específica nas carteiras que consideramos ser de maior risco. Temos em vigor estratégias de carteira e controlos de crédito relativamente a estas carteiras.

Empréstimos em imparidade e provisão para perdas com empréstimos relativamente ao grupo de empréstimos com risco mais elevado

	31.12.2014				31.12.2013			
		Total		dos quais: Não essenciais		Total		dos quais: Não essenciais
em milhões de euros	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos
Imóveis comerciais	775	321	486	181	1.592	698	1.109	443
Financiamento alavancado	48	69	43	29	119	116	0	1
Outros	355	188	351	158	403	136	372	127
Total	**1.178**	**578**	**880**	**368**	2.114	951	1.481	570

Em 2014, os empréstimos em imparidade, bem como a provisão para perdas com empréstimos, diminuíram 44 % e 39 %, respetivamente, devido a reduções de exposição e reconhecimento de perdas de provisões em imóveis comerciais na NCOU, refletindo, entre outros fatores, alienações e a consolidação de mutuários nos termos da IFRS 10.

Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito em duas grandes categorias: exposição ao crédito ao consumo e exposição ao crédito a empresas.

— A nossa exposição ao crédito ao consumo é composta pelos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo, principalmente na Alemanha, em Itália e em Espanha, os quais incluem empréstimos pessoais, empréstimos hipotecários residenciais e não residenciais, descobertos e empréstimos a clientes empresariais em nome individual e pequenos clientes empresariais dos nossos negócios de banca privada e de retalho.
— A nossa exposição ao crédito a empresas é composta por todas as exposições não definidas como exposições ao crédito ao consumo.

Exposição ao crédito a empresas

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito a empresas por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar as secções "Notações de risco de crédito" e "Governação das notações de crédito".

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2014

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	Empréstimos[2]	Compromissos de crédito irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	Derivados OTC[4]	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0,00–0,04	46.493	22.938	6.281	23.068	50.808	149.589
iA	0,04-0,11	44.799	39.336	17.696	9.469	3.371	114.670
iBBB	0,11-0,5	54.167	40.145	20.190	7.810	1.746	124.057
iBB	0,5-2,27	50.183	31.492	11.640	3.926	3.140	100.380
iB	2,27-10,22	19.359	18.924	4.929	2.253	17	45.482
iCCC e inferior	10,22-100	9.417	1.612	1.352	552	50	12.983
Total		224.418	154.446	62.087	47.078	59.132	547.161

[1] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.
[2] Inclui empréstimos em imparidade principalmente na categoria iCCC e inferior no montante de 5,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.
[3] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	Empréstimos[2]	Compromissos de crédito irrevogáveis[3,4]	Passivos contingentes	Derivados OTC[5]	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0,00–0,04	33.213	19.794	8.318	19.222	35.699	116.246
iA	0,04-0,11	43.193	32.452	19.285	11.934	5.332	112.197
iBBB	0,11-0,5	50.441	39.216	20.234	6.700	1.764	118.354
iBB	0,5-2,27	43.529	28.523	11.604	4.775	920	89.351
iB	2,27-10,22	16.173	15.857	4.382	1.711	443	38.566
iCCC e inferior	10,22-100	11.076	1.360	1.807	374	85	14.702
Total		197.625	137.202	65.630	44.716	44.242	489.416

[1] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.
[2] Inclui empréstimos em imparidade principalmente na categoria iCCC e inferior no montante de 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[4] Os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.
[5] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

A tabela acima apresenta um aumento global na nossa exposição ao crédito a empresas em 2014 de 57,7 mil milhões de euros (11,8 %).O aumento em empréstimos de 26,8 mil milhões de euros deveu-se principalmente à América do Norte e à Ásia, impulsionado pela estratégia de crescimento do banco nesta região. Isto inclui um aumento significativo de 13,3 mil milhões de euros na banda de notação mais forte, impulsionada principalmente pela reestruturação de garantias relacionada com a área de negócio ETF na CB&S. Os títulos de dívida disponíveis para venda aumentaram 14,9 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento de 12 mil milhões de euros em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) detidos na Reserva de liquidez estratégica do Grupo. Estes aumentos resultam da otimização contínua das nossas reservas de liquidez. O aumento em títulos de dívida disponíveis para venda está quase exclusivamente relacionado com a banda de notação superior. A qualidade da exposição ao crédito a empresas antes da redução do risco de crédito manteve-se estável com 71 % das exposições com classificação *investment-grade* face a 31 de dezembro de 2013.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito a empresas e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas seguintes apresentam a evolução da nossa exposição ao crédito a empresas, líquida de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2014 [1]

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	Empréstimos,	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0,00–0,04	33.582	19.407	4.282	15.843	50.808	123.922
iA	0,04-0,11	29.585	36.137	15.268	3.957	3.370	88.318
iBBB	0,11-0,5	28.354	35.807	16.377	6.487	1.746	88.771
iBB	0,5-2,27	24.635	29.634	7.274	2.746	3.140	67.428
iB	2,27-10,22	8.582	17.514	2.865	2.164	17	31.143
iCCC e inferior	10,22-100	4.308	1.451	556	552	50	6.917
Total		129.046	139.950	46.622	31.748	59.131	406.498

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2013 [1]

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	Empréstimos,	Compromissos de crédito irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0,00–0,04	21.474	16.606	5.589	15.901	35.669	95.238
iA	0,04-0,11	28.001	27.946	15.893	8.183	5.332	85.355
iBBB	0,11-0,5	24.302	33.157	15.410	5.878	1.744	80.491
iBB	0,5-2,27	20.835	24.330	6.814	3.694	912	56.584
iB	2,27-10,22	6.257	14.313	2.535	1.536	443	25.084
iCCC e inferior	10,22-100	4.947	1.160	781	362	25	7.274
Total		105.815	117.511	47.022	35.554	44.125	350.027

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.
[3]Os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

A exposição ao crédito a empresas líquida de garantias colaterais ascendeu a 406,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, resultando numa redução do risco de 26 % ou 140,7 mil milhões de euros, em comparação com a exposição bruta ao crédito a empresas. Aqui inclui-se uma redução mais significativa de 42 % para a nossa exposição a empréstimos, que inclui uma redução de 54 % para os empréstimos de *sub-investment-grade* com notações mais baixas e 37 % para empréstimos com*investment-grade* de notações superiores. A redução do risco na banda de notação mais fraca foi de 47 %, uma percentagem significativamente mais elevada do que os 17 % registados na banda de notação mais forte.

A redução do risco de 140,7 mil milhões de euros é dividida em 31 % de garantias e coberturas e em 69 % de outras garantias colaterais.

Redução do risco pelo CPSG relativamente à exposição ao crédito a empresas

O nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nocional das atividades de redução de risco do CPSG aumentou 13 %, de 33,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, para 38,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, devido a um aumento do valor nocional dos empréstimos exigindo cobertura e a um aumento das coberturas utilizadas para gerir o risco de mercado.

No fim do exercício de 2014, o CPSG detinha derivados de crédito com um valor nocional subjacente de 6,8 mil milhões de euros. A posição totalizava 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

O CPSG também reduziu o risco de crédito de 31,4 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos em 31 de dezembro de 2014 através de obrigações sintéticas garantidas colateralmente, suportadas principalmente por garantias financeiras e, em menor medida, por derivados de crédito relativamente aos quais a primeira tranche de perda foi vendida. Esta posição totalizava 23,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

O CPSG optou por utilizar a opção de justo valor nos termos da IAS 39 para relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, desde que os critérios para utilização dessa opção sejam cumpridos. O valor nocional dos empréstimos e compromissos do CPSG registados ao justo valor diminuiu durante o exercício, registando 14,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 face a 25,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.Ao relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, o CPSG tem reduzido significativamente a volatilidade dos resultados resultante da divergência contabilística que existia quando todos os empréstimos e compromissos eram relatados ao custo amortizado e as coberturas de derivados eram relatadas ao justo valor.

Exposição ao crédito ao consumo

A nossa exposição ao crédito ao consumo monitoriza os incumprimentos em crédito ao consumo em termos de empréstimos vencidos há 90 ou mais dias e os custos de crédito líquidos, que são as provisões líquidas anualizadas, debitadas após recuperações.

Exposição ao crédito ao consumo, incumprimentos em crédito ao consumo e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		Vencimento igual ou superior a90 dias em % da exposição total[1]		Custos de crédito líquidos em % da exposição total	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	147.647	145.929	1,15	1,23	0,22	0,23
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	19.980	20.778	3,93	3,81	1,09	1,04
Financiamento hipotecário	127.667	125.151	0,71	0,81	0,08	0,10
Exposição ao crédito ao consumo fora da Alemanha	38.761	38.616	5,35	5,38	0,69	0,76
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	11.913	12.307	11,19	11,34	1,64	1,75
Financiamento hipotecário	26.848	26.309	2,76	2,60	0,26	0,29
Exposição total de crédito ao consumo[2]	**186 408**	184.545	**2,02**	2,10	**0,32**	0,34

[1] Retrospetivo em 31 de dezembro de 2013, o volume vencido a 90 dias ou mais de Exposição de crédito ao consumo - Alemanha do Postbank foi reajustado em 626 milhões de euros (ou 0,43 % da Exposição total de crédito ao consumo na Alemanha), por erro, não incluído na divulgação anterior.
[2] Inclui empréstimos em imparidade no montante de € 4.4 billion em 31 de dezembro de 2014 e de € 4.2 billion em 31 de dezembro de 2013.

O volume da nossa exposição ao crédito ao consumo aumentou do exercício de 2013 para o exercício de 2014 em 1,9 mil milhões de euros (1,0 %), principalmente devido a financiamento hipotecário na Alemanha, que aumentou 2,5 mil milhões de euros; esse volume foi parcialmente compensado pela diminuição da exposição ao financiamento de consumidores e pequenas empresas, impulsionada por uma venda de valores a receber adquiridos no Postbank. Fora da Alemanha, a exposição ao crédito ao consumo na Índia aumentou 298 milhões de euros e na Polónia 209 milhões de euros. A exposição ao crédito em Portugal diminuiu 186 milhões de euros.

O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias da nossa exposição ao crédito ao consumo diminuiu de 2,10 % no exercício de 2013 para 2,02 % no exercício de 2014.O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias no financiamento de consumidores e pequenas empresas na Alemanha aumentou, impulsionado pela diminuição supramencionada do volume total na carteira do Postbank, amplamente compensado pela melhoria no financiamento hipotecário alemão. O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias em financiamento de consumidores e pequenas empresas fora da Alemanha beneficiou de uma venda de empréstimos em incumprimento no terceiro trimestre em Itália, ao passo que o rácio para financiamento hipotecário fora da Alemanha aumentou devido a exposições em mora no Postbank Itália.

O total de custos de crédito líquidos como uma percentagem da nossa exposição ao crédito ao consumo diminuiu de 0,34 % no exercício de 2013 para 0,32 % no exercício de 2014.O ligeiro aumento de custos de crédito líquidos como uma percentagem do financiamento de consumidores e pequenas empresas na Alemanha comparativamente com o ano anterior é impulsionado por um efeito positivo superior de vendas de empréstimos em incumprimento em 2013, que foi amplamente compensado pelo ambiente favorável da área de negócio de hipotecas alemã. A diminuição deste rácio fora da Alemanha comparativamente com o ano anterior é afetada positivamente pela venda de empréstimos em incumprimento supramencionada em Itália no terceiro trimestre de 2014.

Exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)[1]

	31.12.2014	31.12.2013
≤ 50%	68 %	69 %
> 50 ≤ 70%	16 %	16 %
> 70 ≤ 90 %	9 %	9 %
> 90 ≤ 100 %	2 %	2 %
> 100 ≤ 110 %	1 %	1 %
> 110 ≤ 130 %	1 %	1 %
> 130 %	1 %	1 %

[1] Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor correspondente à avaliação do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor de avaliação dos respetivos imóveis. Estes valores são atualizados regularmente. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2014, 68 % da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%.

Exposição a crédito decorrente de derivados

As transações com derivados negociados em bolsa (ou seja, futuros e opções) são regularmente liquidadas através de uma contraparte central, cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços de compensação de contraparte central para transações de derivados OTC ("compensação de derivados OTC"); beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação de contraparte central.

A Lei Dodd-Frank, de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act) introduziu em 2013 uma compensação obrigatória dos derivados OTC no que diz respeito a determinadas transações de derivados OTC padronizadas, prevendo-se que sejam introduzidos, por etapas, a partir de dezembro de 2015, requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu, em 2013, uma série de técnicas de redução do risco para derivados OTC não compensados centralmente e, em 2014, regras relativas ao registo de OTC e de transações de derivados transacionados em bolsa. Prevê-se que a implementação da compensação obrigatória para transações de derivados OTC normalizadas tenha início na segunda metade de 2015, e prevê-se a implementação faseada de requisitos de margens para as transações de derivados OTC não compensados a partir de dezembro de 2015.

Valores nocionais e valores de mercado brutos de transações de derivados

31.12.2014	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	16.193.068	13.319.460	8.081.916	37.594.443	439.519	413.696	25.823
	3.253.648	841.043	714	4.095.406	152	152	(1)
Total relacionadas com taxas de juro	19.446.716	14.160.503	8.082.630	41.689.849	439.671	413.849	25.822
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.783.759	1.307.251	609.549	6.700.559	130.775	134.567	(3.792)
Produtos negociados em bolsa	12.428	103	0	12.531	55	106	(51)
Total relacionadas com câmbios	4.796.187	1.307.354	609.549	6.713.090	130.829	134.673	(3.844)
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	1.203.958	203.328	35.678	1.442.964	27.404	31.949	(4.545)
Produtos negociados em bolsa	499.899	71.213	4.240	575.353	7.406	7.230	176
Total relacionadas com ações/índices	1.703.857	274.542	39.919	2.018.317	34.810	39.179	(4.369)
Derivados de crédito	337.245	935.967	119.549	1.392.760	25.370	23.074	2.296
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	13.708	2.549	7.115	23.371	2.030	1.804	226
	89.656	22.218	66	111.939	605	697	(92)
Total relacionadas com matérias-primas	103.364	24.766	7.181	135.311	2.635	2.501	134
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	34.340	8.945	0	43.285	1.017	1.929	(912)
Produtos negociados em bolsa	9.186	1.037	0	10.223	28	60	(32)
Total Outras	43.526	9.982	0	53.509	1.045	1.989	(944)
Total negócio mercado de balcão	22.566.078	15.777.500	8.853.806	47.197.384	626.115	607.019	19.096
Total negócio em bolsa	3.864.818	935.614	5.021	4.805.453	8.246	8.246	0
Total	26.430.896	16.713.114	8.858.826	52.002.836	634.361	615.265	19.096
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas					49.416		

31.12.2013	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo1	Valor de mercado líquido1
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	13.773.939	16.401.710	10.438.348	40.613.997	333.660	305.152	28.508
	2.770.393	1.568.462	8.838	4.347.694	387	379	8
Total relacionadas com taxas de juro	16.544.331	17.970.173	10.447.186	44.961.690	334.047	305.531	28.517
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.000.994	1.433.173	628.773	6.062.940	96.805	99.182	(2.376)
Produtos negociados em bolsa	27.390	350	0	27.739	42	60	(18)
Total relacionadas com câmbios	4.028.383	1.433.523	628.773	6.090.679	96.848	99.242	(2.394)
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	300.884	237.554	69.688	608.126	26.462	30.534	(4.072)
Produtos negociados em bolsa	443.280	69.573	3.009	515.862	8.435	5.812	2.623
Total relacionadas com ações/índices	744.164	307.127	72.697	1.123.988	34.897	36.346	(1.449)
Derivados de crédito	363.890	1.599.773	148.388	2.112.051	33.461	32.727	735
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	39.179	48.227	5.016	92.422	5.615	6.262	(647)
Produtos negociados em bolsa	149.053	73.469	1.067	223.589	1.993	1.712	280
Total relacionadas com matérias-primas	188.233	121.696	6.083	316.012	7.607	7.974	(367)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	24.935	12.571	35	37.541	1.727	2.183	(455)
Produtos negociados em bolsa	8.896	1.226	0	10.122	14	42	(28)
Total Outras	33.831	13.797	35	47.663	1.741	2.225	(484)
Total negócio mercado de balcão	18.503.821	19.733.008	11.290.248	49.527.077	497.730	476.038	21.692
Total negócio em bolsa	3.399.012	1.713.080	12.914	5.125.006	10.871	8.006	2.866
Total	21.902.833	21.446.088	11.303.162	54.652.083	508.602	484.044	24.557
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas					50.504		

[1] Em 2014, os números apresentados para 2013 foram reajustados em 3 mil milhões de euros (total) incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

A tabela a seguir apresenta uma discriminação dos valores nocionais dos ativos e passivos de derivados OTC com base no canal de compensação.

Valores nocionais de derivados OTC com base no canal de compensação e no tipo de derivado

					31.12.2014 [1]
	Bilateral		Contraparte central		
em milhões de euros	Nominal	em %	Nominal	em %	Total
Relacionadas com taxas de juro	15.829.914	63 %	21.764.529	98 %	37.594.443
Relacionadas com câmbios	6.677.149	27 %	23.410	0 %	6.700.559
Relacionadas com ações/índices	1.442.964	6 %	0	0 %	1.442.964
Derivados de crédito	1.069.035	4 %	323.725	1 %	1.392.760
Relacionadas com matérias-primas	23.352	0 %	19	0 %	23.371
Outros	43.285	0 %	0	0 %	43.285
Total	25.085.700	100 %	22.111.683	100 %	47.197.384

[1] Tendo em conta que a primeira divulgação desta tabela resultou de recomendações do EDTF, não foram incluídas informações relativas ao ano anterior no relatório de 2014.

O valor nocional dos ativos de derivados OTC liquidados através de contrapartes centrais foi de 12,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013.

As duas tabelas seguintes apresentam divulgações específicas relacionadas com o pilar 3.O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.

Valores de mercado positivos ou custos de substituição de transações de derivados (não auditados)

				31.12.2014				31.12.2013
em milhões de euros[1]	Valores de mercado positivos antes de acordos de compensação e de garantias colaterais	Acordos de compensação	Garantias colaterais elegíveis[2]	Valores de mercado positivos depois de acordos de compensação e de garantias colaterais	Valores de mercado positivos antes de acordos de compensação e de garantias colaterais	Acordos de compensação	Garantias colaterais elegíveis 2	Valores de mercado positivos depois de acordos de compensação e de garantias colaterais
Relacionadas com taxas de juro	435.569	366.769	52.638	16.161	327.761	269.903	41.253	16.604
Relacionadas com câmbios	130.528	102.537	18.004	9.988	99.782	79.101	11.203	9.478
Relacionadas com ações/índices	34.810	27.663	3.417	3.730	34.566	23.542	2.590	8.434
Derivados de crédito	25.370	20.587	1.798	2.985	33.216	27.712	1.896	3.609
Relacionadas com matérias-primas	2.635	1.231	949	456	7.536	4.954	657	1.925
Outros	1.045	804	42	199	1.728	1.402	168	158
Total	**629.958**	**519.590**	**76.848**	**33.520**	504.590	406.616	57.767	40.207

[1] Exclui derivados elegíveis para contabilidade de cobertura em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respetivamente, 4,4 mil milhões de euros (4,0 mil milhões) de valores de mercado positivo antes de compensação e de garantias colaterais, ou 566 milhões de euros (493 milhões) de valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais.
[2] Inclui 61,5 mil milhões de garantias colaterais em numerário e 15,3 mil milhões de garantias colaterais não em numerário em 31 de dezembro de 2014; e 47,5 mil milhões de euros de garantias colaterais em numerário e 10,3 mil milhões de garantias colaterais não em numerário em 31 de dezembro de 2013.

A tabela acima apresenta os valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais, que representam apenas 5,3 % do total de valores de mercado positivos em conformidade com as IFRS. Além de contratos-tipo de compensação, celebrámos vários tipos de acordos de garantias colaterais (como anexos de apoio ao crédito [CSA] apensos a contratos-tipo), a maioria dos quais bilaterais.

Volumes nominais da exposição a derivados de crédito (não auditados)

					31.12.2014
	Utilizados para a própria carteira de crédito		Na qualidade de intermediário		
em milhões de euros	Proteção comprada	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção vendida	Total[1]
Swaps de risco de incumprimento – título único	10.067	418	435.814	416.060	862.359
Swaps de risco de incumprimento – título múltiplo	184	100	259.089	258.356	517.729
Swaps de retorno total	160	30	6.748	5.734	12.672
Valor nocional total dos derivados de crédito	10.411	548	701.650	680.151	1.392.760

[1] Inclui *swaps* de risco de incumprimento sobre índices e *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo".

					31.12.2013
	Utilizados para a própria carteira de crédito		Na qualidade de intermediário		
em milhões de euros	Proteção comprada	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção vendida	Total[1]
Swaps de risco de incumprimento – título único	17.102	2.033	592.523	584.072	1.195.730
Swaps de risco de incumprimento – título múltiplo	25.086	15.715	435.078	429.333	905.213
Swaps de retorno total	34	843	6.282	3.950	11.108
Valor nocional total dos derivados de crédito	42.222	18.590	1.033.883	1.017.356	2.112.051

[1] Inclui *swaps* de risco de incumprimento sobre índices e *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo".

As tabelas dividem a exposição entre a parte detida na carteira bancária regulamentar, apresentada sob o título "Utilizados para a própria carteira de crédito", e a parte detida na carteira de negociação regulamentar, referida como "na qualidade de intermediário".O decréscimo registado nos derivados de crédito está relacionado principalmente com as nossas atividades de redução do risco e com menores volumes no mercado de derivados de crédito.

Como os valores de substituição das carteiras de derivados flutuam em função de variações nas taxas de mercado e de alterações nas transações nas carteiras, também estimamos os potenciais custos futuros de substituição das carteiras ao longo da suas vidas ou, no caso de carteiras com garantia colateral, relativamente aos períodos apropriados de dissolução. Medimos a potencial exposição futura por contraste com limites separados. Complementamos a análise de risco futuro potencial com testes de esforço para estimar o impacto imediato de eventos de mercado extremos sobre as nossas exposições (como seja o risco de evento na nossa carteira de mercados emergentes).

A medida de risco futuro potencial que utilizamos é geralmente fornecida por um perfil temporal dos valores de mercado positivos simulados da carteira de derivados de cada contraparte, cuja compensação e garantias colaterais são consideradas. No acompanhamento dos limites empregamos o percentil 95 da distribuição de valores de mercado resultante, internamente designada como exposição potencial futura (EPF).Os perfis médios de exposição gerados pelo mesmo processo de cálculo são utilizados para obter a denominada medida de exposição média esperada (EME), a que recorremos de modo a refletir custos de substituição esperados futuros no âmbito do nosso capital económico de risco de crédito, e para obter a medida de exposição positiva esperada (EPE), que contribui para gerir os nossos requisitos de capital regulamentares. Enquanto a EME e a EPE são geralmente calculadas em relação a um horizonte temporal de um ano, a EPF é medida ao longo de todo o período de uma transação ou compensação, definido para carteiras sem garantias colaterais e através de um período de dissolução adequado para as carteiras com garantias colaterais, respetivamente. Também empregamos o processo de cálculo referido para obter resultados de exposição em situação de esforço para alimentar os testes de esforço da nossa carteira de crédito.

O perfil de EPF de cada contraparte é comparado diariamente com um perfil de limite de EPF definido pelo colaborador de crédito responsável. Os limites de EPF são parte integrante da gestão global de exposição ao crédito de contraparte, na linha de outros tipos de limites. As violações dos limites de EPF em determinado ponto temporal do perfil são assinaladas para tomada de medidas no âmbito do nosso processo de gestão do risco de crédito. A EPF é usada diretamente no cálculo do nível de cliente do capital regulamentar ao abrigo da abordagem baseada em notações internas (IRBA) (método IRB) no âmbito do designado método dos modelos internos (IMM), ao passo que a EME é inserida como equivalente de empréstimo no modelo da carteira de crédito do Grupo, onde é combinada com as restantes exposições a uma contraparte no quadro do respetivo processo de simulação e afetação (ver secção «Monitorização e gestão do risco de crédito»).

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em ações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Ações de negociação	69.831	61.393
Ações não relacionadas com negociação[1]	6.402	5.614
Exposição de capital total	**76.233**	67.008

[1] Inclui fundos de investimentos em ações no valor de 338 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, e de 695 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, a nossa exposição de ações de negociação era composta principalmente por 65,2 mil milhões de euros resultantes de atividades da CB&S e 4,6 mil milhões de euros provenientes de negócio da Deutsche AWM. As ações de negociação globais registaram um aumento homólogo de 8,4 mil milhões de euros, impulsionado por uma maior exposição na CB&S (aumento de 7,5 mil milhões de euros) e na Deutsche AWM (aumento de 0,9 mil milhões de euros).

Para mais informações sobre a nossa exposição de ações de negociação, consulte a secção respetiva "Investimentos de capital detidos" na nossa secção de "Risco de Mercado não Relacionado com a Negociação".

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos ativos dos nossos empréstimos. Todos os empréstimos com informações disponíveis sobre possíveis problemas de crédito dos mutuários que suscitam na direção suspeitas fundadas sobre o cumprimento das suas obrigações contratuais estão incluídos nesta secção.

Visão geral de empréstimos em cumprimento, renegociados, vencidos e em imparidade, por grupos de clientes

	31.12.2014			31.12.2013 [1]		
em milhões de euros	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total
Empréstimos não vencidos, não renegociados nem em imparidade	217.772	177.925	395.697	190.022	175.483	365.506
Empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade	1.307	3.652	4.959	1.293	4.446	5.739
Empréstimos renegociados mas não em imparidade	349	473	821	388	395	783
Empréstimos em imparidade	4.990	4.358	9.348	5.922	4.221	10.143
Total	**224.418**	**186.408**	**410.825**	197.625	184.545	382.171

[1] Os montantes em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados em alta para empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade em 303 milhões de euros, e para empréstimos renegociados mas não em imparidade em 112 milhões de euros, não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

Empréstimos vencidos

Os empréstimos são considerados vencidos quando os pagamentos de capital e/ou juros contratualmente acordados não são pagos pelo mutuário, exceto se esses empréstimos forem adquiridos por via da consolidação. Estes são considerados vencidos, se os pagamentos de capital e/ou juros previstos aquando da consolidação inicial dos empréstimos não forem pagos pelo mutuário na data definida.

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por estado de incumprimento

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013 [1]
Empréstimos em incumprimento há menos de 30 dias	3.223	3.218
Empréstimos em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	534	857
Empréstimos em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	363	363
Empréstimos em incumprimento há 90 ou mais dias	898	1.376
Total	**5.018**	5.813

[1] Os montantes em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados em alta para empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade em 303 milhões de euros, não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por setor

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013 [1]
Bancos e seguros	3	32
Atividades de gestão de fundos	95	4
Indústria	141	131
Comércio grossista e de retalho	159	201
Famílias	3.388	3.906
Atividades imobiliárias comerciais	801	895
Setor público	3	6
Outros	429	640
Total	**5.018**	5.813

[1] Os montantes em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados em alta para empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade em 303 milhões de euros, não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

Empréstimos não em imparidade vencidos ao custo amortizado, por região

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013 [1]
Alemanha	2.410	3.201
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	1.694	2.077
Europa Oriental	143	110
América do Norte	678	345
América Central e América do Sul	29	0
Ásia e Pacífico	63	74
África	1	7
Outros	0	0
Total	**5.018**	5.813

[1] Os montantes em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados em alta para empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade em 303 milhões de euros, não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

Os nossos empréstimos não em imparidade vencidos diminuíram 795 milhões de euros para os 5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, sobretudo devido a uma diminuição de empréstimos vencidos há 90 ou mais dias no Postbank, no valor de 343 milhões de euros, que foram parcialmente transferidos para os empréstimos em imparidade avaliados coletivamente.

Valor agregado das garantias colaterais – com os justos valores das garantias colaterais limitados aos saldos dos empréstimos – detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	2.854	3.260
Garantias recebidas	226	161
Total	**3.080**	3.421

O nosso valor agregado de garantias colaterais detidas sobre os nossos empréstimos não em imparidade vencidos em 31 de dezembro de 2014 diminuiu em função dos empréstimos não em imparidade vencidos comparativamente com o exercício anterior.

Empréstimos Renegociados e contratos de carência

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta, ou que irá enfrentar, dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e da transação e tomando em consideração os factos e circunstâncias específica. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Os empréstimos que foram renegociados porque, por razões económicas ou jurídicas relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário este beneficiou de uma concessão que não teria sido aprovada em circunstâncias normais, são considerados empréstimos renegociados e divulgados como tal, e constituem um subconjunto de empréstimos de carência.

Em 20 de fevereiro de 2014, a Autoridade Bancária Europeia ("EBA") emitiu a minuta das Normas Técnicas de Implementação (*Implementing Technical Standards* - ITS) que dizem respeito aos requisitos dos relatórios

de supervisão para carência e exposições em incumprimento, de acordo com o artigo 99.º, n.º4 do Regulamento (UE) 575/2013.

Em 2014 introduzimos a nova definição da EBA para carência, substituindo a definição de empréstimos renegociados e empréstimos reestruturadosA abrangência da nova definição vai muito para além das definições aplicadas anteriormente, incluindo agora as medidas a aplicar aos clientes que enfrentarão dificuldades financeiras. Uma vez satisfeitas as condições da ITS, o empréstimo é relatado como sendo uma carência; o empréstimo será posteriormente removido do nosso relato de carência quando forem cumpridos os critérios de cessação da ITS.

Contratos de carência

				31.12.2014 [1]
	Em cumprimento		Em Incumprimento	Total de contratos de carência
em milhões de euros	Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade	
Alemães	1.078	276	1.045	2.399
Não alemão	951	651	1.902	3.504
Total	2.029	927	2.947	5.903

[1] A primeira recolha de dados vez apenas foi viável, na prática, para os valores de 2014.

Empréstimos em imparidade

A Gestão do risco de crédito avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

— há evidência objetiva de imparidade em resultado dum evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço ("um evento de perda"),Ao realizarmos as nossas avaliações temos em conta informações sobre esses eventos, que estão razoavelmente disponíveis até à data de autorização para emissão das demonstrações financeiras de acordo com os requisitos da IAS 10;
— o evento de perda teve um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e
— o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade.

As avaliações de perda da Gestão do risco de crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área financeira do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados para aprovação a um comité de supervisão composto pela direção da área financeira do Grupo e de Gestão do risco.

Para mais informações sobre os empréstimos em imparidade, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Perdas por imparidade e provisões para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é medida utilizando a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo em imparidade através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada dos resultados, na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. O reconhecimento de perdas (*charge-off*s) reduzem a nossa provisão, enquanto as recuperações, se existirem, são creditadas na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos de provisões que tenhamos definido previamente, diminuímos a nossa provisão e inscrevemos o montante como uma redução da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. Quando se considera que não existem perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi

transferida para nós, o empréstimo e qualquer provisão para perdas associada é registada como perda (ist é, o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço).

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições ao crédito a empresas individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo.

As nossas provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade refletem provisões para cobertura de perdas incorridas que não foram identificadas individualmente nem fornecidas no âmbito da avaliação de imparidade dos empréstimos homogéneos de menor saldo.

Para mais informações sobre as nossas políticas contabilísticas em matéria de perdas por imparidade e de provisão para perdas de crédito, consultar a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por divisão de negócio

	31.12.2014			31.12.2013			aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
em milhões de euros	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em pp
Corporate Banking & Securities	637	318	50	818	344	42	(181)	8
Private & Business Clients	4.269	2.486	58	4.121	2.519	61	148	(3)
Global Transaction Banking	1.574	995	63	1.662	1.078	65	(88)	(2)
Deutsche Asset & Wealth Management	66	33	50	69	39	56	(3)	(6)
Non-Core Operations Unit	2.803	1.380	49	3.473	1.609	46	(670)	3
dos quais: ativos reclassificados como empréstimos e valores a receber, de acordo com IAS 39	986	518	53	1.007	479	48	(20)	5
Total	**9.348**	**5.212**	**56**	10.143	5.589	55	(795)	1

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por setor

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				31.12.2014
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Bancos e seguros	0	0	0	0	0	16	16	N/S
Atividades de gestão de fundos	64	0	64	1	0	5	6	9
Indústria	525	232	757	428	126	71	625	83
Comércio grossista e de retalho	362	229	591	211	148	36	395	67
Famílias	451	3.299	3.750	370	1.947	85	2.402	64
Atividades imobiliárias comerciais	1.733	314	2.047	475	39	21	535	26
Setor público	50	0	50	29	0	2	32	63
Outros	1.806	284	2.090	849	195	158	1.202	58
Total	4.990	4.359	9.348	2.364	2.455	393	5.212	56

N/S – Não significativo

								31.12.2013
	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Bancos e seguros	45	0	45	3	2	15	20	45
Atividades de gestão de fundos	92	1	93	1	0	3	5	5
Indústria	589	222	811	519	111	54	683	84
Comércio grossista e de retalho	441	220	661	225	107	36	369	56
Famílias	477	3.194	3.671	298	1.889	113	2.301	63
Atividades imobiliárias comerciais	2.388	295	2.683	931	26	38	995	37
Setor público	39	0	39	18	0	1	20	51
Outros	1.849	289	2.139	861	188	147	1.196	56
Total	5.922	4.221	10.143	2.857	2.324	407	5.589	55

Empréstimos em imparidade, provisão para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por região

								31.12.2014
	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	1.604	1.896	3.499	740	1.017	116	1.873	54
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	2.683	2.303	4.986	1.302	1.311	128	2.741	55
Europa Oriental	107	152	259	51	125	10	186	72
América do Norte	423	2	425	204	0	70	274	64
América Central e América do Sul	2	0	3	3	0	6	9	356
Ásia e Pacífico	170	5	174	63	1	50	114	65
África	0	1	1	0	0	3	4	346
Outros	1	0	1	0	0	11	11	N/S
Total	4.990	4.359	9.348	2.364	2.455	393	5.212	56

N/S – Não significativo

								31.12.2013
	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	1.586	1.675	3.261	864	964	149	1.977	61
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	3.469	2.363	5.832	1.624	1.232	158	3.015	51
Europa Oriental	77	175	252	35	128	9	171	68
América do Norte	588	1	590	253	0	41	294	50
América Central e América do Sul	32	0	32	27	0	4	32	99
Ásia e Pacífico	170	4	175	54	1	38	92	53
África	0	1	1	0	0	3	3	337
Outros	0	0	0	0	0	4	4	0
Total	5.922	4.221	10.143	2.857	2.324	407	5.589	55

Evolução dos empréstimos em imparidade

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Saldo, início do exercício	**5.922**	**4.221**	**10.143**	6.129	4.206	10.335
Classificados como em imparidade durante o exercício[1]	2.112	2.181	4.293	4.553	2.939	7.492
Transferidos para não em imparidade durante o exercício1	(1.425)	(1.182)	(2.607)	(2.618)	(2.134)	(4.752)
Reconhecimento de perdas	(1.037)	(613)	(1.651)	(730)	(485)	(1.215)
Alienação de empréstimos em imparidade	(514)	(254)	(768)	(744)	(293)	(1.037)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(68)	6	(62)	(669)	(12)	(680)[2]
Saldo, fim do exercício	**4.990**	**4.359**	**9.348**	5.922	4.221	10.143

[1] Inclui reembolsos.
[2]Inclui rubricas consolidadas pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre os mutuários da entidade estruturada num total de 598 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2013).

Em 2014 os nossos empréstimos em imparidade diminuíram 795 milhões de euros, (7,8 %) para os 9,3 mil milhões de euros, devido a empréstimos em imparidade avaliados individualmente, parcialmente compensados por um ligeiro aumento dos empréstimos em imparidade avaliados coletivamente. A redução nos empréstimos em imparidade avaliados individualmente deveu-se sobretudo à alienação e diminuição de novas imparidades, especialmente na NCOU, refletindo as imparidades contabilizadas nos anos anteriores e a consequente redução de risco da nossa carteira. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank também contribuíram para esta redução geral, uma vez mais relacionada com a alienação e diminuição de novas imparidades num contexto económico em progressão. O aumento nos empréstimos em imparidade avaliados coletivamente resultou das principais áreas de negócio do Postbank.

O rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (definido como o total das provisões para todos os empréstimos que são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente no balanço, ou avaliados coletivamente e divididos por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS [excluindo garantias colaterais]) aumentou ligeiramente no exercício de 2013 de 55 % para 56 %, impulsionado pela NCOU.

Os nossos empréstimos em imparidade incluíram 986 milhões de euros de empréstimos reclassificados como empréstimos e valores a receber, em conformidade com a IAS 39, diminuindo 20 milhões de euros em relação ao exercício anterior.

Provisão para perdas de crédito e recuperações por Setor[1]

	2014					2013	
	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações						
em milhões de euros	para empréstimos avaliados individualmente	para empréstimos avaliados coletivamente	para empréstimos em não imparidade avaliados individualmente	total	Recuperações	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações (total)	Recuperações
Bancos e seguros	0	0	(1)	(1)	0	40	0
Atividades de gestão de fundos	0	0	1	1	0	(41)	0
Indústria	10	31	15	56	11	40	15
Comércio grossista e de retalho	27	38	2	67	9	105	4
Famílias	119	589	(18)	690	101	822	120
Atividades imobiliárias comerciais	187	13	(17)	182	5	732	2
Setor público	8	0	0	8	0	19	0
Outros	188	64	14	266	15	505	21
Total	**539**	**735**	**(3)**	**1.270**	**141**	2.222	162

[1] A divisão de provisões para perdas de crédito, em 2014, nos seus componentes de contabilidade do Art. 442 g) iii) do CRR, não era aplicável nos períodos de relato anteriores a 2014.

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com empréstimos em imparidade era de 168 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 145 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transacionais

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	3.215	3.411
Garantias recebidas	296	763
Total de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade	**3.511**	4.174

O total das nossas garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade em 31 de dezembro de 2014 diminuiu 663 milhões de euros face ao ano anterior, em função da redução de empréstimos em imparidade e, sobretudo, em empréstimos detidos em Londres e Espanha. O rácio de cobertura incluindo garantias colaterais (definido como o total das provisões para todos os empréstimos que são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente no balanço, ou avaliados coletivamente, com o acréscimo das garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transacionais e divididos por empréstimos em imparidade, em conformidade com as normas IFRS) diminuiu ligeiramente para 93 % a 31 de dezembro de 2014 face aos 96 % a 31 de dezembro de 2013.

Ativos financeiros disponíveis para venda

O conceito de imparidade também é aplicável a instrumentos de dívida disponíveis para venda, que são escriturados ao justo valor, sendo as variações do justo valor relatadas como outro rendimento integral. Se se considerar que um instrumento de dívida disponível para venda está em imparidade, a perda por imparidade cumulativa reflete a diferença entre o custo amortizado e o justo valor corrente do instrumento. Para uma análise mais detalhada dos nossos procedimentos contabilísticos consulte a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”

Ativos financeiros disponíveis para venda em imparidade, imparidades acumuladas e rácio de cobertura

em milhões de euros	31.12.2014 [1]
Ativos financeiros disponíveis para venda em imparidade	200
Imparidade acumulada para ativos financeiros disponíveis para venda	68
Rácio de cobertura em % de ativos financeiros disponíveis para venda em imparidade	34

[1]A recolha de dados pela primeira vez apenas foi viável para os valores de 2014.

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis comerciais obtidas em 2013 referem-se predominantemente às nossas exposições aos EUA e a Espanha.

Garantias colaterais obtidas durante os períodos de relato

em milhões de euros	2014	2013
Imóveis comerciais	21	10
Imóveis residenciais	44	48
Outros	0	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	**65**	58

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10.Os valores do exercício em relação às garantias colaterais obtidas para esses fundos fiduciários eram de 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Provisão para perdas de crédito

Evolução das provisões para perdas de crédito

							2014
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	2.857	2.732	5.589	102	114	216	5.805
Provisão para perdas de crédito	499	631	1.129	(13)	18	4	1.134
dos quais:(Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	(45)	(16)	(61)	0	0	0	(61)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(997)	(512)	(1.509)	0	0	0	(1.509)
Reconhecimento de perdas	(1.037)	(613)	(1.650)	0	0	0	(1.650)
Recuperações	40	101	141	0	0	0	141
Outras alterações	5	(2)	3	(4)	10	6	9
Saldo, fim do exercício	2.364	2.849	5.212	85	141	226	5.439
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absolutas	(878)	(52)	(930)	2	(3)	(1)	(931)
Relativas	(64 %)	(8 %)	(45 %)		(14 %)	(12 %)	(45 %)
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absolutas	(296)	(160)	(456)	0	0	0	(456)
Relativas	42 %	45 %	43 %	0 %	0 %	0 %	43 %
Saldo, fim do exercício							
Absolutas	(494)	117	(376)	(17)	28	11	(366)
Relativas	(17 %)	4 %	(7 %)	(17 %)	24 %	5 %	(6 %)

A redução de 878 milhões de euros, em 2014, das provisões para perdas de crédito na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente reflete as reduções significativas que se verificaram em todas as áreas de negócio. A redução na NCOU deveu-se à diminuição da provisão para perdas de crédito em ativos reclassificados e ativos imobiliários comerciais, no âmbito da IAS39, enquanto o desempenho nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank beneficiou de um aumento de libertações e da não recorrência de grandes lançamentos de título único. A provisões para a nossa carteira avaliada coletivamente diminuíram em comparação com o exercício anterior refletindo, entre outros fatores, o ambiente positivo do mercado de crédito que se verifica atualmente na Alemanha.

O principal motivo do aumento do reconhecimento de perdas na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente foi um alinhamento de processos levado a cabo no Postbank. Este alinhamento resultou no ajustamento do nível das provisões para perdas com empréstimos, em empréstimos registados no Postbank, em 233 milhões de euros, refletindo estornos rápidos bem como a eliminação de classificações prévias incorretas de recuperações na qualidade cretídica dos empréstimos do Postbank, que estavam em imparidade após a mudança de controlo, enquanto rendimento de juros. Adicionalmente, os reconhecimentos de perdas mais elevados na GTB, relacionados com um evento de crédito de um cliente individual no ano anterior, contribuíram para o aumento geral, que foi parcialmente contrabalançado pela diminuição de reconhecimentos de perdas para ativos reclassificados de acordo com a IAS 39.O aumento do reconhecimento de perdas na nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente esteve sobretudo relacionado com a alienação de empréstimos em imparidade em Itália.

A nossa provisão para perdas com empréstimos relatadas na NCOU, para ativos reclassificados de acordo com a IAS 39, totalizou os 518 milhões de euros no final de 2014, representando10 % do total da nossa provisão para perdas com empréstimos, mais 8 % do que o nível relatado no final do ano anterior, que totalizou os 479 milhões de euros (9 % do total da provisão para perdas com empréstimos).Este aumento foi impulsionado sobretudo pelo câmbio, já que a maioria dos ativos reclassificados de acordo com a IAS 39 são denominados em divisas que não as dos Estados-Membros da UE, enquanto as provisões adicionais para perdas de crédito, de 54 milhões de euros, foram amplamente contrabalançadas por reconhecimentos de perdas líquidas no valor de 43 milhões de euros. A provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados de acordo com a IAS 39 diminuiu 319 milhões de euros em 2013 e os reconhecimentos de perdas líquidas diminuíram 305 milhões de euros em 2014.Ambas as reduções resultaram da não recorrência de grandes rubricas no exercício corrente, por contraste com os elevados níveis registados no período homólogo.

							2013
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	2.266	2.426	4.692	118	97	215	4.907
Provisão para perdas de crédito	1.377	683	2.060	(15)	21	5	2.065
dos quais:(Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	(19)	(2)	(20)	0	0	0	(20)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(701)	(352)	(1.053)	0	0	0	(1.053)
Reconhecimento de perdas	(730)	(485)	(1.215)	0	0	0	(1.215)
Recuperações	30	132	162	0	0	0	162
	(85)	(25)	(110)	0	(3)	(4)	(114)
Saldo, fim do exercício	2.857	2.732	5.589	102	114	216	5.805
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absolutas	262	70	332	(8)	20	12	344
Relativas	24 %	11 %	19 %	119 %	0 %	(177 %)	20 %
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absolutas	61	(28)	33	0	0	0	33
Relativas	(8 %)	9 %	(3 %)	0 %	0 %	0 %	(3 %)
Saldo, fim do exercício							
Absolutas	591	306	897	(16)	17	1	898
Relativas	26 %	13 %	19 %	(13 %)	18 %	1 %	18 %

O aumento de provisões para perdas de crédito, em 2013, na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente resulta de um evento de crédito de cliente individual registado em GTB, do aumento das provisões para exposição de crédito naval registadas na CB&S e de encargos superiores na NCOU, decorrentes de rubricas de cliente individual, entre outras, relacionadas com o setor imobiliário comercial europeu. O aumento na nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente foi motivado pela NCOU. Este aumento foi parcialmente compensado por reduções nos nossos negócios essenciais, refletindo uma melhoria no contexto de crédito no mercado retalhista alemão comparativamente com o ano anterior. As nossas provisões para posições extrapatrimoniais globais aumentaram 12 milhões de euros face ao ano anterior, este aumento foi motivado pela GTB devido ao aumento das provisões avaliadas coletivamente entre outros motivados pelo aumento de volume.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 ascenderam a 479 milhões de euros no exercício de 2013, representando 9% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, uma ligeira descida relativamente aos 489 milhões de euros (10% da provisão total para perdas com empréstimos) no exercício anterior. A ligeira redução em 2013 resultou de reduções decorrentes de 349 milhões de euros em reconhecimento de perdas e 35 milhões de euros de outras alterações que sobrecompensaram os aumentos decorrentes de uma provisão para perdas de crédito adicional de 373 milhões de euros. Comparativamente com o ano anterior, a provisão para perdas de crédito para ativos reclassificados de acordo com a IAS 39 diminuiu 43 milhões de euros em 2013 (para 373 milhões de euros de 415 milhões de euros) decorrentes de reduções em carteiras para além de imobiliário comercial. O reconhecimento de perdas líquidas relacionadas com ativos reclassificados de acordo com a IAS 39 apresentou um ligeiro aumento, de 18 milhões de euros para 349 milhões de euros em 2013, em comparação com os 331 milhões de euros em 2012, tendo resultado de um pequeno número de débitos líquidos no setor imobiliário comercial (após o reconhecimento de perdas parcial, os respetivos mutuários foram consolidados pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre o mutuário da entidade estruturada durante o segundo e o terceiro trimestres de 2013).

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Registámos 209 milhões de euros em ajustamentos de avaliação de crédito por conta das nossas exposições monorramo agregadas em 31 de dezembro de 2014, em comparação com os 209 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.Para informações mais detalhadas sobre ajustamentos de avaliação de crédito para contrapartes monorramo, consulte a secção "Posição financeira – Exposição a seguradoras monorramo".

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição das transações ou o comportamento da nossa contraparte indica que existe o risco de as obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, somos frequentemente capazes, ao abrigo de contratos vigentes relevantes, de obter garantia colateral adicional ou de cessar ou encerrar as transações de derivados com pouca antecedência.

Os acordos-tipo para transações de derivados OTC celebrados com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Existe um menor conforto sob as normas e regulamentos aplicados pela compensação de contrapartes centrais, que se baseiam primariamente nas contribuições e garantias para o fundo de proteção contra o incumprimento dos membros compensadores, em menor medida, na cessação ou encerramento dos contratos, que apenas serão considerados num momento posterior após todas as outras medidas terem falhado. Tendo em conta as graves perturbações sistémicas do sistema financeiro, que podem ser causadas pela falha de uma contraparte central, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) recomendou, em outubro de 2014, que as contrapartes centrais fossem submetidas a regimes de resolução que apliquem os mesmos objetivos e provisões aplicados aos bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB).

Os nossos direitos de cessação contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que garantem a identificação e resolução atempadas de potenciais incumprimentos de contrapartes. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a acordos e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de cessar transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia da respetiva contraparte. Em conformidade com o Artigo 291.º n.º 2 e n.º 4 do CRR, nós, excluindo o Postbank, criámos um processo de monitorização mensal para diversos níveis de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco geral de correlação desfavorável explícito a nível nacional/de sector/regional, e risco geral de correlação desfavorável implícito), em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a risco de correlação desfavorável são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável. Será, desta forma, enviado um relatório de risco de correlação desfavorável para a direção do Risco de Crédito todos os meses. Nós, excluindo o Postbank, utilizámos ainda o processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e da carteira de transações de financiamento de títulos. O risco de contraparte dos derivados do Postbank é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar

A secção seguinte sobre "Risco de Crédito da Contraparte: avaliação regulamentar" apresenta divulgações específicas relacionados com o pilar 3.O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.Assim sendo, esta secção, que acaba quando começa a secção "Titularização" é assinalada como não auditada. As informações quantitativas apresentadas obedecem ao âmbito de consolidação regulamentar.

Considerandos gerais para a avaliação regulamentar do risco de contraparte

Como regra geral, aplicámos o método IRB avançado à maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para este método para calcular os requisitos de capital regulamentares, em conformidade com o quadro de CRR/CRD IV e com base nas respetivas aprovações concedidas pela BaFin.

A definição, a identificação e o registo adequados do evento de incumprimento dum cliente são pré-requisitos para o desenvolvimento de metodologias de notação de crédito e a determinação de parâmetros de risco.

Aplicamos uma definição de incumprimento nos termos exigidos pelo artigo 178.º do CRR, confirmada pela BaFin, no âmbito do processo de aprovação IRB.

As aprovações da BaFin obtidas em resultado dos processos de auditoria às exposições de crédito das nossas contrapartes, realizados pelo método IRB avançado, permitem a utilização de 68 sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente para efeitos de cálculo do capital regulamentar, excluindo exposições do Postbank. Entre esses, 37 sistemas de notação foram autorizados em dezembro de 2007; seguindo-se mais 31 até ao exercício de 2014.No geral, estes sistemas cobrem todas as nossas exposições mais significativas, excluindo o Postbank, nas classes de exposição elegíveis para o método IRB avançado: "Governos centrais e bancos centrais", "Instituições", "Empresas" e "Retalho".

No Postbank, a carteira de retalho também está atribuída ao método IRB avançado, com base nas respetivas aprovações concedidas ao Postbank pela BaFin e no facto de possuirmos um estatuto IRB avançado. Além disso, em 2014 o Postbank obteve aprovações da BaFin para a utilização de um sistema próprio e específico de notação de crédito, bem como para nove sistemas de notação já aplicados no Grupo, para começar a aplicar o método IRB avançado nas classe de exposição "Instituições" e "Empresas" subsequente aos respetivos processos de auditoria. Numa parte significativa das restantes carteiras de crédito elegíveis para o método IRB do Postbank aplicamos o método IRB básico, com base nas respetivas aprovações da BaFin concedidas ao Postbank nos últimos anos.

Em suma, as aprovações concedidas ao Postbank pela BaFin, em resultado dos seus processos de auditoria realizados pelo método IRB às exposições de crédito da contraparte, permitem a utilização de oito sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente para efeitos de cálculo do capital regulamentar, pelo método IRB, e a utilização de nove sistemas de notação de crédito já utilizados pelo Grupo. No geral, os sistemas cobrem as exposições mais significativas do Postbank na classe de exposição de "Retalho", elegível para o método IRB avançado, assim como nas exposições mais significativas nas classes de exposição "Governos centrais e Bancos centrais", "Instituições" e "Empresas", elegíveis para os métodos IRB básico e avançado.

Quando nos referimos a RWA e EAD a partir de 31 dezembro de 2014 nas tabelas seguintes, geralmente estas são relatadas de acordo com as regras transitórias do quadro CRR/CRD IV, salvo indicação em contrário.

As secções "Método IRB avançado" e "Exposições calculadas pelo método IRB avançado" fornecem informações pormenorizadas sobre o método IRB avançado e sobre as exposições calculadas com base nesse método. O método IRB básico e as exposições calculadas pelo método IRB básico são analisados nas secções "Método IRB básico" e "Exposições calculadas pelo método IRB básico".

Enquanto instituição IRB, somos obrigados a tratar posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito, genericamente, no âmbito do método IRB. A este tipo de exposições são normalmente aplicados os coeficientes de risco regulamentares definidos pelo método IRB. A ponderação de risco regulamentar é também aplicada às nossas exposições de financiamento especializado registadas pelo método de IRB básico.

Ao nível do Grupo, excluindo o Postbank, atribuímos temporariamente ao método padrão algumas carteiras residuais de pequena dimensão elegíveis para o método IRB avançado. Foram definidos e acordados com o Bundesbank, a BaFin e o BCE um plano de implementação e um calendário de aprovação para estas carteiras. Uma parte das carteiras elegíveis para o método IRB do Postbank ainda está temporariamente atribuída ao método padrão. Durante o ano de 2014, os planos de implementação para o Grupo, excluindo o Postbank, e para o Postbank foram conjugados num plano de implementação global (ao nível do Grupo), possuindo um calendário de aprovação conjunto definido e acordado com a BaFin e com o Bundesbank.

Podem ser encontradas mais informações sobre o método padrão e as exposições que lhe são atribuídas na secção “Método Padrão”.

O nosso rácio de cobertura IRB avançado, excluindo o Postbank, excedeu os requisitos regulamentares europeus com 96,5 % de EAD (exposição em incumprimento) e 93% de RWA (ativos ponderados pelo risco) em 31 de dezembro de 2014, tendo permanecido quase inalterado relativamente aos níveis registados em 31 de dezembro de 2013 (96,7 % de EAD e 93 % de RWA), sendo utilizadas as medidas aplicáveis em conformidade com o artigo 11.º do decreto SolvV. Estes rácios excluíram as exposições permanentemente atribuídas ao

método padrão (de acordo com o artigo 150.º do CRR), outras exposições calculadas pelo método IRB e as posições de titularização. Os requisitos mínimos regulamentares relacionados com os respetivos limiares de rácio de cobertura foram sempre cumpridos. Após a combinação dos planos de implementação para o Grupo, excluindo o Postbank, e para o Postbank foram estabelecidos os rácios de cobertura IRB avançado para todo o Grupo. Foram medidos de acordo com o artigo 11.º do decreto SolvV e estavam bastante acima dos limiares regulamentares iniciais definidos durante o ano de 2014.

A tabela seguinte fornece uma visão geral da nossa exposição ao risco de crédito repartida por método de modelo e por divisão de negócio.

A rubrica “Outros”, em IRB avançado, reflete a EAD de posições de titularização na carteira bancária, posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito. No Método Padrão, a rubrica “Governos centrais e bancos centrais” inclui exposições a governos regionais ou autoridades locais, entidades do setor público, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais. A rubrica "outros", no Método Padrão, inclui a EAD de exposições garantidas por hipoteca ou bens imobiliários, exposições em incumprimento, rubricas associadas a um elevado risco particular, obrigações cobertas, reclamações sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo, organismos de investimento coletivo (collective investments undertakings, CIU), posições de capital (protegidas pela cláusula de anterioridade), posições de titularização na carteira bancária e outras rubricas.

EAD líquida por método de modelo e divisão de negócio

							31.12.2014
em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total
Risco de Crédito							
IRB avançado	298.982	225.016	115.780	50.954	20.890	8.248	719.868
Governos centrais e Bancos centrais	58.284	989	30.048	1.694	390	574	91.978
Instituições	41.988	7.651	10.662	1.000	1.497	297	63.095
Empresas	151.859	19.570	72.600	46.275	11.970	1.239	303.513
Retalho	823	188.652	112	1.604	1.936	0	193.127
Outros	46.028	8.154	2.359	380	5.097	6.138	68.156
Método IRB básico	2.410	7.708	142	0	10	0	10.269
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	2.410	7.708	142	0	10	0	10.269
Método padrão	84.565	31.721	15.734	3.767	8.702	26.572	171.060
Governos centrais ou Bancos centrais	48.777	19.474	7.910	264	565	185	77.175
Instituições	29.195	2.973	98	20	32	173	32.491
Empresas	5.323	1.522	5.720	1.529	1.340	548	15.982
Retalho	10	5.761	743	64	1.523	24	8.124
Outros	1.260	1.990	1.264	1.891	5.243	25.641	37.288
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	1.531	62	1	0	2	0	1.595
Total	387.487	264.506	131.656	54.720	29.603	34.820	902.793

A tabela abaixo mostra a exposição ao risco de crédito antes da redução do risco de crédito, a quantia média das exposições e os RWA com distribuição por método de modelo e por classe de exposição regulamentar. A EAD, conforme definida para efeitos regulamentares, é apresentada numa base bruta, ou seja, a informação relativa a exposições cobertas por garantias ou derivados de crédito é atribuída à classe de exposição da contraparte original. A EAD média é calculada ao longo do quarto trimestre do presente exercício. Em contrapartida, os RWA são apresentados após a redução do risco de crédito.

EAD bruto, EAD bruto médio e RWA por método de modelo e classe de exposição

			31.12.2014
em milhões de euros	EAD bruto	EAD bruto médio	RWA
IRB avançado			
Governos centrais e Bancos centrais	85.182	91.911	5.385
Instituições	61.785	67.954	13.869
Empresas	311.791	295.878	101.533
dos quais: PME	21.661	7.200	6.040
Retalho	192.891	191.604	38.867
dos quais:			
Garantidas por imóveis PME	1.093	3.860	327
Garantidas por imóveis não PME	155.145	150.999	24.863
Renováveis elegíveis	4.417	4.376	532
Outros PME	3.159	3.562	973
Outros não PME	29.078	28.807	12.172
Ações	4.318	4.056	12.216
Posições de titularização	53.670	49.804	13.296
Outros ativos que não são obrigações de crédito	10.168	7.638	14.258
Total calculado pelo método IRB avançado	719.805	708.845	199.422
Método básico			
Governos centrais e bancos centrais	0	2	0
Instituições	0	1.230	0
Empresas	10.358	14.010	5.490
dos quais: PME	235	115	83
Total calculado pelo método básico	10.359	15.242	5.491
Método padrão			
Governos centrais ou Bancos centrais	40.445	45.438	0
Governos regionais ou autoridades locais	18.322	18.231	7
Entidades do setor público	10.182	9.185	107
Bancos multilaterais de desenvolvimento	4.931	2.585	0
Organizações internacionais	2.357	1.438	0
Instituições	32.449	29.759	810
Empresas	16.381	19.961	11.759
dos quais: PME	1.399	1.519	1.125
Retalho	8.613	8.444	5.697
dos quais: PME	690	787	357
Garantidas por hipoteca ou bens imobiliários	3.956	4.448	1.345
dos quais: PME	9	6	4
Exposições em incumprimento	3.423	3.566	4.275
Rubricas associadas a um elevado risco particular	161	219	229
	22	25	2
Reclamações sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo	0	0	0
Organismos de investimento coletivo (CIU)	25.262	23.892	9.046
Ações	2.707	2.563	2.707
Outras rubricas	419	311	350
Posições de titularização	1.404	1.950	1.188
Total calculado pelo método padrão	171.034	172.016	37.522
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	1.595	1.587	1.693
Total	902.793	897.690	244.128
Das quais risco de crédito de contraparte de			
Derivados	122.742	115.728	37.690
Transações de financiamento de títulos	44.208	54.357	3.427

As tês tabelas seguintes apresentam a distribuição da carteira de risco de crédito antes da redução do risco de crédito por método de modelo e classe de exposição regulamentar e por região geográfica, sector e maturidade residual.

EAD bruto por método de modelo, classe de exposição e região geográfica

								31.12.2014	
em milhões de euros	Alemanha	Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	Europa Oriental	América do Norte	América Central e América do Sul	Ásia/ Pacífico	África	Outros	Total
IRB avançado									
Governos centrais e Bancos centrais	0	5.983	3.579	54.008	1.405	13.060	1.135	6.011	85.182
Instituições	7.411	25.959	620	12.873	2.042	9.355	450	3.075	61.785
Empresas	42.305	86.364	6.331	107.428	6.207	48.578	2.643	11.935	311.791
dos quais: PME	2.229	3.739	1.510	2.185	288	9.930	322	1.459	21.661
Retalho	160.601	26.101	5.719	100	126	98	77	71	192.891
dos quais:									
Garantidas por imóveis PME	23	739	327	2	0	0	1	1	1.093
Garantidas por imóveis não PME	133.332	16.795	4.799	69	19	67	14	49	155.145

Renováveis elegíveis	4.351	38	5	5	5	7	2	3	4.417
Outros PME	291	2.529	336	1	0	2	0	0	3.159
Outros não PME	22.601	5.999	254	23	102	22	60	18	29.078
Ações	934	241	0	383	4	2.614	4	138	4.318
Posições de titularização	3.459	12.568	592	22.023	273	14.194	33	528	53.670
Outros ativos que não são obrigações de crédito	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	10.168
Total calculado pelo método IRB avançado	214.710	157.216	16.841	196.814	10.057	87.899	4.343	21.758	719.805
Método básico									
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	6.379	2.487	223	645	50	108	8	459	10.358
dos quais: PME	201	32	1	0	0	1	0	0	235
Total calculado pelo método básico	6.380	2.487	223	645	50	108	8	458	10.359
Método padrão									
Governos centrais ou Bancos centrais	10.895	29.467	49	15	0	0	0	20	40.445
Governos regionais ou autoridades locais	17.993	329	0	0	0	0	0	0	18.322
Entidades do setor público	9.430	719	0	32	0	0	0	0	10.182
Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	724	0	0	0	0	0	4.207	4.931
Organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	2.357	2.357
Instituições	6.501	12.830	1	10.064	627	2.326	0	101	32.449
Empresas	2.504	10.840	206	1.556	147	788	94	244	16.381
dos quais: PME	90	1.287	11	0	0	3	0	7	1.399
Retalho	2.345	5.088	411	143	0	616	0	10	8.613
dos quais: PME	43	637	8	0	0	0	0	2	690
Garantidas por hipoteca ou bens imobiliários	258	3.263	24	4	0	251	0	156	3.956
dos quais: PME	6	2	0	0	0	0	0	0	9
	651	1.905	13	665	1	185	0	4	3.423
	1	136	0	0	0	0	0	24	161
	22	0	0	0	0	0	0	0	22
	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	16.431	7.108	0	1.630	28	66	0	0	25.262
Ações	295	1.593	0	611	0	79	0	129	2.707
Outras rubricas	88	327	0	5	0	0	0	0	419
Posições de titularização	294	646	0	464	0	0	0	0	1.404
Total calculado pelo método padrão	67.708	75.042	704	15.189	803	4.311	94	7.184	171.034
	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	1.595
Total	288.798	234.744	17.768	212.648	10.910	92.317	4.445	29.400	902.793
Derivados	12.831	53.911	1.290	38.924	2.034	10.726	689	2.337	122.742
	1.056	15.242	1.160	18.534	1.499	3.436	393	2.887	44.208

N/S – Não significativo

								31.12.2014	
em milhões de euros	Bancos e seguros	Atividadesde-gestão de fundos	Indústria transformado-ra	Comércio grossista eretalhista	Famílias	Atividades imobiliárias comerciais	Setor público	Outros	Total
IRB avançado									
	66.993	49	0	0	0	0	12.068	6.072	85.182
Instituições	49.192	364	465	221	0	129	2.072	9.342	61.785
Empresas	25.334	8.889	45.262	19.952	31.536	23.758	1.328	155.731	311.791
dos quais: PME	13.691	205	2.519	938	232	256	4	3.814	21.661
Retalho	2	38	1.989	2.108	171.826	12.519	3	4.405	192.891
dos quais:									
Garantidas por imóveis PME	0	0	0	0	642	451	0	0	1.093
Garantidas por imóveis não PME	0	0	0	0	143.497	11.647	0	1	155.145
Renováveis elegíveis	0	0	0	0	4.417	0	0	0	4.417
Outros PME	0	0	1.020	890	490	55	1	704	3.159
Outros não PME	2	38	969	1.218	22.781	366	3	3.701	29.078
Ações	93	22	7	16	0	155	0	4.025	4.318
Posições de titularização	950	17.521	0	0	672	340	156	34.032	53.670
Outros ativos que não são obrigações de crédito	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	10.168
Total calculado pelo método IRB avançado	142.563	26.883	47.723	22.298	204.034	36.901	15.628	213.607	719.805
Método básico									
Governos centrais e bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	127	25	1.961	3.545	314	1.238	1	3.148	10.358
dos quais: PME	0	0	115	107	0	0	0	13	235
Total calculado pelo método básico	128	25	1.961	3.545	314	1.238	1	3.147	10.359
Método padrão									
Governos centrais e bancos centrais	10.174	2	0	0	0	0	29.476	793	40.445
Governos regionais ou autoridades locais	0	0	0	50	0	59	17.593	620	18.322
Entidades do setor público	6.697	0	0	42	0	8	2.258	1.176	10.182
Bancos multilaterais de desenvolvimento	724	0	0	0	0	0	4.207	0	4.931
Organizações internacionais	1.602	0	0	0	0	0	0	755	2.357
Instituições	1.090	2	0	0	0	0	0	31.357	32.449
Empresas	175	1.650	1.356	1.873	364	1.933	38	8.991	16.381
dos quais: PME	10	0	177	345	10	275	0	581	1.399
Retalho	0	0	105	210	7.286	464	0	546	8.613
dos quais: PME	0	0	71	175	50	58	0	336	690
Garantidas por hipoteca ou bens imobiliários	0	0	0	4	3.428	368	0	156	3.956
dos quais: PME	0	0	0	0	1	2	0	0	3
Exposições em incumprimento	147	9	224	138	911	583	5	1.407	3.423
Rubricas associadas a um elevado risco particular	0	0	5	10	100	8	0	38	161
Obrigações cobertas	22	0	0	0	0	0	0	0	22
Reclamações sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo (CIU)	0	0	9	0	0	0	1.569	23.684	25.262
Ações	1.354	15	25	1	0	137	14	1.161	2.707
Outras rubricas	84	0	0	0	0	0	0	335	419
Posições de titularização	5	514	0	0	784	0	0	101	1.404
Total calculado pelo método padrão	22.076	2.191	1.724	2.329	12.873	3.559	55.161	71.120	171.034
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	1.595
Total	164.767	29.099	51.408	28.172	217.222	41.699	70.789	287.874	902.793
Das quais risco de crédito de contraparte de									
Derivados	21.586	6.133	4.073	1.776	1.348	2.826	9.046	75.955	122.742
Transações de financiamento de títulos	16.710	184	18	6	420	131	85	26.654	44.208

N/S – Não significativo

EAD bruto por método de modelo, classe de exposição e maturidade residual

em milhões de euros	Até um mês	Mais de 1 mês mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2014 Total
IRB avançado						
Governos centrais e Bancos centrais	60.299	9.280	1.408	14.010	184	85.182
Instituições	13.513	23.081	6.503	18.509	179	61.785
Empresas	38.426	106.617	32.795	129.733	4.220	311.791
dos quais: PME	4.063	10.459	1.627	4.924	588	21.661
Retalho	10.981	6.136	4.526	16.573	154.675	192.891
dos quais:						
Garantidas por imóveis PME	2	3	6	98	985	1.093
Garantidas por imóveis não PME	1.558	2.712	2.761	8.359	139.755	155.145
Renováveis elegíveis	4.238	179	0	0	0	4.417
Outros PME	821	1.067	182	759	331	3.159
Outros não PME	4.363	2.174	1.577	7.359	13.605	29.078
Ações	1	44	22	3.573	678	4.318
Posições de titularização	1.445	4.313	1.738	20.684	25.490	53.670
Outros ativos que não são obrigações de crédito	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	10.168
Total calculado pelo método IRB avançado	124.666	149.470	46.994	203.082	185.425	719.805
Método básico						
Governos centrais e bancos centrais	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0
Empresas	524	880	261	3.026	5.668	10.358
dos quais: PME	23	5	1	28	178	235
Total calculado pelo método básico	524	880	261	3.026	5.669	10.359
Método padrão						
Governos centrais ou Bancos centrais	9.569	2.175	4.706	23.995	0	40.445
Governos regionais ou autoridades locais	468	7.052	1.253	6.087	3.462	18.322
Entidades do setor público	129	817	1.463	7.551	222	10.182
Bancos multilaterais de desenvolvimento	17	54	247	4.614	0	4.931
Organizações internacionais	0	51	123	2.184	0	2.357
Instituições	1.854	7.610	9.679	13.232	73	32.449
Empresas	2.460	3.625	1.812	7.919	565	16.381
dos quais: PME	355	170	89	734	51	1.399
Retalho	1.430	881	400	2.285	3.617	8.613
dos quais: PME	182	30	52	404	22	690
Garantidas por hipoteca ou bens imobiliários	125	920	146	745	2.020	3.956
dos quais: PME	0	0	0	6	3	9
Exposições em incumprimento	842	463	212	1.561	345	3.423
Rubricas associadas a um elevado risco particular	14	13	33	53	48	161
Obrigações cobertas	22	0	0	0	0	22
Reclamações sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo	0	0	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo (CIU)	9	0	0	17.836	7.417	25.262
Ações	0	480	6	2.143	78	2.707
Outras rubricas	5	35	22	242	116	419
Posições de titularização	19	67	165	436	716	1.404
Total calculado pelo método padrão	16.964	24.242	20.265	90.884	18.679	171.034
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	1.595
Total	142.153	174.592	67.519	296.992	209.774	902.793
Das quais risco de crédito de contraparte de						
Derivados	265	33.504	23.697	63.770	1.506	122.742
Transações de financiamento de títulos	29.488	10.566	1.621	2.533	0	44.208

N/S – Não significativo

Exposições calculadas pelo método IRB avançado

O método IRB avançado é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite-nos utilizar as metodologias de notação de crédito internas, assim como as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD), a perda em caso de incumprimento (*loss given default* – LGD) e a maturidade (*maturity* – M), que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF), no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (*exposure at default* – EAD).Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar

estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna refletem as notações referidas a pontos temporais, não a ciclos.

A probabilidade de incumprimento dos clientes é derivada dos nossos sistemas de notação interna de crédito. Atribuímos uma probabilidade de incumprimento a cada exposição a crédito de contraparte relevante enquanto função de uma escala matriz de notações de crédito transparente e consistente com 21 níveis, aplicável à totalidade da nossa exposição, excluindo o Postbank. As notações de crédito atribuídas aos mutuários são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes como comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos de peritos são habitualmente aplicados a contrapartes das classes de exposição "Governos centrais e bancos centrais", "Instituições" e "Empresas", com a exceção das pequenas e médias empresas. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística. Nos termos do artigo 174.º do CRR, estes modelos são complementados por avaliação e supervisão humanas para rever as atribuições baseadas nos modelos e destinam-se a garantir a utilização correta dos modelos. Quando atribuímos as nossas notações de crédito internas, podemos sempre que possível compará-las com as notações de risco externas atribuídas às nossas contrapartes pelas principais agências de notação internacionais, porque a nossa escala de notação interna foi concebida para corresponder sobretudo às escalas de notação de crédito externas das agências de notação. Para informações quantitativas quanto à nossa exposição calculada pelos métodos IRB básico e avançado com base num grau de pormenorização da notação que corresponde a notações equivalentes externas da Standard & Poor's, consultar as secções "Exposições calculadas pelo método IRB avançado" e "Exposições calculadas pelo método IRB básico".

Embora sejam aplicadas metodologias de notação de crédito diferentes a distintos segmentos de clientes, para refletir adequadamente as características específicas dos clientes, todas se regem pelos mesmos princípios de gestão do risco. As políticas do processo de crédito fornecem orientações sobre a classificação dos clientes nos diferentes sistemas de notação de crédito. Para mais informações sobre o processo de crédito e os respetivos métodos de notação de crédito utilizados no âmbito deste processo, consultar as secções «Notações de risco de crédito" e "Governação das notações».

O Postbank atribui também uma probabilidade de incumprimento a cada exposição de crédito de contraparte relevante como função de uma escala matriz de notação interna para as respetivas carteiras. As notações de crédito atribuídas são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes. Estes modelos de notação de crédito são modelos de pontuação estatísticos ou de notação de crédito desenvolvidos internamente baseados em informações internas e externas relacionadas com o mutuário e utilizam procedimentos estatísticos para avaliar uma probabilidade de incumprimento. A pontuação ou probabilidade de incumprimento resultante é mapeada na escala matriz de notação interna do Postbank.

Aplicamos fatores LGD calculados internamente no âmbito do cálculo dos requisitos de capital pelo método IRB avançado, como aprovado pela BaFin. O LGD é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento de uma contraparte. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento dos clientes. Os modelos LGD garantem que os principais elementos responsáveis por perdas (isto é, os diferentes níveis e qualidades de garantias colaterais e de tipos de clientes ou produtos, ou a antiguidade do instrumento) são traduzidos em fatores LGD específicos. Nos nossos modelos LGD, exceto o Postbank, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (*haircuts*).Por outro lado, o LGD para a exposição sem garantias colaterais não pode ser inferior ao LGD atribuído à exposição garantida colateralmente e são aplicados patamares regulamentares (10 % para créditos hipotecários residenciais).

No âmbito da aplicação do método IRB avançado, aplicamos CCF específicos para calcular um valor EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de uma contraparte,

esperado no momento do seu incumprimento. Para efeitos de cálculo pelo método IRB avançado, aplicamos os princípios gerais definidos no artigo 166.º do CRR para determinar o EAD duma transação. Quando uma transação exterior ao Postbank envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de uma contraparte. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior à utilização atual. Quando uma operação envolve uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional (fator de utilização) no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. Sempre que permitido pelo método IRB avançado, os CCF são calculados internamente. As calibrações desses parâmetros baseiam-se na experiência estatística, bem como em dados históricos internos e tomam em consideração as características específicas dos tipos de clientes e produtos. A BaFin avaliou os nossos modelos CCF no âmbito do processo de aprovação e confirmou a sua adequação para utilização no processo de cálculo dos requisitos de capital regulamentares.

Globalmente, o Postbank implementa normas semelhantes na aplicação do método IRB avançado às suas carteiras de retalho, bem como às carteiras de empresas e instituições abrangidas pelo método IRB avançado, utilizando probabilidades de incumprimento, taxas de perdas e fatores de conversão calculados internamente como base para determinar os requisitos de capital regulamentares mínimos.

Na maioria das exposições ao risco de contraparte de derivados, bem como nas transações de financiamento de títulos (*securities financing transactions*, SFT), nós, excluindo o Postbank, usamos o método de modelo interno (*internal model method*, IMM), em conformidade com o Artigo 283.º e seguintes do CRR e com o artigo 18.º e seguintes do decreto SolvV. As transações de financiamento de títulos abrangem operações de recompra, empréstimo de títulos ou matérias-primas e títulos ou matérias-primas contraídos por empréstimo, bem como operações de empréstimo com imposição de margens (incluindo corretagem *prime*).O MMI é uma abordagem mais sofisticada para o cálculo do EAD de derivados e de operações de financiamento de títulos, que também carece de aprovação prévia da BaFin, antes da primeira aplicação. Quando aplicamos esta abordagem, baseamos os nossos cálculos do EAD numa simulação de Monte Carlo dos futuros valores de mercado das operações. Neste processo de simulação, as taxas de juro e de câmbio, os diferenciais de crédito, os preços das ações e das matérias-primas são modelados por processos estocásticos e cada transação de financiamento de títulos e derivados é reavaliada em cada ponto da grelha temporal predefinida pelas nossas rotinas de avaliação aprovadas internamente. Em resultado deste processo, gera-se uma distribuição de futuros valores de mercado para cada operação em cada ponto da grelha temporal. Destas distribuições, tomando em consideração os acordos de compensação de garantias colaterais apropriados, derivamos os indicadores exposição potencial futura (*potential future exposure* – PFE), exposição esperada média (*average expected exposure* – AEE) e exposição positiva esperada (*expected positive exposure* – EPE) mencionados na secção "Risco de crédito de contraparte de derivados".O indicador EPE avaliado em conjuntos de compensação regulamentares elegíveis define o EAD para exposições a risco de contraparte de derivados, bem como para transações de financiamento de títulos no âmbito dos nossos cálculos do capital regulamentar para a grande maioria da nossa carteira de derivados e de transações de financiamento de títulos, aplicando o nosso próprio fator alfa calibrado no seu cálculo, limitado pelo valor inferior de 1,2.Em 31 de dezembro de 2014, o fator alfa foi calibrado para 1,11 tendo sido aplicado o valor mínimo. Para o pequeno conjunto de operações para as quais não é possível calcular uma simulação em computador ou que estão sujeitas a restrições regulamentares (como as que têm fatores de risco não aprovados pela BaFin ou nos casos de risco de correlação desfavorável específico), a EAD utilizada é derivada do método de avaliação ao preço de mercado, de acordo com o Artigo 274.º do CRR.

Para o nosso risco de crédito da contraparte resultante do Postbank, também aplicamos o método de avaliação ao preço de mercado de acordo com o Artigo 274.º do CRR, ou seja, calculamos a EAD como a soma do justo valor positivo líquido das operações de derivados e das medidas adicionais regulamentares. Como a posição EAD dos derivados resultante do Postbank é menos de 1 % da posição global de risco de crédito da contraparte dos derivados, consideramos irrelevante a posição dos derivados do Postbank.

Método IRB avançado– Validação do Modelo

Validamos regularmente as nossas metodologias de notação de crédito e parâmetros de risco de crédito, enquanto elementos importantes da nossa estrutura de gestão do risco. Enquanto a validação da metodologia de notação de crédito se centra no poder discriminatório dos modelos, a validação dos parâmetros de risco para PD, LGD e EAD analisa o poder preditivo desses parâmetros quando comparados com o historial das experiências de incumprimento e perdas.

Os parâmetros PD, LGD e EAD são revistos anualmente de acordo com as nossas normas e em conformidade com os requisitos mínimos definidos no CRR. O processo de validação dos parâmetros que utilizamos, excluindo o Postbank, é coordenado e supervisionado por um comité de validação constituído por membros dos departamentos Financeiro, de Análise do risco e Planos de liquidação e de Gestão do risco de crédito. As validações dos parâmetros de risco consistem em análises quantitativas de dados históricos internos, enriquecidas por avaliações qualitativas quando os dados de validação não são estatisticamente suficientes para produzir resultados de validação fiáveis. Uma recalibração das definições de parâmetros específicos é acionada com base nos resultados da validação, se necessário. Além das validações anuais, são efetuadas revisões *ad hoc,* quando necessário, em reação à deterioração da qualidade numa fase precoce em resultado de alterações sistemáticas dos fatores de *input* (ou seja, alterações do comportamento de pagamento) ou de alterações da estrutura da carteira.

De forma análoga, também no Postbank os resultados das estimativas dos parâmetros PD, CCF e LGD são revistos anualmente. O comité de validação de modelos do Postbank é responsável pela supervisão do processo de validação anual de todos os modelos. A governação conjunta é promovida pelo assento da direção do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

As revisões efetuadas em 2014 para sistemas de notação calculados pelo método IRB avançado ativaram as recalibrações apresentadas na tabela abaixo. As alterações globais no número de parâmetros devem-se aos sistemas de notação de crédito aprovados recentemente ou a alterações de pormenorização na atribuição de parâmetros de risco existentes, em que também se inclui o Postbank. Nenhuma das recalibrações individualmente nem o impacto de todas as recalibrações no conjunto afetaram significativamente os nossos requisitos de capital regulamentares.

Resultados de validação para os parâmetros de risco utilizados no nosso método IRB avançado

						2014
		PD		LGD		EAD
	Número	EAD em %	Número	EAD em %	Número	EAD em %
Apropriados	166	86,4	138	74,6	59	57,1
Excessivamente conservadores	2	0,1	2	9,4	14	42,9
Progressistas	16	13,5	22	16,0	1	0,0
Total	184	100,0	162	100,0	74	100,0
Dos quais, já recalibrados e introduzidos em 2014						
Excessivamente conservadores	0	0,0	2	9,4	1	0,1
Progressistas	5	10,8	0	0,0	0	0,0
Total	5	10,8	2	9,4	1	0,1

						2013
		PD		LGD		EAD
	Número	EAD em %	Número	EAD em %	Número	EAD em %
Apropriados	136	80,8	150	87,3	50	52,2
Excessivamente conservadores	8	7,9	6	7,5	21	43,6
Progressistas	10	11,3	6	5,1	8	4,2
Total	**154**	**100,0**	**162**	**100,0**	**79**	**100,0**
Dos quais, já recalibrados e introduzidos em 2013						
Excessivamente conservadores	3	5,2	2	1,0	7	38,6
Progressistas	6	6,9	4	5,1	4	3,5
Total	9	12,1	6	6,0	11	42,1

As definições individuais dos parâmetros de risco são classificadas como apropriadas se não tiver sido ativada uma recalibração pela validação, pelo que se prossegue com a aplicação das atuais definições dos parâmetros, porque ainda são suficientemente conservadoras. Um parâmetro é classificado como excessivamente conservador ou como progressista se a validação ativar uma análise de recalibração que provoque uma possível redução ou aumento da definição atual, respetivamente. A discriminação por PD, LGD e EAD é apresentada pelo número e pela percentagem relativa de EAD associada ao respetivo parâmetro em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

As validações ao longo de 2014 confirmaram, em grande parte, as nossas definições de parâmetros. Os parâmetros PD validados negativamente com importância elevada foram causados por dois sistemas de notação de crédito. Um sistema de notação de crédito do Postbank contribui com cerca de 5,4 % da EAD, sendo o parâmetro PD classificado como demasiado progressista e o parâmetro LGD como excessivamente conservador. Ambos os parâmetros já tinham sido alterados. Um sistema de notação de crédito do Deutsche Bank contribuiu com cerca de 3,9 % da EAD. Os parâmetros PD progressistas já tinham sido mitigados pela realização de uma nova notação de crédito das exposições afetadas, que teve início ainda em 2013.Um sistema de notação de crédito do Postbank contribuiu com cerca de 4 % da EAD, e o parâmetro LGD foi classificado

como excessivamente conservador, após um aumento em 2013, e foi recalibrado consoante necessário. O parâmetro LGD de um sistema de notação de crédito do Deutsche Bank contribuiu com cerca de 7,7 % da EAD, tendo sido classificado como demasiado progressista. A respetiva recalibração está agendada para o segundo trimestre de 2015.Além disso, um parâmetro LGD, contribuindo com aproximadamente 6,2 % da EAD, revelou-se demasiado progressista e um parâmetro EAD, contribuindo com 4.7 % do limite livre, foi classificado como excessivamente conservador. Ambos os parâmetros são utilizados no Banco e a respetiva recalibragem está agendada para o segundo trimestre de 2015.Um parâmetro EAD utilizado no Banco, contribuindo com cerca de 37,7 % do limite livre, foi classificado como excessivamente conservador. Foi reduzido em 3 pontos percentuais em 2013, mantendo ainda assim um elevado nível de conservadorismo. Não está planeada uma nova redução do parâmetro. Todos os outros parâmetros validados negativamente são aplicados apenas a carteiras de menor dimensão.

Dos 57 parâmetros de risco alvo de uma proposta de alteração efetuada em 2014 na sequência da sua validação, 8 já tinham sido alterados em 2014.Das 49 alterações de parâmetros restantes, 45 estão agendadas para implementação na primeira metade de 2015.Um parâmetro EAD com importância elevada listado acima será deliberadamente mantido conservador. A implementação das definições dos restantes 3 parâmetros está prevista para 2015.Dos 59 parâmetros de risco alvo de uma proposta de alteração efetuada em 2013, na sequência da validação efetuada, 26 já foram introduzidos em 2013 tendo-se mantido uma definição de parâmetro devido à alteração da composição da carteira. Posteriormente, foram implementadas 25 alterações de parâmetros em 2014 e 4 definições de parâmetro foram deliberadamente mantidas conservadoras. As 3 definições de parâmetro restantes não foram alteradas em virtude da descontinuação do respetivo sistema de notação de crédito.

Em complemento das medidas referidas, a comparação das estimativas de perda esperada (*expected loss* – EL) regulamentar com a perda efetiva inscrita também fornece informações sobre o poder preditivo dos nossos cálculos dos parâmetros e, por conseguinte, sobre os cálculos do parâmetro EL.

O EL utilizado nesta comparação é a perda de crédito prevista em resultado de incumprimentos de contraparte das nossas exposições ao longo do período dum ano, sendo calculada como o produto de PD, LGD e EAD para exposições em cumprimento em 31 de dezembro do ano transato. O indicador de perda efetiva é definido por nós como novas provisões por conta de exposições recentemente consideradas em imparidade, inscritas nas nossas demonstrações financeiras por via dos resultados nos respetivos exercícios relatados.

Embora consideremos que esta abordagem fornece determinadas informações, a comparação tem limitações porque os dois indicadores não são diretamente comparáveis. Em particular o parâmetro LGD subjacente ao cálculo de EL representa a expectativa de perda até à conclusão do período de reestruturação, ao passo que a perda efetiva, tal como definida, representa a informação contabilística inscrita num determinado exercício. Acresce que EL é um indicador de perdas de crédito esperadas para um momento da nossa exposição ao crédito numa determinada data do balanço, enquanto a perda efetiva é inscrita para uma carteira de crédito flutuante ao longo dum exercício, ou seja, inclui perdas relacionadas com novos empréstimos concedidos durante o ano.

Em conformidade com a metodologia acima descrita, a tabela seguinte apresenta uma comparação dos cálculos de EL para empréstimos, compromissos e passivos contingentes entre 2013 e 2009, sendo as perdas efetivas inscritas para os exercícios entre 2014 e 2010, por classe de exposição regulamentar para exposições calculadas pelo método IRB avançado. O Postbank é refletido pela primeira vez na comparação dos cálculos de EL no exercício de 2010, sendo as perdas efetivas registadas referentes ao exercício de 2011.

Comparação dos cálculos de perda esperada para empréstimos, compromissos e passivos contingentes, com as perdas efetivas inscritas por classe de exposição regulamentar para exposições calculadas pelo método IRB avançado

	31.12.2013	2014	31.12.2012	2013	31.12.2011	2012	31.12.2010	2011	31.12.2009	2010
em milhões de euros	Perda esperada1	Perda efetiva	Perda esperada	Perda efetiva	Perda esperada	Perda efetiva2	Perda esperada	Perda efetiva	Perda esperada	Perda efetiva
Governos centrais e Bancos centrais	3	0	3	18	1	0	2	0	2	0
Instituições	13	4	10	1	7	14	22	2	16	1
Empresas	355	229	351	717	445	393	449	363	471	358
Exposições de retalho garantidas por imóveis	324	212	284	223	294	224	222	359	118	101
Exposições de retalho renováveis elegíveis	21	8	23	7	23	12	2	30	2	5
Outras exposições de retalho	378	355	404	370	418	385	390	301	301	282
Total de perda esperada e de perda efetiva segundo o método IRB avançado	**1.095**	**808**	1.075	1.336	1.188	1.028	1.088	1.055	910	747

[1] Os valores de Perda Esperada de 2013 baseiam-se nos requisitos CRR/CRD 4.
[2] Em 2013, os montantes de perda efetiva em 31 de dezembro de 2012 foram reajustados devido ao alinhamento do modelo de cálculo do Postbank com o modelo do Grupo.

A Perda efetiva em 2014 ficou abaixo do expectável, sobretudo devido ao sobredesempenho significativo em Exposições de empresas e em Exposições de retalho garantidas por imóveis.

A perda efetiva em 2013 excedeu a perda esperada em 261 milhões de euros (24%).Isto deveu-se principalmente a um nível de provisões superior ao esperado na nossa carteira empresarial resultante de um evento de crédito de cliente individual de grande dimensão numa carteira habitualmente de baixo risco da GTB, bem como a um encargo de grande dimensão na NCOU. Adicionalmente, a perda efetiva para os governos centrais foi superior ao esperado, motivada por um cliente individual. Um desempenho melhor do que o esperado em todas as classes de exposição de retalho e em instituições compensou parcialmente o excesso global da perda efetiva comparativamente com a perda esperada.

A perda efetiva em 2012 foi 13 % inferior à perda esperada em todas as classes de exposição, excetuando as instituições, nas quais a perda efetiva foi motivada por um cliente individual.

A diminuição na perda esperada em 31 de dezembro de 2012 face a 31 de dezembro de 2011 deve-se principalmente a reduções de exposição e a menor amplitude por parâmetros LGD parcialmente inferiores.

A consolidação do Postbank levou ao aumento da perda esperada com início em 31 de dezembro de 2010 e das perdas efetivas com início em 2011.

Em 2010, a perda efetiva foi 18 % menor que a perda esperada como perda efetiva, e foi positivamente influenciada pelas provisões mais baixas reservadas para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39.

A redução da perda esperada para 2010, comparada com a perda esperada para 2009, refletiu a ligeira retoma do contexto económico pós-crise financeira.

A tabela seguinte fornece uma comparação das variações homólogas registadas na perda efetiva, por classe de exposição regulamentar. O Postbank é incluído pela primeira vez no período de relato de 2011.

Comparação da variação homóloga da perda efetiva por classe de exposição calculada pelo método IRB

em milhões de euros	2014	2013	2012[1]	2011	2010
	0	18	0	0	0
Instituições	4	1	14	2	1
Empresas	229	717	393	363	358
Exposições de retalho garantidas por imóveis	212	223	224	359	101
Exposições de retalho renováveis elegíveis	8	7	12	30	5
Outras exposições de retalho	355	370	385	301	282
Total de perda efetiva calculada pelo método IRB avançado	**808**	1.336	1.028	1.055	747

[1] Em 2013, os montantes de perda efetiva em 31 de dezembro de 2012 foram reajustados devido ao alinhamento do modelo de cálculo do Postbank com o modelo do Grupo.

A perda efetiva diminuiu consideravelmente em 2014 face ao ano anterior devido ao baixo nível de novas imparidades em todas as áreas de negócio.

Em 2013, a perda efetiva aumentou 308 milhões de euros (30%) face a 2012, principalmente devido à nossa carteira de empresas e a exposições de amplitude menor aos governos centrais. O aumento na nossa carteira de empresas foi causado por um evento de crédito de cliente individual na GTB juntamente com perdas efetivas superiores para companhias marítimas registadas na CB&S, bem como a um encargo de grande dimensão na NCOU relacionado com o setor imobiliário comercial, ao passo que as perdas efetivas nos governos centrais resultam de um encargo a um cliente individual. Estes aumentos foram parcialmente compensados por ligeiras reduções nas nossas carteiras de retalho, bem como em instituições.

A ligeira redução em perda efetiva de 27 milhões de euros (3%) em 2012 face a 2011 é motivada pelas exposições de retalho garantidas por imóveis resultantes do alinhamento do modelo de cálculo do Postbank à abordagem do Grupo.

Em 2011, as novas provisões criadas foram 308 milhões de euros mais elevadas que em 2010, devido sobretudo à inclusão, pela primeira vez, do Postbank no relato do exercício.

Exposições calculadas pelo método IRB avançado

O método IRB avançado exige a diferenciação da carteira de crédito de um banco por diferentes classes de exposição regulamentares. Nós identificamos a classe de exposição regulamentar relevante para cada exposição através da ponderação de fatores como as características específicas dos clientes, o sistema de notação de crédito utilizado, bem como certos limiares significativos que estão regulamentarmente definidos.

Enquanto instituição IRB, somos obrigados a tratar posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito, genericamente, no âmbito do método IRB. A este tipo de exposições são normalmente aplicados os coeficientes de risco regulamentares definidos pelo método IRB. Na secção "Exposições com coeficientes de risco regulamentares" são fornecidos mais detalhes sobre estas posições.

As tabelas seguintes apresentam as nossas exposições calculadas pelo método IRB avançado, distribuídas por uma escala de notação de risco e separadamente para as classes de exposição calculadas pelo método IRB regulamentares de governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e clientes de retalho. Os tipos de exposição do método IRB avançado, aos quais são aplicados coeficientes de risco regulamentares definidos para o método IRB (posições de titularização na carteira bancária regulamentar, posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito), não são incluídos aqui, mas apresentados separadamente.

O parâmetro EAD é apresentado em conjugação com os valores médios ponderados pelas exposições dos parâmetros PD e LGD, com os ativos ponderados pelo risco (RWA) e com o coeficiente de risco (RW) médio, calculado como ativos ponderados pelo risco (RWA) divididos pela exposição em caso de incumprimento (EAD) líquida. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito. O efeito de incumprimento duplo, quando aplicável fora das exposições de retalho do Postbank, é considerado no coeficiente médio de risco. Esse efeito implica que uma exposição garantida só é considerada uma perda se o devedor primário e o garante não cumprirem as suas obrigações em simultâneo.

Note-se que a informação bruta sobre a exposição em caso de incumprimento para exposições cobertas por garantias ou por derivados de crédito é atribuída à classe de exposição da contraparte inicial, respetivamente, ao passo que a informação de EAD líquida atribui as exposições ao vendedor da proteção. Em consequência, a EAD líquida pode ser mais elevada do que a EAD bruta.

As tabelas infra também incluem a nossa posição de risco de crédito da contraparte decorrente de derivados e de transações de financiamento de títulos, desde que tenha sido atribuída ao método IRB avançado. Na maioria destas exposições utilizamos o MMI para derivar a EAD em que os acordos de compensação e de garantias colaterais apropriados já sejam considerados, resultando numa EAD líquida de garantias colaterais. Fornecem também um rácio de perda esperada por EAD para as exposições não em incumprimento. Para exposições em incumprimento, aplicamos uma conceção LGD que já incorpora potenciais perdas inesperadas na estimativa da taxa de perda, conforme exigido na alínea h, número 1 do artigo 181.º do CRR.

EAD das exposições de crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de probabilidade de incumprimento (PD)

										31.12.2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	iAAA–iAA 0,00–0,04 %	iA 0,04–0,11 %	iBBB 0,11–0,5 %	iBB 0,5–2,27 %	iB 2,27–10,22 %	iCCC 10,22–99,99 %	Total excluindo incumprimento	Incumprimento	Total incluindo incumprimento	Delta total comparativa-mente ao ano anterior
Governos centrais e Bancos centrais										
EAD bruta	74.384	3.566	4.421	1.864	819	73	85.127	55	85.182	(633)
EAD líquida	81.915	4.754	4.126	847	211	71	91.923	55	91.978	(375)
PD média em %	0,00	0,07	0,28	1,48	5,46	13,02	0,05	100,00	0,11	0,01 pp
LGD média em %	48,95	47,96	46,40	12,22	35,85	47,54	48,41	66,15	48,42	0,77 pp
RW médio em %	1,69	30,01	45,57	28,82	115,20	247,13	5,82	65,52	5,85	1,14 pp
EL/EAD líquida em %	0,00	0,03	0,13	0,12	1,61	6,19	0,00	N/S	0,02	0,00 pp
Instituições										
EAD bruto	15.553	29.759	12.771	2.450	1.001	71	61.606	179	61.785	1.412
EAD líquida	17.615	30.257	11.866	2.174	935	67	62.915	179	63.095	2.182
PD média em %	0,03	0,07	0,30	0,99	3,17	21,29	0,20	100,00	0,49	(0,28) pp
LGD média em %	39,28	27,87	25,76	29,81	15,32	28,77	30,55	8,00	30,48	1,39 pp
RW médio em %	13,00	17,67	34,28	66,53	50,73	188,08	21,86	64,28	21,98	6,92 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,08	0,31	0,52	6,15	0,05	N/S	0,05	0,00 pp
Empresas										
EAD bruto	69.955	68.859	75.021	57.709	27.362	4.738	303.644	8.147	311.791	37.836
EAD líquida	73.958	70.172	73.202	51.908	22.730	3.816	295.786	7.727	303.513	38.762
PD média em %	0,03	0,07	0,26	1,13	4,74	20,23	0,91	100,00	3,43	(1,35) pp
LGD média em %	27,88	33,16	33,24	28,91	21,38	16,99	30,00	26,18	29,90	0,77 pp
RW médio em %	10,90	19,86	37,15	57,28	74,84	93,01	33,63	26,53	33,45	2,71 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,08	0,29	0,95	3,30	0,20	N/S	0,20	(0,02) pp
Exposições de retalho garantidas por imóveis										
EAD bruto	974	13.247	57.031	65.093	13.385	3.989	153.719	2.518	156.238	2.680
EAD líquida	974	13.246	56.998	65.000	13.328	3.951	153.498	2.476	155.974	2.703
PD média em %	0,04	0,09	0,28	1,09	4,43	19,76	1,47	100,00	3,03	(0,50) pp
LGD média em %	12,02	13,63	13,13	13,05	12,76	14,39	13,13	22,44	13,28	2,38 pp
RW médio em %	1,39	3,12	7,15	18,50	42,24	73,32	16,32	5,52	16,15	1,46 pp
EL/EAD líquida em %	0,00	0,01	0,04	0,14	0,57	2,74	0,19	N/S	0,19	0,00 pp
Exposições de retalho renováveis elegíveis										
EAD bruto	319	1.208	1.715	877	210	62	4.391	26	4.417	(120)
EAD líquida	319	1.208	1.715	877	210	62	4.391	26	4.417	(120)
PD média em %	0,03	0,08	0,24	1,03	4,41	19,47	0,81	100,00	1,38	(0,26) pp
LGD média em %	46,82	46,95	46,05	45,45	48,68	48,09	46,39	51,29	46,42	(0,27) pp
RW médio em %	1,38	2,66	6,46	19,90	59,91	132,66	12,07	9,27	12,06	(1,63) pp
EL/EAD líquida em %	0,02	0,04	0,11	0,47	2,17	9,19	0,38	N/S	0,38	(0,10) pp
Outras exposições de retalho										
EAD bruto	425	1.161	7.767	12.885	5.784	1.759	29.781	2.456	32.237	(256)
EAD líquida	662	1.273	7.969	12.954	5.797	1.758	30.414	2.323	32.737	(344)
PD média em %	0,04	0,08	0,29	1,16	4,68	18,90	2,56	100,00	9,47	(0,41) pp
LGD média em %	38,08	31,26	36,36	42,85	42,97	42,46	40,56	56,29	41,68	(0,98) pp
RW médio em %	4,84	7,34	19,76	45,92	64,76	91,82	42,80	5,47	40,15	(2,14) pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,03	0,11	0,50	2,00	7,99	1,09	N/S	1,09	(0,07) pp
Total										
EAD bruto	161.609	117.801	158.726	140.879	48.561	10.692	638.268	13.381	651.650	40.919
EAD líquida	175.443	120.911	155.877	133.761	43.210	9.725	638.928	12.785	651.713	42.807
PD média em %	0,02	0,07	0,27	1,11	4,60	19,75	0,92	100,00	2,87	(0,74) pp
LGD média em %	38,84	30,40	25,96	22,57	21,69	21,04	28,90	30,89	29,30	1,09 pp
RW médio em %	6,71	17,58	24,96	37,06	63,03	86,83	23,98	19,30	24,50	2,81 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,07	0,24	0,98	4,00	0,20	N/S	0,20	(0,01) pp

N/S – Não significativo

										31.12.2013
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	iAAA–iAA 0,00–0,04 %	iA 0,04–0,11 %	iBBB 0,11–0,5 %	iBB 0,5–2,27 %	iB 2,27–10,22 %	iCCC 10,22–99,99 %	Total excluindo incumprimento	Incumprimento	Total incluindo incumprimento	Delta total comparativa-mente ao ano anterior
Governos centrais e Bancos centrais										
EAD bruta	74.299	5.162	3.676	1.893	606	126	85.760	55	85.815	(9.847)
EAD líquida	81.527	6.462	3.504	603	113	90	92.299	55	92.354	(10.845)
PD média em %	0,00	0,08	0,30	1,40	5,31	13,04	0,05	100,00	0,11	0,07 pp
LGD média em %	48,67	40,71	43,23	13,80	43,35	38,31	47,66	34,93	47,65	(0,61) pp
RW médio em %	0,83	22,37	48,90	32,84	136,69	170,16	4,70	25,65	4,71	1,07 pp
EL/EAD líquida em %	0,00	0,03	0,13	0,13	2,19	4,98	0,02	N/S	0,02	0,00 pp
Instituições										
EAD bruto	16.869	27.549	12.297	2.098	1.070	196	60.079	294	60.373	(5.995)
EAD líquida	17.872	28.258	11.499	1.776	1.019	195	60.618	294	60.913	(4.944)
PD média em %	0,03	0,07	0,32	1,10	4,64	21,66	0,28	100,00	0,77	0,13 pp
LGD média em %	38,53	26,98	23,23	21,71	12,42	6,27	29,21	4,40	29,09	3,39 pp
RW médio em %	8,46	11,72	25,15	42,61	47,81	34,73	14,89	50,16	15,06	1,48 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,07	0,23	0,56	1,66	0,05	N/S	0,05	0,00 pp
Empresas										
EAD bruto	63.599	57.266	65.756	50.198	22.020	4.520	263.359	10.596	273.955	(20.508)
EAD líquida	66.663	57.687	62.670	44.726	18.912	3.859	254.516	10.235	264.751	(16.439)
PD média em %	0,03	0,07	0,25	1,11	4,70	21,56	0,96	100,00	4,79	1,18 pp
LGD média em %	27,06	34,75	32,13	26,18	20,41	19,12	29,28	25,27	29,13	(1,31) pp
RW médio em %	8,64	18,26	33,75	53,42	70,92	107,07	15,77	24,59	30,74	1,71 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,08	0,30	1,02	4,26	0,22	N/S	0,22	0,01 pp
Exposições de retalho garantidas por imóveis										
EAD bruto	1.357	10.556	47.510	65.038	20.654	5.892	151.007	2.550	153.558	59.756
EAD líquida	1.357	10.556	47.485	64.936	20.576	5.844	150.753	2.518	153.271	59.201
PD média em %	0,04	0,08	0,28	1,12	4,10	20,19	1,92	100,00	3,53	(1,84) pp
LGD média em %	12,93	13,13	11,07	10,67	9,47	9,97	10,80	17,27	10,90	(9,72) pp
RW médio em %	1,63	3,08	6,04	14,97	29,33	56,69	14,78	9,44	14,69	(7,92) pp
EL/EAD líquida em %	0,00	0,01	0,03	0,12	0,39	1,98	0,19	N/S	0,19	(0,26) pp
Exposições de retalho renováveis elegíveis										
EAD bruto	175	998	1.890	1.075	288	83	4.509	28	4.537	(72.898)
EAD líquida	175	998	1.890	1.075	288	83	4.509	28	4.537	(72.784)
PD média em %	0,04	0,08	0,24	1,04	4,54	19,65	1,02	100,00	1,64	(2,21) pp
LGD média em %	47,43	46,95	46,81	45,40	48,01	49,99	46,68	51,09	46,69	37,22 pp
RW médio em %	1,34	2,54	6,19	18,73	57,26	130,55	15,44	8,55	13,69	0,65 pp
EL/EAD líquida em %	0,02	0,04	0,11	0,48	2,22	9,51	0,49	N/S	0,49	0,29 pp
Outras exposições de retalho										
EAD bruto	197	1.336	6.877	12.920	6.687	1.934	29.952	2.542	32.493	20.790
EAD líquida	411	1.537	7.101	13.041	6.666	1.917	30.672	2.409	33.081	21.378
PD média em %	0,03	0,08	0,29	1,16	4,65	19,68	2,80	100,00	9,88	1,93 pp
LGD média em %	40,35	43,53	41,09	42,25	42,29	40,13	41,89	52,36	42,66	(8,76) pp
RW médio em %	4,54	9,42	22,11	46,39	65,31	90,86	45,24	4,68	42,29	2,17 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,03	0,12	0,49	1,95	7,84	1,15	N/S	1,15	(0,17) pp
Total										
EAD bruto	156.496	102.867	138.005	133.222	51.325	12.751	594.666	16.065	610.731	(28.702)
EAD líquida	168.004	105.497	134.148	126.157	47.573	11.987	593.366	15.540	608.906	(24.432)
PD média em %	0,02	0,07	0,27	1,12	4,43	20,52	1,08	100,00	3,61	0,52 pp
LGD média em %	38,71	31,11	24,88	19,90	18,79	18,17	27,72	27,86	28,21	(1,01) pp
RW médio em %	4,76	14,97	22,60	32,36	51,72	79,38	14,46	19,50	21,69	1,10 pp
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,06	0,22	0,88	3,72	0,21	N/S	0,21	0,00 pp

N/S – Não significativo

O aumento no valor de exposição deve-se maioritariamente à classe de exposição de empresas, principalmente resultante de alterações de método devido ao CRR/CRD IV, ao impacto de variações cambiais e, em menor grau, à transferência da carteira de Empresas/Instituições financeiras de grande capitalização do Postbank do método IRB básico para o avançado.

As tabelas infra apresentam as nossas exposições calculadas pelo método IRB avançado, excluindo as exposições ao risco de crédito da contraparte de derivados e de SFT relativamente a Governos centrais e Bancos centrais, Instituições e Empresas, distribuídas pela nossa escala de notação interna, bem como a classificação de probabilidade de incumprimento para cada grau de notação. Os nossos graus de notação interna tomam em consideração os respetivos graus de notação externa da Standard & Poor's. A EAD líquida é apresentada em conjugação com os valores médios ponderados pelas exposições dos parâmetros PD e LGD, com os RWA e com o coeficiente médio de risco. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito. O efeito de incumprimento duplo, quando aplicável a exposições fora do Postbank, é considerado no coeficiente médio de risco. Esse efeito implica que uma exposição garantida só é considerada uma perda se o devedor primário e o garante não cumprirem as suas obrigações em simultâneo.

EAD líquida relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de PD, em Governos centrais e Bancos centrais
(excluindo derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014						31.12.2013					
Notação interna	EAD líquida	PD média em %	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %	EAD líquida	PD média em %	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	76.611	0,00	49,51	557	0,73	0,00	75.749	0,00	49,69	264	0,35	0,00
iAA+	1.329	0,02	38,78	195	14,69	0,01	589	0,02	29,73	28	4,81	0,01
iAA	263	0,03	31,07	32	12,30	0,01	189	0,03	29,68	18	9,49	0,01
iAA–	125	0,04	30,08	23	18,04	0,01	148	0,04	27,84	26	17,24	0,01
iA+	1.308	0,05	50,00	165	12,60	0,02	965	0,05	49,95	134	13,94	0,02
iA	1.358	0,07	48,80	523	38,52	0,03	1.304	0,07	49,45	469	35,93	0,03
iA–	1.567	0,09	49,79	598	38,17	0,04	1.659	0,09	48,59	563	33,93	0,04
iBBB+	114	0,14	45,21	35	30,37	0,06	339	0,14	42,56	71	20,97	0,06
iBBB	1.068	0,23	49,80	440	41,19	0,11	848	0,23	41,15	313	36,83	0,09
iBBB–	1.673	0,39	49,57	916	54,79	0,19	1.509	0,39	49,05	820	54,33	0,19
iBB+	88	0,64	32,92	69	78,44	0,21	87	0,64	26,15	50	57,98	0,17
iBB	62	1,07	49,45	57	93,00	0,53	22	1,07	47,69	23	103,98	0,51
iBB–	609	1,76	2,46	47	7,67	0,04	377	1,76	2,79	32	8,55	0,05
iB+	38	2,92	49,65	51	134,53	1,45	44	2,92	47,63	60	136,12	1,39
iB	1	4,82	10,20	0	37,36	0,49	22	4,82	49,88	31	138,78	2,40
iB–	106	7,95	22,35	99	93,83	1,78	45	7,95	36,40	62	138,37	2,89
iCCC+	56	13,00	50,00	147	261,42	6,50	88	13,00	38,22	150	169,45	4,97
iCCC	0	22,00	45,63	1	324,35	10,04	0	22,00	0,10	0	0,58	0,02
iCCC–	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	31,00	8,06	0	50,39	2,50
Total excluindo incumprimento	**86.376**	**0,05**	**48,88**	**3.955**	**4,58**	**0,02**	83.984	0,04	49,06	3.113	3,71	0,02
Incumprimento	55	100,00	66,15	36	65,52	N/S	55	100,00	34,93	14	25,65	N/S
Total incluindo incumprimento	**86.431**	**0,11**	**48,89**	**3.991**	**4,62**	**0,02**	84.040	0,11	49,05	3.127	3,72	0,02

N/S – Não significativo

EAD líquida relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de PD, em instituições (excluindo derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014						31.12.2013					
Notação interna	EAD líquida	PD média em %[1]	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %	EAD líquida	PD média em %	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	3.087	0,02	41,31	498	16,14	0,01	2.036	0,02	41,53	311	15,27	0,01
iAA+	275	0,03	40,10	49	17,91	0,01	108	0,03	41,53	15	13,59	0,01
iAA	1.944	0,03	41,84	112	5,75	0,01	3.483	0,03	43,72	195	5,59	0,01
iAA–	3.943	0,03	52,10	316	8,00	0,01	4.313	0,04	40,19	317	7,34	0,02
iA+	2.916	0,05	32,44	410	14,06	0,02	2.774	0,05	34,39	284	10,24	0,02
iA	4.506	0,07	29,54	624	13,85	0,02	7.220	0,07	25,66	585	8,10	0,02
iA–	4.317	0,09	22,65	697	16,13	0,02	4.713	0,09	28,23	655	13,89	0,03
iBBB+	1.230	0,14	32,55	356	28,93	0,05	865	0,14	34,93	259	29,91	0,05
iBBB	1.076	0,23	24,98	301	28,01	0,06	1.097	0,23	25,26	310	28,25	0,06
iBBB–	4.352	0,39	35,95	2.320	53,31	0,14	3.319	0,39	31,43	1.222	36,81	0,12
iBB+	812	0,64	20,78	287	35,39	0,14	307	0,64	30,66	131	42,65	0,20
iBB	456	1,07	37,72	361	79,23	0,40	299	1,07	37,81	220	73,64	0,40
iBB–	379	1,76	30,67	350	92,37	0,54	222	1,76	18,63	104	46,80	0,33
iB+	521	2,92	12,53	226	43,44	0,37	114	2,92	23,75	83	72,51	0,69
iB	67	4,88	25,09	63	94,67	1,22	784	4,82	10,69	349	44,57	0,52
iB–	8	7,95	26,86	9	101,79	2,14	17	7,95	22,98	16	91,92	1,83
iCCC+	6	13,00	22,37	6	102,71	2,91	7	13,00	38,50	13	186,27	5,01
iCCC	30	22,00	9,67	17	56,77	2,13	141	22,00	3,36	25	18,12	0,74
iCCC–	1	31,00	0,30	0	1,69	0,09	0	31,00	20,03	0	111,29	6,21
Total excluindo incumprimento	**29.925**	**0,25**	**34,38**	**7.002**	**23,40**	**0,06**	31.820	0,36	32,30	5.092	16,00	0,06
Incumprimento	62	100,00	13,65	42	67,28	N/S	272	100,00	4,56	143	52,33	N/S
Total incluindo incumprimento	**29.987**	**0,46**	**34,33**	**7.044**	**23,49**	**0,06**	32.092	1,20	32,06	5.235	16,31	0,06

N/S – Não significativo
[1] A média de PD em % mais elevada que a definida para as notações de crédito internas iAAA e iAA+ tem por resultado a sujeição da exposição de Instituições e Empresas a um limite inferior de PD de três pontos base.

O decréscimo em resultados de exposição resulta principalmente de atividades de diminuição do risco e é parcialmente compensado por variações cambiais. Simultaneamente, os ativos ponderados pelo risco aumentaram devido a alterações na metodologia, por exemplo, a correlação de valor de ativo para grandes entidades financeiras regulamentadas.

EAD líquida relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de PD, em Empresas (excluindo derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014						31.12.2013					
Notação interna	EAD líquida	PD média em %[1]	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %	EAD líquida	PD média em %	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	4.893	0,03	21,82	325	6,64	0,01	3.084	0,03	24,81	196	6,35	0,01
iAA+	5.700	0,03	20,58	326	5,72	0,01	5.448	0,03	19,67	286	5,25	0,01
iAA	11.377	0,03	16,32	534	4,69	0,00	7.555	0,03	18,29	420	5,56	0,01
iAA–	12.583	0,04	33,75	1.405	11,17	0,01	11.213	0,04	31,29	922	8,22	0,01
iA+	13.744	0,05	29,51	1.849	13,45	0,01	11.167	0,05	28,56	1.293	11,58	0,01
iA	20.367	0,07	31,06	3.363	16,51	0,02	14.927	0,07	31,28	2.349	15,73	0,02
iA–	20.146	0,09	35,14	4.756	23,61	0,03	17.690	0,09	35,62	3.705	20,95	0,03
iBBB+	19.495	0,14	34,90	5.734	29,41	0,05	18.121	0,14	31,90	4.512	24,90	0,04
iBBB	21.891	0,23	30,95	7.238	33,06	0,07	18.145	0,23	32,54	5.984	32,98	0,07
iBBB–	20.057	0,39	31,70	8.730	43,53	0,12	16.884	0,39	31,05	6.885	40,78	0,11
iBB+	13.892	0,64	29,84	6.752	48,60	0,18	9.958	0,64	32,21	5.436	54,60	0,20
iBB	13.993	1,08	26,46	7.647	54,65	0,27	11.819	1,07	28,10	6.835	57,83	0,30
iBB–	13.013	1,77	25,07	7.838	60,23	0,41	9.062	1,76	24,59	5.625	62,07	0,43
iB+	8.157	2,92	19,93	4.942	60,59	0,56	6.452	2,92	19,94	3.969	61,51	0,84
iB	8.096	4,80	20,92	6.215	76,76	1,00	5.167	4,79	21,45	3.948	76,42	1,02
iB–	4.339	7,93	17,21	3.210	73,99	1,35	3.935	7,94	15,90	2.664	67,71	1,26
iCCC+	1.382	12,99	20,65	1.420	102,72	2,69	1.140	13,00	14,58	809	70,94	1,89
iCCC	643	21,56	16,75	655	101,80	3,81	738	21,95	23,77	1.035	140,38	5,19
iCCC–	535	31,00	14,78	458	85,59	4,59	802	31,00	12,15	569	70,92	3,77
Total excluindo incumprimento	**214.302**	**0,99**	**28,65**	**73.397**	**34,25**	**0,21**	173.309	1,06	28,87	57.442	33,14	0,23
Incumprimento	7.531	100,00	26,72	1.963	26,07	N/S	9.975	100,00	25,77	2.405	24,11	N/S
Total incluindo incumprimento	**221.832**	**4,36**	**28,58**	**75.360**	**33,97**	**0,21**	183.284	6,44	28,70	59.847	32,65	0,23

N/S – Não significativo
[1] A média de PD em % mais elevada que a definida para as notações de crédito internas iAAA e iAA+ tem por resultado a sujeição da exposição de Instituições e Empresas a um limite inferior de PD de três pontos base.

A maioria destas exposições em todas as classes de exposição está atribuída a clientes com grau de investimento (investment-grade).As exposições nas classes de notação de crédito inferiores estão em larga medida protegidas por garantias colaterais.

Os níveis de exposição aumentaram durante o período de relato, principalmente devido a variações cambiais, crescimento na CB&S e GTB, bem como a alterações de método do CRR/CRD IV. Uma contribuição adicional resultou da transferência da carteira de Empresas/Instituições financeiras de grande capitalização do Postbank do método IRB básico para o avançado.

A tabela infra mostra a nossa exposição calculada pelo método IRB avançado, distribuída com base nas classes de exposição correspondentes para cada localização geográfica relevante. Como localização geográfica apresentamos países onde o Banco mantém uma agência ou subsidiária e o volume de exposição é igual ou superior a 0,5 milhões de euros. A exposição que não cumpra estes critérios é apresentada em "Outros", que também inclui exposição a organizações internacionais. As exposições são atribuídas à localização geográfica específica com base no país de domicílio da contraparte respetiva. A EAD líquida é apresentada em conjugação com os valores médios ponderados pelas exposições dos parâmetros LGD e PD em percentagem. Exclui as seguintes classes de exposição: posições de titularização na carteira bancária regulamentar, posições de capital específicas e ativos que não sejam obrigações de crédito.

EAD líquida, LGD média e PD média de exposições de crédito calculadas pelo método IRB avançado por localização geográfica
(incluindo derivados e SFT)

31.12.2014

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Exposições de retalho face a PME	Exposições de retalho garantidas por imóveis residenciais	Outras exposi-ções de retalho	Total
Ilhas Virgens Americanas							
EAD líquida	0	0	277	0	0	0	277
LGD média em %	0	0	5,79	0	0	0	5,79
PD média em %	0	0	0,47	0	0	0	0,47
Argentina							
EAD líquida	43	0	92	0	1	6	143
LGD média em %	45,97	0	20,99	61,89	13,81	16,34	28,27
PD média em %	13,00	0	6,27	31,00	7,08	1,78	8,13
Austrália							
EAD líquida	1.508	2.002	3.054	1	12	2	6.579
LGD média em %	33,43	34,01	33,71	38,71	14,15	22,46	33,70
PD média em %	0,02	0,05	0,89	0,23	2,41	0,76	0,44
Áustria							
EAD líquida	181	528	957	0	44	19	1.728
LGD média em %	42,06	32,83	37,63	0	14,10	23,26	35,88
PD média em %	0,01	0,17	2,43	0	3,40	5,86	1,55
Barbados							
EAD líquida	0	0	139	0	0	0	139
LGD média em %	0	0	16,11	0	0	26,19	16,11
PD média em %	0	0	0,33	0	0	0,45	0,33
Bélgica							
EAD líquida	604	1.383	1.783	0	43	9	3.823
LGD média em %	47,10	43,16	31,72	61,90	18,02	37,38	38,15
PD média em %	0	0,05	0,56	0,39	5,32	3,58	0,35
Bermudas							
EAD líquida	0	3	1.876	0	0	0	1.879
LGD média em %	0	40,00	25,21	0	0	47,60	25,24
PD média em %	0	0,12	3,05	0	0	0,09	3,04
Brasil							
EAD líquida	334	1.159	1.584	0	6	3	3.086
LGD média em %	50,00	22,51	34,23	52,70	13,41	27,38	31,49
PD média em %	0,14	0,22	3,18	1,07	2,25	2,03	1,74
Ilhas Virgens Britânicas							
EAD líquida	0	0	7.347	0	0	0	7.347
LGD média em %	50,00	0	12,66	0	0	55,59	12,66
PD média em %	0	0	3,02	0	0	0,41	3,02
Canadá							
EAD líquida	324	1.934	4.325	1	6	7	6.598
LGD média em %	33,89	28,20	34,14	13,31	12,08	12,85	32,34
PD média em %	0,03	0,05	0,70	0,64	1,10	3,39	0,48
Ilhas Caimão							
EAD líquida	0	0	7.347	0	0	0	7.348
LGD média em %	0	0	34,31	0	5,00	96,11	34,31
PD média em %	0	0	1,37	0	0,39	0,62	1,37
Chile							
EAD líquida	0	184	443	0	0	3	630
LGD média em %	49,06	44,07	44,22	0	5,00	38,25	44,15
PD média em %	0,01	0,12	0,20	0	0,09	0,84	0,18

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Exposições de retalho face a PME	Exposições de retalho garantidas por imóveis residenciais	Outras exposi-ções de retalho	31.12.2014 Total
China							
EAD líquida	2.004	8	13.574	0	13	4	15.603
LGD média em %	51,62	50,00	44,55	85,20	12,90	36,92	45,44
PD média em %	0	0,03	0,46	100,00	0,94	0,80	0,40
Colômbia							
EAD líquida	0	0	197	0	1	1	199
LGD média em %	0	0	38,67	0	12,75	57,12	38,59
PD média em %	0	0	0,49	0	0,42	2,08	0,50
República Checa							
EAD líquida	451	81	296	1	4	3	835
LGD média em %	50,00	38,52	41,20	55,67	13,34	34,38	45,57
PD média em %	0	0,13	0,25	0,44	1,67	2,27	0,12
Dinamarca							
EAD líquida	47	453	943	0	16	3	1.463
LGD média em %	31,62	39,58	41,78	0	14,74	43,78	40,47
PD média em %	0	0,33	0,47	0	6,57	4,04	0,48
Finlândia							
EAD líquida	5	191	671	0	2	0	869
LGD média em %	50,00	23,91	37,58	0	12,18	44,65	34,60
PD média em %	0	0,04	0,21	0	2,74	0,54	0,18
França							
EAD líquida	1.195	4.333	6.016	1	65	90	11.700
LGD média em %	46,69	32,85	39,95	26,31	15,13	17,77	37,70
PD média em %	0,01	0,10	1,77	0,56	5,09	4,96	1,01
Alemanha							
EAD líquida	1.953	7.861	45.320	306	133.182	27.031	215.653
LGD média em %	47,88	18,86	33,92	54,16	13,04	39,37	21,31
PD média em %	0	0,25	4,42	2,82	2,92	5,08	3,39
Gibraltar							
EAD líquida	0	0	17	0	1	0	19
LGD média em %	0	0	18,98	0	19,08	69,61	19,06
PD média em %	0	0	0,37	0	0,41	62,34	0,46
Grécia							
EAD líquida	0	50	1.482	0	5	3	1.541
LGD média em %	50,00	31,94	15,11	0	8,47	29,90	15,67
PD média em %	4,82	22,00	8,21	0	2,23	1,71	8,63
Guernsey							
EAD líquida	0	0	401	0	0	0	401
LGD média em %	0	0	16,64	0	0	47,62	16,65
PD média em %	0	0	1,49	0	0	0,40	1,49
Hong Kong							
EAD líquida	147	501	5.513	0	6	1	6.168
LGD média em %	30,00	33,25	26,62	0	11,44	29,29	27,22
PD média em %	0,02	0,07	1,32	0	0,73	0,47	1,19
Hungria							
EAD líquida	164	44	329	0	2	3	542
LGD média em %	50,00	50,79	46,90	0	25,94	39,23	48,03
PD média em %	0,39	0,43	1,61	0	2,10	6,59	1,17

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Exposições de retalho face a PME	Exposições de retalho garantidas por imóveis residenciais	Outras exposi-ções de retalho	Total
							31.12.2014
Índia							
EAD líquida	1.375	3.048	5.550	0	1	4	9.978
LGD média em %	49	45	39	0	9	53	42
PD média em %	0	0	2	0	1	3	1
Indonésia							
EAD líquida	312	0	2.291	0	1	2	2.605
LGD média em %	50	0	35	0	8	10	37
PD média em %	0	0	2	0	18	1	1
Irlanda							
EAD líquida	5	1.993	6.483	1	34	2	8.517
LGD média em %	50	6	25	57	13	21	21
PD média em %	0	6	18	86	11	2	15
Israel							
EAD líquida	16	0	462	0	17	1	496
LGD média em %	50	0	35	62	9	23	34
PD média em %	0	0	3	0	8	4	3
Itália (incl. San Marino)							
EAD líquida	1.488	2.105	5.930	1.578	7.153	4.038	22.292
LGD média em %	45	32	36	21	7	64	31
PD média em %	0	0	10	13	2	24	8
Japão							
EAD líquida	5.626	1.498	2.225	0	1	1	9.350
LGD média em %	50	39	30	0	7	39	44
PD média em %	0	0	8	0	1	0	2
Jersey							
EAD líquida	0	0	914	0	0	0	915
LGD média em %	0	40	14	0	35	48	14
PD média em %	0	2	2	0	57	0	2
Luxemburgo							
EAD líquida	20	986	10.662	0	40	2	11.709
LGD média em %	50	28	23	0	10	44	23
PD média em %	0	0	6	0	9	20	5
Malásia							
EAD líquida	65	0	855	0	3	2	925
LGD média em %	44	0	45	0	9	7	45
PD média em %	0	0	0	0	80	82	1
Malta							
EAD líquida	13	19	202	0	2	0	237
LGD média em %	50	38	5	0	12	59	11
PD média em %	0	0	1	0	7	7	1
Maurícia							
EAD líquida	0	0	134	0	1	0	135
LGD média em %	0	0	37	0	6	27	36
PD média em %	0	0	1	0	0	0	1
México							
EAD líquida	0	347	755	0	4	77	1.183
LGD média em %	50	47	44	0	10	42	44
PD média em %	0	0	1	0	4	45	4

							31.12.2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Exposições de retalho face a PME	Exposições de retalho garantidas por imóveis residenciais	Outras exposi-ções de retalho	Total
Países Baixos							
EAD líquida	213	4.779	11.300	0	79	18	16.389
LGD média em %	47,53	23,42	31,49	26,96	14,93	31,08	29,26
PD média em %	0,02	0,06	4,91	1,61	4,18	2,99	3,43
Nova Zelândia							
EAD líquida	24	88	319	0	1	0	432
LGD média em %	50,00	27,24	39,20	0	8,84	46,39	37,32
PD média em %	0	0,04	0,14	0	0,81	0,46	0,11
Nigéria							
EAD líquida	30	0	617	0	1	0	649
LGD média em %	3,76	0	8,18	0	29,27	47,14	8,02
PD média em %	0,64	0	3,33	0	0,83	2,24	3,20
Noruega							
EAD líquida	12	614	1.038	1	17	1	1.682
LGD média em %	50,00	41,65	26,63	10,10	17,66	54,45	32,20
PD média em %	0	0,04	1,96	1,64	2,98	7,38	1,25
Paquistão							
EAD líquida	0	0	180	0	0	1	182
LGD média em %	50,00	0	40,77	0	7,94	15,72	40,54
PD média em %	7,95	0	5,79	0	0,23	0,40	5,75
Peru							
EAD líquida	91	0	234	0	0	2	327
LGD média em %	50,00	0	28,77	0	0	13,76	34,58
PD média em %	0,05	0	0,48	0	0	0,83	0,36
Filipinas							
EAD líquida	310	0	427	0	1	0	739
LGD média em %	50,00	0	39,13	0	12,03	44,29	43,64
PD média em %	0,23	0	0,66	0	0,29	0,78	0,48
Polónia							
EAD líquida	1.223	102	1.060	662	4.738	196	7.981
LGD média em %	50,00	33,33	40,14	45,49	29,81	39,45	35,86
PD média em %	0,05	0,13	13,38	9,58	1,40	11,49	3,69
Portugal							
EAD líquida	4	250	537	120	1.431	418	2.759
LGD média em %	50,00	14,66	34,01	18,80	9,81	19,98	16,94
PD média em %	0,64	2,47	8,41	12,58	5,39	11,53	6,95
Catar							
EAD líquida	0	0	377	0	1	0	378
LGD média em %	0	0	31,77	0	7,98	30,27	31,71
PD média em %	0	0	0,26	0	2,01	2,09	0,26
Roménia							
EAD líquida	0	2	38	0	0	1	41
LGD média em %	0	49,83	47,93	0	3,31	22,73	46,91
PD média em %	0	0,51	0,22	0	1,37	2,32	0,30
Arábia Saudita							
EAD líquida	101	733	2.074	0	3	1	2.912
LGD média em %	49,99	28,11	28,76	0	25,84	37,27	29,33
PD média em %	0	0,08	0,55	0	0,56	1,32	0,41

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Exposições de retalho face a PME	Exposições de retalho garantidas por imóveis residenciais	Outras exposi-ções de retalho	Total
							31.12.2014
Singapura							
EAD líquida	915	392	5.250	0	14	3	6.573
LGD média em %	50,00	39,95	18,25	61,90	9,20	17,99	23,94
PD média em %	0	0,04	2,06	0,64	0,74	0,60	1,65
Eslováquia							
EAD líquida	8	4	29	0	0	0	41
LGD média em %	50,00	23,68	44,76	0	5,18	35,73	43,43
PD média em %	0,05	0,09	0,23	0	18,46	4,16	0,39
África do Sul							
EAD líquida	56	389	457	1	6	3	910
LGD média em %	50,00	19,48	44,57	5,40	10,26	24,21	33,89
PD média em %	0,09	0,17	0,88	0,09	8,50	2,43	0,58
Coreia do Sul							
EAD líquida	1.410	1.403	2.180	0	2	0	4.995
LGD média em %	48,41	38,49	41,21	0	8,58	38,68	42,47
PD média em %	0	0,08	1,53	0	1,33	1,11	0,69
Espanha							
EAD líquida	923	1.209	4.958	1.429	7.344	1.468	17.331
LGD média em %	50,41	24,62	32,84	38,63	12,65	58,08	27,26
PD média em %	1,04	1,28	15,73	4,90	5,26	18,25	8,82
Sri Lanca							
EAD líquida	102	0	101	0	0	0	203
LGD média em %	50,00	0	46,64	0	5,00	40,59	48,32
PD média em %	2,92	0	1,65	0	0,23	4,34	2,29
Suécia							
EAD líquida	3	548	1.094	0	14	2	1.661
LGD média em %	30,00	39,50	41,24	0	14,72	45,14	40,43
PD média em %	0,03	0,09	0,57	0	1,99	21,22	0,45
Suíça							
EAD líquida	4.313	2.357	9.909	2	169	55	16.805
LGD média em %	49,77	29,28	21,73	8,40	14,01	23,01	29,91
PD média em %	0	0,06	1,94	0,34	4,32	4,59	1,21
Taiwan							
EAD líquida	742	0	1.501	0	0	5	2.248
LGD média em %	33,55	0	39,97	0	0	3,55	37,77
PD média em %	0	0	0,32	0	0	0,95	0,22
Tailândia							
EAD líquida	595	0	1.169	0	3	1	1.768
LGD média em %	50,00	0	43,82	0	10,72	21,30	45,83
PD média em %	0,09	0	0,52	0	0,82	0,32	0,37
Turquia							
EAD líquida	191	2.827	885	0	5	2	3.910
LGD média em %	50,00	10,08	47,28	0	9,80	33,37	20,46
PD média em %	0,39	0,41	4,15	0	2,70	4,92	1,26
Ucrânia							
EAD líquida	27	0	112	0	2	0	142
LGD média em %	50,00	0	49,91	0	17,93	46,13	49,50
PD média em %	13,00	0	10,40	0	0,42	2,14	10,75

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Exposições de retalho face a PME	Exposições de retalho garantidas por imóveis residenciais	Outras exposi-ções de retalho	31.12.2014 Total
EAD líquida	214	0	2.640	0	13	15	2.881
LGD média em %	50,00	0	38,10	0	12,09	36,33	38,86
PD média em %	0,01	0	2,49	0	0,81	0,42	2,29
Reino Unido							
EAD líquida	334	4.652	20.311	6	232	176	25.711
LGD média em %	50,00	40,25	31,00	23,76	18,77	14,40	32,69
PD média em %	0	0,30	2,36	2,56	14,14	83,52	2,62
Estados Unidos da América							
EAD líquida	54.744	11.045	85.958	1	63	283	152.093
LGD média em %	49,54	37,15	25,77	40,69	12,96	37,15	35,17
PD média em %	0,09	0,11	2,02	0,59	3,60	2,35	1,19
Uruguai							
EAD líquida	0	0	62	0	0	2	65
LGD média em %	50,00	0	9,46	0	6,98	5,36	9,33
PD média em %	0,23	0	15,16	0	0,45	0,13	14,61
Venezuela							
EAD líquida	9	0	42	0	1	9	62
LGD média em %	31,42	0	27,59	49,65	12,35	5,21	24,40
PD média em %	7,95	0	13,67	0,15	0,85	0,59	10,52
Vietname							
EAD líquida	60	0	153	0	2	0	215
LGD média em %	50,00	0	43,20	0	8,37	32,61	44,82
PD média em %	1,07	0	2,22	0	0,46	1,53	1,89
Outros							
EAD líquida	7.445	991	8.052	2	93	132	16.715
LGD média em %	42,96	40,43	24,30	27,24	15,19	11,71	33,42
PD média em %	0,29	5,20	5,96	5,45	2,87	4,54	3,36
dos quais:							
Organizações internacionais							
EAD líquida	5.117	354	143	0	0	0	5.614
	45,30	49,45	41,26	0	0	18,30	45,46
PD média em %	0,01	0,01	0,08	0	0	2,92	0,01
Total	91.978	63.095	303.513	4.112	154.900	34.115	651.713

A tabela infra apresenta a nossa exposição a compromissos não utilizados, tratada no âmbito do método IRB avançado. Está repartida por classe de exposição regulamentar e fornece os correspondentes fatores de conversão de crédito ponderados pela exposição, bem como as EAD resultantes.

Exposição a compromissos não utilizados no âmbito do método IRB avançado, por classe de exposição regulamentar

	31.12.2014			31.12.2013		
	Compromissos não utilizados em milhões de euros	Fator de conversão de crédito (CCF) ponderado em %	Valor da exposição para compromis-sos não utilizados (EAD) em milhões de euros	Compromissos não utilizados em milhões de euros	Fator de conversão de crédito (CCF) ponderado em %	Valor da exposição para compromis-sos não utilizados (EAD) em milhões de euros
Governos centrais e bancos centrais	889	81	718	782	79	614
Instituições	2.057	36	748	1.673	37	621
Empresas	174.303	33	57.536	138.047	33	46.058
Exposições de retalho garantidas por imóveis	6.174	76	4.716	6.827	74	5.085
Exposições de retalho renováveis elegíveis	5.660	66	3.752	5.779	65	3.780
Outras exposições de retalho	7.777	53	4.096	7.799	51	3.980
EAD total de compromissos não utilizados calculada pelo método IRB avançado	**196.860**	**36**	**71.566**	160.906	37	60.137

Uma comparação homóloga apresenta um aumento em compromissos não utilizados principalmente decorrentes da exposição a empresas, onde os níveis aumentaram devido a variações cambiais e ao crescimento específico na CB&S e GTB. Uma contribuição adicional resultou da transferência da carteira de Empresas/Instituições financeiras de grande capitalização do Postbank do método IRB básico para o avançado.

Enquanto instituição IRB, somos obrigados a tratar os investimentos em ações, os organismos de investimento coletivo (OIC) e outros ativos que não sejam obrigações de crédito genericamente no âmbito do método IRB. A estes tipos de exposições são normalmente aplicados os coeficientes de risco regulamentares definidos para o método IRB.

Utilizamos a abordagem de coeficiente de risco simples nos termos do artigo 155.º, n.º 2 do CRR para os nossos investimentos em posições de capital tomadas desde 1 de janeiro de 2008.Faz a distinção entre exposição em ações não negociadas em bolsa, mas suficientemente diversificadas, produtos negociados em bolsa e outros produtos não negociados em bolsa, usando os coeficientes de risco regulamentares de 190 %, 290 % ou 370 %, respetivamente. Também incluímos exposições que atraem um coeficiente de risco de 250%, em conformidade com o artigo 48.º, n.º 4 para investimentos significativos nos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro, que estão sujeitos às isenções de limite, conforme previsto no artigo 48.º do CRR.

Às exposições que são atribuídas à classe de exposição "outros ativos que não são obrigações de crédito" é aplicado o coeficiente de risco definido para o método IRB de 0%, no caso de posições em numerário, de 250% para ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura e decorrem de diferenças temporárias sujeitas às isenções de limite, conforme previsto no artigo 48.º do CRR, ou 100%.

A tabela seguinte resume, numa base EAD, a nossa exposição a ações e outros ativos que não são obrigações de crédito, calculada pelo método IRB, com a aplicação de coeficientes de risco regulamentares. Não foram aplicadas técnicas de redução do risco de crédito.

EAD líquida de investimentos em ações e outros ativos que não são obrigações de crédito, por coeficiente de risco

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
0 %	2.130	883
100 %	3.891	5.739
190 %	0	62
250 %	7.103	0
290 %	266	184
370 %	1.096	1.089
EAD total de investimentos em ações e outros ativos que não são obrigações de crédito	**14.486**	7.957

O aumento resulta principalmente da introdução pelo CRR/CRD IV de um coeficiente de risco de 250%, de acordo com o artigo 48.º do CRR para investimentos significativos em entidades do setor financeiro e ativos por impostos diferidos, conforme realçado acima (regra 10/15%).

Exposições calculadas pelo método IRB básico

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank desde que estas não tenham sido recentemente atribuídas ao método IRB avançado durante o ano de 2014.O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e usar valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a cálculos internos incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Foram desenvolvidos sistemas de notação de crédito calculados pelo método IRB básico para exposições nas classes de instituições e empresas. É atribuída a cada exposição de crédito de contraparte uma probabilidade de incumprimento, enquanto função de uma escala matriz de notações de crédito transparente e consistente. As notações de crédito atribuídas aos mutuários são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, como o comportamento geral dos clientes e dados financeiros

e externos. Os métodos utilizados são baseados em análises estatísticas e, para determinados segmentos específicos das carteiras, corrigidos por avaliações baseadas em peritos, tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os sistemas de notação de crédito tomam em consideração notações externas de risco de longo prazo das principais agências de notação (Standard & Poor's, Moody's e Fitch).

Aplicámos no método IRB básico uma definição de incumprimento nos termos exigidos pelo artigo 178.º do CRR, confirmada pela BaFin no âmbito do seu processo de aprovação do método IRB.

Validamos regularmente as nossas metodologias de notação de crédito e os nossos parâmetros de risco de crédito no Postbank. Enquanto a validação da metodologia de notação de crédito se centra na capacidade discriminatória dos modelos, a validação do parâmetro de risco para a probabilidade de incumprimento analisa a sua capacidade preditiva quando comparada com o historial das experiências de incumprimento.

Resultados de validação dos parâmetros de risco utilizados no nosso método IRB básico no Postbank

				PD
		2014		2013
	Número	EAD em %	Número	EAD em %
Apropriados	0	0,0	2	99,6
Excessivamente conservadores	0	0,0	1	0,4
Progressistas	2	100,0	0	0,0
Total	**2**	**100,0**	3	100,0
Dos quais, já recalibrados e introduzidos		em 2014		em 2013
Excessivamente conservadores	0	0,0	0	0,0
Progressistas	0	0,0	0	0,0
Total	**0**	**0,0**	0	0,0

A tabela supra resume os resultados das validações dos modelos para o parâmetro de risco PD utilizado no nosso método IRB básico para o Postbank. Se as definições dos parâmetros de risco individuais forem classificadas como apropriadas, nenhuma recalibração foi desencadeada pela validação. A discriminação é apresentada por número de parâmetros, bem como pela percentagem relativa de EAD associada ao respetivo parâmetro em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

As validações classificam as definições do parâmetro PD para os dois sistemas de notação de crédito relevantes ao abrigo do método IRB básico do Postbank como demasiado progressistas. A recalibração está agendada para 2015.O sistema de notação de crédito classificado como excessivamente conservador em 2013 foi descontinuado em 2014.

Exposição calculada pelo método IRB básico

No âmbito das carteiras do Postbank, atribuímos as nossas exposições à classe de exposição regulamentar relevantes através da ponderação de fatores como as características específicas dos clientes e o sistema de notação de crédito utilizado. As tabelas seguintes também consideram a posição de risco de crédito da contraparte do Postbank resultante de derivados e de operações de financiamento de títulos, quando atribuídos ao método IRB básico.

A tabela infra apresenta o parâmetro EAD em conjugação com os coeficientes médios de risco ("RW") ponderados pelas exposições. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito. A informação sobre a EAD bruta para exposições cobertas por garantias ou por derivados de crédito é atribuída à classe de exposição da contraparte inicial, ao passo que a informação sobre a EAD líquida atribui a exposição ao vendedor da proteção.

Exposições calculadas pelo método IRB básico para cada classe de exposição, por escala de notação de crédito

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	iAAA a iAA 0,000 – 0,045%	iA 0,045 – 0,125%	iBBB 0,125 – 0,475%	iBB a iCCC > 0,475 %	Total excluindo incumprimento	Incumprimento	31.12.2014 Total incluindo incumprimento
Governos centrais e bancos centrais							
EAD bruta	0	0	0	0	0	0	0
EAD líquida	0	0	0	0	0	0	0
dos quais: compromissos não utilizados	0	0	0	0	0	0	0
RW médio em %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições							
EAD bruto	0	0	1	0	1	0	1
EAD líquida	0	0	0	0	0	0	0
dos quais: compromissos não utilizados	0	0	0	0	0	0	0
RW médio em %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas							
EAD bruto	1.785	267	2.261	1.559	5.872	167	6.039
EAD líquida	1.785	848	2.031	1.222	5.886	167	6.053
dos quais: compromissos não utilizados	8	1	169	41	219	5	224
RW médio em %	10,23	16,49	41,36	81,77	36,72	0,11	35,71
Total							
EAD bruto	1.785	267	2.262	1.559	5.873	167	6.040
EAD líquida	1.785	848	2.031	1.222	5.886	167	6.053
dos quais: compromissos não utilizados	8	1	169	41	219	5	224
RW médio em %	10,23	16,49	41,36	81,77	36,72	0,11	35,71

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	iAAA a iAA 0,000 – 0,045%	iA 0,045 – 0,125%	iBBB 0,125 – 0,475%	iBB a iCCC > 0,475 %	Total excluindo incumprimento	Incumprimento	31.12.2013 Total incluindo incumprimento
Governos centrais e bancos centrais							
EAD bruta	0	8	0	0	8	0	8
EAD líquida	0	8	0	0	8	0	8
sendo: compromissos não utilizados	0	0	0	0	0	0	0
RW médio em %	0,00	27,57	0,00	0,00	27,57	0,00	27,57
Instituições							
EAD bruto	259	3.413	1.790	130	5.592	0	5.592
EAD líquida	259	3.413	1.790	130	5.592	0	5.592
sendo: compromissos não utilizados	0	0	6	0	6	0	6
RW médio em %	17,11	16,09	30,22	141,57	23,58	0,00	23,58
Empresas							
EAD bruto	35	557	4.449	2.399	7.440	81	7.521
EAD líquida	35	928	4.224	2.128	7.315	81	7.396
sendo: compromissos não utilizados	0	2	606	154	762	5	767
RW médio em %	15,31	26,16	53,72	110,99	66,71	0,00	65,97
Total							
EAD bruto	294	3.978	6.239	2.529	13.040	81	13.121
EAD líquida	294	4.349	6.014	2.258	12.915	81	12.996
sendo: compromissos não utilizados	0	2	612	154	768	5	773
RW médio em %	16,90	18,25	46,72	112,75	48,01	0,00	47,70

As tabelas infra apresentam as nossas exposições calculadas pelo método IRB básico, excluindo as exposições ao risco de crédito da contraparte de derivados e de SFT, relativamente a Governos centrais e Bancos centrais, Instituições e Empresas, distribuídas pela nossa escala de notação interna, bem como a classificação de probabilidade de incumprimento para cada grau de notação. Os níveis de notação interna têm em conta os respetivos equivalentes das notações externas da Standard & Poor's. A EAD líquida é apresentada em conjugação com cálculo dos ativos ponderados pelo risco e com o coeficiente médio de risco. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito.

EAD líquida relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico, por grau de probabilidade de incumprimento (PD), em Governos centrais e Bancos centrais (excluindo posições de derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014				31.12.2013			
Notação interna	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iA+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iA–	0	0,00	0	0,00	8	0,08	2	27,57
iBBB+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iBBB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iBBB–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iBB+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iBB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iBB–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iB+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iB–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iCCC+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iCCC	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iCCC–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total excluindo incumprimento	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	8	0,08	2	27,57
Incumprimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total incluindo incumprimento	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	8	0,08	2	27,57

EAD líquida para exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico, por grau de probabilidade de incumprimento (PD) em Instituições (excluindo posições de derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014				31.12.2013			
Notação interna	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA	0	0,00	0	0,00	98	0,03	15	15,31
iAA–	0	0,00	0	0,00	155	0,04	28	18,21
iA+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iA	0	0,00	0	0,00	405	0,06	27	6,77
iA–	0	0,00	0	0,00	2.934	0,09	499	17,00
iBBB+	0	0,00	0	0,00	411	0,15	141	34,24
iBBB	0	0,00	0	0,00	994	0,23	260	26,18
iBBB–	0	0,00	0	0,00	369	0,38	133	36,14
iBB+	0	0,00	0	0,00	64	0,69	54	84,83
iBB	0	0,00	0	0,00	15	1,23	16	105,09
iBB–	0	0,00	0	0,00	9	2,06	11	122,67
iB+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iB	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iB–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iCCC+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iCCC	0	0,00	0	0,00	41	18,00	102	246,68
iCCC–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total excluindo incumprimento	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	5.495	0,29	1.286	23,43
Incumprimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total incluindo incumprimento	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	5.495	0,29	1.286	23,43

EAD líquida para exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico, por grau de probabilidade de incumprimento (PD) em Empresas (excluindo posições de derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014				31.12.2013			
Notação interna	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iAA	1.767	0,03	180	10,20	35	0,03	5	15,31
iAA–	18	0,04	2	13,26	0	0,00	0	0,00
iA+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

iA	26	0,06	4	16,90	518	0,06	115	22,13
iA–	814	0,08	133	16,31	405	0,10	127	31,30
iBBB+	540	0,15	121	22,32	912	0,15	362	39,65
iBBB	879	0,23	379	43,12	1.510	0,23	754	49,93
iBBB–	549	0,38	306	55,82	1.666	0,38	1.076	64,60
iBB+	736	0,69	494	67,12	1.121	0,69	951	84,81
iBB	236	1,23	162	68,79	272	1,23	284	104,62
iBB–	35	2,06	28	78,64	287	2,06	347	120,99
iB+	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iB	32	3,78	17	54,16	170	3,78	246	144,76
iB–	28	7,26	32	113,90	37	7,26	66	177,02
iCCC+	5	12,76	11	198,16	1	12,76	3	223,09
iCCC	62	18,00	156	250,41	163	18,00	382	234,34
iCCC–	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total excluindo incumprimento	**5.727**	**0,52**	**2.025**	**35,36**	7.097	0,95	4.718	66,48
Incumprimento	165	100,00	0	0,11	80	100,00	0	0,00
Total incluindo incumprimento	**5.892**	**3,31**	**2.025**	**34,38**	7.177	2,05	4.718	65,73

O decréscimo nas classes de exposições calculadas pelo método IRB básico de bancos e governos centrais, instituições e empresas deve-se principalmente à transição da carteira de Empresas/Instituições financeiras de grande capitalização do Postbank para o método IRB avançado.

A tabela infra mostra a nossa exposição calculada pelo método IRB básico, distribuída com base nas classes de exposição correspondentes para cada localização geográfica relevante. Como localização geográfica apresentamos países onde o Banco mantém uma agência ou subsidiária e o volume de exposição é igual ou superior a 0,5 milhões de euros. A exposição que não cumpra estes critérios é apresentada em "Outros", que também inclui exposição a organizações internacionais. As exposições são atribuídas à localização geográfica específica com base no país de domicílio da contraparte respetiva. A EAD líquida é apresentada em conjugação com os valores médios ponderados pelas exposições dos parâmetros PD em percentagem.

EAD líquida e PD média de exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico por localização geográfica (incluindo derivados e SFT)

				31.12.2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Total
Argentina				
EAD líquida	0	0	9	9
PD média em %	0	0	0,13	0,13
EAD líquida	0	0	6	6
	0	0	0,27	0,27
Áustria				
EAD líquida	0	0	249	249
PD média em %	0	0	0,20	0,20
Bélgica				
EAD líquida	0	0	88	88
PD média em %	0	0	2,15	2,15
Brasil				
EAD líquida	0	0	13	13
PD média em %	0	0	0,28	0,28
Chile				
EAD líquida	0	0	1	1
PD média em %	0	0	0,07	0,07
China				
EAD líquida	0	0	5	5
PD média em %	0	0	1,17	1,17
Colômbia				
EAD líquida	0	0	3	3
PD média em %	0	0	0,16	0,16
República Checa				
EAD líquida	0	0	19	19
PD média em %	0	0	0,28	0,28
Dinamarca				
EAD líquida	0	0	12	12
PD média em %	0	0	1,47	1,47
Finlândia				
EAD líquida	0	0	12	12
PD média em %	0	0	0,17	0,17
França				
EAD líquida	0	0	180	180
PD média em %	0	0	1,06	1,06
Alemanha				
EAD líquida	0	0	4.621	4.621
PD média em %	0	0	2,72	2,72
Grécia				
EAD líquida	0	0	10	10
PD média em %	0	0	0,07	0,07
Hong Kong				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,34	0,34
Hungria				
EAD líquida	0	0	19	19
PD média em %	0	0	0,43	0,43
Índia				
EAD líquida	0	0	6	6
PD média em %	0	0	0,31	0,31

				31.12.2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Total
Indonésia				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,28	0,28
Irlanda				
EAD líquida	0	0	8	8
PD média em %	0	0	0,27	0,27
Israel				
EAD líquida	0	0	1	1
PD média em %	0	0	0,43	0,43
Itália				
EAD líquida	0	0	117	117

PD média em %	0	0	0,25	0,25
Japão				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,35	0,35
Luxemburgo				
EAD líquida	0	0	42	42
PD média em %	0	0	0,16	0,16
Malásia				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,31	0,31
México				
EAD líquida	0	0	7	7
PD média em %	0	0	0,16	0,16
Países Baixos				
EAD líquida	0	0	102	102
PD média em %	0	0	0,42	0,42
Nigéria				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	8,72	8,72
Noruega				
EAD líquida	0	0	3	3
PD média em %	0	0	0,13	0,13
Peru				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,13	0,13
Polónia				
EAD líquida	0	0	26	26
PD média em %	0	0	0,70	0,70
Portugal				
EAD líquida	0	0	7	7
PD média em %	0	0	0,22	0,22
Catar				
EAD líquida	0	0	1	1
PD média em %	0	0	0,09	0,09
Roménia				
EAD líquida	0	0	17	17
PD média em %	0	0	0,81	0,81
Singapura				
EAD líquida	0	0	3	3
PD média em %	0	0	0,13	0,13
Eslováquia				
EAD líquida	0	0	12	12
PD média em %	0	0	0,59	0,59

				31.12.2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Governos centrais e bancos centrais	Instituições	Empresas	Total
África do Sul				
EAD líquida	0	0	1	1
PD média em %	0	0	0,20	0,20
Coreia do Sul				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,31	0,31
Espanha				
EAD líquida	0	0	47	47
PD média em %	0	0	0,41	0,41
Suécia				
EAD líquida	0	0	21	21
PD média em %	0	0	0,29	0,29
Suíça				
EAD líquida	0	0	111	111
PD média em %	0	0	0,81	0,81
Taiwan				
EAD líquida	0	0	1	1
PD média em %	0	0	0,35	0,35
Tailândia				
EAD líquida	0	0	3	3
PD média em %	0	0	0,22	0,22
Turquia				
EAD líquida	0	0	3	3
PD média em %	0	0	1,40	1,40
Emirados Árabes Unidos				

EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,19	0,19
Reino Unido				
EAD líquida	0	0	158	158
PD média em %	0	0	41,44	41,44
Estados Unidos da América				
EAD líquida	0	0	51	51
PD média em %	0	0	0,47	0,47
Uruguai				
EAD líquida	0	0	2	2
PD média em %	0	0	0,12	0,12
Outros				
EAD	0	0	40	40
PD média em %	0	0	2,15	2,15
dos quais:				
Organizações internacionais				
EAD	0	0	0	0
PD média em %	0	0	0	0
Total	0	0	6.053	6.053

A tabela inferior resume, com base na EAD, a nossa exposição a financiamento especializado calculada pelo método básico. Para o cálculo dos requisitos mínimos de capital são aplicados coeficientes de risco regulamentares, em que potenciais fatores de redução do risco já são considerados na atribuição de um determinado coeficiente de risco a uma estrutura específica. Não foram aplicadas técnicas de redução do risco de crédito adicionais.

Exposição a financiamento especializado, por coeficiente de risco

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Categoria de coeficiente de risco 1 (sólido)	2.806	8.223
Categoria de coeficiente de risco 2 (bom)	811	680
Categoria de coeficiente de risco 3 (satisfatório)	429	139
Categoria de coeficiente de risco 4 (fraco)	41	65
Categoria de coeficiente de risco 5 (em incumprimento)	128	1.061
EAD total do financiamento especializado	**4.215**	10.169

O decréscimo deve-se principalmente a uma parte das exposições do Postbank resultantes da aprovação do sistema de notação de crédito calculado pelo método IRB avançado da BaFin para financiamento especializado em 2014.

Método padrão

Tratamos um conjunto das nossas exposições ao risco de crédito no âmbito do método padrão. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas.

Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem mais de 50% das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%.Para fins internos, contudo, estas exposições são sujeitas a uma avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

A certas exposições a OIC aplicamos o tratamento "transparente", que constitui numa decomposição dos OIC pelos seus investimentos subjacentes. De acordo com o artigo 152.º do CRR, estas exposições, que consistem principalmente em ativos de fundo de pensões de prestação definida, são atribuídas ao método padrão.

Em conformidade com o artigo 150.º do CRR e com o artigo 10.º do decreto SolvV, atribuímos ainda outras exposições, geralmente elegíveis para o método IRB, ao método padrão com caráter permanente. Este conjunto de exposições inclui várias carteiras de pequena dimensão, que são consideradas irrelevantes em termos individuais para inclusão no IRB.

Outras exposições de crédito de pequena dimensão são atribuídas temporariamente ao método padrão, estando prevista a sua transferência para o IRB ao longo do tempo. A priorização e o correspondente plano de transição são debatidos e acordados com as autoridades competentes, o Bundesbank, a BaFin e o BCE.

As posições de capital tomadas antes de 1 de janeiro de 2008 estão sujeitas ao regime transitório, para as isentar do IRB, sendo aplicado um coeficiente de risco de 100 % de acordo com o tratamento pelo método padrão.

Para calcular os requisitos de capital regulamentares pelo método padrão, utilizamos notações de crédito externas elegíveis da Standard & Poor's, Moody's, Fitch e, em alguns casos, da DBRS. As notações de crédito da DBRS são aplicadas no método padrão a um pequeno número de exposições desde 2009.As notações de crédito são aplicadas a todas as classes de exposição relevantes no método padrão. Se estiver disponível mais do que uma notação de crédito para uma contraparte específica, os critérios de seleção definidos no artigo 138.º do CRR são aplicados para determinar o coeficiente de risco aplicável ao cálculo do capital. Considerando o baixo volume de exposições cobertas pelo método padrão e a elevada percentagem de exposições a governos centrais (com notação externa) que encerram, não inferimos as notações de crédito dos mutuários a partir das notações de crédito dos emitentes.

A tabela infra apresenta os nossos valores de exposição no método padrão, divididos por coeficiente de risco, antes e após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias financeiras, garantias e derivados de crédito, excluindo posições de titularização na carteira bancária regulamentar e as exposições a OIC do Postbank atribuídas ao método padrão, que são apresentadas na tabela "EAD dos OIC do Postbank pelo método padrão, por coeficiente de risco".

Valores de exposição no método padrão, por coeficiente de risco

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Antes da redução do risco de crédito	Após a redução do risco de crédito	Antes da redução do risco de crédito	Após a redução do risco de crédito
0 %	83.870	84.907	78.483	80.150
2 %	31.773	31.654	0	0
4 %	0	0	0	0
10 %	22	22	34	34
20 %	1.131	1.197	1.661	1.656
35 %	3.699	3.698	11.606	11.601
50 %	12.020	12.056	5.914	5.960
70 %	2.992	2.992	0	0
75 %	8.612	7.250	15.043	12.300
100 %	20.388	15.152	27.050	17.861
150 %	3.062	2.926	889	880
EAD total pelo método padrão	**167.568**	**161.854**	140.680	130.441

O aumento da EAD é predominantemente motivado pela implementação do quadro CRR/CRD IV relativo à nossa exposição a negociação face a Contrapartes centrais, que é relatada com um coeficiente de risco fixo de 2%.O impacto para a nossa exposição a ativos de fundo de pensões de prestação definida que são calculados a uma taxa de integração progressiva de 20% em 2014 também contribuiu para o aumento.

A tabela infra inclui obrigações sob a forma de organismos de investimento coletivo atribuídas ao método padrão com base num tratamento transparente, bem como os valores das exposições de organismos de investimento coletivo com coeficientes de risco calculados por terceiros do Postbank. Não foram aplicadas técnicas de redução do risco de crédito.

EAD dos OIC do Postbank pelo método padrão, por coeficiente de risco

em milhões de euros	**31.12.2014**	31.12.2013
Obrigações em OIC		
0 %	0	1.058
5 %	1.569	0
11 %	0	0
22 %	2	26
55 %	0	274
110 %	0	327
200 %	44	45
300 %	0	0
EAD de obrigações em OIC	**1.615**	1.730
OIC com coeficiente de risco calculado por terceiros		
< 22 %	0	0
> 22 % < 110 %	215	182
> 110 %	8	8
EAD de OIC com coeficiente de risco calculado por terceiros	**223**	190
EAD total dos OIC pelo método padrão	**1.838**	1.920

Aplicação regulamentar de técnicas de redução do risco de crédito

Os ativos ponderados pelo risco e os requisitos de capital regulamentares podem ser ativamente geridos por técnicas de redução do risco de crédito. Certos requisitos mínimos, estipulados no CRR para a gestão de garantias colaterais, processos de monitorização e condições de força jurídica têm de ser cumpridos obrigatoriamente como condição prévia para o reconhecimento em cálculos regulamentares.

O conjunto de garantias elegíveis para reconhecimento regulamentar depende predominantemente do método de cálculo do capital regulamentar utilizado para uma posição de risco específica. Obedece ao princípio de que um grau de sofisticação mais elevado da metodologia subjacente regra geral produz um conjunto mais vasto de garantias colaterais e opções admissíveis para o reconhecimento da proteção através de garantias e de derivados de crédito. Contudo, também os requisitos mínimos obrigatórios e os mecanismos disponíveis para refletir os benefícios de redução do risco são predominantemente uma função do método de cálculo regulamentar aplicado.

O método IRB avançado aceita em geral todos os tipos de garantias colaterais financeiras, bem como imobiliárias, atribuições de garantias colaterais e outras garantias colaterais físicas. na nossa aplicação do método IRB avançado, não existem basicamente limitações para o conjunto de garantias colaterais aceites, desde que consigamos demonstrar às autoridades competentes que é possível geral cálculos fiáveis dos valores das garantias colaterais e que os requisitos básicos são cumpridos.

O mesmo princípio é válido para calcular os benefícios de regimes de garantias e de derivados de crédito. Regra geral, o método IRB avançado também não prevê limitações para o conjunto de fornecedores de garantias colaterais elegíveis, desde que sejam cumpridos alguns requisitos mínimos básicos. Contudo, a qualidade creditícia dos fornecedores de garantias colaterais e outros fatores relevantes são incorporados através dos nossos modelos internos.

Nos nossos cálculos pelo método IRB avançado, as garantias financeiras e outras garantias colaterais são geralmente consideradas através de um ajustamento à LGD aplicável, enquanto parâmetro de input para determinar o coeficiente de risco. Para reconhecer a proteção de garantias e de derivados de crédito, em geral é aplicada uma abordagem de substituição da PD, ou seja, no âmbito do cálculo do coeficiente de risco pelo método IRB avançado, a probabilidade de incumprimento do mutuário é substituída pela probabilidade de incumprimento do vendedor da proteção ou do garante. No entanto, a certas exposições e a certos fornecedores de proteção é aplicado o designado tratamento de incumprimento duplo. O efeito de incumprimento duplo implica que uma exposição garantida só é considerada uma perda se o originador e o garante não cumprirem as suas obrigações em simultâneo.

A tabela infra apresenta as exposições calculadas pelo método IRB avançado antes da redução do risco de crédito em conjugação com os montantes proporcionais para garantias colaterais elegíveis pelo método IRB avançado, bem como garantias e derivados de crédito.

Exposição ao risco de crédito da contraparte, protegido por garantias colaterais, calculada pelo método IRB avançado, por classe de exposição

	31.12.2014				31.12.2013			
em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais elegíveis pelo método IRB avançado	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais1	EAD total	Garantias colaterais elegíveis pelo método IRB avançado	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais1
Governos centrais e Bancos centrais	85.182	1.004	2.129	3.133	85.815	2.716	2.042	4.758
Instituições	61.785	12.036	2.456	14.492	60.373	13.751	2.255	16.005
Empresas	311 791[2]	67.424	25.091	92.515	273 955[2]	66.369	21.540	87.908
Retalho	192.891	135.969	968	136.937	190.588	133.104	1.009	134.113
Total	**651.649**	**216.433**	**30.644**	**247.077**	610.731	215.940	26.845	242.785

[1] Exclui a proteção com garantias colaterais refletida na medição da EPE.
[2] Inclui exposições sujeitas a risco de diluição no montante de 1,43 mil milhões de euros referentes a 2014 e de 1,16 mil milhões de euros referentes a 2013.

O aumento em EAD e respetiva EAD com garantias colaterais deve-se principalmente a alterações no modelo, variações cambiais e crescimento específico em CB&S e GTB na exposição a empresas. Uma contribuição adicional resultou da mudança de Empresas/Instituições financeiras de grande capitalização do Postbank do método IRB básico para o avançado.

O método IRB básico define limitações mais rigorosas para a elegibilidade da redução do risco de crédito que o método IRB avançado, mas permite a tomada em consideração de garantias colaterais financeiras, de garantias e de derivados de crédito, bem como de outras garantias colaterais elegíveis para o método IRB básico, como hipotecas e atribuições de títulos.

As garantias colaterais financeiras reconhecidas no método IRB básico incluem basicamente numerário, obrigações e outros títulos relacionados com o financiamento de acordos de recompra.

A tabela infra apresenta as exposições calculadas pelo método IRB básico antes da redução do risco de crédito em conjugação com os montantes proporcionais para garantias financeiras e outras garantias colaterais, bem como garantias e derivados de crédito.

Exposição ao risco de crédito da contraparte, protegido por garantias colaterais, calculada pelo método IRB básico, por classe de exposição

					31.12.2014
em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Outras garantias	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais
Governos centrais e bancos centrais	0	0	0	0	0
Instituições	1	0	0	0	0
Empresas	6.039	0	0	567	567
Total	6.040	0	0	567	567

					31.12.2013
em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Outras garantias	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais
Governos centrais e bancos centrais	8	0	0	0	0
Instituições	5.592	0	0	0	0
Empresas	7.521	0	0	643	643
Total	13.121	0	0	643	643

O decréscimo em EAD deve-se principalmente à mudança de Empresas/Instituições financeiras de grande capitalização do Postbank do método IRB básico para o avançado e, assim, reflete parte dos efeitos descritos acima.

No método padrão, o reconhecimento das garantias colaterais é limitado a garantias colaterais financeiras elegíveis, como numerário, ouro em barra, certos títulos de dívida, ações e OIC, frequentemente apenas pelo valor ajustado em função da volatilidade dessas garantias colaterais. Na sua estrutura geral, o método padrão fornece um coeficiente de risco (mais baixo) preferido para "créditos garantidos por imóveis".Estes imóveis com coeficiente de risco preferido não são considerados garantias colaterais no método padrão. É necessário prever ainda outras limitações respeitantes aos fornecedores de garantias e de derivados de crédito elegíveis.

Para refletir as técnicas de redução do risco no cálculo dos requisitos de capital, aplicamos o método abrangente de garantias colaterais financeiras, porque a maior sofisticação deste método permite gerar um conjunto

mais vasto de garantias colaterais elegíveis. Nesta abordagem, as garantias colaterais financeiras são refletidas através de uma redução do valor de exposição da respetiva posição de risco, ao passo que a proteção tomada sob a forma de garantias e de derivados de crédito é considerada por meio de uma substituição, ou seja, o coeficiente de risco do mutuário é substituído pelo coeficiente de risco do fornecedor da proteção.

A tabela infra apresenta as exposições, garantias colaterais financeiras e garantias e derivados de crédito ao método padrão por classe de exposição. As classes de exposição estão em conformidade com o CRR/CRD IV, que são de um modo geral comparáveis com as classes de exposição em conformidade com o quadro de Basileia 2.5.

Valores de exposição no método padrão, por classe de exposição

	31.12.2014				31.12.2013			
em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais
Governos centrais ou Bancos centrais	40.445	29	431	460	49.961	2	891	893
Governos regionais e autoridades locais	18.322	4	33	37	19.744	3	1	3
Entidades do setor público	10.182	1	474	475	4.180	1	587	588
Bancos multilaterais de desenvolvimento	4.931	0	0	0	921	0	2	2
Organizações internacionais	2.357	0	0	0	550	0	0	0
Instituições	32.449	169	42	211	4.796	339	97	435
Empresas	16.381	4.268	20	4.288	23.763	7.985	115	8.100
Retalho	8.613	385	0	385	9.656	618	0	618
Garantidas por hipoteca ou bens imobiliários	3.956	0	0	0	5.173	11	0	11
Exposições em incumprimento	3.423	138	0	138	1.304	16	0	16
Rubricas associadas a um elevado risco particular	161	2	0	2	0	0	0	0
Obrigações cobertas	22	0	0	0	34	0	0	0
Reclamações sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo (OIC)	25.262	0	0	0	1.920	0	0	0
Ações	2.707	0	0	0	3.023	0	0	0
Outras rubricas	419	0	0	0	17.575	0	0	0
Total	**169.630**	**4.996**	**1.001**	**5.996**	142.600	8.975	1.693	10.667

O aumento da EAD é predominantemente motivado pela implementação do quadro CRR/CRD IV relativo à nossa exposição a negociação face a contrapartes centrais, que é agora relatada na classe de exposição de instituições. A exposição a ativos de fundo de pensões de prestação definida, que era relatada na classe de exposição "Outras rubricas" em 2013, é apresentada na classe de exposição "Organismos de investimento coletivo (OIC)".Aqui, o cálculo a uma taxa de integração progressiva de 20% em 2014 também contribuiu para o aumento da exposição. O aumento da EAD na classe de exposição "Exposições em incumprimento" deve-se principalmente à definição de incumprimento ajustada nos termos do quadro CRR/CRD IV.

Titularização

A secção seguinte sobre titularização, que termina na página 178, apresenta divulgações específicas relacionadas com o pilar 3.O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.Assim sendo, esta secção é assinalada como não auditada. As informações quantitativas apresentadas obedecem ao âmbito de consolidação regulamentar.

Visão geral das atividades de titularização

Várias atividades das nossas áreas de negócio usam estruturas de titularização. Os principais objetivos são facilitar o acesso dos clientes investidores aos riscos e retornos relacionados com carteiras de ativos específicas, facilitar o acesso dos clientes de empréstimos a financiamento, bem como gerir a nossa exposição ao risco de crédito próprio.

Geralmente, um participante no mercado de titularização pode assumir o papel de originador, patrocinador ou investidor, conforme definido no artigo 4.º, n.º 1, pontos 13 e 14 do CRR. Um originador é uma instituição envolvida ela própria ou através das suas entidades associadas, direta ou indiretamente, na criação ou aquisição de exposições titularizadas. Enquanto patrocinador, uma instituição cria e gere um programa de papel comercial garantido por ativos (ABCP) ou uma outra operação de titularização, contudo não foi o originador nem inscreveu os ativos adquiridos no seu balanço. Todas as Outras posições de titularização por nós toma-

das são assumidas na qualidade de investidor. Para alcançar os nossos objetivos de negócio, agimos nos mercados de titularização nas três qualidades de originador, patrocinador e investidor.

Titularizações da carteira bancária

Enquanto originador, utilizamos as titularizações sobretudo como estratégia de redução do risco de crédito, sobretudo através do Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG).O CPSG utiliza, entre outros meios, titularizações sintéticas para gerir o risco de crédito de empréstimos e de compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira internacional com *investment-grade*, da carteira alavancada e da carteira de empresas alemãs de médio porte no âmbito das Divisões Corporativas CB&S e GTB. O risco de crédito é predominantemente transferido para contrapartes através de obrigações de empréstimo sintéticas garantidas sobretudo sob a forma de garantias financeiras e, em menor grau, de derivados de crédito que proporcionam proteção contra primeira perda.

O volume global de transferência de risco de crédito enquanto originador revelou um aumento na área de CB&S. Isto resultou principalmente de atividades como originador durante o ano de 2014.Estas transações estão relacionadas com pequenas e médias empresas (PME) europeias e ativos europeus e americanos relacionados com grandes empresas e com instituições. O volume de transferência de risco de crédito para PBC diminuiu após os reembolsos no agregado subjacente para transações do Postbank.

Numa base limitada, celebrámos operações de titularização como parte de uma estratégia de gestão ativa do risco de liquidez em 2008 e 2009, algumas das quais pretendemos substituir em 2015.Estas transações não transferem o risco de crédito e, por conseguinte, não são incluídas na parte quantitativa desta secção.

Criamos, patrocinamos e administramos alguns programas ABCP, através dos quais titularizamos ativos originados por terceiros. Estes programas oferecem aos clientes acesso a financiamento no mercado de papel comercial e criam produtos de investimento para os nossos clientes. Cada programa consiste de uma entidade com finalidade especial (SPE) (o chamado veículo) emitente de papel comercial e de uma ou mais SPE de apoio, através das quais os ativos são adquiridos. Os veículos e as SPE são organizados como empresas de responsabilidade limitada ou com um estatuto jurídico equivalente. Os ativos titularizados através dos programas ABCP incluem crédito automóvel, *leasing* automóvel, valores a receber sobre existências de concessionários automóveis, crédito estudante, valores a receber sobre cartões de crédito, valores a receber de atividades comerciais, valores a receber de chamadas de capital, empréstimos hipotecários residenciais e comerciais, fluxos de futuros e outros ativos. Na qualidade de agente administrativo dos programas de papel comercial, facilitamos a aquisição de empréstimos, valores mobiliários e outros valores a receber alheios ao Grupo Deutsche Bank através do veículo de papel comercial, que posteriormente emite no mercado de papel comercial de curto prazo de qualidade elevada, garantido colateralmente pelos ativos subjacentes, para financiar a aquisição. Os veículos exigem um apoio suficiente sob a forma de garantias colaterais, aumentos de crédito e liquidez para assegurar a notação de *investment-grade* do papel comercial. Nós agimos como fornecedor de liquidez e de aumento de crédito a estes veículos com instrumentos inscritos na nossa carteira bancária regulamentar. Em determinadas circunstâncias convertemos o valor facial do veículo em *swaps* cambiais e *swaps* de taxa de juro que são inscritos na carteira de negociação. Para mais informações sobre a nossa exposição a veículos como parte dos programas ABCP, consultar a secção "Tipos de entidades de finalidade especial utilizadas pelo Deutsche Bank como patrocinador de titularizações".

Agimos ainda como investidor em titularizações de terceiros, através da aquisição de tranches de titularizações emitidas por terceiros, ou fornecemos apoio sob a forma de liquidez, crédito ou outra forma de financiamento. Também damos apoio a titularizações de terceiros mediante o fornecimento de derivados relacionados com estruturas de titularização,que incluem derivados cambiais, derivados de taxa de juro, derivados de ações e derivados de crédito.

Quase metade da nossa carteira de titularização em 2014 diz respeito a atividade como originador, predominantemente através de operações para o Grupo de estratégias da carteira de crédito (CPSG), ou seja, de atividades de redução de risco da nossa carteira de empréstimos. O papel de patrocinador é considerado em cerca de 8% da nossa exposição de titularização e, no restante, agimos como investidor.

Em 2014, a carteira de titularização total aumentou 3,5 mil milhões de euros para 55,1 mil milhões de euros. O principal fator foi a atividade enquanto originador para reduzir o risco de crédito, conforme mencionado acima, e os movimentos relacionadas com câmbios.

Globalmente, as posições de titularização são expostas ao desempenho de diversas classes de ativos, incluindo sobretudo empréstimos sénior a empresas ou dívida não garantida, crédito ao consumo, como crédito automóvel ou empréstimos a estudantes, bem como hipotecas residenciais ou comerciais *first lien* e *second lien.* Atuamos em toda a estrutura de capital, com ênfase nas tranches com maior antiguidade. O subconjunto de retitularização é predominantemente garantido por titularizações com obrigações de empresas nos agregados subjacentes.

O recurso a exposições de titularização depende principalmente dos ativos subjacentes. O risco associado é reduzido por aumentos de crédito, normalmente sob a forma de garantias colaterais em excesso, subordinação, contas de reserva, juros em excesso ou outros mecanismos de apoio. As funcionalidades de proteção adicionais incluem ativadores de desempenho, acordos financeiros e eventos de incumprimento estipulados na documentação legal que, quando violadas, acionam o aceleramento do reembolso, direitos de execução hipotecária e/ou outras medidas de reparação.

A investigação (due diligence) inicial das novas exposições da carteira bancária inclui normalmente algum dos elementos seguintes ou todos eles, dependendo das características específicas da transação:(a) a análise dos documentos relevantes incluindo fichas técnicas, relatórios do executor ou outros dados do histórico de desempenho, relatórios de avaliações de terceiros tais como análises de agências de notação de crédito (no caso de notação externa), etc.; (b) modelação de cenários base e pessimistas através de modelos de fluxos de caixa específicos das classes de ativos; (c) análises de executores para avaliar a robustez dos processos e a solidez financeira do executor. O resultado desta investigação é resumido numa análise de crédito ou notação que exige a aprovação pela autoridade de crédito do nível competente, dependendo da dimensão da exposição e da notação interna atribuída.

O nosso processo de análise de crédito inclui a conformidade com os requisitos regulamentares para a retenção de risco, investigação (due diligence) e monitorização de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis, sendo reunidos os dados relevantes para efeitos de relatório com o apoio dos sistemas informáticos utilizados para o processo de análise de crédito e o processo de relato financeiro.

Análises de desempenho regulares incluem controlos dos relatórios periódicos dos executores em termos de ativadores de desempenho/acordos constantes da documentação do empréstimo, bem como da tendência global de desempenho no contexto da evolução económica, geográfica, setorial e dos executantes. A monitorização do subconjunto de retitularização toma em consideração o desempenho dos ativos subjacentes às tranches titularizadas na medida disponível.

Os compromissos de financiamento de prazo mais alargado são sujeitos a uma análise, no mínimo anual, da notação interna. Alterações negativas (ou positivas) significativas no desempenho dos ativos podem ativar a antecipação da data de análise. Também são obrigatórias análises de crédito total anuais, ou bianuais em caso de exposições com notação mais elevada. Existe ainda um processo de lista de vigilância separado, normalmente trimestral, para as exposições identificadas como estando em maior risco de perda, o que exige uma avaliação separada do desempenho dos ativos e do executor. Inclui uma revisão da estratégia de exposição e identifica os próximos passos a dar para reduzir o potencial de perda. Não há diferença na abordagem das operações de retitularização.

A avaliação da integridade estrutural é outro componente importante da gestão do risco de titularização, centrando-se na proteção estrutural de uma titularização nos termos definidos na documentação legal (ou seja, perfeição do juro dos títulos, segregação dos fluxos de pagamento e direitos de auditoria).A avaliação de cada titularização é realizada por uma equipa própria que contrata auditores externos, determina os âmbitos das auditorias e analisa os resultados dessas auditorias. Os resultados destas análises e avaliações do risco complementam o processo de análise de crédito e de notação implementado por Gestão do risco de crédito.

As atividades de titularização têm impacto na nossa atividade de liquidez. Por um lado, celebrámos operações de titularização como parte de uma estratégia de gestão ativa do risco de liquidez em 2008 e 2009, como já foi referido. Por outro lado, estamos expostos a um potencial levantamento no âmbito de mecanismos de proteção da liquidez que apoiam o papel comercial garantido por ativos, patrocinado pelo Deutsche Bank, ou outros compromissos renováveis. O risco de liquidez é monitorizado pelo nosso departamento de tesouraria e incluído no nosso planeamento de liquidez e nos testes de esforço regulares.

Identificámos parte da carteira de operações de titularização como "carteira antiga" e definimos que será alvo de atividades de redução do risco, estando integrada na nossa unidade de operações não essenciais NCOU. Por atividades de redução do risco entende-se geralmente a venda parcial ou total no mercado das posições existentes nas nossas carteiras, sempre que for possível obter preços adequados. Estas posições também beneficiam de reduções por amortização, quando aplicável. Em 2014, esta carteira antiga registou uma redução líquida de 2,5 mil milhões de euros para 5,2 mil milhões de euros.

Os requisitos de cobertura das exposições de titularização são ditados pelo contexto de cada aprovação de crédito individual, sendo reapreciados em cada análise de crédito ou notação interna. Contudo, a gestão do risco de crédito passa sobretudo por evitar uma concentração indevida de risco ao nível dos mutuários, executores e classes de ativos. Quaisquer subscrições iniciais mais elevadas são objeto de redução do risco até ao nível final definido na aprovação de crédito, sobretudo através de constituição de consórcios ou de venda no mercado secundário. O sucesso das atividades de redução do risco é monitorizado e reportado regularmente à direção. A atividade de cobertura de crédito na carteira bancária é muito limitada.

Acresce que, no contexto da estruturação das operações de titularização, a cobertura serve normalmente para isolar a SPE do risco de taxa de juro e do risco cambial cruzado, quando os ativos incluídos o justificam. Quando somos nós a fornecer esta cobertura, o risco de contraparte associado à estrutura de titularização é incluído no processo de análise de Gestão do risco de crédito e reportado em baixo como parte da exposição da carteira bancária, apesar de pertencer efetivamente à nossa carteira de negociação. Quando não somos nós a fornecer esta cobertura, o processo é conduzido com grandes instituições financeiras economicamente sólidas. Esse risco de contraparte indireto é reportado ao colaborador de crédito da contraparte objeto de cobertura para que o integre na sua avaliação de crédito.

Titularizações da carteira de negociação

Na carteira de negociação atuamos como originador, patrocinador ou investidor. Quando agimos no papel de investidor, o nosso principal objetivo é servir de criador de mercado no mercado secundário. A função de criação de mercado consiste em fornecer liquidez para os nossos clientes e fornecer mercados com dois sentidos (compra e venda) para gerar receitas com a negociação de fluxos. Na qualidade de originador negociamos predominantemente obrigações garantidas por dívida sintéticas de tranche única curtas (SST-CDO), garantidas por empréstimos a empresas ou PME. Igualmente no papel de originador, financiamos empréstimos para serem titularizados, predominantemente no mercado imobiliário comercial. As atividades da carteira de negociação em que atuamos como patrocinador, excluindo atividades derivadas de operações de múltiplos vendedores no papel de originador, conforme descrito acima, são mínimas.

Detemos uma carteira de transações de correlação com títulos garantidos por ativos (ABS) na carteira da NCOU, que se encontra em processo de encerramento. Não existem novas atividades para além da facilitação da redução do risco. As posições que integram o Quadro de governação da gestão do risco de mercado estão a ser geridas (descrito abaixo).

Os nossos balcões de titularização negoceiam ativos em todas as estruturas de capital, desde obrigações sénior com grande subordinação a tranches subordinadas de primeira perda, quer a nível de titularizações quer a nível de retitularizações. A nossa exposição a retitularizações na carteira de negociação ascendia a 801 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014, em comparação com 1.025 milhões de euros no final do ano anterior, e é composta na sua maior parte por obrigações mais antigas vintage garantidas por empréstimos (CLO) (incluindo um grupo de titularização) e uma notação mediana de BBB+.Os vários graus de risco da estrutura de capital são refletidos pelo preço a que o ativo é negociado, isto porque o mercado exige retornos ajustados pela perda mínima sobre os seus investimentos. As posições de titularização consistem na sua maior parte de títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS) e de títulos garantidos por hipotecas comerciais (CMBS), garantidos por empréstimos de *first lien* e de *second lien*, obrigações garantidas por empréstimos (CLO), garantidas por empréstimos sénior a empresas, de dívida não garantida, bem como de títulos garantidos por ativos de consumo (ABS), garantidos por crédito garantido e não garantido.

De forma similar a outros ativos de rendimento fixo e de crédito, o volume de transações titularizadas está indexado ao crescimento global e a eventos geopolíticos que afetam a liquidez e podem conduzir a volumes de negociação mais reduzidos, tal como foi registado durante a crise. As alterações atuais à regulamentação e a incerteza sobre a implementação final podem conduzir a um aumento da volatilidade e a uma diminuição nos volumes de negociação/liquidez nos produtos titularizados. Outros potenciais riscos dos ativos titularizados são o risco de pré-pagamento, o risco de incumprimento, o risco de gravidade da perda e o risco de de-

sempenho do executor. De registar que os ativos da carteira de negociação são avaliados a preços correntes de mercado e que os riscos mencionados são refletidos na cotação da posição.

O nosso Quadro de governação de gestão do risco de mercado aplica-se a todas as posições de titularização detidas na carteira de negociação. O Quadro de governação do risco aplicado à titularização inclui políticas e procedimentos relativos à aprovação de novos produtos, à aprovação de novas transações, modelos e medições de risco, bem como sistemas de gestão de inventários e o registo de operações. Todas as posições de titularização são captadas e medidas no âmbito do valor-em-risco (VAR), valor em risco em situação de esforço (sVAR) e capital económico. As medições dependem dos modelos e processos internos e externos, que incluem a utilização de avaliações dos risco associados às garantias colaterais subjacentes, realizadas por terceiros. Todas as posições de titularização detidas na carteira de negociação são captadas, relatadas e limitadas dentro do Quadro de governação do risco, a nível global, regional e de produto. Serão reportadas quaisquer alterações que se verifiquem nos riscos de crédito e de mercado.

A estrutura de limites inclui os limites do valor em risco e específicos por produto. Os limites do valor de mercado por classe de ativos baseiam-se na antiguidade/notação e liquidez, em que as posições com notação inferior ou posições numa classe de ativos com menos liquidez recebem um limite de negociação mais baixo. O sistema de monitorização de limites capta as exposições e alerta para qualquer violação de limiar. Todas as operações acima do limite carecem de aprovação de Gestão do risco de mercado. Os processos de titularizações e retitularizações são semelhantes.

O Quadro de governação de gestão do risco de mercado também capta o risco (de crédito) do emitente das posições de titularização da carteira de negociação. O processo de MRM gere os riscos de concentração e define limites ao nível da posição. A estrutura de limites baseia-se na classe de ativos e na notação, sendo atribuídos às posições com menos liquidez e às posições com notação inferior limites de negociação mais baixos. São elaborados relatórios de gestão dos limites para promover o cumprimento dos limites definidos para os níveis das posições e detetar potenciais violações de limites. Quando as posições excedem os respetivos limites do valor de mercado em termos globais, é necessária a aprovação da Gestão de risco de mercado (MRM).É realizada uma investigação adicional em posições que exijam aprovação de negociação; isto inclui analisar o desempenho de crédito do título e avaliar os riscos da negociação. Adicionalmente, os testes de esforço do nível de garantias colaterais e a monitorização do desempenho são incorporados no processo de gestão do risco. O processo cobre as titularizações e as retitularizações.

Os balcões de titularização incorporam uma combinação de coberturas macro e de nível de posição para reduzir o risco de crédito, o risco de taxa de juro e certos riscos de cauda (*tail risks*) de toda a carteira de titularização. A duração e as sensibilidades de crédito (DV01 e CS01) são os principais indicadores de sensibilidade do crédito utilizados para calcular coberturas apropriadas. Alguns dos produtos de cobertura utilizados incluem *swaps* de taxa de juro *plain vanilla*, obrigações do tesouro norte-americano e índices líquidos específicos por produtos. Os riscos de mercado das coberturas (financiadas e não financiadas) são incorporados e geridos no âmbito do nosso Quadro de governação da gestão do risco de mercado já descrito; e os riscos de contraparte das coberturas (financiadas e não financiadas), que são compostas principalmente por grandes instituições financeiras mundiais, são geridos e aprovados através dum processo formalizado de gestão do risco, executado por Gestão de risco de crédito.

O cumprimento das regras do CRR, conforme aplicável, exige que seja realizada uma investigação (*due diligence*) antes da negociação em todas as posições relevantes. Cabe ao balcão de negociação correspondente realizar a investigação antes da negociação e, posteriormente, registar os dados apropriados na execução da negociação para indicar se foram realizados os itens de investigação relevantes. Os itens de investigação antes da negociação incluem confirmações das características estruturais do negócio, monitorização do desempenho da carteira subjacente e quaisquer divulgações de retenção relacionadas.

Depois, o GTO (Grupo de titularização regulamentar) analisa os dados da negociação quanto a erros ou alterações de alerta, distribui relatórios de controlo regulamentar e atua como o contacto de redirecionamento na matéria. Após validação das alterações de alerta ou de erros do balcão de negociação, o GTO (Grupo de titularização regulamentar), comunicará e acionará as alterações em conformidade. É realizada uma investigação adicional antes da negociação pela MRM para o CRR, conforme aplicável para posições relevantes que excedam os limites predefinidos (o processo decorre conforme descrito supra).

Políticas contabilísticas e de avaliação para titularizações

As nossas políticas contabilísticas são incluídas na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".As politicas contabilísticas mais relevantes para os programas de titularização originados por nós, e em que detemos ativos adquiridos com a intenção de titularizar, são "Princípios de consolidação", "Ativos financeiros e passivos financeiros" e "Desreconhecimento de ativos financeiros e de passivos financeiros", consultar, também, a Nota 14 ”Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tipos de entidades de finalidade especial utilizadas pelo Deutsche Bank como patrocinador de titularizações

Nós criamos e administramos como patrocinador programas de papel comercial garantidos por ativos (ABCP), através dos quais titularizamos ativos adquiridos a terceiros. Cada programa consiste em um veículo com finalidade especial (o chamado "Veículo") emitente de papel comercial e em uma ou mais entidades de finalidade especial (SPE) de apoio, através das quais os ativos são adquiridos. Os ativos titularizados através dos programas ABCP incluem crédito automóvel, *leasing* automóvel, valores a receber sobre existências de concessionários automóveis, crédito estudante, valores a receber sobre cartões de crédito, valores a receber de atividades comerciais, valores a receber de chamadas de capital, empréstimos hipotecários residenciais e comerciais, fluxos de futuros e outros ativos.

Os principais veículos utilizados em 2014 para emissão de papel comercial são: Aspen Funding Corp., Newport Funding Corp., Gemini Securitization Corp. e Rhein-Main Securitization Ltd. As SPE que adquirem os ativos são financiadas por notas emitidas pelos veículos (incluindo notas de financiamento variáveis) ou contratam facilidades de crédito. A tabela abaixo apresenta as exposições relacionadas com o ABCP, conforme aplicado para efeitos de cálculo regulamentar no âmbito do quadro de titularização pelos nossos veículos. Associada à redução da nossa notação de risco de curto prazo pela Moody’s, em julho de 2014, foi retirada ênfase à utilização de veículos como uma fonte de financiamento para titularização de terceiros, explicando principalmente a redução na exposição relacionada com ABCP.

Exposições do programa ABCP por veículos principais

em milhões de euros	31 de dezembro de 2014	31.12.2013
Aspen Funding Corp.	1.022	959
Newport Funding Corp.	546	582
Gemini Securitization Corp. LLC[1]	1 074	6.176
Sedona Capital Funding Corp. LLC	1	1.659
Montage Funding LLC	0	894
Saratoga Funding Corp. LLC	0	1.047
Rhein Main Securitization Ltd.[2]	1 077	3.195
RM Multi-Asset Ltd.	0	215
RM Fife Ltd.	296	922
RM AYR Ltd.	0	551
RM Sussex Ltd.	777	963
RM Chestnut Ltd.	0	543
Sword Securitization Ltd.; Scimitar Securitization Ltd.	0	338
SPAN NO 9 PT LIMITED	0	338
Total	**3.720**	11.250

[1] Gemini Securitization Corp. LLC consiste em exposição direta (1.073 milhões de euros) e adicional das respetivas SPE apresentadas ao abrigo do veículo mencionado acima (principalmente Sedona Capital Funding Corp. LLC, 1 milhão de euros).
[2] Rhein Main Securitization Ltd. consiste em exposição direta (4 milhões de euros) e adicional das respetivas SPE apresentadas ao abrigo do veículo mencionado acima (principalmente RM Fife Ltd., 296 milhões de euros e RM Sussex Ltd., 777 milhões de euros).

Assumimos quer a exposição no balanço quer a exposição fora do balanço que decorre dos instrumentos de liquidez concedidos às SPE ou aos respetivos veículos, cartas de crédito, *swaps* de retorno total ou o aumento de crédito semelhante, derivados de taxa de juro e cambiais e papéis comerciais.

Enquanto patrocinador, também auxiliamos algumas entidades de finalidade especial na seleção de ativos titularizados e na estruturação das tranches. Este tipo de operações pode incluir titularizações de multivendedores quando uma pequena parcela dos ativos titularizados teve origem em nós, por exemplo, empréstimos hipotecários residenciais e comerciais em cumprimento e em incumprimento. Podemos assumir exposição no balanço e extrapatrimonial, incluindo tranches de primeira perda ou os respetivos derivados de taxas de juro e cambiais.

Nós, enquanto originador ou patrocinador de uma operação de titularização, vendemos ABCP e outras tranches de titularização (ou promovemos essa venda através de instituições criadoras de mercado por nós mandatadas) exclusivamente na base de "execução apenas" e só a clientes empresariais operacionais

sofisticados que confiam na sua própria avaliação do risco. No decurso normal da atividade, não oferecemos essas tranches aos clientes empresariais operacionais a quem prestamos em simultâneo serviços de consultoria de investimento.

A nossa divisão Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) fornece serviços de gestão de ativos a organismos para investimentos coletivos, incluindo fundos de investimento e fundos alternativos, e a particulares oferecendo acesso a investimentos tradicionais e alternativos em todas as principais classes de ativos, incluindo posições de titularização. Uma pequena parte destas posições de 3,0%, era composta por tranches em transações de titularização, nas quais o Deutsche Bank atua como originador ou patrocinador.

Quadro de titularização regulamentar

O artigo 4.º, n.º 1, ponto 61 do CRR define que tipos de operações e de posições devem ser classificados como operações de titularização e posições de titularização para efeitos de relato regulamentar.

As operações de titularização são definidas basicamente como operações em que o risco de crédito de uma carteira titularizada é dividida em, pelo menos, duas tranches de titularização, e em que os pagamentos aos titulares das tranches dependem do desempenho da carteira titularizada. As diferentes tranches estão numa relação subordinada que determina a ordem e o montante dos pagamentos ou perdas atribuídos aos titulares das tranches (cascata).As afetações de perdas a uma tranche júnior não implicam a imediata cessação da totalidade da operação de titularização, isto é, as tranches sénior sobrevivem a afetações de perdas a tranches subordinadas.

As posições de titularização podem ser adquiridas sob várias formas, incluindo investimentos em tranches de titularização, operações de derivados para cobertura de riscos cambiais e de taxa de juro incluídos na cascata, instrumentos de liquidez, aumentos de crédito, proteção de crédito não financiada ou garantia colateral para tranches de titularização.

Os ativos originados ou adquiridos com a intenção de titularizar seguem a abordagem geral para a atribuição à carteira bancária ou de negociação regulamentar. Consultar mais informações no capítulo "Afetação de posições à carteira de negociação regulamentar".

A abordagem para o cálculo dos requisitos de capital regulamentar das posições de titularização da carteira bancária e da carteira de negociação é definida pelo Regulamento europeu relativo a requisitos de capital (CRR).

Cálculo dos requisitos de capital regulamentares para titularizações da carteira bancária

Os requisitos de capital regulamentares para o risco de crédito das titularizações da carteira bancária são determinados com base no quadro de titularização nos termos dos artigos 242.º a 270.º do CRR, que faz a distinção entre as posições de titularização pelo método padrão do risco de crédito (CRSA) e as posições de titularização pelo método baseado nas notações de crédito internas (método IRB).A classificação das posições de titularização pela CRSA ou pelo método IRB depende da natureza da carteira titularizada. Basicamente, as posições de titularização CRSA são aquelas em que a carteira titularizada predominantemente inclui exposições a risco de crédito, que se qualificariam como exposições CRSA ao abrigo do quadro de risco de crédito caso fossem detidas diretamente por nós. Em contrapartida, se a maioria da carteira titularizada fosse classificada como exposições IRB, as posições de titularização são incluídas como posições de titularização IRB.

Os coeficientes de risco das posições de titularização CRSA são calculados a partir das suas notações de crédito externas relevantes, quando aplicável. As notações de crédito externas devem cumprir determinados critérios de elegibilidade para poderem ser utilizadas no cálculo do coeficiente de risco. As notações de crédito externas elegíveis são retiradas de Standard & Poor's, Moody's, Fitch e DBRS. Nos casos em que estava disponível mais do que uma notação de crédito elegível para uma posição de titularização específica, a notação de crédito externa relevante é determinada com a segunda melhor notação de crédito elegível nos termos do disposto no artigo 269.º do CRR. As posições de titularização CRSA sem qualquer notação de crédito externa elegível recebem um coeficiente de risco de 1.250%, exceto caso se qualifiquem para a aplicação da abordagem baseada na avaliação interna, em conformidade com o artigo 109.º, n.º 1 do CRR em conjunto com o artigo 259.º, n.º 3 do CRR ou para a aplicação da abordagem baseada na concentração de risco nos termos do artigo 253.º do CRR, o que poderá conduzir a um coeficiente de risco inferior a 1.250%.

O coeficiente de risco das posições de titularização IRB é determinado em função da seguinte hierarquia:

— Se existirem uma ou mais notações de crédito externas elegíveis para a posição de titularização IRB, ou se uma notação externa puder ser inferida de uma notação de crédito externa elegível de uma posição de titularização de referência, o coeficiente de risco é calculado a partir da notação de crédito externa relevante (abordagem com base nas notações de crédito).
— Em contrapartida, se não existir ou não puder ser inferida uma notação de crédito externa elegível, o coeficiente de risco da posição de titularização IRB será regra geral determinado pela abordagem baseada na fórmula de supervisão nos termos do artigo 262.º do CRR ou pela abordagem baseada na avaliação interna nos termos do artigo 259.º, n. ºs 3 e 4 do CRR.
— Se nenhuma das abordagens anteriormente mencionadas puder ser aplicada, a posição recebe um coeficiente de risco de 1.250%.

A abordagem com base nas notações de crédito aplica-se a uma parte significativa das nossas posições de titularização CRSA e IRB, maioritariamente nas bandas de coeficiente de risco inferiores (melhores).Utilizamos as notações de crédito externas de Standard & Poor's, Moody's, Fitch e DBRS. A maior parte das posições de titularização com uma avaliação de crédito externa elegível ou inferida são posições de titularização detidas na nossa qualidade de investidor. A abordagem baseada na concentração de risco é aplicada a exposições de titularização CRSA diminutas face ao montante total das exposições de titularização da nossa carteira bancária. O âmbito de aplicação da abordagem baseada na fórmula de supervisão e da abordagem baseada na avaliação interna é descrito a seguir.

Em nenhuma posição de titularização foram aplicadas as disposições especiais definidas para originadores de operações de titularização que impõem o reconhecimento pelo originador dos juros do investidor nos termos do artigo 256.º do CRR e do artigo 265.º, respetivamente, do CRR.

Abordagem baseada na fórmula de supervisão e abordagem baseada na avaliação interna

O coeficiente de risco das posições de titularização sujeitas à abordagem baseada na fórmula de supervisão (SFA) é determinado com base numa fórmula que toma como input os requisitos de capital da carteira titularizada e a antiguidade da posição de titularização na cascata, entre outros fatores. Quando aplicamos a SFA, calculamos os parâmetros de risco PD e LGD para os ativos incluídos na carteira titularizada mediante a utilização de sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente e aprovados para esses ativos. Continuamos a desenvolver novos sistemas de notação de crédito para agregados homogéneos de ativos, para aplicação em ativos que não tiveram em nós a sua origem. Os sistemas de notação de crédito são baseados nas informações históricas sobre incumprimento e perda de ativos comparáveis. Os parâmetros de risco PD e LGD são calculados a nível do agregado de risco.

Aproximadamente 72 % do total das posições de titularização da carteira bancária são sujeitos à SFA. Esta abordagem é utilizada predominantemente para classificar a notação de crédito de posições garantidas por empréstimos a empresas, valores a receber relacionados com crédito automóvel e imóveis comerciais.

O coeficiente de risco das posições de titularização IRB sem notação de crédito, relativas a programas ABCP, que não são papel comercial garantidos por ativos, é calculado pela abordagem baseada na avaliação interna (IAA).Além de utilizar este conceito para efeitos regulamentares, a notação interna é utilizada para o cálculo da perda esperada e do capital económico e desempenha um papel significativo no processo de decisão e monitorização de crédito.

Recebemos a aprovação da BaFin para aplicar a IAA a aproximadamente 71 % da nossa exposição de titularização a veículos ABCP.

As classes de ativos sujeitas à IAA regem-se por um conjunto de regras específicas e pormenorizadas, definidas por classe de ativos. Estas avaliações por classe de ativos (ACW) foram definidas pela Gestão de risco de crédito, Análise de risco e planos de liquidação, e Front Office. São revistas e aprovadas no âmbito de um processo interno formal com uma periodicidade mínima anual. A ACW das classes de ativos aprovadas pela BaFin requer uma reaprovação em caso de alterações significativas durante o processo de revisão.

A BaFin aprovou a IAA de 14 diferentes classes de ativos diferentes, de consumo e comerciais. Os fatores de stress variam consoante a classe de ativos e o nível de notação de crédito; são estabelecidos com base em critérios definidos pela agência de notação de crédito externa "dominante" que forma a base da análise de

notação de crédito qualitativa e quantitativa interna. Os múltiplos dos fatores de stresse geralmente indicam o montante de aumento de crédito necessário para obter uma notação de crédito específica, em contraponto com o nível de perda esperada do conjunto.

As tabelas seguintes resumem (a) os múltiplos dos fatores de stress por nível de notação de crédito, ou (b) a metodologia de condução de testes de esforço essencial para os ativos sem múltiplos de fatores de stress, com base na metodologia publicada pelas respetivas agências de notação de crédito dominantes:

Múltiplos de fatores de stress por nível de notação de crédito, por agências de notação de crédito dominantes

Classe de Ativos	Crédito automóvel	CDO	Valores de mercado de CDOe Empréstimo com.	Crédito ao consumo	Cartões de crédito	Valores a receber de atividades comerciais
Agência de notação de crédito dominante	S&P	Moody's	S&P	S&P	S&P	S&P
AAA	3,75-5	1,95	5	4-5	3-6,6	2,5
AA	3-4	1,8-1,76	4	3-4	2,5-5	2,25
A	2-3	1,73-1,69	3	2-3	2-3,75	2
BBB	1,75-2	1,67-1,63	2	1,5-2	1,5-2,5	1,5
BB	1,5-1,75	1,5-1,2		1-1,5	1,25-1,5	

Resumo das metodologias de cálculo dos fatores de stress por agência de notação de crédito, sem múltiplos de fatores de stress definidos

Classe de Ativos	Chamadas de capital	Executor de MBS Adiantamentos	comuns	RMBS Austrália	RMBS Europa	RMBS USA	Liquidações estruturadas	Crédito estudante FFELP
Agência de notação de crédito dominante	Moody's	Moody's	S&P	S&P	S&P	S&P	S&P	Moody's
Comentário	A metodologia baseia-se em pressupostos conservadores sobre as notações de crédito dos devedores e taxas de recuperação; apoiada por critérios de correlação conservadores	A metodologia aplica curvas de recuperação em situação de esforço específicas de notação para cada tipo de adiantamentos do executor. Os fluxos de caixa são geridos em múltiplos cenários de esforço da taxa de juro	A metodologia quer da S&P quer da Moody's usa taxas avançadas em vez de múltiplos de fatores de stresse, que estão disponíveis nos seus respetivos sítios Web	A metodologia utiliza pressupostos sobre incumprimento e perda por nível de notação de crédito, com base em agregados de referência com ajustamentos apropriados para a comparação do respetivo agregado	A metodologia utiliza pressupostos sobre incumprimento e perda por nível de notação de crédito, com base em agregados de referência com ajustamentos apropriados para a comparação do respetivo agregado	Condução de testes de esforço aplicando pressupostos da S&P sobre incumprimento e perda por nível de notação de crédito a cada empréstimo individual do agregado	Geração de uma distribuição de probabilidade de potenciais taxas de incumprimento em cada nível de notação de crédito da carteira, utilizando taxas de recuperação específicas por setorTestes de esforço adicionais aos maiores devedores e aos maiores incumprimentos do setor	Aplicação de stresses específicos por nível de notação de crédito, incluindo taxas de incumprimento cumulativas definidas, taxas de pré-pagamento voluntário, taxas de rejeição de executores e taxas de benefício de mutuários

Informação baseada na metodologia publicada pelas respetivas Agências de notação de crédito dominantes, sujeita a atualização periódica.

Os modelos de fluxo de caixa subjacentes por classe de ativos também são sujeitos ao processo de revisão regular descrito acima. Para as titularizações destas classes de ativos utilizamos instituições de avaliação de crédito externas, designadamente a Standard & Poor's e a Moody's, nos termos definidos nas tabelas anteriores.

Cálculo dos requisitos de capital regulamentares para titularizações da carteira de negociação

Os requisitos de capital regulamentares para o risco de mercado das titularizações da carteira de negociação são determinados com base numa combinação de modelos internos e de abordagens normalizadas regulamentares nos termos do artigo 337.º do CRR.

Os requisitos de capital para o risco de mercado geral das posições de titularização da carteira de negociação são determinados como a soma de: (i) os requisitos de capital do risco de mercado geral calculados com base no valor em risco e (ii) os requisitos de capital do risco de mercado geral calculados com base no valor em risco em situação de esforço.

Os riscos de capital para o risco de mercado específico das posições de titularização da carteira de negociação dependem da afetação ou não das posições à carteira de negociação de correlação (CTP) regulamentar.

Os requisitos de capital do risco de mercado específico das posições de titularização não afetadas à carteira CTP são calculados com base no método padrão do risco de mercado (MRSA), o método padrão. O coeficiente de risco determinado pelo método padrão para as posições de titularização da carteira de negociação é geralmente calculado pelas mesmas metodologias aplicáveis às posições de titularização da carteira bancária. A única diferença prende-se com a utilização da abordagem SFA para as posições de titularização da carteira de negociação em que os requisitos de capital da carteira titularizada são determinados com recurso a parâmetros de risco (probabilidade de incumprimento e perda em caso de incumprimento) que se baseiam no modelo de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais. Os requisitos de capital do risco específico calculados pelo método padrão são determinados como o valor mais elevados dos requisitos de capital para todas as posições de titularização líquidas longas e curtas fora da carteira CTP. As posições de titularização incluídas nos cálculos do risco específico pelo método padrão são incluídas adicionalmente nos cálculos do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço para o risco específico.

As titularizações da carteira de negociação sujeitas a tratamento pelo método padrão incluem várias classes de ativos diferenciadas pelos respetivos tipos de garantias colaterais subjacentes:

— Títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS);
— Títulos garantidos por hipotecas comerciais (CMBS);
— Obrigações garantidas por empréstimos (CLO);
— Obrigações com garantia real (CDO); e
— Títulos garantidos por ativos (incluindo cartões de crédito, crédito e *leasing* automóvel, crédito estudante, crédito e *leasing* de equipamento, crédito para existências de concessionários, etc.).

Também incluem derivados de crédito sintéticos e índices frequentemente negociados com base nos instrumentos acima enunciados.

Ao invés, os requisitos de capital do risco de mercado específico de posições de titularização que são afetadas à carteira CTP são determinados como a soma de (i) os requisitos de capital do risco específico, calculados com base no valor em risco, (ii) os requisitos de capital do risco específico calculados com base no valor em risco em situação de esforço, (iii) os requisitos de capital do risco específico calculados a partir do modelo de medida de risco global (CRM).Os requisitos de capital calculados pelo modelo CRM são sujeitos a um valor mínimo igual ou superior a 8 % dos requisitos de capital do risco específicos para todas as posições de titularização líquidas longas e curtas calculadas pelo método padrão.

A carteira CTP inclui as posições de titularização e os derivados de crédito com risco de incumprimento "n-ésimo" principalmente detidos para efeitos da correlação de negociação que satisfazem os seguintes requisitos:

— todos os instrumentos de referência são instrumentos de título único, incluindo derivados de crédito de título único para os quais existe um mercado líquido com dois sentidos, ou índices frequentemente negociados com base nessas entidades de referência;
— as posição não são posições de retitularização, nem opções sobre uma tranche de titularização, nem quaisquer outros derivados de exposições de titularização que não proporcionem uma percentagem rateada das receitas de uma tranche de titularização; e
— as posições não se referem a um crédito sobre uma entidade de finalidade especial, a créditos ou créditos contingentes sobre imóveis ou sobre a carteira de retalho.

A carteira CTP também inclui coberturas das posições de titularização e das posições com risco de incumprimento "n-ésimo" da carteira, desde que exista um mercado líquido com dois sentidos para o instrumento ou o seu subjacente. Produtos típicos afetados à carteira CTP são as CDO sintéticas, os *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo" (CDS) e os CDS de índice e de título único. Consultar mais informações sobre o modelo CRM utilizado na carteira CTP regulamentar na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação".

Informações sobre titularização

Os montantes apresentados nas tabelas seguintes fornecem informações sobre as nossas exposições de titularização, separadamente para a carteira bancária e para a carteira de negociação regulamentares. A apresentação das exposições da carteira bancária e da carteira de negociação está em consonância com a divulgação do exercício anterior. As informações sobre as posições de titularização da nossa carteira de negociação calculadas pelo método padrão são incluídas nesta secção, sendo as informações sobre as posi-

ções de titularização da carteira de negociação tratadas pelo modelo de medida de risco global (CRM) descritas no capítulo "Risco de mercado relacionado com negociação".

Exposições em risco titularizadas

Nós apenas estamos expostos aos riscos de crédito ou de mercado relacionados com as exposições titularizadas, como se apresenta em baixo, na medida em que tivermos retido ou adquirido qualquer das respetivas posições de titularização. O risco das posições retidas ou adquiridas depende da posição relativa da estrutura de pagamentos em cascata da operação de titularização. Para efeitos de divulgação, somos considerados o originador e, adicionalmente, o patrocinador no caso de titularizações com múltiplos vendedores, o que é refletido na divulgação do total de exposições em risco titularizadas na coluna "Patrocinador" e da nossa parcela dessas exposições na coluna "Originador".

A tabela seguinte presta informações sobre o total da exposição em risco da carteira bancária, isto é, a dimensão global do agregado, que titularizámos na nossa qualidade de originador ou de patrocinador através de operações de titularização sintéticas tradicionais, divididas por tipo de exposição. Nas colunas "Originador", a tabela fornece informações sobre o agregado de ativos titularizados subjacentes, que tiveram origem no nosso balanço ou foram adquiridos a terceiros. Os montantes relatados são os valores escriturados inscritos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas para exposições no balanço em titularizações sintéticas, ou o montante nocional do capital para titularizações tradicionais e exposições fora do balanço em transações sintéticas. Dos 46,5 mil milhões de euros de total de exposições em risco titularizadas, relatados em 31 de dezembro de 2014 na tabela infra, como "Originador", o montante retido foi de 27,0 mil milhões de euros, refletindo um aumento tanto na exposição titularizada em risco como na exposição retida que, em 31 de dezembro de 2013, era de 42,3 mil milhões e de 22,7 mil milhões de euros, respetivamente.

Nas relações como patrocinador, o total de exposições em risco titularizadas indicado na tabela infra representa o montante nocional de capital de exposições em risco das entidades que emitiram os títulos e outros valores a receber. Em 31 de dezembro de 2014, a parte da nossa exposição retida ou recomprada dos 29,3 mil milhões que constituíam o total de exposições em risco titularizadas, apresentado nas colunas "Patrocinador", incluindo transações com múltiplos vendedores, era de 9,2 mil milhões de euros. A exposição remanescente é detida por terceiros. Em 31 de dezembro de 2013, a nossa exposição por referência aos 77,2 mil milhões que constituíam o total de exposições em risco titularizadas resultava de atividades na qualidade de patrocinador, incluindo transações com múltiplos vendedores, era de 13,0 mil milhões de euros. A diminuição na nossa exposição resultou essencialmente de uma decisão de gestão no sentido de reduzir a carteira de titularização financiada através de veículos ABCP. O total de exposição em risco titularizada, objeto de relato, foi calculado com base nas informações recebidas por relatórios de executores de terceiros com os quais os veículos têm relações.

Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira bancária

	31.12.2014				31.12.2013			
	Originador		Patrocinador1		Originador		Patrocinador1	
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	8.485	2.171	635	64	9.379	2.945	3.867	0
Hipotecas comerciais	9.978	0	7.525	0	9.265	0	7.980	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	1.560	0	0	0	4.118	0
Leasing	89	0	3.691	0	0	0	8.439	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	1 320	24.420	6.814	0	2.215	18.522	13.342	0
Crédito ao consumo	0	0	6.506	0	0	0	15.185	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	547	0	0	0	193	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos[3]	0	0	1.974	0	0	0	24.107	0
———[4]	**19.873**	**26.592**	**29.252**	**64**	20.858	21.467	77.232	0

[1] Em 31 de dezembro de 2014 foi incluído na coluna "Patrocinador" o montante de 8,8 mil milhões de euros referente a exposições titularizadas de múltiplos vendedores, dos quais 4,8 mil milhões de euros tiveram origem em nós, pelo que também incluímos este montante na coluna "Originador".Em 31 de dezembro de 2013, os montantes eram de 11,0 mil milhões de euros e de 5,8 mil milhões de euros, respetivamente.
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] O montante de 2013 consiste sobretudo em titularizações que apoiam atividades de aluguer de automóveis e existências de concessionários.
[4] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

A tabela infra indica o total de exposições em risco titularizadas relativamente a posições de titularização detidas na nossa carteira de negociação regulamentar, separadamente por atividades como originador e como patrocinador, e discriminado também por transações tradicionais e sintéticas. As obrigações garantidas por dívida sintéticas de tranche única curtas (SST-CDO) foram refletidas como posições de originador, tendo a

dimensão do agregado sintético sido determinada como a dimensão máxima do agregado dos conjuntos de posições referentes a um determinado agregado sintético. O total de exposições em risco titularizadas, apresentado na tabela infra, não reflete o nosso risco, porque inclui exposições não retidas por nós, não considera as diferenças de posicionamento na cascata de posições relacionadas e, acima de tudo, só reflete a cobertura de tranches idênticas. Comparativamente com o ano anterior, o agregado de exposições em risco titularizadas aumentou para titularizações sintéticas após a consideração de determinadas posições de CTP no MRSA pelo facto de não serem elegíveis para CRM.

Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira de negociação

	31.12.2014				31.12.2013			
	Originador		Patrocinador1		Originador		Patrocinador1	
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	9.227	0	9.362	0	11.026	0	5.200	0
Hipotecas comerciais	41.404	14.588	72.439	0	29.714	0	52.633	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0	494	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	768	104.513	1.402	0	1.998	91.965	3.720	0
Crédito ao consumo	0	147	0	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	1.451	0	0	0	0	0	0	0
[3]	**52.850**	**119.247**	**83.204**	0	43.232	91.965	61.553	0

[1] Em 31 de dezembro de 2014 foi incluído na coluna "Patrocinador" o montante de 73,4 mil milhões de euros referente a exposições titularizadas de múltiplos vendedores, dos quais 28,3 mil milhões de euros tiveram origem em nós, pelo que também incluímos este montante na coluna "Originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira de negociação na tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco calculadas pelo método padrão".A tabela inclui exposição titularizada como originador no montante de 12,4 mil milhões de euros e como patrocinador no montante de 9,2 mil milhões de euros já refletidos na tabela "Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira bancária".

A tabela seguinte apresenta mais informações sobre a qualidade do agregado de ativos subjacentes de exposições em risco titularizadas, nas quais atuamos como originador e detemos posições na carteira bancária regulamentar. Uma exposição é relatada como vencida quando tem o estado de vencida há 30 dias ou mais e não foi ainda incluída como em imparidade. Para as nossas titularizações sintéticas originadas, os montantes da exposição em imparidade ou vencidos são determinados através da nossa administração interna; por seu lado, para as nossas titularizações tradicionais originadas os montantes da exposição em imparidade ou vencidos derivam sobretudo de relatórios de investidor das exposições subjacentes.

Separadamente, a tabela apresenta as perdas que reconhecemos em 2014 e em 2013 para posições de titularização retidas ou adquiridas como originador por tipo de exposição. As perdas são as relatadas na Demonstração Consolidada dos ResultadosOs montantes são as perdas efetivas do agregado de ativos subjacente na medida em que essas perdas estejam afetadas às posições de titularização retidas ou adquiridas que detemos depois de considerar qualquer proteção de crédito elegível. Isto aplica-se tanto às transações tradicionais como sintéticas.

Exposições em imparidade ou vencidas titularizadas e perdas reconhecidas por tipo de exposição (dimensão global do agregado) como originador

	31.12.2014	2014	31.12.2013	2013
em milhões de euros	Em imparidade/ –[1]	Perdas	Em imparidade/ –[1]	Perdas
Hipotecas residenciais	2.406	2	3.118	40
Hipotecas comerciais	0	0	0	17
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	14	13	32	17
Crédito ao consumo	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0
Total de exposições em imparidade ou vencidas titularizadas e perdas reconhecidas[3]	**2 420**	**15**	3.150	74

[1] Inclui as exposições em imparidade e vencidas relativas ao agregado global de titularizações de múltiplos vendedores que poderá refletir mais que a parcela originada por nós.
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

O total da exposição em imparidade ou vencida titularizada diminuiu 2,4 mil milhões em 2014.A redução deveu-se sobretudo aos tipos de exposição "Hipotecas residenciais" e "Empréstimos a grandes empresas e a PME".As perdas inscritas por nós em 2014 registaram um decréscimo, no total de 15 milhões de euros face a 74 milhões de euros em 2013.

A tabela seguinte fornece informações sobre as exposições em risco existentes na carteira bancária e na carteira de negociação, separadas por tipo de exposição, que a administração tenciona titularizar num futuro próximo no âmbito de novas ou existentes operações de titularização. As exposições em risco que aguardam titularização não incluem ativos destinados a titularização sem transferência do risco, isto é, as titularizações em que nós mantemos todas as tranches.

Exposições em risco que aguardam titularização (montante da exposição)

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Carteira bancária	Carteira de negociação	Carteira bancária	Carteira de negociação
Hipotecas residenciais	0	0	0	741
Hipotecas comerciais	0	1.754	0	2.295
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[1]	1 645	15	0	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0
Exposições em risco que aguardam titularização	**1.645**	**1.770**	0	3.036

[1] PME são pequenas e médias empresas.

A maioria das exposições em risco a aguardar titularização eram "Hipotecas comerciais", na carteira de negociação e "Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)" na carteira bancária.

Posições de titularização retidas ou adquiridas

A tabela abaixo apresenta o montante das posições de titularização retidas ou adquiridas na carteira bancária. Os montantes indicados baseiam-se nos valores de exposição regulamentares antes da aplicação da redução de risco de crédito. As posições de titularização da carteira de negociação regulamentar foram reportadas com base na definição de exposição dos artigos 327.º a 332.º do CRR, onde se afirma que os títulos e derivados idênticos ou muito semelhantes são compensados numa posição líquida. Os requisitos de capital para as posições de titularização – tanto da carteira bancária regulamentar como da carteira de negociação regulamentar – são relatados adicionalmente por tipo de exposição subjacente.

Posições de titularização retidas ou adquiridas, por tipo de exposição

										31.12.2014
					Carteira bancária					Carteira de negociação
em milhões de euros	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	dos quais: 1.250% ponderados pelo risco	Requisitos de capital	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	dos quais: 1.250% ponderados pelo risco	Requisitos de capital
Hipotecas residenciais	3.048	1.532	4.581	113	239	3.020	20	3.040	537	625
Hipotecas comerciais	1.854	882	2.736	158	169	1.682	2.573	4.256	287	399
Valores a receber de cartões de crédito	0	970	970	0	7	63	16	78	6	10
Leasing	2.582	1.439	4.021	5	77	10	0	10	0	1
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[1]	27.622	3.269	30.891	42	343	1.443	3.715	5.158	231	359
Crédito ao consumo	6.423	2.031	8.454	7	193	345	0	345	66	70
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0	16	0	16	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	3.083	338	3.421	99	131	665	8	673	182	218
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas[2]	44.612	10.461	55.074	424	1.159	7.243	6.332	13.576	1.309	1.682

[1] PME são pequenas e médias empresas.
[2] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito das atividades de titularização na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco" e a tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco, calculadas pelo método padrão".

										31.12.2013
					Carteira bancária					Carteira de negociação
em milhões de euros	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	dos quais: 1.250% ponderados pelo risco	Requisitos de capital	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	dos quais: 1.250% ponderados pelo risco	Requisitos de capital
Hipotecas residenciais	4.794	3.334	8.128	1.048	280	2.406	44	2.450	477	546
Hipotecas comerciais	806	599	1.404	406	192	1.978	3.090	5.068	377	565
Valores a receber de cartões de crédito	0	1.520	1.520	0	12	91	0	91	0	5
Leasing	1.749	722	2.471	0	31	17	0	17	0	1
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[1]	19.598	4.644	24.241	143	320	1.338	4.087	5.424	312	423
Crédito ao consumo	2.142	2.724	4.866	15	108	370	0	370	44	55
Valores a receber de atividades comerciais	0	158	158	0	1	1	0	1	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	5.029	3.933	8.962	176	186	1.258	135	1.393	275	363
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas[2]	34.117	17.634	51.751	1.789	1.130	7.458	7.356	14.814	1.485	1.958

[1] PME são pequenas e médias empresas.
[2] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito das atividades de titularização na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco" e a tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco, calculadas pelo método padrão".

O total de posições de titularização retidas ou adquiridas na carteira bancária aumentou durante o ano de 2014 devido às nossas atividades como originador para o tipo de exposição "Empréstimos a grandes empresas ou a PME", nova exposição ao tipo de exposição "Hipotecas comerciais" e movimentos relacionados com variações cambiais. A diminuição para o tipo de exposição "Hipotecas residenciais" deveu-se principalmente à cessação/reembolsos de negócios e a uma nova definição de exposição em conformidade com o artigo 246.º, n.º 1 do CRR. No âmbito da carteira de negociação, a exposição a titularização diminuiu em 1,2 mil milhões de euros ou 8%, sobretudo nos tipos de exposição "Hipotecas comerciais" e "Outros ativos", o que foi parcialmente compensado por um aumento do tipo de exposição "Hipotecas residenciais".

Posições de titularização retidas ou adquiridas, por região (montante da exposição)

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Carteira bancária	Carteira de negociação	Carteira bancária	Carteira de negociação
Europa	19.024	3.531	22.017	3.371
Américas	32.888	8.485	26.837	9.680
Ásia e Pacífico	3.004	1.456	2.849	1.355
Outros	157	104	49	408
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas[1]	**55 074**	**13.576**	51.751	14.814

[1] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito das atividades de titularização na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco" e a tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco, calculadas pelo método padrão".

Os montantes indicados na tabela supra são baseados no país de domicílio dos devedores das exposições titularizadas. O aumento em exposições na carteira bancária para a região "Américas" resultou das nossas atividades como originador e de movimentos relacionados com variações cambiais, pelo que se observa uma diminuição da exposição na carteira de negociação nesta região.

Exposição a titularização da carteira bancária

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas por banda de coeficientes de risco

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Montante da exposição	Requisitos de capital pelo método IRB1	Requisitos de capital pela abordagem padronizada	Montante da exposição	Requisitos de capital pelo método IRB1	Requisitos de capital pela abordagem padronizada
≤ 10 %	44.968	246	0	36.301	192	0
> 10 ≤ 20 %	4.170	37	9	5.759	50	12
> 20 ≤ 50 %	2.427	97	1	4.895	171	9
> 50 ≤ 100 %	2.313	124	53	2.385	77	74
> 100 ≤ 350 %	313	40	3	283	29	1
> 350 ≤ 650 %	160	51	0	247	75	0
> 650 < 1.250%	299	202	0	91	33	0
1.250%/Dedução[2]	424	266	29	1.789	349	58
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**55.074**	**1.064**	**95**	51.751	976	154

[1] Após tomar em consideração ajustamentos ao valor nos termos do artigo 266.º, n.os 1 e 2 do CRR para 2014 e dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV para 2013.Incluindo requisitos de capital para o desfasamento de maturidades de titularizações sintéticas por banda de coeficientes de risco, definido como coeficiente de risco médio ponderado nocional do agregado subjacente.
[2] Dedução de capital que não voltará a ser aplicada a partir de 2014.

A exposição sujeita ao grupo ≤ 10% aumentou para 45 mil milhões de euros principalmente devido às novas atividades como originador, ao passo que a exposição sujeita ao grupo de 1.250% diminuiu para 424 milhões de euros no seguimento da nova definição de exposição em conformidade com o artigo 246.º, n.º 1 do CRR. Embora a exposição global da carteira bancária tenha aumentado 6% para 55,1 mil milhões de euros, os requisitos de capital aumentaram apenas 3% para 1,2 mil milhões de euros.

A maior parcela das exposições de titularização da carteira bancária elegíveis para o método IRB é tratada de acordo com a abordagem baseada na fórmula de supervisão (SFA).Nas restantes exposições da carteira bancária elegíveis para o método IRB usamos o método baseado na avaliação interna (IAA), predominantemente para a nossa atividade como patrocinador de veículos ABCP ou a abordagem baseada nas notações de crédito (RBA).

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método IRB baseado nas notações de crédito (RBA)

	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-.[1]		Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-.[1]	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização[2]	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização[2]	Retitularização
≤ 10 %	5.295	0	33	0	6.449	0	35	0
> 10 ≤ 20 %	2.056	0	21	0	1.463	0	14	0
> 20 ≤ 50 %	854	1.064	50	34	1.378	1.564	85	44
> 50 ≤ 100 %	1.487	29	120	1	1.020	0	63	0
> 100 ≤ 350 %	78	7	7	1	59	108	2	11
> 350 ≤ 650 %	58	0	19	0	235	0	71	0
> 650 < 1.250%	154	16	85	9	13	64	7	12
1.250%/Dedução[3]	342	46	244	19	662	152	253	22
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**10.324**	**1.162**	**579**	**64**	11.279	1.889	531	89

[1] Após tomar em consideração ajustamentos ao valor nos termos do artigo 266.º, n.os 1 e 2 do CRR para 2014 e dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV para 2013.
[2] Incluindo requisitos de capital para o desfasamento de maturidades de titularizações sintéticas por banda de coeficientes de risco, definido como coeficiente de risco médio ponderado nocional do agregado subjacente.
[3] Dedução de capital que não voltará a ser aplicada a partir de 2014.

As exposições sujeitas ao método IRB baseado nas notações de crédito diminuíram para titularização em 1 milhar de milhão de euros, principalmente devido à redução da exposição a titularizações do Postbank sintéticas. Ao invés disso, a exposição a retitularizações foi diminuída em 0,7 mil milhões de euros no seguimento de uma redução de compromisso para uma transação significativa.

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método do IRB baseado na avaliação interna (IAA)

	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-..[1]		Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-..[1]	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10 %	996	0	7	0	4.670	0	29	0
> 10 ≤ 20 %	1.160	0	11	0	3.319	0	33	0
> 20 ≤ 50 %	245	33	5	1	1.283	351	28	11
> 50 ≤ 100 %	47	0	3	0	210	5	12	0
> 100 ≤ 350 %	166	0	28	0	0	33	0	4
> 350 ≤ 650 %	0	0	0	0	0	0	0	0
> 650 < 1.250%	0	0	0	0	0	0	0	0
1.250%/Dedução[2]	0	0	0	0	0	0	0	0
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**2.614**	**33**	**53**	**1**	9.482	389	102	16

[1] Após tomar em consideração ajustamentos ao valor nos termos do artigo 266.º, n.os 1 e 2 do CRR para 2014 e dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV para 2013.
[2] Dedução de capital que não voltará a ser aplicada a partir de 2014.

A redução na exposição sujeita ao método IRB baseado na avaliação interna (IAA) resultou essencialmente de uma decisão de gestão no sentido de reduzir a carteira de titularização financiada através de veículos ABCP. A exposição global diminuiu 73% para 2,6 mil milhões de euros em 2014, a qual a 31 de dezembro de 2013 era de 9,9 mil milhões de euros.

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método do IRB baseado na fórmula de supervisão (SFA)

	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, IRBA-SFA[1]		Montante da exposição		Requisitos de capital, IRBA-SFA[1]	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10 %	38.676	0	206	0	25.182	0	128	0
> 10 ≤ 20 %	317	49	3	1	172	0	2	0
> 20 ≤ 50 %	217	0	7	0	81	0	2	0
> 50 ≤ 100 %	5	0	0	0	32	0	2	0
> 100 ≤ 350 %	36	0	5	0	74	0	12	0
> 350 ≤ 650 %	102	0	32	0	13	0	4	0
> 650 < 1.250%	129	0	108	0	14	0	14	0
1.250%/Dedução[2]	7	0	3	0	917	0	74	0
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**39.487**	**49**	**365**	**1**	26.485	0	239	0

[1] Após tomar em consideração ajustamentos ao valor nos termos do artigo 266.º, n.os 1 e 2 do CRR para 2014 e dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV para 2013.
[2] Dedução de capital que não voltará a ser aplicada a partir de 2014.

A exposição da carteira bancária sujeita ao método IRB baseado na fórmula de supervisão (SFA) aumentou de um modo global para 39,5 mil milhões de euros em 2014.Este aumento deveu-se principalmente a atividades como Originador e a posições de titularização, cuja fonte de financiamento mudou de veículos ABCP anteriormente calculados nos termos do método IRB baseado na avaliação interna (IAA).

O método padrão do risco de crédito (CRSA) é utilizada para posições de titularização em que a carteira subjacente apresenta predominantemente exposições a risco de crédito, que seriam elegíveis para utilização da CRSA se estas exposições fossem detidas diretamente por nós.

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método do padrão do risco de crédito (CRSA)

	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, SA		Montante da exposição		Requisitos de capital, SA	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10 %	0	0	0	0	0	0	0	0
> 10 ≤ 20 %	588	0	9	0	802	3	12	0
> 20 ≤ 50 %	14	0	1	0	238	0	9	0
> 50 ≤ 100 %	745	0	53	0	1.119	0	74	0
> 100 ≤ 350 %	27	0	3	0	9	0	1	0
> 350 ≤ 650 %	0	0	0	0	0	0	0	0
> 650 < 1.250%	0	0	0	0	0	0	0	0
1.250%/Dedução[1]	23	6	23	6	16	41	16	41
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**1.398**	**6**	**89**	**6**	2.184	44	113	41

[1] Dedução de capital que não voltará a ser aplicada a partir de 2014.

A exposição sujeita ao CRSA diminuiu 824 milhões de euros, principalmente devido a uma redução da exposição do Postbank.

Exposição a titularização da carteira de negociação

Os requisitos de capital do risco de mercado específico das posições de titularização da carteira de negociação não tratadas pelo modelo CRM, são calculados com base na abordagem padronizada do risco de mercado (MRSA) (método Padrão).O cálculo do coeficiente de risco determinado pelo método Padrão para as posições de titularização da carteira de negociação é geralmente baseado nas mesmas metodologias aplicáveis às posições de titularização da carteira bancária. Consultar mais informações sobre estes métodos na secção "Quadro de titularização regulamentar", bem como na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação".

Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método padrão do risco de mercado (MRSA)

	31.12.2014				31.12.2013			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, método Padrão		Montante da exposição		Requisitos de capital, método Padrão	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10 %	4.540	0	26	0	5.254	0	30	0
> 10 ≤ 20 %	4.568	0	51	0	4.677	0	52	0
> 20 ≤ 50 %	1.289	249	29	8	1.095	338	32	10
> 50 ≤ 100 %	582	100	35	6	674	141	42	10
> 100 ≤ 350 %	533	96	73	14	558	132	88	20
> 350 ≤ 650 %	174	36	63	13	237	100	77	44
> 650 < 1.250%	81	18	45	11	118	6	65	3
1.250%/Dedução[1]	1 008	302	1.008	302	1.177	308	1.177	308
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**12.774**	**801**	**1.329**	**353**	13.790	1.025	1.563	395

[1] Dedução de capital que não voltará a ser aplicada a partir de 2014.

Em termos de variação anual, as posições de titularização na carteira de negociação diminuíram principalmente na categoria de coeficiente de risco ≤ 10% com efeito limitado no requisito de capital e na categoria 1.250%, o que resultou numa diminuição da utilização de capital de 169 milhões de euros.

Posições de retitularização

A exposição de retitularização da carteira de negociação foi reduzida em 39% no seguimento do reconhecimento de coberturas nos termos dos artigos 327.º a 332.º do CRR.

Posições de retitularização retidas ou adquiridas (montante da exposição)

	31.12.2014				31.12.2013			
	Carteira bancária		Carteira de negociação		Carteira bancária		Carteira de negociação	
em milhões de euros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros
Posições de retitularização	1.250	1.250	1.313	801	2.322	2.320	3.190	1.025

Não foi aplicada redução de risco sob a forma de garantias financeiras às nossas posições de retitularização, quer da carteira bancária quer da carteira de negociação.

Atividades de titularização

Os montantes referentes a 2014 indicados nas tabelas seguintes apresentam um aumento da nossa atividade de titularização como patrocinador face a 2013.O aumento em 2014 da nossa atividade como originador de titularização deveu-se sobretudo ao tipo de exposição "Empréstimos a grandes empresas ou a PME", dominado por transações sintéticas executadas pelo Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG).O aumento em "hipotecas comerciais" resulta de novas transações tradicionais baseadas sobretudo em ativos das Américas.

Atividade de titularização – Total de exposições em risco titularizadas (isto é, os agregados subjacentes), por tipo de exposição, da carteira bancária

			Originador		Patrocinador
		31.12.2014	2014		31.12.2014
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	0	0	0	0	0
Hipotecas comerciais	1.279	0	23	0	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0
Leasing	89	0	0	43	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[1]	0	7.594	0	689	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	547	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0
Total de exposições em risco titularizadas[2]	1.368	7.594	23	1.279	0

[1] PME são pequenas e médias empresas.
[2] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

			Originador		Patrocinador1
		31.12.2013	2013		31.12.2013
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	0	0	0	1.551	0
Hipotecas comerciais	2.328	0	52	2.880	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	2.455	0
Leasing	0	0	0	4.036	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	0	10.069	0	2.405	0
Crédito ao consumo	0	0	0	3.532	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	193	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	5.211	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	2 328	10.069	52	22.263	0

[1] Na coluna "patrocinador" está incluído o montante de 2,8 mil milhões de exposições titularizadas, das quais 1,5 mil milhões, originados por nós, também estão incluídos na coluna "originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

A maior exposição originada através de titularizações tradicionais em 2014, em comparação com 2013, decorreu sobretudo do aumento da atividade de mercado nas titularizações CMBS, resultando de uma recuperação geral do mercado neste segmento. Após a nossa estratégia de redução do risco, não foram introduzidas novas transações sintéticas no âmbito da carteira de negociação.

Atividade de titularização – Total de exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição, da carteira de negociação

			Originador		Patrocinador1
		31.12.2014	2014		31.12.2014
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	725	0	0	3.553	0
Hipotecas comerciais	12.179	0	174	20.049	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	0	0	0	0	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Outros ativos	1.451	0	0	0	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	14.354	0	174	23.601	0

[1] Na coluna "patrocinador" está incluído o montante de 19,3 mil milhões de exposições titularizadas, das quais 7,4 mil milhões, originados por nós, também estão incluídos na coluna "originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira de negociação na tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco calculadas pelo método padrão".

			Originador		Patrocinador1
		31.12.2013	2013		31.12.2013
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	508	0	0	2.989	0
Hipotecas comerciais	7.162	0	173	12.475	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	20	584	0	0	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0
Obrigações cobertas	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	7.690	584	173	15.464	0

[1] Na coluna "patrocinador" está incluído o montante de 12,5 mil milhões de euros de exposições titularizadas, das quais 5,3 mil milhões de euros, originados por nós, também estão incluídos na coluna "originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira de negociação na tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco calculadas pelo método padrão".

Risco de mercado relacionado com a negociação

A maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial para mudanças no valor de mercado das nossas posições investidas e de negociação. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

O principal objetivo da Gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que as nossas unidades de negócio otimizam a relação risco-retorno e não nos expõem a perdas inaceitáveis que ultrapassem a nossa apetência pelo risco. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

— O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado da divisão Corporate Banking & Securities (CB&S).Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
— O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
— O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

Quadro de gestão do risco de mercado

A governação da Gestão do risco de mercado está concebida e definida para promover a supervisão de todos os riscos de mercado, incluindo o risco de mercado relacionado com a negociação, o risco de incumprimento de posições negociadas e o risco de mercado não relacionado com negociação, tomada de decisões eficazes e reencaminhamento atempado para apreciação da direção sénior.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado, e dá apoio à sua gestão e redução. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as áreas de negócio.

Medição e avaliação do risco de mercado

A Gestão do risco de mercado tem por objetivo medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que refletem os requisitos económicos e regulamentares.

Em conformidade com os requisitos económicos e regulamentares, medimos o risco de mercado e os riscos que lhe estão associados através de diversos indicadores de risco fundamentais:

— Valor em risco e valor em risco em situação de esforço
— Três indicadores para riscos específicos: Requisitos de capital para riscos adicionais, medida de risco global e risco de mercado calculado pelo método padrão
— Três tipos de testes de esforço: Testes de esforço das carteiras, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos
— Capital económico para o risco de mercado, incluindo risco de incumprimento de posições negociadas
— Sensibilidades
— Valor de mercado/valor nocional (risco de concentração)
— Perda em caso de incumprimento

Estes indicadores são considerados complementares entre si e, em conjunto, definem o quadro de risco de mercado, que permite medir e monitorizar todas as áreas de negócio.

Para mais informações sobre os requisitos de capital regulamentares e os RWA para o risco de mercado relacionado com a negociação, incluindo uma apresentação por abordagem e tipo de risco, consultar a secção "Requisitos de capital regulamentares".

Monitorização do risco de mercado

O nosso mecanismo principal para gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de limite. Assistido pela Gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites (extremos) de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. Gestão do risco de mercado subafeta este limite global às nossas divisões corporativas e a cada unidade de negócio no âmbito da CB&S (ou seja, Rendimentos fixos e divisas, Financiamento estruturado, Ações, etc.) com base nos planos de negócios esperados e na apetência pelo risco. No âmbito de cada uma das unidades de negócio, os diretores estabelecem limites de negócio afetando o limite global em cada carteira ou região.

Na prática, a Gestão do risco de mercado estabelece limites básicos, que tendem a ser de natureza global, necessários para captar uma exposição a um fator de risco particular. Os limites dos negócios são específicos em função de vários fatores, incluindo uma região particular ou uma carteira específica.

Os limites do valor em risco, do capital económico e dos testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da área de negócio. Também são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente. Se os limites forem ultrapassados, a Gestão do risco de mercado é responsável por identificar e reencaminhar a questão para apreciação superior, em tempo útil.

Para gerir as exposições respeitando os limites, as unidades de negócio aplicam várias medidas de redução de risco, principalmente utilizando:

— Gestão da carteira: A diversificação do risco ocorre em carteiras compostas por várias posições. Uma vez que alguns investimentos tendem a aumentar em valor quando outros diminuem em valor, a diversificação pode ajudar a diminuir o nível global do perfil de risco de uma carteira.
— Cobertura (hedging):A cobertura consiste em assumir posições em ativos financeiros relacionados e inclui produtos derivados, tais como futuros e *swaps.* As atividades de cobertura podem não garantir uma redução eficaz contra perdas decorrentes de diferenças entre as condições, as características específicas ou

outros riscos de base que possam existir entre o instrumento de cobertura e a exposição a ser protegida. Para mais informações sobre contabilidade de cobertura, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Relatórios sobre o risco de mercado

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Adicionalmente, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a ultrapassagem de limites para cada classe de ativos.

Medição do risco de mercado

Valor em risco (VaR) no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) nas posições de negociação devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos requisitos de capital e ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados históricos de mercado como input para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal, lognormal ou não normal (*T, skew-T, Skew-Normal*).Para determinar o valor agregado em risco, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de valor em risco foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de locação de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, atribuem-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de que o total do VaR num determinado dia será inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de que as perdas ocorrem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação total numa grelha de volatilidade de preço fixo implícito.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades de negociação. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de

agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

— A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospetiva" pode fazer com que o VaR subestime o risco (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
— As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
— O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
— O risco intradiário não é captado.
— Podem existir riscos na carteira de negociação que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco proprietários, e afetamos recursos substanciais à sua revisão e melhoramento. Desenvolvemos e melhorámos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Todos os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente.

Durante o ano de 2014, o cálculo do valor em risco foi definido com mais precisão. Nomeadamente, na adesão a uma nova norma regulamentar publicada pela Autoridade Bancária Europeia para o cálculo dos RWA para o CVA, a pormenorização de referências de dados de mercado foi aumentada.

Testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Analisamos continuamente potenciais fragilidades no nosso modelo de valor em risco utilizando técnicas estatísticas, tais como testes a posteriori e também contamos com a nossa experiência de gestão do risco.

Os testes a posteriori são um procedimento utilizado em conformidade com os requisitos regulamentares alemães para verificar a capacidade preditiva dos nossos cálculos do valor em risco, envolvendo a comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos com base no pressuposto "comprar e manter" (receitas diárias do tipo "comprar e manter").Partindo deste pressuposto, estimamos o impacto das perdas e ganhos que teria sido causado numa carteira num dia de negociação, avaliado pelos preços e parâmetros atuais do mercado, assumindo que teria sido deixado inalterado nesse dia, e comparamo-lo com as estimativas do nosso modelo de valor em risco do dia anterior. O nosso cálculo de perdas e ganhos diários hipotéticos (receitas do tipo "comprar e manter") exclui ganhos e perdas de negociação intradiária, encargos e comissões, montantes escriturados (incluindo margens da taxa de juro líquida), reservas e outras receitas várias. Um valor discrepante (outlier) é uma perda hipotética de negociação do tipo "comprar e manter" que excede o nosso valor em risco do dia anterior. Em média, é de esperar que um nível de confiança de 99 % gere dois ou três valores discrepantes num ano, representando 1% de aproximadamente 260 dias de negociação. Analisamos e documentamos as razões subjacentes aos valores discrepantes e classificamo-los como resultando de variações de mercado, riscos não incluídos no nosso modelo de valor em risco, falhas de modelo ou processo. Usamos os resultados para melhorar ainda mais a nossa metodologia de valor em risco. As comunicações formais explicando as razões subjacentes a qualquer valor discrepante a nível do Grupo são fornecidas à BaFin e ao BCE.

Para além da nossa análise padronizada a posteriori dos percentis do valor em risco, é efetuada uma verificação adicional do desempenho do modelo do valor em risco que consiste na análise do ajuste distributivo na totalidade da distribuição (análise a posteriori da distribuição total).São também realizados regularmente testes a posteriori em carteiras hipotéticas para testar o desempenho do valor em risco de produtos particulares e suas coberturas.

O Comité de testes globais a posteriori, com a participação das áreas de Gestão do risco de mercado, Análise de risco de mercado, Análise de risco e planos de liquidação e da área financeira, reúne-se regularmente para rever os resultados dos testes a posteriori em termos globais e por áreas de negócio individuais. O Comité analisa variações no desempenho e avalia a capacidade preditiva do nosso modelo de valor em risco, o que nos permite melhorar e ajustar consequentemente o processo de cálculo do risco.

Uma equipa independente de validação do modelo analisa regularmente todos os aspetos quantitativos do nosso modelo do valor em risco. A análise cobre, entre outros aspetos, a adequação dos pressupostos de distribuição dos fatores de risco, as abordagem de recalibração dos parâmetros de risco e os pressupostos do modelo. Os resultados da validação e as medidas corretivas são apresentados à direção sénior e acompanhados para promover o cumprimento dos prazos.

Processo holístico de validação

O processo de validação holístico (HV) oferece uma avaliação abrangente do modelo e do quadro do valor em risco em cinco áreas de controlo: Limites, testes a posteriori, processo, validação de modelo e Riscos não incluídos no VaR. O referido HV é aplicado trimestralmente e fornece um relatório detalhado das áreas de controlo (Pacotes de controlo HV), bem como um Painel HV que indica a saúde de cada área de controlo. Adicionalmente, a Análise trimestral de rubricas de negócio (QBLR) fornece uma visão geral da estratégia de negociação das rubricas de negócio e do correspondente perfil de retornos. O quadro de governação HV trimestral que lhe está associado é composto pelos seguintes níveis:

— Nível 1:Um conjunto de reuniões de análise dos pacotes de controlo HV a nível das classes de ativos (reuniões presididas pelo respetivo responsável pelas classes de ativos de Gestão do risco de mercado), em que o Pacote de controlo HV é analisado e se aprova a situação do Painel HV
— Nível 2:O Comité de governação HV (presidido pelo responsável global de Gestão do risco de mercado), em que são apresentadas as análises trimestrais de rubricas de negócio e se aprova o Painel HV global
— Nível 3:A governação HV de topo é concretizada por meio de um conjunto de briefings da direção, incluindo ao Comité de capital e risco, Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. Os briefings fornecem um resumo executivo da qualidade e do controlo do valor em risco nas áreas de negócio, uma visão geral da estratégia de negociação da atividade da divisão corporativa CB&S, bem como da correspondente estratégia de gestão do risco.

Em 2014 os nossos multiplicadores do valor em risco e valor em risco em situação de esforço mantiveram-se em quatro versus o limite regulamentar de três.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações extremas nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos: teste de esforço da carteira; teste de esforço ao nível do negócio individual, cenários de risco de eventos, contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo.

Os testes de esforço das carteiras medem o impacto nos resultados de potenciais eventos de mercado baseados em cenários predefinidos de diferentes gravidades, que são históricos ou hipotéticos, e definidos a nível macro. Com os testes de esforço das carteiras, Gestão do risco de mercado completa a sua perspetiva sobre risco fornecida por outros indicadores, dado que a gama de testes de esforço das carteiras preenche a lacuna entre os cenários mais extremos (capital económico) e as potenciais perdas diárias (valor em risco).Além de cenários dinâmicos, temos três cenários estáticos, que são calculados e monitorizados semanalmente, em comparação com os limites.

Para efeitos dos testes de esforço a nível das áreas de negócio individuais, os gestores de risco de mercado identificam os fatores de risco relevantes e desenvolvem cenários de stresse relacionados com a evolução macroeconómica ou específica das áreas de negócio. Os testes de esforço a nível das áreas de negócio captam os riscos idiossincráticos e os riscos de base.

O cenário de risco de eventos mede o impacto nos resultados de eventos historicamente observáveis ou situações hipotéticas de posições de negociação para países e regiões de mercados emergentes específicos.

A exposição da carteira de negociação do banco a um país individual é testada em esforço num cenário único que replica variações no mercado nesse país em períodos de crise significativa do mercado e de liquidez reduzida.

Além destes testes de esforço específicos do risco de mercado, a gestão do risco de mercado participa no processo de teste de esforço do âmbito geral do Grupo, no qual são definidos cenários macroeconómicos pela dbResearch (pesquisa Deutsche Bank) e cada departamento transpõe esse cenário para os choques relevantes que é necessário aplicar à sua carteira. Inclui os riscos de crédito, de mercado e operacional. Os resultados são analisados pelo Comité de supervisão dos testes de esforço.

O risco de cauda ou o potencial de eventos de perda extremos para além do valor em risco reportado são captados através dos parâmetros valor em risco, capital económico, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Também são captados através de testes de esforço.

Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação

Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin a aprovação dos modelos para o valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Trata-se de métodos suplementares que utilizamos para medir as exposições ao risco de mercado.

— Valor em risco em situação de esforço: calcula um valor em risco em situação de esforço com base num período contínuo de um ano de tensão de mercado significativa.
— Requisitos de capital para riscos adicionais: capta riscos de incumprimento e de migração de crédito além dos riscos já captados no valor em risco em posições sensíveis ao crédito na carteira de negociação.

— Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço.
— Método padrão do risco de mercado: calcula o capital regulamentar para efeitos de titularização e derivados de crédito de incumprimento de "n-ésimo".

O valor em risco em situação de esforço, os requisitos de capital para riscos adicionais e a medida de risco global são calculados para todas as carteiras relevantes. Os resultados dos modelos são utilizados na gestão contínua do risco do banco, bem como na definição de capital regulamentar.

Valor em risco em situação de esforço

Nós calculamos o valor em risco em situação de esforço utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Para fins de relatos regulamentares, o período de carência é de dez dias.

O nosso cálculo do valor em risco em situação de esforço utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo. O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade e variações extremas nos contribuintes de topo para o valor em risco. Os resultados destes dois indicadores (volatilidade e número de valores discrepantes) são combinados utilizando coeficientes selecionados que visam garantir que também são tomados em consideração aspetos qualitativos (ou seja, a inclusão de períodos de crise decisivos).

Requisitos de capital para riscos adicionais

O indicador de requisitos de capital para riscos adicionais baseia-se no nosso próprio modelo interno e destina-se a complementar o quadro de modelação do valor em risco. Representa uma estimativa dos riscos de incumprimento e de migração de produtos de crédito não titularizados num horizonte temporal de capital de um ano com um nível de confiança de 99,9%, tendo em conta os horizontes de liquidez de posições individuais ou de conjuntos de posições. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais. O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de

recuperação e as probabilidades de incumprimento, as migrações nas notações, a maturidade e os horizontes de liquidez de posições individuais.

Calculamos o indicador de requisitos de capital para riscos adicionais com frequência semanal. O valor é determinado como sendo o maior valor entre a mais recente média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais e o valor mais recente desses requisitos.

Os requisitos de capital para riscos adicionais contributivos das posições individuais, que são calculados por afetação das insuficiências esperadas, constituem a base de identificação de concentrações de risco na carteira.

Os parâmetros de horizonte de liquidez são definidos em conformidade com o tempo necessário para vender uma posição ou cobrir todos os riscos de preços relevantes num mercado sob tensão. Os horizontes de liquidez são especificados ao nível dos produtos e refletem a nossa prática e experiência reais em períodos de tensão sistemática e idiossincrática. Definimos os conjuntos de posições utilizadas na aplicação dos horizontes de liquidez de forma a refletir adequadamente as diferenças de liquidez para cada conjunto. Os gestores de risco de mercado especializados em cada tipo de produto determinam horizontes de liquidez com um limite mínimo de três meses. Os horizontes de liquidez são analisados regularmente para que o ato de venda ou cobertura, em si mesmo, não afete significativamente o preço. No final do exercício de 2014, para o cálculo regulamentar dos RWA, todos os horizontes de liquidez foram definidos de forma conservadora para 12 meses, enquanto analisamos a metodologia de seleção. As probabilidades de incumprimento e de migração da notação de crédito são definidas por matrizes de migração de notação de crédito, calibradas por dados de notação de crédito externos históricos. Tomando em consideração a correlação entre o grau de pormenorização das matrizes e a sua estabilidade, aplicamos uma matriz empresarial global e uma matriz soberana composta por sete principais bandas de notações. Em conformidade, as notações de crédito atribuídas pelas agências de notação de crédito Moody's, S&P e Fitch a emissões ou emissores são atribuídas a cada posição.

Para quantificar a perda devida à migração da notação de crédito, é realizada uma reavaliação da posição considerando a nova notação de crédito. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de migração e de notação de crédito do modelo de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam regiões e setores, sendo calibradas com base em séries históricas de migração de notações de crédito e séries temporais de ações. O processo de simulação inclui uma estratégia de continuidade, que se baseia na suposição de um nível de risco constante. Esta hipótese implica que as posições que têm registado incumprimento ou migração de notação de crédito no respetivo horizonte de liquidez são reequilibradas no final do seu horizonte de liquidez de modo a alcançarem o nível inicial de risco. As correlações entre posições com diferentes horizontes de liquidez são implicitamente especificadas pela estrutura de dependência dos fatores de risco sistemático e idiossincrático subjacentes, ajudando a assegurar que as concentrações de carteira são identificadas nos horizontes de liquidez. Em particular, são reconhecidas as diferenças entre horizontes de liquidez e maturidades de coberturas e posições cobertas.

A validação direta dos requisitos de capital para riscos adicionais através de métodos de testes a posteriori não é possível. O indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais é sujeito a princípios de validação, tais como a avaliação da solidez conceptual, monitorização contínua, verificação de processos e análise comparativa e de resultados. A validação da metodologia de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais é incorporada no processo de validação do nosso modelo de carteira de crédito, com particular incidência nos aspetos específicos deste indicador. A validação do modelo de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais baseia-se mais em métodos indiretos, incluindo testes de esforço e análises de sensibilidade. Os parâmetros relevantes do indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais estão incluídos no ciclo de validação anual estabelecido no quadro regulamentar atual. O indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais faz parte dos testes de esforço trimestrais transversais ao Grupo, utilizando a funcionalidade de testes de esforço no âmbito do nosso mecanismo de crédito. Os montantes dos requisitos de capital para riscos adicionais em situação de esforço são relatados ao nível do Grupo e apresentados ao Grupo de trabalho de testes de esforço (STWG) e ao Comité de risco de carteira (PRC).

Medida de risco global

A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de

confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os *swaps* de risco de incumprimento de "n-ésimo" e os *swaps* de risco de incumprimento de título único e de índice negociados comummente. As retitularizações ou os produtos referentes a créditos sobre a carteira de retalho ou exposições imobiliárias não são elegíveis. As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

A medida de risco global foi concebida para captar incumprimentos, bem como os seguintes fatores de risco: taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de recuperação, taxas de câmbio e correlações de base, índice-constituinte e riscos de base de correlações de base.

A medida de risco global é calculada semanalmente. Em primeiro lugar, é identificada a população de negociação elegível dentro da carteira de negociação de correlação. Em segundo lugar, os fatores de risco com impacto nos resultados são simulados num horizonte temporal de um ano. A população de negociação é então reavaliada segundo os vários cenários de simulação de Monte Carlo, sendo extraído o percentil de 99,9% da distribuição de perdas.

Os dados relativos aos mercados e às posições são recolhidos a partir de sistemas de *front office* e estão sujeitos a um controlo de qualidade. Os valores dos requisitos de capital para riscos adicionais são monitorizados de perto e desempenham um papel significativo na gestão da carteira de negociação de correlação. Usamos três anos de dados de mercado históricos para calcular os fatores de risco da medida de risco global.

No nosso modelo de medida de risco global, o horizonte de liquidez está definido para 12 meses, o mesmo que o horizonte de capital.

Para manter a qualidade do nosso modelo de medida de risco global, monitorizamos continuamente as suas fragilidades potenciais. Mensalmente, é realizado um teste a posteriori das avaliações de negociação e propagação dos fatores de risco únicos e, trimestralmente, é efetuada uma recalibração dos parâmetros. Foi ainda definido um conjunto de testes de esforço para a carteira de negociação de correlação em que as dimensões dos choques estão indexadas às situações históricas de crise do mercado.

A validação do modelo é realizada por uma equipa independente, que analisa, entre outros, os referidos testes a posteriori, os modelos que geram fatores de risco, a adequação e integralidade dos fatores de risco, bem como a estabilidade da simulação de Monte Carlo, e ainda realiza análises de sensibilidade.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global representa o valor à vista (*spot value*) do modelo interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização do método padrão.

Método padrão do risco de mercado

A Gestão do risco de mercado monitoriza as exposições e trata de questões de risco e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico (MRSA).Recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de taxa de juro de *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo" e para as posições de titularização da carteira de negociação de correlação, os quais não são elegíveis para a medida de risco global. Para estas posições, afetamos a todas as posições de titularização retidas sem notação de crédito ou com notação abaixo de BB um coeficiente de risco de 1.250% referente à exposição.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD IV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

Além disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA).Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

Validação de modelos de *front office*

Uma equipa independente valida modelos de *front office* que são utilizados para a formação das cotações oficiais e a gestão do risco das posições de negociação. Os objetivos principais da validação de modelos são:

— Avaliar e validar a solidez lógica e conceptual (conceção e construção do modelo) dos modelos em consonância com os respetivos objetivos e finalidade de conceção (para modelos de *front office* seria sensibilidades de risco e avaliação);
— Avaliar a adequação e exatidão da metodologia de implementação; e
— Avaliar a adequação do modelo para os produtos visados, aos quais será atribuído o preço e gerido o risco, identificando potenciais limitações e condições de utilização.

Quadro de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação no Postbank

O risco de mercado decorrente do Postbank tem sido incluído no nosso relato desde 2010.Desde que o acordo de domínio entre o Deutsche Bank e o Postbank se tornou efetivo em setembro de 2012, os limites do risco de mercado agregados para o Postbank são definidos pelo Deutsche Bank, de acordo com o nosso quadro de limite de risco de mercado. O diretor de gestão do risco de mercado dispõe de uma hierarquia de relato para a nossa organização de Gestão do risco de mercado e atua com base na autoridade delegada no que se refere a monitorização, relato e gestão a exposição de risco de mercado, em conformidade com os limites de risco de mercado atribuídos ao Postbank.

Os sublimites são atribuídos pelo Comité de risco de mercado do Postbank às unidades de negócio operacionais individuais. O Deutsche Bank é representado por um membro sénior da Gestão do risco de mercado no Comité de risco de mercado do Postbank. Os limites do risco de mercado de capital económico atribuídos a atividades de negócio específicas definem o nível de risco de mercado que é razoável e desejável para o Postbank de uma perspetiva de lucros.

O risco de mercado no Postbank é monitorizado diariamente utilizando um sistema de limites baseado no valor em risco. Adicionalmente, o Comité de risco de mercado do Postbank definiu limites de sensibilidade para as carteiras de negociação e bancária, bem como para as principais subcarteiras. Para além dos cálculos do valor em risco, o Postbank efetua também análises de cenários e testes de esforço. Os pressupostos subjacentes aos testes de esforço são analisados e validados de forma continuada.

Valor em risco no Postbank

O Postbank usa também o conceito de valor em risco para quantificar e monitorizar o risco de mercado que assume. O valor em risco é calculado utilizando uma Simulação de Monte Carlo. Entre os fatores de risco tidos em conta no cálculo do valor em risco incluem-se taxas de juro, preços de ações, taxas de câmbio e volatilidades, bem como os riscos decorrentes de alterações nos *spreads* de crédito. Os efeitos de correlação entre os fatores de risco são derivados a partir de dados históricos com ponderação equitativa.

O valor em risco da carteira de negociação do Postbank não está atualmente consolidado no valor em risco do restante Grupo. Contudo, é apresentado separadamente no relatório interno de valor em risco.

Aplicamos também o MRSA para a determinação do montante de capital regulamentar para o risco de mercado relacionado com a negociação do Postbank.

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para o risco de mercado mede o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves e inesperadas decorrentes das nossas exposições ao longo do período de um ano."Muito graves", neste contexto, significa que o capital económico subjacente é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98% todas as perdas inesperadas num período de um ano.

O nosso modelo de capital económico é constituído por duas componentes essenciais: a componente de "Risco comum", que cobre os fatores de risco de todas as áreas de negócio, e a sequência de Testes de esforços específicos dos negócios (BSST), que enriquece a componente de risco comum. As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados.

A componente de risco comum do modelo de capital económico para risco de mercado negociado baseia-se numa versão melhorada da nossa abordagem regulamentar do valor em risco em situação de esforço. Como

tal, o modelo de capital económico beneficia do modelo de valor em risco, tendo em consideração os horizontes de liquidez mais longos.

O capital económico para o risco de mercado das unidades de negociação é calculado semanalmente. O modelo integra os seguintes fatores de risco: taxas de juro, spreads de crédito, preços das ações, taxas de câmbio, preços das matérias-primas e correlações.

Também avaliamos continuamente os nossos testes BSST na tentativa de promover a captação de riscos significativos e refletir possíveis variações extremas do mercado. Adicionalmente, os gestores de risco usam a sua experiência para definir os piores cenários com base no conhecimento de variações extremas do mercado anteriores. É possível, contudo, que as nossas posições de risco de mercado percam mais valor que as nossas estimativas de capital económico, uma vez que não se podem prever e simular todos os cenários negativos.

O capital económico para o risco de incumprimento negociado representa uma estimativa dos riscos de incumprimento e de migração dos produtos de crédito com um nível de confiança de 99,98%, tomando em consideração os horizontes de liquidez das respetivas subcarteiras. Abrange as seguintes posições:

— Ativos da carteira bancária ao justo valor;
— Produtos de crédito não titularizados da carteira de negociação, excluindo a carteira de negociação de correlação;
— Produtos de crédito titularizados da carteira de negociação, excluindo a carteira de negociação de correlação e
— Carteira de negociação de correlação.

O capital económico para o risco de incumprimento negociado da carteira de negociação de correlação é calculado utilizando a medida de risco global. O cálculo do capital económico para risco de incumprimento negociado de todas as outras posições negociadas é baseado no nosso modelo de carteira de crédito. O risco de incumprimento negociado capta as exposições de crédito das nossas carteiras de negociação, sendo monitorizado por limites de concentração de título único e de carteira, que são definidos com base na notação de crédito, na dimensão e na liquidez. Os limites de risco de concentração de título único estão definidos para duas métricas essenciais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%.O limite para o capital económico do risco de incumprimento negociado é definido adicionalmente no âmbito dos requisitos de fundos próprios económicos de Risco de mercado, e o indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais monitoriza os requisitos de capital regulamentares associados a estas posições. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. As exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento derivam de informações de mercado e de notações de crédito externas relativamente à carteira de negociação e de avaliações internas relativamente à carteira bancária no que se refere ao capital económico para o risco de crédito. As migrações de notação de crédito são regidas por matrizes de migração, as quais são obtidas a partir de séries temporais históricas de classificações de agências de notação e de observações internas. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

A validação do modelo de capital económico para o risco de mercado é efetuada por uma equipa independente. A análise regular cobre, entre outros aspetos, a adequação dos fatores de risco, as técnicas de calibração, as definições dos parâmetros e os pressupostos do modelo.

Afetação de posições à carteira de negociação regulamentar

Para efeitos regulamentares europeus, todas as nossas posições devem ser atribuídas à carteira de negociação ou à carteira bancária. Esta classificação de uma posição tem impacto no seu tratamento regulamentar, em particular no cálculo dos montantes de capital regulamentar para a posição. Definimos os critérios para a afetação de posições à carteira de negociação ou à carteira bancária em documentos de política interna, os quais se basearam nos respetivos requisitos aplicáveis ao Grupo previstos nos artigos 102.º a 106.º do CRR.

Uma função central do departamento financeiro é responsável pela orientação da política e é o centro de competências quanto a questões sobre a sua aplicação. As funções do departamento financeiro para as áreas de negócio individuais são responsáveis pela classificação das posições em consonância com os requisitos da política.

Incluímos na carteira de negociação as posições que são instrumentos financeiros ou matérias-primas que são detidas para negociação ou com o objetivo de cobrir outras posições da carteira de negociação.

As posições incluídas na carteira de negociação devem estar isentas de quaisquer cláusulas restritivas relativamente à sua transferibilidade ou poderem ser cobertas.

Além disso, as posições afetadas à carteira de negociação devem ser avaliadas diariamente. Consultar mais informações sobre a metodologia de avaliação que usámos na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Como parte dos processos contínuos para confirmar que a inclusão de posições na carteira de negociação se mantém alinhada com as orientações de política interna referidas acima, as funções do departamento financeiro para as nossas atividades de negociação realizam, numa base trimestral, uma análise global da classificação das posições. Os resultados da análise são documentados e apresentados ao Comité de análise da carteira de negociação com representantes dos departamentos financeiro e legal.

As reafetações de posições entre a carteira de negociação e a carteira bancária apenas podem ser efetuadas de acordo com as orientações da política interna. Devem ser documentadas e estão sujeitas a aprovação pela função central no departamento financeiro descrita acima.

Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço e passivos

As tabelas abaixo apresentam as distribuições da carteira de negociação ou bancária de ativos e passivos do nosso balanço, do ponto de vista regulamentar.

Ativos da carteira de negociação regulamentar e passivos inscritos no balanço

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária[1]	Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária[1]
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	198	19.857	17.155	91	17.063
Depósitos remunerados em bancos	63.518	1.202	62.316	77.984	4.391	73.593
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda[2]	17 796	3.888	13.908	27.363	5.784	21.578
Títulos obtidos por empréstimo	25.834	25.730	103	20.870	20.712	157
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	942.924	891.945	50.979	899.257	843.374	55.883
Ativos detidos para negociação[3]	195 681	176.591	19.090	210.070	187.939	22.131
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629.958	625.595	4.363	504.590	499.279	5.311
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados Créditos	117.285	89.759	27.527	184.597	156.155	28.441
Ativos financeiros disponíveis para venda,	64.297	110	64.187	48.326	600	47.725
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	4.143	3	4.140	3.581	8	3.573
Empréstimos,	405.612	10.593	395.019	376.582	1.617	374.964
Ativos fixos tangíveis	2.909	0	2.909	4.420	0	4.420
Goodwill e outros ativos intangíveis	14.951	0	14.951	13.932	0	13.932
Outros ativos[4]	137 980	34.516	103.464	112.539	34.995	77.545
Ativos por impostos correntes	1.819	0	1.819	2.322	0	2.322
Ativos por impostos diferidos	6.865	0	6.865	7.071	0	7.071
Total do ativo	**1.708.703**	**968.185**	**740.519**	**1.611.400**	**911.574**	**699.826**

[1] Inclui exposição relacionada com entidades consolidadas não regulamentares.
[2] Inclui, às datas de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, apenas títulos comprados com acordos de revenda.
[3] A carteira bancária regulamentar inclui principalmente títulos de dívida integrados na nossa carteira de liquidez, bem como empréstimos negociados que não cumprem os critérios de atribuição à carteira de negociação regulamentar.
[4] As posições da carteira de negociação regulamentar incluem, principalmente, valores a receber relacionados com corretagem e derivados que verificam os requisitos de contabilidade de cobertura.

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária	Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	697.699	694.526	3.174	637.404	631.182	6.222
Passivos detidos para negociação	41.843	41.602	241	55.804	55.604	200
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	610.202	607.376	2.826	483.428	478.005	5.423
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	37.131	37.024	107	90.104	89.505	599
Passivos por contratos de investimento	8.523	8.523	0	8.067	8.067	0
Restantes passivos	937.782	62.328	875.454	919.030	65.733	853.298
Total do passivo	**1.635.481**	**756.854**	**878.628**	**1.556.434**	**696.914**	**859.520**

A grande maioria dos nossos ativos da carteira de negociação no balanço são ativos financeiros ao justo valor através de resultados. O aumento total nos ativos do balanço de 97 mil milhões de euros face ao exercício de 2013 deve-se principalmente a um aumento em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, conforme já discutido noutras secções deste relatório. Outro fator é o aumento nos empréstimos da carteira de negociação de 9 mil milhões de euros. Este aumento deve-se à reestruturação de garantias relacionada com o negócio ETF na CB&S.

No que diz respeito ao passivo, a grande maioria da nossa carteira de negociação é composta por passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O aumento total no passivo do balanço de 79 mil milhões de euros face ao exercício de 2013 deve-se principalmente a um aumento em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos, conforme já discutido noutras secções deste relatório.

Para uma repartição adicional do nosso rendimento de juros líquido e resultados líquidos nos ativos e passivos na nossa carteira de negociação, consultar a Nota 5 "Rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados".

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Risco de taxa de juro	18,1	27,2
Risco de *spread* de crédito	29,6	37,9
Risco de preço das ações	15,5	20,2
Risco cambial[1]	20,5	12,4
Risco de preço das matérias-primas	1,3	7,8
Efeito de diversificação	(36,0)	(57,7)
Total do valor em risco	**49,0**	47,9

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Valor em risco das nossas unidades de negociação no período de relato

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial1		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Médio	51,6	53,6	(34,9)	(50,0)	25,1	26,5	31,2	41,6	14,8	13,4	13,2	13,8	2,2	8,3
Máximo	71,4	69,0	(61,9)	(62,1)	42,8	36,6	38,9	48,0	24,6	23,9	21,2	27,8	10,2	12,8
Mínimo	35,4	43,0	(24,4)	(38,5)	15,7	18,7	25,9	34,9	9,9	8,8	6,9	5,8	0,7	5,5

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Desenvolvimento do valor em risco por tipos de risco em 2014

O valor em risco médio em 2014 foi de € 51.6 million, o que representa um decréscimo de € 2.0 million em comparação com o ano completo de 2013.Houve reduções notáveis no valor em risco médio no *spread* de crédito, principalmente decorrentes de uma redução no risco específico de denominação e no risco de matérias-primas devido à eliminação do negócio das matérias-primas. De um modo global houve menos benefício decorrente da diversificação após as mudanças na composição da

carteira. O valor em risco movimentou-se num leque mais vasto durante o ano de 2014 face a 2013, principalmente no final do ano. Em outubro de 2014, o valor em risco alcançou um pico para o ano de € 71.4 million, rapidamente seguido por um valor mínimo de € 35.4 million em novembro após um esforço para diminuir o risco da carteira, devido ao aumento da volatilidade nos mercados.

Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação (Excluindo o Postbank)

As tabelas abaixo apresentam as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente

Valor em risco em situação de esforço por tipo de risco

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Risco de taxa de juro	52,3	53,0
Risco de *spread* de crédito	140,8	114,4
Risco de preço das ações	18,8	27,5
Risco cambial[1]	46,2	27,0
Risco de preço das matérias-primas	1,8	8,9
Efeito de diversificação	(139,3)	(125,3)
Total do valor em risco em situação de esforço das unidades de negociação	**120,7**	105,5

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial1		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Médio	109,6	114,0	(125,4)	(127,5)	64,4	59,3	124,0	118,1	11,5	19,2	29,7	29,6	5,4	15,2
Máximo	161,1	169,2	(168,0)	(166,8)	85,9	93,1	142,8	149,5	42,6	53,6	70,3	59,2	16,7	37,1
Mínimo	81,6	75,1	(102,3)	(105,5)	48,8	44,4	100,7	90,0	0,0	4,3	13,7	12,1	1,4	7,1

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos

O valor em risco médio foi de € 109.6 million em 2014, um decréscimo de € 4.4 million em comparação com o ano completo de 2013.A redução resulta principalmente de um risco de capital mais baixo por transportar uma

proteção de cenários negativos superior e uma diminuição no risco de matérias-primas devido à eliminação do negócio de matérias-primas. Isto foi parcialmente compensado por um aumento no risco do*spread* de crédito, seguido por um aumento geral na exposição durante o ano de 2014 e houve algum aumento no risco de taxa de juro.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99 % e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que são calculadas separadamente.

Desenvolvimento do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2014

Para efeitos de relato regulamentar, os requisitos de capital para riscos adicionais para as datas de relato respetivas representam o mais elevado valor à vista (*spot value*) nas datas de relato e o respetivo cálculo médio das 12 semanas anteriores. Em contrapartida, os valores dos requisitos de capital para riscos adicionais apresentados para as datas e períodos de relato inferiores é composto pelos valores à vista e pelos valores médios, máximos e mínimos do período de 12 semanas que antecede estas datas de relato.

Requisitos de capital para riscos adicionais das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital dum ano)

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Financiamento global e câmbios	109,0	82,4
Taxas e negociação de crédito	494,5	563,4
NCOU	39,4	(3,9)
Mercados Emergentes – dívida	170,5	168,3
Outros	224,4	185,5
Total dos requisitos de capital para riscos adicionais	**1.037,8**	995,6

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)

	2014				2013			
em milhões de euros	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio[1]	Máximo[1]	Mínimo[1]	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio[1]	Máximo[1]	Mínimo[1]
Financiamento global e câmbios	12,0	148,3	251,1	68,9	6,0	66,9	82,4	43,5
Taxas e negociação de crédito	12,0	384,6	645,7	235,7	6,0	505,8	603,4	414,2
NCOU	12,0	(3,6)	39,4	(25,8)	6,0	(20,6)	(3,7)	(36,6)
Mercados Emergentes – dívida	12,0	164,1	220,2	119,5	6,0	179,5	205,0	156,1
Outros	12,0	118,6	224,4	38,9	6,0	236,5	323,9	185,1
Total dos requisitos de capital para riscos adicionais das unidades de negociação	**12,0**	**811,9**	**1.065,4**	**647,9**	6,0	968,2	1.044,8	928,5

[1] Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram no período de 12 semanas anterior a 31 de dezembro de 2014 e a 31 de dezembro de 2013.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2014 eram de 1.038 milhões de euros e aumentaram 42 milhões de euros (4%) face ao exercício de 2013.A média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2014 era de 812 milhões de euros e, assim, menos 156 milhões de euros (16%) comparativamente com a média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2013.O aumento no final de 2014 deve-se a alterações no modelo, que aumentaram o horizonte de liquidez média ponderada de 6 meses para 12 meses e aumentaram o encargo para entidades sem notação de crédito e em incumprimento.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização do método padrão.

Medida de risco global das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital dum ano)

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Negociação de correlação[1]	222,0	223,8

[1] Valor à vista (*spot value*) da medida de risco global do modelo interno no final do período.

Medida de risco global média, máxima e mínima das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)

	2014				2013			
em milhões de euros	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio[1]	Máximo[1]	Mínimo[1]	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio[1]	Máximo[1]	Mínimo[1]
Negociação de correlação	12,0	246,9	257,5	223,0	12,0	316,0	359,6	285,9

[1] Medida de risco global regulamentar calculada para o período de 12 semanas findo em 31 de dezembro.

A medida de risco global no final de 2014 era de 222 milhões de euros e diminuiu 2 milhões de euros (1%) face ao exercício de 2013.A média de 12 semanas da nossa medida de risco global no final de 2014 era de 247 milhões de euros e, assim, menos 69 milhões de euros (22%) comparativamente com a média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2013.Houve um aumento devido ao impacto de um limite mínimo superior aplicável ao cálculo nos termos do quadro CRR/CRD IV, que foi agora compensado pela diminuição do risco da carteira.

Método padrão do risco de mercado

A 31 de dezembro de 2014, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 1.682 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 21,0 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2013 estas posições geraram requisitos de capital de 473 milhões de euros e rubricas de dedução de capital adicionais de 1,5 mil milhões de euros correspondendo a um equivalente de RWA total de 13,3 mil milhões de euros. O aumento em RWA esteve relacionado com uma alteração, por imposição regulamentar, no tratamento de posições que recebem um coeficiente de risco de 1.250%.Consequentemente, estas posições são agora divulgadas ao abrigo dos RWA comparativamente com o CDI no ano anterior. Uma comparação semelhante efetuada após ajustar a carteira do final do exercício de 2013 com o novo quadro regulamentar CRD IV revelaria uma diminuição homóloga de 3,4 mil milhões de euros nos RWA após a alienação de posições.

Para *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo", os requisitos de capital reduziram para 1 milhão de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 19 milhões de euros, em comparação com 5 milhões de euros e 63 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.Este desenvolvimento resultou do facto de determinadas posições se tornarem elegíveis para o nosso modelo de mediação de risco abrangente, com base em liquidez do mercado melhorada.

Adicionalmente, o requisito de capital para fundos de investimento pelo método padrão de risco de mercado era de 91 milhões de euros correspondentes a ativos ponderados pelo risco de 1.139 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014, em comparação com os 78 milhões de euros e 977 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

O requisito de capital para o risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado era de 26 milhões de euros correspondentes a ativos ponderados pelo risco de 326 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014, em comparação com os 29 milhões de euros e 363 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Valor em risco no Postbank

O valor em risco da carteira de negociação do Postbank calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia era de zero a 31 de dezembro de 2014 face a 0,1 milhões de euros no exercício de 2013.O único impacto no exercício de 2013 foi de 0,1 milhões de euros resultante de risco cambial, enquanto todos os outros componentes de risco (incluindo efeito de diversificação) foram de 0,0 milhões de euros. O efeito de diversificação reflete o facto de que o total do valor em risco num determinado dia será inferior à soma dos valores em risco das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do valor em risco das classes de risco individuais para chegar a um valor em risco agregado implicaria o pressuposto de que as perdas ocorrem simultaneamente em todas as categorias de risco. A estratégia de negociação atual do Postbank não permite quaisquer atividades de negociação novas relativamente à carteira de negociação. Por conseguinte, a carteira de negociação do Postbank não continha quaisquer posições no exercício de 2014.Não obstante, o Postbank manterá a sua classificação como uma instituição com carteira de negociação.

A tabela infra apresenta os montantes de valor em risco médio, máximo e mínimo da carteira de negociação do Postbank durante o ano de 2014.

Valor em risco médio, máximo e mínimo da carteira de negociação do Postbank

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Médio	0,1	0,3	0,0	(0,2)	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Máximo	0,1	1,1	(0,1)	(0,9)	0,0	0,5	0,0	1,1	0,0	0,1	0,1	0,5	0,0	0,0
Mínimo	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2014, observámos um valor discrepante global face a dois valores discrepantes em 2013.O valor discrepante ocorreu em janeiro de 2014 devido a movimentos de mercado superiores ao nível histórico percentual de 99 de um ano e um nível aumentado de co-movimento entre fatores de risco não captado na moldura temporal vigente de um ano. Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado.

O gráfico seguinte apresenta o rendimento do tipo "comprar e manter" (*Buy-and-hold*) das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter".Os valores são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que é calculada separadamente. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 52% dos dias de negociação em 2014 (versus 52% em 2013), apresentando também o único valor discrepante global em 2014.

Comparação do rendimento do tipo "comprar e manter" (*Buy-and-hold*) das unidades de negociação e valor em risco em 2014

Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação (excluindo o Postbank).As receitas diárias são definidas como as receitas totais, que consistem em novas transações, encargos e comissões, receitas do tipo "comprar e manter", reservas, montantes escriturados e outros rendimentos. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2014

As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita efetiva positiva para 95 % dos dias de negociação em 2014 (versus 94 % em 2013).

Utilização de capital económico para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação

A utilização de capital económico para o risco de mercado relacionado com a negociação foi de 5,0 mil milhões de euros no final de 2014, em comparação com os 4,2 mil milhões de euros no final do ano de 2013.A nossa utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação aumentou aproximadamente 758 milhões de euros (18%).Este aumento deveu-se principalmente a maiores exposições em carteiras bancárias ao justo valor.

A contribuição do Postbank para a utilização de capital económico do nosso risco de mercado relacionado com a negociação foi mínima.

Avaliação das posições de risco de mercado

Consultar informações sobre os nossos métodos para determinar o justo valor na respetiva secção da Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das nossas demonstrações financeiras.

Avaliação prudente regulamentar de ativos escriturados ao justo valor

Nos termos do artigo 34.º do CRR, as instituições aplicarão os requisitos de avaliação prudente do artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos a justo valor e deduzirão do capital CET1 o montante de qualquer ajustamento ao valor adicional necessário.

A abordagem que aplicámos à avaliação prudente dos nossos ativos medidos ao justo valor baseia-se nestes requisitos e mantém-se inalterada em relação aos anos anteriores e não reflete a metodologia conforme prevista na norma final da EBA sobre avaliação prudente.

Com base na nossa interpretação dos requisitos, chegámos à conclusão que as categorias de ajustamentos de avaliação a ter em conta para determinar o valor prudente regulamentar dos ativos avaliados ao justo valor já são abrangidas pelas nossas normas e políticas para a mensuração pelo justo valor em conformidade com a IFRS, bem como com outras normas regulamentares, incluindo as relativas a risco operacional. Este resultado baseia-se no nosso entendimento de que os ativos medidos ao justo valor nos termos da IFRS cumprirão os requisitos de avaliação prudente regulamentares existentes, caso as categorias relevantes de ajustamento de avaliação tenham sido tidas em consideração na determinação do justo valor do ativo nos termos da IFRS. Fornecemos mais informações sobre a metodologia de avaliação que usámos ao abrigo da IFRS na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Em janeiro de 2015, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) reemitiu um projeto de norma técnica regulamentar (EBA RTS 2014/06/rev1), que define uma metodologia de medição específica para o cálculo do montante do ajustamento de valor adicional necessário. Esta metodologia de medição, que é diferente da nossa prática anterior e atual, está atualmente a ser tida em consideração pela Comissão Europeia para adoção na regulamentação bancária europeia.

Atualmente, estamos a preparar-nos para a potencial futura aplicação desta nova norma para o cálculo do montante de qualquer ajustamento de valor adicional necessário. Contrariamente aos requisitos existentes, que identificam as categorias de ajustamentos de avaliação que têm de ser tidas em consideração para fins de avaliação prudente, a nova norma define uma metodologia de medição específica para calcular o ajustamento de valor adicional para cada categoria. Uma vez que esta metodologia não é compatível com a metodologia utilizada ao abrigo da IFRS, a aplicação futura da nova norma conduzirá a uma diferença entre o justo valor calculado nos termos da IFRS e o valor prudente regulamentar.

Atualmente, estimamos que o montante do ajustamento de valor adicional decorrente da possível aplicação futura da nova norma se situe entre 1,5 mil milhões de euros e 2 mil milhões de euros. De acordo com a orientação fornecida pela EBA, iremos ter em consideração este ajustamento de valor adicional no cálculo do nosso capital CET1 apenas após a adoção e publicação da nova norma pela Comissão Europeia (exceto caso seja aplicável uma data de aplicação posterior).

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Os fatores de risco de mercado significativos a que o banco está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

— O risco de taxa de juro (incluindo o risco de modelo da opcionalidade integrada e dos pressupostos comportamentais de modelação para certos tipos de produtos), o risco de *spread* de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
— Os riscos de mercados de rubricas fora do balanço, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

A componente de risco de mercado das nossas atividades não relacionadas com negociação é supervisionada por grupos específicos no seio da nossa organização de gestão do risco. Dada a diversidade de negócios e iniciativas sujeitos a exposição de risco de mercado não relacionado com a negociação, a cobertura é dividida em três áreas principais:

— Gestão do risco de mercado – abrange os riscos de mercado das unidades de negócio PBC, GTB, Deutsche AWM e da NCOU, bem como da Tesouraria, e em outras atividades do Grupo, como os riscos cambiais estruturais e os riscos de compensação de capital e os riscos de pensões.
— CRM, Investimentos em capital – especializada nos aspetos de risco das nossas atividades relativas a ativos alternativos não relacionados com negociação, que realiza análises regulares do perfil de risco das carteiras de ativos alternativos do banco.
— Risco de gestão de ativos – especializada nos aspetos relacionados com o risco fiduciário do nosso negócio de gestão de ativos e de fundos na divisão corporativa Deutsche AWM. Os principais riscos nesta área decorrem de garantias operacionais e/ou de capital, bem como de risco reputacional relacionado com a gestão de fundos de clientes.

As propostas de investimento em investimentos estratégicos são analisadas pelo Comité de investimentos do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação do Comité de investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização. O desenvolvimento de investimentos estratégicos é monitorizado regularmente pelo Comité de investimento do Grupo. Múltiplos membros do Comité de capital e risco e Comité executivo de risco são também membros do Comité de investimento do Grupo, estabelecendo uma ligação próxima entre estes comités.

Uma equipa independente no departamento de risco valida os modelos para risco de mercado não relacionado com a negociação. Geralmente, a validação inclui uma análise da adequação dos fatores de risco, os parâmetros, a calibração dos parâmetros e os pressupostos do modelo. Os resultados da validação são apresentados à direção e são tomadas as medidas de remediação adequadas pela metodologia de gestão do risco de mercado para melhorar o modelo específico usado para os diferentes tipos de risco.

Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação

A maior parte do risco de mercado nas nossas carteiras não relacionadas com negociação é quantificada através da utilização de procedimentos de testes de esforço. Usamos testes de esforço específicos para cada classe de risco e que têm em conta, entre outros fatores, variações de mercado significativas historicamente observadas, a liquidez de cada classe de ativos e alterações no comportamento dos consumidores relativamente a produtos de depósito. Esta avaliação constitui a base dos cálculos de capital económico que nos permitem monitorizar, agregar e gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A maior parte do nosso risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, com exceção de algumas entidades e carteiras, foi transferido através de transações internas para a divisão CB&S. Este risco de taxa de juro transferido internamente é gerido com base no valor em risco, como refletido nos valores da carteira de negociação. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As exceções mais notáveis ao parágrafo anterior estão na divisão corporativa PBC na Alemanha, incluindo o Postbank e no negócio hipotecário Deutsche AWM na unidade dos EUA. Estas entidades gerem o risco de taxa de juro separadamente através de departamentos de gestão de ativos e passivos especializados, sujeitos a limites de valor em risco da carteira bancária definidos e monitorizados pela Gestão do risco de mercado. A medição e relato do risco de taxa de juro gerido por estas funções especializadas de ativos e passivos são feitos diariamente na divisão PBC e semanalmente na Deutsche AWM. Adicionalmente, o Grupo detém posições selecionadas geridas pela Tesouraria, em que a medição e o relato do risco de taxa de juro são efetuados diariamente. A taxa de juro global na carteira bancária é relatada mensalmente.

A alteração negativa máxima de valores atuais de posições da carteira bancária, pela aplicação dos desvios paralelos da curva de rendimentos por exigência regulamentar de (200) e +200 pontos base, foi de 2% do nosso total do capital regulamentar em 31 de dezembro de 2014.Consequentemente, o risco de taxa de juro imediato na carteira bancária é considerado irrelevante para nós.

As nossas divisões PBC, GTB e Deutsche AWM estão sujeitas a risco do modelo no que diz respeito a depósitos de clientes, bem como a produtos de crédito e poupança. A medição dos riscos de taxa de juro para estes tipos de produtos na carteira bancária baseia-se em pressupostos relativos ao comportamento dos clientes, disponibilidade futura de saldos de depósito e sensibilidades de taxas de depósito vs. taxas de juro de mercado, resultando numa duração efetiva mais longa do que a contratual. Esses parâmetros estão sujeitos a testes de esforço no âmbito dos nossos requisitos de fundos próprios económicos. Adicionalmente, leva-se em consideração o comportamento de pré-pagamento antecipado de produtos de crédito. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas. Se a evolução futura dos saldos, taxas ou comportamentos dos clientes diferir destes pressupostos, isto poderá ter impacto nos nossos riscos de taxa de juro na carteira bancária.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação expressos em divisas diferentes da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da CB&S, sendo consequentemente refletida e gerida através dos

valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma moeda, pelo que apenas subsiste um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e relato geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Banco e de investimentos contabilizados como capital. Alterações nas taxas de câmbio das divisas funcionais subjacentes resultam numa reavaliação do capital e dos lucros não distribuídos e são reconhecidas em Outro rendimento integral, inscritas como Ajustamentos de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura relativamente a uma série de divisas essenciais com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

Risco de investimento

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente da exposição a investimentos é predominantemente o risco de capital decorrente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária, classificadas em ativos de investimentos estratégicos e ativos de investimentos alternativos.

Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os investimentos em capital são investimentos diretos em capitais privados (incluindo compromissos de financiamento

de aquisição de empresas alavancados por contração de empréstimos (*buy-out*) e compromissos de capital de continuidade), ativos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e capital de risco, realizados para valorização do capital. São ainda realizados investimentos em capital em fundos de cobertura e em fundos de investimento, para venda a clientes externos. Outros ativos de investimentos não estratégicos incluem ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários de natureza não estratégica.

Risco de pensões

O Deutsche Bank está exposto a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Consultar informações sobre as nossas obrigações ao abrigo de pensões de prestação definida na Nota adicional 35 "Benefícios de colaboradores".

Outros Riscos

Além dos riscos anteriormente referidos, Gestão do risco de mercado está incumbida de monitorizar e gerir riscos de mercado decorrentes das atividades de gestão do risco de capital e liquidez do nosso departamento de tesouraria. Além do processo de cobertura de capital cambial estrutural, inclui os riscos de mercado provenientes dos nossos planos de remuneração em capital.

Os riscos de mercado das nossas atividades de gestão de ativos na Deutsche AWM resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e de coinvestimentos nos nossos fundos.

Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio

Utilização de capital económico nas nossas carteiras não relacionadas com negociação, por divisão de negócio

			Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	em milhões de euros	em %
Corporate Banking & Securities	382	333	49	15
Private & Business Clients	3.196	2.964	232	8
Global Transaction Banking	172	143	29	20
Deutsche Asset & Wealth Management	1.748	1.295	453	35
Non-Core Operations Unit	804	1.362	(558)	(41)
Consolidation & Adjustments	3.596	2.444	1.152	47
Total	**9.898**	8.541	1.357	16

A utilização de capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação totalizou 9.898 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, ou seja, mais 1.357 mil milhões (16%) do que o capital económico utilizado em 2013.

O aumento da utilização de capital económico deveu-se, em larga medida, ao aumento do risco cambial estrutural e ao aumento do risco de pensões, ambos refletidos em Consolidation & Adjustments.

Na Deutsche AWM, o aumento da utilização de capital económico deveu-se sobretudo ao aumento do risco de fundos garantidos, que resulta do contexto de manutenção de baixas taxas de juro. Na PBC, o aumento da utilização de capital económico está relacionado, em grande medida, com a nossa participação na Hua Xia Bank Company Limited. A diminuição registada na NCOU deveu-se principalmente à venda do The Cosmopolitan Resort & Casino.

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras não relacionadas com negociação.

	Valor contabilístico		Utilização de capital económico	
em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Investimentos estratégicos	4.051	3.257	1.676	1.277
Ativos alternativos	3.414	4.761	1.171	1.722
Investimentos em capital	1.900	1.526	902	718
Outros ativos de investimento não estratégicos	1.514	3.234	269	1.004
Outros riscos de mercado não relacionados com negociação[1]	N/S	N/S	7.051	5.542
Risco de taxa de juro	N/S	N/S	1.683	1 601[2]
Risco de *spread* de crédito	N/S	N/S	319	444
Risco de remuneração em capital	N/S	N/S	(237)	(262)
Risco de pensões	N/S	N/S	1.189	734
Risco cambial estrutural	N/S	N/S	2.672	2.037
Risco de fundos garantidos	N/S	N/S	1.425	988
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	**7.465**	8.018	**9.898**	8.541

N/S – Não significativo
[1] N/S – Indica que o risco diz sobretudo respeito a rubricas fora do balanço e passivos.
[2] Os números do ano anterior foram ajustados em 44 milhões de euros para refletir o negócio hipotecário da AWM

Os valores totais de capital têm em consideração os benefícios de diversificação entre a taxa de juro e os riscos de *spread* de crédito, o risco de remuneração em capital, o risco de pensões e o risco cambial estrutural.

— Investimentos estratégicos. A utilização de capital económico deveu-se sobretudo à nossa participação no Hua Xia Bank Company Limited.
— Ativos alternativos. O capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu em 2014, sobretudo devido a novas iniciativas de redução do risco no âmbito da carteira de ativos alternativos, a avaliações e a efeitos cambiais.
— Outros riscos de mercado não relacionados com negociação:
  — Risco de taxa de juro. Além da afetação de capital económico ao risco de taxa de juro de transações firmes (*outright*) da carteira de risco de mercado não relacionado com a negociação, uma importante componente desta categoria é também a transformação da maturidade de depósitos contratualizados de curto prazo. A duração efetiva de depósitos contratualizados de curto prazo é baseada no comportamento observável do cliente, elasticidade das taxas de depósito (DRE) face a taxas de juro do mercado, volatilidade dos saldos dos depósitos e spread de crédito interno do Deutsche Bank. O capital económico é derivado por sujeição de pressupostos de modelação a esforço, em particular da DRE, para cálculo da duração efetiva de depósitos *overnight.* As características comportamentais e económicas são tomadas em consideração no cálculo da duração efetiva e das exposições iniciais dos nossos negócios hipotecários. No total, a utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2014 foi de 1.683 milhões de euros face a 1.601 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, o que se deveu principalmente à PBC, incluindo o Postbank, o BHW e o Deutsche Bank Bauspar e à Tesouraria, refletido em Consolidation & Adjustments.
  — Risco de *spread* de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico foi de 319 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 444 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.A diminuição na utilização de capital económico deveu-se ao aumento dos efeitos de diversificação noutras áreas como o risco de mercado negociado e o risco de pensões.
  — Risco de remuneração em capital. É o risco decorrente de uma posição curta estrutural no preço das nossas ações provocado por unidades de capital restritas. A utilização de capital económico foi de (237) milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, numa base diversificada, em comparação com (262) milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.A contribuição negativa para o nosso capital económico diversificado deveu-se ao facto de que uma redução do preço das nossa ações num cenário pessimista, tal como expresso pela metodologia de cálculo do capital económico, reduziria o impacto negativo na nossa posição de capital resultante dos passivos de remuneração em capital.
  — Risco de pensões. É o risco decorrente das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico foi de 1.189 milhões de euros e de 734 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respetivamente. Este aumento resultou sobretudo do aumento de responsabilidades de pensões, devido às descidas das taxas de juro e dos *spreads* de crédito durante o ano, assim como da mudança dos efeitos de diversificação após o ali-

nhamento contínuo da metodologia de cálculo com o cálculo de capital económico do risco de mercado negociado.

— Risco cambial estrutural. É a nossa exposição cambial decorrente de capital não coberto e de lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico foi de 2.672 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, numa base diversificada, face aos 2.037 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013.O aumento deveu-se, em grande medida, à apreciação do dólar americano e à emissão de notas *Tier 1* adicionais em divisas que não as dos Estados-Membros da UE.
— Risco de fundos garantidos. O aumento da utilização de capital económico para 1.425 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 foi causado principalmente pelo aumento do risco de taxa de juro, que se deveu ao contexto de taxas de juro consistentemente baixas ou até negativas. Em 31 de dezembro de 2013, o capital económico totalizava os 988 milhões de euros.

Contabilidade e Avaliação de Investimentos de Capital

Os investimentos de capital não relacionados com negociação que não são consolidados para fins regulamentares nem deduzidos do nosso capital regulamentar são detidos como posições de capital na carteira bancária regulamentar. No nosso balanço consolidado estes investimentos de capital são classificados como “Ativos financeiros disponíveis para venda (“AFS”)”, “Investimentos de capital” ou “Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados” .

Consultar informações sobre as nossas políticas contabilísticas e de avaliação relacionadas com instrumentos de capital "ativos financeiros disponíveis para venda" e investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos nas Notas 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, 14 “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e 17 “Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial”.

Investimentos de Capital Detidos (não auditados)

A secção seguinte sobre Investimentos de capital detidos, que termina na página 201, apresenta divulgações específicas relacionadas com o pilar 3.O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.Assim sendo, esta secção é assinalada como não auditada.

As tabelas seguintes apresentam as classificações IFRS e os resultados dos investimentos de capital detidos. Estes investimentos de capital são constituídos principalmente por posições de capital na carteira bancária regulamentar ou por deduções de capital nos termos do CRR. No entanto, é necessário tomar em consideração os seguintes aspetos quando se compara os investimentos de capital detidos, indicados em baixo, com a posição de capital da carteira bancária regulamentar:

— Os investimentos de capital detidos por entidades consolidadas para efeitos das IFRS mas não consolidadas para efeitos regulamentares são incluídos nas tabelas.
— Os organismos de investimento coletivo, apresentados como IFRS, são tratados de forma diferente para efeitos regulamentares e não são incluídos nas tabelas.
— As entidades detendo investimentos de capital consideradas para efeitos regulamentares mas não consolidadas em conformidade com as IFRS não fornecem informações sobre o balanço e os resultados em conformidade com as IFRS, pelo que são excluídas destas tabelas. O valor de exposição regulamentar em caso de incumprimento ("EAD") destes investimentos de capital excluídos era de 13 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 176 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
— Outras posições como subjacentes de capital resultantes de operações de derivados ou certas obrigações subordinadas que, do ponto de vista regulamentar, também são afetadas à classe de exposição "Capital da carteira bancária" também são excluídas das tabelas. O seu EAD era de 304 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
— A posição de capital regulamentar inclui 1,9 mil milhões de EAD, em 31 de dezembro de 2014, e 3,3 mil milhões de EAD, em 31 de dezembro de 2013, relativamente a investimentos de capital internos do Grupo na perspetiva das IFRS.
— As “Posições negociadas fora de bolsa” combinam exposições de capital privado em carteiras suficientemente diversificadas e outras exposições em conformidade com o Artigo 447 (c) do CRR.

Investimentos de capital em conformidade com a classificação IFRS

em milhões de euros	31.12.2014	Valor contabilístico 31.12.2013
Ativos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital	**1.928**	1.226
Posições negociadas em bolsa	291	327
Posições negociadas fora de bolsa	1.637	899
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	**4.134**	3.574
Posições negociadas em bolsa	3.181	2 616[1]
Posições negociadas fora de bolsa	953	958[1]
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – instrumentos de capital	**2**	119
Posições negociadas em bolsa	0	0
Posições negociadas fora de bolsa	2	119
Total de investimentos de capital	**6.064**	4.919

[1] Os comparativos foram reajustados em 2,6 mil milhões de euros para apresentar participações como posições negociadas em bolsa, se aplicável.

A tipologia e natureza destes investimentos de capital relacionam-se sobretudo com os investimentos tal como descritos na secção “Risco de investimento” do presente relatório.

Observou-se uma ligeira diferença entre o valor contabilístico das posições de investimento e o seu justo valor apenas nos investimentos negociados em bolsa avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que apresentaram um valor contabilístico de 3,2 mil milhões de euros e um justo valor de 3,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com um valor contabilístico de 2,6 mil milhões de euros e um justo valor de 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Resultados realizados no período de relato e resultados não realizados no final do exercício com investimentos de capital

em milhões de euros	2014	2013
Resultados de alienações	202	97
Imparidades	(54)	(110)
Percentagem rateada do rendimento líquido (perda)	569	433
Total de resultados realizados com investimentos de capital	**716**	420

	31.12.2014	31.12.2013
Resultados de reavaliações não realizados	658	424
Diferença entre o valor contabilístico e o justo valor	46	(682)
Total de resultados não realizados com investimentos de capital	**704**	(258)

Os componentes considerados nos investimentos de capital em ativos financeiros disponíveis para venda são resultados realizados de vendas e liquidações, bem como resultados de reavaliações não realizados e imparidades. Nos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, os elementos dos resultados são os resultados de vendas e liquidações, a percentagem rateada do rendimento líquido (perdas), as imparidades e os resultados de reavaliações não realizados sob a forma de diferenças entre os montantes contabilísticos e os justos valores. Neste sentido, os resultados realizados com alienações, as imparidades e a percentagem rateada do rendimento líquido (perda) referem-se aos exercícios de 2014 e 2013, enquanto os resultados de reavaliação não realizados, bem como a diferença entre os valores contabilísticos e os justos valores dos investimentos de capital, representam os valores a 31 de dezembro de 2014 e a 31 de dezembro de 2013.

Risco operacional

Definição de risco operacional

Risco Operacional é o risco de perdas resultante da inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco jurídico mas exclui o risco de negócio ou o risco reputacional

No âmbito do nosso processo de autoavaliação de 2014, classificámos os riscos operacionais da seguinte forma:

— Risco de Originação e de Execução é o risco de as deficiências e/ou erros na originação de produtos/serviços/transações, sua execução, práticas comerciais impróprias ou obrigações contratuais resultarem em perdas.
— Risco de Fraude é o risco de incorrer em perdas em resultado de um ato ou omissão intencional por parte de um colaborador ou de terceiros envolvendo desonestidade e realizado para ganho pessoal e/ou profissional, para evitar perdas pessoais e/ou profissionais ou para ocultar atividades impróprias/não autorizadas. Isto inclui a falsificação e/ou alteração de registos ou relatórios, o favorecimento, quebra de confiança, omissão intencional, falsas declarações, ocultação, indução em erro e abuso de posição.

— Risco de Continuidade do Negócio é o risco de incorrer em perdas resultantes da interrupção de atividades de negócio normais, ou seja, interrupção de atividades da nossa infraestrutura ou da infraestrutura que apoia o nosso negócio (incluindo fornecedores terceiros) e das comunidades em que estamos situados.
— Risco de Conformidade Regulamentar é a possibilidade de incorrer em sanções regulamentares (incluindo restrições em matéria de atividades de negócio, penalizações ou aumento dos requisitos de relato) e em danos financeiros e/ou reputacionais resultantes do não cumprimento de leis, regras e regulamentos aplicáveis.
— Risco de Tecnologia da Informação é o risco de incorrer em perdas quantificáveis resultantes da inadequação da nossa tecnologia da informação ou do seu incorreto processamento em termos de exequibilidade, exclusividade, integridade, controlabilidade e continuidade.
— Risco de Segurança da Informação é o risco de um evento resultar no comprometimento dos ativos organizacionais, incluindo, sem caráter exclusivo, a utilização, perda, danos, divulgação ou modificação não autorizada de ativos organizacionais. Inclui o risco de ameaças cibernéticas à organização.
— Risco de Fornecedor é o risco decorrente de eventos adversos e de concentrações de risco resultantes de falhas na seleção de fornecedores, no controlo e supervisão insuficientes de fornecedores e/ou serviços de fornecedores e de outros impactos no próprio fornecedor.
— Risco de Serviço Fiduciário é o risco de não atuar em prol do melhor interesse dos nossos clientes no que respeita o aconselhamento, investimento, responsabilização ou salvaguarda dos seus ativos, incluindo o risco de não evitar, detetar ou corrigir negligência e/ou violações de responsabilidades fiduciárias ou de não resolver conflitos de interesse fiduciários que possam surgir.
— Risco de Relato Financeiro e Risco de Registo é o risco de um registo ou relato erróneo nas demonstrações financeiras resultar num evento relacionado com risco operacional e, potencialmente, numa perda relacionada com risco operacional.
— Risco Imobiliário ou Risco de Instrumentos e Infraestrutura é o risco de incorrer numa perda resultante de danos ou da perda do uso dos Instrumentos/Infraestrutura do banco.
— Risco de Pessoal é o risco de que eventuais falhas em processos e procedimentos relacionados com a contratação de pessoal interno possam gerar diretamente uma perda ou contribuir indiretamente para a ocorrência de eventos noutras categorias de risco.
— Risco de Conformidade Fiscal é o risco operacional relacionado com a apresentação de declarações fiscais e outras tarefas fiscais, como por exemplo, falha ao enviar declarações prévias de impostos, ser objeto de auditoria fiscal, estar sujeito à contração de encargos fiscais, etc.
— Risco de Processamento de Transações é o risco de perdas resultantes de deficiências no processamento de transações ou nos nossos processos ou controlos internos. O risco é causado por erro humano, por falhas de sistema das aplicações de TI e pela conceção inadequada dos processos.

O risco jurídico pode ser suscitado em qualquer um dos tipos de risco anteriormente referidos pelo facto de podermos estar sujeitos, em cada uma dessas categorias, a pedidos de indemnização ou a ações alegando a não conformidade com responsabilidades contratuais ou com outras responsabilidades jurídicas ou estatutárias, ou de podermos, por outro lado, estar sujeitos a perdas alegadamente resultantes de outras circunstâncias jurídicas. Para mais informações sobre provisões consulte a Nota 29 “Provisões” nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 2015, no âmbito do processo de avaliação do risco, passaremos a utilizar uma nova taxonomia de risco que cobre riscos não financeiros, como por exemplo, o risco de processamento de transações, o risco de projeto e de transformação e o risco reputacional.

Estrutura Organizacional e de Governação

O Diretor de Risco Operacional (ORM) preside ao Comité de Gestão do Risco Operacional (ORMC), um subcomité permanente do Comité Executivo de Risco composto pelos responsáveis pela gestão do risco operacional das nossas divisões de negócio e das funções de infraestrutura. É o principal comité de decisão relativamente a todas as questões de gestão do risco operacional.

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e funções de infraestrutura, o ORM é responsável por gerir o risco cruzado entre divisões, o risco operacional regional cruzado e as concentrações de risco, garantindo a aplicação coerente do quadro de gestão do risco operacional em todo o Banco. O objetivo do nosso modelo de parceria de negócios é assegurar um estrito controlo e elevada vigilância no que respeita ao risco operacional.

Reforço dos controlos através do programa “Três Linhas de Defesa”

O programa Três Linhas de Defesa é parte integral da agenda estratégica do Deutsche Bank. Foi iniciado pelo Conselho de Administração no quarto trimestre de 2013, na sequência da intensificação das normas regulamentares. O programa assenta nos ensinamentos retirados de falhas de controlo passadas e tem como objetivo reforçar as competências de gestão de riscos não financeiros do Deutsche Bank e fomentar uma cultura de sensibilização para o cumprimento das normas em todas as divisões corporativas e funções de infraestrutura. Além disso, o programa destina-se a manter a consistência entre todas as iniciativas de intensificação de controlo do banco.

O Deutsche Bank define as Três Linhas de Defesa da seguinte forma:

— A Primeira Linha de Defesa inclui todas as divisões corporativas e funções de infraestrutura selecionadas. As unidades da Primeira Linha de Defesa são responsáveis por todos os riscos e controlos relativos aos seus processos de negócio.
— A Segunda Linha de Defesa engloba todas as funções de controlo, como o Risco, a Conformidade, o departamento Jurídico, os Recursos Humanos, e os departamentos de Finanças e Fiscal. Estes são responsáveis pela conceção do quadro de políticas e pela avaliação de risco independente levada a cabo no Deutsche Bank. As unidades da Segunda Linha de Defesa são independentes das unidades da Primeira Linha de Defesa.
— A Terceira Linha de Defesa é a Auditoria do Grupo, que é responsável por assegurar a garantia independente e objetiva da eficácia da gestão do risco, dos controlos internos e dos processos de governação.

Em 2014, o programa realizou uma revisão sistemática do risco não financeiro, das organizações de controlo e dos processos de apoio à gestão do Deutsche Bank. Essa revisão levou à adoção das seguintes mudanças:

— O Banco criou unidades de controlo especializadas em cada unidade de Primeira Linha de Defesa para reforçar a responsabilidade da unidade pela gestão do seu ambiente de controlo.
— As responsabilidades de risco e de controlo associadas às funções de controlo da Segunda Linha de Defesa foram reajustadas para integrarem o quadro comum de risco e controlo. Foram lançadas novas iniciativas para riscos selecionados, para um maior reforço do quadro de controlo do Deutsche Bank.
— A abordagem de avaliação do risco e do controlo foi otimizada com a criação de um quadro integrado, partilhado pelas três Linhas de Defesa, com vista a garantir a utilização de normas comuns.

Os temas-chave para 2015 são o desenvolvimento da organização do controlo, a implementação de um quadro de avaliação de risco e de controlo otimizado e a continuação do trabalho das três Linhas de Defesa com a implementação de melhorias específicas nos processos de controlo. Isto inclui também a implementação de um modelo aperfeiçoado das Três Linhas de Defesa nas várias regiões.

Gestão do nosso risco operacional

Gerimos o risco operacional com base num quadro consistente que abrange todo o Grupo que nos permite determinar o nosso perfil de risco operacional face à nossa tolerância ao risco, identificar sistematicamente tópicos e concentrações de risco operacional e definir medidas e prioridades para a atenuação do risco. O quadro global de risco operacional aplica-se a todos os tipos de risco incluídos na definição de "Risco Operacional".

Com o objetivo de abranger os vários tipos de risco operacional enunciados na definição de "Risco Operacional", o nosso quadro inclui um conjunto de técnicas de gestão do risco operacional. Estas técnicas destinam-se a gerir com eficácia o risco operacional da nossa atividade, sendo utilizadas para identificar, avaliar e atenuar os riscos operacionais.

— O levantamento contínuo de eventos de perda relacionados com o risco operacional, enquanto pré-requisito para a gestão do risco operacional, inclui análises pormenorizadas, a identificação de ações de redução do risco e a comunicação atempada de informações à direção. Todas as perdas superiores a 10.000 euros são introduzidas no nosso Sistema de relato de incidentes DB (dbIRS).
— O processo de Ensinamentos Retirados é acionado para eventos, incluindo quase-eventos, superiores a 1 milhão de euros. Este processo inclui, entre outros:
  — análises sistemáticas do risco, incluindo uma descrição do contexto de negócio em que a perda ocorreu, eventos prévios, quase eventos e indicadores de risco fundamentais (KRI) específicos do evento,

  - ponderação de quaisquer decisões quanto à gestão do risco relacionadas com o risco específico assumido,
  - análise da origem do problema,
  - revisão das melhorias de controlo e de outras ações destinadas a prevenir e/ou reduzir a sua recorrência, e
  - validação da exposição a risco operacional residual.
- O processo de Ensinamentos Retirados é um importante veículo para a identificação das áreas de risco emergentes e para a definição de ações adequadas para a redução do risco. Todas as ações corretivas são captadas e monitorizadas no nosso sistema de rastreio "dbTrack" para sua aplicação em planos de ação. A execução de todas as ações corretivas é comunicada mensalmente à direção pelo Comité ORMC.
- Utilizamos sistematicamente informações sobre eventos de perda externos do setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco, por exemplo, através de análises específicas exaustivas e de análises de perfis de risco.
- Para além da informação relativa a perdas internas e externas, são utilizados cenários a partir dos quais elaboramos medidas a serem implementadas. O conjunto de cenários consiste em cenários externos relevantes fornecidos por uma base de dados pública e em cenários internos. Os últimos são gerados para completar o nosso perfil de risco.
- Os relatórios regulares sobre o perfil de risco operacional das nossas divisões e funções de infraestrutura, em todo o Grupo, nos países em que operamos, são analisados e discutidos com a direção dos departamentos. A revisão regular das análises dos perfis de risco permite-nos detetar precocemente alterações no perfil de risco das unidades de negócio, bem como concentrações de risco em todo o Grupo, e tomar medidas corretivas adequadas.
- Avaliamos e aprovamos o impacto das alterações do nosso perfil de risco em resultado de novos produtos, atividades de *outsourcing*, iniciativas estratégicas, aquisições e desinvestimentos.
- Quando os riscos operacionais são identificados é necessária a sua redução em conformidade com o princípio "tão reduzido quanto razoavelmente praticável (princípio ALARP)", equilibrando o custo da redução do risco com os benefícios da mesma e aceitando formalmente o risco operacional residual. Não poderão ser assumidos riscos que infrinjam regulamentos e legislação nacionais ou internacionais aplicáveis; uma vez identificados, esses riscos devem ser sempre reduzidos.
- Quando implementamos medidas para a redução do risco, estas são monitorizadas até estarem em conformidade na nossa ferramenta de acompanhamento "dbTrack".Os riscos operacionais residuais com classificação superior a "importantes" têm de ser aceites pelas divisões expostas ao risco e pelo Comité ORMC.
- Realizamos análises de risco de hierarquia superior nas quais são considerados os resultados das atividades supramencionadas. As análises de risco de hierarquia superior contribuem sobretudo para a estratégia de gestão do risco operacional e para o processo de planeamento anual. Além do planeamento estratégico e tático da gestão do risco operacional, definimos o capital e os objetivos quanto a perdas previstas, que são monitorizados regularmente no âmbito do processo de previsão trimestral.
- Procuramos melhorar constantemente o processo que nos permite determinar se os problemas identificados requerem uma abordagem mais ampla e transversal a várias entidades e localizações do Deutsche Bank. É levada a cabo uma revisão das principais conclusões para avaliar se estas são relevantes para as áreas do Banco que não aquelas em que tiveram origem.
- Os indicadores KRI são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Esses indicadores permitem monitorizar a cultura de controlo do banco e o contexto de negócio, e desencadear ações de redução do risco. A gestão prospetiva dos riscos operacionais é facilitada pelos sinais de alerta precoces implícitos nos indicadores KRI.
- No nosso processo de autoavaliação ascendente, realizado pelo menos uma vez por ano, são destacadas as áreas com potencial elevado risco e identificadas medidas de redução de risco para os problemas identificados. Realizamos regularmente seminários sobre o risco com o objetivo de avaliar os riscos específicos de entidades jurídicas locais e dos países em que operamos para tomarmos medidas de redução do risco adequadas.

São utilizadas funções, metodologias e instrumentos adicionais implementados pelas divisões responsáveis para complementar o quadro global de risco operacional e para abordar de forma mais específica os vários tipos de risco. Estes são alguns desses instrumentos e metodologias:

- Foi criada em 2013 a função de Gestão do Risco Jurídico (*Legal Risk Management* -LRM) no Departamento Jurídico. Esta função destina-se exclusivamente à identificação e gestão de risco jurídico. Além de

ser utilizada para efeitos de relato, a análise da Gestão do Risco Jurídico (LRM) aplica-se ao nosso quadro de controlo, uma vez que está relacionada com o risco jurídico, de forma a garantir que este é suficientemente sólido, incluindo a remediação de problemas em destaque (com recurso a novas iniciativas ou a iniciativas já existentes); e ainda como um meio adicional de assegurar que o contributo do Departamento Jurídico é um critério significativo na tomada de decisões para as nossas atividades. A função de LRM possui um mandato para realizar uma ampla variedade de tarefas destinadas a gerir o risco jurídico de forma pró-ativa, incluindo: conceber, implementar e supervisionar o Programa Anual de Avaliação do Risco Jurídico; acordar e participar nas análises de carteiras e planos de redução resultantes; e administrar o processo de Ensinamentos Jurídicos Retirados. A função de LRM também coordena a resposta do departamento Jurídico ao programa das Três Linhas de Defesa do DB.

— O “Programa de Avaliação do Risco Jurídico” permite-nos analisar riscos existentes e históricos e, mais importante ainda, avaliar melhor o potencial para eventos futuros de risco jurídico. Isto requer a participação da divisão de negócio (representada pelo Gestor de Controlo da Divisão ("DCO”), Consultoria Jurídica, LRM e ORM, e envolve uma primeira autoavaliação nos termos predefinidos pela divisão, e uma segunda avaliação efetuada pelas equipas de Consultoria Jurídica para, desta forma, se obter uma visão global dos produtos, atividades e localizações da respetiva divisão.

— O “Processo de Ensinamentos Jurídicos Retirados” é uma forma de identificar trimestralmente os riscos jurídicos decorrentes das nossas atividades e de planear os passos necessários para remediar, reduzir ou evitar esses riscos no futuro. O processo de Ensinamentos Jurídicos Retirados é um processo retrospetivo, em que são consideradas questões existentes ou já concluídas para se identificarem os ensinamentos jurídicos que se podem daí retirar e para se adotarem medidas, consoante necessário, para que esses ensinamentos sejam efetivamente proveitosos. A gestão global do processo de Ensinamentos Jurídicos Retirados é da responsabilidade da função de LRM, que trabalha em conjunto com o ORM, o DCO e o Departamento Jurídico através dos seus Comités Operacionais.

— O risco operacional resultante de *outsourcing* (subcontratação) é gerido pelo processo de Gestão do risco de fornecedor (processo VRM) e documentado na base de dados VRM. O risco de *outsourcing* é avaliado e gerido em cada contrato de *outsourcing* em conformidade com a Política de gestão do risco do fornecedor e com o quadro ORM geral. Está implementada uma ampla estrutura de governação para promover níveis de risco apropriados.

— O risco de fraude é gerido nos termos do artigo 25.º-A da lei bancária alemã (*German Banking Act* - "KWG") e de outros requisitos jurídicos e regulamentares com uma abordagem baseada no risco que se rege pela Política Antifraude Global e pelo quadro de Conformidade e Combate ao Branqueamento de Capitais (quadro AML) correspondente. São realizadas análises regulares do risco global em conformidade com os requisitos regulamentares. Os aspetos relevantes específicos do risco de fraude fazem parte do processo de autoavaliação no âmbito da gestão geral dos riscos operacionais.

— O Deutsche Bank gere o risco de continuidade do negócio (risco BC) através do seu Programa de Gestão de Continuidade do Negócio (programa BCM), que define procedimentos essenciais para a relocalização e recuperação de operações em resposta a níveis diferenciados de perturbações. No âmbito deste programa, cada uma das funções dos nossos negócios essenciais e grupos de infraestrutura organizados, mantém e testa com regularidade os planos de continuidade do negócio (planos BC) para promover um serviço contínuo e fiável. O programa BCM tem funções e responsabilidades definidas, que estão documentadas nas normas do Grupo. A conformidade com estas normas é monitorizada regionalmente por equipas de continuidade do negócio específicas. É exigido um relato ao Comité de Resiliência do Grupo, um subcomité do Comité Operacional do Grupo, com periodicidade trimestral. Além disso, as informações-chave no contexto de controlo estabelecido pelo programa BCM são integradas nos indicadores KRI dos riscos operacionais.

— O risco operacional relacionado com a tecnologia é gerido na área tecnológica em conformidade com as normas internacionais de gestão de tecnologias da informação. As aplicações e a infraestrutura de TI são catalogadas e avaliadas regularmente. As medidas de monitorização da estabilidade estão implementadas. Os principais resultados do meio de avaliação e controlo estabelecido são utilizados como recursos para as métricas do risco operacional, tais como os indicadores KRI ou as autoavaliações.

— Foi implementada uma nova Política de Avaliação de Risco Operacional para os Processos de Transformação do Banco, aplicada às alterações relevantes de sistemas e de processos. Todas as iniciativas de mudanças substanciais são avaliadas quanto ao seu risco operacional, decorrente de alterações em processos ou sistemas, através de um quadro ORM integrado destinado a avaliar o risco operacional das transformações do banco. Os riscos identificados e as ações tomadas para a respetiva redução são acompanhados pelo sistema do Deutsche Bank, conforme referido anteriormente.

Embora tenhamos implementado um quadro abrangente para a gestão de riscos operacionais, inclusive com metodologias e técnicas específicas, enfrentamos uma tendência para o aumento de perdas e de requisitos de capital resultantes de riscos operacionais, como se tem verificado na maior parte do sector bancário. Numa concentração de esforços para melhorar continuamente o quadro de gestão de riscos operacionais, acrescentámos recentemente análises de risco de hierarquia superior, enquanto componente adicional dos nossos relatórios de gestão:

As análises de risco de hierarquia superior destinam-se a identificar os nossos riscos mais críticos, bem como os das nossas divisões de negócio, quanto à sua probabilidade e gravidade. Com a inclusão do componente de risco de hierarquia superior no relatório global de gestão de riscos operacionais aumentamos o envolvimento da direção no processo de gestão de riscos operacionais, ao proporcionar a transparência da nossa carteira de risco operacional nas regiões em que operamos e nas nossas divisões de negócio. Este componente permite criar um relatório mais completo a nível global. Isso facilita as discussões da direção no que diz respeito aos nossos principais riscos, aumentando o sentimento de pertença e a responsabilidade, pelo facto de serem apresentados planos de ação específicos para a redução do risco, adaptados à nossa tolerância ao risco, com a inclusão de responsabilidades e datas-alvo.

Abaixo apresentamos alguns exemplos selecionados de análises de risco de hierarquia superior e de ações para a mitigação dos riscos inerentes derivados deste processo. Em linha com os nossos pares e com a situação geral do sector financeiro, identificamos atualmente entre os nossos principais riscos, tópicos que resultam diretamente, ou como efeitos de segunda ordem, da crise financeira:

— Incerteza em relação a saídas de litígios: Práticas comerciais impróprias ou potencialmente impróprias no passado foram expostas pela crise, ou na sequência da crise, e criaram-se novos litígios em consequência de alterações na perceção do mercado. Estes resultaram, e poderão vir a resultar, em multas significativas ou em liquidações resultantes de ações judiciais iniciadas pelas respetivas contrapartes de negócio.
— Agenda de mudanças impostas por requisitos regulamentares: A multiplicidade de novos requisitos regulamentares, em reação à crise financeira, já nos sobrecarregou com novos encargos e custos, mas poderá levar a novas sanções regulamentares em caso de incumprimento.
— Agenda de mudanças internas: Para cumprirmos os nossos objetivos de rentabilidade é necessário aumentarmos a nosso nível de eficiência. Em conjugação com os fatores atrás referidos isso exerce pressão sobre nós para uma reorganização e agilização das nossas carteiras e processos de negócio. As iniciativas de mudança comportam riscos potenciais de transição ou poderão expor-nos a novos riscos operacionais.

Para dar resposta aos desafios da crise financeira, o ORM introduziu um conjunto de medidas e de ferramentas revistas para melhorar a gestão do risco operacional em riscos de hierarquia superior, reforçando a solidez organizacional e melhorando os processos de gestão do risco. Os projetos-chave são descritos abaixo:

Modelo-Alvo para a Gestão do Risco Operacional

Estamos atualmente a redefinir as responsabilidades para a gestão de riscos operacionais do Grupo através da adoção do programa Três Linhas de Defesa. As mudanças e melhorias-chave no âmbito deste modelo afetam as funções e as responsabilidades da primeira e segunda linhas de defesa, as taxonomias de risco e a estrutura organizacional do ORM. No que diz respeito às taxonomias de risco o ORM atribui à segunda linha de defesa a função de controlo dos seguintes tipos de risco não financeiros: risco de processamento de transações, risco de projeto e de transformação e risco reputacional. Isto irá refletir-se na estrutura organizacional do ORM

Processo de Autoavaliação do Modelo Operacional-Alvo do ORM

Iniciámos um projeto para levar a cabo a revisão dos processos de autoavaliação e para melhorar as informações qualitativas resultantes da gestão de risco. Isto irá alinhar, unir e integrar os processos-chave da avaliação de riscos não financeiros (por exemplo, riscos operacionais, de conformidade e jurídicos).

Avaliações OR das iniciativas de mudança

Para dar resposta à nossa agenda de mudanças abrangente e aos riscos operacionais inerentes ao projeto, desenvolvemos uma avaliação específica para o risco operacional. Para iniciativas de controlo cruciais, por exemplo, iniciativas consideradas fundamentais para o sucesso do nosso programa de mudança cultural, foram introduzidas avaliações específicas para o risco operacional no contexto interno de controlo para avaliar o impacto do risco operacional destas iniciativas no Grupo.

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos o capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia interna Abordagem de medição avançada (AMA).O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas (LDA).Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), ajustados para recuperações diretas, assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas).Posteriormente, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo dum horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. Os benefícios de correlação e de diversificação são aplicados às perdas líquidas, em conformidade com os requisitos regulamentares, para se chegar a uma distribuição da perda líquida ao nível do Grupo, cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é então distribuído por cada uma das divisões fazendo-se um ajustamento qualitativo e a dedução das perdas esperadas.

O ajustamento qualitativo (“QA”) reflete a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional, através dos indicadores KRI e das classificações da autoavaliação, focando-se no contexto de negócio e em fatores internos de controlo. O ajustamento qualitativo é aplicado como percentagem de ajustamento ao valor final de capital. Esta abordagem torna os ajustamentos qualitativos transparentes, do ponto de vista da gestão de negócio, dando indicações sobre o perfil de risco e o grau de sucesso da gestão dos respetivos riscos operacionais. incentivando, desse modo, uma melhoria contínua da gestão dos riscos operacionais nas suas áreas.

A perda esperada (“EL”) para o risco operacional baseia-se na experiência histórica de perdas e nos pareceres de especialistas, tendo em conta alterações em negócios que denotem o custo esperado de perdas operacionais resultantes da sua prática. Na medida em que for considerado nos planos de negócio das divisões é deduzido do valor do capital AMA, com determinadas restrições. As perdas inesperadas por divisão de negócio (após o ajustamento qualitativo e a perda esperada) são agregadas para calcular o valor de capital AMA do Grupo.

O capital regulamentar e económico para o risco operacional é calculado trimestralmente. Os dados internos utilizados são captados num momento do início do ciclo de produção trimestral e submetidos a um controlo de qualidade e a aprovação. Por conseguinte, o historial completo das perdas internas do trimestre anterior é tomado em consideração no cálculo dos valores de capital. Os dados externos da ORX são apresentados pelos membros da ORX e submetidos a um controlo de qualidade e a aprovação. Estes dados são reconhecidos no cálculo de capital após seis meses, no mínimo. Para os dados adicionais de perdas externas provenientes da IBM OpData (anteriormente designada como OpVantage), utilizamos dados que estão disponíveis duas vezes por ano (no primeiro e terceiro trimestres).

O capital económico aplica o percentil 99,98%, é afetado às divisões e utilizado para efeitos de medição do desempenho e para afetação de recursos, o que incentiva a gestão dos riscos operacionais e uma utilização otimizada do capital económico. O capital regulamentar para o risco operacional aplica o percentil 99,9%.O capital económico e o capital regulamentar são calculados no horizonte de 1 ano.

Desenvolvimento Contínuo do Quadro de Risco Operacional

O modelo AMA é objeto de validação e aperfeiçoamento contínuos na medida em que procuramos refletir adequadamente o nosso perfil de risco. Com o objetivo de validar e aperfeiçoar continuamente o nosso modelo apresentámos à BaFin alterações ao modelo, que aguardam aprovação da Equipa Comum de Supervisão (BaFin e BCE).As alterações ao modelo incluem o aperfeiçoamento da metodologia de validação e a recalibração das recuperações de seguros, bem como alterações à modelação da frequência de perda e um mecanismo de classificação aperfeiçoado para os resultados da autoavaliação no nosso modelo AMA.

Além disso, apresentámos à BaFin um pedido adicional de alteração ao modelo solicitando a substituição da margem de segurança do capital económico, no valor de mil milhões de euros, que temos vindo a aplicar desde a sua implementação em 2011.Esta alteração ao modelo, que acrescenta fatores orientados para o futuro ao modelo AMA, resultará num capital económico mais elevado mesmo depois de retirada a margem de segurança. Esta alteração tornará o nosso modelo mais sensível ao risco, através da inclusão de perdas resultantes de litígios, suscetíveis de serem concretizadas, no nosso grupo de “Dados de Perdas Relevan-

tes".As perdas devido a litígios, suscetíveis de serem concretizadas, revistas trimestralmente e baseadas no parecer do nosso Departamento Jurídico, podem resultar de casos jurídicos em curso ou de novos casos.

No decurso do nosso diálogo com a equipa comum de supervisão sobre estas melhorias, a direção decidiu reconhecer o impacto destas alterações no segundo trimestre de 2014, altura em que levarão a um aumento dos requisitos de capital face aos modelos previamente aprovados pela BaFin.

O nosso conceito de testes de esforço em matéria de gestão do risco operacional

Realizamos testes de esforço de forma regular e independentes da nossa metodologia AMA para analisar o impacto de cenários macro extremos no nosso capital e conta de resultados. Em 2014, o ORM participou em todos os cenários de testes de esforço da instituição tendo avaliado e contribuído para definir o impacto do risco operacional nos vários níveis de esforço destes cenários. O impacto do risco operacional nos cenários dos testes de esforço a nível macro foi moderado e o capital manteve-se dentro dos níveis esperados.

O nosso modelo de validação AMA e Conceito de garantia de qualidade

Validamos de forma independente todos os componentes do nosso modelo AMA, tais como, entre outros, análise de cenários, indicadores KRI e autoavaliações, perda esperada e perda de dados internos, individualmente. Os resultados do exercício de validação são resumidos em relatórios de validação e os problemas identificados são acompanhados até à resolução. Este procedimento promove um aperfeiçoamento das metodologias. As atividades de validação realizadas em 2013 detetaram áreas a melhorar no nosso modelo AMA com respeito aos cálculos de frequência e ao uso de perdas devido a litígios suscetíveis de serem concretizadas. Os resultados desta validação levaram a aperfeiçoamentos ao modelo que se traduziram no aumento do capital económico.

São realizadas análises de garantia de qualidade dos componentes do modelo AMA que necessitam de introdução de dados fornecidos pelas divisões de negócio e resultam em impacto no capital. Os dados do modelo AMA e a documentação são confirmados e comparados entre divisões para ajudar a garantir a consistência e a adequação dos cálculos de capital.

Risco operacional – Perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

em milhões de euros	2014	2013[1]
Clientes, produtos e práticas comerciais	1.742	2.438
Fraude interna	498	913
Fraude externa	20	(69)
Execução, entrega e gestão de processos	72	68
Outras	61	32
Grupo	**2.393**	3.382

[1] Números de 2013 relativos à perda alterados devido à posterior contabilização de perdas e reclassificação.

As perdas operacionais com base nos resultados diminuíram mil milhões de euros, ou 29%, face a 2013.A diminuição deveu-se sobretudo aos tipos de evento "Clientes, Produtos e Práticas Comerciais" e "Fraude Interna" (consultar a secção "Definição de Risco Operacional – Risco de Fraude"), pelo facto de terem sido alcançados acordos e devido à diminuição nas reservas de contencioso para casos ainda a decorrer. O aumento no tipo de evento "Fraude Externa" resultou de ganhos provenientes de uma recuperação direta em 2013.O tipo de evento "Execução, Entrega e Gestão de Processos" mantém-se estável, os outros tipos de evento aumentaram ligeiramente.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2010-2014 (2009-2013)[1]

Distribuição de perdas operacionais (primeira data de lançamento)

Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)

[1] As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2009-2013.A frequência e os valores podem alterar-se posteriormente.

O gráfico circular acima à esquerda, “Frequência de Perdas Operacionais”, resume os eventos de risco operacional ocorridos no período de 5 anos de 2010 a 2014, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2002 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2014, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, mas o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são dominadas pelo tipo de evento “fraude externa” com uma frequência de 53 % de todos os eventos de perda observados. O evento “Execução, Entrega e Gestão de Processos” contribuiu com 25% e o evento “Clientes, Produtos e Práticas Comerciais” contribuiu com 20%.Os outros mantiveram-se estáveis em 2 %.O tipo de evento “Fraude Interna” apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de 0,2% dos eventos de perda no período 2010-2014.Este manteve-se inalterado face ao período de 2009-2013.

O gráfico circular acima à direita, “Distribuição de Perdas Operacionais”, resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados ao longo do período de cinco anos de 2010 a 2014.O tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 64 %, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. O evento “Fraude Interna” tem a segunda quota mais elevada (21%) e relaciona-se com eventos regulamentares com que nos deparámos em anos recentes. Por fim, os tipos de eventos “Fraude Externa” (9%) e “Execução, Entrega e Gestão de Processos” (4%) são considerados menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Utilização de capital económico para riscos operacionais

Utilização de capital económico para o risco operacional, por divisão de negócio

			Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013[1]	
em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	em milhões de euros	em %
Corporate Banking & Securities	3.569	2.453	1.116	45
Private & Business Clients	1.088	803	285	35
Global Transaction Banking	150	96	54	56
Deutsche Asset & Wealth Management	722	580	142	24
Non-Core Operations Unit	2.070	1.320	750	57
Total de utilização de capital económico para o risco operacional	**7.598**	5.253	2.345	45

[1] Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2014.

A utilização de capital económico para o risco operacional, a 31 de dezembro de 2014, foi de 7,6 mil milhões de euros, mais 2,3 mil milhões de euros, ou 45%, face ao exercício de 2013.O aumento deveu-se sobretudo a um reconhecimento precoce do impacto das melhorias ao nosso modelo de abordagem de medição avançada (AMA) implementadas no segundo trimestre, e que resultaram inicialmente num capital económico adicional de 1,1 mil milhões de euros. Estas melhorias ao modelo levaram à reflexão das perdas de risco operacional materializadas que se devem, em larga medida, às saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução. O aumento de capital económico distribui-se por todas as divisões.

O capital económico continua a incluir a margem de segurança aplicada ao nosso modelo AMA. Esta margem foi implementada em 2011 para cobrir riscos jurídicos imprevistos face à recente crise financeira. As melhorias ao modelo, referidas atrás, destinam-se a substituir a margem de segurança por uma medida mais sensível ao risco. Como tal, o impacto da alteração ao modelo acima da margem de segurança é reconhecido no capital económico. Isto resultará num capital económico mais elevado mesmo após ser retirada a margem de segurança.

Papel dos seguros empresariais/Deukona

A definição da nossa estratégia de seguros e da política e diretrizes que a orientam é responsabilidade da nossa unidade especializada Corporate Insurance/Deukona (CI/D).A área de CI/D é responsável pela nossa política global de seguros empresariais, a qual é aprovada pelo nosso Conselho de Administração.

A CI/D é responsável pela aquisição de coberturas de seguro e por negociar as condições contratuais e prémios. A CI/D também tem um papel importante na afetação de prémios de seguros aos negócios. Os especialistas da CI/D contribuem para a elaboração de um método que reflita os seguros nos cálculos de capital e são responsáveis por calcular parâmetros que reflitam requisitos regulamentares. Esses cálculos validam as definições dos parâmetros em matéria de seguros utilizados no modelo AMA e fornecem as respetivas atualizações. A CI/D está ativamente envolvida nos esforços do setor no sentido de refletir o efeito dos seguros nos resultados dos cálculos de capital.

Adquirimos seguros com o objetivo de nos protegermos contra substanciais perdas inesperadas e imprevisíveis. Os procedimentos de identificação, definição de magnitude e de cálculo utilizados baseiam-se nos princípios e métodos reconhecidos em matéria de seguros. O limite máximo por risco segurado tem em conta a fiabilidade da seguradora e uma relação custo/benefício, especialmente nos casos em que o mercado de seguros tenta reduzir a cobertura por meio de apólices de acesso restrito/limitadas e exclusões específicas.

Trabalhamos com várias companhias de seguros cativas, quer primárias quer resseguradoras. No entanto, os contratos de seguros fornecidos apenas são considerados em termos de modelação/cálculo das reduções relacionadas com seguros de requisitos de capital para risco operacional nos casos em que o risco é resseguro no mercado de seguros externo.

O valor do capital regulamentar inclui uma dedução para cobertura de seguros que ascendia a 564 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, face aos 522 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.Atualmente não são reconhecidas no modelo AMA técnicas de transferência de risco além de seguros.

A CI/D seleciona parceiros em matéria de seguros em estrita conformidade com os requisitos regulamentares especificados no CRR e nas recomendações dos respetivos peritos na área quanto ao reconhecimento de seguros em abordagens de medição avançada. A carteira de seguros, bem como as atividades de CI/D, são auditadas pela Auditoria do Grupo, tendo o risco como base.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos.

O nosso quadro de gestão do risco de liquidez tem sido um fator importante na manutenção de liquidez adequada e na gestão do nosso perfil de financiamento em 2014.

Quadro de gestão do risco de liquidez

O Conselho de Administração define a nossa estratégia de risco de liquidez e, em particular, a nossa apetência pelo risco de liquidez com base em recomendações do Comité de Risco e de Capital. Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicadas ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A nossa função de Tesouraria é responsável pela gestão de liquidez e do risco de financiamento do Deutsche Bank a nível mundial, conforme definido na estratégia de risco de liquidez. A nossa estrutura de gestão do risco de liquidez foi concebida para identificar, medir e gerir a nossa posição de risco de liquidez. O Controlo

de Risco de Liquidez é responsável pelo relato interno de liquidez e financiamento em toda a instituição, a nível global e local. A esse propósito, o Conselho de Administração recebe informação atualizada, pelo menos uma vez por semana, através de um quadro de pontuações de liquidez. O Controlo de risco de liquidez é também responsável pela supervisão e validação do quadro de risco de liquidez do banco. Isso inclui a validação independente de todos os modelos de risco de liquidez, bem como a revisão e testes a posteriori dos respetivos limites. A nossa abordagem de gestão do risco de liquidez começa no nível intradiário com a previsão dos fluxos de caixa e a consideração do nosso acesso aos bancos centrais. Em segundo lugar, cobre a gestão tática do risco de liquidez, tratando do acesso a fontes de financiamento garantidas e não garantidas. Finalmente, a perspetiva estratégica compreende o perfil de maturidade de todos os ativos e passivos (Matriz de financiamento) e a nossa estratégia de emissão.

O nosso sistema de relato de fluxos de caixa fornece informações diárias sobre o risco de liquidez aos gestores globais e regionais.

Os testes de esforço e análise de cenários desempenham um papel central na nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. O processo também passa por uma avaliação da liquidez dos ativos, ou seja, as características do nosso inventário de ativos, em diferentes cenários de esforço, bem das necessidades de financiamento contingentes de compromissos fora do balanço. Os resultados diários dos testes de esforço são utilizados para monitorizar a continuidade da nossa conformidade com apetência global pelo risco do Conselho. Além disso, os limites do nosso perfil de financiamento por grosso a curto prazo (garantido e não garantido), que são uma ferramenta fundamental neste âmbito, são calibrados mensalmente tendo em conta os resultados dos testes de esforço.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O nosso sistema de comunicação no âmbito do Grupo controla de forma diária todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um horizonte de 12 meses. Consideramos financiamento por grosso, para este efeito, os passivos não garantidos gerados principalmente pela área de negócio de Global Liquidity Management, bem como os passivos garantidos gerados sobretudo pelas áreas de negócio de Global Liquidity Management e de ações (Equities).Esses passivos têm a sua origem predominantemente em grandes empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas. Os limites de financiamento por grosso, que são calibrados tendo em conta os nossos resultados mensais dos testes de esforço, aprovados pelo Conselho de Administração de acordo com os princípios de governação interna, expressam a apetência máxima pelo risco de liquidez. Estes limites aplicam-se aos respetivos fluxos de caixa globais acumulados, bem como ao volume total de financiamento por grosso não garantido, sendo monitorizados diariamente. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos de atenuantes de tensões nos mercados de financiamento por grosso a curto prazo. Ao nível de cada entidade, poderemos definir os limites de saída de liquidez relativamente a um leque mais alargado de fluxos de caixa, quando tal for considerado significativo ou apropriado.

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

O ano de 2014 foi relativamente positivo em matéria de créditos bancários e condições de financiamento, tal como evidenciado pelo desenvolvimento do Índice *itraxx Senior Financial*, que alcançou um máximo de 106 pontos base em janeiro, uma média de 92 pontos base no T1, 75 pontos base no T2, fechando o ano nos 69 pontos base. Os nossos CDS a 5 anos foram negociados no intervalo de 58 – 102 pontos base, tendo atingido o seu máximo em fevereiro. Desde então, o diferencial reduziu-se, situando-se a negociação no fim do exercício nos níveis médios desse ano. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram uma volatilidade semelhante. Por exemplo, a nossa referência em EUR a 9 anos (taxa de cupão de 2,375%, com vencimento em janeiro de 2023) foi negociada num intervalo de 27 – 60 pontos base, fechando o exercício perto dos valores mínimos do ano.

O nosso plano de financiamento para 2014, num montante até 35 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi integralmente concluído e fechámos 2014 com 44,1 mil milhões de euros de financiamento a prazo. A sobre realização de 9,1 mil milhões de euros representa o pré-financiamento para 2015.Este financiamento disseminou-se, grosso modo, pelas seguintes fontes de financiamento: emissão de referência não garantida (17,1 mil milhões de euros), emissão de referência Tier 1 adicional (4,8 mil milhões de euros), emissão não garantida direcionada para o retalho (9,8 mil milhões de euros) e colocações privadas não garantidas e garantidas (12,3 mil milhões de euros).Do total de 44,1 mil milhões de euros, a maior parte foi emitida em dólares americanos (22,2 mil milhões de euros).Também emitimos 17,8 mil milhões em Euros e montantes menores em JPY e GBP. Além das emissões diretas, utilizamos *swaps* cambi-

ais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores foi composta por clientes de retalho (25 %), bancos (19 %), gestores de ativos e fundos de pensões (29 %), companhias de seguros (6 %) e Outros, incluindo investidores institucionais (21 %).A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (19%), Resto da Europa (29%), EUA (29%), Ásia e Pacífico (16%) e Outros (6%).Do total de emissões nos mercados de capitais em circulação, em 31 de dezembro de 2014, cerca de 85% foram emitidos sem garantia.

O diferencial médio da nossa emissão no índice de flutuação relevante (ou seja, Libor), foi de 45 pontos base para o ano completo, com um vencimento médio de 4,8 anos. As nossas atividades de emissão foram superiores no primeiro semestre do ano, tendo-se verificado um decréscimo dos volumes no segundo semestre de 2014.Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre:8,5 mil milhões de euros, 16,3 mil milhões de euros, 11,4 mil milhões de euros e 7,9 mil milhões de euros, respetivamente.

Em 2015, o nosso plano de financiamento de base é de 30 a 35 mil milhões de euros, que prevemos conseguir através das quatro fontes referidas, sem estarmos excessivamente dependentes de cada uma delas. Também planeamos angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 22 mil milhões de euros em 2015.

Consultar a tabela nas páginas 214 a 215 para informações relativas ao perfil de maturidade do nosso financiamento por grosso e da nossa emissão nos mercados de capitais.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis são os mercados de capitais e os clientes de capital, retalho e transações bancárias. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e empréstimos obtidos de clientes grossistas. O financiamento por grosso é constituído por passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na área de negócios de Global Liquidity Management. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos detidos para negociação em numerário e líquidos.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*).

Em 2014, reduzimos o nosso volume global de financiamento em consonância com a desalavancagem mais alargada do balanço. O total de financiamento externo registou um decréscimo de 64 mil milhões de euros (6,5%) durante o ano, ocorrido sobretudo na nossa área de negócio CB&S. Em particular, reduzimos o financiamento garantido e posições curtas em 69 mil milhões de euros (46%), outros clientes em 23 mil milhões de euros (24%) e o financiamento por grosso não garantido em 19 mil milhões de euros (26%).Observaram-se ainda reduções menores em veículos de financiamento (7 mil milhões de euros ou 37%).Estas reduções mais do que anularam os aumentos nos mercados de capitais e ações (29 mil milhões de euros, 16%), clientes de retalho (19 mil milhões de euros, 7%) e banca de transações (6 mil milhões de euros, 4%).A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias) subiu de 66 % para 76 %.

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósito (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e *overnight*, com prazos sobretudo até um ano. O Papel Comercial Garantido por Ativos (ABCP) emitido através de veículos está incluído em Financiamento de Veículos.

O volume global de financiamento por grosso não garantido e de financiamento garantido oscilou entre as datas de relato, em função das nossas atividades comerciais subjacentes. Estas flutuações estão dependentes de atividades de financiamento de valores mobiliários de clientes e de mudanças nas existências de transações líquidas durante o trimestre.

Para evitar uma dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo, e para promover um sólido perfil de captação no muito curto prazo, o que está em conformidade com a apetên-

cia pelo risco definida, implementámos estruturas de limites (abrangendo diferentes maturidades) relativamente a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise mensal de testes de esforço. Além disso, estamos a definir um limite para o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico seguinte apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Composição das fontes de financiamento externas

[1] "Outros" incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets), margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida).
[2] Inclui VeículosABCP.
Referência: Reconciliação para o balanço total: Derivados e saldos de liquidação, 660 mil milhões de euros (524 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para Margem e
Saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida), 75 mil milhões de euros (50 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento, 54 mil milhões de euros (55 mil milhões de euros) a 31 de dezembro de 2014
e 31 de dezembro de 2013 respetivamente; podem não estar refletidos exatamente os valores absolutos devido a arredondamentos.

A tabela seguinte apresenta a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo (incluindo o financiamento por grosso não garantido e o papel comercial garantido por ativos), bem como a nossa emissão nos mercados de capitais.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais[1]

31.12.2014

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	7.816	5.373	7.930	2.541	23.661	42	350	24.053
Depósitos de outros clientes grossistas	2.828	1.569	2.979	2.387	9.763	306	404	10.473
CD e PC	1.747	4.629	8.080	5.623	20.080	20	28	20.128
ABCP	2.849	233	0	0	3.082	0	0	3.082
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	756	2.823	4.589	4.978	13.145	12.904	40.031	66.080
Notas estruturadas não garantidas sénior	528	1.721	2.384	3.655	8.288	3.698	22.242	34.227
Obrigações/ABS cobertos	0	11	1.223	458	1.693	1.701	20.325	23.719
Passivos subordinados	636	2.352	1.772	799	5.559	537	9.889	15.985
Outros	0	0	0	166	166	13	131	310
Total[2]	17.161	18.711	28.958	20.607	85.437	19.220	93.401	198.057
dos quais:								
Garantidos	2.849	244	1.223	458	4.775	1.701	20.325	26.801
Não Garantidos	14.311	18.467	27.735	20.149	80.662	17.519	73.076	171.256

[1] Excluindo notas *Tier 1* adicionais relatadas como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras.
[2] Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano, totalizou os 85 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, e deve ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 184 mil milhões de euros. A redução de 26 mil milhões de euros no volume com vencimento no prazo de um ano deve-se principalmente às nossas iniciativas de desalavancagem do balanço.

31.12.2013

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	14.446	5.704	5.536	1.350	27.035	9	148	27.192
Depósitos de outros clientes grossistas	5.589	4.419	861	259	11.127	129	128	11.384
CD e PC	4.819	19.135	7.188	3.646	34.789	31	14	34.834
ABCP	5.221	4.833	541	0	10.596	0	0	10.596
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	2.364	1.632	3.203	3.561	10.760	10.014	32.851	53.625
Notas estruturadas não garantidas sénior	470	1.566	1.257	3.585	6.877	4.312	19.746	30.935
Obrigações/ABS cobertos	149	1.208	113	1.660	3.130	1.677	20.457	25.263
Passivos subordinados	255	4.527	1.137	670	6.588	2.511	10.948	20.048
Outros	70	21	6	0	97	0	76	173
Total[1]	33.382	43.046	19.841	14.730	110.999	18.683	84.368	214.050
dos quais:								
Garantidos	5.370	6.042	654	1.660	13.726	1.677	20.457	35.859
Não Garantidos	28.012	37.004	19.187	13.070	97.274	17.006	63.911	178.190

[1] Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, financiamento ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

	31 de dezembro, 2014					31.12.2013				
em milhões de euros	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	6.123	15.738	284	1.907	24.053	2.630	19.453	1.516	3.592	27.192
Depósitos de outros clientes grossistas	3.379	4.621	800	1.673	10.473	2.177	6.413	667	2.127	11.384
CD e PC	13.572	3.216	1.655	1.685	20.128	6.291	22.467	4.394	1.682	34.834
ABCP	312	2.674	96	0	3.082	1.245	8.132	1.219	0	10.596
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	43.498	16.923	378	5.282	66.080	39.500	8.676	1.794	3.656	53.625
Notas estruturadas não garantidas sénior	12.136	16.884	168	5.038	34.227	13.381	12.072	164	5.319	30.935
Obrigações/ ABS cobertos	23.653	66	0	0	23.719	25.263	0	0	0	25.263
Passivos subordinados	7.632	7.376	590	388	15.985	11.264	8.028	176	579	20.048
Outros	72	218	0	20	310	72	2	2	97	173
Total	**110.377**	**67.715**	**3.972**	**15.993**	**198.057**	101.823	85.243	9.932	17.052	214.050
dos quais:										
Garantidos	23.965	2.740	96	0	26.801	26.508	8.132	1.219	0	35.859
Não Garantidos	86.412	64.975	3.876	15.993	171.256	75.314	77.111	8.713	17.052	178.190

Matriz de financiamento

Identificamos todos os ativos relevantes em termos de financiamento e todos os passivos em agregados correspondentes às respetivas maturidades económicas de forma a compilar um perfil de maturidades (matriz de financiamento).A matriz de financiamento é compilada para moedas agregadas, bem como para divisas individuais e entidades jurídicas selecionadas. Dado que os ativos detidos para negociação são habitualmente mais líquidos do que o que as suas maturidades contratuais indicam, determinamos perfis individuais de liquidez que refletem os respetivos valores de liquidez relativa. Tomamos ativos e passivos do negócio bancário de pequenos clientes (empréstimos hipotecários e depósitos de pequenos clientes) que apresentam um comportamento que indica estarem a ser renovados ou prorrogados, independentemente das condições dos mercados de capitais, e afetamo-los a agregados temporais refletindo o prolongamento esperado. Os produtos bancários por grosso são incluídos com as respetivas maturidades contratuais.

A matriz de financiamento identifica o excesso ou a insuficiência de ativos relativamente aos passivos em cada agregado temporal, facilitando a gestão das exposições de liquidez abertas. A análise da matriz de financiamento, juntamente com o processo de planeamento estratégico de liquidez, que prevê a oferta e procura de financiamento das unidades de negócio, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Mantemos também, separadamente, uma matriz de financiamento em dólares americanos, que limita o máximo de uma posição curta em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos) a 10 mil milhões de euros. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento de moedas agregadas, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos).Ambas as matrizes de financiamento estiveram em conformidade com a respetiva apetência pelo risco em 2014 e 2013.

Preços de transferência

Operamos um quadro global de preços de transferência de fundos aplicado a todos os negócios e regiões e que promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

Neste quadro de preços de transferência de fundos afetamos custos e benefícios de financiamento e risco de liquidez às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas de mercado refletindo os custos económicos de liquidez do Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do banco para o risco de liquidez. Além disso, o quadro de preços de transferência de fundos do Deutsche Bank reflete os princípios e diretrizes regulamentares. Enquanto o quadro assegura uma afetação diligente dos custos de financiamento do banco aos utilizadores de liquidez, em todo o Grupo, também estabelece um quadro remuneratório baseado no incentivo de negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com as tensões. O financiamento de transações relevantes está sujeito a prémios de liquidez (em termos de prazo) e/ou a outros mecanismos de preços de transferência de fundos, consoante as condições de mercado. Os prémios de liquidez são definidos pela Tesouraria e assumidos por uma conta de liquidez segregada da Tesouraria, que é o agregador dos custos de liquidez. A gestão e a afetação da base de custo da conta de liquidez é a variável-chave dos preços de transferência de fundos no Deutsche Bank.

Reservas de Liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado mensal que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total de reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez apenas incluem ativos que podem ser transferidos livremente dentro do Grupo ou aplicados para compensar saídas em esforço de entidades locais. Grande parte das nossas reservas de liquidez é detida centralmente na nossa empresa-mãe ou nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos. Detemos as nossas reservas nas principais divisas, sendo que a sua dimensão e composição são alvo de revisão regular pela direção. Além das reservas de liquidez apresentadas abaixo, registou-se um montante de 32 mil milhões de euros, superior às saídas em esforço locais, que permanece em entidades sujeitas a restrições de transferência devido a requisitos locais em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Por conseguinte, não incluímos esses montantes nas nossas reservas de liquidez livremente transferíveis.

Composição das nossas reservas de liquidez livremente transferíveis por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

	31.12.2014		31.12.2013	
em mil milhões de euros	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	65	65	78	77
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	54	54	68	67
Subsidiárias	11	11	10	10
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	103	96	95	89
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	81	75	71	67
Subsidiárias	23	20	24	22
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	16	11	23	17
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	14	10	17	13
Subsidiárias	2	1	6	4
Total de reservas de liquidez	**184**	**171**	196	183
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	149	139	156	147
Subsidiárias	35	32	41	36

Em 31 de dezembro de 2014, as nossas reservas de liquidez livremente transferíveis totalizaram 184 mil milhões de euros, por oposição a 196 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.O principal fator responsável pelo decréscimo de 12 mil milhões de euros em 2014 foi uma redução de 19 mil milhões de euros no nosso financiamento por grosso não garantido durante o ano, juntamente com reduções noutras fontes de passivos. As nossas reservas de liquidez médias durante o ano foram de 190 mil milhões de euros, face aos 216 mil milhões de euros em 2013.Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

Testes de Esforço e Análise de Cenários

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos, como o *crash* da bolsa em 1987, a crise de liquidez nos EUA, em 1990, e os ataques terroristas de setembro de 2001, bem como em estudos de caso de crises de liquidez e eventos hipotéticos, e nos ensinamentos retirados da mais recente crise dos mercados financeiros.

Incluem-se aqui um congelamento prolongado no mercado monetário e no financiamento garantido, repúdio de colateral, reduzida fungibilidade de divisas, consórcios imobilizados (*stranded syndications*), bem como outros efeitos sistémicos de contágio. Os vários tipos de cenário cobrem eventos específicos de instituições (ou seja, redução da notação de crédito), eventos relacionadas com o mercado (ou seja, o risco de mercado sistémico), bem como uma combinação de ambos, associando um choque sistémico de mercado a uma redução da notação de crédito de vários níveis. Aplicamos cenários de esforço a divisas e entidades selecionadas relevantes. Em resultado da recente baixa da notação de crédito do Deutsche Bank, ajustámos o cenário idiossincrático mais severo (anteriormente “A-2/P-2”).Este cenário é agora designado como “cenário de acentuada descida da notação de crédito” e descreve a descida da notação de crédito do Deutsche Bank, a nível da notação de risco de longo prazo de BBB/Baa2 e da notação de risco de curto prazo de A-3/P-3, nas principais agências de notação de crédito.

No âmbito de cada um destes cenários assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas (para poder sustentar o valor da franquia), enquanto que o prolongamento do passivo estará total ou parcialmente em imparidade, resultando num défice de financiamento. Neste contexto, assume-se que o financiamento por grosso da maioria das fontes sensíveis ao risco (incluindo o financiamento não garantido de bancos comerciais, fundos de investimento do mercado monetário e o papel comercial garantido por ativos) é contratualmente concluído na fase de esforço aguda. Além disso, analisamos os potenciais requisitos de financiamento de riscos contingentes que poderão materializar-se em situações de tensão. Incluem o levantamento de facilidades de crédito, o aumento de requisitos de garantias colaterais de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Posteriormente, modelamos as etapas do processo que seguiremos para contrabalançar o consequente défice líquido de financiamento. As contramedidas incluem as nossas reservas de liquidez, bem como a liquidez potencial dos ativos de outros títulos não onerados. Os testes de esforço são realizados por entidades jurídicas ao nível global e individualmente e em divisas relevantes não pertencentes à área do euro, em particular em dólares dos Estados Unidos, como principal moeda de financiamento não Euro. Revemos os pressupostos essenciais dos testes de esforço regularmente e em 2014 aumentámos o rigor dum conjunto destes pressupostos.

Os testes de esforço estão totalmente integrados no nosso quadro de gestão do risco de liquidez. Para o efeito, usamos os fluxos de caixa grossistas contratuais, por moeda e por produto, ao longo de 8 semanas (que consideremos ser o período mais crítico numa crise de liquidez) e aplicamos o evento de esforço relevante a todos os potenciais fatores de risco relativos a produtos, dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas analisamos trimestralmente o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Os testes de esforço de liquidez servem de base aos planos de financiamento de contingência do banco que são aprovados pelo Conselho de Administração.

A análise de testes de esforço avalia a nossa capacidade de gerar liquidez suficiente em condições extremas e é um elemento fundamental na definição do nosso objetivo em termos de posição de risco de liquidez,A análise de testes de esforço é realizada diariamente. A tabela seguinte mostra que, em cada um dos cenários por nós definidos e revistos regularmente, manteríamos uma posição de liquidez líquida positiva, uma vez que a liquidez de contrapeso que conseguiríamos gerar através de diferentes fontes compensa amplamente o nosso défice de financiamento acumulado num horizonte de oito semanas após a ocorrência do facto gerador.

Resultados mensais dos testes de esforço globais em todas as moedas

	31.12.2014					31.12.2013 [1]
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[2]	Compensação do défice[3]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento2	Compensação do défice3	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	49	183	134	31	179	148
Mercados emergentes	9	185	176	10	195	185
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	42	166	124	37	178	141
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	163	202	38	170	208	37
Conjugação[4]	190	214	24	181	204	23

[1] Os valores de 2013 baseiam-se na metodologia vigente à data não sendo expressos novamente por forma a refletir alterações dos pressupostos dos testes de esforço implementadas durante o ano
[2] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[3] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez (após *haircuts*) e outras contramedidas.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados mensais globais dos testes de esforço em USD

	31.12.2014					31.12.2013 [1]
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[2]	Compensação do défice[3]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento2	Compensação do défice3	Posição líquida de liquidez
Conjugação[4]	92	149	56	89	132	43

[1] Os valores de 2013 baseiam-se na metodologia vigente à data não sendo expressos novamente por forma a refletir alterações dos pressupostos dos testes de esforço implementadas durante o ano.
[2] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[3] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez (após *haircuts*) e outras contramedidas.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante de garantias colaterais adicionais necessário em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais adicionais

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	6.806	7.893	5.459	9.071
Outros requisitos de financiamento ou de margem	529	689	0	502

Atendendo à crescente importância da gestão de liquidez no setor financeiro, mantemos um diálogo ativo com os bancos centrais, os supervisores, as agências de notação de crédito e os participantes no mercado relativamente a questões relacionadas com risco de liquidez. Participamos em vários grupos de trabalho sobre liquidez e apoiamos esforços no sentido da criação normas setoriais para avaliar e gerir o risco de liquidez nas instituições financeiras. Além dos nossos sistemas internos de gestão de liquidez, a exposição de liquidez dos bancos alemães é regulada pela lei bancária alemã (German Banking Act -"KWG"), pelo CRR, pelo Mecanismo Único de Supervisão (*Single Supervisory Mechanism*) e pelos regulamentos correspondentes.

Requisitos de liquidez ao abrigo do CRR

No âmbito das regras de Basileia III, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) fixou dois requisitos de níveis mínimos de liquidez para os bancos:

O rácio de cobertura de liquidez (LCR):Ultimado pelo Comité de Basileia em janeiro de 2013, o LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço, ao longo de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade ("HQLA") que podem ser utilizados para aumentar a liquidez, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas, resultantes de exposições reais e contingentes, num cenário de esforço.

Este requisito foi implementado na legislação europeia, através do Ato Delegado da Comissão Europeia de 17 de janeiro de 2015.Não será exigida conformidade com o LCR na Europa até 1 de outubro de 2015.A implementação do rácio de cobertura de liquidez (LCR) está sujeita a um período de transição gradual, começando em 60 % em outubro de 2015, aumentando para 70 % em 2016, 80 % em 2017 e 100 % em 2018.A Autoridade Bancária Europeia (EBA) está em processo de consulta dos formatos de relato para o cálculo dos valores padrão, em conformidade com o Ato Delegado.

Para permitir uma melhor comparabilidade, o nosso LCR pró-forma de 119 % a 31 de dezembro de 2014 foi calculado de acordo com as especificações de Basileia III.

O rácio de financiamento líquido estável (NSFR):O acordo de Basileia III inclui também a proposta de introdução de um rácio de financiamento líquido estável ("NSFR") para reduzir os riscos de financiamento de médio e longo prazo, exigindo aos bancos o financiamento das suas atividades com fontes de financiamento suficien-

temente estáveis. O NSFR requer que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento Estável Disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento Estável Requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Embora esteja previsto que o NSFR se torne um padrão mínimo internacional, a 1 de janeiro de 2018, o rácio está sujeito à implementação nacional. Na Europa, as normas referentes ao NSFR deverão ser finalizadas pela Comissão Europeia no formato de um Ato Delegado, em 2016.Desta forma, o formato final do rácio e respetivo período de implementação para os bancos europeus ainda não foram confirmados.

Oneração de ativos

Em 27 de junho de 2014 a EBA publicou diretrizes para a divulgação de ativos onerados e desonerados conforme requerido pelo Artigo 443.º do CRR. Estas diretrizes constituem o primeiro passo para a definição de um quadro de oneração de ativos e constituirão a base das normas técnicas vinculativas que a EBA irá desenvolver em 2016.Seguimos estas diretrizes para completar a secção seguinte.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são dados em penhor como colateral de financiamento garantido, *swaps* colaterais, ou outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos dados em penhor como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a lei bancária alemã. Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos dados em penhor pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 22 “Ativos penhorados e recebidos como garantia” das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 39 “Informações sobre Subsidiárias” das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos não onerados no balanço e fora do balanço que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados ao justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda assumem-se como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico do balanço atual e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (ver a secção "Reservas de Liquidez" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez).Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, os empréstimos e outros adiantamentos a clientes apenas serão considerados prontamente disponíveis se já estiverem num formato transferível pré-agrupado e caso não tenham sido utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em outros pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

						31.12.2014
			Valor contabilístico			Justo valor
			Ativos desonerados			
em mil milhões de eurosNo balanço	Ativo	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros	Ativos onerados	Ativos desonerados
Títulos de dívida	184,2	42,4	141,8	0	42,4	141,8
Instrumentos de capital	69,5	49,7	19,8	0	49,7	19,8
Outros ativos:						
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	82,0	6,9	75,1	0		
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	43,6	0	0	43,6		
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]						
Ativos detidos para negociação	17,1	0	17,1	0		
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	630,4	0	0	630,4		
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	80,9	0	0	80,9		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	14,9	0	14,9	0		
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	2,9	0	2,9	0		
Empréstimos,	398,0	44,9	19,4	333,7		
Outros ativos	166,5	62,9	0	103,6		
Total	1.689,9	206,7	291,0	1.192,2		

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

				31.12.2014
	Justo valor das garantias recebidas			
			Ativos desonerados	
em mil milhões de eurosFora do balanço	Ativo	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	253,1	201,9	49,8	1,4
Títulos de dívida	175,4	127,0	48,4	0
Instrumentos de capital	76,3	74,9	1,4	0
Outras garantias recebidas	1,4	0	0	1,4
Títulos de dívida próprios emitidos que não constituem obrigações cobertas e títulos garantidos por ativos	0	0	0	0

As tabelas acima repartem as rubricas no balanço e fora do balanço em onerados, prontamente disponíveis e outros. Quaisquer títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda são apresentados com base no justo valor das garantias recebidas.

As tabelas acima de ativos onerados incluem ativos que não estão onerados ao nível de entidades individuais, mas que podem ser alvo de restrições na sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem dever-se a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Nestes casos não é viável identificar rubricas individuais do balanço que não podem ser transferidas.“Títulos de dívida próprios emitidos que não constituem obrigações cobertas e títulos garantidos por ativos” refere-se a obrigações de participações financeiras próprias que não são reconhecidas no balanço por uma instituição extra IFRS .Isto não se aplica ao Deutsche Bank AG.

		31.12.2014
em mil milhões de euros	Passivos associados, passivos contingentes, títulos cedidos	Valor contabilístico de ativos onerados, justo valor das garantias oneradas recebidas e títulos de dívida próprios emitidos
Valor de passivos e ativos financeiros selecionados dentro e fora do balanço	382,5	408,7

A tabela acima apresenta o valor total de ativos onerados no balanço e fora do balanço face aos passivos correspondentes, passivos contingentes ou títulos cedidos que originaram oneração. A 31 de dezembro de 2014, apenas 207 mil milhões de euros de ativos no balanço do Grupo estavam onerados. Estes ativos estão relacionados sobretudo com o financiamento de existências para negociação e outros valores mobiliários, com financiamento (isto é, obrigações hipotecárias [Pfandbriefe] e obrigações cobertas) com garantia de empréstimo, e com garantia em numerário para requisitos de margens de derivados.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tinha recebido títulos como garantia com justo valor de 253 mil milhões de euros, dos quais 202 mil milhões foram vendidos ou penhorados. Estas penhoras estão normalmente relacionadas com operações que visam facilitar a atividade dos clientes, incluindo corretagem prime, garantias para fundos transacionados em bolsa (ETF – Exchange Traded Funds), e para requisitos de margens de derivados.

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção «Teste de esforço "para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção «Matriz de financiamento» para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respetivamente..

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2014

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Numerário e depósitos em bancos	78.501	2.695	194	16	15	1.780	101	120	151	83.572
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	4	3.553	2.416	8.143	1.659	1.719	51	240	12	17.796
A bancos	4	2.154	533	647	333	561	0	2	12	4.245
A clientes	0	1.399	1.883	7.496	1.326	1.159	51	238	0	13.551
Títulos obtidos por empréstimo	21.598	4.202	0	0	0	0	0	0	34	25.834
A bancos	550	964	0	0	0	0	0	0	0	1.515
A clientes	21.047	3.238	0	0	0	0	0	0	34	24.319
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	840.858	43.382	12.360	5.371	2.068	2.090	4.855	7.624	24.316	942.924
Ativos detidos para negociação	195.681	0	0	0	0	0	0	0	0	195.681
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	124.462	0	0	0	0	0	0	0	0	124.462
Ações e outros títulos de rendimento variável	69.831	0	0	0	0	0	0	0	0	69.831
Outros ativos detidos para negociação	1.387	0	0	0	0	0	0	0	0	1.387
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629.958	0	0	0	0	0	0	0	0	629.958
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15.219	43.382	12.360	5.371	2.068	2.090	4.855	7.624	24.316	117.285
Títulos comprados com acordos de revenda	1.757	36.255	11.109	4.568	1.883	501	1.530	1.849	1.021	60.473
Títulos obtidos por empréstimo	13.462	5.783	1.159	0	0	0	0	0	0	20.404
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	1.344	92	660	184	1.588	3.010	5.775	12.957	25.612
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	0	0	0	10.339	10.339
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	142	0	1	315	0	0	459
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	30	140	108	69	37	177	791	3.050	4.403
Ativos financeiros disponíveis para venda,	20	1.895	1.610	2.797	643	774	4.702	25.756	26.099	64.297
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	20	1.895	1.610	2.797	643	774	4.408	25.754	24.137	62.038
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	0	295	2	1.962	2.259
Empréstimos,	19.917	35.866	32.121	26.780	9.101	11.591	26.638	69.501	174.098	405.612
A bancos	880	4.744	4.945	4.986	1.321	944	2.859	1.974	408	23.059
A clientes	19.037	31.122	27.176	21.794	7.780	10.647	23.779	67.528	173.690	382.553
Retalho	3.947	10.852	4.038	4.836	2.884	3.288	9.491	25.572	131.277	196.186
Grandes empresas e outros clientes	15.090	20.270	23.138	16.959	4.896	7.359	14.288	41.955	42.412	186.367
Outros ativos financeiros	119.485	474	387	349	113	99	18	76	4.050	125.050
Total de ativos financeiros	1.080.383	92.098	49.229	43.564	13.668	18.090	36.542	104.108	231.809	1.669.490
Outros ativos	15.514	1.322	707	626	196	260	268	763	19.559	39.214
Total do ativo	1.095.896	93.421	49.935	44.189	13.864	18.350	36.809	104.871	251.368	1.708.703

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2013

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Numerário e depósitos em bancos	86.474	6.911	50	131	1.383	26	55	38	70	95.139
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	529	10.359	6.437	4.917	3.449	665	999	8	0	27.363
A bancos	304	3.564	786	1.028	0	0	77	8	0	5.766
A clientes	225	6.795	5.651	3.890	3.449	665	923	0	0	21.596
Títulos obtidos por empréstimo	20.648	171	0	0	0	0	0	22	30	20.870
A bancos	1.664	0	0	0	0	0	0	0	0	1.664

A clientes	18.983	171	0	0	0	0	0	22	30	19.205
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	738.021	101.913	17.680	6.432	2.658	1.027	4.086	6.393	21.046	899.257
Ativos detidos para negociação	210.070	0	0	0	0	0	0	0	0	210.070
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	143.947	0	0	0	0	0	0	0	0	143.947
Ações e outros títulos de rendimento variável	61.393	0	0	0	0	0	0	0	0	61.393
Outros ativos detidos para negociação	4.730	0	0	0	0	0	0	0	0	4.730
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	504.590	0	0	0	0	0	0	0	0	504.590
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	23.360	101.913	17.680	6.432	2.658	1.027	4.086	6.393	21.046	184.597
Títulos comprados com acordos de revenda	8.485	84.607	13.783	3.789	2.054	749	1.914	1.081	301	116.764
Títulos obtidos por empréstimo	14.875	14.187	3.424	0	0	0	0	0	0	32.485
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	3.109	474	2.531	598	273	2.106	5.128	10.806	25.025
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	10	0	0	1	0	16	0	9.872	9.898
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	111	6	5	50	185	67	424
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	15	82	163	31	37	227	1.562	1.895	4.011
Ativos financeiros disponíveis para venda,	0	1.533	1.641	1.900	749	737	4.756	20.317	16.692	48.326
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	1.533	1.641	1.900	749	737	4.572	20.317	14.962	46.413
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	0	183	0	1.730	1.913
Empréstimos,	18.458	41.810	21.623	20.283	9.662	9.730	26.867	64.249	163.899	376.582
A bancos	322	4.043	5.152	4.236	1.752	882	2.610	4.053	389	23.440
A clientes	18.136	37.767	16.470	16.047	7.909	8.848	24.258	60.196	163.510	353.142
Retalho	3.911	13.715	2.973	5.204	3.257	3.177	9.294	24.055	124.745	190.331
Grandes empresas e outros clientes	14.226	24.052	13.497	10.844	4.652	5.671	14.961	36.139	38.770	162.810
Outros ativos financeiros	87.181	780	353	216	93	103	40	0	3.541	92.307
Total de ativos financeiros	951.311	163.492	47.865	34.042	18.025	12.326	37.031	92.588	207.173	1.563.854
Outros ativos	19.633	3.374	988	703	372	254	426	1.064	20.733	47.546
Total do ativo	970.944	166.866	48.852	34.745	18.397	12.581	37.457	93.652	227.906	1.611.400

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2014

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	298.701	45.396	114.001	31.733	9.820	8.832	5.557	7.618	11.276	532.931
A pagar a bancos	55.538	6.866	12.896	10.400	3.243	1.862	2.593	5.741	9.212	108.350
A pagar a clientes	243.163	38.530	101.105	21.333	6.577	6.970	2.964	1.878	2.064	424.584
Retalho	96.651	18.777	83.460	4.919	2.105	1.816	1.095	744	215	209.781
Grandes empresas e outros clientes	146.512	19.753	17.645	16.414	4.473	5.154	1.869	1.134	1.849	214.803
Passivos detidos para negociação	652.045	0	0	0	0	0	0	0	0	652.045
Títulos para negociação	41.112	0	0	0	0	0	0	0	0	41.112
Outros passivos detidos para negociação	731	0	0	0	0	0	0	0	0	731
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	610.202	0	0	0	0	0	0	0	0	610.202
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garantias financeiras)	2.560	6.612	4.573	12.082	1.300	1.047	2.263	2.909	3.686	37.032
Títulos vendidos com acordos de recompra	1.361	4.241	3.711	11.058	393	0	288	0	0	21.053
Dívida a longo prazo	6	116	334	734	553	672	1.582	2.716	3.205	9.919
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.193	2.255	527	289	355	375	394	193	481	6.061
Passivos por contratos de investimento	0	30	61	61	61	726	93	1.493	5.999	8.523
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	42	240	350	231	55	398	1.145	2.602	5.063
Recursos de bancos centrais adquiridos	986	0	0	0	0	0	0	0	0	986
Títulos vendidos com acordos de recompra	3.677	1.397	3.225	1.001	202	400	0	0	0	9.901
A pagar a bancos	3.518	1.170	3.155	1.001	202	400	0	0	0	9.445
A pagar a clientes	158	227	70	0	0	0	0	0	0	456
Títulos cedidos por empréstimo	1.960	15	1	0	0	0	0	0	363	2.339
A pagar a bancos	130	5	0	0	0	0	0	0	1	136
A pagar a clientes	1.830	10	1	0	0	0	0	0	361	2.203
Outros empréstimos a curto prazo	26.642	5.099	2.766	4.499	1.995	1.929	0	0	0	42.931
Dívida a longo prazo	0	1.027	4.778	6.261	6.401	7.272	24.219	51.257	43.622	144.837
Títulos de dívida – sénior	0	923	3.833	5.190	5.616	6.767	18.224	46.138	32.755	119.446
Títulos de dívida – subordinados	0	0	645	262	601	236	500	169	2.633	5.047
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	104	300	750	148	124	5.291	4.351	7.930	18.999
Outras dívidas a longo prazo - subordinadas	0	0	0	59	35	145	205	598	304	1.345
Títulos fiduciários preferenciais	0	832	3.053	655	89	277	726	4.757	184	10.573
Outros passivos financeiros	155.055	884	3.126	217	78	174	352	20	23	159.929
Total de passivos financeiros	1.141.627	61.336	135.822	56.857	20.177	20.712	33.608	69.200	67.754	1.607.093
Outros passivos	28.288	0	0	0	0	0	0	0	0	28.288
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	73.223	73.223
Total do passivo e do capital próprio	1.169.915	61.336	135.822	56.857	20.177	20.712	33.608	69.200	140.976	1.708.604
Compromissos assumidos fora do balanço	6.924	10.505	10.433	16.063	10.182	15.092	28.165	93.727	25.441	216.533
Bancos	203	815	1.995	2.316	696	1.009	1.873	1.700	761	11.368
Retalho	682	324	284	548	526	1.009	2.183	1.010	6.817	13.383
Grandes empresas e outros clientes	6.039	9.366	8.154	13.199	8.960	13.075	24.108	91.017	17.864	191.782

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total (31.12.2013)
Depósitos	290.284	66.181	117.026	16.936	7.290	6.258	4.849	8.203	10.721	527.750
A pagar a bancos	61.302	15.357	9.993	6.987	1.503	1.154	2.801	5.982	9.099	114.176
A pagar a clientes	228.982	50.824	107.034	9.949	5.788	5.104	2.048	2.222	1.623	413.574
Retalho	89.689	5.874	90.186	3.695	2.825	2.478	1.144	1.065	194	197.149
Grandes empresas e outros clientes	139.294	44.950	16.848	6.254	2.963	2.626	904	1.157	1.429	216.425
Passivos detidos para negociação	539.232	0	0	0	0	0	0	0	0	539.232
Títulos para negociação	54.951	0	0	0	0	0	0	0	0	54.951
Outros passivos detidos para negociação	853	0	0	0	0	0	0	0	0	853
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	483.428	0	0	0	0	0	0	0	0	483.428
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garantias financeiras)	25.428	12.660	39.535	1.639	654	770	1.835	4.673	2.717	89.911
Títulos vendidos com acordos de recompra	22.870	11.887	38.221	639	26	0	0	0	0	73.642
Dívida a longo prazo	531	16	774	479	425	637	1.387	2.649	2.443	9.342
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.028	757	540	521	202	133	449	2.023	274	6.927
Passivos por contratos de investimento	0	25	50	50	50	692	72	1.255	5.871	8.067
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	1	19	17	13	5	57	181	323	616
Recursos de bancos centrais adquiridos	2.056	0	0	0	0	400	0	0	0	2.455
Títulos vendidos com acordos de recompra	6.477	3.227	703	519	0	0	0	0	0	10.926
A pagar a bancos	6.405	2.077	469	447	0	0	0	0	0	9.399
A pagar a clientes	72	1.150	234	71	0	0	0	0	0	1.528
Títulos cedidos por empréstimo	2.079	27	0	0	0	0	0	0	198	2.304
A pagar a bancos	215	15	0	0	0	0	0	0	0	230
A pagar a clientes	1.865	12	0	0	0	0	0	0	198	2.075
Outros empréstimos a curto prazo	36.693	6.950	9.252	5.076	408	1.388	0	0	0	59.767
Dívida a longo prazo	0	8.903	6.692	5.685	4.690	5.395	17.636	42.665	41.417	133.082
Títulos de dívida – sénior	0	2.704	4.026	4.251	3.804	5.009	15.751	37.412	30.500	103.457
Títulos de dívida – subordinados	0	62	2.318	871	152	241	763	620	2.550	7.578
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	6.133	337	336	705	126	920	3.919	8.033	20.508
Outras dívidas a longo prazo - subordinadas	0	5	10	227	28	19	201	714	334	1.539
Títulos fiduciários preferenciais	0	1.101	3.219	483	107	280	1.544	5.018	174	11.926
Outros passivos financeiros	131.965	525	3.374	91	350	226	468	254	107	137.362
Total de passivos financeiros	1.034.216	99.602	179.871	30.496	13.562	15.413	26.461	62.249	61.528	1.523.400
Outros passivos	32.841	0	0	0	0	0	0	0	0	32.841
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	54.966	54.966
Total do passivo e do capital próprio	1.067.057	99.602	179.871	30.496	13.562	15.413	26.461	62.249	116.494	1.611.207
Compromissos assumidos fora do balanço[1]	5.249	11.088	11.871	15.458	9.783	14.175	27.257	82.326	25.624	202.832
Bancos	9	1.327	1.580	2.280	1.074	1.025	1.980	1.405	323	11.005
Retalho	567	372	218	481	743	629	2.321	759	7.393	13.484
Grandes empresas e outros clientes	4.673	9.390	10.073	12.696	7.966	12.520	22.956	80.162	17.909	178.344

[1] Em 2014, os comparativos foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir compromissos de *fronting* não incluídos, por erro, numa divulgação anterior.

Gestão de capital

A Tesouraria gere o nosso capital tanto ao nível do Grupo como localmente, em cada região. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de Risco e de Capital e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo a emissão e a recompra de ações. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo ideal das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Os Comités de Ativos e Passivos Locais satisfazem essas necessidades, sob coordenação das equipas regionais da tesouraria. Além disso, garantem o cumprimento de requisitos tais como restrições relativamente a dividendos suscetíveis de transferências para o Deutsche Bank AG ou relativamente à capacidade das nossas subsidiárias concederem empréstimos ou adiantamentos ao banco que é a empresa-mãe. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta esses requisitos legais e regulamentares.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

A Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que respeita a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contra cíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

Durante o período de relato aplicámos o quadro interno de afetação de capital, iniciado originalmente em 2013.Uma nova metodologia entrará em vigor em janeiro de 2015.

De acordo com a metodologia iniciada em 2013, afetámos o capital próprio ativo médio aos segmentos de negócio refletindo os requisitos regulamentares do CRR/CDR IV, assim como os objetivos de capital e de rendimento dos investimentos em ações comunicados. Na altura, a procura de capital regulamentar excedia a procura numa perspetiva económica. De acordo com esta metodologia, a procura interna de capital regulamentar deriva do rácio de capital Common Equity Tier 1 de 10,0 % ao nível do Grupo, em conformidade com o quadro CRR/CDR IV "fully loaded".Consequentemente, a nossa estrutura de afetação de património líquido contabilístico (book equity), de acordo com esta metodologia, resultou dos ativos ponderados pelo risco e de algumas rubricas de dedução de capital regulamentar, em conformidade com o quadro CRR/CDR IV (fully-loaded).Se o nosso capital próprio ativo médio excedesse o ponto mais elevado da exposição global ao risco económico ou da procura de capital regulamentar, este excedente era atribuído a Consolidation & Adjustments.

A nova metodologia, que será introduzida em 2015, inclui os requisitos de alavancagem de crescente importância para o banco. Os requisitos regulamentares passarão a ser regidos pelos requisitos do rácio mais elevado de CET1 (solvabilidade) e do rácio de alavancagem (alavancagem).Quanto à ordem da afetação interna de capital, a afetação baseada em solvabilidade vem em primeiro lugar, seguida da afetação incremental baseada em alavancagem. A abordagem da nova metodologia consiste em duas fases: Em primeiro lugar é feita a afetação de Capital Próprio Ativo Médio com base em solvabilidade até ser alcançado o objetivo comunicado externamente de um rácio de solvabilidade de 10% de CET1 (CRR/CDR IV calculado numa base "fully

loaded"), e em seguida é feita a afetação incremental baseada em alavancagem, com base na exposição de alavancagem *pro rata* das divisões, para se alcançar o objetivo comunicado externamente de um rácio de alavancagem de 3,5 % (CRR/CDR IV calculado numa base "fully loaded").A afetação pode ser alterada caso os objetivos comunicados externamente para os rácios de solvabilidade e de alavancagem CET1 sejam ajustados. A nova metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Isto permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

A Assembleia-Geral Anual de 2013 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 101,9 milhões de ações, até ao final de abril de 2018.Deste total, 51,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral Anual de 2012.Entre a Assembleia-Geral Anual de 2013 e a Assembleia Geral Anual de 2014 (22 de maio de 2014), foram compradas 31,3 milhões de ações, das quais 9,4 milhões através de derivados. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação no mesmo período.

A Assembleia-Geral Anual de 2014 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 101,9 milhões de ações, até ao final de abril de 2019.Deste total, 51,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral Anual de 2013.Obtivemos a aprovação da BaFin para executar estas autorizações, tal como exigido pelas novas normas do CRR/CRD IV. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2014 e 31 de dezembro de 2014, adquirimos 17,2 milhões de ações. As ações adquiridas foram utilizadas para efeitos de compensação e para o Global Share Purchase Plan (GSPP) dos colaboradores do Deutsche Bank no mesmo período. por conseguinte, o número de ações detidas na Tesouraria resultantes de recompras era de 0,1 milhões a 31 de dezembro de 2014.

Para tirar proveito da baixa cotação das ações do Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2014, a Tesouraria anulou 8,9 milhões de opções de compra com liquidação física, adquiridas entre maio de 2012 e fevereiro de 2014, e iniciou 8,9 milhões de novas opções de compra com liquidação física, com preços de exercício significativamente mais baixos. Estas opções de compra foram adquiridas mediante autorização da Assembleia-Geral Anual de 2014.Dos 8,9 milhões de opções de compra, 2,3 milhões têm uma maturidade residual de mais de 18 meses.

A Assembleia-Geral Anual de 2013 substituiu ainda um capital autorizado existente com um valor facial de 230,4 milhões de euros (90 milhões de ações) por uma nova autorização no mesmo montante, mas com um âmbito mais alargado, permitindo também a emissão de ações excluindo direitos de preferência. O valor facial total do capital autorizado disponível foi de 922 milhões de euros (360 milhões de ações).Além disso, o capital condicional disponível para o Conselho de Administração tinha um valor facial total de 691 milhões de euros (270 milhões de ações).

A 25 de junho de 2014, o Deutsche Bank AG implementou um aumento de capital em relação ao capital autorizado mediante entregas em numerário, com proveitos brutos de 8,5 mil milhões de euros. O número de ações do Deutsche Bank AG aumentou 359,8 milhões, de 1.019,5 milhões para 1.379,3 milhões, incluindo a emissão de 59,9 milhões de novas ações sem direitos de subscrição para um investidor âncora, e a nossa oferta pública garantida de 299,8 milhões de novas ações por via de direitos de subscrição.

Antes do lançamento da nossa oferta de ações com direito de subscrição, emitimos 59,9 milhões de novas ações ao preço de 29,20 euros à Paramount Services Holdings Ltd., um instrumento de investimento detido e controlado em última instância pelo beneficiário efetivo, Sua Excelência, o Sheikh Hamad Bin Jassim Bin Jabor Al-Thani do Qatar, que tenciona manter-se um investidor âncora no Deutsche Bank. A transação, que estruturámos como um aumento de capital excluindo direitos de subscrição, não esteve sujeita aos requisitos de registo da Lei dos Valores Mobiliários dos EUA de 1933 (*U. S. Securities Act of 1933*), e não foi oferecida ou vendida nos Estados Unidos. As receitas brutas desta oferta foram de 1,7 mil milhões de euros.

Na nossa oferta pública garantida com direitos de subscrição foram emitidas 299,8 milhões de novas ações registadas sem valor nominal (ações ordinárias).O preço de subscrição foi de 22,50 euros por ação. Foram exercidos 99,1 % dos direitos de subscrição. As restantes novas ações que não foram subscritas foram vendidas no mercado. As receitas brutas da oferta totalizaram 6,8 mil milhões de euros.

Com o aumento de capital, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração diminuiu dos 922 milhões de euros (360 milhões de ações) para um valor facial total de 0,6 milhões de euros (0,2 milhões de ações).Além do capital autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2014 com um valor facial de 256 milhões de euros (100 milhões de ações).

Conforme referido, antes da Assembleia-Geral Anual de 2014, o capital condicional disponível para o Conselho de Administração era de 691 milhões de euros (270 milhões de ações).Na sequência da autorização de novo capital condicional de 256 milhões de euros (100 milhões de ações) através de uma substituição parcial de antigas autorizações, o capital condicional ascende agora aos € 486 milhões de euros (190 milhões de ações).Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 2014 autorizou a emissão de títulos de participação "sem garantia de detenção" para gerar capital *Tier 1* adicional (AT1).

O Deutsche Bank AG realizou duas transações para emitir notas AT1 num volume total de 4,7 mil milhões de euros, uma em maio e outra em novembro de 2014.Estas transações cumprem substancialmente o objetivo global de volume, de aproximadamente 5 mil milhões de euros de capital *Tier 1* adicional, em conformidade com o CRR/CRD IV, cuja emissão estava planeada para o final de 2015.

A 20 de maio de 2014, o Deutsche Bank AG emitiu Notas AT1 não datadas em valor equivalente a 3,5 mil milhões de euros. A oferta consistiu em três tranches: uma tranche de 1,75 mil milhões de euros com uma taxa de cupão de 6 %, uma tranche de 1,25 mil milhões de dólares dos EUA com uma taxa de cupão de 6,25 % e uma tranche de 650 milhões de libras esterlinas com uma taxa de cupão de 7,125 %.O preço de emissão de todas as tranches foi avaliado ao valor par (100 %) ou superior. As denominações da notas individuais são de 100.000 €, 200.000 $ e 100.000 GBP, respetivamente.

As Notas AT1 assumem a forma de títulos de participação com uma depreciação temporária acionada por um rácio de capital Common Equity *Tier 1* de 5,125 %, de integração progressiva. As Notas AT1 foram emitidas com títulos de subscrição associados, excluindo os direitos de preferência dos acionistas. Esta decisão baseia-se na autorização concedida pela Assembleia-Geral Anual de 2012.Cada Nota AT1 tem um título de subscrição, concedendo ao proprietário o direito de adquirir uma ação ordinária no Deutsche Bank AG. Os títulos com direito a subscrição das três tranches, num total de 30.250 ações, originalmente associados às notas, foram dissociados por um subscritor inicial. Os títulos com direito de subscrição expiraram no quarto trimestre de 2014 e não tendo sido exercidos os seus direitos.

A 18 de novembro de 2014, o Deutsche Bank colocou notas *Tier 1* adicionais não datadas num montante de capital de 1,5 mil milhões de dólares (equivalente a 1,2 mil milhões de euros).As denominações das notas são de 200.000 $.As notas estão registadas na Securities and Exchange Commission dos EUA. Tal como as Notas AT1 emitidas em maio de 2014, os títulos estão sujeitos a provisões de depreciação se o rácio de capital Common Equity *Tier 1* do Deutsche Bank (nos termos das regras de introdução progressiva) se tornar inferior a 5,125 % e estão sujeitos a outras ferramentas de absorção de perdas, de acordo com as regras aplicáveis ao capital. As Notas AT1 foram emitidas com uma nova autorização da Assembleia-Geral Anual de 2014 e não continham títulos de participação associados.

Os nossos Instrumentos híbridos de capital *Tier 1* já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) já não são totalmente reconhecidos pelas regras *fully loaded* do CRR/CRD IV, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são em larga medida reconhecidos como Capital *Tier 1* adicional nas provisões de transição do CRR/CRD IV, podendo ainda ser parcialmente reconhecidos como capital *Tier 2* pelas regras *fully loaded* do CRR/CRD IV. Durante o período transitório de descontinuação gradual o montante máximo reconhecível para os instrumentos *Tier 1* adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022.A 31 de dezembro de 2014, isto resultou em 14,6 mil milhões de euros de instrumentos de capital *Tier 1* adicional elegíveis (isto é, 4.6 mil milhões de euros de novas Notas AT1 emitidas, mais 10 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital *Tier 1* já existentes reconhecidos durante o período d transação).Quatro Instrumentos híbridos de capital *Tier 1* com o valor nocional de 2,7 mil milhões de euros e um valor equivalente elegível de 2.5 mil milhões de euros foram adquiridos em 2014.8,6 mil milhões de euros dos Instrumentos híbridos *Tier 1* ainda podem ser reconhecidos como capital *Tier 2* pelas regras *fully loaded* do CRR/CRD IV.

Os instrumentos de tipo *Tier 2* (dívida subordinada, direitos de participação nos lucros, títulos preferenciais cumulativos) e a categorização em capital *Upper* e *Lower Tier 2*, de acordo com Basileia 2.5, já não se aplicam nos termos do quadro CRR/CRD IV.

A 31 de dezembro de 2014, o total do nosso capital *Tier 2*, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV, era de 4,9 mil milhões de euros. Desse valor, 0,4 mil milhões de euros correspondem a instrumentos híbridos *Tier 1* antigos, que são contabilizados como capital *Tier 2*, representando o excedente do montante dos instrumentos híbridos *Tier 1* em circulação, acima do respetivo limite durante o período de transição (o chamado efeito de repercussão [*spill-over*]).O valor teórico bruto dos instrumentos de capital *Tier 2* foi de 6,6 mil milhões de euros. A diferença registada para o capital *Tier 2* reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV deve-se sobretudo a deduções de capital para a maturidade de margens de avaliação, que permitem uma redução proporcional direta do montante elegível de um instrumento nos últimos 5 anos, antes do seu prazo de maturidade. Foram adquiridos quinze instrumentos de capital *Tier 2* com um valor teórico total de 3,3 mil milhões de euros em 2014.

Fundos próprios regulamentares

Adequação de capital

Desde 1 de janeiro de 2014, o cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”).Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. As nossas companhias de seguros estão incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também designado "margem de solvência") ao abrigo do decreto alemão relativo à solvência de conglomerados financeiros. A nossa margem de solvência enquanto conglomerado financeiro mantém-se dominada pelas nossas atividades bancárias.

Atendendo à regulamentação atrás referida, a informação seguinte baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2014, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2).O capital *Tier 1* subdivide-se em capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital Common Equity Tier 1 (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias, incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções).

Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, consistem em (i) ativos titularizados, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios, (iii) resultados não realizados medidos ao justo valor e (iv) ajustamentos de valor adicionais.

Os ajustamentos regulamentares aplicáveis ao capital CET 1 implicam a exclusão de (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) défice de provisões para perda esperada e (iv) ativos de fundo de pensões de prestação definida.

Para certas rubricas de dedução existem isenções de dedução ou alternativas à dedução. Os investimentos não significativos em capital (CET 1, AT1, T2) por parte de entidades do setor financeiro (sobretudo se o investimento for inferior a 10% do respetivo capital CET 1) têm de ser deduzidos do componente de capital correspondente (CET 1, AT1, T2), até que a soma destes investimentos exceda os 10% do capital CET 1 próprio da instituição. As quantias abaixo do limiar dos 10% são ponderadas pelo risco. Investimentos signifi-

cativos em capital CET 1 por parte de entidades do setor financeiro (superiores ou equivalentes a 10% do respetivo capital CET 1) e ativos por impostos diferidos que dependam de rentabilidade futura e decorram de diferenças temporárias podem ser isentos de deduções quando o agregado dos respetivos itens for igual ou inferior a 15% do capital CET 1 relevante. As quantias elegíveis para consideração no limiar de 15% da isenção são as quantias até 10% do capital CET 1 relevante para cada um dos investimentos significativos, acima referidos, no capital das entidades do setor financeiro e em ativos por impostos diferidos que dependam de rentabilidade futura e decorram de diferenças temporárias. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco de 250%.Os investimentos em capital de seguradoras que se qualifiquem como entidades do setor financeiro podem estar isentos de dedução no cálculo da margem de solvabilidade do conglomerado financeiro, de acordo com a Diretiva dos conglomerados financeiros (Financial Conglomerate Directive).A quantia não deduzida está sujeita a ponderação pelo risco, de acordo com as regras aplicáveis à carteira de negociação e à carteira bancária. Além disso, as instituições podem optar pela alternativa de dedução para o montante da exposição de certos itens (por exemplo, posições de titularização na carteira bancária) que, de outra forma, se qualificariam para a aplicação de uma ponderação de risco de 1.250%.

Os novos ajustamentos regulamentares aplicam-se a todos os componentes de capital:(i) participações diretas, indiretas e sintéticas em instrumentos de capital próprios, (ii) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro, e (iii) investimentos em capital de entidades do setor financeiro. Todas as deduções nos investimentos em capital de entidades do setor financeiro são aplicadas ao componente de capital para o qual se qualificariam, caso tivessem sido emitidas pelo próprio banco.

Durante o período de transição, aplicam-se ajustamentos regulamentares específicos adicionais. A quantia de dedução de capital CET 1 pode ser dividida na quantia deduzida, de acordo com as novas regras (ou seja, a percentagem aplicável em 2014 é de 20%), e quantia residual sujeita a regras de transição específicas, substituindo o tratamento nacional anterior. Para a dedução da quantia residual de capital CET 1 vigoram tratamentos diferentes. A quantia residual de ativos intangíveis e de participações diretas de instrumentos CET 1 próprios é deduzida do capital *Tier 1*.A quantia residual do défice de provisões para perda esperada, assim como de participações diretas de investimentos significativos e não significativos em entidades do setor financeiro, é deduzida de metade de cada capital *Tier 1* e *Tier 2*.

O capital *Tier 1* adicional é constituído por instrumentos de capital *Tier 1* adicional e contas de prémios de emissão relacionadas, assim como por participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão em AT1 consolidado, sujeito a ajustamentos regulamentares. Para se qualificarem como AT1, nos termos do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas. O patamar em que estas conversões ou depreciações são desencadeadas está estabelecido para o rácio de CET 1 de, pelo menos, 5,125%.Têm de ser cumpridos mais requisitos, entre outros, estes instrumentos têm de ser perpétuos (ou seja, não datados ou com incentivos para resgate) e a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos.

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias T2 que preencham os requisitos de inclusão em T2 consolidado. Para se qualificarem como instrumentos de capital T2 ou empréstimos subordinados, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 80% em 2014, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

Medidas de solvência de Basileia 2.5

Os nossos números comparativos para o final do exercício de 2013 baseiam-se nas regras de Basileia 2.5.As maiores diferenças no cálculo do capital regulamentar estão relacionadas com uma definição mais restrita de todos os componentes de capital e com ajustamentos regulamentares mais rigorosos, introduzidos pelo quadro CRR/CRD IV, aplicados ao método de cálculo dos respetivos componentes de capital.

O capital Common Equity Tier 1 ao abrigo de Basileia 2.5 consiste principalmente em capital de ações ordinárias, incluindo contas de prémios de emissão relacionadas e lucros não distribuídos. Ao abrigo das regras transitórias do CRR/CRD IV, os instrumentos de capital não elegíveis serão descontinuados. Note-se, contudo, que tal não implica alterações materiais para ações ordinárias ao abrigo da Lei alemã.

Entre outros, os ajustamentos regulamentares nos termos de Basileia 2.5 incluíram itens que foram deduzidos de metade de cada capital *Tier 1* e *Tier 2*, como, por exemplo, deduções de entidades financeiras e seguradoras em que o banco detenha mais de 10% do capital, défice de provisões para perda esperada ou posições de titularização sujeitas a uma ponderação de risco de 1.250%.Estas rubricas são tratadas de forma diferente ao abrigo do CRR/CRD IV, tal como descrito na secção acima.

Outros ajustamentos regulamentares implicaram a reversão dos efeitos de capital sob a opção de justo valor em passivos financeiros, devido ao risco de crédito próprio. A reversão destes efeitos de capital também está implementada no quadro CRR/CRD IV, aplicando-se ainda a todos os ganhos e perdas ao justo valor resultantes do risco de crédito próprio da instituição, em relação a passivos derivados.

Ao abrigo de Basileia 2.5, o capital *Tier 1* adicional é constituído por componentes híbridos de capital, tais como títulos fiduciários preferenciais não cumulativos. Dependendo da qualidade, o montante de instrumentos híbridos de capital estava sujeito a certos limites. Estes limites não estão implementados no âmbito das regras do CRR/CRD IV. Os instrumentos de capital não elegíveis serão descontinuados, embora estejam sujeitos às regras de anterioridade.

O capital *Tier 2* incluiu sobretudo títulos fiduciários preferenciais cumulativos, certos direitos de participação nos lucros e dívida subordinada de longo prazo, bem como 45% dos lucros não realizados de certos títulos cotados. O montante de dívida subordinada de longo prazo pode ser incluído como capital *Tier 2* limitado a 50 % do capital *Tier 1*.O total do capital *Tier 2* é limitado a 100 % do capital *Tier 1*.De acordo com as regras do CRR/CRD IV, estes limites não são aplicados. Os instrumentos de capital não elegíveis serão descontinuados, embora sujeitos às regras de anterioridade. Nos termos do CRR/CRD IV, os resultados não realizados deixam de contribuir para o T2.

Instrumentos de capital

A descrição das principais características dos instrumentos de capital Common Equity *Tier 1* e capital adicional *Tier 1* e *Tier 2* emitidos pelo Deutsche Bank está publicada no sítio Web do Deutsche Bank (https://www.db. com/ir/en/content/capital_instruments_prospectuses. htm).Além disso, este sítio Web inclui todos os termos e condições de todos os instrumentos de capital Common Equity *Tier 1* e capital adicional *Tier 1* e *Tier 2*.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

A implementação do quadro CRR/CRD IV visa reforçar o capital regulamentar no sistema bancário, em particular, estabelecendo requisitos mínimos de capital mais elevados para o capital CET 1 e introduzindo novos requisitos para amortecedores de capital, que terão de ser cumpridos apenas para o capital CET 1.Os novos requisitos mínimos de capital começaram a ser introduzidos gradualmente em 2014, enquanto que os novos requisitos para amortecedores de capital começarão a ser introduzidos gradualmente em 2016.

Em 2013, ao abrigo da regulamentação de Basileia 2.5, o requisito mínimo de capital CET 1 foi estabelecido em 2% de RWA. De acordo com as novas regras do CRR/CRD IV, este requisito mínimo aumentou significativamente para 4% em 2014 e aumenta para 4,5% de 2015 em diante, o que corresponde ao final do período de implementação gradual do requisito mínimo para capital CET 1.O total dos requisitos de capital , 8%, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,5% de capital AT1 e até 2% de capital *Tier 2* de 2015 em diante. O Deutsche Bank situa-se bastante acima destes requisitos mínimos no final do exercício de 2014.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em ordens de suspensão, na redução de pagamentos de dividendos ou na distribuição de outros lucros sobre o capital regulamentar, além de intervenções discricionárias da BaFin e do BCE que, se realizadas, podem ter um efeito direto significativo na nossa atividade. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2014.As nossas subsidiárias, que têm de cumprir os padrões mínimos de capital próprio e que não foram incluídas na nossa consolidação regulamentar por não serem materialmente relevantes, reportaram, num dos casos, capital a descoberto insignificante no valor de 16 mil euros em 2014.

Além dos requisitos de capital mínimos, o CRR/CRD IV requer que as instituições realizem novos amortecedores de capital que possam ser levantados em momentos de tensão económica para absorver perdas; não obstante, estes não se qualificam como requisitos mínimos. Segue-se uma panorâmica dos diferentes amortecedores de capital.

O amortecedor de conservação de capital visa assegurar que as instituições criam reservas de capital fora dos períodos de tensão económica, podendo ser levantadas quando necessário. O requisito para o amortecedor de conservação equivale a 2,5% de RWA de capital CET 1.Na Alemanha, será introduzido progressivamente durante um período de transição de 2016 até 2019, em patamares de 0,625%.O princípio está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no artigo 129.º do CRD IV. Como tal, este amortecedor não se aplica no final do exercício de 2014.

O amortecedor de capital contracíclico, implementado na secção 10d da Lei bancária alemã, secções 33 a 35 do Regulamento de solvabilidade alemão com base nos artigos 135.º a 139.º do CRD IV, visa contrariar o crescimento excessivo do crédito numa dada economia. É implementado quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. O amortecedor pode variar entre 0% e 2,5% de capital CET 1 de RWA; num determinado caso, é ainda mais elevado, dependendo de cada requisito individual exigido pelas diferentes entidades reguladoras nacionais. Será introduzido gradualmente ao longo de um período de transição de 2016 a 2019.No exercício de 2014, não houve amortecedores de capital contracíclicos relevantes para o Deutsche Bank.

O amortecedor para instituições sistemicamente importantes (amortecedor G-SII), implementado na secção 10f da Lei bancária alemã, com base no artigo 131.º alíneas (2), (4), (9) a (18) do CRD IV, visa cobrir o problema "demasiado grandes para falir", ou seja, o risco mais elevado que estas grandes instituições financeiras representam para o sistema financeiro devido à sua dimensão, à sua importância para o mercado ou à sua interconectividade, em caso de falência. Para enfrentar esta questão, os bancos são categorizados em diferentes escalões, que estão ligados a diferentes requisitos de amortecimento, com base numa abordagem baseada em indicadores, conforme proposto pelo Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), e que inclui cinco principais indicadores: dimensão, interconectividade, substituibilidade (ou seja, falta de substitutos prontamente disponíveis ou infraestrutura financeira da instituição), complexidade e atividade (transjurisdicional) global. O amortecedor G-SII irá variar entre 1% e 2,5% de capital CET 1 de RWA, dependendo da importância sistémica de uma instituição, conforme atrás exposto. Além disso, existe um escalão vazio inicial de 3,5% como forma de desencorajar as instituições a tornarem-se ainda mais importantes sistemicamente. O Deutsche Bank qualifica-se como G-SII que se insere no segundo escalão mais elevado, com base nos indicadores publicados em 2014 no nosso sítio Web, sendo a base para o requisito de 2% de capital CET 1 de RWA. O requisito de amortecedor adicional de 2% será introduzido gradualmente a partir de 2016.Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

Outro requisito futuro para enfrentar o problema "demasiado grandes para falir" é a capacidade de absorção de perda total (Total Loss Absorbing Capacity – TLAC) que se encontra atualmente em processo de consulta. O objetivo deste requisito é garantir a disponibilidade da capacidade adequada de absorção de perda para instituições sistemicamente importantes em resolução. A sua introdução está agendada para 2019.O Deutsche Bank acompanha continuamente o desenvolvimento deste requisito para se preparar adequadamente para a sua execução.

Além dos amortecedores introduzidos pelo quadro de Basileia, as autoridades nacionais podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5% de capital CET 1 de RWA. De referir que, normalmente, apenas deve ser aplicado o mais elevado dos amortecedores de risco sistémico (além do amortecedor G-SII).Este amortecedor de capital não era aplicável aquando do fim do exercício de 2014 do Deutsche Bank.

O gráfico seguinte apresenta os requisitos de capital do CRR/CRD IV aplicáveis ao fim do exercício de 2014 do Deutsche Bank e os requisitos de capital que serão aplicáveis de 2015 em diante. O gráfico apresenta os requisitos mais elevados que podem ocorrer, com base no CRD IV e na respetiva implementação na legislação alemã, antes de quaisquer outros requisitos, como resultado do Processo de análise e avaliação da supervisão (Supervisory Review and Evaluation Process, "SREP").De acordo com o SREP, o BCE pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais. Em 20 de fevereiro de

2015, o BCE informou-nos de que temos de manter sempre um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10% (numa base de introdução progressiva).

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

Tratamento de lucros de final de exercício para o relatório de solvabilidade

Em 11 de fevereiro de 2015, apresentámos o relatório de solvência do Grupo Deutsche Bank, de 31 de dezembro de 2014, às autoridades reguladoras, de acordo com a Decisão (UE) (2015/4) do BCE de 4 de fevereiro de 2015 definindo as condições em que as instituições de crédito têm permissão para incluir lucros intercalares ou de final do exercício em capital CET 1, conforme o artigo 26.º (2) do CRR. De acordo com esta Decisão, naquele momento, excluímos os lucros de todo o ano dos nossos cálculos de capital CET 1, o que resultou nos seguintes valores de capital, RWA e rácios de capital.

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital, em conformidade com o quadro CRR/CRD IV, excluindo lucros de fim do exercício, e com o quadro de Basileia 2.5 (auditado)

		31.12.2014	31.12.2013
em milhões de euros	CRR/CRD IV "fully-loaded"	CRR/CRD IV	Basileia 2.5
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares	65.270	65.694	53.558
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(19.759)	(6.086)	(15.024)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**45.511**	**59.608**	38.534
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	4.676	14.696	12.701
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(57)	(10.907)	(519)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**4.619**	**3.789**	12.182
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**50.129**	**63.397**	50.717
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	12.412	4.913	7.787
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	(36)	(523)	(3.040)
Capital Tier 2 (T2)	**12.376**	**4.390**	4.747
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**62.506**	**67.787**	55.464
Total dos ativos ponderados pelo risco	**393.757**	**396.468**	300.369
Rácios de capital			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	11,6	15,0	12,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	12,7	16,0	16,9
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,9	17,1	18,5

A Decisão (UE) (2015/4) do BCE permite a inclusão dos lucros de final de exercício para capital CET 1 após a dedução dos dividendos formalmente propostos ou decididos pelos órgãos de gestão.

O cálculo dos valores e rácios do capital regulamentar apresentados neste relatório incluem os lucros de final de exercício após a dedução do pagamento de dividendos de 0,75 euros por ação, tal como proposto pelo Conselho de Administração ao Conselho de Fiscalização e à Assembleia-geral Anual.

Principais desenvolvimentos

— O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1, anteriormente designado por: Core Tier 1), calculado com base no CRR/CRD IV (taxa de integração progressiva de 20%) foi de 15,2% em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 12,8% no final do exercício de 2013 com base em Basileia 2.5.O nosso rácio de capital CET 1 pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV (taxa de integração progressiva de 0%) foi de 14,6% no final do exercício de 2013.

— O Capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV aumentou 21,6 mil milhões de euros, para os 60,1 mil milhões de euros, em 31 de dezembro de 2014, em comparação com o capital CET 1 de 38,5 mil milhões de euros no final do exercício de 2013, de acordo com Basileia 2.5.A mudança de quadro conduziu a um efeito positivo de 10,4 mil milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez da taxa de integração progressiva de 20% aplicável para 2014, sobretudo devido ao tratamento de ativos intangíveis de 9,2 mil milhões de euros. Durante o período de transição, o CRR/CRD IV permite subtrair determinadas deduções de CET 1 do capital Tier 1 adicional, em vez do capital CET 1, para facilitar aos bancos a transição para as regras "fully-loaded".Os restantes 11,1 mil milhões de euros de aumento deveram-se sobretudo ao nosso aumento de capital em relação ao capital autorizado mediante entregas em numerário com proveitos brutos de 8,5 mil milhões de euros.

— O capital Tier 1 adicional (AT1), de acordo com o CRR/CRD IV, diminuiu 8,4 mil milhões de euros, para 3,8 mil milhões de euros, a 31 de dezembro de 2014, em comparação com 12,2 mil milhões de euros de capital AT1 no final do exercício, de acordo com Basileia 2.5.Registámos um efeito negativo de 12,0 mil milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez das regras CRR/CRD IV, refletindo em grande medida deduções de ativos intangíveis no valor de 9,2 mil milhões de euros, bem como o desreconhecimento de instrumentos de AT1 no valor de 2,2 mil milhões de euros que já não são considerados capital AT1.Este efeito de aplicação pela primeira vez foi parcialmente compensado pela emissão de notas AT1 em conformidade com o CRR/CRD IV no valor de 4,6 mil milhões de euros.

— O capital Tier 2, de acordo com o CRR/CRD IV, registou um decréscimo de 0,4 mil milhões de euros, para 4,4 mil milhões de euros, a 31 de dezembro de 2014, em comparação com 4,7 mil milhões de euros de capital Tier 2 no final do exercício, de acordo com Basileia 2.5, sobretudo devido a resgates e ajustamentos de amortização que foram parcialmente compensados por abatimentos de dedução de titularizações e investimentos significativos em entidades financeiras e seguradoras.

— Os RWA de acordo com o CRR/CRD IV aumentaram 96 mil milhões de euros para 397 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 300 mil milhões de euros no final do exercício de 2013, com base no Basileia 2.5.Os nossos RWA pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV eram de 355 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.O aumento de RWA reflete sobretudo o impacto do quadro CRR/CRD IV, incluindo RWA para um ajustamento da avaliação de crédito (CVA), RWA de risco operacional e RWA de risco de crédito mais elevados, incluindo o impacto de variações cambiais. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução do risco e pela venda de ativos.

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro CRR/CRD IV e o quadro de Basileia 2.5 (auditado)

	31.12.2014		31.12.2013
em milhões de euros	CRR/CRD IV "fully-loaded"	CRR/CRD IV	Basileia 2.5
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares	65.750	66.175	53.558
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(19.674)	(6.072)	(15.024)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**46.076**	**60.103**	38.534
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	4.676	14.696	12.701
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(57)	(10.902)	(519)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**4.619**	**3.794**	12.182
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**50.695**	**63.898**	50.717
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	12.412	4.891	7.787
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	(36)	(496)	(3.040)
Capital Tier 2 (T2)	**12.376**	**4.395**	4.747
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**63.072**	**68.293**	55.464
Total dos ativos ponderados pelo risco	**393.969**	**396.648**	300.369
Rácios de capital			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	11,7	15,2	12,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	12,9	16,1	16,9
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,0	17,2	18,5

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro CRR/CRD IV pró-forma (não auditados)

		31.12.2013
em milhões de euros	CRR/CRD IV pró-forma "fully-loaded"	CRR/CRD IV pró-forma
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares	53.846	53.557
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(19.850)	(1.824)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	33.995	51.733
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	0	11.741
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	0	(12.785)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	0	0
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	33.995	51.733
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	14.291	6.085
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	(107)	(906)
Capital Tier 2 (T2)	14.184	5.179
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	48.179	56.912
Total dos ativos ponderados pelo risco	350.143	355.127
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	9,7	14,6
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	9,7	14,6
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,8	16,0

Reconciliação do balanço consolidado em conformidade com as IFRS para o balanço regulamentar (não auditado)

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013			
em milhões de euros	Balanço financeiro	Desconsolidação/ Consolidação de entidades	Balanço financeiro regulamentar	Balanço financeiro	Desconsolidação/ Consolidação de entidades	Balanço financeiro regulamentar	Referências1
Ativos:							
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	(246)	19.809	17.155	(318)	16.836	
Depósitos remunerados em bancos	63.518	(1.358)	62.160	77.984	(838)	77.146	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17.796	0	17.796	27.363	0	27.363	
Títulos obtidos por empréstimo	25.834	(11)	25 823	20.870	(15)	20.855	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	195.681	(7.846)	187.835	210.070	(9.921)	200.149	
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629.958	421	630.379	504.590	779	505.369	
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	117.285	(12.490)	104.795	184.597	(11.985)	172.611	
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	942.924	(19.915)	923.009	899.257	(21.128)	878.129	
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.297	434	64.731	48.326	(2.738)	45.588	
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	4.143	(218)	3.925	3.581	(195)	3 386	h
dos quais: *Goodwill*	430	0	430	25	0	25	e
Empréstimos	405.612	(3.348)	402.264	376.582	(7.413)	369.168	
Ativos fixos tangíveis	2.909	(193)	2 716	4.420	(166)	4.254	
Goodwill e outros ativos intangíveis	14.951	(1.817)	13.134	13.932	(1.943)	11.990	e
Outros ativos	137.980	(1.027)	136.953	112.539	4.200	116.739	
dos quais: Ativos de fundo de pensões de prestação definida	961	0	961	639	0	639	g
Ativos por impostos correntes	1.819	(115)	1.704	2.322	(6)	2.317	
Ativos por impostos diferidos	6.865	(16)	6.849	7.071	(83)	6 987	f
Total do ativo	**1.708.703**	**(27.832)**	**1 680 872**	1.611.400	(30.643)	1 580 758	
Passivo e capital próprio:							
Depósitos	532.931	4.823	537.754	527.750	5.167	532.917	
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	10.887	0	10.887	13.381	0	13.381	
Títulos cedidos por empréstimo	2.339	(10)	2 329	2.304	(12)	2 292	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	41.843	(200)	41.643	55.804	(219)	55.585	
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	610.202	603	610.805	483.428	1.512	484.941	
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	37.131	(2.315)	34.816	90.104	(2.307)	87.797	
Passivos por contratos de investimento	8.523	(8.523)	0	8.067	(8.067)	0	
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	697.699	(10.435)	687.264	637.404	(9.081)	628.323	
Outros empréstimos a curto prazo	42.931	(8.780)	34.151	59.767	(11.784)	47.983	
Outros passivos	183.823	(12.628)	171.195	163.595	13.639	149.956	
Provisões	6.677	(81)	6.596	4.524	(88)	4.435	
Passivos por impostos correntes	1.608	(40)	1 568	1.600	(45)	1 556	
Passivos por impostos diferidos	1.175	(443)	732	1.101	(331)	769	
Dívida a longo prazo	144.837	772	145.609	133.082	(1.057)	132.025	
dos quais: Dívida subordinada a longo prazo[2]	6 392	0	6.392	9.117	13	9.131	j, k
Títulos fiduciários preferenciais[2]	10 573	516	11.089	11.926	455	12.380	j, k
Obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0	
Total do passivo	**1.635.481**	**(26.308)**	**1.609.173**	1.556.434	30.416	1.526.019	
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	3.531	0	3.531	2.610	0	2.610	a
Capital realizado adicional	33.626	(5)	33.621	26.204	(12)	26.192	a
Lucros não distribuídos	29.279	(1.107)	28.171	28.376	(516)	27.860	b
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	(8)	0	(8)	(13)	0	(13)	a
Outro rendimento integral acumulado, após impostos	1.923	(306)	1 617	(2.457)	418	(2.039)	c
Total do capital acionista	**68.351**	**(1.419)**	**66 932**	54.719	(110)	54.609	
Componentes de capital adicionais	4.619	0	4.619	0	0	0	i
Participações minoritárias	253	(105)	148	247	(117)	130	d
Total do capital próprio	**73.223**	**(1.523)**	**71.699**	54.966	(227)	54.739	
Total do passivo e do capital próprio	**1.708.703**	**(27.832)**	**1 680 872**	1.611.400	(30.643)	1 580 758	

[1] As referências fornecem o mapeamento de rubricas do balanço regulamentar utilizadas para o cálculo do capital regulamentar, tal como refletido na coluna "Referências" no "Modelo transitório para o capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro CRR/CRD IV (não auditados) e com o quadro de Basileia 2.5 (auditados)".Quando aplicável, são fornecidas informações mais detalhadas na secção de rodapé da respetiva referência.

[2] Os instrumentos de capital *Tier 1* e *Tier 2* adicionais elegíveis estão refletidos nestas posições do balanço, estando os seus valores de acordo com as IFRS.

Modelo transitório para o capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro CRR/CRD IV (não auditados) e com o quadro de Basileia 2.5 (auditados)

		31.12.2014	31.12.2013	
em milhões de euros	CRR/CRD IV "fully-loaded"	CRR/CRD IV	Basileia 2.5	Referências[1]
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	37.144	37.144	28.789	a
dos quais: Ações ordinárias[2]	37 144	37.144	28.789	a
Lucros não distribuídos	26.509	26.509	27.195	b
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	1.617	1.923	(2.457)	c
Fundos para risco bancário geral	0	0	0	
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 3 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do CET 1	N/S	0	N/S	
Injeções de capital no setor público que beneficiam da cláusula de anterioridade até 1 de janeiro de 2018	N/S	N/S	N/S	
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	0	118	130	d
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis[3]	481	481	(98)	b
Capital Common Equity *Tier 1* (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**65.750**	**66.175**	53.558	
Capital Common Equity *Tier 1* (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)[4]	0	0	0	
Ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(12.979)	(2.596)	(11.466)	e
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(2.620)	(524)	N/S	f
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa	(181)	(181)	N/S	
Défice de provisões para perda esperada (montante negativo)	(712)	(147)	(430)	
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados (montante negativo)	0	0	0	
Gains or losses on liabilities designated at fair value resulting from changes in own credit standing[5]	(544)	(210)	(1)	
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(961)	(192)	N/S	g
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)[6]	(54)	(11)	(3)	
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que essas entidades tenham participações cruzadas recíprocas com a instituição designada para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (montante negativo)	0	0	0	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[7]	0	0	0	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[8]	0	0	(1.589)	
Montante da exposição das seguintes rubricas, elegíveis para um coeficiente de risco de 1.250%, em que a instituição opta pela alternativa de dedução	0	0	(945)	
dos quais:				
Participações qualificadas exteriores ao setor financeiro (montante negativo)	0	0	0	
Posições de titularização (montante negativo)	0	0	(945)	
Operações incompletas (montante negativo)	0	0	N/S	
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limite de 10%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(78)	(16)	N/S	f
Montante que excede o limiar de 15% (montante negativo)	(1.199)	(202)	N/S	
dos quais:				
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(499)	(84)	N/S	h
Ativos por impostos diferidos advenientes de diferenças temporárias	(700)	(118)	N/S	f
Perdas do exercício atual (montante negativo)	0	0	0	
Ajustamentos regulamentares aplicados ao capital CET 1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento CRR:	N/S	0	N/S	
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR[9]	N/S	(1.648)	(215)	
Montante a deduzir de ou a ser adicionado ao capital CET 1 relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR[10]	(345)	(345)	(374)	
Deduções AT1 qualificáveis que excedem o capital AT1 da instituição (montante negativo)	0	0	0	
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**(19.674)**	**(6.072)**	(15.024)	
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**46.076**	**60.103**	38.534	

em milhões de euros	31.12.2014 CRR/CRD IV "fully-loaded"	31.12.2014 CRR/CRD IV	31.12.2013 Basileia 2.5	Referências[1]
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4.676	4.676	12.701	i
dos quais:				
Classificados como ação ao abrigo das normas de contabilidade aplicáveis	4.676	4.676	0	i
Classificados como passivo ao abrigo das normas de contabilidade aplicáveis	0	0	12.701	
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	10.021	N/S	j
Injeções de capital no setor público que beneficiam da cláusula de anterioridade até 1 de janeiro de 2018	N/S	N/S	N/S	
Capital qualificado como *Tier 1* incluído no capital AT1 consolidado emitido por subsidiárias e detido por terceiros	0	0	0	
Sendo: instrumentos emitidos por subsidiárias, sujeitos a descontinuação progressiva	N/S	0	N/S	
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**4.676**	**14.696**	12.701	
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)[11]	(57)	(57)	(519)	i
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de AT1 de entidades do setor financeiro em que essas entidades tenham participações cruzadas recíprocas com a instituição designada para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (montante negativo)	0	0	0	
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de AT1 de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[7]	0	0	0	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de AT1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[8]	0	0	0	
Ajustamentos regulamentares aplicados ao capital AT1 relativamente a montantes sujeitos ao tratamento pré-CRR e tratamentos transitórios sujeitos a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais)	N/S	0	N/S	
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	(10.845)	N/S	
dos quais:				
Ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	N/S	(10.383)	N/S	e
Défice de provisões para perda esperada	N/S	(294)	N/S	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	N/S	(168)	N/S	
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital Tier 2 (T2) durante o período de transição nos termos do artigo 475.º do CRR	N/S	0	N/S	
Montante a deduzir de, ou a ser adicionado ao capital AT1 relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR	N/S	0	N/S	
Deduções qualificadas como T2 que excedem o capital T2 da instituição (montante negativo)	0	0	0	
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)[12]	**(57)**	**(10.902)**	(519)	
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**4.619**	**3.794**	12.182	
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)[13]	**50 695**	**63.898**	50.717	
Capital Tier 2 (T2): instrumentos e provisões				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas[14]	11.505	2.942	7.787	k
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 5 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do T2	N/S	721	N/S	k
Injeções de capital no setor público que beneficiam da cláusula de anterioridade até 1 de janeiro de 2018	N/S	N/S	N/S	
Instrumentos de fundos próprios qualificáveis incluídos no capital T2 consolidado emitido por subsidiárias e detido por terceiros	908	1.228	0	k
Sendo: instrumentos emitidos por subsidiárias, sujeitos a descontinuação progressiva	N/S	0	N/S	
Ajustamentos de risco de crédito	0	0	0	
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	**12.412**	**4.891**	7.787	
Capital Tier 2 (T2): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de T2 próprios e empréstimos subordinados (montante negativo)[11]	(36)	(34)	(75)	k
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de T2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro em que essas entidades tenham participações cruzadas recíprocas com a instituição designada para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (montante negativo)	0	0	0	

em milhões de euros	31.12.2014 CRR/CRD IV "fully-loaded"	31.12.2014 CRR/CRD IV	31.12.2013 Basileia 2.5	Referências[1]
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de T2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[7]	0	0	0	
dos quais:				
Novas participações não sujeitas a regimes transitórios	N/S	N/S	N/S	
Participações anteriores a 1 de janeiro de 2013 e sujeitas a regimes transitórios	N/S	N/S	N/S	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de T2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[8]	0	0	0	
Ajustamentos regulamentares aplicados ao Tier 2 relativamente a montantes sujeitos ao tratamento pré-CRR e tratamentos transitórios sujeitos a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais)	N/S	0	N/S	
Montantes residuais deduzidos do capital Tier 2 em relação à dedução do capital Common Equity Tier 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	(462)	N/S	
dos quais:				
Défice de provisões para perda esperada	N/S	(294)	N/S	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	N/S	(168)	N/S	
Montantes residuais deduzidos do capital Tier 2 em relação às deduções de capital Tier 1 adicional durante o período de transição nos termos do artigo 475.º do CRR	N/S	0	N/S	
dos quais:				
Participações cruzadas recíprocas em instrumentos AT1	N/S	0	N/S	
Participações diretas de investimentos não significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	0	N/S	
Montante a deduzir de, ou a ser adicionado ao capital Tier 2 relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR	0	0	(2.965)	
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	**(36)**	**(496)**	(3.040)	
Capital Tier 2 (T2)	**12.376**	**4.395**	4.747	
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**63.072**	**68.293**	55.464	
Ativos ponderados pelo risco relativamente a montantes sujeitos ao tratamento pré-CRR e tratamentos transitórios sujeitos a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais)[15]	N/S	0	N/S	
dos quais:				
Rubricas não deduzidas do CET 1 (montantes residuais CRR)	N/S	0	N/S	
Rubricas não deduzidas de rubricas AT1 (montantes residuais CRR)	N/S	0	N/S	
Rubricas não deduzidas de rubricas T2 (montantes residuais CRR)	N/S	0	N/S	
dos quais:				
Participações indiretas e sintéticas de instrumentos de T2 próprios	N/S	0	N/S	
Participações indiretas e sintéticas de investimentos não significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	0	N/S	
Participações indiretas e sintéticas de investimentos significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	0	N/S	
Total dos ativos ponderados pelo risco	**393.969**	**396.648**	300.369	
dos quais:				
Risco de crédito (incluindo Risco de liquidação)	241.475	244.155	202.219	
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	21.203	21.203	N/S	
Risco de Mercado	64.209	64.209	47.259	
Risco operacional	67.082	67.082	50.891	
Rácios de capital e amortecedores				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	11,7	15,2	12,8	
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	12,9	16,1	16,9	
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,0	17,2	18,5	
Requisitos de amortecedor específicos da instituição (requisito de CET 1 em conformidade com o artigo 92.º, n.º 1, alínea a) do CRR, acrescidos de requisitos de amortecedor contracíclico e conservação de capital, de amortecedor de risco sistémico, do amortecedor da instituição importante sistemicamente [amortecedor G-SII ou O-SII], expresso como uma percentagem dos ativos ponderados pelo risco)[16]	9,0	4,0	N/S	
dos quais:				
Requisito de amortecedor de conservação de capital	2,5	0,0	N/S	
Requisito de amortecedor contracíclico[17]	N/S	N/S	N/S	
Requisito de amortecedor de risco sistémico	0,0	0,0	N/S	
Amortecedor de Instituição com importância sistémica global (G-SII) ou Outra instituição com importância sistémica (O-SII)[18]	2,0	0,0	N/S	
Capital Common Equity Tier 1 disponível para cumprir os amortecedores (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)[19]	6,9	9,2	N/S	

em milhões de euros	31.12.2014 CRR/CRD IV "fully-loaded"	31.12.2014 CRR/CRD IV	31.12.2013 Basileia 2.5	Referências[1]
Montantes abaixo dos limiares para dedução (antes da ponderação de risco)				
Participações diretas, indiretas e sintéticas do capital de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante abaixo do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)[7]	3 148	3.148	N/S	
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante abaixo do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)[8]	2.877	2.956	N/S	
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante abaixo do limite de 10%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	4.035	4.146	N/S	
Limites máximos aplicáveis à inclusão de provisões em capital Tier 2				
Ajustamentos de risco de crédito incluídos no T2 relativamente a exposições sujeitas ao método padrão (anteriores à aplicação do limite máximo)	0	0	N/S	
Limite máximo à inclusão de ajustamentos de risco de crédito em T2 ao abrigo do método padrão	454	454	N/S	
Ajustamentos de risco de crédito incluídos no T2 relativamente a exposições sujeitas à abordagem baseada nas notações de crédito internas (anteriores à aplicação do limite máximo)	0	0	0	
Limite máximo para inclusão de ajustamentos de risco de crédito em T2 ao abrigo da abordagem baseada nas notações de crédito internas	991	991	894	
Instrumentos de capital sujeitos a regimes de descontinuação progressiva				
Limite máximo atual para instrumentos de CET 1 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva	N/S	0	N/S	
Montante excluído do CET 1 devido ao limite máximo (excesso relativamente ao limite máximo após resgates e maturidades)	N/S	0	N/S	
Limite máximo atual para instrumentos de AT1 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva	N/S	10.021	N/S	
Montante excluído do AT1 devido ao limite máximo (excesso relativamente ao limite máximo após resgates e maturidades)	N/S	446	N/S	
Limite máximo atual para instrumentos de T2 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva	N/S	2.701	N/S	
Montante excluído do T2 devido ao limite máximo (excesso relativamente ao limite máximo após resgates e maturidades)	N/S	0	N/S	

N/S – Não significativo

[1] As referências fornecem o mapeamento das rubricas de balanço regulamentar utilizadas para calcular o capital regulamentar, conforme refletido na coluna "Referências" em "Reconciliação do balanço consolidado em conformidade com as IFRS para o balanço regulamentar (não auditado)".Quando aplicável, são fornecidas informações mais detalhadas na secção de rodapé da respetiva referência.

[2] Com base na lista da EBA, conforme mencionada no artigo 26.º, n.º 3 do CRR.

[3] Inclui os lucros de final de exercício após a dedução de um pagamento de dividendos de 0,75 euros por ação, tal como proposto pelo Conselho de Administração ao Conselho de Fiscalização e à Assembleia-geral Anual. Para mais informações, consulte o parágrafo "Tratamento de lucros de final de exercício para o relatório de solvabilidade" nesta secção.

[4] A Norma Técnica Regulamentar emitida pela EBA ainda não foi adotada nem publicada pela Comissão Europeia. Para mais informações, consulte o parágrafo "Avaliação prudente regulamentar de ativos escriturados ao justo valor" na secção "Relatório de Risco – Risco de mercado relacionado com a negociação".

[5] Ganhos e perdas em passivo da instituição avaliados a justo valor, que resultam de alterações na situação de crédito própria da instituição, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea b) do CRR, bem como todos os ganhos e perdas a justo valor decorrentes do risco de crédito próprio da instituição, relacionado com passivos derivados de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do CRR.

[6] Exclui participações já incluídas na base de contabilização das ações ordinárias. Basileia 2.5: montantes em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas).

[7] Com base na nossa interpretação atual não é previsível qualquer montante de dedução. Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas e limite do quadro de Basileia 2.5).

[8] Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas e limite do quadro de Basileia 2.5).

[9] Basileia 2.5: montantes em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, filtro prudencial baseado no Regulamento para a reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas [Konzernabschlussüberleitungsverordnung]).

[10] Filtro prudencial para proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação (Fonds zur bauspartechnischen Absicherung) e para efeitos de capital resultantes de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial não financeiro.

[11] Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas).

[12] As deduções AT1 elegíveis que excedem o capital AT1 são deduzidas do capital CET 1 (refletido em "Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)".

[13] Inclui uma participação passiva de 16 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 20 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

[14] A amortização é tomada em consideração.

[15] Exclui ativos ponderados pelo risco para posições na carteira de negociação que estão sujeitas a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais de CRR), pois os ativos ponderados pelo risco atribuídos são calculados com base na carteira.

[16] O artigo 465, n.º 1, alínea a) do CRR exige um rácio de capital Common Equity Tier 1 mínimo de 4% para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014.O artigo 92.º, n.º 1, alínea a) do CRR requer um rácio de capital Common Equity Tier 1 mínimo de 4,5%, excluindo o amortecedor de capital adicional para os anos subsequentes ao período supramencionado.

[17] Taxas de amortecedor contracíclico ainda indisponíveis.

[18] Amortecedor G-SII conforme publicado em novembro de 2014 pelo Conselho de Estabilidade Financeira.

[19] Calculado com o capital CET 1 menos quaisquer rubricas CET 1 utilizadas para dar cumprimento aos requisitos de capital total e Tier 1.

[a] As ações ordinárias, o capital realizado adicional e as ações ordinárias em tesouraria refletem os instrumentos de capital CET 1 elegíveis regulamentares.

[b] Os lucros não distribuídos da posição no balanço regulamentar incluem o resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank, após impostos, de 1.663 milhões de euros (2013:666 milhões de euros).Esta rubrica é excluída dos lucros não distribuídos da posição no modelo transitório para capital regulamentar e apresentada em separado, juntamente com os dividendos previsíveis de 1.182 milhões de euros (2013:765 milhões de euros) na posição de perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis.

[c] Diferença para a posição no balanço regulamentar devido a filtros prudenciais para resultados não realizados.

[d] Descontinuação progressiva de participações minoritárias a uma taxa de 80% em 2014 (2013, Basileia 2.5:N/S).

[e] O montante aplicável regulamentar é goodwill e outros ativos intangíveis no valor de 13.134 milhões de euros (2013:11.990 milhões de euros) acrescido de goodwill de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial no valor de 430 milhões de euros (2013:25 milhões de euros) conforme o balanço regulamentar reduzido por passivos por impostos diferidos sobre outros intangíveis no valor de 585 milhões de euros (2013:548 milhões de euros).O montante de dedução de CET1 total é integrado progressivamente a uma taxa de 20%.O montante residual é deduzido do capital AT1.

[f] Diferenças na posição do balanço, principalmente devido a ajustamentos, conforme previsto no artigo 38.º, n.º 2 a 5 do CRR (por exemplo, requisitos de compensação regulamentares).

[g] Integração progressiva a uma taxa de 20% em 2014 (2013, Basileia 2.5:N/S).

[h] Hua Xia Bank Company Limited, como parte principal dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da posição e parte principal de participações significativas de instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro sujeitas a deduções de limiar. O montante de dedução de CET 1 é integrado progressivamente a uma taxa de 20%.O montante residual é deduzido do capital AT1.

[i] Os componentes de capital adicionais refletem os instrumentos de capital AT1 elegíveis regulamentares.

[j] Diferença para o balanço regulamentar devido a ajustamentos regulamentares, conforme disposto nos artigos 51.º a 61.º do CRR (por exemplo, limite máximo atual sobre instrumentos de AT1 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva).

[k] Diferença para o balanço regulamentar devido a ajustamentos regulamentares, conforme disposto nos artigos 62.º a 71.º do CRR (por exemplo, dedução de maturidade, participações minoritárias).

A tabela seguinte apresenta as principais alterações no nosso capital Common Equity Tier 1, capital adicional Tier 1 e capital Tier 2, com base nos montantes elegíveis regulamentares, em 2014 e 2013.

Evolução do capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
	CRR/CRD IV	Basileia 2.5
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura[1]	**38 534**	37.957
Ações ordinárias, efeito líquido	921	230
dos quais:		
Ações novas emitidas (+)	921	230
Ações recolhidas (–)	0	0
Capital realizado adicional	7.429	2.428
Lucros não distribuídos	1.077	(57)
dos quais:		
Resultados líquidos atuariais relacionados com planos de prestação definida, líquidos de impostos/CTA	5	(659)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	1.663	666
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	6	47
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	2.947	(1.121)
dos quais:		
Conversão cambial, líquida de impostos	2.865	(1.121)
Resultados não realizados	0	0
Outros	82	0
Acumulação para cupões de dividendo e AT1	(1.182)	(765)
dos quais:		
Dividendos brutos (dedução)	(1.034)	(765)
Ações emitidas em vez de dividendos (adicionar novamente)	0	0
Cupões AT1 brutos (dedução)	(148)	0
Ajustamentos de avaliação adicionais	0	0
Ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	8.870	113
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	9.173	N/S
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(524)	0
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	(441)	N/S
Excedente de perdas esperadas face às provisões de risco	283	9
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	231	N/S
Eliminação de resultados decorrentes de alterações na situação de crédito própria nos passivos designados ao justo valor (líquidos de impostos)	(209)	1
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	(103)	N/S
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(192)	N/S
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	(133)	N/S
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	1.505	(96)
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	1.469	N/S
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	945	7
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	945	N/S
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	(133)	0
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	(474)	N/S
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(174)	(218)
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	(226)	N/S
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	**60.103**	38.534
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura[1]	**12 182**	12.526
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	4.619	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(2.512)	0
Regimes transitórios	(11.292)	N/S
dos quais:		
Montante excluído do capital Tier 1 adicional devido ao limite máximo	(446)	N/S
Ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(10.383)	N/S
Défice de provisões para perda esperada	(294)	N/S
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(168)	N/S
incluindo: efeito de aplicação de primeiro dia das regras CRR/CRD IV	(11.972)	N/S
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	797	(344)

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
	CRR/CRD IV	Basileia 2.5
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	**3.794**	12.182
Capital *Tier 1* (T1 = CET 1 + AT1)	**63.898**	50.717
Capital Tier 2 (T2) – montante de abertura[1]	**4 747**	6.532
Novas emissões de capital Tier 2 elegíveis	83	1.088
Instrumentos vencidos e adquiridos	(1.615)	(965)
Ajustamentos de amortização	(1.502)	(1.871)
Regimes transitórios	2.949	N/S
dos quais:		
Inclusão do montante excluído do capital Tier 1 adicional devido ao limite máximo	446	N/S
Montante a deduzir de, ou a ser adicionado ao capital Tier 2 adicional relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR	2.965	N/S
Défice de provisões para perda esperada	(294)	N/S
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(168)	N/S
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(268)	(37)
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	**4.395**	4.747
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**68.293**	55.464

N/S – Não significativo
[1] O montante de abertura para ambos os períodos reflete os valores de Basileia 2.5.

Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2014 CRR/CRD IV	31.12.2013 Basileia 2.5
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**68.351**	54.719
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(1.419)	(110)
dos quais:		
Capital realizado adicional	(5)	(12)
Lucros não distribuídos	(1.107)	(516)
Outro rendimento integral acumulado, após impostos	(306)	418
Total do capital acionista por balanço regulamentar	**66.932**	54.609
Participações minoritárias baseadas em regras transitórias	118	130
Acumulação para cupões de dividendo e AT1	(1.182)	(765)
Reversão de desconsolidação/consolidação de outro rendimento integral acumulado, após impostos, durante o período de transição	306	(418)
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares	**66.175**	53.556
Filtros prudenciais	(2.039)	(216)
dos quais:		
Ajustamentos de valor adicionais	0	0
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados	0	0
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa e resultados de passivos designados ao justo valor, resultantes de alterações da própria situação de crédito	(391)	(1)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	(1.648)	(215)
Ajustamentos regulamentares	(4.032)	(14.807)
dos quais:		
Ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(2.596)	(11.466)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(657)	N/S
Défice de provisões para perda esperada	(147)	(430)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(192)	N/S
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(84)	(1.589)
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	(945)
Outros[1]	(356)	(377)
Capital Common Equity Tier 1	**60.103**	38.534
Capital *Tier 1* adicional	**3.794**	12.182
Notas Tier 1 adicionais (Notas AT1)	4.619	0
Por balanço	4.619	0
Desconsolidação/Consolidação de entidades	0	0
Ajustamentos regulamentares à posição no balanço	0	0
Títulos híbridos de capital	10.002	12.163
Por balanço	10.573	11.926
Desconsolidação/Consolidação de entidades	516	455
Ajustamentos regulamentares à posição no balanço	(1.087)	(218)
dos quais:		
Montante excluído do capital Tier 1 adicional devido ao limite máximo	(446)	N/S
Outros	(640)	(218)
Outros ajustamentos regulamentares	19	20
Deduções de capital *Tier 1* adicional	(10.845)	0
Capital *Tier 1*	**63.898**	50.717
Capital *Tier 2*	**4.395**	4.747
Dívida subordinada	4.120	7.293
Por balanço	6.392	9.117
Desconsolidação/Consolidação de entidades	0	13
Ajustamentos regulamentares à posição no balanço	(2.272)	(1.837)
dos quais:		
Amortização em conformidade com o artigo 64.º do CRR	(2.101)	(2.109)
Outros	(171)	272
Outros ajustamentos regulamentares	737	419
dos quais:		
Inclusão do montante excluído do capital Tier 1 adicional devido ao limite máximo	446	N/S
Outros	291	419
Deduções de capital Tier 2	(462)	(2.965)
Total do capital regulamentar	**68.293**	55.464

N/S – Não significativo

[1] Está relacionado principalmente com o filtro prudencial para proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação (Fonds zur bauspartechnischen Absicherung) e para efeitos de capital resultantes de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial não financeiro.

Requisitos de capital regulamentares

Ao abrigo do CRR/CRD IV, os requisitos de capital globais têm de ser calculados e comparados com o capital regulamentar acima descrito. Os requisitos de capital globais são frequentemente expressos em termos de ativos ponderados pelo risco, em que os requisitos de capital total são 8 % dos ativos ponderados pelo risco. As informações seguintes baseiam-se nos princípios regulamentares de consolidação.

A partir de 1 de janeiro de 2014, o cálculo do nosso capital regulamentar, dos nossos ativos ponderados pelo risco e dos rácios de capital baseia-se no quadro CRR/CRD IV publicado a 27 de junho de 2013.

Este quadro introduziu predominantemente os seguintes requisitos adicionais relativamente aos RWA:

— Ajustamento da avaliação de crédito (CVA):um novo montante de capital regulamentar, que capta a volatilidade das perdas esperadas da exposição ao risco de crédito da contraparte relacionada com derivados OTC num modelo de valor em risco. O Deutsche Bank calcula a maioria dos RWA para o CVA com base no método avançado, utilizando um modelo interno, conforme aprovado pela BaFin.
— Alterações a Risco de crédito da contraparte (CCR): foram introduzidas várias alterações à utilização do método de modelo interno (IMM) para a determinação de exposições a risco de crédito da contraparte, entre outros, a utilização de uma calibração em esforço e de uma calibração atual e o aumento do período de risco da margem utilizado no cálculo do IMM.
— Contraparte central de compensação (CCP): as exposições com ponderação zero face a CCP, ao abrigo de Basileia 2.5, ficaram agora sujeitas a encargos de capital para exposições a negociação e exposições ao fundo de proteção contra incumprimento. As exposições a negociação surgem de transações de financiamento de títulos e derivados. A EAD regulamentar é calculada utilizando o método de modelo interno e em transações, para as quais não é possível calcular uma simulação; é derivada do método ao preço de mercado. É aplicado um coeficiente de risco de 2% às exposições a negociação para uma CCP elegível. As exposições ao fundo de proteção contra incumprimento resultam da contribuição dos membros compensadores para o regime de mutualização de perda da CCP e são utilizadas para cobrir perdas decorrentes de incumprimento de um ou mais dos seus membros compensadores, caso as margens e os fundos próprios da CCP não sejam suficientes para cobrir as perdas resultantes. O coeficiente de risco para exposições ao fundo de proteção contra incumprimento varia entre 2% e 1.500%, dependendo do requisito de capital hipotético da CCP, comparativamente com os recursos financeiros enquanto contribuições para o fundo de proteção contra incumprimento financiado previamente e os fundos próprios da CCP.
— Exposição ao setor financeiro: para exposições ao abrigo do método IRB avançado e para entidades do setor financeiro, conforme definido no artigo 142.º, n.º 1 do CRR, o parâmetro de correlação de ativo aumenta 25%.
— Posições de titularização: as exposições na carteira de negociação e bancária regulamentar que foram deduzidas na proporção de metade de cada capital Tier 1 e Tier 2 nos termos do Basileia 2.5 estão sujeitas a uma ponderação de risco de 1.250%.
— Investimentos significativos e ativos por impostos diferidos (DTA):os investimentos significativos em instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro e DTA que assentam em rentabilidade futura e resultam de diferenças temporárias, que estão sujeitos a exceções de limiar, conforme previsto no artigo 48.º do CRR, recebem uma ponderação de risco de 250%.

Tendo em consideração este contexto, calculamos os nossos RWA com base nos seguintes métodos:

Em dezembro de 2007, a BaFin aprovou a utilização do método IRB avançado para a maior parte das nossas posições de risco de crédito da contraparte, que exclui as exposições consolidadas do Postbank. Entre 2008 e 2014, a BaFin concedeu aprovações adicionais relacionadas com o método IRB avançado. O método IRB avançado constitui a abordagem mais sofisticada oferecida pelo Acordo de Basileia. O Postbank recebeu a aprovação da BaFin para a aplicação do método IRB avançado à área de negócio de retalho e a certas exposições na classe de exposições "instituições" e "empresas" e ao método IRB básico para uma parcela das outras exposições a risco de crédito da contraparte.

As restantes exposições elegíveis para o método IRB avançado são abrangidas pelo método padrão, quer com caráter temporário (em que requeremos aprovação regulamentar para algumas pequenas carteiras remanescentes) quer com caráter permanente (em que as exposições são tratadas pelo método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do CRR).Para obter mais informações sobre este tema, consulte a secção "Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar.

O requisito de capital para posições de titularização é substancialmente calculado utilizando o método IRB. Apenas as exposições menores são captadas ao abrigo do método padrão. A secção "Titularização" fornece mais informações sobre o tratamento de posições de titularização.

Nos investimentos de capital tomados antes de 1 de janeiro de 2008, usamos o regime transitório para isentar estas posições dum tratamento pelo método IRB e aplicamos a regra de anterioridade usando uma ponderação de risco de 100 %.Aos investimentos em posições de capital tomados desde 1 de janeiro de 2008 aplicamos a abordagem de coeficiente de risco simples pelo método IRB para calcular as nossas exposições. Para obter mais informações sobre os investimentos em ações, consulte as secções "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Risco de investimento" e "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Investimentos de capital detidos".

O novo encargo de capital do CVA (ajustamento da avaliação de crédito) foi introduzido no quadro de Basileia III e implementado na UE através da Diretiva sobre requisitos de capital (UE 575/2013).O encargo visa captar volatilidade nas perdas esperadas de exposições a derivados. Tal é efetuado através do cálculo das exposições a derivados para cada contraparte, derivando uma sensibilidade de *spread* de crédito baseada na exposição e no *spread* de crédito da contraparte, e aplicando um modelo de valor em risco sobre essa sensibilidade, incluindo quaisquer coberturas elegíveis.

O Deutsche Bank recebeu aprovação da BaFin para utilizar o método avançado para calcular o montante de capital do CVA. Tal significa que as exposições a derivados são calculadas utilizando métodos de modelo interno aprovados, os mesmos modelos que também são utilizados para os RWA de risco de crédito da contraparte. São aplicadas garantias colaterais e compensação às exposições, sempre que aplicável.

As sensibilidades ao CVA que são integradas no modelo de valor em risco do risco de mercado aprovado são calculadas utilizando a fórmula de sensibilidade prescrita, conforme definido na regulamentação. Caso não estejam disponíveis no mercado *spreads* de crédito para uma contraparte, é utilizado um *spread* de crédito representativo (proxy) apropriado, que é identificado utilizando uma metodologia em cascata. O modelo de valor em risco utilizado para o CVA é o mesmo que se utiliza para o cálculo do valor em risco do risco de mercado para a carteira de negociação. A sensibilidade ao CVA de cada contraparte e quaisquer coberturas de CDS elegíveis são atribuídas a um fator de risco baseado nas características da contraparte ou da cobertura, da mesma forma que uma obrigação empresarial ou CDS na carteira de negociação seria atribuído(a) a um fator de risco para valor em risco do risco de mercado.

O âmbito do encargo de capital do CVA abrange os derivados do mercado de balcão, excluindo os negociados com contrapartes que estão isentas de CVA, conforme definido na regulamentação. Durante o ano de 2014, a nova metodologia representativa (proxy) para o valor em risco, conforme definido pela EBA, foi implementada pelo Deutsche Bank e é agora utilizada para calcular o valor em risco, tanto para o CVA como para as carteiras de negociação normais.

O cálculo dos requisitos de capital regulamentares para o risco de mercado baseia-se geralmente num modelo de valor em risco interno, que foi aprovado pela BaFin em outubro de 1998 para as nossas exposições ao risco de mercado. Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin a aprovação dos modelos para o valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. O nosso cálculo do capital regulamentar para o risco de taxa de juro específico das titularizações e derivados de crédito com risco de incumprimento n-ésimo da carteira de negociação baseia-se no cálculo do risco de mercado pelo método padrão. Outras posições de risco de mercado cobertas pelo método padrão incluem, por exemplo, exposições relacionadas com o Postbank, risco de longevidade e certos tipos de fundos de investimento. A secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" presta informações adicionais sobre os modelos internos anteriormente mencionados.

Em dezembro de 2007, fomos autorizados a aplicar a abordagem de medição avançada (AMA) para determinar os nossos requisitos de capital regulamentares para o risco operacionalA 15 de maio de 2013, a BaFin aprovou a integração do Postbank no cálculo do nosso capital regulamentar, o que se refletiu a partir do segundo trimestre de 2013.

Evolução de ativos ponderados pelo risco

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral dos ativos ponderados pelo risco repartidos pela abordagem de modelo e por divisão de negócio. Incluem os efeitos agregados da reafectação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafectações entre segmentos.

Para a data de relato atual, os montantes apresentados baseiam-se no quadro CRR/CRD IV, de acordo com as regras transitórias. Os montantes para o período comparativo são apresentados no então aplicável quadro de Basileia 2.5.

Em consonância com a nossa decisão de reduzir gradualmente e descontinuar partes do negócio de matérias-primas, algumas carteiras que contêm atividades descontinuadas foram agregadas ao abrigo do Grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group – SCG), que foi transferido subsequentemente da CB&S para a NCOU no primeiro trimestre de 2014.Os montantes de RWA de risco operacional, de mercado e de crédito para o período comparativo foram repostos, incluindo efeitos relacionados de reafectações entre os segmentos, em conformidade.

No âmbito do risco de crédito, a rubrica "Outros" no método IRB avançado reflete os RWA de posições de titularização na carteira bancária, posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito. No âmbito do Método padrão, a maioria da rubrica "Outros" inclui RWA dos nossos ativos de fundos de pensões, sendo o remanescente de RWA de titularizações da carteira bancária, bem como de exposições atribuídas às demais classes de exposições, à exceção de governos centrais ou bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Ativos ponderados pelo risco, por método de modelo e por divisão de negócio

							31.12.2014
							CRR/CRD IV
em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total
Risco de Crédito	83.548	69.584	41.740	7.310	19.280	22.666	244.128
Reafetação por segmentos	(2.200)	520	3.327	330	94	(2.071)	0
Método IRB avançado	77.263	58.786	31.763	3.910	13.062	14.638	199.422
Governos centrais e Bancos centrais	3.948	124	1.020	0	74	218	5.385
Instituições	8.359	1.538	3.103	73	623	171	13.869
Empresas	55.678	9.938	26.916	2.740	5.062	1.199	101.533
Retalho	121	37.852	30	91	773	0	38.867
Outros	9.157	9.334	694	1.006	6.529	13.049	39.769
Método IRB básico	2.079	3.303	107	0	1	0	5.491
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	2.079	3.303	107	0	1	0	5.490
Método padrão	4.804	6.884	6.542	3.070	6.122	10.099	37.522
Governos centrais ou Bancos centrais	21	63	27	3	0	0	114
Instituições	593	124	51	4	3	35	810
Empresas	2.841	1.401	4.747	1.111	1.075	584	11.759
Retalho	7	4.064	422	45	1.141	18	5.697
Outros	1.341	1.232	1.296	1.908	3.903	9.462	19.142
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	1.601	90	1	0	1	0	1.693
Risco de liquidação	25	0	0	0	0	1	27
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	16.024	445	7	445	4.019	262	21.203
Abordagem de modelo interno	15.953	417	7	443	3.953	1	20.774
Método padrão	71	28	0	2	66	261	428
Risco de Mercado	44.469	92	199	2.483	16.967	0	64.209
Abordagem de modelo interno	31.439	0	199	1.339	8.625	0	41.602
Método padrão	13.029	92	0	1.144	8.342	0	22.607
Risco operacional	31.512	9.605	1.321	6.368	18.275	0	67.082
Abordagem de medição avançada	31.512	9.605	1.321	6.368	18.275	0	67.082
Total	175.578	79.725	43.268	16.607	58.541	22.929	396.648

							31.12.2013
							Basileia 2.5
em milhões de euros	Corporate Banking & Securities[1]	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit[1]	Consolidation & Adjustments e Outros	Total
Risco de Crédito	61.599	65.909	35.417	5.809	22.632	10.818	202.184
Reafetação por segmentos	(658)	553	1.912	259	86	(2.152)	0
Método IRB avançado	56.974	46.066	26.159	3.029	14.852	3.237	150.317
Governos centrais e Bancos centrais	2.927	90	896	5	253	181	4.353
Instituições	5.438	803	1.921	80	909	12	9.163
Empresas	43.075	5.638	22.378	2.398	7.301	620	81.409
Retalho	124	35.844	33	106	1.027	0	37.134
Outros	5.410	3.692	931	440	5.362	2.424	18.258
Método IRB básico	1.367	10.568	67	0	266	0	12.268
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	2	0	2
Instituições	0	1.059	0	0	261	0	1.320
Empresas	1.367	9.509	67	0	3	0	10.946
Método padrão	3.916	8.722	7.279	2.521	7.428	9.733	39.599
Governos centrais ou Bancos centrais	61	0	39	0	40	0	141
Instituições	28	116	12	8	32	1	198
Empresas	2.929	2.004	6.107	942	2.905	470	15.357
Retalho	10	4.423	915	44	1.164	0	6.557
Outros	887	2.179	206	1.526	3.287	9.261	17.346
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	0	0	0	0	0	0	0
Risco de liquidação	19	0	0	0	0	15	34
Ajustamento da	0	0	0	0	0	0	0

avaliação de crédito (CVA)							
Abordagem de modelo interno	0	0	0	0	0	0	0
Método padrão	0	0	0	0	0	0	0
Risco de Mercado	34.473	128	562	2.085	10.011	0	47.259
Abordagem de modelo interno	29.156	0	562	1.102	8.892	0	39.712
Método padrão	5.317	128	0	983	1.120	0	7.547
Risco operacional	22.598	6.964	832	4.659	15.839	0	50.891
Abordagem de medição avança-da	22.598	6.964	832	4.659	15.839	0	50.891
Total	118.689	73.001	36.811	12.553	48.483	10.832	300.369

[1] Para os valores apresentados acima em dezembro de 2013, a redefinição do Grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group – SCG) não tinha sido efetuada.

Os movimentos globais de ativo ponderado pelo risco para os tipos de risco específicos são debatidos em pormenor nas secções seguintes, começando por "Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado".

Requisitos de capital regulamentares e Ativos ponderados pelo risco

em milhões de euros	31.12.2014 Requisitos de capital CRR/CRD IV	31.12.2014 RWA CRR/CRD IV	31.12.2013 Requisitos de capital Basileia 2.5	31.12.2013 RWA Basileia 2.5
Risco de crédito da contraparte				
Método IRB avançado				
Governos centrais e bancos centrais	431	5.385	348	4.353
Instituições	1.109	13.869	734	9.175
Empresas	8.123	101.533	6.512	81.397
Retalho	3.109	38.867	2.970	37.134
Ações	977	12.216	375	4.685
Posições de titularização	1.064	13.296	627	7.834
Outros ativos que não são obrigações de crédito	1.141	14.258	459	5.739
Total calculado pelo método IRB avançado	**15.954**	**199.422**	12.025	150.317
Método básico				
Governos centrais e bancos centrais	0	0	0	2
Instituições	0	0	106	1.320
Empresas	439	5.490	876	10.946
Total calculado pelo método básico	**439**	**5.491**	981	12.268
Método padrão				
Governos centrais ou Bancos centrais	0	0	2	28
Governos regionais e autoridades locais	1	7	5	68
Entidades do setor público	9	107	9	118
Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0
Organizações internacionais	0	0	0	0
Instituições	65	810	16	198
Empresas	941	11.759	1.219	15.235
Retalho	456	5.697	479	5.982
Garantidas por hipoteca ou bens imobiliários	108	1.345	182	2.275
Exposições em incumprimento	342	4.275	124	1.553
Rubricas associadas a um elevado risco particular	18	229	0	0
Obrigações cobertas	0	2	0	3
Reclamações sobre instituições e empresas com avaliação de crédito a curto prazo	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo (CIU)	724	9.046	54	670
Ações	217	2.707	242	3.023
Outras rubricas	28	350	738	9.223
Posições de titularização	95	1.188	98	1.222
Total calculado pelo método padrão	**3.002**	**37.522**	3.168	39.598
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção contra o incumprimento	**135**	**1.693**	0	0
Total do risco de crédito da contraparte	**19.530**	**244.128**	16.175	202.185
Risco de liquidação	**2**	**27**	3	34
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)				
Método do modelo interno	1.662	20.774	0	0
Método padrão	34	428	0	0
Total do ajustamento da avaliação de crédito	**1.696**	**21.203**	0	0
Risco de mercado da carteira de negociação				
Método do modelo interno	3.328	41.602	3.179	39.738
Valor em risco	613	7.662	674	8.427
Valor em risco em situação de esforço	1.454	18.181	1.254	15.673
Requisitos de capital para riscos adicionais	1.038	12.972	996	12.446
Medida de risco global (Negociação de correlação)	223	2.788	255	3.193
Método padrão	1.809	22.607	602	7.521
Instrumentos de dívida negociados	1.684	21.049	479	5.984
Risco de capital	84	1.051	0	0
Risco cambial	14	181	16	200
Risco de preço das matérias-primas	0	0	0	0
Outros riscos de mercado	26	326	107	1.338
Total do risco de mercado da carteira de negociação	**5.137**	**64.209**	3.781	47.259
Risco operacional				
Abordagem de medição avançada	5.367	67.082	4.071	50.891
Total dos requisitos de capital regulamentares e RWA	**31.732**	**396.648**	24.030	300.369

As tabelas seguintes apresentam uma análise dos principais fatores responsáveis pelas variações dos RWA, com base em CRR/CRD IV, observadas em termos de exposição a risco operacional, de crédito e de mercado no período de relato.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado

	31.12.2014		31.12.2013	
	CRR/CRD IV		Basileia 2.5	
em milhões de euros	Risco de crédito da contraparte	Dos quais: derivados e operações tipo acordos de recompra	Risco de crédito da contraparte	Dos quais: derivados e operações tipo acordos de recompra
Saldo do risco de crédito de RWA, início do exercício	**202.186**[1]	**29.454**[1]	228.952	35.274
Dimensão da carteira	(5.024)	(5.327)	4.272	621
Qualidade da carteira	(2.348)	1.841	(18.522)	(5.036)
Atualizações do modelo	11.676	11.676	(2.061)	0
Metodologia e política	24.110	297	0	0
Aquisições e alienações	(3.198)	(62)	(5.467)	(3)
Variações cambiais	11.752	3.237	(4.988)	(1.403)
Outros	4.974	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do exercício	**244.128**	**41.117**	202.186	29.454

[1] Os balanços de RWA de início do exercício de 2014 baseiam-se no Basileia 2.5.

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]).A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura de garantias colaterais. As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira".senioAs "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são agora considerados na secção "metodologia e política"."Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações.

O aumento em RWA para risco de crédito da contraparte em 20,7%, ou 41,9 mil milhões de euros, desde 31 de dezembro de 2013, deve-se principalmente ao impacto de variações cambiais, resultantes na sua maioria de um fortalecimento do dólar americano e da introdução do novo quadro regulamentar CRR/CRD IV, apresentado em "Metodologia e política".O aumento na categoria "atualizações do modelo" representa o impacto de uma aplicação mais restritiva da imposição de limite máximo à maturidade, que permite ao banco utilizar uma maturidade de um ano ao calcular os RWA de risco de crédito para derivados que dependem do modelo de risco de mercado aplicado aos RWA do Ajustamento da avaliação de crédito (CVA), uma alteração do modelo para o nosso Método de modelo interno que afeta os RWA de derivados, bem como uma aplicação mais restritiva de uma margem de avaliação de garantias colaterais de financiamento de títulos. A diminuição global na categoria "Dimensão da carteira" deve-se predominantemente a posições de transações de financiamento de títulos e derivados, principalmente nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank, refletindo as nossas atividades de redução do risco. A diminuição na categoria "Aquisições e alienações" apresenta o impacto da venda do BHF-BANK, bem como da venda do The Cosmopolitan of Las Vegas. O aumento na categoria "Outros" reflete os efeitos em RWA subsequentes ao aumento do nosso capital social no segundo trimestre de 2014 (4 mil milhões de euros), com o remanescente a resultar de movimentos onde se aplica a regra de limiar de 10/15%.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

	31.12.2014
em milhões de euros	CRR/CRD IV
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	**0**
Variações dos níveis de risco	2.017
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(1.914)
Atualizações do modelo	7.400
Metodologia e política	12.330
Aquisições e alienações	0
Variações cambiais	1.370
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	**21.203**

Com base no novo quadro regulamentar CRR/CRD IV, somos obrigados a calcular os RWA utilizando o CVA que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC. Calculamos a maioria do CVA com base no nosso próprio modelo interno, conforme aprovado pela BaFin.

O desenvolvimento dos RWA do CVA é repartido por várias categorias: "variações dos níveis de risco", que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; "calibrações e alterações em dados de mercado", que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; "atualizações do modelo", refere-se a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para RWA do CVA; "metodologia e política", está relacionado com alterações à regulamentação, para 2014, a primeira introdução dos RWA para o CVA. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam realçadas individualmente.

A 31 de dezembro de 2014, os RWA para o CVA ascendiam a 21,2 mil milhões de euros, representando um aumento de 8,9 mil milhões de euros (72%) face ao nosso cálculo pró-forma de 12,3 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2013.O aumento deveu-se a alterações na carteira como parte de atividades de negócios regulares ao longo do ano, mas também devido à reotimização do programa de cobertura de RWA do CVA e à volatilidade de mercado. Durante o quarto trimestre, implementámos uma alteração ao modelo de valor em risco, de acordo com as diretrizes da EBA para o CVA, que aumentou os RWA do CVA. Tal foi parcialmente compensado por esforços de diminuição do risco adicionais, que reduziram os requisitos de capital em unidades de negócio estratégicas e não estratégicas.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	31.12.2014 CRR/CRD IV	31.12.2013 Basileia 2.5
Saldo do risco de mercado de RWA, início do exercício	**47.259**[1]	53.058
Variações dos níveis de risco	(10.161)	(8.598)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(730)	1.136
Atualizações do modelo	5.101	542
Metodologia e política	20.089	1.200
Aquisições e alienações	(81)	0
Variações cambiais	2.732	(79)
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do exercício	**64.209**	47.259

[1] O saldo de RWA de início do exercício de 2014 baseia-se no Basileia 2.5.

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco, valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global, bem como resultados do cálculo do risco de mercado pelo método Padrão, por exemplo, de titularizações e derivados de crédito com incumprimento enésimo relacionados com a negociação ou exposições do Postbank relacionadas com a negociação. As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria de alterações e recalibrações dos dados de mercado. As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria de atualizações do modelo. Na categoria de metodologia e política refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "aquisições e alienações".

O aumento em RWA de 17,0 mil milhões de euros (36%) para risco de mercado desde 31 de dezembro de 2013 foi motivado principalmente por aumentos na metodologia e política da categoria, bem como por variações dos níveis de risco. Existe um aumento em RWA de 20,1 mil milhões de euros para metodologia e política, principalmente do método padrão de risco de mercado para titularizações, devido ao novo quadro CRR/CRD IV regulamentar, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014.No novo quadro, atribuímos a todas as posições de titularização, retidas sem notação de crédito ou com notação inferior a BB, uma ponderação de risco de 1.250% à exposição e estas são agora incluídas em RWA, ao passo que estas exposições eram anteriormente consideradas rubricas de dedução de capital. Adicionalmente, ao abrigo do novo quadro, existe algum aumento no limite inferior aplicado à medida de risco global para a carteira de negociação de correlação, embora tal tenha sido agora compensado por diminuição do risco. O aumento de alterações de modelo deve-se aos requisitos de capital para riscos adicionais, com alterações para o tratamento de exposições em incumprimento e sem notação de crédito, bem como a um aumento dos horizontes de liquidez. Houve uma redução das variações dos níveis de risco desde 31 de dezembro de 2013, principalmente resultantes dos requisitos de capital para riscos adicionais, da medida de risco global e do método padrão de risco de mercado para titularizações. Houve também um aumento nas variações cambiais, principalmente durante o segundo semestre do ano.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31.12.2014 CRR/CRD IV	31.12.2013 Basileia 2.5
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	**50.891**[1]	51.595
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	9.345	2.623
Evolução da perda esperada	37	(959)
Componente prospetiva de risco	(734)	(515)
Atualizações do modelo	7.652	1.885
Metodologia e política	0	0
Aquisições e alienações	(109)	(3.738)
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	**67.082**	50.891

[1] O saldo de RWA de início do exercício de 2014 baseia-se no Basileia 2.5.

O aumento de RWA global de 16,2 mil milhões de euros deveu-se principalmente ao nosso reconhecimento precoce de melhoramentos ao nosso modelo de abordagem de medição avançada (AMA) no segundo trimestre deste ano, que conduziu a RWA adicionais de 7,7 mil milhões de euros. A partir do terceiro trimestre, os efeitos adicionais da mudança de modelo relacionados com perdas devido a litígios suscetíveis de serem concretizadas são apresentados na categoria "alterações do perfil de perda".

O aumento em "alterações do perfil de perda" resultou de grandes eventos de risco operacional de mercado externo, que se refletem no nosso modelo AMA, como liquidações de questões regulamentares por instituições financeiras.

Prevê-se que sejam concretizados outros impactos integrados dos aperfeiçoamentos do modelo AMA nos restantes componentes dos RWA de risco operacional, especificamente na perda esperada, após a aguardada aprovação do modelo pela Equipa Comum de Supervisão, após a implementação das alterações ao modelo.

Gestão do balanço

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Capital e Risco. No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV a 27 de junho de 2013, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (*fully loaded*) (não auditado)

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco.

A 10 de outubro de 2014, a Comissão Europeia adotou uma lei delegada publicada no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015.A lei delegada leva a mudanças substanciais no cálculo da medida de exposição de alavancagem para o rácio de alavancagem no quadro de CRR/CRD IV revisto.

— Derivados de crédito vendidos: O valor nocional efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nocional reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, são agora incluídas na medida da exposição ao rácio de alavancagem. A medida de exposição resultante pode ser ainda mais reduzida pelo valor nocional efetivo de um derivado de crédito comprado no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.
— Compensação da margem de variação: A margem de variação recebida em numerário das contrapartes pode agora ser deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes será deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições.

— Transações de financiamento de títulos (SFT):Os valores a receber brutos por transações de financiamento de títulos (SFT) podem ser compensados com os valores a pagar de SFT, se forem cumpridas determinadas condições. Para além da exposição bruta, é necessário incluir um complemento na medida de exposição à SFT para a exposição à contraparte líquida. Na transição da Abordagem de ajustamentos da volatilidade de fiscalização (Supervisory Volatility Adjustments Approach, SVAA) para a Exposição líquida, as margens de avaliação são removidas da medida de exposição.
— Exposição extrapatrimonial: A exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.
— Ajustamentos regulamentares: Modificação de ajustamentos regulamentares relativamente a investimentos em entidades do setor financeiro não deduzidos do capital regulamentar.

Para harmonizar a divulgação do rácio de alavancagem e respetivos componentes, o artigo 451.º, n.º 2 do CRR contém um mandato para a Autoridade Bancária Europeia (EBA) para desenvolver projetos de normas técnicas de execução (ITS) baseados na publicação do Comité de Basileia do quadro e nos requisitos de divulgação do rácio de alavancagem de Basileia III. Perante este cenário, o projeto de norma técnica de execução sobre divulgação do rácio de alavancagem, publicado a 5 de junho de 2014, contém modelos uniformes para a divulgação do rácio de alavancagem e respetivos componentes. Conforme descrito acima, foi finalmente adotada uma lei delegada pela Comissão Europeia e esperamos que o projeto de norma técnica de execução sobre divulgação do rácio de alavancagem seja modificado em conformidade. Por agora, na ausência de modelos finais da norma técnica de execução, ajustámos os modelos de projeto para refletir as alterações ao abrigo da lei delegada.

As tabelas seguintes apresentam as exposições a rácio de alavancagem com base em regras de CRR/CRD IV revistas:

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros(exceto se indicado em contrário)	31.12.2014
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	**1.709**
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	(28)
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(276)
Ajustamentos para transações de financiamento de títulos	16
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	127
Outros ajustamentos	(103)
Exposição de rácio de alavancagem	**1.445**

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros(exceto se indicado em contrário)	31.12.2014
Exposições a derivados:	
Custo de substituição associado a transações de derivados após compensação recebida da margem de variação em numerário	72
Montantes complementares para EPF associada a transações de derivados	221
Montante nocional de swaps de risco de incumprimento	65
Total de exposições a derivados	**358**
Exposições a transações de financiamento de títulos:	
SFT bruta	138
Complemento a SFT para risco de crédito da contraparte	14
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	**152**
Exposições extrapatrimoniais:	
Rubricas extrapatrimoniais com um CCF de 10%	4
Rubricas extrapatrimoniais com um CCF de 20 %	10
Rubricas extrapatrimoniais com um CCF de 50 %	69
Rubricas extrapatrimoniais com um CCF de 100 %	44
Total de exposições extrapatrimoniais	**127**
Outros ativos	**827**
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1 *fully loaded*	**(19)**
Capital e total de exposições:	
Rácio de capital Tier 1 *fully loaded*	**50,7**
Total de exposições	**1.445**
Rácio de alavancagem – utilizando uma definição *fully loaded* de capital Tier 1 (em %)	3,5

Discriminação de exposições no balanço (excluindo derivados e SFT)

em mil milhões de euros(exceto se indicado em contrário)	31.12.2014
Total de exposições no balanço (excluindo derivados e SFT)	**827**
dos quais:	
Exposições a carteira de negociação	245
Exposições a carteira bancária	582
dos quais:	
Obrigações cobertas	5
Exposições tratadas como soberanas	147
Exposições a governos regionais, MDB, organizações internacionais e PSE não tratados como soberanos	2
Instituições	19
Garantidas por hipotecas de bens imóveis	159
Exposições a retalho	35
Exposições a empresas	170
Exposições em incumprimento	11
Outras exposições (p. ex., capital, titularizações e outros ativos que não sejam obrigações de crédito) após compensação paga da margem de variação em numerário	33

Descrição do processo utilizado para gerir o risco de alavancagem excessiva (não auditado)

Conforme descrito na secção "Princípios de gestão do risco" deste relatório, o Comité de Capital e Risco (Capital and Risk Committee – CaR) tem o mandato para supervisionar e controlar o planeamento integrado e para monitorizar o nosso perfil de risco e a nossa capacidade de capital. Gerimos ativamente os nossos limites

— para atribuir a capacidade de exposição à alavancagem,
— para apoiar a realização dos planos de desempenho estratégico relativamente aos negócios,
— para fornecer uma base firme para alcançar o rácio de alavancagem visado,
— para incentivar as empresas a fazer escolhas adequadas na margem baseada numa referência no âmbito do grupo, e
— para manter a disciplina de risco.

Se os limites forem ultrapassados, o encargo recai sobre a divisão respetiva. Os encargos relativos aos limites ultrapassados são calculados em conformidade com o quadro de definição de limites para alavancagem no âmbito do Grupo.

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2014 (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2014, o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV *fully loaded*, segundo regras revistas, que é uma medida financeira não-GAAP, era de 3.5 %, em comparação com o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma (sem ter em conta as recentes revisões das regras relativas ao rácio de alavancagem) de 2,4% em 31 de dezembro de 2013, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2014, um capital Tier 1 *fully loaded* de € 50.7 billion sobre uma medida de exposição aplicável de 1,445 biliões de euros (34,0 mil milhões de euros e 1,445 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013, respetivamente).

Durante o ano de 2014, a gestão ativa da nossa exposição a alavancagem resultou numa diminuição da exposição a rácio de alavancagem no valor de 177 mil milhões de euros, embora esta diminuição tenha sido compensada por impactos de divisa e pelo efeito de alterações em regras introduzidas pelo CRR/CRD IV revisto, que aplicámos no segundo semestre de 2014.

Nos primeiros seis meses do ano, reduzimos a nossa exposição a rácio de alavancagem ao abrigo das regras anteriores em 7 mil milhões de euros, compensada por efeitos de divisas de 10 mil milhões de euros. A diminuição reflete principalmente reduções de exposição em transações de financiamento de títulos e derivados de 31 mil milhões de euros, bem como da desalavancagem de 24 mil milhões de euros na nossa NCOU, tendo sido parcialmente compensadas por aumentos de 44 mil milhões de euros nos ativos restantes, numerário e depósitos em bancos e empréstimos.

Com a introdução das regras do CRR/CRD IV revisto no segundo semestre de 2014, a exposição a rácio de alavancagem aumentou 85 mil milhões de euros devido às alterações substanciais supramencionadas nas regras de cálculo, bem como aos impactos de divisas de 83 mil milhões de euros, principalmente causados por um enfraquecimento do euro face ao dólar americano. Estes efeitos foram compensados por uma diminuição da nossa exposição ao rácio de alavancagem de 170 mil milhões de euros, principalmente devido a reduções na nossa carteira de derivados e atividades de financiamento de valores mobiliários de 98 mil milhões de euros, ativos detidos para negociação não derivados de 27 mil milhões de euros, rubricas extrapatrimoniais e

outras de 25 mil milhões de euros – e 20 mil milhões de euros em diminuição do risco na NCOU, o que demonstra o nosso forte empenho na redução da apetência pelo risco.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção Liquidez e Recursos de Capital neste relatório.

Posição global do risco

Capital económico

Para determinar a nossa posição de risco (não regulamentar) global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico

em milhões de euros			Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
(exceto se indicado em contrário)	31.12.2014	31.12.2013	em milhões de euros	em %
Risco de crédito	12.885	12.013	872	7
Risco de Mercado	14.852	12.738	2.114	17
Risco de mercado relacionado com a negociação	4.955	4.197	757	18
Risco de mercado não relacionado com a negociação	9.898	8.541	1.357	16
Risco operacional	7.598	5.253	2.345	45
Risco de negócio	3.084	1.682	1.403	83
Vantagem de diversificação[1]	(6.554)	(4.515)[2]	(2.039)	45
Total de utilização de capital económico	**31.866**	27.171	4.695	17

[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio)
[2] Excluindo o risco estratégico (não incluído no cálculo da diversificação para 2013)

Em 31 de dezembro de 2014, a nossa utilização de capital económico ascendia a 31,9 mil milhões de euros, um valor 4,7 mil milhões (17%) superior aos 27,2 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2013.A posição global de risco superior deve-se a um aumento nos riscos assumidos em todos os tipos de risco e a aperfeiçoamentos na metodologia de risco.

A utilização de capital económico para risco de crédito aumentou para 12,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, 872 milhões de euros (7%) mais, em comparação com o final do exercício de 2013.Este aumento deve-se a exposições superiores em CB&S e GTB, parcialmente compensadas por exposições inferiores na NCOU.

A utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação aumentou para 5,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 4,2 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.Tal deveu-se principalmente a maiores exposições na carteira bancária ao justo valor. A utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou 1,4 mil milhões de euros (16%), principalmente devido a uma maior exposição ao risco cambial estrutural, a melhoramentos na metodologia para o risco de pensões e a um aumento do risco de fundos garantidos, parcialmente compensados por atividades de redução do risco na NCOU.

A utilização de capital económico para risco operacional aumentou para 7,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, em comparação com 5,3 mil milhões de euros no final do exercício de 2013.O aumento deveu-se sobretudo a um reconhecimento precoce do impacto dos melhoramentos do nosso modelo de abordagem de medição avançada (AMA), implementados no segundo trimestre de 2014, que conduziram a um capital económico adicional de 1,1 mil milhões de euros. Um fator adicional foi o aumento do perfil de perda de risco operacional do Deutsche Bank, bem como de todo o setor bancário. As perdas de risco operacional relacionadas que se materializaram e deram origem ao aumento da utilização de capital económico devem-se em grande parte às saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento e uma componente de risco fiscal. A utilização de capital económico para o risco de negócio totalizou 3,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, sendo superior em 1,4 mil milhões de euros (83%) relativamente à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2013 no total de 1,7 mil milhões de euros. O aumento refle-

tiu principalmente uma utilização de capital económico superior para a componente de risco estratégico decorrente de ajustamentos ao plano estratégico para 2015 face ao plano de negócio para 2014.

O efeito de diversificação inter-riscos da utilização de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico aumentou em 2,0 mil milhões de euros (45%), a 31 de dezembro de 2014, refletindo principalmente o aumento na utilização de capital económico antes da diversificação e de uma atualização de metodologia no primeiro trimestre de 2014, que está relacionado, entre outros, com a incorporação de risco estratégico no cálculo de diversificação.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para manter a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção "Adequação de capital interno").

Mantemos, ao nível do Grupo, conformidade com o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia 2 e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão do Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação do risco, metodologias, processos e infraestruturas.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e de Basileia, os principais instrumentos para nos ajudar a manter a capitalização adequada contínua e prospetiva do Grupo são:

— Um processo de planeamento estratégico que alinha a estratégia e apetência de risco com objetivos comerciais;
— Um processo de monitorização contínuo das metas de risco e capital definidas e aprovadas;
— Relatórios frequentes de risco e capital destinados à gestão e
— Um quadro de testes de esforço e de capital económico que também inclui testes de esforço específicos para sustentar os nossos processos de monitorização de recuperação.

Podem ser encontradas mais informações sobre a gestão de risco, organizadas segundo as principais categorias de risco, na secção "Princípios de gestão do risco – Governação do risco".

Adequação de capital interno

A principal medida do nosso Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) é a avaliação da nossa adequação de capital interno com base na nossa abordagem de "negócio liquidado" (*gone concern*), calculada como o rácio entre a nossa oferta total de capital e os nossos requisitos de capital total, conforme a tabela abaixo. Em 2014, incluímos ativos de fundo de pensões de prestação definida na nossa definição de oferta de capital para refletir os requisitos de fundos próprios do CRR/CRD IV. A informação relativa ao exercício anterior foi revista em conformidade.

Adequação de capital interno

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014	31.12.2013
Oferta de capital		
Capital próprio dos acionistas	68.351	54.719
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio[1]	(544)	(537)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida[2]	(961)	(639)
Ativos por impostos diferidos	(6.865)	(7.071)
Ajustamentos de justo valor para ativos financeiros reclassificados em empréstimos[3]	0	(363)
Participações minoritárias[4]	0	0
Instrumentos híbridos de capital *Tier 1*	16.158	12.182
Instrumentos de capital *Tier 2*	6.620	9.689
Oferta de capital	**82.759**	67.980
Procura de capital		
Requisitos de capital económico	31.866	27.171
Ativos intangíveis	14.951	13.932
Procura de capital	**46.817**	41.103
Rácio de adequação de capital interno	**177 %**	165 %

[1] Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.
[2] Relatado como ativos líquidos (ativo menos passivo) de um fundo de pensões definidas, ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.
[3] Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente. Não é tido em consideração um ajustamento positivo.
[4] Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 177% em 31 de dezembro de 2014 face a 165% em 31 de dezembro de 2013.Esta mudança do rácio deveu-se a um aumento na oferta de capital. O capital próprio dos acionistas aumentou 13,6 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento de capital a 25 de junho de 2014.Os instrumentos híbridos de capital Tier 1 aumentaram em 4,0 mil milhões de euros, principalmente devido às emissões concluídas de Notas Tier 1 adicionais a 20 de maio de 2014 e 19 de novembro de 2014.Os instrumentos de capital Tier 2 diminuíram 3,1 mil milhões de euros, principalmente devido a instrumentos de capital adquiridos. Para informações detalhadas, consulte a secção "Gestão de capital".O aumento em procura de capital deveu-se a requisitos de capital económico superior, conforme explicado na secção "Posição global de risco", e a um aumento em ativos intangíveis de 1 milhar de milhão de euros.

As medidas de adequação de capital supra são aplicáveis ao Grupo consolidado globalmente (incluindo o Postbank) e formam parte integrante da nossa estrutura de Gestão de risco e capital, descrita com maior detalhe nas respetivas secções deste relatório (consulte em particular as secções "Instrumentos de risco de crédito – Capital económico para risco de crédito", "Capital económico para risco de mercado", "Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio", "Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação", "Medição dos nossos riscos operacionais" e "Utilização de capital económico para o risco operacional").

Relatório de Remunerações

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2014 fornece informação quantitativa e qualitativa detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global (exceto o Postbank, que fornece as suas informações em separado).Além disso, contém divulgações específicas de colaboradores e membros do Conselho de Administração identificados em conformidade com o regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Instituts-vergütungsverordnung – InstitutsVergV).

O relatório inclui as seguintes secções:

Relatório de remuneração Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo
Correr Riscos Materiais
Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração
Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização
O Relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch – HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 "Relato da remuneração dos órgãos executivos", do decreto InstitutsVergV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo

Sumário executivo

2014 foi um ano decisivo para o Banco. Em 2013 assistimos à introdução de regulamentos externos significativos e ao lançamento de projetos culturais internos, a fim de levar a uma mudança no seio da organização. Este ano, a atenção tem sido concentrada na construção das bases fundadas em 2013 e na execução e implementação da mudança. Mais significativamente, as novas exigências regulamentares necessitaram de alterações às estruturas das remunerações. Estas alterações oferecem uma oportunidade para integrar os novos valores e convicções na organização.

O montante da remuneração variável ("RV") do nosso Grupo, no que diz respeito ao ano financeiro de 2014, foi de 2,7 mil milhões de euros. Mantendo a nossa abordagem histórica, 45 % do montante foi diferido de três a cinco anos e submetido a uma combinação de disposições de perda de direitos baseadas em desempenho e comportamento. O âmbito das disposições de perda de direitos foi substancialmente alargado em 2013 e o Banco manteve-as para o ano de desempenho de 2014.

Estratégia de Remunerações e Desenvolvimentos Culturais

O Deutsche Bank reconhece a necessidade de mudança cultural no setor bancário e pretende estar na linha da frente da mudança. O Banco acredita firmemente que a cultura empresarial é um dos principais fatores para o sucesso do banco a longo prazo. É por isso que desenvolver uma cultura que recompensa constantemente o desempenho em linha com os valores da sociedade constitui uma componente crucial da Estratégia 2015+.

Em 2013, lançámos as bases para a mudança cultural, bem como novos valores e convicções. Os seis valores fundamentais de integridade, desempenho sustentável, foco no cliente, inovação, disciplina e parceria sustentam-se em 18 convicções. Em 2014, a atenção foi concentrada no envolvimento dos colaboradores e na integração dos valores e convicções em cada divisão, função e região. O Banco abordou este desafio com três estratégias distintas:

Tom a partir do topo e envolvimento ativo dos colaboradores, através de medidas de comunicação, transparência e organização de workshops de envolvimento em todo o Banco, concentrando-se nas implicações e na necessidade de mudança nos respetivos negócios
Implementação de mecanismos que integram culturas, ajustamento de processos e sistemas de RH e reformulação das práticas de remuneração
Reflexo da mudança cultural através das alterações às práticas comerciais
Os valores e convicções permanecerão integrados ao longo de 2015.

Alinhada aos valores do Banco, prevê-se que a nossa estratégia remuneratória apoie um modelo bancário universal diversificado, com práticas de remuneração seguras. A estratégia de remuneração é essencial para a concretização das cinco alavancas da Estratégia 2015+ do Banco:

Clientes: Colocar uma ênfase estratégica nas franquias de cliente do banco garantindo a competitividade das franquias e o foco no cliente
Competências: Garantir que o banco consegue atrair e reter os melhores talentos em todos os produtos e controlar áreas de função/infraestrutura
Capital: Promover o crescimento orgânico do capital, a redução dos ativos ponderados pelo risco e um sistema de remuneração que apoie o plano de capital do Grupo
Custos: Incentivar ações que cumpram os objetivos de custos a longo prazo e uma disciplina de custos continuada
Cultura: Associar incentivos a comportamentos que suportem um desempenho sustentável, uma disciplina financeira e uma cultura de risco apropriada. Em particular, os resultados de remuneração ligaram-se mais intimamente a ações disciplinares através da melhoria das disposições relativas a perda de direitos.

Desenvolvimentos Regulamentares

O Banco tentou estar na linha da frente das mudanças regulamentares de remuneração e trabalhará com o novo supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (“BCE”) para agir em conformidade com todos os novos requisitos.

Diretiva sobre Requisitos de Capital (“CRD IV”)

Os requisitos da CRD IV entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014 e são aplicáveis globalmente às instituições com sede na UE. A medida nominal, que limita os rácios da componente de remuneração fixa e variável, aplica-se à remuneração relativa ao ano de desempenho de 2014.Embora a CRD IV se aplique ao rácio máximo apenas para "quem corre riscos materiais", o InstitutsVergV e a lei bancária alemã alargam esta aplicabilidade a todos os colaboradores globalmente. O Banco está perfeitamente ciente das alterações regulamentares e age em conformidade com os novos requisitos.

Nos termos da CRD IV e requisitos subsequentemente adotados no InstitutsVergV, o Banco está sujeito a um rácio de remuneração fixa e variável de 1:1 (1:2 com a aprovação dos acionistas).Na Assembleia-Geral Anual do Banco a 22 de maio de 2014, a aprovação dos acionistas foi dada para aumentar o rácio para 1:2. Com base nas exigências regulamentares externas que abordam explicitamente o rácio máximo para colaboradores com funções de controlo, o Conselho de Administração determinou que as pessoas com funções de controlo (Auditoria, Conformidade, Finanças, Recursos Humanos, Departamento Jurídico, Risco, CISO e CSBC) serão sujeitas a um rácio de 1:1.

Na implementação desta resolução, foram tomadas medidas que tiveram um impacto na estrutura da remuneração. Alguns colaboradores foram identificados como sendo os que requerem um "reequilíbrio" das remunerações e receberam aumentos fixos em agosto de 2014.Consulte a seção “Implementação da CRD IV” para obter informações pormenorizadas.

Correr Riscos Materiais ("CRM")

As Normas Técnicas Regulamentares ("NTR") da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”), que entraram em vigor em junho de 2014, descrevem os critérios quantitativos e qualitativos prescritivos para a identificação de quem corre riscos materiais (“CRM”).As NTR da EBA foram adotadas pelo InstitutsVergV e, de acordo com isto, o Banco identificou 2 903 CRM em relação a 2014, representando um aumento de 124% de 2013.

Aproximadamente 44% do grupo CRM está sediado na União Europeia (UE).Na população de CRM, identificámos novamente uma administração sénior do Grupo constituída por 139 colaboradores. Na qualidade de líderes e administradores do Banco, é prudente que a maioria da sua remuneração esteja associada ao sucesso a longo prazo do Grupo. Assim, os seus prémios em ações diferidos estão sujeitos a um período conjugado de diferimento e retenção de cinco anos e a taxa de diferimento médio de remuneração variável neste grupo foi de 99%.

Diretiva relativa aos Gestores de Fundos de Investimento Alternativos (“DGFIA”) e Diretiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros (“DMIF”)

O Banco tem igualmente de cumprir outras Diretivas da UE: DGFIA e DMIF. A DGFIA é uma Diretiva da UE que contém disposições sobre a remuneração que descrevem as regras que os Gestores de Fundos de Investimento Alternativo (“GFIA”) devem cumprir quando estabelecem e aplicam as políticas de remuneração

para certas categorias dos seus colaboradores. Quem corre riscos na DGFIA deve ser identificado ao nível GFIA. Uma vez que a DGFIA se inspira largamente na CRD 3, muitos aspetos da remuneração já foram integrados pelo Banco. Uma diferença notável é o facto de as pessoas que correm riscos na DGFIA não serem sujeitas ao rácio de remuneração fixa e variável estipulado na CRD IV.

A DMIF inclui requisitos de remuneração que tentam proibir estruturas e práticas de remuneração que podem induzir os colaboradores a agir contra os melhores interesses do cliente. A MaComp Circular publicada pela BaFin implementa aspetos de remuneração da DMIF. A MaComp requer a implementação de uma política de remuneração específica que aborda requisitos gerais, uma revisão de planos de remuneração e identificação de populações de colaboradores considerados "Pessoas Relevantes" ("PR").Todos os requisitos do InstitutsVergV aplicam-se a esta população na mesma medida.

Governo das remunerações

A nossa estrutura de governo robusta permite-nos operar dentro dos parâmetros claros da nossa estratégia e política de remuneração. Todas as questões remuneratórias e a conformidade geral com os requisitos regulamentares são supervisionados pelos principais comités que compõem a Estrutura global de governo dos prémios.

De acordo com a Estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, enquanto o Conselho de Administração, apoiado pelo comité executivo sénior de remuneração (Senior Executive Compensation Committee – SECC), supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. O SECC reúne-se, pelo menos, de dois em dois meses (24 reuniões no ano de desempenho de 2014) e é copresidido por Stefan Krause (CFO) e por Stephan Leithner (para o ano de 2014:CEO para a Europa, exceto Alemanha e Reino Unido, recursos humanos, departamento jurídico e de conformidade, assuntos regulamentares e de governo), ambos membros do Conselho de Administração. Os restantes membros são Stuart Lewis (CRO e membro do Conselho de Administração) e colaboradores sénior dos departamentos financeiro e de recursos humanos. Para manter a sua independência, nenhum colaborador relacionado com qualquer uma das nossas divisões de negócio é membro do SECC. O SECC prepara e recomenda ao Conselho de Administração as principais decisões do âmbito do Grupo relativas a estratégia e estruturas de remuneração, supervisionando também o processo de remuneração geral através da sua estrutura de subcomité.

O Conselho de Administração aprovou uma Estratégia de Remuneração do Grupo, que garante que as práticas de remuneração são totalmente associadas às estratégias de risco e negócio do Grupo. O Banco possui

igualmente uma Política de Remuneração do Grupo, um documento interno destinado a informar e educar os colaboradores quanto à estratégia de remuneração, estruturas e processos de governo do Banco. Estes documentos proporcionam uma ligação clara e demonstrável entre as práticas de remuneração e a estratégia mais vasta do Grupo e, em conformidade com o artigo 13 do InstitutsVergV, estes documentos foram publicados no site de intranet do Banco e encontram-se, por conseguinte, disponíveis para todos os colaboradores.

Em conformidade com o InstitutsVergV, o SECC trabalha em cooperação com o Comité de Controlo de Remunerações (Compensation Control Committee – CCC) relativamente a questões do Grupo. O CCC é composto por membros do Conselho de Fiscalização e estabelece uma ligação mais estreita, e foco nos assuntos de remuneração do Grupo do Conselho de Fiscalização, monitorizando a estrutura dos sistemas de remuneração para a direção e colaboradores. O CCC apoia igualmente o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração, bem como a garantir que os interesses a longo prazo dos acionistas, investidores e outras partes interessadas são levados em conta. Além disso, e de acordo com os artigos 23 a 26 do InstVV, o Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um Responsável de Remuneração, que coopera estreitamente com o presidente do CCC e é responsável pela monitorização contínua da adequação dos sistemas de remuneração. Foi igualmente nomeado um Responsável de Remuneração Adjunto para assistir o Responsável de Remuneração no cumprimento dos seus deveres. O CCC reuniu-se sete vezes no ano de desempenho de 2014.

Melhoramentos do governo das remunerações

Aproveitando as melhorias realizadas em 2013, foram introduzidas várias melhorias adicionais de governo durante 2014, com particular destaque para as competências e trabalho do comité de supervisão de remuneração do Grupo (Group Compensation Oversight Committee - GCOC) e a comunicação direta de subcomités ao SECC (incluindo os subcomités que previamente comunicavam ao Comité de Revisão de Remuneração do Grupo, que foi removido da estrutura do governo).

GCOC

Enquanto órgão delegado do SECC, o GCOC é responsável pela supervisão do governo de processos de remuneração de final de ano das divisões. Isto inclui verificar comprovadamente que os comités de remunerações das divisões (Divisional Compensation Committees - DCC) (i) cumprem os requisitos de governo estipulados e (ii) garantir que os parâmetros de remuneração sólidos (financeiros e não financeiros) são levados em conta durante a atribuição do montante da remuneração variável (RV) na divisão, e por gestores decisores quando tomam decisões de atribuição de RV individuais. O GCOC empenhou-se em alcançar um processo de governo reforçado e mais integrado para o ano de desempenho de 2014.

O GCOC monitorizou o progresso dos DCC relativamente aos requisitos estabelecidos de governo das remunerações, através do processo de remuneração anual de final de ano do Grupo, e forneceu atualizações contínuas, incluindo um resumo dos seus resultados e das suas recomendações finais ao SECC antes da conclusão do processo.
O GCOC fez vários melhoramentos cruciais ao processo de governo das remunerações para 2014.Estes melhoramentos incluíram, entre outros:

uma análise e aperfeiçoamento de todos os requisitos do governo das remunerações existentes
integração posterior dos valores e das convicções do Grupo nos requisitos de governo de remunerações
envolvimento aumentado com os DCC relativamente aos requisitos de governo de remunerações para assegurar o entendimento total das expectativas
introdução de melhorias significativas nos requisitos para a documentação das decisões sobre RV individuais
reforço do impacto do incumprimento dos requisitos de governo de remunerações
Como resultado destas melhorias, o Banco alcançou um processo GCOC mais robusto, focado e melhor documentado para 2014.

Estrutura de remuneração

O Banco emprega uma filosofia de remuneração total, que consiste em pagamentos fixos e remunerações variáveis (RV).

A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. Para a maioria dos colaboradores do Deutsche Bank, os pagamentos fixos são o principal componente de remuneração e a parte de remuneração

fixa dentro da remuneração total é muito superior a 50%.Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter.

A RV baseia-se no objetivo do setor de conservar a flexibilidade de custos e, simultaneamente, atrair e reter os melhores talentos. A RV também tem a vantagem de permitir diferenciar resultados de desempenho e incentivar comportamentos, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem também influenciar a cultura de forma positiva. Consequentemente, a remuneração variável é uma característica central da prática de mercado das remunerações em várias linhas de negócio globalmente no ambiente bancário. Combinada com a remuneração fixa, conduz a resultados de remuneração total que são eficazes em termos de custos e flexíveis.

Implementação do CRD IV

Conforme previamente definido, nos termos do artigo 25a (5) da lei bancária alemã (KWG) e artigo 6 (2) do InstitutsVergV, o Banco está sujeito a um rácio máximo de remuneração fixa e variável. Nesta implementação, o Banco tomou uma série de medidas que afetam a estrutura das remunerações. A implementação das exigências regulamentares de 1:1 e 1:2 não provocará, por si só, o aumento da remuneração total do colaborador individual. A remuneração total continuará a ser baseada no desempenho e em função dos mercados. De modo a assegurar que os níveis de remuneração total permaneçam competitivos, a aplicação de um rácio 1:1 e 1:2 exigiu um ajustamento à estrutura de remuneração de vários colaboradores.

Alguns colaboradores foram globalmente identificados como requerendo um "reequilíbrio" das remunerações e receberam aumentos nos pagamentos fixos. O nível adequado de remuneração fixa para cada função é determinado por referência ao valor vigente de mercado para a função e de acordo com os requisitos regulamentares das estruturas de remuneração total. Os níveis de remuneração fixa permitem uma margem de manobra, que é importante para garantir uma potencial subida competitiva suficiente e perspetivas de desenvolvimento de remuneração para colaboradores com altos níveis de desempenho. Para apoiar a captação e retenção das pessoas certas nos locais e modelos de negócio dos diversos países, os níveis competitivos de remuneração fixa desempenham um papel importante para assegurar que o Banco dispõe das competências essenciais necessárias para cumprir os seus objetivos estratégicos.

Dos colaboradores que receberam um ajustamento da remuneração fixa, alguns receberam um Suplemento Adicional à Remuneração Fixa (SARF).O Conselho de Administração aprovou a introdução do SARF, principalmente para efeitos de gestão de custos dos subsídios e pensões. Em conjunto, a remuneração fixa mensal e o Suplemento Adicional à Remuneração Fixa formam a "remuneração fixa total".Se tudo correr como se espera, os colaboradores que receberam um aumento na sua remuneração fixa verão uma redução na sua RV.
No momento do ajustamento em julho de 2014, aproximadamente 1100 colaboradores, ou cerca de 1% da população global dos colaboradores do Banco, foram identificados como sendo elegíveis para receber aumentos na remuneração fixa, com um impacto de custos no ano fiscal de 2014 de 0,3 mil milhões de euros.

Determinar a remuneração variável no âmbito do Grupo

O Banco usa um processo formalizado e transparente para calcular os montantes de remuneração variável recomendados para o Grupo. Para as divisões, as recomendações dos montantes de remuneração variável são calculadas pela aplicação de taxas de pagamento das divisões ao desempenho ajustado ao risco da divisão elegível para bónus. As taxas de pagamento das divisões são ajustadas tanto a valores médios históricos como a valores de referência competitivos, para promover a transparência das recomendações de montantes iniciais. As recomendações para o montante de infraestrutura são determinadas em separado e não dependem do desempenho das divisões que fiscalizam, nos termos do § 5 (4) do InstitutsVergV.

As recomendações de montantes resultantes são depois consideradas e revistas tendo em conta outros fatores qualitativos estratégicos e referenciais externos. Em conformidade com o InstitutsVergV, a ênfase de remuneração para a maioria dos colaboradores de infraestrutura, em particular em funções essenciais de controlo, assenta na remuneração fixa.

Na tomada de decisões sobre o montante da RV, a consideração principal é equilibrar a acessibilidade do Grupo com a competitividade, assegurando que o Banco seja capaz de alcançar metas publicadas externamente e cumprir requisitos de capital e liquidez, de acordo com o disposto no § 7 e no § 19 do InstitutsVergV. Os testes de acessibilidade ao nível do Grupo são conduzidos para determinar se as dimensões dos montantes de RV recomendadas são adequadas; apoiando a rentabilidade a longo prazo e o desenvolvimento sustentável do Banco, em linha com a Estratégia de Remunerações do Grupo e com os valores e as

convicções do Banco. A métrica utilizada pelo SECC para avaliar a acessibilidade do Grupo inclui, mas não se limita a:

Rácio de capital pró-forma CRR/CRD IV Common Equity Tier 1
Liquidez
Capacidade de Risco
Rácio Custo/Rendimento
Rácio da Componente Remuneratória
Resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT)
Resultado Líquido
Outra métrica financeira relevante solicitada pelo SECC
O montante de RV do Grupo é considerado como sendo acessível se alinhado com estas métricas financeiras essenciais e se consistente com o cumprimento projetado dos objetivos estratégicos e regulamentares futuros.

Resumo do processo de determinação dos montantes de remuneração variável e quadro de governo geral:

Estruturas e veículos de remuneração variável

A RV é usada pelo banco há muitos anos para incentivar, premiar e reter colaboradores com níveis elevados de desempenho e, dessa forma, diferenciar os resultados da remuneração total. Todas as decisões de RV individual devem ser tomadas com base no desempenho e associadas a uma combinação de desempenho do Grupo, da divisão ou individual ajustado ao risco. Aquando do exercício do seu poder discricionário, os gestores devem compreender totalmente as atividades de risco absolutas e relativas das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado.

A um nível superior, estamos empenhados em garantir que uma grande parcela de qualquer prémio de remuneração variável está associada ao desenvolvimento a longo prazo e desempenho do banco através do diferimento estruturado de prémios num período mínimo de três anos, com condições de desempenho e disposições relativas a perda de direitos apropriadas.

Os benefícios gerais dos prémios diferidos e os aspetos positivos do ponto de vista de gestão do risco e retenção devem também ser cuidadosamente equilibrados com a gestão de custos de remuneração para anos futuros e as implicações de alargar os níveis de diferimento. Para obter o equilíbrio certo, determinou-se que

45 % (não incluindo prémios iniciais em ações) do montante geral de bónus do grupo para 2014 seria na forma de remuneração diferida.

Para 2014, na sequência da implementação CRD IV, o Banco considerou o impacto do efeito do CRD IV de reduzir o montante da RV e restringir a população cujo nível de diferimento pode ser variado, dando consideração devida aos níveis de diferimento dos mercados e às exigências regulamentares.

A matriz de diferimento de 2014 oferece níveis de diferimento de colaboradores semelhantes numa base de remuneração total aos de 2013.A alteração principal é a introdução de um novo limiar, no qual os colaboradores com remuneração fixa superior a 500 000 euros estão sujeitos a 100% de diferimento de RV. Introduzir o diferimento a 100% para colaboradores com níveis significativos de remuneração fixa reforça o objetivo publicamente definido do Deutsche Bank de estar na linha da frente da mudança na remuneração.

Os colaboradores com remuneração fixa igual ou inferior a 500 000 euros serão sujeitos à matriz de diferimentos de RV do Banco. Para essas pessoas, foi definido um limiar de 100 000 euros, acima do qual pelo menos 50% de qualquer RV foi diferida. A matriz de diferimento encontra-se totalmente alinhada com as exigências regulamentares e continua a avançar para a proteção dos que possuem rendimentos inferiores, assegurando simultaneamente um montante adequado de diferimento para os que possuem rendimentos superiores. Como tal, 100% de qualquer RV acima dos 500 000 euros foi totalmente diferido.

Grupos de colaboradores seniores e taxas de diferimento médias da remuneração variável

Os colaboradores com um prémio de remuneração variável diferido em 2014 receberam 50% do prémio sob a forma de ações diferidas e 50% em numerário diferido. Nota: um número limitado de colaboradores seniores na nossa divisão Deutsche AWM recebeu uma parcela do seu prémio diferido sob a forma de um plano de incentivo a colaboradores (Employee Incentive Plan – EIP). São prémios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio. As disposições relativas a diferimentos e a perdas de direitos no âmbito do EIP mantêm-se iguais, bem como todos os outros prémios.

Foram utilizados os seguintes instrumentos para atingir este objetivo:

Prémios restritos em ações
A parcela de ações diferidas é entregue sob a forma de um prémio restrito em ações (Restricted Equity Award – REA) que é obtido numa base proporcional num período de três anos (ou 4,5 anos para a administração sénior do Grupo).Os colaboradores no negócio de serviços de clientes privados (Private Client Services - PCS) da Deutsche AWM recebem um prémio PCS em vez de um REA. O valor dos REA está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período da aquisição de direitos (e, quando aplicável, do período de

carência), estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado de longo prazo do Banco. Durante o período de diferimento são aplicadas disposições de perda de direitos específicas e, quando aplicável, períodos de carência.

Prémios restritos de incentivo

A parcela não baseada em ações é atribuída sob a forma de uma remuneração em numerário diferida (Prémio restrito de ações) (Restricted Incentive Award – RIA) que é obtido numa base proporcional num período de três anos (para os membros do Conselho de Administração é aplicado um período de diferimento mais longo).Durante o período de diferimento são aplicadas disposições de perda de direitos específicas.

Prémios iniciais em ações

Além dos prémios diferidos referidos acima, todos os colaboradores que correm riscos materiais recebem 50% do seu prémio inicial (não diferido) sob a forma de um prémio inicial em ações (EUA).

O EUA implica a aquisição dos direitos na atribuição mas está sujeito a um período de carência de 6 meses. O valor do EUA está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período de carência, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Durante o período de carência são aplicadas disposições de perda de direitos específicas além de um requisito de serviço.

O esquema seguinte resume os referidos veículos de remuneração utilizados para colaboradores que correm riscos materiais e todos os outros colaboradores com um prémio diferido.

EUA = Prémios iniciais em ações (Equity Upfront Awards)
RIA = Prémios restritos de incentivo (Restricted Incentive Awards)
REA = Prémios restritos em ações (Restricted Equity Awards)

Calendário de diferimento

Os requisitos regulamentares determinam que os períodos de diferimento para indivíduos que assumem riscos materiais deverão ser, no mínimo, de três anos. Tal como em anos anteriores, decidimos aplicar estes requisitos mínimos a todos os colaboradores com prémios diferidos. Identificámos também novamente um subconjunto dos nossos colaboradores que correm riscos materiais com maior senioridade. Esta administração sénior do Grupo (composta por 139 colaboradores) está sujeita a um período de diferimento de 4,5 anos, que habilita à titularidade plena numa data especificada (cliff vest), relativamente ao seu REA. Isto tem como objetivo assegurar que, mais do que quaisquer outros colaboradores, os membros desse grupo têm um interesse adquirido que beneficia de um desempenho sustentado, de longo prazo, do Banco.

Também é aplicado um período de carência de seis meses após terem sido adquiridos os direitos de cada tranche REA para colaboradores que correm riscos materiais. Para a administração sénior do Grupo, o perío-

do de carência de seis meses segue-se ao período de aquisição de direitos de 4,5 anos. Sendo assim, não usufruirão de qualquer parcela do valor do seu REA de 2015 até, no mínimo, fevereiro de 2020 (cinco anos após a atribuição).

Todos os colaboradores que correm riscos materiais recebem também 50% do seu prémio inicial sob a forma de um EUA. O EUA implica a aquisição dos direitos na atribuição mas está sujeito a um período de carência de seis meses, durante o qual são aplicáveis as disposições relativas a perda de direitos (que vão além dos requisitos regulamentares).

Abaixo encontra-se um resumo da estrutura de perda de direitos para cada grupo de colaboradores com prémios diferidos (excluindo o Conselho de Administração).

Estrutura de compensação diferida de 2014

		Inicial		Diferido	
Grupo de colaboradores		Bónus em dinheiro (50% de prémio inicial)	Prémios iniciais em ações (EUA) (50% de prémio inicial)	Prémio restrito de incentivo (RIA) (numerário diferido) (50% de prémio diferido)	Prémio restrito de ações (REA) (ações diferidas) (50% de prémio diferido)
Direção do Grupo[1]	Calendário de aquisição de direitos(data de atribuição fevereiro de 2015)	Aquisição total imediata na concessão (fevereiro de 2015)		Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2016, 2017, 2018)	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) em 4,5 anos (agosto de 2019)
	Período de retenção (a seguir ao período de aquisição)	Período de retenção termina em agosto de 2015			Período de retenção termina em fevereiro de 2020
Colaboradores que correm riscos materiais restantes	Calendário de aquisição de direitos (data de atribuição fevereiro de 2015)	Aquisição total imediata na concessão (fevereiro de 2015)		Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2016, 2017, 2018)	Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2016, 2017, 2018)
	Período de retenção (a seguir ao período de aquisição)	Período de retenção termina em agosto de 2015			Períodos de retenção terminam em agosto de 2016, 2017, 2018
Todos os outros colaboradores com prémios diferidos	Calendário de aquisição de direitos (data de atribuição fevereiro de 2015)			Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2016, 2017, 2018)	Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2016, 2017, 2018)
	Período de retenção (a seguir ao período de aquisição)				

[1] Excluindo Conselho de Administração.

Ajustamento de risco da remuneração variável

Uma série de medidas destina-se a facilitar processos de gestão do risco efetivos, para que estejam integrados em sistemas de remuneração, abordando tanto os ajustamentos ex-ante como ex-post.

Ajustamento de Risco Ex-Ante

Para estabelecer ajustamentos de risco ex-ante adequados, recorremos a uma metodologia padrão, consistente e no âmbito total do Banco, para medir o desempenho ajustado ao risco elegível para bónus (RA BE resultado líquido antes de bónus e impostos (NIBBT)) por divisão de negócio. Todo o desempenho para efeitos de cálculo de RV é apropriadamente ajustado ao risco e baseado na utilização de capital económico, de acordo com os requisitos do § 19 do InstitutsVergV.

O modelo de capital económico do Banco foi desenvolvido dentro da função de Risco e constitui o principal método do Banco para calcular o grau de potencial risco futuro ao qual o Banco pode estar exposto. O modelo mede a quantidade de capital que o Banco necessitaria para absorver perdas inesperadas muito graves resultantes das exposições do Banco.

O capital económico foi verificado como sendo a melhor estimativa do Banco para perdas futuras mas não materializadas da sua atual carteira e, por isso, a melhor métrica para ajustar os montantes de RV. O SECC analisou a adequação da metodologia de ajuste ao risco, fazendo-o anualmente.

O modelo de capital económico do Banco capta dados de quatro áreas de risco:

Risco de crédito
Risco de mercado
Risco operacional
Risco de negócio
Estes riscos são independentemente modelados e com a consideração dos diferentes componentes que constituem cada área de risco.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos atuais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário ou devedor (a que nos referimos coletivamente como "contrapartes"), incluindo os créditos que o Banco pretende distribuir. O risco de crédito inclui "risco de incumprimento", "risco de país" e "risco de liquidação".

Risco de Mercado

O risco de mercado decorre da incerteza relacionada com alterações dos preços e taxas do mercado (incluindo taxas de juro, cotações das ações, taxas de câmbio e preços das matérias-primas), as correlações entre eles e os respetivos níveis de volatilidade. O risco de mercado inclui "risco de mercado relacionado com a negociação", "risco de mercado não relacionado com a negociação" e "risco de incumprimento negociado".

Risco operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. Inclui risco de infraestrutura e outro risco não financeiro, tal como o risco regulamentar e legal. Inclui igualmente risco de modelo, que compreende o risco do Banco de sofrer perdas ou tomar decisões estratégicas erradas devido ao mau funcionamento dos modelos utilizados na definição de preços de ativos ou passivos, avaliação de risco ou outras áreas (por exemplo, para implementar estratégias de negociação, prever desenvolvimentos económicos, analisar investimentos ou otimizar o desempenho).

Risco de negócio

O risco de negócio descreve o risco que assumimos devido a potenciais alterações nas condições gerais do ambiente de negócios, tais como o nosso contexto de mercado, o comportamento dos clientes e o progresso tecnológico, uma vez que podem afetar os resultados do DB se não nos ajustarmos rapidamente a estas condições. O aspeto mais material do risco de negócio é o "risco estratégico", que representa o risco de sofrer perdas operacionais inesperadas devido a reduções nos proveitos operacionais que não podem ser compensadas pelas reduções de custos dentro do respetivo horizonte de tempo. O risco estratégico cobre apenas a volatilidade de custos ou rendimentos que não pode ser atribuída à tomada de posição (risco de mercado), perdas de crédito (risco de crédito) e eventos operacionais (risco operacional).

Regra geral, o Banco capta todos os riscos materiais dentro dos quatro tipos de risco principais do quadro de capital económico do banco acima descrito. Outros riscos são aqui mapeados no correspondente tipo de risco principal.

Como resultado da metodologia acima, à medida que o perfil de risco da organização aumenta, o encargo do capital económico aumenta, reduzindo a rentabilidade económica ao nível do Banco e, consequentemente, o montante da remuneração variável atribuída. O Banco considera que a utilização de resultados ajustados ao risco é uma metodologia de ajustamento ex-ante extremamente eficaz e robusta e serve para deter riscos substanciais, uma vez que este modelo correlaciona os pagamentos de remuneração variável com a quantidade de risco assumido.

O ajustamento de risco de capital económico não constitui o único ajustamento de risco. As perdas operacionais, de mercado e crédito assinaladas nos resultados são refletidas no NIBBT e, além disso, a atribuição subdivisional considera outra métrica de risco apropriada e dados de alerta. Os montantes de RV divisionais incluem igualmente o impacto dos custos de liquidez através de Preço de Transferência de Fundos, que fornece

incentivos apropriados aos utilizadores e fornecedores de liquidez. Os custos de liquidez são totalmente atribuídos a negócios e comunicados como parte do desempenho empresarial. Os argumentos e a magnitude dos componentes de preço são continuamente monitorizados pela Tesouraria.

Ajustamento de risco ex-post

As disposições relativas a condições de desempenho e de perda de direitos são um elemento central das nossas estruturas de remuneração diferida e garantem que os prémios estão alinhados com o comportamento e desempenho futuros. Tal como ilustrado pelas estatísticas neste relatório, a percentagem de prémios de remuneração variável sujeitos a diferimento e, como tal as condições de perda de direitos e desempenho, aumenta em função dos rendimentos. Juntamente com o âmbito de medidas de ajustamento do risco, a duração do período no qual são aplicáveis é igualmente importante e reflete-se na aplicação destas condições até à liquidação dos prémios.

As seguintes disposições relativas a perda de direitos e de desempenho foram aplicadas aos prémios de remuneração variável diferidos de 2014 (atribuídos em fevereiro de 2015).

Condição de desempenho do rácio de capital do Grupo Common Equity Tier 1

Esta condição de desempenho aplica-se a todos os colaboradores com prémios em ações diferidos. Se o rácio de capital Common Equity Tier 1 do Grupo, em qualquer final de trimestre durante o período de aquisição e antes da data de aquisição de direitos, estiver abaixo do nível de capital mínimo regulamentar aplicável, incluindo um amortecedor de risco adicional de 200 pontos base, a critério do Conselho de Administração, os colaboradores com prémios diferidos perderão o total do REA não entregue.

Para a administração sénior do Grupo sujeita ao REA com aquisição da titularidade dos direitos ao fim de cinco anos e período de carência, se a provisão CET 1 for acionada em qualquer momento, o REA total não entregue será perdido.

Condição de desempenho IBIT do Grupo

Esta condição de desempenho só é acionada se os resultados do Grupo antes de impostos sobre o rendimento (Income Before Income Taxes – IBIT) for negativo. Aplica-se a todos os colaboradores com prémios em ações diferidos. Se o Conselho de Administração determinar, antes da resolução, que o IBIT do Grupo é negativo no ano antes da aquisição de direitos, a condição de desempenho não será cumprida e será perdido 100% da tranche de REA atribuível aos colaboradores com aquisição de direitos prevista para esse ano.

No caso da administração sénior do Grupo, sujeita a REA com aquisição da titularidade dos direitos ao fim de cinco anos e período de carência, se o IBIT do Grupo em qualquer ano durante este período for negativo (mas não for acionada a provisão CET 1) será perdido 20% do prémio relativamente a esse ano.

Para colaboradores que correm riscos materiais, a parte da tranche da provisão IBIT do Grupo também se aplica ao seu RIA. Sendo assim, se o Conselho de Administração determinar que o IBIT do Grupo é negativo para o ano antes da aquisição de direitos, a condição de desempenho não será cumprida e será perdido 100% da tranche de RIA com aquisição de direitos prevista para esse ano.

Condição de desempenho IBIT da Divisão

Esta condição de desempenho é aplicável apenas a colaboradores que correm riscos materiais e verifica-se se o IBIT da divisão respetiva do colaborador for negativo. Se o IBIT for negativo para qualquer divisão para o ano antes da aquisição de direitos, será perdido 100% das tranches de REA e RIA devido a liquidação para esse ano (ao critério do Conselho de Administração antes da liquidação) por todos os colaboradores que correm riscos materiais na divisão aplicável, mesmo que o desempenho do Grupo se mantenha positivo.

No caso da administração sénior do Grupo, sujeita a REA com aquisição da titularidade dos direitos ao fim de cinco anos e período de carência, se o IBIT da divisão em qualquer ano durante este período for negativo, serão perdidos 20% do prémio relativamente a esse ano.

A cláusula de perda de direitos vinculada às divisões não é aplicável ao Conselho de Administração ou aos colaboradores das divisões de administração regional e infraestruturas. Apenas se aplica a disposição relativa a perda de direitos do Grupo.

Disposição relativa a imparidade de proveitos

Esta disposição relativa a perda de direitos aplica-se aos RIA e REA e permite ao Banco determinar a eventual necessidade de ajustamentos com base nos resultados efetivos após o prémio. Até 100% dos prémios atribuídos podem ser perdidos se se descobrir que o valor inicial do prémio (ou a concessão, aquisição de direitos ou liquidação de qualquer outro prémio efetuada ao participante) era inadequado por se considerar em data posterior que um indicador de desempenho apresenta um elevado grau de imprecisão, ou se uma operação, negociação ou transação atribuível a um colaborador tiver um efeito adverso significativo em qualquer entidade ou divisão do Grupo ou no Grupo em geral.

Esta disposição inclui igualmente o EUA para colaboradores que correm riscos materiais, assegurando que uma percentagem maior dos prémios para esses colaboradores seja sujeita a potencial perda de direitos com base no desempenho. Além disso, é também aplicável durante o período de carência após a aquisição de direitos do REA, garantindo, dessa forma, que as medidas de perda de direitos em função do desempenho se alargam a um período mínimo de 3,5 anos para prémios em ações atribuídos a colaboradores que correm riscos materiais (cinco anos para a administração sénior do Grupo).

Disposição relativa a recuperação por violação de política/violação regulamentar

Esta disposição relativa a perda de direitos com base comportamental aplica-se tanto ao REA como ao RIA e permite a perda até 100% das remunerações diferidas não atribuídas por uma violação de procedimento ou política interna, ou violação de quaisquer leis ou disposições regulamentares impostas externamente.

Para colaboradores que correm riscos materiais, esta disposição aplica-se igualmente ao EUA e ao período de carência de seis meses após a aquisição de direitos do REA, garantindo, dessa forma, que as medidas de perda de direitos em função do desempenho continuam a ser aplicáveis por um período mínimo de 3,5 anos para prémios em ações atribuídos a colaboradores que correm riscos materiais (cinco anos para a administração sénior do Grupo).

Segue-se um resumo das disposições acima.

Prémios de compensação diferida de 2014: disposições de perda de direitos

Condições de desempenho e perda de direitos	Direção do Grupo e outros colaboradores que correm riscos materiais	Todos os outros colaboradores com prémios diferidos
Provisão de desempenho do Grupo (REA) - Aplicável a tranches de REA antes da liquidação – No caso de o IBIT do Grupo ser negativo, a próxima tranche de aquisição gradual de direitos de REA não será cumprida. – Caso o rácio de capital CET1 seja inferior a 200 pontos base sobre o nível de capital mínimo regulamentar aplicável do Grupo, conforme o artigo 92.º, n.º 1, alínea a) do CRR, como resultado do Grupo incorrer um resultado líquido negativo ou por qualquer outra razão, 100% de REA não entregues de 2014 não será cumprida.	sim	sim
Provisão de desempenho do Grupo (RIA) - Aplicável a tranches de RIA anteriores à liquidação por MRT – No caso de IBIT negativos do Grupo, a próxima tranche de aquisição gradual de direitos não será cumprida	sim	
Provisão de desempenho das divisões - Aplicável a tranches de REA e RIA anteriores à liquidação por MRT – No caso de o IBIT da Divisão ser negativo, a próxima tranche de aquisição gradual de direitos de REA/RIA não será cumprida. – A provisão não se aplica a funcionários de Infraestruturas, Gestão regional ou NCOU.	sim	
Perda de imparidade de proveitos - Aplicável a RIA e REA não entregues	sim	sim
Perda de imparidade de proveitos - Aplicável aos EUA e a períodos de retenção após a aquisição de tranches de REA para MRT	sim	
Violação de política - Aplicável a RIA e REA não entregues	sim	sim
Violação de política - Aplicável aos EUA e a períodos de retenção após a aquisição de tranches de REA para MRT	sim	

Prémios de remuneração variável 2014

Em 2014, os prémios de remuneração variável (que excluem os montantes relativos a diferimentos aplicáveis ao ano anterior mas incluem os prémios atribuídos em 2012 cujos direitos serão amortizados no futuro) totalizaram 2,7 mil milhões de euros. A taxa de diferimento do grupo (incluindo os EUA) foi de 52 %.

						2014	2013
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	CB&S	GTB	Deutsche AWM	PBC	NCOU	Total - Grupo	Total - Grupo
Remuneração total[1]	**4.472**	**998**	**1.502**	**2.830**	**218**	**10.020**	9.871
dos quais:							
Pagamento fixo	2.771	756	1.037	2.580	169	7.313	6.707
Remuneração variável	1.701	242	465	250	49	2.707	3.164
n.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	**25.843**	**11.284**	**11.635**	**47.619**	**1.757**	**98.138**	98.254

[1] Remuneração total definida como pagamento fixo (salário-base + SARF + deduções locais relevantes) mais RV

Todos os valores da tabela incluem a afetação de remuneração vinculada à infraestrutura ou ao número de colaboradores definidos pelo nosso código de afetação de custos. A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

A remuneração variável foi utilizada na tabela acima. O total de 2,7 mil milhões do Grupo alinha-se com o montante da RV conforme assinada pelo Conselho de Administração. Note que, para efeitos de cálculo do rácio da remuneração fixa a variável, foi utilizado o pagamento variável, que compreende a remuneração variável, bem como outros pagamentos de remuneração discricionários.

Conforme descrito na seção “Implementação da CRD IV”, a aplicação de um rácio 1:1 e 1:2 exigiu um "reequilíbrio" da remuneração variável e fixa para um número de colaboradores. A proporção de remuneração fixa e variável dentro da "remuneração total" na tabela acima reflete as medidas tomadas para aderir aos rácios mandatados.

Reconhecimento e amortização da remuneração variável concedida

Em 31 de dezembro de 2014, incluindo prémios atribuídos no início de fevereiro de 2015, os custos com remuneração variável diferida, não amortizada, eram de aproximadamente 2,4 mil milhões de euros.

Reconciliação entre a amortização da remuneração variável e o montante imputado aos resultados

em mil milhões de euros

Correr Riscos Materiais

O decreto InstitutsVergV obriga-nos a identificar todos os colaboradores cujo trabalho se considera que tem uma grande influência no perfil de risco global do Grupo. Identificar adequadamente os colaboradores que correm riscos materiais e, subsequentemente, conceber estruturas de remuneração adequadas para os mesmos é essencial para não incentivar riscos inapropriados. As Normas Técnicas Regulamentares da Autoridade Bancária Europeia (“NTR EBA”), que foram adotadas pelo InstitutsVergV, entraram em vigor em junho de 2014.As NTR delineiam os critérios quantitativos e qualitativos prescritivos para identificar colaboradores que correm riscos materiais.

Para promover o alinhamento com estas novas exigências regulamentares, o processo de identificação de NTR de 2014 baseia-se numa combinação dos critérios qualitativos e quantitativos definidos na NTR EBA e nos critérios internos desenvolvidos pelo Banco para identificar categorias adicionais de funcionários cujas atividades profissionais têm um impacto material no perfil de risco do Banco.

Globalmente, 2903 colaboradores foram identificados como colaboradores que correm riscos materiais para o ano de desempenho de 2014, em 47 países. Isto representa um aumento de 124% em comparação com 2013, no qual foram identificados 1295 colaboradores. Em anos anteriores, o número de colaboradores que correm riscos materiais tem sido consideravelmente mais elevado do que muitos dos nossos concorrentes principais, quer em termos de nível absoluto quer em termos de percentagem da população total de colaboradores. Todavia, conforme pretendido, espera-se que a aplicação das NTR EBA resulte em condições mais equitativas.

Estruturas de remuneração para colaboradores que correm riscos materiais

Os colaboradores que correm riscos materiais estão sujeitos à mesma matriz de diferimento que a generalidade dos colaboradores, exceto ao requisito de diferimento de no mínimo 40% - 60% da RV. Se a RV de colaboradores que correm riscos materiais não ativar um diferimento de pelo menos 40% para a remuneração variável dum colaborador regulamentado (desde que a sua remuneração variável ultrapasse 50.000 euros), a matriz é ignorada para garantir que são cumpridas as obrigações regulamentares. Em média, no entanto, os colaboradores que correm riscos materiais são sujeitos a taxas de diferimento superiores aos requisitos regulamentares mínimos de 40% - 60%.

Todos os colaboradores que correm riscos materiais recebem 50% da sua RV diferida sob a forma de REA e normalmente, os restantes 50% sob a forma de RIA. Um número limitado de colaboradores que correm riscos materiais no Deutsche AWM recebeu uma parcela do seu RIA sob a forma de um plano de incentivo a colaboradores (Employee Incentive Plan – EIP).Estes prémios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio e disposições relativas a diferimento e perda de direitos ao abrigo do EIP, permanecem como RIA. Estes colaboradores recebem ainda 50% do seu prémio diferido em ações (como no REA) conforme exigido pela regulamentação.

Quando são adquiridos os direitos de cada tranche REA (ou no final dos 4,5 anos do período de aquisição de direitos para a administração sénior do Grupo), é aplicado um período mínimo de carência adicional de seis meses em que os colaboradores não podem vender as suas ações. Os colaboradores podem ainda perder os direitos ao seu REA ao abrigo das provisões de perda de direitos pela violação de política/violação regulamentar e da imparidade de proveitos ou se forem exonerados com justa causa durante o período de carência.

Além do prémio diferido, 50 % do prémio inicial (parcela remanescente após o cálculo da percentagem diferida) são também atribuídos em ações sob a forma de um prémio inicial em ações (EUA).Na data de atribuição do prémio, as ações são sujeitas a um período de carência mínimo de seis meses em que as ações não podem ser vendidas. A adição do EUA à parcela diferida do prémio significa que, em média, os colaboradores que correm riscos materiais recebem menos de 15% da sua RV em 2014 como pagamento imediato em numerário (ou seja, taxas médias de diferimento superiores a 85%).Os EUA estão sujeitos às provisões de perda de direitos por violação de política/violação regulamentar e imparidade de proveitos, durante o período de carência e também serão perdidos se o colaborador sair do Grupo voluntariamente ou por justa causa.

Todos os prémios diferidos e os EUA estão sujeitos a perda de direitos na sequência duma violação de política/violação regulamentar ou evento de imparidade de proveitos. Adicionalmente, todos os prémios diferidos estão sujeitos a disposições relativas a perda de direitos vinculadas ao desempenho da respetiva divisão e/ou do Grupo em geral.

Consulte "ajustamento ex-post ao risco" na seção "Visão geral de remunerações do Grupo e divulgação" para um resumo completo das disposições relativas a desempenho e perda de direitos.

Divulgação da remuneração nos termos do artigo 16.º do decreto InstitutsVergV

A secção 16 do InstitutsVergV estipula que os deveres de divulgação para as instituições são unicamente determinados pelo artigo 450.º do regulamento (UE) N. º 575/2013 (o Regulamento de requisitos de capital, “CRR”).O artigo 450.º do CRR apresenta novos regulamentos de divulgação e as tabelas abaixo foram criadas em conformidade com os mesmos.

Remuneração agregada

Como descrito anteriormente, desenvolvemos, aperfeiçoámos e implementámos uma abordagem estruturada e abrangente para identificar os colaboradores que correm riscos materiais em conformidade com os requisitos do InstitutsVergV. Os elementos de remuneração conjuntos para este grupo de colaboradores são detalhados na tabela seguinte. Note que a "remuneração variável" é comunicada na tabela, que inclui elementos

de remuneração variável e remuneração discricionária. A remuneração variável foi usada para efeitos de rácio da remuneração fixa e variável.

Todos os membros do Conselho de Administração e Geschäftsleiter de outras Subsidiárias importantes do Grupo, nos termos do artigo 1.º e 17.º do InstitutsVergV, são incluídos na coluna Geschäftsleiter. Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se incluídos na coluna adjacente. As informações acerca da remuneração não são comunicadas aos membros não executivos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. A sua remuneração (limitada a custos/despesas fixos) não faz parte das competências e governo do SECC.

								2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	CB&S	PBC	GTB	Deutsche AWM	Geschäftsleiter (Instituições relevantes)	Não executivos e Conselho de Fiscalização (Instituições relevantes)	NCOU	Total - Grupo
Número de colaboradores	2.057	108	141	388	76	67	67	2.903
dos quais:								
Administração sénior do Grupo	58	15	13	21	25	0	7	139
Outros colaboradores que correm riscos materiais	1.998	93	128	367	51	67	60	2.764
Pagamento total	2.072	98	120	381	109	N/S	74	2.854
dos quais:								
Pagamento fixo2	980	50	55	169	54	N/S	38	1.347
Pagamento variável3	1.092	48	65	212	55	N/S	36	1.508
Pagamento variável	1.092	48	65	212	55	N/S	36	1.508
dos quais:								
Variável em numerário	553	24	32	108	25	N/S	19	761
Variável em ações	539	24	32	102	30	N/S	17	745
Variável em instrumentos associados a ações	0	0	0	0	0	N/S	0	0
Variável em outros tipos de instrumentos	0	0	0	2	0	N/S	0	2
Pagamento variável diferido pendente	2.049	81	94	296	167	N/S	73	2.760
dos quais:								
Prémios com direitos adquiridos	12	0	0	0	12	N/S	0	25
Prémios sem direitos adquiridos	2.037	81	94	296	154	N/S	73	2.735
Pagamentos de rescisão[4]	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	4
Número de beneficiários	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	6

N/S – Não significativo
[1] Excluindo o Postbank
[2] Pagamento fixo definido como: salário-base + Suplemento Adicional do Pagamento Fixo + subsídios locais relevantes
[3] Pagamento variável definido como: RV + outros pagamentos de remuneração discricionários
[4] Os pagamentos de rescisão foram divulgados coletivamente para o Grupo com o intuito de salvaguardar a confidencialidade dos colaboradores, tendo em conta o número reduzido de beneficiários.

Todos os valores da tabela incluem a afetação de remuneração vinculada à infraestrutura ou ao número de colaboradores definidos pelo nosso código de afetação de custos. A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

Os prémios de contratação destinam-se a premiar pontualmente contratações novas excecionais e são incluídos como pagamento variável no ano de adesão para efeitos do rácio máximo fixo e variável. Como tal, os prémios de contratação estão incluídos no "pagamento variável" na tabela acima. Para 2014, 6,09 milhões de euros em prémios de contratação foram oferecidos a um total de 15 colaboradores que correm riscos materiais.

Estamos cientes de que quaisquer pagamentos de rescisão discricionários deverão ser determinados com base no compromisso sustentado do indivíduo e o seu contributo pessoal para o êxito do Banco durante o seu período de colaboração. O prémio individual mais elevado em 2014 foi de 3,01 milhões de euros.

Durante 2014, sete colaboradores que correm riscos materiais perderam os direitos relativamente aos seus prémios em consequência de terem sido alvo de rescisão por justa causa ou de uma deteção de uma violação de política/violação regulamentar ou imparidade de proveitos. O total do montante caducado (com base no valor dos prémios na atribuição) foi de 2,75 milhões de euros. No final de 2014, um indivíduo estava igualmente a ser avaliado pelos comités do Banco e sujeito a uma suspensão da atribuição de direitos ou entrega de prémios diferidos, devido às investigações em curso.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

De acordo com o artigo 450.º do CRR, o Banco tem igualmente de divulgar o número de pessoas que receberam remunerações a partir de um milhão de euros. Esta informação é fornecida abaixo:

	2014
	Número de colaboradores
Pagamento total[1]	
1.000.000 a 1.499.999	391
1.500.000 a 1.999.999	168
2.000.000 a 2.499.999	85
2.500.000 a 2.999.999	56
3.000.000 a 3.499.999	35
3.500.000 a 3.999.999	25
4.000.000 a 4.499.999	19
4.500.000 a 4.999.999	8
5.000.000 a 5.999.999	15
6.000.000 a 6.999.999	7
7.000.000 a 7.999.999	5
8.000.000 a 8.999.999	2

[1] Remuneração total definida como pagamento fixo (salário-base + SARF + deduções locais relevantes) mais remuneração variável (RV mais outros pagamentos de remuneração discricionários)

Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração

Responsabilidade

O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. No exercício de 2014, o Conselho de Fiscalização foi apoiado pelo novo Comité de Controlo de Remunerações. A exigência de estabelecer este comité adicional de membros do Conselho de Fiscalização resulta das abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV. Esta diretiva foi aperfeiçoada e transposta para o direito alemão pela lei de implementação CRD 4, através de alterações à lei bancária alemã (*Kreditwesengesetz* – KWG) e versões revistas da InstitutsVergV ao nível nacional.

Conforme exigido por lei, o Comité de Controlo de Remunerações é composto por quatro membros, dos quais pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores. Em relação ao Conselho de Administração, o Comité de Controlo de Remunerações assumiu as funções essenciais, previamente desempenhadas pelo Comité do Presidente, em particular, apoiar e monitorizar o Conselho de Fiscalização na estruturação adequada do sistema de remuneração, bem como preparar as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas à remunerações individuais.

Aprovação do sistema de remunerações na Assembleia-Geral

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista pela Lei bancária alemã sobre a adequação da remuneração do Conselho de Administração (*Gesetz zur Angemessenheit der Vorstandsvergütung* – VorstAG) de levar à aprovação da

Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Mais recentemente, em maio de 2013, a Assembleia-Geral aprovou um sistema de remunerações novo para os membros do Conselho de Administração, em grande maioria de 88,71%, com efeito retroativo a 1 de janeiro de 2013.

Novos requisitos regulamentares e estatutários

As abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV criam igualmente novos desafios para a conceção dos sistemas de remunerações. Os requisitos aplicam-se pela primeira vez à remuneração do Conselho de Administração que é determinada para o exercício de 2014.Um elemento relevante das disposições regulamentares é o limite no rácio de remuneração fixa e variável de 1:1 (regulamentação de cap), ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o da remuneração fixa. O raciocínio é o de que a remuneração variável excessivamente elevada poderia criar um incentivo maior para correr riscos desnecessariamente elevados.

Reter o sistema aprovado ao abrigo dos novos requisitos estatutários tornaria necessário aumentar a remuneração fixa, consequentemente, aumentar significativamente o componente de numerário diretamente pagável. Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2.

Em maio de 2014, a Assembleia-Geral utilizou esta possibilidade estatutária e aprovou a definição supramencionada para 1:2 com uma maioria de 90,84%.Como resultado, o aumento em custos fixos será minimizado e será mantida uma maior flexibilidade na composição da remuneração total dentro do sistema presente. Além disso, as contribuições ao plano de pensões da empresa foram modificadas para poder incluí-las no cálculo do rácio 1:2 (que reduz ainda mais a necessidade de aumentar a remuneração fixa), evitando aumentos de custo indesejáveis relacionados com os subsídios de pensão.

Princípios do sistema de remunerações

A estruturação do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração é feita tendo em consideração os requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. Os requisitos variados aplicáveis em todo o mundo apresentam ao Conselho de Fiscalização o desafio de poder oferecer, dentro das exigências regulamentares, pacotes de remuneração globais que continuam a estar em linha com as práticas de mercado habituais e, por conseguinte, competitivas.

Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank e atribuindo componentes de remuneração com base em ações que correspondam, no mínimo, a 50% do total da remuneração variável. Ao determinar a remuneração variável, os componentes da remuneração baseados em ações estão diretamente vinculados ao desempenho da cotação das ações do Deutsche Bank e o respetivo pagamento só pode ser efetuado após um período de vários anos.

Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para evitar incorrer em riscos excessivamente elevados, bem como para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco e promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo.

No contexto da sua reapreciação do sistema de remunerações e na determinação da remuneração variável, o Conselho de Fiscalização recorre a consultores externos independentes especializados em matéria de remuneração e, se necessário, a consultores jurídicos.

Estrutura de remuneração

Em vigor a 1 de janeiro de 2013, o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração foi fundamentalmente modificado pelo Conselho de Fiscalização e, em 2014, foi adaptado aos novos requisitos regulamentares. O sistema de remunerações aprovado pelo Conselho de Fiscalização e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

No início do ano financeiro, o Conselho de Fiscalização analisa a remuneração fixa e os valores alvo para os componentes da remuneração variável. Adicionalmente, define os objetivos gerais para o Grupo e individuais

para os membros do Conselho de Administração e verifica se os objetivos alvo padrão definidos para o prémio de desempenho de longo prazo ainda se mantêm alinhados com a estratégia de longo prazo do Banco. O desempenho de membros do Conselho de Administração considerados individualmente é avaliado pelo Conselho de Fiscalização e discutido com os membros do Conselho de Administração ao longo e no final do ano.

A remuneração total resultante do novo sistema de remuneração divide-se por componentes não relacionados com o desempenho e componentes relacionados com o desempenho.

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho.

A remuneração fixa consiste sobretudo num salário-base. Um salário-base é pago como um salário-base em doze prestações mensais do mesmo valor. À luz das novas exigências regulamentares, o salário-base foi revisto durante o ano de 2014 e determinado como se segue:

em euros	2014	2013
Salário-base		
Copresidentes	3.800.000	2.300.000
Membro ordinário do Conselho de Administração	2.400.000	1.150.000

O InstitutsVergV prevê a possibilidade de definir contribuições para o plano de pensões da empresa como remuneração fixa e, por conseguinte, incluí-las na base para o cálculo do rácio entre componentes de remuneração fixa e variável. Os montantes do salário-base supramencionado foram, consequentemente, determinados, levando em conta as contribuições para o plano de pensões da empresa.

Desde o exercício de 2014, as contribuições para o plano de pensões atingiram:

em euros	2014
Contribuições para o plano de pensões da empresa	
Copresidentes	650.000
Membro ordinário do Conselho de Administração	400.000

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios".Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho e consiste sobretudo em dois componentes:

o prémio anual de desempenho e
o prémio de desempenho de longo prazo.

Prémio anual de desempenho (APA)

O APA recompensa o cumprimento dos objetivos corporativos e de política de negócio, de curto e médio prazo, que foram estabelecidos como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio.

O montante total do APA é determinado com base em vários componentes:

60% do valor do prémio depende dos objetivos gerais do âmbito do Grupo que são idênticos para todos os membros do Conselho de Administração;
Os restantes 40% do valor do prémio baseiam-se no desempenho individual e objetivos individuais que são estabelecidos pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração, separadamente, com base na função do membro.

Relativamente à estratégia 2015+, os objetivos são normalmente alinhados com as categorias "capital", "custos", "competências", "clientes" e "cultura". Dessa forma, refletem não só objetivos quantitativos como também abordam aspetos qualitativos do desempenho conseguido.

Objetivos referentes ao exercício de 2014

Os seguintes valores financeiros fundamentais do Grupo foram acordados como métricas para o exercício de 2014 e aplicam-se de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Os objetivos a atingir podem também, no geral, incluir outros aspetos, tal como objetivos de retorno de investimento, derivados das cinco categorias identificadas:

Categoria Capital: Rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) e rácio de alavancagem;
Categoria Custos: Rácio custo/rendimento (CIR)
Categoria Competências: Valor acrescentado reportado; e
Categorias Cultura/Clientes: Empenho, comportamento e reputação do colaborador.
Cada categoria destes objetivos é ponderada a 15% na determinação do montante do prémio. Assim, a proporção destas categorias como parte do APA geral é de 60%.

Ao avaliar a componente do desempenho individual, o Conselho de Fiscalização chega a acordo, separadamente, com cada um dos membros do Concelho de Administração sobre

um objetivo quantitativo das categorias Capital/Custos/Competências e
um objetivo qualitativo das categorias Cultura/Clientes.
Cada um destes dois objetivos é também ponderado a 15% na determinação do montante do prémio. Assim, a proporção destes objetivos como parte do APA geral é de 30%.

No seu conjunto, a soma dos objetivos do Grupo e dos acordados individualmente perfaz 90% do prémio APA. Um máximo adicional de 10% é mantido para permitir ao Conselho de Fiscalização premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos, ao longo do exercício, como parte da sua ampla autoridade discricionária.

Como parte do processo anual de definição de objetivos, são determinados fatores correspondentes para todos os objetivos que o Conselho de Fiscalização irá usar como base para avaliar o desempenho no final do ano. O nível de desempenho alvo correspondente e o montante final do APA já não se definem com base numa fórmula, mas são determinados numa base discricionária pelo Conselho de Fiscalização como parte de um parecer informado assente em fatores predefinidos. Os seguintes fatores são tidos em conta: o valor efetivo obtido, valores do plano e valores alvo anunciados externamente, valores comparáveis de outras instituições bancárias, os valores do ano anterior em termos de uma análise plurianual do desenvolvimento, bem como uma análise qualitativa do nível de cumprimento dos objetivos e a orientação de risco geral do Banco.

Se os objetivos não forem atingidos durante o período objeto da avaliação, o Conselho de Fiscalização poderá determinar a não atribuição de um APA.

Levando em conta os ajustamentos do sistema de remuneração aos requisitos do CRD IV, os valores alvo e máximo aplicáveis ao APA para o ano 2014 para um membro ordinário do Conselho de Administração e para os copresidentes do Conselho de Administração são os seguintes:

			2014	2013
em euros	Mínimo	Alvo	Máximo	Alvo
Copresidentes				
Montante por 15 % do objetivo	0	225.000	450.000	345.000
Total do APA	**0**	**1.500.000**	**3.000.000**	2.300.000
Membro ordinário do Conselho de Administração				
Montante por 15 % do objetivo	0	150.000	300.000	225.000
Total do APA	**0**	**1.000.000**	**2.000.000**	1.500.000

Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA)

O nível do prémio de desempenho de longo prazo já não é determinado apenas com base no desempenho relativo das ações do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas. Agora, através da inclusão adicional de parâmetros não financeiros, é também orientado para a forma como os objetivos são atingidos. Isto permitirá continuar a promover um desenvolvimento de desempenho sustentável.

Da mesma forma, o nível do LTPA continua a estar ligado ao retorno total relativo dos acionistas e, adicionalmente, será baseado num fator de cultura e cliente. O nível do LTPA continuará, no geral, a ser baseado numa fórmula e calculado com base em valores alvo predefinidos. A natureza de longo prazo desta componente da

remuneração será também mantida pela determinação continuada do retorno total relativo dos acionistas com base numa avaliação de três anos.

Retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank

O retorno total relativo dos acionistas (Relative Total Shareholder Return – RTSR) do Deutsche Bank deriva do retorno total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo selecionado de pares (cálculo em euros).O nível da parcela do prémio continuará a ser calculado a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores).

Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150 % do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%.Tal como anteriormente, se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor geralmente diminui de forma não proporcional; contudo, a provisão de desconto foi modificada. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando entre 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Tal como antes, se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

Como parte da revisão do sistema de remuneração e do maior alinhamento pretendido com a estratégia do Deutsche Bank, foi ajustado o grupo de pares usado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas. O grupo de pares passou a incluir os seguintes bancos:

BNP Paribas e Société Générale (ambos da área do euro),
Barclays, Credit Suisse e UBS (da Europa, fora da área do euro), bem como
Bank of America, Citigroup, Goldman Sachs, JP Morgan Chase e Morgan Stanley (todos dos EUA).
Os critérios utilizados para selecionar o grupo de pares são: a realização de atividades comerciais genericamente comparáveis, uma dimensão comparável e presença internacional. A seleção deverá continuar a ser revista regularmente ao longo dos próximos anos.

Fator de cultura e cliente

Ao longo do fator Cultura e Cliente, a satisfação dos clientes e as relações com os mesmos serão avaliadas para promover um desenvolvimento sustentável das relações com os clientes. Futuramente, este fator será determinado com base numa abordagem assente em fórmulas. Estão a ser reunidos esforços para implementar um sistema correspondente.

Para uma fase de transição, e até ao desenvolvimento final e calibração deste sistema, o Conselho de Fiscalização avaliará o estado do desenvolvimento do Banco nestes aspetos, a seu critério e com base em resultados de inquéritos específicos das divisões, bem como outras análises de mercado centradas nas quatro categorias "abaixo da média", "média", "bom" e "excelente".Para uma classificação na categoria "excelente", é atribuído 150 % do valor alvo do fator cultura e cliente, 100% para "bom" e 50% para "média".No caso "abaixo da média", o valor da parcela do prémio definido como zero.

Levando em conta os ajustamentos do sistema de remuneração aos requisitos do CRD IV, o LTPA será calculado com base nos números-alvo modificados em conjunto com o RTSR alcançado e o fator Cultura e Cliente. O LTPA pode ser um máximo de 150 % dos valores alvo correspondentes.

A ponderação destas duas métricas de desempenho é dois terços para o valor RTSR e um terço para o valor de cultura e cliente.

em euros	2014 Mínimo	2014 Alvo	2014 Máximo	2013 Alvo
Copresidentes				
Componente RTSR	0	2.533.333	3.800.000	3.066.667
Componente de cultura e cliente	0	1.266.667	1.900.000	1.533.333
Total do LTPA	**0**	**3.800.000**	**5.700.000**	4.600.000
Membro ordinário do Conselho de Administração				
Componente RTSR	0	1.600.000	2.400.000	2.000.000
Componente de cultura e cliente	0	800.000	1.200.000	1.000.000
Total do LTPA	**0**	**2.400.000**	**3.600.000**	3.000.000

Remuneração máxima

Na sequência da implementação das exigências regulamentares e com base nos componentes de remuneração individual anteriormente referidos, os montantes máximos são os seguintes:

em euros	Salário-base	APA	LTPA	2014 Remuneração total	2013 Remuneração total
Copresidentes					
Nova estrutura					
Alvo	3.800.000	1.500.000	3.800.000	9.100.000	9.200.000
Máximo	3.800.000	3.000.000	5.700.000	12.500.000	12.650.000
Membro ordinário do Conselho de Administração					
Nova estrutura					
Alvo	2.400.000	1.000.000	2.400.000	5.800.000	5.650.000
Máximo	2.400.000	2.000.000	3.600.000	8.000.000	7.900.000

Mesmo após a implementação das exigências regulamentares, a remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a um limite separado de 9,85 milhões de euros, que foi voluntariamente definido pelo Conselho de Fiscalização para a remuneração total geral para o exercício de 2014.Do mesmo modo, o máximo calculado da remuneração total de 12,5 milhões de euros para os copresidentes não poderá entrar em vigor e, por isso, a remuneração variável máxima potencial para cada copresidente está limitada a 6,05 milhões de euros.

Incentivo de longo prazo/sustentabilidade

O decreto InstitutsVergV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total sejam concedidos de forma diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Um máximo de 40% da remuneração variável total poderão ser atribuídos numa base não diferida. No entanto, pelo menos metade desta percentagem deverá consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% tem de ser pago ou entregue numa data posterior.

Até e incluindo o ano de 2013, o APA foi atribuído, até certa medida, como um componente variável não diferido (“prémio inicial”).Os respetivos prémios iniciais corresponderam a um máximo de 40% da remuneração variável total. De acordo com os requisitos regulamentares, pelo menos metade do montante do prémio inicial foi atribuído em componentes de remuneração com base em ações ("prémio inicial em ações").Os prémios iniciais em ações foram sujeitos a um período de carência de três anos. Os prémios só podem ser alienados após expirar este período de carência. A parcela restante foi paga de imediato em numerário ("pagamento inicial em numerário").Se considerado necessário por requisitos regulamentares ou regras específicas do Banco, partes do APA foram atribuídas numa base diferida, tendo isso sido normalmente efetuado sob a forma de componentes de remuneração em numerário diferida ("prémios restritos de ações").Os prémios restritos de ações atribuíram a aquisição de direitos em quatro tranches iguais. A aquisição dos direitos da primeira tranche foi obtida cerca de um ano e meio após a sua atribuição. A aquisição de direitos das restantes tranches foi obtida subsequentemente, em intervalos de um ano. O pagamento foi efetuado com a aquisição dos direitos. Deste modo, a remuneração em numerário diferida foi desembolsada por um período aproximado de quatro anos e meio.

Com a implementação das exigências regulamentares em 2014 e o aumento relacionado nos salários fixos, o APA apenas será concedido numa base diferida a partir de agora, embora seja em princípio atribuído sob a forma de componentes de remuneração em numerário diferida (“prémios restritos de incentivo”) com um diferimento acima de, pelo menos quatro anos. Com isso, os prémios iniciais não diferidos não são mais atribuídos.

O LTPA é atribuído 100% numa base diferida e apenas na forma de componentes de remuneração com base em ações ("prémio restrito em ações").Os prémios restritos de ações atribuem a aquisição de direitos após quatro anos e meio, numa tranche única ("cliff vesting"), e têm um período adicional de carência de seis meses. Assim, os membros do Conselho de Administração só podem alienar as ações cerca de cinco anos após a sua atribuição, se esta não caducar devido a incumprimento relativo às condições de perda de direitos, durante este período.

O gráfico seguinte apresenta a data de pagamento da remuneração imediata em numerário e especificamente o faseamento ao longo do tempo do pagamento ou da entrega dos outros componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição.

Aquisição e/ou não perda de direitos, alinhada com pagamento ou entrega.
Aquisição seguida de um período de carência até à entrega; sujeita a condições de perda de direitos individuais durante o período de carência.

Como os RIA não auferem juros antes do pagamento, é adicionado um bónus único de 2% no momento da atribuição.

Os prémios com base em capital concedidos têm o direito a um dividendo equivalente ao alinhamento do prémio com o dividendo realmente pago e, consequentemente, com a receita para o acionista. O equivalente de dividendo é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Dividendo real} \times \text{Número de prémios em ações}}{\text{Preço das ações do Deutsche Bank na data de pagamento do dividendo}}$$

Condições de perda de direitos

O diferimento ou faseamento dalguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prémios restritos em ações, prémios restritos de incentivo e prémios iniciais em ações), assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prémios podem ser total ou parcialmente perdidos, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e, no que diz respeito aos prémios restritos em ações e aos prémios restritos de incentivo, também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o LTPA será totalmente perdido se os requisitos

mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais (por exemplo, alienação de grandes investimentos), a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

Para promover a identificação com o Deutsche Bank e os seus acionistas, será exigido aos membros do Conselho de Administração que invistam uma parcela dos seus fundos privados em ações do Deutsche Bank. Para este efeito, os administradores deterão continuamente um número de ações do Deutsche Bank nas suas contas de títulos. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

Em 2013, o número de ações a deter atingiu a um montante equivalente a três vezes o salário-base anual dos copresidentes e duas vezes o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração. O ajustamento à remuneração fixa efetuado em 2014 e a redução em elementos de remuneração variável relacionada requer um ajustamento das linhas orientadoras da detenção de ações para os membros do Conselho de Administração. Desde 2014, o número de ações a deter atingiu um montante equivalente a duas vezes o salário-base anual dos copresidentes e uma vez o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração.

Há um período de espera de 36 meses para os copresidentes e 24 meses para membros ordinários do Conselho de Administração até ao qual este requisito deve obrigatoriamente ser cumprido. As obrigações de carência para ações só entrarão em vigor a partir de 2016 para os copresidentes e de 2015 para os membros ordinários do Conselho de Administração. Contudo, todos os membros do Conselho de Administração cumpriram os requisitos em 2014.O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Remuneração do Conselho de Administração

Princípios

No final de janeiro de 2015, o Comité de Controlo de Remunerações discutiu em pormenor e preparou para o Conselho de Fiscalização como plenário a resolução do Conselho de Fiscalização sobre a determinação da Remuneração Variável para os membros do Conselho de Administração. A atenção centrou-se sobretudo na verificação da adequação da remuneração, numa análise horizontal face aos concorrentes do Banco, bem como numa análise vertical em conformidade com os requisitos do código de governo das sociedades alemão. No contexto desta análise comparada, a adequação da remuneração foi abordada relativamente ao:

rácio entre remuneração fixa e variável;
rácio entre elementos da remuneração de curto prazo e longo prazo;
rácio entre elementos de remuneração imediata e diferida; e
rácio entre os elementos de remuneração com aquisição imediata de direitos e os elementos de remuneração sujeitos a condições de perda de direitos.

Adicionalmente, foi também considerada a adequação do montante total de remunerações em relação ao rendimento médio dos colaboradores.

Salário-base

No exercício de 2014, o salário-base anual dos copresidentes do Conselho de Administração foi de 3.800.000 euros cada e o de um membro ordinário do Conselho de Administração foi de 2.400.000 euros.

Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2014.Ao calcular e determinar o valor do APA e do LTPA, o Conselho de Fiscalização, acima de tudo, considerou adequadamente os contributos individuais dos membros do Conselho de Administração para as receitas do Banco, para além dos resultados gerais do Grupo. Para este efeito, o contributo individual para as receitas do Banco foi determinado com base no cumprimento dos objetivos acordados e foi avaliado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2014 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 35.277.666 euros (2013:38.496.509 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Dos quais 19.600.000 euros (2013: 10.350.000 euros) destinaram-se a salários-base, 15.677.666 euros (2013:27.096.509 euros) para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo e 0 euros (2013:1.050.000 euros) para componentes relacionados com o desempenho sem incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2014, como se segue:

em euros	Salário--base	APA[1]	LTPA[2]	2014 Remuneração total	2013 Remuneração total
Jürgen Fitschen	3.800.000	860.625	2.001.333	6.661.958	7.474.597
Anshuman Jain	3.800.000	860.625	2.001.333	6.661.958	7.474.597
Stefan Krause	2.400.000	688.500	1.264.000	4.352.500	4.676.415
Dr. Stephan Leithner	2.400.000	803.250	1.264.000	4.467.250	4.706.250
Stuart Lewis	2.400.000	765.000	1.264.000	4.429.000	4.671.825
Rainer Neske	2.400.000	688.500	1.264.000	4.352.500	4.821.000
Henry Ritchotte	2.400.000	688.500	1.264.000	4.352.500	4.671.825
Total	**19.600.000**	**5.355.000**	**10.322.666**	**35.277.666**	38.496.509

[1] APA = Prémio anual de desempenho/prémio que inclui valor de 2%.
[2] LTPA = Prémio de desempenho de longo prazo.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa, remuneração variável a curto prazo e remuneração variável a longo prazo em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece remuneração concedida para o exercício de 2014:

Remuneração concedida em 2014 (2013), de acordo com o GCGC

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	Jürgen Fitschen Copresidente 2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	3.800.000	3.800.000	3.800.000	3.800.000	2.300.000	2.300.000
Benefícios marginais	118.852	118.852	118.852	118.852	236.590	236.590
Total	3.918.852	3.918.852	3.918.852	3.918.852	2.536.590	2.536.590
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	2.861.958	5.300.000	0	8.700.000	5.024.597	6.750.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	860.625	1.500.000	0	3.000.000	1.347.930	2.000.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	2.001.333	3.800.000	0	5.700.000	3.526.667	4.600.000
Total	2.861.958	5.300.000	0	8.700.000	5.174.597	6.900.000
Custos do serviço de pensões	648.216	648.216	648.216	648.216	290.457	290.457
Remuneração total (GCGC)	**7.429.026**	**9.867.068**	**4.567.068**	**13.267.068**	8.001.644	9.727.047
Remuneração total[1]	**6.661.958**	**9.100.000**	**3.800.000**	**12.500.000**	7.474.597	9.200.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Anshuman Jain
Copresidente

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	3.800.000	3.800.000	3.800.000	3.800.000	2.300.000	2.300.000
Benefícios marginais	718.914	718.914	718.914	718.914	804.032	804.032
Total	4.518.914	4.518.914	4.518.914	4.518.914	3.104.032	3.104.032
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	2.861.958	5.300.000	0	8.700.000	5.024.597	6.750.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	860.625	1.500.000	0	3.000.000	1.347.930	2.000.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	2.001.333	3.800.000	0	5.700.000	3.526.667	4.600.000
Total	2.861.958	5.300.000	0	8.700.000	5.174.597	6.900.000
Custos do serviço de pensões	857.192	857.192	857.192	857.192	692.433	692.433
Remuneração total (GCGC)	**8.238.064**	**10.676.106**	**5.376.106**	**14.076.106**	8.971.062	10.696.465
Remuneração total[1]	**6.661.958**	**9.100.000**	**3.800.000**	**12.500.000**	7.474.597	9.200.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Stefan Krause

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.150.000	1.150.000
Benefícios marginais	124.753	124.753	124.753	124.753	105.609	105.609
Total	2.524.753	2.524.753	2.524.753	2.524.753	1.255.609	1.255.609
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	1.952.500	3.400.000	0	5.600.000	3.376.415	4.350.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	688.500	1.000.000	0	2.000.000	926.415	1.200.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	1.264.000	2.400.000	0	3.600.000	2.300.000	3.000.000
Total	1.952.500	3.400.000	0	5.600.000	3.526.415	4.500.000
Custos do serviço de pensões	521.887	521.887	521.887	521.887	340.985	340.985
Remuneração total (GCGC)	**4.999.140**	**6.446.640**	**3.046.640**	**8.646.640**	5.123.009	6.096.594
Remuneração total[1]	**4.352.500**	**5.800.000**	**2.400.000**	**8.000.000**	4.676.415	5.650.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Dr. Stephan Leithner

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.150.000	1.150.000
Benefícios marginais	353.552	353.552	353.552	353.552	119.905	119.905
Total	2.753.552	2.753.552	2.753.552	2.753.552	1.269.905	1.269.905
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	2.067.250	3.400.000	0	5.600.000	3.406.250	4.350.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	803.250	1.000.000	0	2.000.000	956.250	1.200.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	1.264.000	2.400.000	0	3.600.000	2.300.000	3.000.000
Total	2.067.250	3.400.000	0	5.600.000	3.556.250	4.500.000
Custos do serviço de pensões	561.694	561.694	561.694	561.694	360.800	360.800
Remuneração total (GCGC)	**5.382.496**	**6.715.246**	**3.315.246**	**8.915.246**	5.186.955	6.130.705
Remuneração total[1]	**4.467.250**	**5.800.000**	**2.400.000**	**8.000.000**	4.706.250	5.650.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Stuart Lewis

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.150.000	1.150.000
Benefícios marginais	84.937	84.937	84.937	84.937	89.844	89.844
Total	2.484.937	2.484.937	2.484.937	2.484.937	1.239.844	1.239.844
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	2.029.000	3.400.000	0	5.600.000	3.371.825	4.350.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	765.000	1.000.000	0	2.000.000	921.825	1.200.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	1.264.000	2.400.000	0	3.600.000	2.300.000	3.000.000
Total	2.029.000	3.400.000	0	5.600.000	3.521.825	4.500.000
Custos do serviço de pensões	551.095	551.095	551.095	551.095	351.335	351.335
Remuneração total (GCGC)	**5.065.032**	**6.436.032**	**3.036.032**	**8.636.032**	5.113.004	6.091.179
Remuneração total[1]	**4.429.000**	**5.800.000**	**2.400.000**	**8.000.000**	4.671.825	5.650.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Rainer Neske

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.150.000	1.150.000
Benefícios marginais	96.155	96.155	96.155	96.155	104.900	104.900
Total	2.496.155	2.496.155	2.496.155	2.496.155	1.254.900	1.254.900
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	1.952.500	3.400.000	0	5.600.000	3.521.000	4.350.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	688.500	1.000.000	0	2.000.000	1.071.000	1.200.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	1.264.000	2.400.000	0	3.600.000	2.300.000	3.000.000
Total	1.952.500	3.400.000	0	5.600.000	3.671.000	4.500.000
Custos do serviço de pensões	539.553	539.553	539.553	539.553	348.352	348.352
Remuneração total (GCGC)	**4.988.208**	**6.435.708**	**3.035.708**	**8.635.708**	5.274.252	6.103.252
Remuneração total[1]	**4.352.500**	**5.800.000**	**2.400.000**	**8.000.000**	4.821.000	5.650.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

Henry Ritchotte

em euros	2014 (concedido)	2014 (meta)	2014 (mín)	2014 (máx)	2013 (concedido)	2013 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2.400.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	1.150.000	1.150.000
Benefícios marginais	289.842	289.842	289.842	289.842	132.370	132.370
Total	2.689.842	2.689.842	2.689.842	2.689.842	1.282.370	1.282.370
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	150.000	150.000
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Remuneração variável de vários anos	1.952.500	3.400.000	0	5.600.000	3.371.825	4.350.000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	150.000	150.000
Prémios restritos de incentivo (APA)	688.500	1.000.000	0	2.000.000	921.825	1.200.000
Prémios restritos em ações (LTPA)	1.264.000	2.400.000	0	3.600.000	2.300.000	3.000.000
Total	1.952.500	3.400.000	0	5.600.000	3.521.825	4.500.000
Custos do serviço de pensões	530.086	530.086	530.086	530.086	344.689	344.689
Remuneração total (GCGC)	**5.172.428**	**6.619.928**	**3.219.928**	**8.819.928**	5.148.884	6.127.059
Remuneração total[1]	**4.352.500**	**5.800.000**	**2.400.000**	**8.000.000**	4.671.825	5.650.000

[1] Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos em/para o exercício de 2014:

Desembolsos pagos em 2014 (2013) de acordo com o GCGC

	Jürgen Fitschen Copresidente		Anshuman Jain Copresidente		Stefan Krause		Dr. Stephan Leithner	
em euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Remuneração fixa	3.800.000	2.300.000	3.800.000	2.300.000	2.400.000	1.150.000	2.400.000	1.150.000
Benefícios marginais	118.852	236.590	718.914	804.032	124.753	105.609	353.552	119.905
Total	3.918.852	2.536.590	4.518.914	3.104.032	2.524.753	1.255.609	2.753.552	1.269.905
Remuneração variável de um ano	0	150.000	0	150.000	0	150.000	0	150.000
daí pagos imediatamente	0	150.000	0	150.000	0	150.000	0	150.000
Remuneração variável de vários anos	420.542	1.642.906	829.761	4.425.616	446.444	2.017.466	0	0
Prémios iniciais em ações dos mesmos:								
EUA para 2010 (até 2014)	420.542	0	829.761	0	446.444	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
RIA para 2011 (até 2016)	0	356.221	0	1.051.846	0	356.221	0	0
RIA para 2010 (até 2015)	0	199.943	0	1.091.853	0	212.257	0	0
RIA para 2009 (até 2013)	0	68.480	0	234.988	0	91.306	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2009 (até 2013)	0	1.018.262	0	2.046.929	0	1.357.682	0	0
Total	420.542	1.792.906	829.761	4.575.616	446.444	2.167.466	0	150.000
Custos do serviço de pensões	648.216	290.457	857.192	692.433	521.887	340.985	561.694	360.800
Remuneração total (GCGC)	**4.987.610**	4.619.953	**6.205.867**	8.372.081	**3.493.084**	3.764.060	**3.315.246**	1.780.705

	Stuart Lewis		Rainer Neske		Henry Ritchotte	
em euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Remuneração fixa	2.400.000	1.150.000	2.400.000	1.150.000	2.400.000	1.150.000
Benefícios marginais	84.937	89.844	96.155	104.900	289.842	132.370
Total	2.484.937	1.239.844	2.496.155	1.254.900	2.689.842	1.282.370
Remuneração variável de um ano	0	150.000	0	150.000	0	150.000
daí pagos imediatamente	0	150.000	0	150.000	0	150.000
Remuneração variável de vários anos	0	0	433.493	1.649.063	0	0
Prémios iniciais em ações dos mesmos:						
EUA para 2010 (até 2014)	0	0	433.493	0	0	0
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:						
RIA para 2011 (até 2016)	0	0	0	356.221	0	0
RIA para 2010 (até 2015)	0	0	0	206.100	0	0
RIA para 2009 (até 2013)	0	0	0	68.480	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:						
REA para 2009 (até 2013)	0	0	0	1.018.262	0	0
Total	0	150.000	433.493	1.799.063	0	150.000
Custos do serviço de pensões	551.095	351.335	539.553	348.352	530.086	344.689
Remuneração total (GCGC)	**3.036.032**	1.741.179	**3.469.201**	3.402.315	**3.219.928**	1.777.059

Em 2014, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender para todos os membros do Conselho de Administração as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolsos em agosto de 2014.Assim, a tabela acima não contém os respetivos elementos de remuneração que não foram desembolsados (ou entregues - em caso de elementos com base em ações) em agosto de 2014.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2014, uma remuneração no total de 31.709.671 euros (2013:36.890.500 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Dos quais 19.600.000 euros (2013:10.350.000 euros) destinaram-se a salários-base, 1.787.005 euros (2013: 1.593.250 euros) para benefícios marginais, 10.322.666 euros (2013:23.897.250 euros) para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo € 0 (2013:1.050.000 euros) para componentes relacionados com o desempenho sem incentivos de longo prazo.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2014 e 2013, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho e os custos de serviço de pagamento de prestações de pensões.

Remuneração de acordo com o GAS 17

	Jürgen Fitschen Copresidente		Anshuman Jain Copresidente		Stefan Krause		Dr. Stephan Leithner	
em euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Conselho de								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	150.000	0	150.000	0	150.000	0	150.000
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	624.644	0	2.378.687	0	659.784	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	150.000	0	150.000	0	150.000	0	150.000
Prémios restritos em ações	2.001.333	3.526.667	2.001.333	3.526.667	1.264.000	2.300.000	1.264.000	2.300.000
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	3.800.000	2.300.000	3.800.000	2.300.000	2.400.000	1.150.000	2.400.000	1.150.000
Benefícios								
Componentes não relacionados com o desempenho								
Benefícios marginais	118.852	236.590	718.914	804.032	124.753	105.609	353.552	119.905
Custos do serviço de pensões	648.216	290.457	857.192	692.433	521.887	340.985	561.694	360.800
Total (exc. custos do serviço)	**5.920.185**	6.987.901	**6.520.247**	9.309.386	**3.788.753**	4.515.393	**4.017.552**	3.869.905
Total (inc. custos do serviço)	**6.568.401**	7.278.358	**7.377.439**	10.001.819	**4.310.640**	4.856.378	**4.579.246**	4.230.705

	Stuart Lewis		Rainer Neske		Henry Ritchotte		Total	
em euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Conselho de								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	150.000	0	150.000	0	150.000	0	1.050.000
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	630.801	0	0	0	4.293.916
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	150.000	0	150.000	0	150.000	0	1.050.000
Prémios restritos em ações	1.264.000	2.300.000	1.264.000	2.300.000	1.264.000	2.300.000	10.322.666	18.553.334
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2.400.000	1.150.000	2.400.000	1.150.000	2.400.000	1.150.000	19.600.000	10.350.000
Benefícios								
Componentes não relacionados com o desempenho								
Benefícios marginais	84.937	89.844	96.155	104.900	289.842	132.370	1.787.005	1.593.250
Custos do serviço de pensões	551.095	351.335	539.553	348.352	530.086	344.689	4.209.723	2.729.051
Total (exc. custos do serviço)	**3.748.937**	3.839.844	**3.760.155**	4.485.701	**3.953.842**	3.882.370	**31.709.671**	36.890.500
Total (inc. custos do serviço)	**4.300.032**	4.191.179	**4.299.708**	4.834.053	**4.483.928**	4.227.059	**35.919.394**	39.619.551

Em 2014, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender para todos os membros do Conselho de Administração as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda ou atribuíveis com aquisição de direitos em agosto de 2014.Assim, a tabela acima não contém os Prémios Restritos de Incentivo que não foram desembolsados em agosto de 2014.

Relativamente a 2013, os montantes de remuneração total apresentados incluem a terceira tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2010 relativos ao exercício de 2009, no total de 463.254 euros, a segunda tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2011 relativos ao ano fiscal de 2010 no total de 1.710.153 euros e a primeira tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2012 para o exercício de 2011, no total de 2.120.509 euros.

Prémios em ações

O número de prémios em ações sob a forma de prémios restritos em ações (REA) atribuídos em 2015 para o exercício de 2014 a cada membro do Conselho de Administração foi determinado dividindo os respetivos montantes em euros por 27,108 euros, o preço médio das cotações de fecho XETRA de uma ação do Deutsche Bank AG nos primeiros dez dias de negociação em fevereiro de 2015 (ano anterior:€ 35,4385 = média das cotações de fecho XETRA de uma ação do Deutsche Bank AG nos primeiros dez dias de negociação em fevereiro de 2014).

Em resultado desse cálculo foi atribuído o seguinte número de prémios em ações (arredondado):

Membros do Conselho de Administração

Unidades	Ano	Prémio(s) inicial(ais) em ações (com período de carência)	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)
Jürgen Fitschen	2014	0	73.828
	2013	4.233	99.515
Anshuman Jain	2014	0	73.828
	2013	4.233	99.515
Stefan Krause	2014	0	46.628
	2013	4.233	64.901
Dr. Stephan Leithner	2014	0	46.628
	2013	4.233	64.901
Stuart Lewis	2014	0	46.628
	2013	4.233	64.901
Rainer Neske	2014	0	46.628
	2013	4.233	64.901
Henry Ritchotte	2014	0	46.628
	2013	4.233	64.901

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Pensões e benefícios de transição

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão.

Até 2013 inclusive, esta contribuição anual era calculada utilizando uma taxa de contribuição individual, com base no salário-base de cada membro e no bónus total, tendo um limite máximo definido e acumulando juros creditados antecipadamente, determinada por meio de um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 6% ao ano até aos 60 anos. A partir dos 61 anos de idade, a parte da conta de pensões que consiste em contribuições efetuadas até e incluindo o ano de contribuição de 2013 é creditada com um pagamento de juros anual de 6% até à data da reforma.

Como parte da reconcepção do sistema de remunerações, o compromisso das pensões foi modificado, entrando em vigor a 1 de janeiro de 2014.Os membros do Conselho de Administração recebem agora uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos de idade, a parte da conta de pensões que consiste em contribuições efetuadas a partir de 2014 é creditada com um pagamento de juros anual de 4 % até à data da reforma.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão. Em determinadas condições, o pagamento da pensão também pode vencer antes de ocorrer um evento típico de acionamento da pensão (limite de idade, invalidez ou morte).O direito de pensão é adquirido desde o início.

No que diz respeito à sua saída do Banco, o Dr. Ackermann teve direito a um pagamento de transição em 2014.O pagamento de transição contratualmente acordado sob a forma de um pagamento único foi de 2.750.000 euros.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2014 e 2013, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada atual membro do Conselho de Administração a partir de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício1		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo do serviço, no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos, fim do exercício	
em euros	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Jürgen Fitschen	650.000	230.000	65.351	48.633	1.804.524	1.089.173	648.216	290.457	1.935.819	1.442.337
Anshuman Jain	903.500	690.000	0	0	2.016.125	1.112.625	857.192	692.433	1.884.104	1.129.633
Stefan Krause	536.000	327.750	0	0	3.522.137	2.986.137	521.887	340.985	3.336.863	3.036.880
Dr. Stephan Leithner	620.000	396.750	0	0	1.258.250	638.250	561.694	360.800	1.128.360	586.293
Stuart Lewis	600.000	379.500	0	0	1.210.938	610.938	551.095	351.335	1.103.545	571.042
Rainer Neske	576.000	362.250	0	0	3.372.865	2.796.865	539.553	348.352	3.068.819	2.628.520
Henry Ritchotte	556.000	345.000	0	0	1.112.313	556.313	530.086	344.689	1.053.970	561.276

1Incluindo o fator relacionado com a idade.

Outros benefícios aquando de cessação prematura

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. A indemnização por cessação de funções, em regra, não poderá exceder o menor valor entre a remuneração anual e os pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções não poderá, em regra, exceder o menor valor entre três montantes de remuneração anual e os pedidos de indemnização de remuneração relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

A indemnização por cessação de funções supramencionada é determinada pelo Conselho de Fiscalização e a seu exclusivo critério. Em princípio, o pagamento da indemnização por cessação de funções ocorre em duas parcelas; a segunda parcela está sujeita a determinadas condições de perda de direitos até à data de aquisição dos direitos.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com componentes de remuneração baseados em ações		Valor despendido com componentes de remuneração baseados em ações	
em euros	2014	2013	2014	2013
Jürgen Fitschen	734.201	1.196.942	1.278.486	1.117.213
Anshuman Jain	707.318	3.152.852	2.140.366	2.693.501
Stefan Krause	464.263	1.107.799	946.856	919.828
Dr. Stephan Leithner	496.929	103.399	500.137	172.939
Stuart Lewis	447.126	103.399	487.735	172.939
Rainer Neske	487.657	1.103.157	996.551	916.694
Henry Ritchotte	484.343	103.399	487.735	172.939

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 21 de fevereiro de 2015 e em 21 de fevereiro de 2014, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração		Número de ações
Jürgen Fitschen	2015	262.166
	2014	205.173
Anshuman Jain	2015	786.188
	2014	615.276
Stefan Krause	2015	35.065
	2014	27.442
Dr. Stephan Leithner	2015	85.736
	2014	57.488
Stuart Lewis	2015	51.347
	2014	32.530
Rainer Neske	2015	100.777
	2014	95.533
Henry Ritchotte	2015	234.996
	2014	166.526
Christian Sewing	2015	30.488
Total	**2015**	**1.586.763**
	2014	1.199.968

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 1,586,763 ações do Deutsche Bank em 21 de fevereiro de 2015, correspondente a aproximadamente 0.12 % das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 21 de fevereiro de 2014 e 21 de fevereiro de 2015, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 21.2.2014	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 21.2.2015
Jürgen Fitschen	206.872	87.642	0	0	294.514
Anshuman Jain	368.930	95.502	0	0	464.432
Stefan Krause	158.565	56.801	0	0	215.366
Dr. Stephan Leithner	187.181	59.914	50.888	0	196.207
Stuart Lewis	125.128	55.688	18.506	0	162.310
Rainer Neske	158.010	56.774	0	0	214.784
Henry Ritchotte	158.960	58.709	33.706	0	183.963

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014.Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização").A remuneração base anual é de 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

		31.12.2014
em euros		
Comité1	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações2	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade3	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000

[1] Os membros dos comités encontram-se listados com o título Informação suplementar do relatório financeiro.
[2] Até 16 de julho de 2014, pelo trabalho do Comité de Nomeações não foi paga qualquer remuneração complementar.
[3] Até 16 de julho de 2014, pelo trabalho do Comité de Integridade foi paga uma remuneração anual fixa complementar como se segue: Presidente:100.000 euros, membros:50.000 euros

75 % da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2014

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2014 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2014		Remuneração no exercício de 2013	
	Fixa	Paga em fevereiro de 2015	Fixa	Paga em fevereiro de 2014
Dr. Paul Achleitner	818.548	613.911	645.833	484.374
Karin Ruck[1]	0	0	125.000	125.000
Alfred Herling	272.849	204.637	187.500	140.625
Wolfgang Böhr[1]	0	0	41.667	41.667
Frank Bsirske	222.849	167.137	95.833	71.874
John Cryan	400.000	300.000	233.333	174.999
Dina Dublon	200.000	150.000	33.333	24.999
Dr. Karl-Gerhard Eick[1]	0	0	125.000	125.000
Katherine Garrett-Cox	100.000	75.000	100.000	75.000
Timo Heider	172.849	129.637	87.500	65.625
Sabine Irrgang	172.849	129.637	87.500	65.625
Prof. Dr. Henning Kagermann	222.849	167.137	200.000	150.000
Martina Klee	172.849	129.637	129.167	96.875
Suzanne Labarge[2]	100.000	100.000	200.000	150.000
Peter Löscher	172.849	129.637	129.167	96.875
Henriette Mark	200.000	150.000	200.000	150.000
Louise Parent[3]	91.667	68.750	0	0
Gabriele Platscher	200.000	150.000	158.333	118.749
Bernd Rose	200.000	150.000	116.667	87.500
Rudolf Stockem	200.000	150.000	158.333	118.749
Stephan Szukalski	100.000	75.000	58.333	43.749
Dr. Johannes Teyssen	122.849	92.137	100.000	75.000
Marlehn Thieme[1]	0	0	83.333	83.333
Georg Thoma	245.699	184.274	116.667	87.500
Tilman Todenhöfer[4]	0	0	125.000	125.000
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	200.000	150.000	200.000	150.000
Stefan Viertel[1]	0	0	41.667	41.667
Renate Voigt[1]	0	0	41.667	41.667
Werner Wenning[1]	0	0	41.667	41.667
Total	**4.588.710**	**3.466.532**	3.862.500	3.053.119

[1]Membro até 23 de maio de 2013.
[2]Membro até 30 de julho de 2014.
[3] Membro desde 1 de julho de 2014.
[4]Membro até 31 de outubro de 2013.

Após o envio das faturas em fevereiro de 2015, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2014 foi convertida em ações nocionais da empresa com base num preço das ações de 25,676 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2015, calculado com três dígitos após o símbolo decimal).Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2014 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela seguinte apresenta o número de ações nocionais, com três casas decimais, que foram convertidas em fevereiro de 2015 (2014) para membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2014 (2013), bem como o número de ações nocionais acumuladas durante o respetivo período de tempo como membros do Conselho de Fiscalização:

Membros do Conselho de Fiscalização	número de ações nocionais			
	convertidas em fevereiro de 2015 como parte daremuneração de 2014	convertidas em fevereiro de 2014 como parte daremuneração de 2013	Total (acumulado)	Pago em fevereiro de 2015[2]em euros
Dr. Paul Achleitner	7.969,976	4.370,945	12.340,921	0
Alfred Herling	2.656,659	1.268,948	3.925,607	0
Frank Bsirske	2.169,823	648,592	2.818,415	0
John Cryan	3.894,688	1.579,180	5.473,868	0
Dina Dublon	1.947,344	225,597	2.172,941	0
Katherine Garrett-Cox	973,672	676,791	1.650,463	0
Timo Heider	1.682,987	592,193	2.275,180	0
Sabine Irrgang	1.682.987	592,193	2.275,180	0
Prof. Dr. Henning Kagermann	2.169,823	1.353,583	3.523,406	0
Martina Klee	1.682,987	874,189	2.557,176	0
Suzanne Labarge [1]	0	1.353,583	1.353,583	34.755
Peter Löscher	1.682,987	874,189	2.557,176	0
Henriette Mark	1.947,344	1.353,583	3.300,927	0
Louise Parent	892,533	0	892,533	0
Gabriele Platscher	1.947,344	1.071,586	3.018,930	0
Bernd Rose	1.947,344	789,590	2.736,934	0
Rudolf Stockem	1.947,344	1.071,586	3.018,930	0
Stephan Szukalski	973,672	394,795	1.368,467	0
Dr. Johannes Teyssen	1.196,151	676,791	1.872,942	0
Georg Thoma	2.392,301	789,590	3.181,891	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	1.947,344	1.353,583	3.300,927	0
Total	**43.705,305**	21.911,123	**65.616,428**	**34.755**

[1]Membro do Conselho de Fiscalização até 30 de junho de 2014.
[2] A um valor de 25.676 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2015.

Todos os representantes dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Bsirske e Stockem, são nossos colaboradores. No exercício de 2014, pagámos a esses membros um montante total de 1,10 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2014, reservámos 0,08 milhões para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se regulamentado nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco,pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício das suas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 206.000 euros (2013:185.000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 196.271 euros (2013:137.502 euros) foram pagos durante o exercício de 2014.

O Comité do Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank aprovou todos os mandatos existentes entre a Shearman & Sterling LLP e o Deutsche Bank AG (e as suas empresas afiliadas) no momento em que Thoma foi nomeado para o Conselho de Fiscalização, bem como todos os novos mandatos em que o Deutsche Bank AG (ou as suas empresas afiliadas) foram beneficiários de serviços. Ao abrigo destes mandatos, foram efetuados pagamentos de aproximadamente 5 milhões de euros por empresas do Grupo Deutsche Bank à Shearman & Sterling LLP no período de comunicação entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 (2013, desde a nomeação de Thoma:2,3 milhões de euros).Aqui não se incluem montantes significativos faturados por bookrunners líderes e, consequentemente, não contabilizados quer pela Shearman & Sterling LLP quer pelo Banco, como pagamentos do Banco à Shearman & Sterling LLP. Thoma não esteve envolvido

em nenhum destes mandatos. Participa no sucesso económico da Shearman & Sterling LLP apenas enquanto um dos seus 157 sócios de capital (em 31 de dezembro de 2014).Após a rescisão a 31 de dezembro de 2014, reformou-se na qualidade de sócio de capital da Shearman & Sterling LLP.

Responsabilidade corporativa

O reforço da governação e controlos, aumento da excelência operacional e cumprimento de novas normas regulamentares permaneceram as prioridades do Deutsche Bank em 2014.Além destes desafios, tentamos ganhar a confiança demonstrando o valor do Banco perante a sociedade, que inclui o nosso envolvimento em questões globais, tais como a promoção do acesso à educação, a inclusão social ou as alterações climáticas.

O nosso Código de Conduta Empresarial e Código de Ética revisto define o nosso compromisso para com a Sustentabilidade, que está no centro dos princípios de Responsabilidade Corporativa do banco. Acreditamos que o sucesso económico e a competitividade internacional geram valor para os nossos acionistas. Analisamos o impacto ambiental e social das nossas ações e aplicamos padrões ambientais e sociais rígidos às nossas atividades de negócio, a fim de contribuir para um futuro sustentável.

Este compromisso vai ao encontro da Estratégia 2015+ e reflete os nossos valores e convicções. Consideramos estas obrigações relativamente às diversas perspetivas e necessidades sempre em evolução de todas as partes interessadas.

Neste ambiente complexo, continuámos a intensificar os nossos esforços para conduzir os negócios essenciais do Banco com a sustentabilidade em mente. Apostámos numa abordagem de crescente transparência, na exploração de oportunidades decorrentes das tendências globais e na gestão de potenciais riscos ambientais e sociais.

O nosso compromisso estende-se além dos nossos negócios essenciais. Enquanto empresa com responsabilidade corporativa, o Deutsche Bank goza de um posicionamento único que lhe permite ponderar novas ideias e abordar desafios globais sérios.

Riscos ambientais e sociais

São necessários serviços de due diligence no risco ambiental e social (AS) por parte do nosso quadro de risco AS como uma parte integrante do processo de aprovação para todas as transações, sobretudo para atividades de negócio em setores sensíveis. Proporcionámos orientação prática às nossas equipas bancárias, incluindo sobre como se envolverem com clientes em torno das suas práticas comerciais. Estabelecemos igualmente uma posição em atividades em ou perto de locais considerados Património Mundial e reconfirmámos o nosso compromisso em travar o desflorestamento. Juntamente com outros bancos e investidores, envolvemo-nos no desenvolvimento de uma abordagem para a gestão do risco de ativos de carbono. Implementámos um projeto de TI de grande envergadura, a fim de melhorar o processo de revisão de transação e alargar a sua cobertura.

O número de transações revistas no âmbito do quadro de risco AS subiu novamente em 2014 para 1250 (2013:721), demonstrando uma maior sensibilidade das equipas bancárias para estes riscos.

A formação constitui uma ferramenta poderosa para ajudar os negócios do Banco a aplicar as orientações e reforçar o processo de gestão do risco AS. Desenvolvemos um conceito de formação, que acrescenta valor a iniciativas como os Dias da Sustentabilidade, Semana da Terra e apresentações em eventos empresariais, de modo a aumentar ainda mais a sensibilidade e entendimento dos riscos à sustentabilidade. A formação será globalmente apresentada em 2015.

Fatores SAG na Gestão de Ativos

Continuámos a desenvolver os nossos esforços para integrar questões sociais, ambientais e de governação (SAG) no processo de investimento. Para intensificar estes esforços, a Deutsche Asset & Wealth Management implementou uma equipa central em 2014, responsável pela realização da estratégia SAG e pela sua coorde-

nação entre departamentos, bem como pelo desenvolvimento e melhoria das capacidades e competências na área do investimento sustentável. Acreditamos que esta é uma pré-condição para atingirmos o melhor desempenho possível a longo prazo para os nossos clientes e vemo-la como uma parte do nosso dever fiduciário.

Em 2014, desenvolvemos uma ferramenta de investigação proprietária que utiliza dados fornecidos por cinco fornecedores líderes de dados externos, maximizando a objetividade e a fiabilidade. Através deste novo "Motor SAG", somos capazes de verificar até 1500 subconjuntos de comportamentos SAG para mais de 5000 empresas. Além da capacidade de desenvolver qualquer produto ativo/passivo e um SAG para qualquer produto existente, dá-nos a oportunidade de conceber produtos talhados para padrões SAG específicos dos investidores individuais.

No final de 2014, o Banco geriu ativos de aproximadamente 5,4 mil milhões de euros com base em critérios SAG (2013:5,1 mil milhões de euros).

Angariar capital para investimento ambiental e social

O Deutsche Bank é um dos principais financiadores do setor privado em energias limpas. Em 2014, o Deutsche Bank atribuiu mais de 978 milhões de euros (2013:782,9 milhões de euros) para projetos em energias renováveis de clientes. Aconselhámos e financiámos projetos com uma capacidade total de 1793 MW, no valor de 4,3 mil milhões de euros.

As obrigações verdes oferecem uma forma inovadora de desbloquear o capital para projetos que beneficiam do ambiente e da sociedade, utilizando os mercados de capitais de dívida para angariar fundos para desenvolvimentos como energias renováveis, eficiência energética e água potável. O Deutsche Bank juntou-se a outras 12 grandes instituições financeiras para a publicação dos Princípios das Obrigações Verdes no início de 2014, que constitui um conjunto de diretrizes para a integridade e a transparência deste produto. Designam, divulgam, gerem e relatam o capital obtido de uma obrigação verde, a fim de assegurar que os fundos façam uma diferença nas pessoas e no ambiente.

A clareza oferecida pelos princípios ajudou o mercado a crescer quatro vezes no ano passado. O Deutsche Bank foi o principal gestor de várias emissões de grande relevância, incluindo uma obrigação de 1,5 mil milhões de euros para o KfW, e a primeira obrigação verde que rendeu à Unilever 250 milhões de libras esterlinas.

Operações neutras em termos de emissões de carbono

O Banco operou novamente em 2014 numa base neutra em termos de emissões de carbono, investindo em projetos de eficiência energética, utilizando eletricidade renovável e compensando as restantes emissões através da compra e retirada de certificados de compensação de qualidade elevada.

Enfrentar os desafios sociais

Na qualidade de banco universal, o Deutsche Bank encontra-se numa posição única para ajudar na prosperidade das comunidades e economias. Com um investimento total de 80,5 milhões de euros em 2014 (2013:78,2 milhões de euros), o Deutsche Bank e as respetivas fundações continuaram a ser um dos expoentes mais ativos da cidadania empresarial. Mais de 5,8 milhões de pessoas beneficiaram dos nossos programas no ano passado.

Implementámos o programa de empenho jovem, *Born to Be,* na Europa, Ásia, África do Sul e nas Américas. Concentra-se na remoção de barreiras à educação e desenvolvimento pessoal, encoraja os jovens a desenvolver as competências para seguir as suas aspirações e prepara-os para o mundo do trabalho. Em 2014, o *Born to Be* atingiu mais de um milhão de jovens em todo o mundo.

Os nossos programas de investimento social tocaram as vidas de 1,6 milhões de pessoas em 2014.Variam entre microfinanciamento e investimento com impacto através de desenvolvimento comunitário e criação de iniciativas empresariais para apoiar os desfavorecidos. Enquanto pioneiro e líder intelectual na área do microfinanciamento, concedemos cerca de 330 milhões de dólares a mais de 130 instituições de microfinanciamento em 51 países diferentes e um valor estimado de 3,9 milhões em microempréstimos no valor de 1,8 mil milhões de dólares desde 1997.Cada vez mais, os nossos colaboradores disponibilizam as suas competências profissionais para apoiar as empresas sociais.

Pensamento prospetivo e inovação são necessários para fazer face aos desafios do futuro. As conferências *Urban Age* da Alfred Herrhausen Society, que abordam os problemas das megacidades do mundo, celebram este ano o seu 10º aniversário e atingiram mais de 5000 participantes. E o concurso *Landmarks in the Land of Ideas* defendeu mais de 2700 conceitos inovadores que promovem o desenvolvimento urbano e rural na Alemanha desde o seu início em 2006.

As nossas parcerias estratégicas com instituições culturais de renome tornam a arte e a música acessíveis a públicos mais vastos e oferecem uma plataforma para jovens talentos. A parceria de 25 anos com a Berliner Philharmoniker, que celebrámos em 2014, não só deu origem ao *Digital Concert Hall* único, como também influenciou mais de 37 000 jovens que participaram no *Education Programme* desde 2002.E há mais de 35 anos que proporcionamos acesso a arte contemporânea e mais de 900 locais em todo o mundo, através de exposições, parcerias e programas educativos pretendidos. No total, os nossos programas de arte e música alcançaram mais de três milhões de pessoas em 2014.

E por último, mas não menos importante, cerca de 17 000 colegas (21% dos funcionários globais) ofereceram mais de 190 000 horas do seu tempo, competências e conhecimento em 2014, maximizando o impacto das nossas iniciativas e demonstrando de forma tangível como o Banco e os seus colaboradores combinam uma cultura de desempenho com uma cultura de responsabilidade.

Funcionários

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2014, tínhamos um total de 98 138 colaboradores, em comparação com 98 254 em 31 de dezembro de 2013.Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012.

Colaboradores[1]	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Alemanha	45.392	46.377	46.308
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	23.063	23.186	23.755
Ásia e Pacífico	19.023	18.361	17.827
América do Norte[2, 3]	10.054	9.752	9.787
América Latina	606	578	542
Total de colaboradores[3]	**98.138**	98.254	98.219

[1] Colaboradores equivalentes a tempo inteiro. Em 2014, os colaboradores da Ilha Maurícia, anteriormente englobados na Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África, passaram a ser incluídos na região da Ásia e Pacífico.
Os números para 2013 (186 colaboradores) e para 2012 (197 colaboradores) foram reajustados para refletir esta integração. Em 2013, os colaboradores do Paquistão, anteriormente incluídos na região Ásia e Pacífico, foram afetados ao Médio Oriente. Os números relativos a 2012 (79 colaboradores) foram reclassificados em conformidade.
[2] Principalmente Estados Unidos.
[3] O Cosmopolitan of Las Vegas foi vendido em 2014.O número nominal de colaboradores do The Cosmopolitan of Las Vegas é 4 393 em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 4 371 em 31 de dezembro de 2012.O número de colaboradores é composto de colaboradores a tempo inteiro e de colaboradores a tempo parcial, não integrando os valores totais de colaboradores equivalentes a tempo inteiro.

Em 2014, o número de colaboradores diminuiu 117 pessoas, ou 0,1%, devido aos seguintes fatores:

A divisão Corporate Banking & Securities (CB&S) passou a ter menos 150 colaboradores, principalmente devido aos ajustamentos relacionados com o desenvolvimento dos mercados.
A divisão Global Transaction Banking (GTB) contou com mais 52 colaboradores, a maioria impulsionada pelo desenvolvimento na Trade Finance.

A divisão Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) registou um decréscimo de 136 colaboradores. Este foi particularmente um resultado do desinvestimento da Tilney no Reino Unido e ajustamentos relacionados com o Sal. Entidades Oppenheim na Alemanha.

O total de colaboradores na divisão Private & Business Clients (PBC) contou com mais 165, impulsionados pela criação de uma plataforma de serviços bancários conjunta na Alemanha.

A Non-Core Operations Unit (NCOU) passou a contar com menos 1291 colaboradores, sobretudo como um resultado do desinvestimento do BHF-BANK, na Alemanha.

As nossas funções de Infraestruturas contam com mais 1243 colaboradores, sobretudo devido à construção adicional da nossa plataforma operacional e ao reforço das funções de controlo, por exemplo, Conformidade, Risco e Auditoria.

Relações laborais

Na Alemanha, os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais negoceiam geralmente acordos coletivos de trabalho para os salários e benefícios dos colaboradores abaixo do nível de gestão. Muitas empresas na Alemanha, incluindo nós e as nossas subsidiárias alemãs relevantes, são membros de associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho.

Todos os anos, a nossa associação patronal, a Arbeitgeberverband des privaten Bankgewerbes e. V., renegoceia em regra os acordos coletivos de trabalho que fornecem cobertura a um número elevado dos nossos colaboradores. O acordo atual celebrado em junho de 2014 inclui um aumento salarial de 2,4% a partir de julho de 2014 e um segundo aumento salarial de 2,1% a partir de julho de 2015, mais um pagamento único de 150 euros em janeiro de 2015.Os acordos coletivos de trabalho existentes relativos à reforma antecipada não foram alargados e terminam em abril de 2016.

A nossa associação patronal negoceia com os seguintes sindicatos:

ver. di (Vereinigte Dienstleistungsgewerkschaft), um sindicato constituído em julho de 2001 na sequência da fusão de cinco sindicatos, incluindo os antigos sindicatos bancários Deutsche Angestellten Gewerkschaft e Gewerkschaft Handel, Banken und Versicherungen;

Deutscher Bankangestellten Verband (DBV – Gewerkschaft der Finanzdienstleister);

Deutscher Handels- und Industrieangestellten Verband (DHV – Die Berufsgewerkschaft);
Komba Gewerkschaft (sindicato da função pública, só relevante para o Postbank);
DPVKom – Die Kommunikationsgewerkschaft (só relevante para o Postbank).

A legislação alemã proíbe-nos de perguntar aos nossos colaboradores se são membros de sindicatos. Por conseguinte, não sabemos quantos colaboradores estão filiados em sindicatos. Aproximadamente 15 % dos trabalhadores do setor bancário na Alemanha estão sindicalizados. Estimamos que menos de 15 % dos nossos colaboradores na Alemanha estejam sindicalizados (excluindo o Postbank que tradicionalmente tinha uma taxa de sindicalização significativamente mais elevada, da ordem dos 60 %).A nível mundial, estimamos que aproximadamente 15 % dos nossos colaboradores sejam membros de sindicatos de trabalhadores (incluindo o Postbank, menos de 25 %).

Em 31 de dezembro de 2014, 34% dos colaboradores do Postbank na Alemanha eram funcionários públicos (equivalentes a tempo inteiro), em comparação com 38% em 31 de dezembro de 2013.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 35, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

A agenda estratégica da divisão de Recursos Humanos

As prioridades dos RH apoiam fortemente a estratégia do Banco

As pessoas constituem o nosso ativo mais valioso. Com mais de 98 000 colaboradores a tempo inteiro de 145 países a trabalhar para o Deutsche Bank, os Recursos Humanos desempenham um papel vital na visão de ser o maior banco universal centrado no Cliente. Com um clima de negócios cada vez mais competitivo em todo o mundo, atrair e reter os melhores talentos é agora mais importante do que nunca para o Deutsche Bank. O Banco pretende ser um empregador global atrativo no setor financeiro e tenta cumprir este objetivo através da agenda estratégica de Recursos Humanos (RH), conduzindo a transformação cultural, marcando uma verdadeira diferença na diversidade e na inclusão, redesenhando as estruturas de compensação e promovendo uma forte liderança e gestão de talentos.

Transformação cultural

Envolver os colaboradores e integrar a cultura nos processos-chave

Ao fazer da cultura uma das cinco alavancas da Estratégia 2015+, o Deutsche Bank enviou uma mensagem clara aos acionistas: uma forte cultura empresarial, alicerçada em valores e convicções partilhados, é essencial para o sucesso a longo prazo do Banco. A cultura orienta o comportamento e a tomada de decisões num ambiente económico e regulamentar em evolução. Ajuda o Banco a escolher a linha de conduta certa para benefício dos nossos clientes e da sociedade no geral. O Deutsche Bank implementou os seus valores e convicções nos processos de recrutamento, entrevista e contratação, bem como todas as atividades de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida da carreira do colaborador no Deutsche Bank.

Em 2014, alterámos o nosso processo de gestão de desempenho. Agora, a adesão aos valores e convicções determina 50% das classificações de desempeno individual e constitui um fator determinante nas decisões relativas a promoções. Alguns elementos de remuneração foram alinhados para encorajar e apoiar os com-

portamentos certos e sancionar os comportamentos incorretos. Tal inclui adicionar métrica-chave aos valores do Deutsche Bank ao processo de remuneração de final de ano para os membros do Conselho de Administração e colaboradores de todas as divisões, desenvolver uma abordagem global para a prática disciplinar, bem como alinhar os processos de suspensão, alerta e gestão de desempenho com o processo disciplinar e revisão de final de ano.

Para reconhecer os colaboradores que alcançaram resultados excecionais, tendo demonstrado simultaneamente os valores do Banco, o Deutsche Bank lançou os Prémios "Living the Values" em 2014, com o patrocínio dos copresidentes. Foram feitas quase 100 nomeações pela Direção sénior a nível global e foram anunciadas 10 equipas.

Inquérito aos recursos humanos

As conclusões continuarão a influenciar diretamente as nossas ações em 2015.

Desde 1999, o Deutsche Bank tem conduzido inquéritos regulares aos colaboradores, a fim de avaliar opiniões e o empenho para com a nossa cultura empresarial e outros indicadores-chave. Em 2014, o Banco atualizou o inquérito aos recursos humanos de modo a refletir os nossos valores e convicções e medir a adoção do OpEx.

Em 2014, mais de 60 000 colaboradores (58% da força laboral total) responderam ao inquérito, com o Postbank a participar pela primeira vez. Desde o último inquérito dois anos antes, os colaboradores viveram os desafios das condições de mercado difíceis e preços de ações flutuantes. Neste quadro, os colaboradores comunicaram no último inquérito que embora estejamos a fazer progressos na criação e reforço de uma cultura partilhada, ainda há muito por fazer.

Embora 82% dos inquiridos estivessem familiarizados com os valores e convicções, menos de 50% acreditavam que viver os nossos valores terá um impacto positivo na concretização dos objetivos da Estratégia 2015+.Entretanto, 35% assistiu a mudanças no comportamento.

Os níveis de empenho (66% de 73% em 2012) conforme explicados acima permanecem em linha com a referência de serviços financeiros e os colaboradores afirmaram sentir-se mais capazes de recorrer às suas aptidões e competências (68% de 64% em 2012).Contudo, os colaboradores estavam menos inclinados a recomendar o Deutsche Bank a outras pessoas, alegando uma diminuição no orgulho na organização.

Incluir perguntas sobre os valores e a forma como os colaboradores os vivem trouxe-nos conhecimentos valiosos. Embora os colaboradores apreciem algumas das mudanças assistidas, tais como equilibrar riscos, valorizar o empreendorismo, identificar riscos, ganhar a confiança dos clientes, valorizar a diversidade e melhorar processos, ainda há trabalho por fazer. O inquérito revelou que necessitamos de continuar a criar ligações entre o desempenho e as consequências que são visíveis aos colaboradores e permitir mais tempo para o pensamento criativo. Muitos colaboradores consideram igualmente difícil assegurar recursos adequados para fazerem o seu trabalho. O Banco interpreta isto como uma necessidade de transformar e adaptar as práticas de negócios e pessoas onde pertinente, como uma parte da sua mudança cultural.

Os resultados do inquérito foram comunicados em junho de 2014.O feedback foi claro: O Banco necessita de transformar as palavras em ações e reanimar o orgulho dos seus colaboradores. Desde então, todas as divisões definiram prioridades e tomaram medidas de seguimento. Por exemplo, a Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) aperfeiçoou os seus procedimentos de colaboração entre divisões, a Global Transaction Banking (GTB) conduziu revisões regulares da sua oferta empresarial, presença regional e carteira de clientes, de modo a assegurar um desempenho sustentável a longo prazo, e a Group Technology & Operations estabeleceu laboratórios de inovação em Silicon Valley, Londres e Berlim.

Marcar uma verdadeira diferença na diversidade e inclusão

A representação feminina em posições de liderança aumentou

O Deutsche Bank reconhece o valor de uma organização diversificada e inclusiva. O Banco abraça as oportunidades e os desafios apresentados pelas alterações demográficas. Porém, uma equipa heterogénea só demonstra todo o seu potencial num ambiente de trabalho baseado na confiança, no respeito e na abertura. Como tal, estamos cada vez mais sensibilizados para o impacto positivo de uma liderança inclusiva entre a

nossa Direção. Para este fim, os objetivos de Diversidade para a Direção foram formulados para garantir o investimento em talentos diversos e promover a sensibilidade para a diversidade e liderança inclusiva.

Em 2014, o Banco alargou o workshop "Gerir preconceitos involuntários" para mais regiões na Alemanha, de modo a que os diretores tivessem mais possibilidades de participar. O Deutsche Bank renovou o seu enfoque no programa global de e-learning “As grandes mentes não pensam da mesma forma – O poder das diferentes perspetivas”.Mais de 6000 colaboradores já participaram no programa de e-learning.

A percentagem de mulheres em posições de liderança (2014:19,4%, 2013:18,7%) e a parcela de responsáveis do sexo feminino (2014:31,7 %, 2013:31,1%) aumentou. Em 2014, o Banco teve o prazer de recrutar duas executivas do sexo feminino para a CEG, tendo ambas trazido a sua experiência para as suas novas funções e, consequentemente, perspetivas diferentes para a Direção Sénior.

Além disso, os programas de apoio a mulheres em posições de liderança continuam a ter sucesso. Desde o seu lançamento em 2009, 42 mulheres participaram no premiado programa ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy) para Diretoras Executivas:56% das formandas ativas foram promovidas, pelo menos, uma vez, e 13 mulheres são agora membros de comissões executivas globais ou regionais. Em junho de 2014, 37 diretoras participaram na quinta edição do programa Women Global Leaders para Diretoras do Deutsche Bank na INSEAD Business School.

O Deutsche Bank, em conjunto com as outras sociedades que integram o índice DAX (índice de ações alemão), assinou uma declaração em 2011 no sentido de aumentar a proporção de diretoras sénior para 25% (nas categorias de diretora executiva e de diretora) e mulheres com cargos de chefia para 35% até ao final de 2018, de acordo com as leis locais aplicáveis. Em linha com a estratégia de diversidade global e inclusão, e com base neste compromisso, o Banco encontra-se a recrutar mais diretoras para o Conselho de Fiscalização e para cargos de Direção sénior. Desde 2010, o número de diretoras executivas e de diretoras aumentou em cerca de 260(+17%), enquanto o número de cargos de chefia de mulheres subiu em 2200(+18%).A iniciativa “Mulheres nos Conselhos” foi criada para aumentar o número de mulheres nos conselhos de fiscalização das nossas subsidiárias de nível 1 a 3 e nos conselhos consultivos regionais. Em 2014, a proporção de membros femininos nos conselhos consultivos regionais aumentou para 8,5% e, por conseguinte, duplicou desde o lançamento da iniciativa em 2011, embora não se tenha verificado um aumento nos conselhos de fiscalização.

O Banco celebra uma Semana de Diversidade Global todos os anos. Em 2014, o tema foi "Uma cultura de inclusão".A participação em 2014 aumentou substancialmente, com 20 000 colaboradores em 250 eventos pelo mundo durante a semana, mais 6000 funcionários do que em 2011.

Promover uma liderança forte e a gestão de talentos

Os processos humanos melhorados envolvem e apoiam os colaboradores ao longo das suas carreiras

O papel de um líder de inspirar e motivar os seus colaboradores nunca foi tão importante como neste momento. Em 2014, o Banco criou um novo quadro para o desenvolvimento de diretores sénior com a finalidade de reforçar as capacidades de liderança e apoiar a mobilidade da carreira, os planos de sucessão e as atividades de desenvolvimento. Em 2014, 69 líderes sénior participaram neste processo. Definimos prioridades para os principais colaboradores que correm riscos para o exercício, uma vez que a sustentabilidade dos colaboradores atuais e futuros naquilo que os reguladores consideram ser as principais posições de risco é cada vez mais importante.

As nomeações para os cargos de Direção são coordenadas centralmente. Este processo encontra-se estreitamente ligado ao planeamento de sucessões e apoia a mobilidade entre divisões, a progressão na carreira, a retenção dos talentos-chave e uma maior representação das mulheres em cargos de chefia. Nesse sentido, 50% das nomeações internas resultaram da mobilidade entre divisões, e 63% dos candidatos internos foram recrutados através do planeamento de sucessões do Banco. Além disso, 25% das nomeações de grupo de liderança sénior foram Diretoras Executivas, afetando positivamente a diversidade de género dos nossos cargos de chefia mais elevados.

Os melhores talentos no sítio certo

Atrair e reter colaboradores que vivem a cultura do Deutsche Bank

Em 2014, por forma a satisfazer as necessidades do Banco ao nível de talentos jovens, começámos a aplicar uma abordagem mais consistente aos processos de contratação, formação e gestão dos licenciados nas várias divisões e em diferentes locais. Tal melhorará a eficiência, posicionando os licenciados do Banco como uma fonte de talentos disponíveis para o futuro. Em julho de 2014, 751 licenciados integraram o Banco em todas as áreas de negócios e em todas as infraestruturas, o que representou um aumento de 19% face a 2013.Quase um quarto foi contratado para locais no litoral, um resultado da estratégia de localização do Banco e da presença em evolução em locais como Jacksonville, Cary, Moscovo e Birmingham. Tal permitiu ao Deutsche Bank investir numa diversidade de universidades, numa variedade de locais em crescimento, alargando deste modo o nosso alcance e a nossa marca entre o nosso público-alvo. Mais 522 estagiários aderiram aos programas de estágio de verão do Deutsche Bank.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR).O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão dos codiretores-gerais e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS).O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

Existência – os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
Integridade – todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
Avaliação – os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
Direitos, obrigações e propriedade – os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
Apresentação e divulgações – a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.

Salvaguarda dos ativos – as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: finanças, tecnologia e operações ao nível do Grupo, bem como risco e fiscalidade ao nível do Grupo.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

Especialistas em finanças no âmbito de negócios ou entidades – são responsáveis por rever a qualidade dos dados financeiros através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor. Os especialistas no âmbito das entidades e dos negócios acrescentam a perspetiva das entidades legais à visão comercial e subscrevem o relato financeiro das respetivas entidades.

Área de relato das finanças – é responsável por atividades transversais ao Grupo, incluindo a preparação de informações financeiras e de gestão, previsão e planeamento, bem como de relatórios de risco. A área de relato das finanças (Finance-Group Reporting) define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos.

Grupo de Política de Contabilidade e Assessoria (APAG) – é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação enquanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. O APAG presta assessoria contabilística e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística a nível corporativo e a nível de transações específicas.

Avaliações ao nível do Grupo e especialistas de avaliação com orientação para os negócios – são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).

A execução do processo ICOFR também recebe o importante apoio das áreas de tecnologia e operações ao nível do Grupo e de risco e de fiscalidade ao nível do Grupo. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

Tecnologia e operações ao nível do Grupo (Group Technology & Operations – GTO) – é responsável por confirmar as transações com contrapartes e pela realização, interna e externamente, de reconciliações de informações financeiras entre os sistemas, registos e bolsas. A área de GTO também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.

Risco (Risk) – é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. O Risco identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.

Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) – é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

— em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
— que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
— são preventivos ou têm propósitos de deteção.
— têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço.
— componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

Política contabilística – conceção e implementação. Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.

Dados de referência. Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.

Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações (NPA/NTA).Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.

Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente. São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.

Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV).A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee).Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.

Fiscalidade. Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.

Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor. São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.

Fundamentação do balanço. Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.

Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício. No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.

Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras. Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da área de finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorporou uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.

A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade, o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
Relatórios externos de auditoria;
Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc.* Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Estes relatórios, em conjunto com a evidência gerada por outros procedimentos específicos que o Grupo de Auditoria realiza para esse fim, também fornecem evidência para justificar a avaliação anual por parte da direção quanto à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2014 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social emitido pelo Deutsche Bank era de 3.530.939.215,36 euros, sendo composto de 1.379.273.131 ações ordinárias, sem valor nominal. As ações estão integralmente realizadas e são nominativas. Cada ação confere direito a um voto.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2014 na sua carteira de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedem 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin).O limiar mínimo é de 3%.Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os colaboradores que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os demais acionistas, em conformidade com a legislação aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um

mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), deverão ser apresentados à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

A BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Se os membros do Conselho de Administração não forem de confiança, não possuírem os conhecimentos necessários, se ignorarem uma violação material dos princípios da boa gestão ou se não atuarem perante as violações identificadas, a BaFin pode transferir para o representante especial a responsabilidade e os poderes do Conselho de Administração na sua totalidade. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária).Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3).De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1).As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário e em montantes muito limitados por contrapartidas que não em numerário. Em 31 de dezembro de 2014, o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 256.000.000 euros que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2019 e de 579.863,04 euros

que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2018.Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
€ 256.000.000	Numerário	Podem ser (parcialmente) excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações	30 de abril de 2019
€ 579.863,04 €	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital tiver contrapartida não monetária com intenção de adquirir uma sociedade, participações numa sociedade ou outros ativos, bem como de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações	30 de abril de 2018

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção, outros títulos de dívida híbridos que cumprem as exigências regulamentares para se qualificarem como Capital Tier 1 adicional, e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com warrants. As obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital contingente	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
€ 230.400.000	30 de abril de 2017
€ 256.000.000	30 de abril de 2019

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2018, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2014 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2019, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e excluindo direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a

sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a utilizar tais ações próprias para emitir de ações para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2014 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*).A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2019.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. A opção de compra só poderá ser exercida se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Para um número limitado de executivos com responsabilidade global ou estrategicamente importante vigoram contratos de trabalho antigos. Em caso de cessação da relação laboral dentro de um período definido no âmbito de uma alteração de controlo sem que exista uma razão pela qual os executivos sejam responsáveis, ou se esses executivos puserem termo à sua relação laboral porque a sociedade tomou determinadas medidas conducentes à redução de responsabilidades, esses contratos concedem o direito a uma indemnização por cessação de funções. O cálculo da indemnização por cessação de funções é, em princípio, baseado em 1,5 vezes a 2,5 vezes a remuneração total anual (salário-base e remuneração variável – baseada em numerário e em ações) concedida antes da alteração de controlo. Aqui é devidamente tomada em consideração a evolução da remuneração total nos três anos civis anteriores à alteração de controlo.

2-

Demonstrações financeiras consolidadas

311 Demonstração consolidada dos resultados
312 Demonstração consolidada do rendimento integral
313 Balanço consolidado

314 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
316 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

317 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 317
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 341
3 – Aquisições e alienações – 343

4 – Segmentos de negócio e informação associada – 345

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

5 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 349

6 – **Rendimentos de serviços e** comissões – 351

7 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 351
8 – Outros resultados – 351
9 – Despesas gerais e administrativas – 352
10 – Reestruturação – 352
11 – Resultados por ação – 353

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 354
13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros" – 355
14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 358
15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 372
16 – Ativos financeiros disponíveis para venda – 375

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 375
18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 376
19 – Empréstimos – 380
20 – Provisão para perdas de crédito – 380
21 – Transferências de ativos financeiros – 380
22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia – 382
23 – Ativos fixos tangíveis – 383

24 – Locações – 384

25 – Goodwill e outros ativos intangíveis – 385

26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 392
27 – Outros ativos e outros passivos – 394

28 – Depósitos – 395

29 – Provisões – 395

30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes – 405
31 – Outros empréstimos a curto prazo – 405

32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 406
33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 407

Notas Adicionais

34 – Ações ordinárias – 408

35 – Benefícios dos empregados – 410
36 – Impostos sobre o rendimento – 424
37 – Derivados – 427
38 – Operações com partes relacionadas – 428
39 – **Informações sobre subsidiárias** – 430

40 – Entidades estruturadas – 431

41 – Contratos de seguro e de investimento – 436

42 – Ativos e passivos correntes e não correntes – 439

43 – Eventos após o Período de Reporte – 440

44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a HGB – 440
45 – Relatórios por país – 441

46 – Participações acionistas – 443

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2014	2013	2012
Juros e rendimentos similares	5	25.001	25.601	31.593
Juros e encargos similares	5	10.729	10.768	15.619
Rendimento de juros líquido	5	**14.272**	14.834	15.975
Provisão para perdas de crédito	20	1.134	2.065	1.721
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		**13.138**	12.769	14.254
Rendimentos de serviços e comissões	6	12.409	12.308	11.809
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	4.299	3.817	5.608
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	242	394	301
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	17	619	369	163
Outro resultado	8	108	193	(120)
Rendimento total excluindo juros		**17.677**	17.082	17.761
Remunerações e benefícios	35	12.512	12.329	13.490
Despesas gerais e administrativas	9	14.654	15.126	15.017
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		289	460	414
Imparidade de ativos intangíveis	25	111	79	1.886
Atividades de reestruturação	10	133	399	394
Despesas totais (excluindo juros)		**27.699**	28.394	31.201
Resultados antes de impostos sobre o rendimento		**3.116**	1.456	814
Despesa de imposto sobre o rendimento	36	1.425	775	498
Resultado líquido		**1.691**	681	316
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias		28	15	53
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank		1.663	666	263

Resultados por ação

em euros	Notas	2014	2013	2012
Resultados por ação:[1]	11			
Básicos		1,34 €	0,64 €	0,27 €
Diluídos[2]		1,31 €	0,62 €	0,26 €
Número de ações em milhões:[1]				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		1.241,9	1.045,4	979,0
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas		1.269,5	1.073,2	1.004,7

[1] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos por forma a refletir o efeito da componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em junho de 2014 relativa ao aumento de capital.
[2] Inclui efeito do numerador das conversões assumidas. Para mais pormenores, agradecemos que consulte a Nota 11 "Resultados por ação".

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultado líquido reconhecido na demonstração de resultados	**1.691**	681	316
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(403)	(717)	(891)
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	407	58	407
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	1.912	64	1.874
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(87)	(313)	(164)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(6)	91	42
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	339	35	45
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	3	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(3)	0	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	2.955	(948)	(537)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	3	(1)	5
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	(35)	63	(38)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	(672)	(160)	(447)
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	**4.410**	(1.825)	296
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	**6.102**	(1.144)	612
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	54	13	148
Acionistas do Deutsche Bank	6.048	(1.157)	464

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2014	31.12.2013
Ativos:			
Caixa e disponibilidades em bancos		20.055	17.155
Depósitos remunerados em bancos		63.518	77.984
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	21, 22	17.796	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	21, 22	25.834	20.870
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		195.681	210.070
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		629.958	504.590
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		117.285	184.597
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados,	12, 16, 21, 22, 37	942.924	899.257
Ativos financeiros disponíveis para venda,	16, 21, 22	64.297	48.326
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	17	4.143	3.581
Empréstimos,	19, 20, 21, 22	405.612	376.582
Ativos fixos tangíveis	23	2.909	4.420
Goodwill e outros ativos intangíveis	25	14.951	13.932
Outros ativos	26, 27	137.980	112.539
Ativos por impostos correntes	36	1.819	2.322
Ativos por impostos diferidos	36	6.865	7.071
Total do ativo		**1.708.703**	1.611.400
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	28	532.931	527.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	21, 22	10.887	13.381
Títulos cedidos por empréstimo	21, 22	2.339	2.304
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 16, 37		
Passivos detidos para negociação		41.843	55.804
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		610.202	483.428
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		37.131	90.104
Passivos por contratos de investimento		8.523	8.067
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados		697.699	637.404
Outros empréstimos a curto prazo	31	42.931	59.767
Outros passivos	26, 27	183.823	163.595
Provisões	20, 29	6.677	4.524
Passivos por impostos correntes	36	1.608	1.600
Passivos por impostos diferidos	36	1.175	1.101
Dívida a longo prazo	32	144.837	133.082
Títulos fiduciários preferenciais	32	10.573	11.926
Obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Total do passivo		**1.635.481**	1.556.434
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	34	3.531	2.610
Capital realizado adicional		33.626	26.204
Lucros não distribuídos		29.279	28.376
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	34	(8)	(13)
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		1.923	(2.457)
Total do capital acionista		**68.351**	54.719
Componentes de capital adicionais		4.619	0
Participações minoritárias		253	247
Total do capital próprio		**73.223**	54.966
Total do passivo e do capital próprio		**1.708.703**	1.611.400

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	Resultados líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos aplicáveis e outros[3]
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.380	23.695	30.119	(823)	0	(617)
Total do rendimento integral, após impostos[1]	0	0	263	0	0	1.077
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(689)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(480)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	0	(342)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	1.481	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	2	0	0	0	0
Acréscimos a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	(4)	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	4	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(63)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(12.152)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	11.434	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	77	0	0	0	0
Outros[2]	0	407	(14)	0	0	8
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.380	23.776	29.199	(60)	0	468
Total do rendimento integral, após impostos[1]	0	0	666	0	0	(165)
Ações ordinárias emitidas	230	2.731	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(764)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(659)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	0	(385)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	1.160	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	30	0	0	0	0
Acréscimos a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	(1)	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	1	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(49)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(13.648)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	12.535	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(49)	0	0	0	0
Outros	0	150	(65)	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.610	26.204	28.376	(13)	0	303
Total do rendimento integral, após impostos[1]	0	0	1.663	0	0	1.372
Ações ordinárias emitidas	921	7.587	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(765)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	5	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	0	(103)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	840	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(32)	0	0	0	0
Acréscimos a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(65)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(9.187)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	8.352	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(6)	0	0	0	0
Outros	0	41	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.531	33.626	29.279	(8)	0	1.675

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[2] Inclui o efeito cumulativo da adoção de diretrizes contabilísticas.
[3] Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Resultados líquidos não realizados em derivados de cobertura da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos[3]	Resultados líquidos não realizados em ativos classificados como detidos para venda, após impostos	Conversão cambial, líquida de impostos[3]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos[1]	**Total do capital acionista**	Componentes de capital adicionais[4]	Participações minoritárias	Total do capital próprio
(226)	0	(1.166)	28	(1.981)	**53.390**	0	1.270	**54.660**
67	0	(424)	(38)	681	944	0	152	1.096
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(689)	0	(3)	(692)
0	0	0	0	0	(480)	0	(4)	(484)
0	0	0	0	0	(342)	0	0	(342)
0	0	0	0	0	1.481	0	0	1.481
0	0	0	0	0	2	0	0	2
0	0	0	0	0	(4)	0	0	(4)
0	0	0	0	0	4	0	0	4
0	0	0	0	0	(63)	0	0	(63)
0	0	0	0	0	(12.152)	0	0	(12.152)
0	0	0	0	0	11.434	0	0	11.434
0	0	0	0	0	77	0	0	77
0	0	(3)	0	5	398	0	(1.176)[5]	(778)
(159)	0	(1.593)	(10)	(1.294)	**54.001**	0	239	**54.240**
57	2	(1.121)	63	(1.164)	(498)	0	13	(485)
0	0	0	0	0	2.961	0	0	2.961
0	0	0	0	0	(764)	0	(13)	(777)
0	0	0	0	0	(659)	0	0	(659)
0	0	0	0	0	(385)	0	0	(385)
0	0	0	0	0	1.160	0	0	1.160
0	0	0	0	0	30	0	0	30
0	0	0	0	0	(1)	0	0	(1)
0	0	0	0	0	1	0	0	1
0	0	0	0	0	(49)	0	0	(49)
0	0	0	0	0	(13.648)	0	0	(13.648)
0	0	0	0	0	12.535	0	0	12.535
0	0	0	0	0	(49)	0	0	(49)
0	0	0	0	0	85	0	8	93
(101)	2	(2.713)	53	(2.457)	**54.719**	0	247	**54.966**
181	(2)	2.865	(35)	4.380	6.043	0	54	6.097
0	0	0	0	0	8.508	0	0	8.508
0	0	0	0	0	(765)	0	(4)	(769)
0	0	0	0	0	5	0	0	5
0	0	0	0	0	(103)	0	0	(103)
0	0	0	0	0	840	0	0	840
0	0	0	0	0	(32)	0	0	(32)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(65)	0	0	(65)
0	0	0	0	0	(9.187)	0	0	(9.187)
0	0	0	0	0	8.352	0	0	8.352
0	0	0	0	0	(6)	0	0	(6)
0	0	0	0	0	41	4.619[6]	(44)	4.616
79	0	151	18	1.923	**68.351**	4.619	253	**73.223**

[4] Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.
[5] Dos quais aproximadamente (750) milhões de euros são atribuíveis a participações minoritárias no Deutsche Postbank AG, as quais foram significativamente reduzidas em 2012 em virtude tanto do aumento das participações do Grupo como da conclusão de um acordo de domínio entre o Postbank e a respetiva empresa-mãe DB Finanz-Holding GmbH (uma subsidiária integralmente detida pelo Deutsche Bank AG).
[6] Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultado líquido	**1.691**	681	316
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1.134	2.065	1.721
Atividades de reestruturação	133	399	394
Ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(391)	(493)	(627)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	673	(179)	723
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	4.567	2.443	3.236
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(569)	(433)	(397)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	**7.238**	4.483	5.365
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos	8.959	55.515	1.320
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	5.450	11.267	(3.429)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	70.639	(27)	(6.561)
Empréstimos,	(26.909)	16.007	11.756
Outros ativos	(28.812)	12.048	32.249
Depósitos	1.551	(42.281)	(25.995)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento	(54.334)	(18.558)	(9.126)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(2.963)	(23.080)	(4.202)
Outros empréstimos a curto prazo	(17.875)	(9.529)	3.335
Outros passivos	22.183	(17.625)	(11.483)
Dívida sénior a longo prazo	14.315	(22.056)	(5.079)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	4.288	38.013	(9.310)
Outros, líquido	(4.360)	3.007	(2.794)
Caixa líquida gerada pelas (utilizadas nas) atividades operacionais	**(630)**	7.184	(23.954)
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Proveitos de:			
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	11.974	18.054	7.476
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	8.745	11.564	12.922
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	124	76	163
Venda de ativos fixos tangíveis	133	137	197
Compra de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(34.158)	(31.588)	(22.170)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(78)	(21)	(14)
Ativos fixos tangíveis	(669)	(513)	(614)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	1.931	(128)	96
Outros, líquido	(826)	(596)	(703)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	**(12.824)**	(3.015)	(2.647)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	101	1.217	62
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(3.142)	(2.776)	(708)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	49	11	17
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(3)	(49)	(30)
Aumento de capital	8.508	2.961	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(9.187)	(13.648)	(12.171)
Venda de ações próprias (tesouraria)	8.318	12.494	11.437
Receitas líquidas dos Componentes de Capital Adicionais1	4.619	0	0
Dividendos pagos a participações minoritárias	(4)	(13)	(3)
Variação líquida em participações minoritárias	(17)	23	(67)
Dividendos pagos em numerário	(765)	(764)	(689)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	**8.477**	(544)	(2.152)
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	**897**	(907)	39
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(4.080)	2.718	(28.714)
Caixa e seus equivalentes no início do período	56.041	53.321	82.032
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51.960	56.041	53.321
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	377	742	1.280
Juros pagos	11.423	10.687	15.825
Juros e dividendos recebidos	25.404	25.573	32.003
Caixa e seus equivalentes engloba			
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	17.155	27.877
Depósitos à ordem remunerados em bancos (não incluídos: depósitos a prazo de 31.612 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, e 39.097 milhões de euros e 95.193 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012)	31.905	38.886	25.444
Total	**51.960**	56.041	53.321

[1] Inclui receitas líquidas de seguro, recompra e venda de Componentes de Capital Adicionais.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o “Grupo”), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

Algumas das divulgações de IFRS incorporadas no relatório de gestão fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações incluem os resultados de operações dos segmentos e de toda a entidade sobre componentes de proveitos líquidos nos termos da IFRS 8, “Segmentos operacionais”, fornecidos na análise operacional e financeira do relatório de gestão. Além disso, o Relatório de Riscos inclui divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, “Instrumentos financeiros: Divulgações”, divulgações de capital conforme requerido ao abrigo da IAS 1, “Apresentação de declarações financeiras” e divulgações relativas aos contratos de seguro conforme descrito na IFRS 4, “Contratos de seguro”.Estas divulgações auditadas são identificadas por parênteses nas margens do relatório de gestão.

Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação

Ajustamento da avaliação de financiamento (FVA)

No quarto trimestre de 2013, o Grupo concluiu a implementação de uma metodologia de avaliação para incorporar os custos de financiamento do mercado implícitos para posições de derivados sem garantia (comummente referidos como "ajustamento da avaliação de financiamento).A implementação do ajustamento da avaliação do financiamento foi a resposta às crescentes evidências de que o financiamento a prazo é um componente importante de justo valor para derivados sem garantia e resultou numa perda de 366 milhões de euros que foi reconhecida no quarto trimestre de 2013 na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos e rendimentos de juros para títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo e honorários de consultoria

No quarto trimestre de 2013, o Grupo reexpressou a informação comparativa de determinadas rubricas na demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012, para o efeito de erros conforme se segue. Estas reexpressões não tiveram impacto sobre o rendimento de juros líquido, receitas líquidas, resultado líquido ou capital próprio dos acionistas.

				2012
em milhões de euros	Saldo conforme reportado	Títulos obtidos por empréstimo/ títulos cedidos por empréstimo	Honorários de consultoria	Saldo ajustado
Juros e rendimentos similares	32.315	(722)	0	31.593
Juros e encargos similares	(16.341)	722	0	(15.619)
Rendimentos de serviços e comissões	11.383	0	426	11.809
Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.034	0	(426)	5.608

Gastos e rendimentos de juros para títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo – Foram efetuados ajustamentos retrospetivos para reexpressar os gastos e rendimentos de juros para refletir com mais precisão os honorários pagos/recebidos sobre transações de títulos cedidos por empréstimo/títulos obtidos por empréstimo. O ajustamento resultou em reduções tanto no rendimento como nos gastos de juros, mas não teve qualquer impacto sobre o rendimento de juros líquido, resultado líquido ou capital próprio dos acionistas.

Honorários de consultoria – Foram efetuados ajustamentos retrospetivos para reclassificar os honorários de consultoria dos resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para rendimentos de serviços e comissões para refletir a sua natureza como atividade baseada no serviço em linha com as políticas contabilísticas do Grupo. A reclassificação não teve impacto sobre as receitas líquidas, resultado líquido ou capital próprio dos acionistas.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em “Principais políticas contabilísticas”.

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas críticas que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”)
a determinação do justo valor (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - determinação do justo valor”)
o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - reconhecimento de lucros à data da operação”)
a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”)
a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)
o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Salvo conforme anteriormente descrito, estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades

jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

a finalidade e organização da entidade
as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos
Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes, conforme indicado por um ou mais dos seguintes fatores:

Outro investidor tem o poder sobre mais de metade dos direitos de voto em virtude de um acordo com o Grupo; ou
Outro investidor tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade investida ao abrigo de um estatuto ou acordo; ou
Outro investidor tem o poder de nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de administração ou órgão de governança equivalente e a entidade investida é controlada por esse conselho ou órgão; ou
Outro investidor tem o poder de lançar a maioria dos votos nas reuniões do conselho de administração ou órgão de governança equivalente e o controlo dessa entidade é feito por este conselho ou órgão.
Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e são desconsolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial".A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Se o Grupo detinha inicialmente uma participação no capital de uma entidade (por exemplo, disponível para venda) e posteriormente adquiriu uma influência significativa, a participação de capital anteriormente detida é reavaliada ao justo valor e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados à participação de capital anteriormente detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de aquisição da influência significativa, como se o Grupo tivesse alienado a participação de capital anteriormente detida.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é o investimento pelo método de equivalência patrimonial na sua globalidade que é objeto de teste de imparidade.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

A cada data do balanço, o Grupo avalia se há qualquer evidência objetiva de que o investimento numa associada se encontra em imparidade. Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado.

Estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que esta é uma estimativa contabilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças cambiais em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral. Quando o item não monetário disponível para venda é vendido, a diferença cambial cumulativa relacionada é transferida para a demonstração consolidada dos resultados como parte integrante do ganho ou perda global da venda desse item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo, passivo e capital de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

As receitas são reconhecidas quando o valor de receitas e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito é aplicado às principais atividades geradoras de receitas do Grupo como se segue.

Rendimento de juros líquido – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como rendimento de juros líquido utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ser reconhecida num crédito ou ativo financeiro ou instrumentos de dívida, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento dos juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito, esta seria a taxa de juro efetiva

original, mas uma nova taxa de juro efetiva seria estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade é avaliada ao justo valor e iria basear-se numa taxa de mercado atual.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos proveitos de serviços e comissões é determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existir um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (*yield*).No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico são reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo são reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que não são contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com performance são reconhecidas quando os critérios de *performance* são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão são predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em "Rendimentos de serviços e comissões".

Acordos que envolvem múltiplos serviços ou produtos – Se o Grupo for contratado para prestar múltiplos produtos, serviços ou direitos a uma contraparte, avalia-se se deve ser afetada uma comissão global aos diferentes componentes do acordo para efeitos de reconhecimentos de receitas. As operações estruturadas executadas pelo Grupo são o exemplo primordial desses acordos e essas transações são avaliadas caso a caso. A avaliação tem em conta o valor dos elementos entregues ou serviços prestados de modo a assegurar que o envolvimento continuado do Grupo em outros aspetos do acordo não é essencial aos elementos entregues. Também se avalia o valor dos elementos ainda não entregues e, se existir o direito de devolução dos elementos entregues, a probabilidade da futura entrega dos restantes elementos ou serviços. Se for determinado que é conveniente considerar os acordos como componentes separados, os montantes recebidos são afetados com base no valor relativo de cada componente.

Se não existirem evidências objetivas e fidedignas do valor do elemento entregue ou se for necessário reconhecer um elemento individual ao justo valor, é utilizado o método residual. O método residual calcula o montante a ser reconhecido para o componente entregue como sendo o valor remanescente depois da afetação do valor apropriado de receitas a todos os outros componentes.

Ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos, ativos financeiros disponíveis para venda (*financial assets available for sale* – AFS) e outros passivos financeiros. O Grupo não classifica quaisquer instrumentos financeiros sob a categoria “detidos até ao vencimento”.A classificação adequada dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no "Balanço consolidado".

Os instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como AFS são reconhecidos ou desreconhecidos à data da transação, que é a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica certos ativos financeiros e passivos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. São contabilizados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, respetivamente. Os resultados realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos e passivos detidos para negociação – Os instrumentos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação. Incluem igualmente as matérias-primas físicas detidas pela área do Grupo dedicada à negociação de matérias-primas, ao justo valor deduzido dos custos de venda. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas

Instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos e passivos financeiros que não correspondem à definição de ativos e passivos detidos para negociação são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos e passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios:(1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que:(a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos e passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito, títulos de dívida e de capital e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Compromissos de crédito

Determinados compromissos de crédito são classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor. Todos os restantes compromissos de crédito continuam a ser extrapatrimoniais. Por conseguinte, o Grupo não reconhece nem valoriza alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos *spreads* de crédito. No entanto, como se especifica em " Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais ", estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Empréstimos

Os créditos incluem ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão admitidos à cotação num mercado ativo e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos são reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao devedor. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e in-

crementais são incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fazem parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidade antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integra os fluxos de caixa esperados que têm em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, e torna-se a nova base do custo amortizado. Os juros e rendimentos similares são reconhecidos com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”.Se os empréstimos são determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos é reconhecido com um encargo correspondente à rubrica Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos deste tipo de provisões para perdas com empréstimos identificadas após o seu reconhecimento inicial estão contemplados na rubrica Provisão para perdas de crédito. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas são reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, sendo o correspondente ganho reconhecido em juros e rendimentos similares.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que não são classificados ao justo valor através de resultados ou como créditos são classificados como disponíveis para venda. Um ativo financeiro classificado como disponível para venda é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica "Rendimento de juros líquido".Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo seja objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto são registadas em outros rendimentos. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados são reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que são itens não monetários (instrumentos de capital), o ganho ou a perda que é reconhecido em outro rendimento integral inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, as evidências objetivas incluem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existirem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período corresponde à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque são consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo não seja mais considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recupera para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considera como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor são reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade são reconhecidos em outro rendimento integral.

Os ganhos e perdas realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os resultados não realizados registados em outro rendimento integral são transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

Estimativas Contabilísticas Críticas – Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requer substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera a imparidade dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contabilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda”.

Passivos financeiros

Com exceção dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo pode reclassificar determinados ativos financeiros das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda, para a categoria de créditos. Para os ativos serem reclassificados tem de existir uma alteração clara da intenção da direção para com os ativos desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito à data da reclassificação. Além disso, tem que haver uma intenção e a capacidade para deter o ativo num futuro previsível, à data da reclassificação.

Os ativos financeiros são reclassificados ao seu justo valor à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda já reconhecido na demonstração consolidada dos resultados não é revertido. O justo valor do instrumento à data de reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do instrumento. Os fluxos de caixa esperados nos instrumentos financeiros são estimados à data de reclassificação e estas estimativas são utilizadas para calcular uma nova taxa de juro efetiva para os instrumentos. Se ocorrer um aumento subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados em ativos reclassificados em resultado de um aumento da recuperabilidade, o efeito desse aumento é reconhecido como um ajustamento à taxa de juro efetiva desde a data da alteração da estimativa, e não como um ajustamento ao valor escriturado do ativo à data da alteração da estimativa. Se ocorrer uma diminuição subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados, o ativo será objeto de um teste de imparidade como se descreve na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”.Qualquer alteração do momento dos fluxos de caixa de ativos reclassificados que não são considerados como imparidade é registada como ajustamento ao valor escriturado do ativo.

Para instrumentos reclassificados de disponíveis para venda em créditos, os eventuais ganhos ou perdas não realizados reconhecidos em outro rendimento integral são subsequentemente amortizados em juros e rendimentos similares utilizando a taxa de juro efetiva do instrumento. Se o instrumento for subsequentemente objeto de imparidade, qualquer perda não realizada detida em outro rendimento integral acumulado para aquele instrumento àquela data é imediatamente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como provisão para perdas de crédito.

Na medida em que os ativos classificados como créditos sejam reembolsados, reestruturados ou mesmo vendidos e o montante recebido seja inferior ao valor escriturado àquela data, será reconhecida uma perda na demonstração consolidada dos resultados como componente da provisão para perdas de crédito, se o crédito se encontrar em imparidade, ou em outros rendimentos, se o crédito não se encontrar em imparidade.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O

direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são liberados por agências de compensação central, tais como a Câmara de Compensação de Londres. O Grupo compensa igualmente os acordos de recompra e recompra inversos para os quais tem o direito de compensar e pretende liquidar numa base líquida ou realizar um ativo, bem como liquidar um passivo simultaneamente. Para mais informações, consulte a Nota 18, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.
Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo

de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Nos termos das IFRS, os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3).A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 14, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 15, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação (*trade date*) é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto).Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contabilísticas críticas – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados ao justo valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, a componente derivada é designada por derivado embutido, enquanto a componente não derivada representa o contrato de acolhimento (*host contract*).Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento, e o próprio contrato híbrido não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento. Alguns contratos híbridos são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contabilidade de cobertura

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas:1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos disponíveis para venda, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título são igualmente registados em outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são

amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

O Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção possa determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes são revistas periodicamente. Esta avaliação tem em conta informações atuais e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existirem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda corresponde à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos é reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serve para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que sejam individualmente significativos mas para os quais não existem evidências objetivas de imparidade, ou que não sejam individualmente significativos mas para os quais existe, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pode ser razoavelmente estimado. O montante da perda tem três componentes. A primeira componente é o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existem grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante é calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente é um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogéneos de menor valor, que são créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos são agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo é determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira com-

ponente representa uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não foram inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogéneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual são incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Assim que um empréstimo é identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade são revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida é reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considera que não existem perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada são abatidos (o crédito e a provisão relacionada são retirados do balanço).Os créditos individualmente significativos para os quais existam provisões para perdas de crédito específicas são avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora é um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só terá lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impeça de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixarem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que são maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo. Nos créditos hipotecários, a parte do crédito que não está garantida por colateral é abatida quando o crédito hipotecário atinge os 840 dias de mora, no máximo. Em créditos de financiamento do consumo, qualquer parte do saldo que o Banco não espere recuperar é abatida aos 180 dias de mora no caso de valores a receber de cartões de crédito e 270 dias de mora no caso de outros empréstimos ao consumo.

As recuperações subsequentes, se existirem, são creditadas na conta de dedução e são registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda são reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuir e a diminuição decorrer de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade é revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão é reconhecida em resultados.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidade nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente em circunstâncias de incerteza económica e financeira, como as vividas na recente crise financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos que são considerados individualmente significativos a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias

como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação da dedução para carteiras de empréstimos de empréstimos homogéneos de menor saldo e para aqueles empréstimos que são individualmente significativos mas para os quais não existe nenhuma evidência objetiva de imparidade é calculada utilizando modelos estatísticos. Esses modelos estatísticos incorporam numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica dos modelos e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 19, “Créditos” e na Nota 20, “Provisão para perdas de crédito”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”.Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”.As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilida-

des de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por "interesses retidos").Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads.* Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22, "Ativos penhorados e recebidos como garantia".

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de acordos de recompra e acordos de recompra inversos que são geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos

cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

O montante em dinheiro adiantado ou recebido é registado, respetivamente, nas rubricas "Títulos obtidos por empréstimo" e "Títulos cedidos por empréstimo" do balanço consolidado.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos emprestados a contrapartes que não são desreconhecidos do Balanço Consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22, "Ativos penhorados e recebidos como garantia".

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Determinados investimentos não integrados não são atribuídos a uma unidade geradora de caixa. O teste de imparidade é realizado separadamente para cada um destes ativos.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 25 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os direitos de serviço de hipotecas são escriturados ao custo e amortizados proporcionalmente às, e durante o período estimado das, receitas líquidas do serviço. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indiciarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de *software* capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou quando existirem indícios de imparidade depois do software estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 25, "*Goodwill* e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como "Juros e encargos similares".

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" ou a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento", respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 29, "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de investimentos detidos para venda, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

A atividade de seguros do Grupo no Reino Unido (Abbey Life Assurance Company Limited) está sujeita a impostos sobre o rendimento aplicáveis aos retornos de investimento dos tomadores de seguros (imposto sobre os tomadores de seguros).Este imposto é incluído nos gastos/benefícios de impostos sobre o rendimento do Grupo ainda que economicamente se trate de benefícios/despesa de impostos sobre o rendimento do tomador do seguro, o que reduz/aumenta a responsabilidade do Grupo para com o tomador do seguro.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportu-

nidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 36, “Impostos sobre o rendimento” contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos).As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos).As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 10 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

O teste de imparidade dos ativos fixos tangíveis é realizado em cada data de balanço trimestral e as imparidades são registadas sempre que o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 35, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares".Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”).Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio CB&S e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rendibilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de cai-

xa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

Seguros

A atividade de seguros do Grupo emite dois tipos de contratos:

Contratos de seguro – São contratos de anuidade ou renda vitalícia e de seguro de vida universal ao abrigo dos quais o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador do seguro), concordando em compensar o tomador do seguro no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar adversamente. Esses contratos mantêm-se como contratos de seguro até todos os direitos e obrigações se extinguirem ou expirarem. Conforme permitido pelas IFRS, o Grupo manteve as políticas contabilísticas de contratos de seguro que aplicava antes da adoção das IFRS (ou GAAP nos Estados Unidos). Estas políticas contabilísticas são descritas mais à frente.

Contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”) – Estes contratos não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. São medidos e reportados em consonância com outros passivos financeiros, que são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros detidos para garantir contratos de renda vitalícia são classificados como instrumentos financeiros detidos para venda. Os ativos financeiros detidos para outros contratos de seguro e de investimento são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contratos de seguro

Os prémios de produtos de prémio único são reconhecidos como rendimento quando recebidos. Esse momento corresponde à data a partir da qual a apólice entra em vigor. No caso de contratos de prémios periódicos, os valores a receber são reconhecidos à data em que os pagamentos são devidos. Os prémios são apresentados antes da dedução de comissões. Quando as apólices são anuladas por não recebimento dos prémios, todos os rendimentos relacionados com prémios acumulados mas não recebidos a partir da data em que são considerados como anulados, líquidos de custos relacionados, são compensados contra os prémios.

Os sinistros são registados como custo à data em que são incorridos, e refletem o custo de todos os sinistros reclamados durante o ano, incluindo participações nos resultados dos tomadores de seguros afetadas em antecipação de uma declaração de participação.

As reservas de apólices agregadas para contratos de seguro de vida universal são iguais ao saldo da conta, que representa os prémios recebidos e retornos de investimento creditados à apólice, menos deduções por custos de mortalidade e encargos. Relativamente a outros contratos de seguro ligados a fundos de investimento (*unit-linked insurance contracts*), a reserva de apólices representa o justo valor dos ativos subjacentes.

Relativamente aos contratos de renda vitalícia, o passivo é calculado através da estimativa dos fluxos de caixa futuros ao longo da duração dos contratos em vigor e descontando-os à data da avaliação dando conta da probabilidade de ocorrência. Os pressupostos são fixados à data de aquisição com provisões para desvios adversos adequadas. Este valor de passivo calculado é testado face a um valor calculado utilizando as melhores estimativas de pressupostos e taxas de juro com base na taxa de rendibilidade (*yield*) sobre o custo amortizado dos ativos subjacentes. Se este teste gerar um valor mais elevado, o montante do passivo será reajustado.

As reservas de apólices agregadas incluem passivos por certas opções associadas aos produtos de pensões ligados a fundos de investimento *(unit-linked pension products*) do Grupo. Estes passivos são calculados com base em obrigações contratuais utilizando pressupostos atuariais.

Os testes de adequação das responsabilidades são realizados às carteiras de seguros com base em sinistros futuros estimados, custos, prémios obtidos e rendimentos de investimento proporcionais. No caso de contratos de longa duração, se a experiência real relativa a taxas de rendibilidade de investimento, mortalidade, morbidade, cessação ou encargos indicar que as responsabilidades contratuais existentes, juntamente com o valor presente dos prémios brutos futuros, não serão suficientes para cobrir o valor presente de benefícios futuros e para recuperar custos de aquisição de apólices diferidos, então é reconhecida uma deficiência de prémios.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de seguros incrementais e investimentos são diferidos na medida em que se espera que sejam recuperáveis a partir das futuras margens de lucro nestes contratos. Estes custos serão amortizados sistematicamente ao longo de um período não superior ao período em que se espera que sejam recuperados a partir destas margens futuras.

Contratos de investimento

Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento. Estas responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço.

Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Os ativos financeiros por contratos de investimento são registados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor e compensação de alterações do justo valor dos passivos financeiros correspondentes registadas em resultados.

Resseguro

Os prémios cedidos a resseguros e recuperações de resseguros sobre benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros são reportados em gastos e rendimentos, consoante o caso. Os ativos e passivos relacionados com resseguros são reportados numa base bruta quando significativos. Os montantes cedidos a resseguradoras de reservas para contratos de seguros são estimados de forma consistente com o risco ressegurado. Por conseguinte, os proveitos e custos relacionados com contratos de resseguro são reconhecidos de forma consistente com o risco subjacente ao negócio ressegurado.

Todos os novos acordos de resseguro material estão sujeitos à aprovação do Conselho local. Depois de transacionados, são sujeitos a uma revisão regular de risco de crédito, incluindo uma avaliação da exposição total e eventual provisão de crédito e garantia. A imparidade é determinada em conformidade com a política contabilística do Grupo, “Imparidade de ativos financeiros”.

02 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contabilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2014 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 32

Em 1 de janeiro de 2014, o Grupo adotou as alterações à IAS 32, "Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros" ("IAS 32 R").A IAS 32 R revista vem clarificar: a) o significado de uma entidade ter o direito legalmente executável de compensar; e b) quando os sistemas de liquidação pelos valores brutos podem ser considerados equivalentes à liquidação pelos valores líquidos. A IAS 32 R não teve um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRIC 21

Em 1 de janeiro de 2014, o Grupo adotou a IFRIC 21, "Taxas do governo", uma interpretação da IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", que clarifica que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa do governo apenas quando a atividade que origina o pagamento, conforme identificada na legislação relevante, se produz. A IFRIC 21 não teve um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Melhorias aos ciclos 2012-2012 e 2011-2013 das IFRS

Em dezembro de 2013, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado dos projetos anuais de melhorias do IASB nos ciclos 2010-2012 e 2011-2013.Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2014.Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 9, Classificação e medição, imparidade e contabilidade de cobertura

Em julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 9, que substitui a IAS 39, "Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição".A IFRS 9 introduz novos requisitos para o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros, requer alterações para o relato de "crédito próprio" no que diz respeito aos passivos de dívida emitidos que são designados ao justo valor, substitui as regras atuais para a imparidade de ativos financeiros e altera os requisitos de contabilidade de cobertura.

Classificação e medição de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 requer que o modelo de negócio de uma entidade e os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro determinem a sua respetiva classificação e medição nas demonstrações financeiras. Aquando do reconhecimento inicial, cada um dos ativos financeiros será classificado como justo valor através de resultados ("FVPL"), custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral ("FVOCL").Como estes requisitos são diferentes das avaliações nos termos das regras existentes da IAS 39, são de esperar algumas diferenças de classificação e medição de ativos financeiros ao abrigo da IAS 39.

A classificação e medição de passivos financeiros permanecem amplamente inalteradas nos termos da IFRS 9 quanto a requisitos atuais. Contudo, sempre que os passivos de dívida emitidos são designados ao justo valor, os movimentos de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio de uma entidade serão reconhecidos no outro rendimento integral em vez de na demonstração de resultados nos termos da IFRS 9.

Imparidade de ativos financeiros

As regras de imparidade nos termos da IFRS 9 aplicam-se aos ativos financeiros que são medidos a custo amortizado ou FVOCL e compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. A imparidade passará de um modelo em que as perdas de crédito são reconhecidas quando um evento "impulsionador" ocorrer nos termos da IAS 39 para um modelo de perdas esperadas, em que as provisões são retiradas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro (ou na data em que o Grupo se torna parte do compromisso de crédito ou garantia financeira), com base em expetativas de perdas de crédito potenciais àquela data.

A provisão para perdas de crédito fornecida aquando do reconhecimento inicial será baseada numa base de perdas de crédito esperadas de 12 meses. Posteriormente, a cada data de balanço, o Grupo tem de fazer uma avaliação para averiguar se o risco de crédito do instrumento aumentou significativamente; em caso afirmativo, a provisão terá de refletir as perdas de crédito esperadas do ativo financeiro ao longo de todo o respetivo período ("perdas esperadas na sua duração").Como resultado das alterações às regras de imparidade, a IFRS 9 resultará num aumento na subjetividade, dado que as provisões serão baseadas em informações prospetivas e ponderadas na probabilidade que são continuamente monitorizadas e atualizadas ao longo do período do ativo financeiro. Esta situação contrasta com o reconhecimento da imparidade nos termos da IAS 39 que exige a ocorrência de um ou mais eventos de perdas antes de registada a provisão. Espera-se que a IFRS 9 resulte num aumento no nível global de deduções para imparidade, devido ao requisito de registar uma dedução igual a perdas de crédito esperadas de 12 meses nos instrumentos cujo risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a probabilidade de vir a existir uma população de maior dimensão de ativos financeiros aos quais se aplicam as perdas esperadas na sua duração, em comparação com a população de ativos financeiros para os quais já ocorreram eventos de perda nos termos da IAS 39.

Contabilidade de cobertura

Na IFRS 9 também estão integradas novas regras de contabilidade de cobertura que têm por objetivo alinhar a contabilidade de cobertura com práticas de gestão do risco. De um modo geral, foram retiradas algumas restrições ao abrigo das regras atuais e foi disponibilizada uma grande variedade de instrumentos de cobertura e elementos cobertos para a contabilidade de cobertura.

A IFRS 9 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 9.A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

IFRS 15, Proveitos de contratos com clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15, "Proveitos de contratos com clientes", que especifica como e quando os proveitos são reconhecidos, mas que não possui impacto no reconhecimento de rendimento relacionado com os instrumentos financeiros no âmbito da IFRS 9/IAS 39.A IFRS 15 substitui várias outras normas e interpretações IFRS que regulam atualmente o reconhecimento dos proveitos nos termos da IFRS e fornece um modelo simples de cinco passos baseado em princípios a ser aplicado a todos os contratos com clientes. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 15 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 15.A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

Melhorias para o ciclo das IFRS 2012-2014

Em setembro de 2014, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do IASB nos ciclos 2012-2014.Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016, sendo permitida a aplicação antecipada. O grupo está atualmente a avaliar o impacto que as alterações irão ter nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

IAS 1

Em dezembro de 2014, o IASB emitiu alterações à IAS 1, "Apresentação de demonstrações financeiras" como parte de uma iniciativa para melhorar a apresentação e divulgação dos relatórios financeiros. Estas alterações clarificam que o princípio de materialidade aplica-se à totalidade das demonstrações financeiras, que o parecer profissional deverá ser aplicado na determinação de divulgações e que a inclusão de dados imateriais pode reduzir a eficácia das divulgações. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 1 possuirão apenas um impacto de divulgação no Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2014

Em 2014, o Grupo não realizou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2013

Em 2 de setembro de 2013, o Deutsche Bank AG anunciou a conclusão da aquisição das 51% ações remanescentes no empreendimento conjunto Xchanging etb GmbH (“Xetb”), que é a holding do Xchanging Transaction Bank GmbH (“XTB”).O preço de compra pago para a aquisição por fases consiste numa componente base de 41 milhões de euros, sujeita a determinados ajustes. Desse montante, 36 milhões de euros foram pagos como contrapartida em numerário pelo adquirente. Os restantes 5 milhões de euros foram pagos pelo XTB ao vendedor, Xchanging plc. (“Xchanging”), no decurso do encerramento da transação, o que resultou numa redução dos ativos líquidos adquiridos. O acordo entre o Deutsche Bank e o Xchanging foi assinado em maio de 2013.As aprovações necessárias foram obtidas, incluindo as das autoridades reguladoras e dos acionistas da Xchanging, a mudança de controlo para o Deutsche Bank tornou-se efetiva em 1 de setembro de 2013 (a data de aquisição).No encerramento da transação, o Deutsche Bank obteve a propriedade e o controlo operacional total sobre o XTB. A transação tem por objetivo contribuir para a Estratégia 2015+ do

Deutsche Bank com vista a melhorar a eficiência operacional e a reduzir a duplicação de processos, complexidade e custos.

O Xetb foi estabelecido como um empreendimento conjunto com o Xchanging em 2004 é a holding do XTB, a antiga subsidiária europeia integralmente detida pelo banco de transações ag (“etb”).O XTB fornece serviços relacionados com a atividade de processamento de títulos do Deutsche Bank, bem como de clientes externos. As entidades adquiridas foram integradas nas infraestruturas operacionais do Deutsche Bank. Anteriormente à obtenção do controlo sobre o XTB, o Grupo detinha diretamente 49% das ações do Xetb, o que lhe conferia capacidade para influenciar de forma significativa as suas políticas operacionais e financeiras. Deste modo e até à data de fecho, o XetB, incluindo a subsidiária XTB, foram contabilizados através do método de equivalência patrimonial. O justo valor à data de aquisição da participação no adquirente ascendia a 21 milhões de euros. A nova medição do justo valor não resultou em qualquer ganho ou perda.

A contabilização da aquisição foi finalizada no segundo trimestre de 2014, o que resultou num aumento líquido da contrapartida da aquisição paga e num aumento correspondente de goodwill reconhecido de 1 milhão de euros cada. Nesse sentido, o montante final de goodwill originado pela transação ascendeu aos 38 milhões de euros, que foram alocados à PBC (25 milhões de euros), à GTB (6 milhões de euros), à CB&S (5 milhões de euros) e à Deutsche AWM (2 milhões de euros).A conciliação da contrapartida total da compra e o balanço aberto à data de aquisição foram como se indica:

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	
Contrapartida em dinheiro transferida	36
Justo valor das participações de capital preexistentes	21
Dedução por liquidação de relação preexistente	8
Contrapartida total da aquisição, incluindo justo valor das participações de capital detidas pelo Grupo antes da concentração de atividades empresariais	50
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:[1]	
Caixa e seus equivalentes	6
Ativos financeiros disponíveis para venda,	24
Ativos intangíveis	6
Todos os outros ativos	31
Provisões	22
Todos os outros passivos	34
Total de ativos líquidos identificáveis	12
Goodwill	38
Total de ativos líquidos identificáveis e de *goodwill* adquirido	50

[1] Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Previamente à aquisição, o Deutsche Bank e o XTB eram partes de um acordo de serviços conjunto para o provisão de serviços de processamento de títulos ao Deutsche Bank. O acordo de serviços foi identificado um relacionamento pré-existente, que é contabilizado em separado da supramencionada transação de compra. O contrato de serviços, que teria expirado em maio de 2016, foi cessado no âmbito do encerramento da transação. O montante de liquidação atribuível ao contrato de serviços foi calculado utilizando o modelo de fluxos de caixa descontados. O seu reconhecimento resultou numa perda de 8 milhões de euros, que foi registada nas despesas gerais e administrativas das demonstrações de rendimentos do Grupo para 2013.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2012

Em 2012, o Grupo não realizou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Aquisições e alienações de participações minoritárias com retenção do controlo

Durante 2014, o Grupo não participou em aquisições ou alienações de participações minoritárias enquanto retinha o controlo das subsidiárias respetivas. Em 2013, o Deutsche Bank concluiu aquisições e alienações de participações minoritárias relacionadas com os seus investimentos em subsidiárias em que o Grupo não é o único proprietário e que não resultaram na perda de controlo sobre as respetivas subsidiárias. Em conformidade com a IFRS 10, foram contabilizadas como transações de capital entre o Grupo e acionistas externos sem reconhecimento de ganhos ou perdas na demonstração de resultados do Grupo. A contrapartida total transferida em dinheiro nestas transações em 2013 ascendeu a 11 milhões de euros. Os montantes escriturados das participações maioritárias e minoritárias foram ajustados de modo a refletir as alterações nas participações do Grupo nestas subsidiárias. Qualquer diferença entre os justos valores da contrapartida transferida ou recebida e os montantes pelos quais as participações minoritárias foram ajustados é reconhecida diretamente em "Capital próprio dos acionistas".

O quadro seguinte resume o efeito agregado de alterações nas participações de capital do Grupo registadas nestas subsidiárias durante 2013 e 2014.

em milhões de euros	2014	2013
Participações de capital do Deutsche Bank no início do período	0	24
Aumento líquido das participações de capital do Deutsche Bank	0	7
Quota do Deutsche Bank em resultados líquidos	0	1
Quota do Deutsche Bank em outro rendimento integral	0	(4)
Quota do Deutsche Bank em outras alterações de capital	0	(1)
Participações de capital do Deutsche Bank no fim do período	**0**	27

Alienações

Em 2014, 2013 e 2012, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações foram compostas, maioritariamente, por negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. A contrapartida total em numerário, recebida por estas alienações em 2014, 2013 e 2012, foi de 1,9 mil milhões de euros, 57 milhões de euros e 99 milhões de euros, respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2014	2013	2012
Caixa e seus equivalentes	0	156	0
Todos os restantes ativos	8.346	33	1.937
Total do ativo alienado	**8.346**	189	1.937
Total do passivo alienado	**6.602**	196	1.592

04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

A partir do primeiro trimestre de 2014, o rendimento de juros líquido como uma componente da receita líquida, resultado antes do imposto sobre o rendimento e rácios conexos, é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA da Corporate Banking & Securities. Tal permite à administração a medição do desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta alteração na apresentação resulta num aumento do rendimento de juros líquido da CB&S no valor de 65,4 milhões de euros no exercício de 2014.Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&A. Períodos anteriores comparáveis não foram ajustados devido à imaterialidade. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável do rendimento de juros líquido relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA é de 35%.Os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA detidos pela NCOU não estão a ser apresentados num equivalente plenamente tributável devido a abordagens diferentes na gestão de atividades essenciais e não essenciais.

Segmentos de negócio

Os segmentos de negócio do Grupo representam a estrutura organizacional do Grupo composta por cinco divisões corporativas: Corporate Banking & Securities (CB&S), Private & Business Clients (PBC), Global Transaction Banking (GTB), Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) e Non-Core Operations Unit (NCOU).

Como parte da otimização em curso do nosso modelo de negócio, em resposta a alterações no mercado e ambiente regulamentar, continuamos a avaliar a nossa carteira de negócios, adaptando-a para refletir as oportunidades atuais do mercado e ir de encontro às necessidades dos clientes. Nesse contexto, no final de 2014, anunciámos a cessação da maior parte das negociações de metais preciosos físicos e CDS de título único.

Em 2013, a Deutsche AWM reviu as suas categorias de divulgação de proveitos. A nova divulgação de proveitos separa os proveitos pelo seu caráter e tipo para permitir a distinção entre componentes recorrentes e não-

recorrentes, proveitos de juros líquidos e proveitos de outros produtos. A nova divulgação está mais alinhada com a convenção de mercado, acrescenta transparência e permite uma análise mais coerente do negócio. Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

Segue-se a descrição de alterações nas responsabilidades de gestão com impacto significativo no reporte por segmentos:

Em 2014, a PBC reviu as categorias de divulgação de proveitos de produtos. A PBC introduziu uma nova categoria de proveitos, "Serviços postais e suplementares do Postbank", que fazia anteriormente parte de outros proveitos, para fornecer mais transparência na composição das receitas da PBC. Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

Durante o quarto trimestre de 2013, foi tomada a decisão de reduzir e descontinuar elementos da área de negócio das matérias-primas. As carteiras que continham atividades descontinuadas foram agregadas ao Special Commodities Group (SCG), que tem sido transferido subsequentemente da CB&S para a NCOU no primeiro trimestre de 2014.O SCG contém ativos, passivos e riscos contingentes relativos às exposições de energia, agricultura, metais comuns e granéis sólidos. Os valores comparáveis para a CB&S e a NCOU foram reajustados em conformidade. A área de negócios das matérias-primas continuadas permanece na CB&S.

Em 2013, a carteira de empréstimos em numerário a longo prazo dos clientes de média capitalização alemães foi transferida da Divisão Corporativa CB&S para a Divisão Corporativa GTB.

Efetiva a partir do quarto trimestre de 2012, a responsabilidade pela gestão do passivo e de negócios alternativos de terceiros, como fundos transacionados em bolsa, foi transferida da divisão CB&S para a recém-integrada divisão Deutsche AWM.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada no "Relatório de gestão: análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas: Consolidation & Adjustments".A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados nos relatórios de gestão do Grupo e representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição ao justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS (por exemplo, no caso de determinados instrumentos financeiros nos registos contabilísticos do Grupo referentes às divisões CB&S e PBC) e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo na CB&S) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&A) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão seguem um "conceito de preços de transferência simétricos" em que o rendimento de juros líquido externo do Grupo é afetado aos segmentos de negócio com base no pressuposto de que todas as posições são financiadas ou investidas através dos mercados de capitais e monetários grossistas. Por conseguinte, para permitir a comparabilidade com aqueles concorrentes que têm unidades legalmente independentes com financiamento de capital próprio, o Grupo afeta o crédito de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado (após dedução de certos encargos relacionados como a cobertura de risco de investimentos líquidos em determinadas operações estrangeiras) aos segmentos de negócio, proporcionalmente ao capital próprio ativo médio afeto a cada segmento de negócio.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro

dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

Capital próprio ativo médio – O Grupo utiliza o capital próprio ativo médio no cálculo de vários rácios. No entanto, o capital próprio ativo não é uma medida prevista nas IFRS e, por conseguinte, não se deve comparar os rácios do Grupo baseados no capital próprio ativo médio com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças de cálculo. Com efeito em 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada segundo o quadro de CRR/CRD IV. Sob a definição revista, o capital próprio dos acionistas é ajustado apenas para a acumulação de dividendos (ou seja, outro rendimento (perda) integral acumulado excluindo a conversão de moeda estrangeira, líquido de impostos, faz agora parte do capital próprio ativo).Os exercícios anteriores foram ajustados em conformidade.

O montante total do capital próprio ativo médio atribuído continua a ser determinado com base no valor mais elevado da nossa exposição ao risco económico global ou procura de capital regulamentar. A partir de 2013, o grupo refinou a sua atribuição de capital próprio ativo médio aos segmentos de negócios para refletir os requisitos regulamentares mais alargados sob CRR/CRD IV e para alinhar a atribuição de capital com os objetivos de capital comunicado e rendimento dos investimentos em ações. Nos termos da nova metodologia, a procura interna de capital regulamentar é derivada com base num rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*) de 10 % a um nível de Grupo e assumindo a total implementação das normas CRR/CRD IV. Deste modo, a base para atribuição, ou seja, os ativos ponderados pelo risco e alguns itens de dedução de capital regulamentar, é também uma base totalmente implementada de CRR/CRD IV. Se o capital próprio ativo médio do Grupo excede o valor mais elevado da exposição de risco económico global ou a procura de capital regulamentar, este excedente é atribuído a C&A.

A rendibilidade do capital próprio ativo médio em percentagem é definida como resultado antes do imposto sobre o rendimento menos a participação minoritária antes de impostos como uma percentagem do capital próprio ativo médio. Estas rendibilidades, as quais se baseiam no capital próprio ativo médio, não devem ser comparadas com as de outras empresas sem considerar as diferenças no cálculo desses rácios.

Resultados de operações dos segmentos

Para os resultados dos segmentos de negócios, incluindo a reconciliação para o resultado operacional consolidado sob a IFRS, consultar “Relatório de gestão: análise operacional e financeira: resultados de operações: resultados de operações dos segmentos”.

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o “Relatório de gestão: análise operacional e financeira: resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CB&S, GTB, Deutsche AWM, PBC e NCOU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para C&A são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&A é detida centralmente.

em milhões de euros	2014	2013	2012
Alemanha:			
CB&S	872	1.008	1.367
PBC	7.704	7.723	7.559
GTB	1.258	1.348	1.364
Deutsche AWM	1.356	1.193	1.157
NCOU	(176)	364	1.029
Total da Alemanha	**11.013**	11.636	12.477
Reino Unido:			
CB&S	3.849	4.027	4.426
PBC	0	0	0
GTB	319	291	318
Deutsche AWM	592	983	398
NCOU	17	(50)	(317)
Total do Reino Unido	**4.778**	5.251	4.825
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
CB&S	929	850	1.052
PBC	1.912	1.812	1.949
GTB	953	977	1.158
Deutsche AWM	795	894	823
NCOU	10	(28)	113
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	**4.599**	4.506	5.095
Américas (principalmente Estados Unidos):			
CB&S	5.497	4.871	5.570
PBC	(21)	(21)	0
GTB	889	833	771
Deutsche AWM	1.432	1.173	1.669
NCOU	358	703	568
Total das Américas	**8.155**	7.559	8.579
Ásia e Pacífico:			
CB&S	2.595	2.770	2.658
PBC	44	36	32
GTB	727	620	588
Deutsche AWM	533	491	424
NCOU	2	(25)	33
Total de Ásia e Pacífico	**3.901**	3.892	3.735
Consolidation & Adjustments	**(497)**	(929)	(975)
Proveitos líquidos consolidados[1]	**31.949**	31.915	33.736

[1] Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões).Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2014	2013	2012
Juros e rendimentos similares:			
Depósitos remunerados em bancos	683	759	928
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	408	412	762
Títulos obtidos por empréstimo[1]	(313)	(375)	(519)
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	1.341	1.312	1.449
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	97	81	141
Empréstimos,	11.820	11.941	13.658
Outros	1.161	741	986
Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados	**15.196**	14.872	17.404
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	9.805	10.729	14.189
Total de juros e rendimentos similares[1]	**25.001**	25.601	31.593
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados[2]	3.210	3.360	4.946
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	160	186	315
Títulos cedidos por empréstimo[1]	(157)	(216)	(301)
Outros empréstimos a curto prazo	214	285	342
Dívida a longo prazo[2]	1.882	1.568	2.686
Títulos fiduciários preferenciais	785	849	842
Outros	371	200	140
Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados	**6.465**	6.232	8.971
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.264	4.535	6.648
Total de gasto de juros1	**10.729**	10.768	15.619
Rendimento de juros líquido	**14.272**	14.834	15.975

[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, agradecemos que consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.
[2] Para 2012, os gastos de juros de 780 milhões de euros foram reclassificados como depósitos remunerados com juros para dívida a longo prazo.

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 94 milhões de euros, 76 milhões de euros e 100 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, respetivamente.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2014	2013	2012
Rendimentos de negociação:			
Sales & Trading (ações)	1.686	1.573	1.594
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	2.583	2.465	4.810
Total Sales & Trading	4.269	4.039	6.404
Outros rendimentos de negociação	137	(377)	(1.205)
Total de rendimento de negociação[1]	**4.407**	3.662	5.199
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	(15)	31	14
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	0	0	(1)
Créditos e compromissos de crédito	(20)	(46)	739
Depósitos	(1)	73	(56)
Dívida a longo prazo[2]	(538)	133	(328)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	467	(35)	41
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**(108)**	155	409
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**4.299**	3.817	5.608

[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", deste relatório.

[2] Inclui 48 milhões de euros, (86) milhões de euros e (94) milhões de euros decorrentes de estruturas de titularização nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, respetivamente. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados. Os movimentos de justo valor em instrumentos relacionados de 315 milhões de euros, 390 milhões de euros e 358 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, respetivamente, são reportados em rendimentos de negociação. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados. Ambos são reportados em Sales & Trading (dívida e outros produtos).O total destes ganhos e perdas representa a quota do Grupo das perdas nestas estruturas de titularização consolidadas.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2014	2013	2012
Rendimento de juros líquido	14.272	14.834	15.975
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.299	3.817	5.608
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.570**	18.651	21.583
Rendimento líquido de juros e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por produto da divisão corporativa:			
Sales & Trading (ações)	2.314	2.129	1.732
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	6.685	6.069	7.851
Total Sales & Trading	8.998	8.197	9.582
Produtos de crédito1	695	599	182
Restantes produtos[2]	(61)	72	589
Corporate Banking & Securities	9.632	8.869	10.353
Private & Business Clients	5.962	5.966	6.220
Global Transaction Banking	2.232	1.984	2.016
Deutsche Asset & Wealth Management	1.505	1.568	1.974
Non-Core Operations Unit	(573)	245	650
Consolidation & Adjustments	(187)	19	369
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.570**	18.651	21.583

[1] Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de *swaps* de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.

[2] Inclui o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de originação, consultoria e outros produtos.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre rendimento de juros líquido ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. Para uma apresentação mais centrada no segmento de negócio, o Grupo agrega o rendimento de juros líquido e os resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Corporate Banking & Securities.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2014	2013	2012[2]
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões[1]	15.746	15.252	14.575
Encargos com serviços e comissões	3.337	2.943	2.766
Resultado líquido de serviços e comissões	**12.409**	12.308	11.809

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultado líquido de serviços e comissões:			
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias	3.745	3.646	3.298
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários[1]	4.033	3.920	3.845
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	4.632	4.742	4.667
Resultado líquido de serviços e comissões	**12.409**	12.308	11.809

[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, deste relatório.
[2] Rendimentos e encargos de serviços e comissões foram extrapolados, em 316 milhões de euros, cada.

07 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	153	321	65
Resultados líquidos na alienação	144	319	116
Imparidades	9	2	(51)
Resultados líquidos em títulos de capital:	109	77	206
Resultados líquidos na alienação/remedição	121	92	306
Imparidades	(12)	(15)	(100)
Resultados líquidos em empréstimos:	(9)	6	55
Resultados líquidos na alienação	16	33	63
Imparidades	(25)	(27)	(8)
Reversão de imparidades	0	0	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	(12)	(12)	(25)
Resultados líquidos na alienação	9	9	(24)
Imparidades	(21)	(21)	(1)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	**242**	394	301

Ver também a Nota 16, "Ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

08 – Outros resultados

em milhões de euros	2014	2013	2012
Outros resultados:			
Rendimento líquido de propriedades de investimento	57	23	(23)
Resultados líquidos na alienação de propriedades de investimento	5	(3)	31
Resultados líquidos na alienação de subsidiárias consolidadas	18	4	41
Resultados líquidos na alienação de créditos	(2)	288	4
Prémios de seguros[1]	141	190	219
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(1.349)	(1.227)	(1.081)
Investimentos consolidados	949	881	768
Outros rendimentos restantes	290	37	(78)
Total de outro resultado	**108**	193	(120)

[1] Líquidos de prémios de resseguros pagos. A evolução deve-se sobretudo à Abbey Life Assurance Company Limited.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2014	2013	2012
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas de TI	3.333	3.074	2.547
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.978	2.073	2.115
Taxas de serviços profissionais[1]	2.029	1.772	1.887
Comunicações e serviços de dados[1]	725	706	756
Despesas de deslocação e representação[1]	500	496	579
Encargos de transação e banca[1]	660	743	1.274
Despesas de *marketing*	313	314	362
Investimentos consolidados	811	797	760
Outras despesas1,2	4.305	5.151	4.736
Despesas totais gerais e administrativas	**14.654**	15.126	15.017

[1] Valores comparáveis do período anterior foram reajustados para refletir as alterações no relatório de custos do Grupo.
[2] Inclui despesas relacionadas com litígios de 1,6 mil milhões de euros em 2014, 3,0 mil milhões de euros em 2013 e 2,5 mil milhões de euros em 2012.Para mais informações sobre litígios ver Nota 29, "Provisões".

10 – Reestruturação

A reestruturação forma parte do Programa de Excelência Operacional (OpEx) do Grupo. Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. Os custos de reestruturação de € 133 million foram reconhecidos durante 2014 (2013:399 milhões de euros).

em milhões de euros	2014	2013	2012
Corporate Banking & Securities	(112)	(130)	(236)
Private & Business Clients	(9)	(22)	0
Global Transaction Banking	(10)	(54)	(40)
Deutsche Asset & Wealth Management	3	(170)	(104)
Non-Core Operations Unit	(4)	(25)	(12)
Infraestrutura e Gestão Regional	0	0	(1)
Consolidation & Adjustments	0	0	0
Total de encargos líquidos de reestruturação	**(133)**	(399)	(394)

em milhões de euros	2014	2013	2012
Reestruturação - Relativo aos colaboradores	(124)	(364)	(394)
dos quais:			
Pagamentos de rescisão	(94)	(287)	(307)
Aceleração de retenção	(29)	(72)	(83)
Segurança social	(1)	(4)	(4)
Reestruturação - Não relativo aos colaboradores	(9)	(35)	0
Total de encargos líquidos de reestruturação	**(133)**	(399)	(394)

As provisões para reestruturação ascenderam a 120 milhões de euros e 207 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respetivamente. Prevê-se que a maioria das provisões correntes para reestruturação seja utilizada durante 2015.

Durante 2014, 1371 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro (*full-time equivalent* – FTE) foram reduzidos através da reestruturação (2013:1.287).

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2014	2013
Corporate Banking & Securities	319	374
Private & Business Clients	92	42
Global Transaction Banking	157	172
Deutsche Asset & Wealth Management	207	224
Non-Core Operations Unit	11	0
Infraestrutura e Gestão Regional	585	475
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	**1.371**	1.287

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	**1.663**	666	263
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e opções	0	0	0
Dívida convertível	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	**1.663**	666	263
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	**1.241,9**	1.045,4	979,0
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para empregados	0,0	0,0	0,0
Dívida convertível	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	27,6	27,8	25,8
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	27,6	27,8	25,8
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	**1.269,5**	1.073,2	1.004,7

Resultados por ação

em euros	2014	2013	2012
Resultados por ação básicos	1,34	0,64	0,27
Resultados por ação diluídos	1,31	0,62	0,26

Em 25 de junho de 2014, o Deutsche Bank AG realizou um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um bónus. De acordo com a IAS 33, o bónus é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Como consequência, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado, retrospetivamente.

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos[1]

Número de ações em milhões	2014	2013	2012
Contratos de compras a prazo	0,0	0,0	0,0
Dívida convertível	0,0	0,0	0,0
Opções de venda vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para empregados	0,1	0,2	0,3
Ações diferidas	0,0	0,0	0,0

[1] Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	177.639	187.554
Outros ativos detidos para negociação[1]	18.041	22.516
Total de ativos detidos para negociação	**195.681**	210.070
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	**629.958**	504.590
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	60.473	116.764
Títulos obtidos por empréstimo	20.404	32.485
Empréstimos,	15.331	15.579
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	21.078	19.768
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**117.285**	184.597
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados,	**942.924**	899.257

[1] Inclui empréstimos negociados de 16,7 milhões de euros e 17,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	41.112	54.951
Outros passivos detidos para negociação	731	853
Total de passivos detidos para negociação	**41.843**	55.804
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	**610.202**	483.428
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	21.053	73.642
Compromissos de crédito	99	193
Dívida a longo prazo	9.919	9.342
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	6.061	6.927
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**37.131**	90.104
Passivos por contratos de investimento1	8.523	8.067
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**697.699**	637.404

[1] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. A Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento" contém mais informações sobre estes contratos.

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 96 mil milhões de euros e de 165 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor nos créditos[1] e compromissos de crédito atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte[2]

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Empréstimos	Compromissos de crédito	Empréstimos	Compromissos de crédito
Valor nocional de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	5.146	15.393	6.874	26.349
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	3	43	43	254
Variação cumulativa do justo valor[3]	14	470	55	742
Valor nocional de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	417	8.152	627	13.050
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(1)	(19)	(15)	(343)
Variação cumulativa do justo valor[3]	(3)	(257)	(14)	(574)

[1] Quando os créditos estão sobrecolateralizados não existe qualquer movimento significativo na avaliação durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.
[2] Foram utilizados modelos de avaliação que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.
[3] As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nos subjacentes.

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo[1]

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(23)	85
Variação cumulativa do justo valor	134	151

[1] O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pela entidade estruturada consolidada foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros[1]

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013[2]
Incluindo compromissos de crédito não utilizados[3]	18.261	28.662
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	1.621	2.357

[1] Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.
[2] Em 2014, os números do ano anterior foram reajustados (aumento de 1.430 milhões de euros para o excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros, incluindo compromissos de crédito não utilizados, aumento de 1.430 milhões de euros para o excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros, excluindo compromissos de crédito não utilizados).
[3] Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros"

De acordo com as alterações à IAS 39 e à IFRS 7, emitidas em outubro de 2008, alguns ativos financeiros foram reclassificados no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda para a categoria de créditos. Desde o primeiro trimestre de 2009 não foram efetuadas reclassificações.

O Grupo identificou ativos, elegíveis de acordo com as alterações, para os quais à data de reclassificação existia uma mudança clara de intenção e capacidade de detenção num futuro previsível, diferente da saída ou da negociação a curto prazo. As reclassificações foram efetuadas ao justo valor dos ativos à data de reclassificação.

Ativos financeiros reclassificados

em mil milhões de euros(exceto se indicado em contrário)	Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos
Valor escriturado à data de reclassificação	26,6	11,4
Perdas de justo valor não realizadas em outro rendimento integral acumulado	0,0	(1,1)
Taxas de juro efetivas à data de reclassificação:		
intervalo superior	13,1 %	9,9 %
intervalo inferior	2,8 %	3,9 %
Fluxos de caixa recuperáveis esperados à data de reclassificação	39,6	17,6

Valores escriturados e justos valores por tipo de ativo reclassificados em 2008 e 2009

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	1.983	2.124	1.985	1.872
Títulos de dívida	1.067	1.160	1.062	1.068
Empréstimos,	1.146	888	2.367	2.064
Total de ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	4.197	4.171	5.415	5.004
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	1.782	1.743	1.972	1.955
Títulos de dívida	1.378	1.493	1.220	1.284
Total de ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos	3.160	3.236	3.192	3.239
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	**7.357**[1]	**7.408**	8.606	8.243

[1] Há um efeito associado sobre o valor escriturado da contabilidade de cobertura do justo valor efetivo pelo risco de taxa de juro para o valor escriturado dos ativos reclassificados apresentados na tabela acima. Este efeito aumenta o valor escriturado em 86 milhões de euros e 34 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respetivamente.

Todos os ativos reclassificados são geridos pela NCOU e as decisões de alienação nesta carteira são tomadas pela NCOU em conformidade com as suas competências para tomar decisões de redução do risco. Para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2014, o Grupo vendeu ativos reclassificados com um valor escriturado de 137 milhões de euros, resultando em ganhos líquidos de 4,1 milhões de euros em posições vendidas.

Além das vendas, a diminuição do valor escriturado dos ativos anteriormente classificados para negociação inclui resgates e maturidades de 1,3 mil milhões de euros. A redução no valor escriturado de ativos anteriormente classificados como disponíveis para venda inclui resgates e maturidades de 0,5 mil milhões de euros.

Resultados de justo valor não realizados, que teriam sido reconhecidos em resultados ou resultados líquidos que teriam sido reconhecidos em Outro rendimento integral, se as reclassificações não tivessem sido feitas

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultados de justo valor não realizados em ativos para negociação reclassificados, antes de provisões para perdas de crédito	342	245	38
Imparidade (perdas)/reversão sobre os ativos financeiros reclassificados disponíveis para venda que estavam em imparidade	(6)	9	(29)
Resultados líquidos reconhecidos em outro rendimento integral representativos de Resultados de justo valor não realizados adicionais em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados que não estavam em imparidade	137	130	415

Contribuição antes de impostos de todos os ativos reclassificados na demonstração de resultados

em milhões de euros	2014	2013	2012
Juros e rendimentos similares	161	272	578
Provisão para perdas de crédito	(40)	(348)	(186)
Outros rendimentos[1]	5	(141)	(35)
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos para negociação reclassificados	**126**	(217)	357
Juros e rendimentos similares	97	96	139
Provisão para perdas de crédito	(13)	(25)	(228)
Outros rendimentos[1]	0	(66)	(58)
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados	**84**	5	(147)

[1] Refere-se aos resultados decorrentes da venda de ativos reclassificados.

Ativos financeiros reclassificados: Valores escriturados e justos valores por classe de ativos

Todos os ativos reclassificados no âmbito da IAS 39 foram transferidos para a NCOU aquando da criação da nova divisão no quarto trimestre de 2012.A NCOU foi incumbida de acelerar a redução do risco para diminuir os requisitos de capital total e o total de ativos ajustados. Um conjunto de fatores é considerado para determi-

nar se e quando vender ativos, incluindo a declaração de rendimentos, capital regulamentar e impactos da alavancagem. Os movimentos no valor escriturado e justo valor são ilustrados na tabela seguinte:

Valores escriturados e justos valores por classe de ativos reclassificados em 2008 e 2009

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Resultados não realizados	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Resultados não realizados
Ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados:						
Obrigações municipais dos EUA	2.302	2.503	201	2.155	2.232	77
Empréstimos a estudantes ABS	1.464	1.529	65	1.263	1.305	42
CDO/CLO	717	689	(28)	979	938	(41)
Obrigações cobertas	893	987	95	885	788	(97)
Títulos hipotecários comerciais	187	192	5	281	260	(21)
Hipotecas residenciais ABS	83	92	9	74	71	(3)
Outros[1]	566	528	(38)	602	585	(17)
Total de ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados	**6.211**	**6.520**	**309**	6.239	6.179	(60)
Empréstimos reclassificados:						
Hipotecas comerciais	227	226	0	1.463	1.428	(35)
Hipotecas residenciais	871	616	(255)	844	598	(246)
Outros	49	46	(3)	61	38	(22)
Total de empréstimos reclassificados	**1.146**	**888**	**(259)**	2.367	2.064	(303)
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	**7.357**	**7.408**	**51**	8.606	8.243	(363)

[1] Inclui títulos garantidos por ativos relacionados com a indústria de aviação e uma mistura de outros ativos de titularização e títulos de dívida.

Ativos titularizados e títulos de dívida

Obrigações municipais – As obrigações municipais dos EUA têm um justo valor acima do valor escriturado devido a serem predominantemente instrumentos de taxa fixa com taxas de juros em queda desde a reclassificação. O justo valor também é afetado pela liquidez e expetativa de mercado do risco de crédito, que tem melhorado de forma geral no ano em que aumenta o justo valor. O aumento do valor escriturado deve-se predominantemente aos movimentos cambiais, em parte compensados por resgates e perdas por imparidade de 16 milhões de euros.

Obrigações cobertas – A maioria da exposição da carteira é à banca de Espanha e emitentes governamentais. O justo valor está acima do valor escriturado e aumentou no ano a seguir às melhorias no risco de crédito da área do euro e aumentou a liquidez nestas posições. Não houve imparidade significativa na carteira durante o ano.

CDO/CLO – Inclui uma carteira diversificada com uma variedade de ativos subjacentes e os níveis de tranches na estrutura de capital. A diferença entre o valor escriturado e o justo valor surge devido a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e o modelo de justo valor que captura as expectativas do mercado quanto às perdas previstas na sua duração em comparação com o modelo de imparidade pelo custo amortizado amplamente baseado nas perdas de crédito incorridas. O principal movimento na diferença do valor escriturado para o justo valor é devido às amortizações principais no período, de certo modo compensado por movimentos cambiais e acréscimo de descontos. Não foram retiradas provisões para perdas de crédito significativas no período.

Empréstimos a estudantes ABS – Houve uma melhoria continuada na liquidez para empréstimos a estudantes ABS, resultando em justos valores aumentados. O aumento do valor escriturado deve-se predominantemente aos movimentos cambiais. Não houve atividades de redução do risco ou imparidades nesta classe de ativos no período.

Títulos hipotecários comerciais – A diferença do justo valor para o valor escriturado deve-se a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e expetativas de mercado das perdas de crédito em comparação com o modelo de perdas incorridas. A diminuição do valor escriturado no período deve-se essencialmente a resgates de 55 milhões de euros, imparidades de 22 milhões de euros e vendas de 25 milhões de euros.

Outra – Outra inclui uma variedade de ativos, incluindo titularizações com subjacentes de aeronaves e mercadorias, exposição ao financiamento de projetos de infraestrutura e obrigações das empresas estruturadas. A pequena redução no valor escriturado deve-se a reembolsos principais de certo modo compensados pelos movimentos cambiais.

Empréstimos

Hipotecas comerciais – A diferença do justo valor para o valor escriturado deve-se a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e expetativas de mercado das perdas de crédito em comparação com o modelo de perdas incorridas. A alteração do valor escriturado deve-se predominantemente a resgates no período de 1,1 mil milhões de euros. As provisões para perdas de crédito no período, nesta categoria, foram de 19 milhões de euros.

Hipotecas residenciais – Esta categoria inclui hipotecas residenciais no Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha. A diferença do justo valor para o valor escriturado manteve-se consistente ano após ano predominantemente devido a uma maior taxa de desconto a ser aplicada para determinar o justo valor que, embora não observável no mercado, reflete a liquidez de mercado estimada. Não se registou nenhuma venda ou alterações significativas nas provisões para perdas de crédito na carteira no período.

14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), liquidez e risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*).Os ajustamentos de ava-

liação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (mid-market).Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit valuation adjustments* – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS).Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações estruturadas designados ao justo valor através de resultados) integra o ajustamento da avaliação de dívida (DVA) para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo associado ao passivo financeiro. No caso de passivos por derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia ao avaliar a potencial exposição futura de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) prestadas, o efeito de acordos de compensação (*netting agreements*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default*) e a própria probabilidade de incumprimento do Grupo com base no nível de mercado de *swaps* de CDS do Grupo. A alteração no risco de crédito próprio do Grupo para obrigações estruturadas é calculada descontando os fluxos de caixa contratuais do instrumento usando a taxa à qual instrumentos semelhantes seriam emitidos na data de medição, visto que isto reflete o valor da perspetiva de um participante do mercado que detém o item idêntico como um ativo.

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments* – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Validação e controlo – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado no departamento financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere

os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor[1]

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	82.020	100.505	13.155	86.634	111.411	12.025
Títulos para negociação	81.789	86.894	8.957	86.325	94.269	6.960
Outros ativos detidos para negociação	232	13.611	4.198	309	17.143	5.065
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	5.439	614.960	9.559	7.421	486.614	10.556
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	8.826	104.307	4.152	7.083	174.391	3.123
Ativos financeiros disponíveis para venda,	36.272	23.597	4.427	23.948	21.049	3.329
Outros ativos financeiros ao justo valor[2,3]	0	4.335[2]	0	60	7.347[2]	1
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**132.558**	**847.705**	**31.294**	125.146	800.811	29.033
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	25.290	16.510	43	36.449	19.331	24
Títulos para negociação	25.244	15.826	43	36.438	18.490	24
Outros passivos detidos para negociação	46	685	0	12	841	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	5.890	597.759	6.553	7.815	467.293	8.321
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	34.763	2.366	197	88.466	1.442
Passivos por contratos de investimento[4]	0	8.523	0	0	8.067	0
Outros passivos financeiros ao justo valor[2,3]	0	5.561[2]	(552)[5]	4	1.495[2]	(247)[5]
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**31.181**	**663.117**	**8.410**	44.465	584.651	9.539

[1] Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".
[2] Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.
[3] Inclui ativos e passivos detidos para venda relativos a BHF-BANK em 2013.
[4] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento" para mais detalhes sobre esses contratos.
[5] Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*hostcontract*).Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Houve transferências do nível 1 para o nível 2 da hierarquia de justo valor em 2014 em títulos para negociação (11 mil milhões de euros de ativos e 2,3 mil milhões de euros de passivos) e transferências do nível 2 para o nível 1 em ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (1,5 mil milhões de euros) com base em procedimentos de testes de liquidez.

Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os ABS são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que integram os dados observáveis disponíveis. Os modelos externos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread, yield* ou margem de desconto).Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Créditos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos instrumentos no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados como ativos e passivos brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. O aumento no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de aquisições e transferências entre os níveis 2 e 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem derivados CDO personalizados em que o conjunto subjacente de referência de ativos de empresas não é estreitamente comparável com índices transacionados regularmente no mercado; alguns derivados de crédito sobre índices em tranches; algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multidivisas; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

A diminuição no exercício deveu-se a liquidações e transferências entre os níveis 2 e 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em créditos transacionados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O saldo diminuiu no exercício, principalmente, devido a vendas.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e responsabilidades estruturadas que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia, porque o parâmetro de utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. O aumento de ativos durante o período deve-se, principalmente, a novas emissões. No caso dos passivos, o aumento deve-se a transferências para o nível 3 e a novas emissões.

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem carteiras de empréstimos em incumprimento para as quais não existe qualquer intenção de negociação e instrumentos de capital não cotados em que não há nenhuma representação semelhante e o mercado é muito ilíquido. O aumento de ativos durante o período deve-se, principalmente, a aquisições e ganhos ao preço de mercado nos instrumentos.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

	31.12.2014									
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas consolidadas	Total dos resultados[1]	Compras	Vendas	Emissões[2]	Liquidações[3]	Transferências para o Nível 3[4]	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	6.960	0	738	3.567	(2.081)	0	(597)	2.175	(1.804)	8.957
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	10.556	0	740	0	0	0	(1.250)	1.167	(1.654)	9.559
Outros ativos detidos para negociação	5.065	0	(43)	1.642	(2.167)	778	(845)	943	(1.173)	4.198
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.123	0	266	265	(5)	2.175	(1.802)	192	(61)	4.152
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	3.329	0	533[5]	1.901	(406)	0	(1.234)	432	(126)	4.427
Outros ativos financeiros ao justo valor[6]	1	(1)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	29.033	(1)	2.233[7,8]	7.373	(4.659)	2.953	(5.727)	4.908	(4.819)	31.294
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	24	0	2	0	0	0	(5)	40	(18)	43
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8.321	0	490	0	0	0	(1.434)	1.196	(2.019)	6.553
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.442	0	(53)	0	0	557	(221)	882	(241)	2.366
Outros passivos financeiros ao justo valor	(247)	0	(69)	0	0	0	(207)	63	(93)	(552)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	9.539	0	371[7,8]	0	0	557	(1.867)	2.182	(2.371)	8.410

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

[5] O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 144 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 31 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados".

[6] Representa ativos detidos para venda relativos a BHF-BANK.

[7] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 585 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 128 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

[8] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

										31.12.2013
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas consolidadas	Total dos resultados[1]	Compras	Vendas	Emissões[2]	Liquidações[3]	Transferências para o Nível 3[4]	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	10.306	0	(64)	1.142	(2.981)	0	(911)	2.256	(2.788)	6.960
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	15.210	0	(2.355)	0	0	0	(2.113)	1.924	(2.111)	10.556
Outros ativos detidos para negociação	4.609	0	(218)	1.485	(1.744)	1.266	(651)	706	(389)	5.065
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.956	0	170	25	(41)	906	(1.815)	258	(336)	3.123
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	3.940	(80)	15[5]	1.143	(160)	0	(1.417)	709	(820)[6]	3.329
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	0	0	0	0	0	0	1[6]	0	1
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	38.021	(80)	(2.452)[7,8]	3.794	(4.925)	2.173	(6.907)	5.853	(6.444)	29.033
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	318	0	8	0	0	0	(169)	12	(146)	24
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	9.286	0	224	0	0	0	(1.241)	1.684	(1.631)	8.321
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.417	0	(275)	0	0	108	(94)	570	(284)	1.442
Outros passivos financeiros ao justo valor	(176)	0	159	0	0	0	35	(220)	(45)	(247)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	10.845	0	116[7,8]	0	0	108	(1.468)	2.045	(2.106)	9.539

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.
[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.
[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.
[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.
[5] O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 10 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 20 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados".
[6] Inclui uma transferência de ativos financeiros disponíveis para venda para ativos detidos para venda de 1 milhão de euros relativamente a BHF-BANK.
[7] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 497 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, esta é uma perda de 60 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.
[8] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2014 poderia ter aumentado o justo valor em 3,3 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 2,9 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2013, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 3,0 mil milhões de euros ou ter baixado o justo valor em tanto quanto 2,6 mil milhões de euros. Ao estimar estes impactos, o Grupo reavaliou certos instrumentos financeiros utilizando parâmetros com valores alternativos razoavelmente possíveis, ou utilizou uma abordagem baseada na metodologia de ajustamento de avaliação para ajustamentos de valores baseados no *bid/offer spread*. Os ajustamentos de avaliação do *spread* de *bid-offer* refletem o montante que tem que ser

pago para se fechar uma participação num instrumento ou componente de risco e, como tal, eles refletem fatores como a iliquidez de mercado e a incerteza.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento[1]

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	833	725	643	542
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	57	47	39	32
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	235	229	233	229
Obrigações de dívida soberanas e quase soberanas	63	37	6	6
Títulos de dívida de empresas e outros títulos de dívida	478	412	365	275
Títulos de capital	124	224	32	97
Derivados:				
Crédito	432	457	524	509
Ações	157	115	281	171
Relacionados com os juros	392	184	405	255
Divisas	4	2	24	6
Outros	75	74	83	61
Empréstimos:				
Empréstimos	1.175	988	701	619
Compromissos de crédito	6	5	17	17
Outros	79	79	255	277
Total	3.277	2.854	2.966	2.554

[1] Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros dois parâmetros inobserváveis e parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3.A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos *spreads* de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com *spreads* mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores *spreads* de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de

diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos tipos de parâmetro de princípio, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prémio ou retornos de rendibilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao Banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais).Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2014

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor Ativo	Justo valor Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	342	0	Baseado no preço	Preço	0 %	106 %
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	246	1.375
				Taxa de incumprimento constante[2]		
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2.342	0	Baseado no preço	Preço	0 %	184 %
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	72	1.648
				Taxa de recuperação	0 %	97 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	13 %
				Taxa de pré-pagamento constante	0 %	22 %
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2.684	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	5.936	1.202	Baseado no preço	Preço	0 %	286 %
Detido para negociação	5.477	43	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	32	1.629
Obrigações soberanas e quase soberanas	835					
Títulos de dívida de empresas e outros títulos de dívida	4.643					
Disponível para venda	459					
Designado ao justo valor	0	1.159				
Títulos de capital	1.719	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	49 %	100 %
Detido para negociação	795	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	18
Disponível para venda	895		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	6 %	13 %
Designado ao justo valor	29					
Empréstimos,	10.648	0	Baseado no preço	Preço	0 %	137 %
Detido para negociação	4.148	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	95	3.040
Designado ao justo valor	3.719			Taxa de incumprimento constante	2 %	21 %
Disponível para venda	2.781			Taxa de recuperação	0 %	67 %
Compromissos de crédito	0	87	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	115	1.000
				Taxa de recuperação	20 %	80 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	748[3]	1.121[4]	Fluxo de caixa descontado	IRR	2 %	24 %
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	21.735	2.409				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.
[2] Deixou de ser um dado não observável significativo.
[3] Outros ativos financeiros incluem 50 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 405 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 293 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.
[4] Outros passivos financeiros incluem mil milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 104 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

						31.12.2014
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativo	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	3.324	2.211	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	42	2.418
				Taxa de *swap* sobre a inflação	(1)%	8 %
				Taxa de incumprimento constante	2 %	27 %
				Taxa de pré-pagamento constante	2 %	21 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	8 %
				Volatilidade das taxas de juros	1 %	101 %
				Correlação IR - IR	(2)%	100 %
				Correlação híbrida	(70)%	95 %
Derivados de crédito	3.586	1.921	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	155	9.480
				Taxa de recuperação	0 %	100 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13 %	96 %
Derivados de ações	1.118	1.258	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	8 %	84 %
				Volatilidade de índice	8 %	99 %
				Índice - correlação de índice	48 %	98 %
				Ação - correlação de ação	9 %	95 %
Derivados FX	264	242	Modelo de preços de opção	Volatilidade	6 %	26 %
Outros derivados	1.267	368[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	44	1.500
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	7 %	138 %
				Correlação de matérias-primas	(30)%	60 %
				Contratos a prazo de matérias-primas (€/Ton)[2]		
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9.559	6.001				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.
[2] Deixou de ser uma exposição significativa neste parâmetro.

						31.12.2013
		Justo valor				
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativo	Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	361	0	Baseado no preço	Preço	0 %	103 %
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	100	2.470
				Taxa de incumprimento constante	1 %	3 %
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2.274	0	Baseado no preço	Preço	0 %	134 %
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	70	3.180
				Taxa de recuperação	0 %	70 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	25 %
				Taxa de pré-pagamento constante	0 %	30 %
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2.635	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.016	1.205	Baseado no preço	Preço	0 %	156 %
Detido para negociação	3.898	16	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	438	5.000
Obrigações soberanas e quase soberanas	597					
Títulos de dívida de empresas e outros títulos de dívida	3.300					
Disponível para venda	118					
Designado ao justo valor		1.189				
Títulos de capital	1.074	8	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	62 %	100 %
Detido para negociação	428	8		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	14
Disponível para venda	646		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	7 %	12 %
Designado ao justo valor						
Empréstimos,	8.878	0	Baseado no preço	Preço	0 %	122 %
Detido para negociação	4.280	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	59	3.500
Designado ao justo valor	2.621			Taxa de incumprimento constante	5 %	22 %
Disponível para venda	1.976			Taxa de recuperação	15 %	60 %
Compromissos de crédito	0	186	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	5	1.000
				Taxa de recuperação	35 %	80 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	1.875[2]	67[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	2 %	46 %
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	18.477	1.466				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.
[2] Outros ativos financeiros incluem 784 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 502 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 588 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda e 1 milhão de euros de ativos detidos para venda relativos a BHF-BANK.
[3] Outros passivos financeiros incluem 67 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

						31.12.2013
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativo	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	2.551	2.156	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	2	1.336
				Taxa de *swap* sobre a inflação	0 %	8 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	3 %
				Volatilidade das taxas de juros	10 %	95 %
				Correlação IR - IR	(2)%	91 %
				Correlação híbrida	(70)%	95 %
Derivados de crédito	4.377	2.334	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	2	4.093
				Taxa de recuperação	0 %	75 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13 %	88 %
Derivados de ações	1.419	1.987	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	10 %	100 %
				Volatilidade de índice	11 %	98 %
				Índice - correlação de índice	62 %	98 %
				Ação - correlação de ação	10 %	97 %
Derivados FX	529	455	Modelo de preços de opção	Volatilidade	0 %	30 %
Outros derivados	1.680	1.142[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	320	1.500
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	4 %	23 %
				Correlação de matérias-primas	(30)%	100 %
				Contratos a prazo de matérias-primas (€/Ton)	97	106
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	10.556	8.074				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*hostcontract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os ganhos e perdas por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os ganhos e perdas relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração consolidada dos resultados.

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	617	(5)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	951	(1.609)
Outros ativos detidos para negociação	(251)	(50)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	147	220
Ativos financeiros disponíveis para venda,	190	25
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1.652	(1.419)
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	0	5
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(787)	(396)
Outros passivos detidos para negociação	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(48)	25
Outros passivos financeiros ao justo valor	46	(159)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(789)	(525)
Total	864	(1.944)

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2014	2013
Saldo, início do exercício	**796**	699
Novas operações durante o período	650	595
Amortização	(251)	(315)
Operações vencidas	(173)	(127)
Transição subsequente para observabilidade	(67)	(40)
Alterações das taxas de câmbio	18	(16)
Saldo, fim do exercício	**973**	796

15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de avaliação utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço e a respetiva categorização hierárquica ao justo valor pelas IFRS são compatíveis com as descritas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tal como se descreve na Nota 13, "Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, Reclassificação de ativos financeiros", o Grupo reclassificou certos ativos elegíveis das categorias de negociação e disponíveis para venda para créditos. O Grupo continua a aplicar as técnicas de avaliação relevantes estabelecidas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" aos ativos reclassificados.

Outros instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Instrumentos financeiros de curto prazo – O valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor para os seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Ativo	Passivo
Caixa e disponibilidades em bancos	Depósitos
Depósitos remunerados em bancos	Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos	Outros passivos

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e risco de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Créditos – O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou *swaps* de risco de incumprimento, quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de créditos homogéneos (p. ex. créditos hipotecários residenciais alemães), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obrigações de crédito (*collateralized loan obligation* – CLO), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo – O justo valor é derivado de técnicas de avaliação através do desconto de fluxos de caixa futuros, utilizando a adequada taxa de desconto ajustada ao risco de crédito. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a contrapartida das garantias recebidas ou penhoradas na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – O justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta o restante dinheiro contratual a uma taxa à qual um instrumento com características similares poderia ser emitido na data do balanço.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço[1]

31.12.2014

em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	20.055	20.055	0	0
Depósitos remunerados em bancos	63.518	63.518	30.334	33.184	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17.796	17.796	0	17.796	0
Títulos obtidos por empréstimo	25.834	25.834	0	25.834	0
Empréstimos,	405.612	410.769	0	29.786	380.983
Outros ativos financeiros	120.838	120.827	0	120.820	7
Passivos financeiros:					
Depósitos	532.931	532.581	2.754	529.826	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	10.887	10.887	0	10.887	0
Títulos cedidos por empréstimo	2.339	2.339	0	2.339	0
Outros empréstimos a curto prazo	42.931	42.929	0	42.825	105
Outros passivos financeiros	159.930	159.930	2.575	157.300	55
Dívida a longo prazo	144.837	146.215	0	135.016	11.199
Títulos fiduciários preferenciais	10.573	12.251	0	11.075	1.176

31.12.2013

em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	17.155	17.155	0	0
Depósitos remunerados em bancos	77.984	77.985	2.413	75.571	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.363	27.363	0	27.363	0
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	20.870	0	20.870	0
Empréstimos,	376.582	378.085	0	27.171	350.913
Outros ativos financeiros	92.507	92.532	0	90.379	2.153
Passivos financeiros:					
Depósitos	527.750	527.609	3.888	523.721	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	13.381	13.385	0	13.385	0
Títulos cedidos por empréstimo	2.304	2.304	0	2.171	134
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	59.763	0	59.717	45
Outros passivos financeiros[2]	142.649	142.666	3.031	139.627	8
Dívida a longo prazo	133.082	134.359	0	105.954	28.406
Títulos fiduciários preferenciais	11.926	12.915	0	11.828	1.087

[1] Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.
[2] Em 2014, os números do ano anterior foram reajustados (aumento de 3,0 mil milhões para outros passivos financeiros de nível 1, diminuição de 3,0 mil milhões para outros passivos financeiros de nível 2).

Créditos – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado surgiu, predominantemente, devido a um aumento nas taxas de incumprimento previstas e a uma redução da liquidez conforme implícita dos preços de mercado desde o reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

16 – Ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Títulos de dívida:		
Governo alemão	14.370	9.076
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	235	1.571
Governos (municipais) locais dos EUA	2.777	126
Outros governos estrangeiros	31.805	22.570
Empresas	8.512	9.248
Outros títulos garantidos por ativos	646	943
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	236	53
Outros títulos de dívida	551	656
Total de títulos de dívida	**59.132**	44.242
Títulos de capital:		
Ações de capital	1.184	979
Certificados de investimento e fundos de investimento	99	98
Total de títulos de capital	**1.283**	1.076
Outros interesses de capital	**976**	837
Empréstimos,	**2.906**	2.170
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	**64.297**	48.326

Ver também a Nota 7, "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 116 (2013:115) associadas e 15 (2013:20) entidades conjuntamente controladas. Uma associada é considerada importante para o Grupo, com base no valor escriturado do investimento e o rendimento do Grupo desta parte investida.

Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2014

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Hua Xia Bank Company Limited[1]	Pequim, China	Investimentos estratégicos	19,99 %

[1] O Grupo tem uma influência significativa sobre a parte investida através da sua quota de participação e assentos no conselho.

Informação financeira resumida sobre Hua Xia Bank Company Limited

em milhões de euros	Doze meses terminados 30.9.2014[1]	Doze meses terminados 30.9.2013[1]
Total de receitas líquidas	6.350	5.398
Resultado líquido	2.109	1.815
Outro rendimento integral	74	(89)
Total do rendimento integral[2]	**2.183**	1.727
Total do ativo	229.921	187.305
Total do passivo	217.433	177.343
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	**12.488**	9.962

[1] Os números baseiam-se nas demonstrações financeiras publicadas trimestralmente ao abrigo da GAAP chinesa da parte investida aos doze meses terminados a 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013.
[2] O Grupo recebeu dividendos de Hua Xia Bank Company Limited de 98 milhões de euros durante o período de reporte de 2014 (2013: 78 milhões).

Reconciliação do total de ativos líquidos no montante escriturado do Grupo

em milhões de euros	Doze meses terminados 30.9.2014[1]	Doze meses terminados 30.9.2013[1]
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	**12.488**	9.962
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	19,99 %	19,99 %
Quota do DB de ativos líquidos	2.496	1.991
Goodwill	392	367
Ativos intangíveis	71	69
Outros ajustamentos	(18)	38
Montante escriturado[2]	**2.941**	2.464

[1] Os números baseiam-se nas demonstrações financeiras publicadas trimestralmente ao abrigo da GAAP chinesa da parte investida aos doze meses terminados a 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013.

[2] Em 31 de dezembro de 2014, a cotação de mercado da Hua Xia Bank Company Limited era de 3.180 milhões e o valor escriturado da participação era de 3.144 milhões. Por conseguinte, não é necessário um teste de imparidade de acordo com a IAS 36.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	**999**	1.037
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	130	59
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	3	69
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	**133**	127

18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativo

							2014
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros1	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	17.051	(2.419)	14.632	0	0	(14.602)	29
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.164	0	3.164	0	0	(2.386)	779
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	11.891	0	11.891	0	0	(11.406)	485
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	13.943	0	13.943	0	0	(13.294)	649
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	196.157	(476)	195.681	0	(11)	(1.049)	194.621
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	823.578	(217.158)	606.421	(519.590)	(61.518)	(15.330)	9.982
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	23.537	0	23.537	0	0	0	23.537
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	101.845	(37.075)	64.770	(2.782)	(1.924)	(50.245)	9.819
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	52.516	0	52.516	0	0	(31.358)	21.158
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1.197.633	(254.708)	942.924	(522.373)	(63.453)	(97.982)	259.117
Empréstimos,	405.673	(61)	405.612	0	(16.259)	(46.112)	343.242
Outros ativos	157.771	(19.792)	137.980	(67.009)	(239)	(13)	70.720
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	10.723	(6.320)	4.403	(3.837)	0	0	566
Restantes ativos não sujeitos a compensação	178.557	0	178.557	0	(874)	(451)	177.231
Total do ativo	1.985.683	(276.980)	1.708.703	(589.381)	(80.825)	(186.246)	852.252

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

							2014
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	532.992	(61)	532.931	0	0	0	532.931
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	5.673	(2.419)	3.254	0	0	(2.966)	288
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	7.633	0	7.633	0	0	(2.278)	5.356
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1.791	0	1.791	0	0	(1.614)	177
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	549	0	549	0	0	(209)	339
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	42.960	(1.117)	41.843	0	0	0	41.843
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	803.073	(217.597)	585.475	(518.364)	(63.172)	(3.939)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	24.726	0	24.726	0	0	(11.996)	12.731
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	52.517	(35.994)	16.523	(2.782)	0	(13.741)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	96.452	0	96.452	0	(3.130)	(5.718)	87.603
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.019.728	(254.708)	765.019	(521.146)	(66.302)	(35.394)	142.176
Outros passivos	136.294	(19.792)	116.502	(71.645)	0	0	44.858
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	11.383	(6.320)	5.063	(5.063)	0	0	0
Restantes passivos não sujeitos a compensação	207.801	0	207.801	0	0	0	207.801
Total do passivo	1.912.461	(276.980)	1.635.481	(592.791)	(66.302)	(42.460)	933.927

Ativo

2013

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço: Impacto de acordos-quadro de compensação	Montantes não compensados no balanço: Garantia em numerário	Montantes não compensados no balanço: Garantia de instrumentos financeiros1	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	26.675	(2.390)	24.285	0	0	(24.271)	15
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.077	0	3.077	0	0	(830)	2.248
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	11.438	0	11.438	0	0	(11.051)	386
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	9.432	0	9.432	0	0	(9.004)	428
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	211.260	(1.190)	210.070	0	(311)	(2.881)	206.878
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	738.425	(270.584)	467.841	(406.616)	(47.470)	(10.297)	3.458
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	36.749	0	36.749	0	0	0	36.749
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	133.122	(19.575)	113.547	(17.121)	0	(84.266)	12.160
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	71.050	0	71.050	0	0	(50.263)	20.787
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1.190.605	(291.348)	899.257	(423.737)	(47.781)	(147.706)	280.032
Empréstimos,	376.638	(56)	376.582	0	(11.042)	(46.899)	318.640
Outros ativos	128.724	(16.185)	112.539	(43.574)	(278)	(385)	68.302
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	9.375	(5.412)	3.963	(3.518)	0	0	445
Restantes ativos não sujeitos a compensação	174.790	0	174.790	0	0	(755)	174.035
Total do ativo	1.921.380	(309.979)	1.611.400	(467.311)	(59.102)	(240.901)	844.087

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

							2013
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	527.750	0	527.750	0	0	0	527.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	7.098	(2.390)	4.708	0	0	(4.675)	33
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	8.673	0	8.673	0	0	(7.080)	1.594
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	2.304	0	2.304	0	0	(2.112)	192
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	57.702	(1.898)	55.804	0	0	0	55.804
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	721.233	(268.819)	452.414	(411.547)	(40.055)	(812)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	31.015	0	31.015	0	0	(7.639)	23.376
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	88.021	(18.262)	69.759	(17.121)	(588)	(49.055)	2.995
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	28.413	0	28.413	0	0	(3.890)	24.523
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	926.384	(288.980)	637.404	(428.668)	(40.644)	(61.395)	106.698
Outros passivos	182.204	(18.610)	163.595	(46.058)	0	0	117.537
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	6.028	(5.412)	616	(616)	0	0	0
Restantes passivos não sujeitos a compensação	212.000	0	212.000	0	0	0	212.000
Total do passivo	1.866.414	(309.979)	1.556.434	(474.725)	(40.644)	(75.262)	965.803

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas "Garantia em numerário" e "Garantia de instrumentos financeiros" demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos quadro de compensação não executáveis referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre bancarrota.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das Garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

19 – Empréstimos

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Bancos e seguros	24.202	25.100
Indústria	25.619	21.406
Famílias (excluindo hipotecas)	44.839	45.440
Famílias – hipotecas	153.140	148.076
Setor público	16.819	16.228
Comércio grossista e de retalho	15.714	13.965
Atividades imobiliárias comerciais	35.764	34.259
Financiamento por locação	1.165	1.429
Atividades de gestão de fundos	12.138	10.029
Outros	81.483	66.154
Créditos brutos	**410.883**	382.086
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	58	(85)
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	**410.825**	382.171
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	5.212	5.589
Total de créditos	**405.612**	376.582

20 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma provisão para perdas com empréstimos concedidos e uma provisão para posições extrapatrimoniais.

Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo

	2014			2013			2012		
em milhões de euros	**Avaliado individu-almente**	**Avaliado coletiva-mente**	**Total**	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total
Provisão, início do exercício	**2.857**	**2.732**	**5.589**	2.266	2.426	4.692	2.011	2.147	4.158
Provisão para perdas de crédito	499	631	1.129	1.377	683	2.060	1.115	613	1.728
Reconhecimento de perdas líquidas:	(997)	(512)	(1.509)	(701)	(352)	(1.053)	(762)	(324)	(1.086)
Reconhecimento de perdas	(1.037)	(613)	(1.650)	(730)	(485)	(1.215)	(798)	(483)	(1.281)
Recuperações	40	101	141	30	132	162	36	158	195
Outras alterações	5	(2)	3	(85)	(25)	(110)	(98)	(9)	(108)
Provisão, fim do exercício	**2.364**	**2.849**	**5.212**	2.857	2.732	5.589	2.266	2.426	4.692

Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito)

	2014			2013			2012		
em milhões de euros	**Avaliado individu-almente**	**Avaliado coletiva-mente**	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total
Provisão, início do exercício	**102**	**114**	**216**	118	97	215	127	98	225
Provisão para posições extrapatrimoniais	(13)	18	4	(15)	21	5	(7)	0	(7)
Utilização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras alterações	(4)	10	6	0	(3)	(4)	(2)	(1)	(3)
Provisão, fim do exercício	**85**	**141**	**226**	102	114	216	118	97	215

21 – Transferências de ativos financeiros

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos

para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	24.410	32.714
Acordos para empréstimo de títulos	52.531	42.884
Swaps de retorno total	3.738	7.960
Titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo	507	168
Total de títulos para negociação	**81.186**	83.726
Outros ativos detidos para negociação	433	866
Ativos financeiros disponíveis para venda,	1.731	507
Empréstimos,	2.225	2.085
Total	**85.575**	87.183
Montante escriturado de passivos associados	**57.800**	68.435

Informação sobre ativos transferidos não elegíveis para desreconhecimento e em que o passivo associado é o único recurso para esses ativos transferidos[1]

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Títulos para negociação	507	507	168	168
Outros ativos detidos para negociação	370	370	333	333
Ativos financeiros disponíveis para venda,	1.660	1.660	252	252
Empréstimos,	2.074	2.087	1.902	1.928
Total	**4.611**	**4.624**	2.654	2.680
Passivo associado	4.282	4.282	2.663	2.663
Posições líquidas	329	342	(9)	17

[1] Os passivos associados são notas emitidas por titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo.

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Montante escriturado dos ativos originais transferidos:		
Títulos para negociação	254	210
Outros ativos detidos para negociação	0	1
Montante escriturado dos ativos que continuam a ser reconhecidos:		
Títulos para negociação	26	57
Outros ativos detidos para negociação	0	1
Montante escriturado de passivos associados	**25**	58

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com *swaps* de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo:

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda[1]	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda[1]
Empréstimos:						
Notas de titularização	93	89	153	289	198	365
Outros	12	12	12	0	0	0
Total de créditos	**105**	**101**	**165**	289	198	365
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Notas de titularização	511	511	511	1.153	1.153	1.153
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	33	33	33	178	178	178
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	**544**	**544**	**544**	1.332	1.332	1.332
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas de titularização	13	13	13	12	12	12
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	**13**	**13**	**13**	12	12	12
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	**662**	**658**	**722**	1.633	1.542	1.708
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	32	32	0	40	40	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	**32**	**32**	**0**	40	40	0

[1] A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados.

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos
transferidos totalmente desreconhecidos:

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de aliena-ções	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de aliena-ções
Notas de titularização	55	171	0	323	282	01
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	30	671	0	267	729	3
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	**85**	**842**	**0**	590	1.011	3

[1] Normalmente, as vendas de ativos como veículos de titularização reportavam-se a ativos que eram classificados como justo valor através de resultados, e por isso qualquer resultado da sua alienação é imaterial.

22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo penhora ativos, principalmente, para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes[1]

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	53.699	67.059
Ativos financeiros disponíveis para venda,	3.517	4.237
Empréstimos,	45.919	46.562
Outros	302	884
Total	**103.438**	118.741

[1] Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora[1]

em euros	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	73.557	73.960
Ativos financeiros disponíveis para venda,	67	0
Total	**73.624**	73.960

[1] Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	253.722	281.974
dos quais:		
garantia vendida ou repenhorada	203.321	241.700

23 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
Custo da aquisição:					
Saldo em 1 de janeiro de 2013	4.018	4.054	2.146	235	**10.453**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	14	9	0	24
Adições	42	247	111	113	513
Transferências	(23)	45	116	(173)	(35)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(105)	(19)	(5)	(3)	(131)
Alienações	89	279	76	0	443
Alterações das taxas de câmbio	(94)	(137)	(63)	(2)	(296)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.749	3.926	2.240	170	**10.084**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(8)	11	(1)	0	3
Adições	42	332	122	173	669
Transferências	10	26	122	(153)	5
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(2.507)	(1.364)	(133)	(55)	(4.058)
Alienações	0	201	39	0	241
Alterações das taxas de câmbio	275	217	68	6	566
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.560	2.947	2.379	141	**7.027**
Depreciação e imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1.468	2.717	1.305	0	**5.490**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	14	6	0	20
Depreciação	77	376	171	0	625
Perdas por imparidade	52	17	1	0	69
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Transferências	(2)	1	(2)	0	(3)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	(13)	(1)	0	(14)
Alienações	27	243	64	0	334
Alterações das taxas de câmbio	(43)	(106)	(39)	0	(188)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.525	2.762	1.378	0	**5.665**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	8	(1)	0	6
Depreciação	39	271	179	0	490
Perdas por imparidade	58	105	10	0	172
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Transferências	28	10	22	0	59
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(1.289)	(1.127)	(95)	0	(2.511)
Alienações	2	83	34	0	119
Alterações das taxas de câmbio	140	175	41	0	356
Saldo em 31 de dezembro de 2014	498	2.121	1.500	0	**4.118**
Valor escriturado:					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.224	1.164	862	170	**4.420**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.062	826	880	141	**2.909**

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor escriturado de itens de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 57 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 42 milhões de euros no fim de 2014.

O Cosmopolitan de Las Vegas foi reclassificado para detido para venda no ano e subsequentemente vendido. Para mais informações, ver a Nota 26, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

24 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais.

Valor escrituradolíquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Terrenos e edifícios	13	82
Mobiliário e equipamento	1	1
Outros	5	0
Valor escriturado líquido	**19**	84

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	6	26
Entre um ano e cinco anos	24	11
Após cinco anos	84	10
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	**114**	47
Menos: Futuros encargos com juros	71	19
Valor presente dos compromissos de locação financeira	**43**	28
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	**9**	12
Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados[1]	**0**	1

[1] A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que contém cinco opções de prorrogação do prazo da locação, cada uma por um período de cinco anos, não tendo esta locação específica qualquer opção de compra.

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	778	824
Entre um ano e cinco anos	2.370	2.324
Após cinco anos	1.955	1.865
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	**5.103**	5.013
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	171	161
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	**4.932**	4.852

Em 31 de dezembro de 2014, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 386 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011.O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação.

Em 2014, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 815 milhões de euros. Isto incluiu 835 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 10 milhões de euros em rendas contingentes, bem como 29 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

25 – *Goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de *goodwill*

As alterações do valor escriturado de *goodwill*, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de *goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit[1]	Outras	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1.953	2.736	432	3.979	0	197	**9.297**
Goodwill adquirido durante o exercício	4	24	6	2	0	0	37
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	(9)	0	8	1	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	(5)	0	0	(5)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	(1)	0	(1)	(1)	0	0	(3)
Perdas por imparidade[2]	0	0	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(84)	(2)	(14)	(133)	0	(18)	(252)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.863	2.758	431	3.843	0	179	**9.074**
Montante bruto do *goodwill*	2.963	2.758	431	3.843	651	646	**11.292**
Perdas por imparidade acumuladas	(1.100)	0	0	0	(651)	(467)	**(2.218)**
Saldo em 1 de janeiro de 2014	1.863	2.758	431	3.843	0	179	**9.074**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	1	0	0	0	0	1
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	(13)	(1)	0	(3)	0	0	(17)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	(1)	(2)	0	0	(3)
Perdas por imparidade[2]	0	0	0	0	0	(49)	(49)
Alterações das taxas de câmbio/outras	166	5	44	293	0	4	512
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.016	2.763	474	4.131	0	134	**9.518**
Montante bruto do *goodwill*	3.249	2.763	474	4.131	651	676	**11.944**
Perdas por imparidade acumuladas	(1.233)	0	0	0	(651)	(542)	**(2.426)**

[1] Inclui as UGC principais NCOU Wholesale Assets e NCOU Operating Assets.
[2] As perdas por imparidade de *goodwill* são registadas como imparidade de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das UGC principais, os segmentos CB&S e NCOU têm um *goodwill* resultante da aquisição de investimentos não integrados que não estão afetados às UGC principais dos respetivos segmentos. Esse *goodwill* é sintetizado em "Outros" no quadro acima. O investimento não integrado em NCOU é constituído pela Maher Terminals LLC e pela Maher Terminals of Canada Corp.

Em 2014, as alterações no goodwill (outras que não as relacionadas com as alterações das taxas de câmbio) incluíram, essencialmente, a imparidade de 49 milhões de euros registados na NCOU perante o abatimento do goodwill relativo ao investimento não integrado na Maher Terminals LLC (incluído na coluna "Outros" da tabela acima), que foi baseado na persistência da incerteza do mercado de procura de consumíveis dos EUA com impacto nos volumes de negócio. O justo valor subtraído dos custos de alienação do investimento foi determinado com base num modelo de fluxo de caixa livre descontado. Nesse sentido, a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. O valor escriturado da Maher Terminals LLC excede o montante recuperável, resultando numa perda por imparidade de 194 milhões de euros, que foi registada como imparidade de ativos intangíveis. Desse montante de imparidade, 49 milhões de euros foram alocados para abater totalmente o goodwill respetivo e outros 145 milhões de euros foram alocados a outros ativos intangíveis na UGC (ver "Outros ativos intangíveis amortizados" nesta Nota).Pressupostos-chave utilizados na estimativa do justo valor incluem uma taxa de desconto (custo médio ponderado do capital, após impostos) de 9,3% (ano anterior, 9,1%), uma taxa de crescimento de valor terminal de 5,3% e uma taxa de crescimento média do EBITDA de 13,2%.

Em 2013, as alterações no *goodwill* incluíram, essencialmente, adições no valor de 37 milhões de euros relacionadas com a aquisição por etapas do empreendimento conjunto do Grupo Xchanging etb GmbH. Para mais informações sobre esta transação, consultar a Nota 3, "Aquisições e alienações".

Em 2012, as alterações ao *goodwill* incluíram principalmente imparidades num montante de 1.595 milhões de euros, registadas no quarto trimestre como resultado do teste de imparidade anual ao *goodwill* conduzido no âmbito das estruturas organizacionais, tanto antes como após a ressegmentação.

Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa (UGC).Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

O valor escriturado de uma UGC é apurado usando um modelo de afetação de capital. A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1") que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias. O valor escriturado (excluindo as Notas AT1) é afetado às principais UGC num processo com duas fases. Na primeira fase, o total do capital próprio prontamente identificável é afetado às respetivas unidades geradoras de caixa (UGC) individuais. Isto inclui o *goodwill* (além do ajustamento complementar para participações minoritárias), outros ativos intangíveis não amortizados e determinados resultados líquidos não realizados registados diretamente em ações e participações minoritárias. Na segunda fase, o saldo remanescente do valor escriturado (excluindo as Notas AT1) é atribuído de forma transversal às UGC com base na quota que a UGC tem de ativos ponderados pelo risco e determinados elementos de dedução de capital relativos ao Grupo (cada um é ajustado a elementos relacionados com investimentos não integrados).As Notas AT1 são afetadas às principais UGC proporcionalmente ao respetivo défice do rácio de alavancagem ("LRS"), sendo LRS uma função do rácio de alavancagem alvo do Grupo, a medida de exposição de rácio de alavancagem da UGC e o capital Common Equity Tier 1 afetado. O valor escriturado dos investimentos não integrados é determinado com base nas suas respetivas ações.

Os testes anuais de imparidade de *goodwill* em 2014 e 2013 não tiveram como resultado uma perda por imparidade de *goodwill* nas principais UGC do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas UGC foram superiores aos dos seus respetivos valores escriturados.

Em resultado da ressegmentação do Grupo durante o quarto trimestre de 2012 (ver Nota 4, "Segmentos de negócio e informação relacionada – segmentos de negócio" para mais informações), o teste anual de impari-

dade teve de ser realizado tanto na estrutura anterior à ressegmentação ("antiga estrutura") como na fase pós-ressegmentação ("nova estrutura"). Estes testes de imparidade resultaram em imparidades de *goodwill* num total de 1.595 milhões de euros, consistindo em 1.174 milhões de euros de UGC CB&S no quadro da antiga estrutura e 421 milhões de euros de UGC Wholesale Assets (369 milhões de euros) e Operating Assets (52 milhões de euros) no âmbito da divisão corporativa NCOU da nova estrutura.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas principais unidades geradoras de caixa com base no valor em uso e utiliza um modelo de valorização baseado em fluxos de caixa descontados (FCD) O modelo FCD utilizado pelo Grupo reflete as especificidades da atividade bancária e o seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o valor de uso das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado.

O modelo FCD utiliza projeções de lucros e respetivos pressupostos de capitalização (com rácios de capital superiores a: Rácio de capital *Common Equity Tier 1*10%, rácio de capital *Tier 1:*11,5 % e rácio de alavancagem *Tier 1:*3,5%) com base em planos financeiros para cinco anos aprovados pela direção e descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de lucros para além do período de cinco anos inicial são, se aplicável, ajustadas de modo a inferir um nível sustentável e, em caso de continuação da atividade, presumem-se aumentar ou convergir para uma taxa de crescimento a longo prazo constante de 3,2% (2013:3,2 %).Esta baseia-se em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor de uso de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto (custo de capital) aplicada e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta).Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar o cálculo das taxas de desconto.

Principais unidades geradoras de caixa

	Taxa de desconto (antes de impostos, determinada implicitamente com base nas taxas após impostos)	
	2014	2013
Corporate Banking & Securities	14,5 %	16,5 %
Private & Business Clients	13,7 %	14,3 %
Global Transaction Banking	11,7 %	13,1 %
Deutsche Asset & Wealth Management	12,6 %	12,8 %
Non-Core Operations Unit[1]	14,8 %/14,5 %	17,0 %/16,6 %

[1] Constituído por duas unidades geradoras de caixa principais: NCOU Wholesale Assets (14,8 %) e NCOU Operating Assets (14,5 %).As taxas de desconto antes de impostos declaradas assumem os piores cenários de valorização após impostos, sendo que ambas as unidades geradoras de caixa são valorizadas através da aplicação de taxas de desconto após impostos idênticas. A variação nas taxas antes de impostos é devida a diferentes composições e padrões dos fluxos de caixa.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Principal unidade geradora de caixa	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Corporate Banking & Securities	- Foco nos fluxos e soluções do cliente, beneficiando da liderança em quotas de mercado e maior penetração de mercado - Contexto macroeconómico melhorado, especialmente nas Américas, ao passo que na Europa se prevê um crescimento mais lento - Prevê-se um crescimento moderado nos volumes de proveitos globais da CB&S. Os volumes de proveitos da Corporate Finance e Equities tendem a subir, mas os volumes de proveitos da Sales & Trading Debt permanecerão sob pressão. - Redução de risco como meta permanente e do balanço e execução de medidas da administração para mitigar o impacto de alterações regulamentares - Eficiência melhorada de ativos num novo quadro regulamentar e exposição ao risco rigorosamente gerida - Recolher os benefícios do Programa de Excelência Operacional (OpEX) - Enfoque nos ganhos de eficiência através de melhorias da plataforma frente para trás, enquanto os requisitos regulamentares são totalmente cumpridos - Capitalizar em estreita cooperação com outras áreas da organização	- Um contexto macroeconómico potencialmente mais fraco devido a um crescimento que ainda se mantém frágil por causa do impacto dos riscos de eventos potenciais, nomeadamente de uma retirada desordenada do suporte bancário na economia global, conduzindo a um abrandamento na atividade e a uma redução na apetência dos investidores - Estrutura e conteúdo de um conjunto de alterações regulamentares a serem redigidas em várias jurisdições podem ter impacto mais grave do que o previsto - Potencial compressão de margens e concorrência crescente em produtos com requisitos de capital mais reduzidos além dos níveis esperados - Desfecho dos principais casos de litígio - Poupança de custos e ganhos de eficiência esperados da integração do Programa de Excelência Operacional (OpEx) em todo o Grupo não são realizados como previsto - Aumento de pressões em matéria de custos da despesa por imposição regulamentar - Atraso na execução de estratégias de mitigação de risco e outros obstáculos das normas técnicas regulamentares, enfoque na regulamentação do risco operacional e uma revisão contínua da medição de RWA ao nível de Basileia
Private & Business Clients	- Posição de liderança no mercado doméstico alemão, forte posição noutros mercados europeus, opções de crescimento em países-chave asiáticos e uma plataforma altamente eficiente - Melhoria das capacidades digitais como principal iniciativa na PBC - Crescimento seletivo em produtos de crédito e expansão no negócio de investimento e seguros no horizonte da consultoria bancária, minimizando parcialmente os impactos das baixas taxas de juros e dos limites de alavancagem - Realização de sinergias entre o Deutsche Bank e o Postbank no lado da receita e da despesa - Poupança de custos à luz da OpEx transversal a todo o Grupo - Utilização eficiente dos nossos investimentos de crescimento em países-chave asiáticos	- Declínio económico significativo, resultando potencialmente em taxas de desemprego mais altas, aumento de provisões para perdas de crédito e crescimento mais fraco do negócio - O desenvolvimento de mercados de produtos de investimento e respetivas receitas adicionais depende da confiança dos clientes para investir - A continuação de taxas de juro baixas pode conduzir a uma maior compressão das margens - Sinergias relacionadas com a aquisição do Postbank não são realizadas ou são realizadas mais tarde do que o previsto - Taxas de cumprimento dos objetivos de sinergia mais baixas relativas aos programas de eficiência da PBC - Um contexto de restrição nos regulamentos conduzindo a custos e impacto nos proveitos ainda não antecipados
Global Transaction Banking	- Poupança de custos à luz da OpEx transversal a todo o Grupo - Capitalizar as sinergias resultantes de uma cooperação mais estreita com outras áreas de negócio do banco - Recuperação macroeconómica - Recuperação nas taxas de juros a partir de meados de 2015 - Desenvolvimento positivo do volume de comércio internacional, pagamentos transfronteiras e ações de empresas - Aprofundamento da relação com clientes empresariais complexos e clientes institucionais em regiões existentes e novos impulsos ao crescimento em mercados emergentes - Inversão bem-sucedida nas atividades de banca comercial nos Países Baixos	- Mais lenta recuperação na economia mundial e respetivo impacto nos volumes de transações, taxas de juros e taxas de câmbio - Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas - Poupanças de custos à luz do OpEx em todo o Grupo não são realizadas como previsto - Desfecho de potenciais casos de litígio - Benefícios das medidas para inverter a evolução das atividades da banca comercial nos Países Baixos não tiveram os resultados previstos
Deutsche Asset & Wealth Management	- Poupança de custos à luz da otimização, a nível do Grupo, da plataforma OpEx e Deutsche AWM resultante da fusão da AM, PWM e Passive CB&S para formar a Deutsche AWM - Estratégia interna geral da Deutsche AWM informada de forma contínua pelas tendências e desenvolvimentos de mercado, incluindo a criação do património global, um mercado de reforma em crescimento e uma rápida expansão das ofertas de investimento alternativas e passivas - Expandir a atividade comercial junto dos clientes com património líquido ultraelevado - Construir alternativas e negócios passivos/ETF - Liderança no mercado doméstico alemão através do	- Importantes ameaças setoriais, ou seja, volatilidade do mercado, peso da dívida pública, aumento dos custos decorrentes de alterações aos regulamentos - Investidores continuam a manter ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas - Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade - Dificuldades de execução das estratégias de crescimento orgânico devido a certas restrições, por ex. incapacidade de contratar gestores de clientes - Poupança de custos decorrentes de ganhos de

Principal unidade geradora de caixa	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
	Wealth Management e do DWS - Estratégia de crescimento orgânico na Ásia/Pacífico e Américas assim como cooperação intensificada com a CB&S e a GTB - Forte cobertura de mercados emergentes - Quota de mercado igual ou maior no ambiente competitivo fragmentado	eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas
Non-Core Operations Unit Wholesale Assets	- Continuação da execução com êxito do programa de redução de riscos - Continuação da capitalização das redes de vendas e distribuição doutras divisões para facilitar o êxito do programa de redução de riscos	- Um contexto macroeconómico potencialmente mais fraco devido a um crescimento que ainda se mantém frágil por causa do impacto dos riscos de eventos, nomeadamente de uma retirada desordenada do suporte bancário na economia global, conduzindo a um abrandamento na atividade e a uma redução na capacidade de redução de risco a um nível económico viável - Estrutura e conteúdo de um conjunto de alterações regulamentares a serem redigidas em várias jurisdições podem ter impacto mais grave do que o previsto - Desfecho de casos de litígio
Non-Core Operations Unit Operating Assets	- Esforços continuados para melhorar o desempenho subjacente dos ativos operacionais preparando uma eventual venda	- Um contexto macroeconómico potencialmente mais fraco devido a um crescimento que ainda se mantém frágil por causa do impacto dos riscos de eventos, nomeadamente de uma retirada desordenada do suporte bancário na economia global, conduzindo a um abrandamento na atividade e a uma redução na capacidade para alienar ativos operacionais a um nível económico viável - Desfecho de casos de litígio

Sensibilidades: No âmbito da validação do valor de uso determinado para as unidades geradoras de caixa, alguns fatores externos, assim como os principais motores de valor de cada unidade geradora de caixa, são revistos regularmente. A capitalização bolsista do Deutsche Bank manteve-se abaixo do valor contabilístico em 2014.Para testar a resistência do valor de uso, torna-se os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros) sensíveis. A administração considera que as únicas UGC em que alterações possíveis e razoáveis nos pressupostos-chave poderiam provocar uma perda por imparidade eram as divisões Corporate Banking & Securities e Private & Business Clients, em que o valor recuperável excedia o respetivo valor escriturado em 16%, ou 5,0 mil milhões de euros (CB&S), e 63 %, ou 9,9 mil milhões de euros (PBC).

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	CB&S	PBC
Aumento na taxa de desconto (após impostos) de	10,3 %/11,5 %	10,0 %/14,1 %
Lucros futuros previstos em cada período	(12)%	(34)%
Taxas de crescimento a longo prazo	N/S[1]	N/S[1]

N/S – Não significativo

[1] Uma taxa de 0% levaria ainda a um valor recuperável superior ao valor escriturado.

Os valores recuperáveis de todas as restantes unidades geradoras de caixa, exceto as da NCOU, excederam substancialmente os seus respetivos valores escriturados.

No entanto, uma revisão da estratégia do Grupo ou alguns riscos políticos ou globais para a atividade bancária, como um retorno da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

Outros ativos intangíveis

Segue-se a apresentação das alterações de outros ativos intangíveis por classe de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos								Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado			Amortizado					Amortizado	
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Valor de negócio adquirido	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de janeiro de 2013	878	440	1.318	1.519	848	686	938	3.991	2.261	7.570
Adições	0	0	0	24	0	0	41	65	663	728
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(12)	0	0	11	(1)	0	(1)
Alienações	0	0	0	0	0	0	19	19	36	55
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(48)	0	0	(41)	(89)	(10)	(99)
Transferências	0	0	0	0	0	0	22	22	(68)	(46)
Alterações das taxas de câmbio	(38)	1	(37)	(34)	(18)	(25)	(16)	(93)	(34)	(164)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	840	441	1.281	1.449	830	661	936	3.876	2.776	7.933
Adições	0	0	0	40	0	0	52	92	962	1.054
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(14)	(2)	(16)	0	(16)
Alienações	0	0	0	9	0	0	12	21	99	120
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	(3)	0	(1)	17	13	(26)	(13)
Alterações das taxas de câmbio	111	0	111	53	58	74	33	218	102	431
Saldo em 31 de dezembro de 2014	951	441	1.392	1.530	888	720	1.024	4.162	3.715	9.269
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de janeiro de 2013	300	2	302	741	164	142	592	1.639	707	2.648
Amortização do exercício	0	0	0	99	32	36	112	279	239	518[1]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(12)	0	0	6	(6)	0	(6)
Alienações	0	0	0	0	0	0	13	13	34	47
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(39)	0	0	(32)	(71)	(6)	(77)
Perdas por imparidade	0	0	0	72	0	7	4	83	43	126[2]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	10	10	(21)	(11)
Alterações das taxas de câmbio	(13)	0	(13)	(25)	(2)	(5)	(12)	(44)	(19)	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	287	2	289	836	194	180	667	1.877	909	3.075
Amortização do exercício	0	0	0	99	35	35	78	247	335	582[3]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(6)	(2)	(8)	(1)	(9)
Alienações	0	0	0	8	0	0	12	20	97	117
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	117	29	146	48	194[4]
Reversão de perdas por imparidade	84	0	84	0	0	0	0	0	0	84[5]
Transferências	0	0	0	1	0	0	2	3	(8)	(5)
Alterações das taxas de câmbio	37	1	38	49	14	17	19	99	63	200
Saldo em 31 de dezembro de 2014	240	3	243	977	243	343	781	2.344	1.249	3.836
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2013	553	439	992	613	636	481	269	1.999	1.867	4.858
Em 31 de dezembro de 2014	711	438	1.149	553	645	377	243	1.818	2.466	5.433

[1] Os 518 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[2] Dos quais 79 milhões de euros foram incluídos em imparidades de ativos intangíveis, consistindo em ativos intangíveis relacionados com clientes (72 milhões de euros) e contratos com benefícios (7 milhões de euros).Além disso, 47 milhões de euros em imparidades relacionadas com a aquisição (4 milhão de euros) e desenvolvimento interno de *software* (43 milhões de euros) foram registados em despesas gerais e administrativas.
[3] Os 582 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[4] Dos quais 146 milhões de euros foram incluídos em imparidades de ativos intangíveis, consistindo em ativos intangíveis baseados em contratos (117 milhões de euros) e designações comerciais (29 milhões de euros).Além disso, 48 milhões de euros em imparidades relacionadas com o desenvolvimento interno de *software* foram registados em despesas gerais e administrativas.
[5] Foram registados 84 milhões de euros como reversão de imparidade de um ano anterior e estão incluídos em Imparidade de ativos intangíveis.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2014, as adições aos ativos intangíveis gerados internamente foram de 962 milhões de euros, o que representa a capitalização de despesas incorridas juntamente com as atividades do Grupo relacionadas com o desenvolvimento de software de uso próprio. Imparidades de 146 milhões de euros registadas noutros ativos intangíveis adquiridos foram largamente atribuíveis à Maher Terminals LLC (NCOU; dos quais 116 milhões de euros em direitos de locação ("baseados em contratos") e 29 milhões de euros em marcas comerciais (software e outros), na sequência da perspetiva negativa continuada para volumes de negócios e recipiente (consulte "Alterações no goodwill" nesta Nota para obter informações adicionais relativas ao resultado da avaliação da Maher Terminals LLC).A imparidade de 48 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado da reavaliação da atual plataforma de software em desenvolvimento ao abrigo do Programa OpEx.

As alterações em amortização de outros ativos intangíveis reconhecidas em 2013 incluíram, principalmente, acréscimos de 663 milhões de euros a ativos intangíveis gerados internamente. As imparidades de 83 milhões de euros registadas em outros ativos intangíveis adquiridos foram amplamente atribuíveis a atividades da banca comercial nos Países Baixos (GTB), que já tinha assistido a alterações semelhantes em 2012.A imparidade de 43 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado da reavaliação da atual plataforma de software em desenvolvimento ao abrigo do Programa OpEx.

Em 2012, as imparidades registadas em ativos intangíveis relacionados com clientes, num total de 86 milhões de euros, incluíram 73 milhões de euros relativos a medidas encetadas no quarto trimestre de 2012 para inverter as atividades de banca comercial adquiridas nos Países Baixos (GTB) e 13 milhões de euros relacionados com o realinhamento da proposta de Consumer Banking da PBC. A imparidade de 95 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado das alterações previstas na prevista instalação de um sistema de TI na Deutsche AWM.

Os outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear (exceto o VOBA, conforme explicado na Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento").

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Outras vidas úteis em anos
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 25
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 23
Valor de negócio adquirido	até 30
Outros	até 80

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 711 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à UGC da Deutsche AWM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. pelo Grupo em 2002.

O valor recuperável do ativo de 711 milhões de euros foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos e a taxa de comissão efetiva. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo foram de 10,7% em 2014 e 11,4% em 2013.Por conseguinte, em 2014, foi reconhecida e registada uma reversão de imparidades de 84 milhões de euros na imparidade de ativos intangíveis na demonstração de resultados, principalmente devido a uma previsão de fluxos positiva graças ao reforço da franquia, a uma combinação de ativos favorável e a uma diminuição na taxa de desconto. Em 2013, não foram registadas imparidades nem reintegrações, dado que a avaliação permaneceu constante comparativamente com o ano anterior. Em 2012 foi reconhecida uma perda por imparidade de ativos intangíveis de 202 milhões de euros na demonstração de resultados. A perda por imparidade deveu-se predominantemente a descidas no previsto desenvolvimento dos fluxos de ativos investidos, levando em conta as tendências e impactos do historial de crescimento da reavaliação estratégica do negócio conduzida em 2012, assim como o ambiente competitivo.

Marcas registadas: Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à UGC PBC) e Sal. Marcas registadas Oppenheim (atribuídas à UGC da Deutsche AWM), que foram adquiridas em 2010.A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 411 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se prevê que ambas as marcas registadas criem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, são classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de alienação das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Desde a aquisição não se registaram imparidades.

26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Numerário, montantes a receber e depósitos de bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	574
Ativos detidos para negociação, derivados, ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	525
Ativos financeiros disponíveis para venda,	0	2.917
Empréstimos,	0	2.032
Ativos fixos tangíveis	142	212
Outros ativos	38	411
Total de ativos classificados como detidos para venda	**180**	6.670
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda	0	4.425
Passivos detidos para negociação, derivados, passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	439
Dívida a longo prazo	0	856
Outros passivos	0	544
Total de passivos classificados como detidos para venda	**0**	6.264

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 existiam 0 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente, em resultados líquidos não realizados associados a ativos não correntes e grupos para alienação classificados ou detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento integral acumulado (perdas) (após impostos).

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2014

Como parte do Programa OpEx e numa tentativa de subcontratar partes dos respetivos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação (TI) por grosso, o Grupo reclassificou principalmente os ativos fixos relacionados com as TI como um grupo de alienação detido para venda. Os ativos, que abrangem essencialmente

os ativos fixos tangíveis, são incluídos inicialmente na área Infrastructure e espera-se que sejam vendidos dentro de um ano. A reclassificação de um grupo de alienação a ser detido por categoria de venda teve como resultado uma perda por imparidade de 11 milhões de euros, o que foi registado em outros resultados.

No primeiro trimestre de 2014, o Grupo classificou uma carteira de execuções hipotecárias do setor imobiliário como detidas para venda dentro da divisão corporativa da NCOU. A carteira foi entretanto vendida. A sua classificação de detido para venda não originou uma perda por imparidade.

Também em 2014, o Grupo classificou vários grupos de alienação do CB&S, incluindo execuções hipotecárias, como detidos para venda. Estima-se que todos os ativos sejam vendidos no prazo de um ano. A sua classificação de detido para venda não originou uma perda por imparidade. Os respetivos ativos foram medidos pelo justo valor subtraídos dos custos de venda numa base não recorrente, com a medição do justo valor a ser categorizada como nível 3 na hierarquia do justo valor.

Alienações em 2014

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Non-Core Operations Unit	Venda da Nevada Property 1 LLC, uma subsidiária integralmente detida e proprietária do The Cosmopolitan de Las Vegas (“The Cosmopolitan”), um resort e casino em posição de liderança, à Blackstone. Ao abrigo da transação, a Blackstone adquiriu 100% do The Cosmopolitan por uma contrapartida em numerário de aproximadamente 1,4 mil milhões de euros (1,73 mil milhões de dólares dos Estados Unidos).	Uma perda por imparidade de 9 milhões de euros registada no quarto trimestre de 2014.	Quarto trimestre de 2014
Deutsche Asset & Wealth Management	Venda de parte da área de negócio Wealth Management do Grupo no Reino Unido	Uma perda por imparidade de 9 milhões de euros registada no primeiro trimestre de 2014.	Terceiro trimestre de 2014
Private & Business Clients	Edifício detido anteriormente como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Segundo trimestre de 2014
Non-Core Operations Unit	Venda da subsidiária BHF-BANK AG do Grupo ao Kleinwort Benson Group e à RHJ International (“RHJI”), no seguimento da receção de aprovações regulatórias pendentes. A contrapartida total do Grupo recebida está sujeita a ajustamentos do preço de compra aquando da conclusão da operação de 340 milhões de euros, compostos por 309 milhões de euros em numerário e 31 milhões de euros nas ações da RHJI emitidas ao par.	Nenhum.	Primeiro trimestre de 2014
Non-Core Operations Unit	Venda de edifícios de escritórios anteriormente detidos como propriedade de investimento em outros ativos.	Nenhum.	Primeiro trimestre de 2014

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2013

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro [1]	Informações adicionais
Non-Core Operations Unit	Alienação da subsidiária do Grupo, BHF-BANK AG	Uma perda por imparidade de 183 milhões de euros registada no quarto trimestre de 2013.	Alienações no primeiro trimestre de 2014
Non-Core Operations Unit/Private & Business Clients	Vários edifícios de escritórios detidos como ativos fixos tangíveis ou propriedade de investimento.	Uma perda por imparidade de 4 milhões de euros (PBC) registada no quarto trimestre de 2013.	Alienações em 2014
Corporate Banking & Securities	Vários grupos de alienação, compostos por ativos de execuções hipotecárias.	Nenhum.	Alienações em 2014
Deutsche Asset & Wealth Management	Parte da área de negócio Wealth Management do Grupo no Reino Unido	Uma perda por imparidade de 5 milhões de euros registada no quarto trimestre de 2013.	Alienações no terceiro trimestre de 2014

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Alienações em 2013

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Non-Core Operations Unit	Edifício detido como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Quarto trimestre de 2013
Deutsche Asset & Wealth Management	Edifício detido como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Terceiro trimestre de 2013
Global Transaction Banking	Uma subsidiária integralmente detida que presta serviços de aquisição comercial a clientes multinacionais do Grupo.	Nenhum.	Segundo trimestre de 2013
Deutsche Asset & Wealth Management	Grupo de alienação composto principal-mente por unidades de um fundo imobiliá-rio.	Nenhum.	Primeiro trimestre de 2013

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

27 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Outros ativos:		
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	65.096	40.938
Valores a receber de corretagem prime	10.785	9.140
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	4.741	2.697
Valores a receber de operações *regular way* não liquidadas	34.432	30.410
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	115.054	83.185
Juros acumulados a receber	2.791	3.236
Ativos detidos para venda	180	6.670
Outros	19.955	19.448
Total de outros ativos	**137.980**	112.539

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Outros passivos:		
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	70.558	53.435
Valores a pagar de corretagem prime	33.985	30.266
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	3.473	2.289
Valores a pagar de operações *regular way* não liquidadas	35.195	33.001
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	143.210	118.992
Juros acumulados a pagar	2.953	3.673
Passivos detidos para venda	0	6.264
Outros	37.659	34.666
Total de outros passivos	**183.823**	163.595

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 26, " Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda ".

28 – Depósitos

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Depósitos à ordem não remunerados	160.733	149.471
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	137.966	140.813
Depósitos a prazo	124.347	127.787
Depósitos de poupança	109.885	109.679
Total de depósitos remunerados	372.198	378.279
Total de depósitos	**532.931**	527.750

29 – Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Atividade de poupança e crédito habitação	Operacional/ Litígios	Reestruturação	Pedidos de recompra de hipotecas	Outros[1]	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2013	963	2.604	165	341	822	**4.895**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	3	0	0	2	5
Novas provisões	200	2.673	344	119	408	3.744
Montantes utilizados	(119)	(2.717)	(275)	(101)	(299)	(3.511)
Montantes não utilizados revertidos	(11)	(401)	(22)	0	(152)	(586)
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/ efeito financeiro do desconto	(19)	(38)	(6)	(14)	(10)	(87)
Transferências	(3)	(18)	1	0	(131)	(151)[2]
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.011	2.106	207	345	639	**4.308**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0
Novas provisões	211	2.049	154	411	609	3.434
Montantes utilizados	(104)	(307)	(195)	(45)	(194)	(845)
Montantes não utilizados revertidos	(3)	(319)	(52)	(88)	(189)	(651)
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/ efeito financeiro do desconto	35	103	6	46	14	204
Transferências	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.150	3.632	120	669	880	**6.451**

[1] Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 20, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.
[2] Inclui principalmente reclassificações (para)/de passivos detidos para venda.

Classes de provisões

As provisões para poupança e crédito habitação (*home savings*) decorrem da atividade de poupança e crédito habitação do Grupo Deutsche Postbank e Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft. Em poupança e crédito habitação, um cliente celebra um contrato de crédito para construção, mediante o qual esse cliente passa a ter o direito de pedir empréstimos sobre essa linha de crédito para construção assim que depositar junto do banco credor um determinado valor em dinheiro. No âmbito do contrato de crédito para construção há lugar ao débito de comissões de abertura de crédito e ao pagamento de juros sobre os montantes depositados a uma taxa que é, tipicamente, mais baixa do que aquela que é paga sobre outro tipo de depósitos bancários. Na eventualidade do cliente decidir não contrair empréstimos, o cliente passa a ter direito a um bónus de juros retroativos, que corresponde à diferença entre a baixa taxa de juro contratual aplicada à poupança e uma taxa de juro fixa, atualmente bastante acima da taxa de mercado. A provisão para poupança e crédito habitação diz respeito à obrigação de reembolso da comissão de abertura de crédito e o potencial bónus de juros. O modelo de cálculo da obrigação com o potencial bónus de juros inclui parâmetros relativos à percentagem de base de clientes afetada, taxa de bónus aplicável, estatuto do cliente e momentos de pagamento. Outros fatores que influenciam a provisão são dados estatísticos disponíveis sobre o comportamento de clientes e a conjuntura geral que poderá vir a afetar o negócio no futuro.

As provisões operacional/litígios decorrem do risco operacional, que corresponde às probabilidades de falha ou incumprimento (incluindo a componente legal) em relação a colaboradores, documentação e especificações contratuais, tecnologia, avarias em infraestruturas e catástrofes, influências externas e relações com clientes. Não inclui risco de negócio ou de reputação. As questões ligadas ao risco operacional podem resultar em interpelações de clientes, contrapartes e entidades reguladoras ou em ações judiciais.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

As provisões para pedidos de recompra de hipotecas decorrem da atividade de créditos hipotecários residenciais do Deutsche Bank nos Estados Unidos. Entre 2005 e 2008, no âmbito desta atividade, o Deutsche Bank vendeu aproximadamente 84 mil milhões de dólares em títulos *private label* e 71 mil milhões de dólares em títulos de crédito através de vendas *whole loan.* O Deutsche Bank tem recebido pedidos de recompra de créditos ou pedidos de indemnização a compradores, outros investidores ou seguradores financeiros relativamente a perdas alegadamente causadas por violação material de declarações e garantias. A prática geral do Deutsche Bank é processar os pedidos de recompra válidos que são submetidos em conformidade com os direitos contratuais e prazo de prescrição aplicável.

Em 31 de dezembro de 2014, o Deutsche Bank tinha, aproximadamente, 4,8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em pedidos de recompra de hipotecas pendentes (com base no saldo de capital original dos créditos).Estes pedidos consistem, principalmente, em pedidos efetuados relativamente a titularizações *private label* pelos respetivos mandatários ou executores. Face a estes pedidos pendentes, o Deutsche Bank registou provisões de 813 milhões de dólares dos Estados Unidos (669 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2014.O Deutsche Bank é o beneficiário de acordos de indemnização dos originadores ou vendedores de alguns empréstimos hipotecários sujeitos a estes pedidos, quanto aos quais o Deutsche Bank reconheceu valores a receber em 2014 de 359 milhões de dólares dos Estados Unidos (295 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2014.As provisões líquidas face a estes pedidos após dedução de tais valores a receber foram de 454 milhões de dólares dos Estados Unidos (374 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2014.Não foram reconhecidos valores a receber de indemnização desta natureza em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2014, o Deutsche Bank tinha concluído recompras, obtido acordos de rescisão ou encontrado outras soluções para os créditos com um saldo de capital original de aproximadamente 5,3 mil milhões de dólares. No âmbito daquelas recompras, acordos e liquidações, o Deutsche Bank conseguiu a liberação de potenciais reclamações num montante aproximado de 72,9 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em créditos vendidos pelo Deutsche Bank, conforme atrás descrito.

O Deutsche Bank celebrou acordos com determinadas entidades que ameaçavam apresentar queixas relativamente a pedidos de recompra de hipotecas contra o Deutsche Bank para suspender o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank.

O Deutsche Bank antecipa o surgimento de novos pedidos de recompra de hipotecas relativamente a créditos vendidos, mas não pode estimar com fiabilidade a respetiva data ou montante, que podem ser influenciados, entre outros, por decisões de tribunais ou quando o prazo de prescrição em agências de representações e acumulações de garantias, incluindo num recurso pendente perante o tribunal de segunda instância de Nova Iorque relativo aos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação emitidos pelo Deutsche Bank. O Deutsche Bank não atuou como executor dos créditos integrais vendidos a terceiros (o que constitui praticamente metade de todos os créditos hipotecários residenciais vendidos nos Estados Unidos entre 2005 e 2008) e, após a venda, o Deutsche Bank deixou de ter acesso a informação sobre o respetivo desempenho. Embora o desempenho dos créditos esteja publicamente disponível nos créditos hipotecários titularizados pelo Deutsche Bank, não há uma correlação direta entre o respetivo desempenho e os pedidos de recompra recebidos. Receberam-se pedidos referentes a créditos incumpridos, bem como referentes a créditos correntes e a créditos totalmente pagos.

Outras provisões incluem diversas rubricas específicas decorrentes de uma variedade de circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de créditos, comissões de vendas diferidas, a provisão para a taxa bancária do Reino Unido e uma provisão ao abrigo da cooperação na área de cartões de crédito entre o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank (ver Nota 38, "Operações com partes relacionadas").

Passivos contingentes

Os passivos contingentes podem decorrer de obrigações presentes ou de possíveis obrigações emergentes de acontecimentos passados. O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos e que possa ser estimada com fiabilidade. No caso de passivos contingentes significativos

para os quais uma perda futura é mais do que uma possibilidade remota, mas menos do que provável, o Grupo estima a perda possível sempre que considerar que é possível efetuar uma estimativa.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos, que decorrem do exercício normal da atividade. As matérias legais e regulamentares para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota são descritas a seguir, estando as matérias idênticas agrupadas e sendo algumas delas constituídas por várias reclamações. A perda estimada para cada uma delas, onde essa estimativa possa ser efetuada, não foi divulgada para matérias individuais porque o Grupo concluiu que essa divulgação poderia comprometer gravemente o desfecho desses processos. Nos casos em que foi constituída uma provisão para uma matéria específica não foi registado um passivo contingente.

Para determinar quais das matérias têm a possibilidade mais do que remota de resultar em perdas, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza da reclamação e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos. Existem outras matérias divulgadas para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais não é possível fazer essa estimativa. Nas matérias significativas para o Banco, nas quais se pode fazer uma estimativa, o Grupo estima atualmente que, em 31 de dezembro de 2014, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota mas menos do que provável era de cerca de 2,0 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2013:1,5 mil milhões de euros).Este valor inclui os passivos contingentes em matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Questões *antitrust* nos *swaps* de risco de incumprimento. Em 1 de julho de 2013, a Comissão Europeia (CE) emitiu uma comunicação de objeções contra o Deutsche Bank, o Markit Group Limited (Markit), a International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA) e doze outros bancos, alegando uma conduta anticoncorrencial nos termos do Artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e do Artigo 53.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (o "Acordo EEE").A comunicação de objeções cita as conclusões preliminares da CE segundo as quais (i) tentativas de determinadas entidades para participarem na transação em bolsa de produtos derivados de crédito sem fundos foram satisfeitas por uma inapropriada ação coletiva no período entre 2006 e 2009 e (ii) a conduta do Markit, ISDA, Deutsche Bank e de doze outros bancos constituiu uma única e sustentada infração do Artigo 101.º do TFUE e do Artigo 53.º do Acordo EEE. Se a CE concluir, de forma final, pela ocorrência da infração, poderá impor coimas e outras medidas de correção ao Deutsche Bank, Markit, ISDA e aos outros doze bancos. O Deutsche Bank submeteu uma resposta de contestação às conclusões preliminares da CE em janeiro de 2014.O Deutsche Bank e outros endereços SO apresentaram oralmente os principais elementos das suas respostas numa audiência oral em maio de 2014.No seguimento da audiência oral, a CE anunciou a sua intenção de levar a cabo uma outra investigação dos factos.

Contencioso *antitrust* relativo aos *swaps* de risco de incumprimento. Uma ação cível coletiva abrangendo vários distritos está neste momento pendente no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque contra o Deutsche Bank e diversos outros bancos com atividades de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS), assim como o Markit e ISDA. Os queixosos apresentaram uma segunda ação coletiva putativa, alterada e consolidada em 11 de abril de 2014, alegando que os bancos conspiraram com o Markit e o ISDA para evitar estabelecimento de CDS negociados em bolsa com o efeito de aumentar os preços para as transações de CDS do mercado de balcão (over-the-counter).Os queixosos procuram representar uma classe de indivíduos e entidades localizadas nos Estados Unidos ou no estrangeiro que, durante um período entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 compraram ou venderam CDS diretamente aos réus nos Estados Unidos. Os réus passaram para a anulação da segunda ação coletiva putativa, alterada e consolidada em 23 de maio de 2014.Em 4 de setembro de 2014, o tribunal deferiu parcialmente e recusou parcialmente a moção de anulação. Continua a decorrer a fase de instrução dos restantes pedidos dos queixosos.

Correlação de crédito. Determinadas autoridades reguladoras estão a investigar a carteira de negociação de correlação de crédito personalizado e determinados riscos desta carteira, durante a crise de crédito. As questões examinadas incluem a metodologia usada para valorizar as posições na carteira, bem como a robustez dos controlos que governam a aplicação das metodologias de avaliação. O Deutsche Bank tem estado em diálogo com os membros do SEC relativamente à resolução da respetiva investigação nesta matéria. Não há garantia de que tal resolução seja alcançada.

Litígio Fundos Esch. Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA ("Sal. Oppenheim") esteve, anteriormente à respetiva aquisição pelo Deutsche Bank em 2010, envolvida no marketing e financiamento de participações em fundos imobiliários fechados. Estes fundos foram estruturados como sociedades civis ao abrigo do direito alemão. Normalmente, a Josef Esch Fonds-Project GmbH efetuou o planeamento e desenvolvimento de projetos. Sal. Oppenheim deteve participação indireta nesta empresa através de um empreendimento conjunto. Relativamente a este negócio, foram apresentadas várias queixas cíveis contra a Sal. Oppenheim. Algumas, mas não todas, destas queixas são também dirigidas aos antigos sócios-gerentes da Sal. Oppenheim e outros indivíduos. As queixas levantadas contra a Sal. Oppenheim referem-se a investimentos originalmente de cerca de 1,1 mil milhões de euros. Os investidores estão a tentar dissolver a respetiva participação de fundos e ser compensados por potenciais perdas e dívida relacionadas com o investimento. As queixas são parcialmente baseadas num alegado incumprimento da Sal. Oppenheim em fornecer informação adequada sobre os riscos relacionados e outros aspetos materiais importantes para a decisão dos investidores. Com base nos factos dos casos individuais, alguns tribunais decidiram a favor e alguns contra a Sal. Oppenheim. Existem recursos pendentes.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que estão a investigar as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Banco está a cooperar com essas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank está a realizar a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial. Em relação com esta análise, o Banco tomou e continuará a tomar medidas disciplinares no que se refere a indivíduos, caso se justifique. O Deutsche Bank foi também

constituído réu em três ações coletivas putativas - duas que envolvem queixosos extra E. U.A. e um que envolve queixosos dos E. U.A. - interpostas no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, alegando queixas *antitrust* relacionadas com a alegada manipulação das taxas cambiais. Em 28 de janeiro de 2015, o juiz federal que supervisionou as ações coletivas concedeu a moção de anulação com extinção do processo nas suas ações que envolvem queixosos extra E. U.A. mas recusou a moção de anulação na ação que envolve queixosos dos E. U.A.

Negociação de alta frequência/negociação dark pool. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas autoridades reguladoras relativamente à negociação de alta frequência e ao funcionamento do sistema de negociação alternativa do Deutsche Bank ("ATS" ou "Dark Pool"), SuperX. O Banco está a cooperar com estes pedidos. O Deutsche Bank foi inicialmente constituído réu em ações coletivas putativas que alegam violações nas leis em matéria de valores mobiliários dos E. U.A. relacionadas com negociações de alta frequência, mas na respetiva queixa consolidada apresentada em 2 de setembro de 2014, os queixosos não incluíram o Deutsche Bank como réu.

Questões relativas a taxas interbancárias. O Deutsche Bank recebeu várias citações e pedidos de informação de diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei na Europa, na América do Norte e na Ásia e Pacífico relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias oferecidas. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Como anteriormente relatado, o Deutsche Bank chegou a um acordo com a Comissão Europeia em 4 de dezembro de 2013, como parte de um acordo coletivo para resolver as investigações da mesma em relação à conduta anticoncorrencial no comércio de derivados de taxa de juro do euro e derivados de taxa de juro do iene. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank concordou em pagar um total de 725 milhões de euros. Contudo, o Deutsche Bank permanece exposto a processos civis e mais ação regulamentar relacionados com estas referências.

O Deutsche Bank foi informado por algumas das autoridades que estão a investigar estas matérias de que serão recomendadas ações judiciais contra o Deutsche Bank relativamente a alguns aspetos das matérias sob investigação, e o Deutsche Bank está em diálogo com essas autoridades sobre a possível resolução dessas investigações.

No período entre meados de 2012 e o outono de 2014, cinco instituições financeiras entraram em acordo com a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (anteriormente, Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido), a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA, o Departamento de Justiça dos EUA e outras entidades reguladoras. Embora os termos dos vários acordos fossem diferentes, todos implicaram coimas significativas e consequências ao nível regulamentar. Por exemplo, um acordo com três instituições financeiras incluiu um acordo de adiamento da acusação (*deferred prosecution agreement*), nos termos do qual o Departamento de Justiça dos EUA concordou em adiar a dedução de acusação contra a entidade aplicável em questão desde que a instituição financeira cumpra os termos do referido acordo. Os termos dos acordos estabelecidos com outras duas instituições financeiras incluíram acordos de não acusação (*non-prosecution agreements*), segundo os quais o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não agir criminalmente contra as entidades desde que sejam preenchidas determinadas condições. Além disso, filiais de duas instituições financeiras concordaram em declarar-se culpadas de um crime perante um tribunal dos Estados Unidos por conduta concertada.

Estão pendentes várias ações judiciais, incluindo putativas ações coletivas, no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque contra o Deutsche Bank e numerosos outros bancos. Todas exceto duas destas ações foram movidas em nome das partes que alegam ter detido ou transacionado derivados baseados na LIBOR em dólares dos Estados Unidos ou outros instrumentos financeiros e suportado perdas resultantes de conluio ou manipulação por parte dos réus na fixação da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com uma exceção, todas as ações civis pendentes no distrito sul de Nova Iorque relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos).Em março de 2013, o tribunal rejeitou as alegações *antitrust* federais e estatais, alegações sustentadas sob a lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e determinada legislação estatal que foi sustentada em seis queixas alteradas. Os queixosos que representam uma ação coletiva putativa de obrigacionistas estão presentemente a intentar um recurso de anulação da alegação única (uma queixa federal *antitrust*) do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos para a 2ª

circunscrição do tribunal de segunda instância dos Estados Unidos, no seguimento de uma decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos que lhes permite formalizar um recurso neste momento. O tribunal distrital concedeu também pedidos feitos por outros queixosos no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, cujas alegações *antitrust* federais foram anuladas pelo tribunal distrital, ou cujos casos foram paralisados pelo tribunal distrital, com desfecho pendente do recurso dos queixosos obrigacionistas para o Supremo Tribunal, de formalização imediata de recursos para a 2ª circunscrição nas suas alegações *antitrust* federais.(A 2ª circunscrição recusou o pedido de um grupo separado de queixosos para readmitir o recurso, que foi inicialmente anulado pela 2ª circunscrição como inoportuno em 2013.Esse grupo de queixosos apresentou agora uma nova notificação de interposição de recurso.)Queixas adicionais relativas à alegada manipulação da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foram movidas, removidas para ou transferidas para o distrito sul de Nova Iorque e estão a ser coordenadas no âmbito do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. O tribunal emitiu uma decisão em junho de 2014 que permite aos queixosos prosseguir com algumas alegações ao abrigo da lei Commodity Exchange Act (CEA), assim como algumas queixas contratuais da lei estatal e alegações de enriquecimento sem causa. Vários queixosos atuando nas suas capacidades individuais (isto é, ações não coletivas) apresentaram queixas alteradas e as partes informaram moções para anulação. Os queixosos que representam a ação coletiva putativa de proprietários e credores também apresentaram queixas alteradas e as partes estão a informar moções para anulação. O Banco apresentou também moções para anulação de queixas devido a falta de jurisdição individual por classes putativas de queixosos que alegadamente transacionaram nos instrumentos financeiros do mercado de balcão (over-the-counter) com referência à LIBOR em dólares dos Estados Unidos e queixosos que alegadamente transacionaram nos instrumentos financeiros negociados em bolsa com referência à LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Uma ação adicional relativa à LIBOR em dólares dos Estados Unidos está independentemente pendente no distrito sul de Nova Iorque e está sujeita a moções pendentes de anulação. Por último, o Banco foi também constituído réu numa ação judicial pendente no distrito central da Califórnia relativamente à LIBOR em dólares dos Estados Unidos. O tribunal concedeu ao Banco a moção de anulação por falta de jurisdição individual e também anulou as alegações trazidas no caso contra os outros réus. O queixoso apresentou uma notificação de recurso à espera de revisão pela 9ª circunscrição do tribunal de segunda instância dos Estados Unidos.

Uma ação coletiva putativa foi movida contra o Deutsche Bank e outros bancos relativamente à alegada manipulação da LIBOR em ienes e da TIBOR em euro-ienes. Em 28 de março de 2014, o tribunal do distrito sul de Nova Iorque concedeu aos réus as moções para anulação das alegações impostas ao abrigo de leis *antitrust* federais dos Estados Unidos e por enriquecimento sem causa, mas recusou as moções dos réus de algumas alegações impostas ao abrigo da lei Commodity Exchange Act. As moções para anulação do caso por falta de jurisdição individual interpostas pelo Deutsche Bank e por alguns outros réus estrangeiros estão pendentes e a fase de instrução está paralisada até 7 de abril de 2015.O Deutsche Bank é também réu numa ação coletiva putativa relativamente à alegada manipulação da EURIBOR. O tribunal concedeu uma moção para paralisar a fase de instrução até 12 de maio de 2015.O prazo dos réus para responder a essa queixa foi cumprido, ficando pendentes as alterações à queixa. Nestes casos, os pedidos de indemnização por perdas e danos foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act (CEA) e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e demais legislação estatal.

Kirch. O Ministério Público em Munique levou a cabo e está presentemente a levar a cabo investigações de natureza criminal relativamente ao caso Kirch no que diz respeito aos antigos membros do Conselho de Administração, assim como aos membros atuais do Conselho de Administração, Juergen Fitschen e Dr. Stephan Leithner. O caso Kirch envolveu vários processos civis entre o Deutsche Bank AG e o Dr. Leo Kirch, assim como empresas dos meios de comunicação controladas por ele. A questão central era se uma entrevista dada em 2002 pelo Dr. Rolf Breuer, porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank na altura, à rede de televisão Bloomberg, durante a qual o Dr. Breuer comentou a incapacidade do Dr. Kirch (e das suas empresas) de obter financiamento, foi a causa da insolvência das empresas Kirch. Em fevereiro de 2014, o Deutsche Bank e os sucessores de Kirch chegaram a um acordo global, que terminou todas as disputas legais entre eles.

A investigação que envolvia o atual membro do Conselho de Administração, Juergen Fitschen, e vários anteriores membros do Conselho de Administração, foi concluída. No início de agosto de 2014, foi apresentada uma acusação no tribunal distrital de Munique contra o Sr. Fitschen e os mencionados anteriores membros do Conselho de Administração. O Ministério Público pediu ao tribunal a participação secundária do Deutsche Bank no processo no que diz respeito a uma potencial ofensa reguladora em conformidade com a Secção 30 da lei alemã de contra-ordenações (*RegulatoryOffences Act*).Foi apresentada uma acusação aos antigos

membros do Conselho de Administração, Sr. Fitschen e Deutsche Bank AG em setembro de 2014.Em 2 de março de 2015, o tribunal distrital de Munique aceitou a acusação e abriu o processo contra todos os acusados. O tribunal ordenou também a participação secundária do Deutsche Bank AG.

Está a decorrer a investigação que envolve o atual membro do Conselho de Administração, o Dr. Stephan Leithner.

As alegações do Ministério Público são as de que dois membros atuais do Conselho de Administração não corrigiram em tempo útil declarações factuais feitas pelo advogado de contencioso do Deutsche Bank em submissões apresentadas num caso civil entre Kirch e o Deutsche Bank AG perante o tribunal regional superior de Munique e o Tribunal Federal de Justiça, após ter alegadamente tomado conhecimento de que tais declarações não estavam corretas. Ao abrigo do direito alemão, uma parte num processo civil encontra-se sujeita ao dever legal de certificar a exatidão de todas as declarações factuais feitas pela mesma num tribunal. A investigação do Dr. Leithner e a acusação do Sr. Fitschen têm por base a alegação de que (ao contrário dos outros atuais membros do Conselho de Administração do Banco) eles tinham conhecimento ou responsabilidade especial em relação ao caso Kirch. A acusação relativa aos antigos membros do Conselho de Administração tem por base a alegação de que tais antigos membros do Conselho de Administração deram um testemunho inexato perante o tribunal regional superior de Munique.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração do Banco obtiveram opiniões de uma sociedade internacional de advogados e de um presidente reformado de um dos principais tribunais de segunda instância na Alemanha que referiam que não existe base para a acusação de transgressão criminal feita pelos magistrados do Ministério Público contra o Sr. Fitschen e o Dr. Leithner. O Deutsche Bank está a cooperar plenamente com o Ministério Público de Munique.

Índice KOSPI, matérias de dissolução. No seguimento do declínio do índice 200 de cotações compostas de ações da Coreia (“KOSPI 200”) no encerramento de leilão em 11 de novembro de 2010 em cerca de 2,7%, o Serviço de Supervisão Financeira da Coreia ("FSS") iniciou uma investigação e expressou a preocupação de que a queda no KOSPI 200 foi atribuível a uma venda pelo Deutsche Bank de um conjunto de ações, no valor de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros, que foi detido como parte de uma posição de arbitragem do índice no KOSPI 200.Em 23 de fevereiro de 2011, a Comissão dos Serviços Financeiros da Coreia, que supervisiona o funcionamento do Serviço de Supervisão Financeira da Coreia, reviu as conclusões e recomendações deste FSS e resolveu aplicar as seguintes medidas:(i) apresentar uma queixa criminal perante o Ministério Público da Coreia por alegada manipulação de mercado contra cinco colaboradores do grupo Deutsche Bank e da subsidiária do Deutsche Bank, a Deutsche Securities Korea Co. (DSK), por responsabilidade por atos de terceiros, e (ii) impor uma suspensão de seis meses, com início em 1 de abril de 2011 e término em 30 de setembro de 2011, das atividades empresariais da DSK por negociação proprietária de ações negociadas a pronto e derivados listados e negociação de ações negociadas a pronto de DMA (acesso direto ao mercado), e o requisito de que a DSK suspenda o emprego de um colaborador mencionado por seis meses. Houve uma exceção à suspensão da atividade empresarial que permitiu à DSK continuar a atuar como fornecedor de liquidez para os valores mobiliários indexados aos derivados existentes. Em 19 de agosto de 2011, o Ministério Público da Coreia anunciou a sua decisão de indiciar a DSK e quatro colaboradores do grupo Deutsche Bank sobre acusações de manipulação de mercado indexada à vista/futura. O julgamento penal começou em janeiro de 2012.Pode ser pronunciado um veredito durante 2015 relativamente à DSK e a um dos quatro colaboradores acusados. Adicionalmente, foram interpostas várias ações judiciais em tribunais da Coreia contra o Deutsche Bank e a DSK por algumas partes que alegam que incorreram em perdas como consequência da queda no KOSPI 200 em 11 de novembro de 2010.Os requerentes pretendem obter indemnizações de um montante agregado de aproximadamente 250 milhões de euros (à taxa de câmbio atual) mais os juros e custos. Estes litígios encontram-se em várias fases do processo, sendo possível obter vereditos de algumas ações durante o ano de 2015.

Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam citações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (*U. S. Financial Fraud Enforcement Task Force*), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (*residential mortgage-backed securities* – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários co-

merciais (CMBS), obrigações com garantia real, outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação judicial interposta pela Comunidade da Virgínia reivindicando queixas de fraude e violação da lei da Virgínia de fraude contra os contribuintes (*Virginia Fraud Against Taxpayers Act*) como resultado de aquisições através do sistema de reforma da Virgínia (VRS - *Virginia Retirement System*) dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação emitidos ou subscritos pelo Deutsche Bank. O Deutsche Bank é uma das treze instituições financeiras nomeadas como réus. A queixa alega danos de 1,15 mil milhões de dólares dos Estados Unidos num conjunto contra todos os réus, mas não especifica os danos cometidos por cada réu. A ação foi originalmente apresentada selada por uma parte privada e foi retirado o selo em 16 de setembro de 2014, após a decisão do Procurador-Geral da Virgínia de intervir na ação. O caso encontra-se em fase inicial e o Deutsche Bank está a contestar a afirmação do VRS de que o tribunal do estado da Virgínia possa exercer jurisdição individual sobre o mesmo.

O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador firme de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos a seguir, incluem processos de ação coletiva putativa, ações por compradores individuais de valores mobiliários e ações por mandatários em nome de *trusts* RMBS. Embora as alegações variem consoante o processo, estes casos alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação.

O Deutsche Bank é um réu em ações coletivas putativas respeitantes à sua função, juntamente com outras instituições financeiras, como tomador firme de RMBS emitidos por IndyMac MBS, Inc. Em 8 de setembro de 2014, o Deutsche Bank, alguns réus de outras instituições financeiras e os principais queixosos executaram uma disposição para chegar a acordo sobre a ação. Em 30 de setembro de 2014, o tribunal emitiu uma ordem certificando a ação coletiva para acordo e aprovando a notificação para a ação coletiva. Em 23 de fevereiro de 2015, o tribunal emitiu uma ordem a aprovar o acordo e dissolveu a ação. Ao abrigo do acordo, todos os réus constituídos pagaram um total de 340 milhões de dólares dos Estados Unidos. A porção do Deutsche Bank do acordo não se reveste de índole material.

O Deutsche Bank é réu numa ação coletiva putativa respeitante à sua função, juntamente com outras instituições financeiras, de tomador firme de RMBS emitidos pela Novastar Mortgage Corporation. Em 4 de fevereiro de 2015, o tribunal emitiu uma ordem a revogar a sua decisão anterior que tinha anulado cinco das seis ofertas de RMBS do caso. O tribunal ordenou aos queixosos a alteração da queixa operativa de modo a incluir as ofertas anteriormente anuladas. A fase de instrução da ação, que tem estado paralisada enquanto a moção dos queixosos estiver pendente, vai ser agora retomada.

Em 18 de dezembro de 2013, o tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque considerou improcedente as queixas contra o Deutsche Bank numa ação coletiva putativa relacionada com os RMBS emitidos por Residential Accredit Loans, Inc. e as suas afiliadas.

O Deutsche Bank é réu em vários processos não de ação coletiva e arbitragens por supostos compradores de e contrapartes envolvidas em transações relacionadas com RMBS e as suas afiliadas, incluindo Aozora Bank, Ltd., Commerzbank AG, a Federal Deposit Insurance Corporation (como conservador para Colonial Bank, Franklin Bank S. S.B., Guaranty Bank, Citizens National Bank and Strategic Capital Bank), o Federal Home Loan Bank of Boston, o Federal Home Loan Bank of San Francisco, o Federal Home Loan Bank of Seattle, HSBC Bank USA, National Association (como agente fiduciário para determinados *trusts* RMBS), Knights of Columbus, Mass Mutual Life Insurance Company, Phoenix Light SF Limited (como suposto cessionário dos pedidos de veículos especiais criados e/ou geridos por WestLB AG), Royal Park Investments (como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado para adquirir determinados ativos do Fortis Bank), Sealink Funding Ltd. (como suposto cessionário dos pedidos de veículos especiais criados e/ou geridos por Sachsen Landesbank e as suas subsidiárias), Texas County & District Retirement System e The Charles Schwab Corporation.

Em 17 de novembro de 2014, nos termos dos acordos confidenciais executados em 6 de novembro de 2014, a Assured Guaranty Municipal Corporation anulou a ação com extinção do processo que tinha sido interposta contra o Deutsche Bank e o Deutsche Bank anulou com extinção do processo as queixas de terceiros que

tinha interposto na ação contra a Greenpoint Mortgage Funding, Inc. O impacto líquido financeiro dos acordos não se revestiu de índole material para o Deutsche Bank.

Em 15 de dezembro de 2014, nos termos do acordo confidencial executado em 9 de dezembro de 2014, o Landesbank Baden-Württemberg anulou com extinção do processo a ação que tinha interposto contra o Deutsche Bank. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Em 18 de dezembro de 2014, foi apresentada uma disposição para anular com extinção do processo as queixas apresentadas contra o Deutsche Bank pela Mass Mutual Life Insurance Company relativas às ofertas emitidas por entidades afiliadas à Countrywide. O entendimento do Deutsche Bank é de que a anulação relativamente a estas ofertas estava de acordo com um acordo confidencial do qual o Deutsche Bank não fazia parte. O Deutsche Bank permanece réu num litígio separado interposto pela Mass Mutual Life Insurance Company relativo a certificados não emitidos por entidades afiliadas à Countrywide.

Em 14 de janeiro de 2015, o tribunal concedeu ao Deutsche Bank a moção de anulação da ação interposta pelo Aozora Bank, Ltd., relativa à obrigação com garantia real identificada como Blue Edge ABS CDO Ltd. Em 17 de fevereiro de 2015, o Aozora Bank, Ltd. apresentou uma moção de reargumentação ou, em alternativa, de apresentação de uma queixa alterada. O Deutsche Bank opôs-se à moção. O Deutsche Bank também é réu, juntamente com UBS AG e afiliadas, numa ação interposta pelo Aozora Bank relativa à obrigação com garantia real identificada como Brooklyn Structured Finance CDO, Ltd., na qual a moção de anulação está atualmente pendente no tribunal.

Nos termos de um acordo confidencial datado de 15 de janeiro de 2015, a John Hancock Life Insurance Company (E. U.A.) e afiliadas concordaram em anular com extinção do processo a ação que tinham interposto contra o Deutsche Bank. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Em 22 de janeiro de 2015, nos termos de um acordo confidencial com o Deutsche Bank datado de 14 de janeiro de 2015, o Federal Home Loan Bank of San Francisco anulou com extinção do processo as queixas apresentadas contra o Deutsche Bank referentes às sete ofertas de RMBS.

Em 26 de janeiro de 2015, nos termos de um acordo confidencial entre o Federal Home Loan Bank of San Francisco e Countrywide, o Federal Home Loan Bank of San Francisco apresentou uma ordem de anulação com extinção do processo das queixas apresentadas contra o Deutsche Bank pelo Federal Home Loan Bank of San Francisco referentes às 15 ofertas emitidas por entidades afiliadas à Countrywide. O entendimento do Deutsche Bank é de que a anulação relativamente a estas 15 ofertas estava de acordo com um acordo confidencial do qual o Deutsche Bank não fazia parte. O Deutsche Bank permanece réu no caso referente a uma oferta de RMBS e duas ofertas descritas como retitularização dos certificados de RMBS. O caso encontra-se em fase de instrução.

O Deutsche Bank e o Monarch Alternative Capital LP, e alguns dos seus clientes de assessoria e veículos de investimentos geridos (Monarch) chegaram a um acordo em 18 de dezembro de 2014 de propor um acordo ao HSBC Bank USA, National Association (HSBC) para resolver o litígio relativo aos três *trusts* RMBS. Nos termos do acordo com o Monarch, o Monarch exigiu que o HSBC conduzisse um voto de titulares de certificados para cada um dos *trusts* no que respeita à aprovação ou rejeição dos acordos propostos. O HSBC notificou os respetivos titulares de certificados dos acordos propostos e está neste momento a levar a cabo uma revisão dos acordos propostos e tenciona emitir brevemente futuras notificações aos titulares de certificados no que respeita aos acordos propostos. No caso de um ou mais dos acordos estarem concluídos, uma porção substancial dos fundos do acordo pagos pelo Deutsche Bank será reembolsado por uma não-parte do litígio. O impacto líquido financeiro dos acordos não se reveste de índole material para o Deutsche Bank.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

O Deutsche Bank alcançou acordos com determinadas entidades que ameaçaram apresentar queixas contra o Deutsche Bank relacionadas com várias ofertas de RMBS e de outros produtos relacionados para suspen-

der o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank. Além disso, o Deutsche Bank alcançou acordos com algumas destas entidades, cujos termos financeiros não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

A Deutsche Bank National Trust Company ("DBNTC") e a Deutsche Bank Trust Company Americas ("DBTCA") foram processadas por investidores num processo civil relativo às suas funções como mandatárias de alguns *trusts* RMBS. Em 18 de junho de 2014, um grupo de investidores apresentou uma ação judicial contra a DBNTC e a DBTCA no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque em nome de e para o benefício de 544 *trusts* RMBS *private-label* declarando queixas por alegadas violações da lei de escritura de *trusts* de 1939 (TIA - *Trust Indenture Act*), violação de contrato, violação do dever fiduciário e negligência com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC e da DBTCA de prestar os respetivos serviços como mandatárias de *trusts.* Os queixosos retiraram desde então a respetiva queixa no tribunal do estado e apresentaram uma queixa alterada no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque. Em 18 de junho de 2014, a Royal Park Investments SA/NV apresentou uma suposta ação coletiva em nome de investidores de 10 *trusts* RMBS contra a DBNTC no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque declarando queixas por alegadas violações da lei TIA, violação de contrato, violação da confiança com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC de prestar os respetivos serviços como mandatária de *trusts.* A DBNTC procedeu à anulação da queixa. Em 7 de novembro de 2014, o Conselho de Administração da National Credit Union, na qualidade de investidor de 121 *trusts* RMBS, interpôs um processo no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque contra a DBNTC na qualidade de mandatária desses *trusts*, alegando violações da lei TIA e da lei do direito imobiliário de Nova Iorque (*New York Streit Act*) devido ao alegado incumprimento da DBNTC de prestar alguns supostos deveres estatutários e contratuais. Em 23 de dezembro de 2014, algumas obrigações com garantia real que detêm certificados de RMBS emitidos por 21 *trusts* RMBS apresentou uma queixa no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque contra a DBNTC na qualidade de mandatária dos *trusts*, declarando alegações de violação da lei TIA e da lei *Streit Act*, violação de contrato, violação do direito fiduciário, negligência, negligência grosseira e declarações negligentes, com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC de prestar os respetivos serviços como mandatária de *trusts*.

Investigações e litígios relativos a metais preciosos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas autoridades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei que estão a investigar as transações e vários outros aspetos do mercado de metais preciosos. O Banco está a cooperar com essas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank tem vindo a realizar a sua própria análise interna do negócio dos metais preciosos e outros aspetos do respetivo negócio dos metais preciosos. O Deutsche Bank também foi constituído réu em várias ações coletivas putativas de queixas pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque que alegam violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos e da lei *Commodity Exchange Act*, relativamente à alegada manipulação do preço do ouro e da prata através da participação nas *Gold and Silver Fixes*.

Investigações sobre as práticas de contratação designada. Alguns reguladores estão a investigar, entre outros assuntos, a conformidade do Deutsche Bank com a lei *Foreign Corrupt Practices Act* e com outras leis no que diz respeito às práticas de contratação do Banco relativas aos candidatos designados por clientes, potenciais clientes e funcionários governamentais, e ao envolvimento de consultores na região da Ásia e Pacífico. O Deutsche Bank encontra-se a responder e continua a cooperar nestas investigações.

Questões relacionadas com embargos impostos pelos EUA. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de algumas agências reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei sobre o historial de processamento de ordens de pagamento em dólares dos Estados Unidos por instituições financeiras americanas em nome de terceiros de países sujeitos às leis de embargo americanas. Estas agências encontram-se a investigar se tais procedimentos estão em conformidade com as leis federais e estatais americanas. Em 2006, o Deutsche Bank decidiu voluntariamente de que não se envolveria em novos negócios em dólares dos Estados Unidos com contrapartes no Irão, Sudão, Coreia do Norte e Cuba e com alguns bancos da Síria, e sair de negócios existentes em dólares dos Estados Unidos com tais contrapartes na medida do legalmente possível. Em 2007, o Deutsche Bank decidiu que não se envolveria em novos negócios, em qualquer divisa, com contrapartes no Irão, Sudão e Coreia do Norte e que sairia de negócios existentes, em qualquer divisa, com tais contrapartes na medida do legalmente possível; decidiu também limitar os seus negócios em dólares que não sejam dos Estados Unidos com contrapartes em Cuba. O Deutsche Bank encontra-se a fornecer informações e a cooperar com as agências que estão a investigar.

30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Compromissos de crédito irrevogáveis	154.446	137.202[1]
Passivos contingentes	62.087	65.630
Total	**216.533**	202.832

[1] Em 2014, os valores comparáveis foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir Fronting Commitments erradamente não incluídos na divulgação prévia.

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto/médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias de agências ECA concedidas para financiamentos a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo são comparáveis devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) com o intuito de assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas de uma forma seletiva. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha ou pela Commodity Credit Corporation em nome dos Estados Unidos.

31 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	14.787	20.852
Outros	28.144	38.915
Total de outros empréstimos a curto prazo	**42.931**	59.767

32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2015	Vencimento em 2016	Vencimento em 2017	Vencimento em 2018	Vencimento em 2019	Vencimento após 2019	Total 31 de dez. 2014	Total 31 de dez. 2013
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	15.155	11.887	15.733	6.288	9.344	26.389	84.795	76.953
Taxa variável	7.174	6.337	5.131	3.129	6.514	6.365	34.651	26.503
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	705	500	1	70	28	1.385	2.689	3.022
Taxa variável	1.039	0	0	50	20	1.248	2.358	4.557
Outros	1.666	5.495	1.615	2.110	1.224	8.234	**20.344**	22.047
Total de dívida a longo prazo	25.739	24.219	22.480	11.647	17.130	43.622	**144.837**	133.082

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2014 e 2013.

Títulos fiduciários preferenciais[1]

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Taxa fixa	8.662	8.613
Taxa variável	1.912	3.313
Total de títulos fiduciários preferenciais	**10.573**	11.926

[1] Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

31.12.2014

em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	160.733	0	0	0	0
Depósitos remunerados	138.030	160.290	51.183	13.855	12.503
Passivos detidos para negociação[1]	41.843	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	610.202	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	29.752	12.543	4.292	3.947	6.696
Passivos por contratos de investimento2	0	91	847	1.586	5.999
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	282	636	1.543	2.602
Recursos de bancos centrais adquiridos	986	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	3.696	4.964	2.007	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	1.961	26	0	0	363
Outros empréstimos a curto prazo	26.633	8.035	8.832	0	0
Dívida a longo prazo	543	6.597	21.983	83.529	51.855
Títulos fiduciários preferenciais	0	4.183	1.396	6.440	251
Outros passivos financeiros	155.066	4.011	477	372	23
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	139.342	0	0	0	0
Garantias financeiras	22.344	0	0	0	0
Total[4]	1.331.132	201.023	91.653	111.271	80.292

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento" para mais detalhes sobre esses contratos.

[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

31.12.2013

em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	149.471	0	0	0	0
Depósitos remunerados	140.882	184.274	31.136	14.172	12.282
Passivos detidos para negociação[1]	55.804	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	483.428	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados2	50.477	54.198	4.247	6.389	6.240
Passivos por contratos de investimento3	0	76	793	1.328	5.871
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura4	0	20	35	238	323
Recursos de bancos centrais adquiridos	2.056	0	400	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	6.485	4.630	645	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	2.081	39	0	0	207
Outros empréstimos a curto prazo	36.694	16.211	6.874	0	0
Dívida a longo prazo	840	16.663	16.713	67.325	50.105
Títulos fiduciários preferenciais	0	4.595	1.176	7.860	237
Outros passivos financeiros	131.998	3.946	669	722	107
Compromissos de crédito extrapatrimoniais[5]	114.617	0	0	0	0
Garantias financeiras	20.605	0	0	0	0
Total[6]	1.195.438	284.650	62.688	98.034	75.373

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

[2] Em 2014, os valores comparáveis foram reajustados em 1,4 mil milhões de euros, dado que os valores contabilísticos foram erradamente utilizados em vez dos valores nocionais exigidos.

[3] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

[4] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.
[5] Em 2014, os valores comparáveis foram reajustados em 10,5 mil milhões de euros para incluir Fronting Commitments erradamente não incluídos na divulgação prévia.
[6] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

34 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias, 1 de janeiro de 2013	929.499.640	(315.742)	929.183.898
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	90.000.000	0	90.000.000
Ações compradas para tesouraria	0	(396.958.039)	(396.958.039)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	397.101.877	397.101.877
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2013	1.019.499.640	(171.904)	1.019.327.736
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	359.773.491	0	359.773.491
Ações compradas para tesouraria	0	(310.846.161)	(310.846.161)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	310.757.883	310.757.883
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2014	1.379.273.131	(260.182)	1.379.012.949

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

As ações compradas para tesouraria são ações detidas pelo Grupo por um dado período de tempo, assim como quaisquer ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

Em 5 de junho de 2014, o Deutsche Bank AG emitiu 59,9 milhões de novas ações ordinárias a 29,20 euros por ação, resultando num total de proveitos de 1,7 mil milhões de euros. As ações foram emitidas com direitos a dividendo total para o exercício de 2014 a partir do capital autorizado e sem direitos de preferência. As ações foram colocadas na Paramount Services Holdings Ltd.

Em 25 de junho de 2014, o Deutsche Bank AG concluiu um aumento de capital autorizado face a contribuições em numerário através de uma oferta pública com direitos de subscrição. No total, foram emitidos 299,8 milhões de novas ações ordinárias, resultando num total de proveitos de 6,8 mil milhões de euros. As ações foram emitidas com direitos a dividendo total para o exercício de 2014.99,1% dos direitos de subscrição foram exercidos e por conseguinte, foram emitidos 297,1 milhões de novas ações ao preço de subscrição de 22,50 euros por ação. Os restantes 2,8 milhões de novas ações foram vendidos no mercado a um preço médio de 26,58 euros por ação.

Os custos de transação relacionados com estes aumentos de capital que foram diretamente registados em capital ascenderam aos 0,1 mil milhões de euros depois de impostos.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário e, em algumas circunstâncias, por contrapartidas que não em numerário. Em 31 de dezembro de 2014 o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de

256.579.863 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2019.Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
579.863 €	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital for realizado numa forma que não numerário e tiver intenção de aquisição de uma sociedade ou participação numa sociedade e podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações	30 de abril de 2018
256 000 000 €	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital for realizado numa forma que não numerário e tiver intenção de aquisição de uma sociedade ou participação numa sociedade e podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações	30 de abril de 2019

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants.* As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital contingente	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
€ 230 400 000	30 de abril de 2017
256 000 000 €	30 de abril de 2019

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, respetivamente.

	2014 (proposto)	2013	2012
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros) 1	1.034	765	764
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,75	0,75	0,75

[1]Os dividendos em numerário para 2014 baseiam-se no número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2014.

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

— Componentes de capital adicionais

Em 2014, o Deutsche Bank AG colocou duas tranches das Notas Tier 1 adicionais (as “Notas AT1” ou “Notas”), no valor de 4,7 mil milhões de euros.

Em 20 de maio de 2014, o Deutsche Bank AG colocou Notas Tier 1 adicionais, no valor de 3,5 mil milhões de euros. Já foram destacados warrants para subscrever um total de 30 250 ações, quantidade originalmente anexada às Notas, por um subscritor inicial.

As Notas Tier 1 adicionais foram também colocadas em 19 de novembro de 2014, no valor de 1,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (equivalente a 1,2 mil milhões de euros).As Notas auferem um cupão fixo de 7,50% pagável anualmente, até 30 de abril de 2025, a primeira data na qual o Banco pode comprar as Notas.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal a partir da data de emissão até à primeira data de compra à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer défice nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva primeira data de compra e posteriormente a cada intervalo de cinco anos ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer

reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio de capital Common Equity Tier 1, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%.As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

35 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações.

Ano(s) de atribuição	Deutsch Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Disposições de reforma antecipada	Elegibilidade
2014/ 2013	Prémio anual	1/3:12 meses[1] 1/3:24 meses[1] 1/3:36 meses[1]	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
		Ou aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 54 meses[1]	Sim [2]	Membros da Conselho de Administração ou Gestores Seniores do Grupo
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão[3]	Não	Colaboradores regulamentados
2012/ 2011	Prémio anual	1/3:12 meses[4] 1/3:24 meses[4] 1/3:36 meses[4]	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão3	Não	Colaboradores regulamentados
2010	Prémio anual	Aquisição gradual de direitos em nove tranches iguais repartidas por 12 a 45 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
		Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
2009	Prémio anual	50 %:24 meses 25 %:36 meses 25 %:48 meses	Não	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave

[1] Para os membros do Conselho de Administração ou da Administração sénior do Grupo e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.
[2] As disposições de reforma antecipada não se aplicam aos membros do Conselho de Administração.
[3] Para os membros do Conselho de Administração Executivo a entrega de ações ocorre após um período de retenção de três anos. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.
[4] Para os membros do Conselho de Administração aplica-se um calendário diferente. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP).O GSPP oferece a todos os colaboradores ativos em entidades participantes do Deutsche Bank a oportunidade para comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, mais de 20 000 colaboradores de 30 países inscreveram-se no sexto ciclo, que começou em novembro de 2014.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Atividade em planos de ações

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribui-ção
Saldo em 31 de dezembro de 2012	62.499	35,25 €
Concedidas	26.250	34,89 €
Emitidas	(35.555)	37,37 €
Caducadas	(1.903)	34,95 €
Saldo em 31 de dezembro de 2013	51.291	33,61 €
Concedidas	31.298	31,01 €
Emitidas	(28.982)	34,47 €
Caducadas	(1.158)	32,81 €
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52.449	31,60 €

O quadro também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 21 milhões de euros, 32 milhões de euros e 44 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prémio era aproximadamente de 1,7 mil milhões de euros. Desses, 1,1 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a 0,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 8,3 milhões de ações para participantes no plano em fevereiro de 2015, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,3 milhões de unidades ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

Além disso, em fevereiro de 2015, o Grupo concedeu prémios de cerca de 30,2 milhões de unidades, com um valor atribuído de 27,11 euros por unidade ao abrigo do DB Equity Plan. Cerca de 0,6 milhões de unidades foram atribuídas ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

Tendo em conta as ações emitidas e atribuídas em fevereiro de 2015, o saldo de ações em circulação atribuídas no final de fevereiro de 2015 ascende a cerca de 74,3 milhões de ações.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em alguma medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

					31.12.2014
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4.611	813	405	780	6.609
Participantes em estado diferido	1.983	2.266	478	195	4.922
Participantes em estado de pagamento	4.669	1.216	492	285	6.662
Total da obrigação com benefícios definidos	11.263	4.295	1.375	1.260	18.193
Justo valor dos ativos dos planos	10.634	5.095	1.072	1.109	17.910
Rácio de financiamento (em %)	94	119	78	88	98

					31.12.2013
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.670	659	359	671	5.359
Participantes em estado diferido	1.577	1.894	399	122	3.992
Participantes em estado de pagamento	4.240	1.035	378	229	5.882
Total da obrigação com benefícios definidos	9.487	3.588	1.136	1.022	15.233
Justo valor dos ativos dos planos	9.142	4.099	856	921	15.018
Rácio de financiamento (em %)	96	114	75	90	99

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Dentro dos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça e aos Países Baixos. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas dos indivíduos com base no salário atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma. No Reino Unido, o principal plano de pensões de benefícios definidos foi reestruturado em 2011 para os colaboradores ativos ainda elegíveis no plano para reduzir a exposição de risco global a longo prazo para o Grupo.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de € 197 million e € 151 million a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam um risco limitado para o Grupo.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2014	379	79	75	72	605
Benefícios que deverão ser pagos 2015	375	74	66	69	584
Benefícios que deverão ser pagos 2016	386	78	68	56	588
Benefícios que deverão ser pagos 2017	403	87	70	57	617
Benefícios que deverão ser pagos 2018	423	93	69	57	642
Benefícios que deverão ser pagos 2019	440	102	74	56	672
Benefícios que deverão ser pagos 2020 - 2024	2.471	654	368	288	3.781
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	15	21	13	17	16

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV, juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador; no entanto, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivos relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações mais recentes do BVV, não há nenhum défice atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, qualquer excedente do plano resultante no futuro será distribuído aos membros do plano e, como tal, não pode reduzir as futuras contribuições do Grupo.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do Deutsche Postbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

Governação e risco

O Grupo mantém um Comité de Risco de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração e é apoiado pelo Comité de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.).Adicionalmente, o Grupo estima e provisiona posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (ou seja, legislação, tributação, etc.), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo atualmente procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira da IFRS do Grupo sobre os movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas e cenários de esforço desenvolvidos pelo Grupo para esta finalidade.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90 % a 100 % da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência à política de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta a posição quase totalmente financiada e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Por exemplo, no Reino Unido e nos EUA, prevê-se que as principais contribuições para financiamento do plano nestes países sejam amplamente nulas em 2015.Na Alemanha, geralmente não se aplicam requisitos de financiamento mínimos; no entanto, o grupo irá considerar reembolsos para benefícios pagos das contribuições em dinheiro dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação aos atuários locais quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais para assegurar a sua consistência global.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31.12.2014				31.12.2013			
	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros
Taxa de desconto (em %)	2,0	3,7	3,9	2,3	3,6	4,5	4,8	3,4
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,5	3,4	2,2	2,0	1,9	3,7	2,3	2,2
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,0	4,4	2,2	2,6	2,8	4,7	2,3	3,1
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,4	3,2	2,2	1,2	1,9	3,5	2,3	1,4
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	18,9	23,7	21,7	21,5	18,7	23,6	19,1	21,0
Mulher com 65 anos à data de medição	22,9	25,3	23,9	24,1	22,8	25,2	20,9	23,3
Homem com 45 anos à data de medição	21,5	25,4	23,4	23,2	21,4	25,3	20,5	22,6
Mulher com 45 anos à data de medição	25,5	27,1	25,6	25,7	25,3	27,0	21,7	24,7
Tabelas de mortalidade aplicadas	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS Light com projeções CMI 2013	Agregado RP2014	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS Light com projeções CMI 2013	RP2000 Combined Healthy	Tabelas específicas do país

[1] Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rendibilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Para períodos de duração mais longa, onde se encontra disponível informação limitada de obrigações, são aplicados métodos de extrapolação da curva de rendimentos, utilizando as respetivas taxas de *swaps* e pressupostos de *spread* de crédito. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o(s) maior(es) plano(s) do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração amplamente compatível com as obrigações do respetivo plano.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

					2014
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	9.487	3.588	1.136	1.022	15.233
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Custos com serviços correntes	163	28	21	53	265
Custos com juros	330	166	55	35	586
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	13	1	0	17	31
Custos dos benefícios definidos reconhecido em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1.883	405	35	184	2.507
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	0	50	(1)	49
Resultados atuariais decorrentes da experiência	26	(22)	(5)	6	5
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	13	17
Benefícios pagos	(379)	(79)	(75)	(72)	(605)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(10)	(10)
Aquisições/alienações[1]	(265)	(57)	0	(15)	(337)
Alterações das taxas de câmbio	0	265	158	25	448
Outros[2]	1	0	0	3	4
Saldo, fim do exercício	11.263	4.295	1.375	1.260	18.193
dos quais:					
Não financiadas	0	15	197	122	334
Financiadas	11.263	4.280	1.178	1.138	17.859
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	9.142	4.099	856	921	15.018
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Juros e rendimentos similares	322	189	41	32	584
Custos dos benefícios definidos reconhecido em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	1.334	621	44	126	2.125
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	13	17
Contribuições pagas pelo empregador	449	3	76	46	574
Benefícios pagos[3]	(378)	(78)	(65)	(39)	(560)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações[1]	(238)	(43)	0	(14)	(295)
Alterações das taxas de câmbio	0	307	122	24	453
Custos de administração do plano	(1)	(3)	(2)	0	(6)
Saldo, fim do exercício	10.634	5.095	1.072	1.109	17.910
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(629)	800	(303)	(151)	(283)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(29)	(29)
Custos com juros	0	0	0	(1)	(1)
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	30	30
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(629)	800	(303)	(151)	(283)[4]

[1] BHF Bank, Tilney
[2] Inclui saldos iniciais da aplicação pela primeira vez de planos mais pequenos.
[3] Apenas para planos com fundos constituídos.
[4] Destes, € 952 million reconhecidos em outros ativos e € 1,235 million em outros passivos.

					2013
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	9.263	3.299	1.281	1.129	14.972
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Custos com serviços correntes	163	28	24	70	285
Custos com juros	340	145	48	33	566
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	19	2	(3)	(42)	(24)
Custos dos benefícios definidos reconhecido em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(4)	278	(71)	(12)	191
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	(1)	(34)	1	(2)	(36)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(12)	3	14	(10)	(5)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	5	0	0	14	19
Benefícios pagos	(375)	(70)	(107)	(102)	(654)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações[1]	90	0	0	0	90
Alterações das taxas de câmbio	0	(63)	(51)	(40)	(154)
Outros[2]	(1)	0	0	(16)	(17)
Saldo, fim do exercício	9.487	3.588	1.136	1.022	15.233
dos quais:					
Não financiadas	7	14	154	137	312
Financiadas	9.480	3.574	982	885	14.921
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	7.741	3.980	949	932	13.602
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Juros e rendimentos similares	316	175	35	30	556
Custos dos benefícios definidos reconhecido em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(601)	98	(46)	(8)	(557)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	5	0	0	14	19
Contribuições pagas pelo empregador	1.960	3	53	53	2.069
Benefícios pagos[3]	(352)	(69)	(95)	(79)	(595)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações[1]	73	0	0	0	73
Alterações das taxas de câmbio	0	(81)	(38)	(19)	(138)
Custos de administração do plano	0	(7)	(2)	(2)	(11)
Saldo, fim do exercício	9.142	4.099	856	921	15.018
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(345)	511	(280)	(101)	(215)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(29)	(29)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(29)	(29)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(345)	511	(280)	(130)	(244)[4]

[1] DB Investment Services.
[2] Reclassificação dos planos de benefícios pós-emprego para outros planos de benefícios de longo prazo dos colaboradores.
[3] Apenas para planos com fundos constituídos.
[4] Destes, € 628 million reconhecidos em outros ativos e € 840 million em outros passivos. Além disso, 25 milhões de euros e 57 milhões de euros são reconhecidos em ativos e passivos detidos para venda, respetivamente.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

Na Suíça, uma fusão de planos resultou numa liquidação parcial do plano, resultando em melhoramentos nos benefícios acumulados para os colaboradores em cessação ou em transferência. Estes resultaram em custos passados de serviços de € 12 million em 2014.A fusão de planos, juntamente com movimentos desfavoráveis em passivos relacionados com ativos durante o exercício, teve como consequência uma ligeira posição de défice no fim de 2014.Isto permitiu a remoção no fim de 2014 do valor máximo dos ativos de € 29 million no fim de 2013.

Em termos dos ativos do plano de benefícios pós-emprego, além das contribuições regulares que o Grupo fez para os fundos de pensões externos em 2014, foram feitas contribuições *ad hoc* combinadas de cerca de € 100 million nos Estados Unidos e Alemanha para cobrir a posição de financiamento dos planos selecionados; em 2013, foram feitas contribuições de cerca de € 1 million€ 1.45 billion para financiar a maior parte das obrigações de benefícios definidos anteriormente subfinanciadas do Postbank na Alemanha.

Estratégia de investimento

O principal objetivo de investimento do Grupo é imunizar o Grupo contra grandes flutuações no estado dos fundos da IFRS constituídos dos seus planos de benefícios definidos, com um nível limitado de risco assumido através de inconsistências (*mismatches*) e diversificação da classe de ativos para reduzir os custos do Grupo com a prestação de benefícios aos colaboradores a longo prazo.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos do Grupo, é aplicada uma abordagem de investimento orientada pela responsabilidade (*liability driven investment* – LDI).O objetivo consiste em minimizar os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juros, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para estes riscos não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de taxas de juros e indexados à inflação. Também se utilizam outros instrumentos, como *swaps* de risco de incumprimento e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rendibilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos "cotados" (i.e. ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 - montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e. ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

					31.12.2014					31.12.2013
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1.056	102	25	68	1.251	976	134	40	59	1.209
Instrumentos de capital[1]	134	560	108	208	1.010	138	486	84	259	967
Obrigações *investment-grade*[2]										
Governamentais	3.517	1.502	400	255	5.674	3.043	1.201	312	227	4.783
Obrigações não governamentais	5.731	2.035	447	358	8.571	5.118	1.513	333	247	7.211
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	54	0	0	14	68	103	0	0	1	104
Obrigações não governamentais	215	109	12	30	366	135	45	4	22	206
Produtos estruturados	14	389	42	29	474	20	531	40	22	613
Seguros	0	0	0	17	17	0	0	0	41	41
Alternativos										
Imobiliário	114	117	0	35	266	59	95	0	30	184
Matérias-primas	25	0	0	2	27	25	0	0	2	27
Capital privado	51	0	0	0	51	50	1	0	0	51
Outros	56	0	0	33	89	40	0	0	3	43
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	482	409	38	73	1.002	(267)	62	43	7	(155)
Crédito	(27)	(1)	0	(1)	(29)	36	0	0	0	36
Inflação	(763)	(214)	0	(12)	(989)	(349)	29	0	0	(320)
Divisas	(51)	40	0	(1)	(12)	18	2	0	1	21
Outros	26	47	0	1	74	(3)	0	0	0	(3)
Total do justo valor dos ativos dos planos	**10.634**	**5.095**	**1.072**	**1.109**	**17.910**	9.142	4.099	856	921	15.018

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World.
[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo apenas investidos em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

					31.12.2014					31.12.2013
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1.056	100	14	50	1.220	976	132	35	59	1.202
Instrumentos de capital	131	560	108	206	1.005	99	486	84	259	928
Obrigações *investment-grade*										
Governamentais	2.255	1.502	0	182	3.939	2.205	1.201	0	219	3.625
Obrigações não governamentais	26	1.887	0	84	1.997	0	0	0	0	0
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	0	0	0	14	14	0	0	0	0	0
Obrigações não governamentais	78	97	0	3	178	0	0	0	0	0
Produtos estruturados	0	368	0	29	397	0	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	9	68	0	0	77	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	0	13	13	0	0	0	0	0
Crédito	(27)	(1)	0	0	(28)	0	0	0	0	0
Inflação	0	0	0	(3)	(3)	0	0	0	0	0
Divisas	0	40	0	0	40	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	**3.528**	**4.621**	**122**	**578**	**8.849**	3.280	1.819	119	537	5.755

Todos os ativos restantes são investidos em "outros" ativos, a maioria dos quais sendo investidos em ativos de nível 2, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em obrigações empresariais *investment-grade.* Um elemento relativamente pequeno encontra-se em ativos do nível 3, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em imobiliário, apólices de seguros e contratos derivados.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de outros definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	31.12.2014 Total
Caixa e seus equivalentes	1.052	106	57	7	9	20	1.251
Instrumentos de capital	75	84	415	174	168	94	1.010
____[1]	2.089	1.457	628	933	82	553	5.742
Obrigações não governamentais (*investment-grade* e superior)	473	1.644	2.302	3.106[2]	688	358	8.571
Obrigações não governamentais (*non-investment-grade*)	18	76	91	132	17	32	366
Produtos estruturados	14	409	36	13	2	0	474
Subtotal	3.721	3.776	3.529	4.365	966	1.057	17.414
Ação (em %)	21	22	20	25	6	6	100
Outras categorias de ativos							496
Justo valor dos ativos dos planos							17.910

[1] Inclui obrigações governamentais *investment-grade* e *non-investment-grade*.
[2] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	31.12.2013 Total
Caixa e seus equivalentes	976	134	40	25	28	6	1.209
Instrumentos de capital	176	84	315	87	221	84	967
____[1]	2.332	1.226	346	394	34	555	4.887
Obrigações não governamentais (*investment-grade* e superior)	686	1.025	1.627	2.739[2]	855	279	7.211
Obrigações não governamentais (*non-investment-grade*)	5	28	84	55	20	14	206
Produtos estruturados	21	534	39	10	8	1	613
Subtotal	4.196	3.031	2.451	3.310	1.166	939	15.093
Ação (em %)	28	20	16	22	8	6	100
Outras categorias de ativos							(75)
Justo valor dos ativos dos planos							15.018

[1] Inclui obrigações governamentais *investment-grade* e *non-investment-grade*.
[2] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França e Países Baixos.

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de cerca de 255 milhões de euros. Existem € 6 million de valores mobiliários emitidos pelo Grupo e cerca de 70 milhões de euros em outros pedidos nos ativos do Grupo, incluídos no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de desconto deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de desconto baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de desconto. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Dado que o Grupo aplica uma abordagem LDI na maioria dos respetivos planos de benefícios com fundos definidos, as alterações às condições do mercado de capitais terão um impacto nas obrigações dos planos através dos pressupostos atuariais – principalmente na taxa de desconto e na taxa de inflação – bem como nos ativos do plano. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

	31.12.2014				31.12.2013			
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de desconto (-100 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(1.740)	(950)	(90)	(220)	(1.355)	(800)	(60)	(155)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	1.525	925	75	115	1.200	640	55	85
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(215)**	**(25)**	**(15)**	**(105)**	(155)	(160)	(5)	(70)
Taxa de desconto (+100 pontos base):								
Diminuição em DBO	1.505	775	85	180	1.185	650	55	130
(Diminuição) esperada nos ativos do plano[1]	(1.525)	(925)	(75)	(115)	(1.200)	(640)	(55)	(85)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(20)**	**(150)**	**10**	**65**	(15)	10	0	45
Spreads de crédito (-100 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(1.740)	(950)	(180)	(230)	(1.355)	(800)	(140)	(155)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	880	225	45	40	705	170	35	20
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(860)**	**(725)**	**(135)**	**(190)**	(650)	(630)	(105)	(135)
Spreads de crédito (+100 pontos base):								
Diminuição em DBO	1.505	775	160	190	1.185	650	125	130
(Diminuição) esperada nos ativos do plano[1]	(880)	(225)	(45)	(40)	(705)	(170)	(35)	(20)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**625**	**550**	**115**	**150**	480	480	90	110
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):[2]								
Diminuição em DBO	350	330	0	75	325	265	0	55
(Diminuição) esperada nos ativos do plano[1]	(245)	(290)	0	(10)	(195)	(260)	0	(15)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**105**	**40**	**0**	**65**	130	5	0	40
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):[2]								
(Aumento) em DBO	(365)	(355)	0	(80)	(335)	(285)	0	(60)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	245	290	0	10	195	260	0	15
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(120)**	**(65)**	**0**	**(70)**	(140)	(25)	0	(45)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	80	15	0	15	70	10	0	20
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(80)	(15)	0	(15)	(70)	(10)	0	(20)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10 %:[3]								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(275)	(85)	(25)	(20)	(220)	(75)	(20)	(15)

[1] As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça, Países Baixos e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.
[2] Incorpora a sensibilidade a alterações no aumento nominal de pensões a pagamento na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.
[3] Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2015, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2015 Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	265
BVV	50
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	100
Outros planos de contribuições definidos	230
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	35
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	680

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2, respetivamente.

em milhões de euros	2014	2013	2012
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço	296	261	289
Custos líquidos com juros (rendimento)	3	10	11
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	**299**	271	300
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	51	51	51
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	97	97	105
Outros planos de contribuições definidos	228	221	219
Total dos encargos com planos de contribuição definida	**376**	369	375
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	**675**	640	675
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã	**229**	230	231
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio[1]	860	918	1.097
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário[1]	11	29	17
Encargos com planos de retenção de numerário[1]	815	811	1.133
Encargos com indemnizações por cessação de funções[2]	205	274	472

[1] Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.
[2] Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados.

36 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2014	2013	2012
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	764	913	731
Ajustamentos de anos anteriores[1]	(12)	41	(956)
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	**752**	954	(225)
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	644	7	579
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	44	35	9
Ajustamentos de anos anteriores[1]	(15)	(221)	135
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	**673**	(179)	723
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	**1.425**	775	498

[1] Em 2012, os ajustamentos de anos anteriores incluem um benefício com impostos correntes de 435 milhões de euros, que é compensado por um montante equivalente de encargos com impostos diferidos.

A despesa de imposto sobre o rendimento inclui impostos dos titulares de apólices atribuíveis aos rendimentos dos titulares de apólices, ascendendo a uma despesa de imposto sobre o rendimento de 2 milhões de euros em 2014, uma despesa de imposto sobre o rendimento de 23 milhões de euros em 2013 e um encargo com impostos sobre o rendimento de 12 milhões de euros em 2012.

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu o encargo de impostos correntes em 5 milhões de euros em 2014.Em 2013, estes efeitos fizeram diminuir a despesa com impostos correntes em 3 milhões de euros e aumentaram o benefício com impostos correntes em 94 milhões de euros em 2012.

Os encargos totais com impostos diferidos incluem benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que reduziu os encargos com impostos diferidos em 303 milhões de euros em 2014.Em 2013, estes efeitos fizeram aumentar

o benefício com impostos diferidos em 237 milhões de euros e aumentaram a despesa com impostos diferidos em 91 milhões de euros em 2012.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2014	2013	2012
Encargos esperados com impostos à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31% (31% em 2013 e 2012)	**966**	451	252
Diferenças cambiais	88	154	36
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(371)	(337)	(497)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(93)	(84)	(74)
Custos não dedutíveis	649	571	563
Imparidades de *goodwill*	0	0	630
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos1	(308)	(240)	(3)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	44	35	9
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	78	(5)	(17)
Efeito dos impostos dos titulares de apólices	(2)	23	12
Outros[1]	374	207	(413)
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	**1.425**	775	498

[1] Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. Em 2014, 2013 e 2012, a rubrica “Outros” do quadro anterior inclui sobretudo os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31% nos exercícios de 2014, 2013 e 2012.

Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2014	2013	2012
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	**407**	58	407
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(457)	(21)	(539)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	5	103	6
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(7)	(58)	(5)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(146)	(10)	(13)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(68)	(175)	104
Resultados líquidos reclassificados em resultados	1	1	0
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral	**(265)**	(102)	(40)
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio	**(21)**	65	34

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	2.785	2.300
Créditos fiscais não utilizados	192	191
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação	8.454	8.719
Ativos fixos tangíveis	459	796
Outros ativos	2.382	2.355
Valorização de títulos	93	280
Provisão para perdas com empréstimos	1.020	814
Outras provisões	811	952
Outros passivos	838	1.103
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	**17.034**	17.510
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação	7.746	8.024
Ativos fixos tangíveis	52	49
Outros ativos	832	843
Valorização de títulos	1.628	1.123
Provisão para perdas com empréstimos	71	97
Outras provisões	233	298
Outros passivos	782	1.106
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	**11.344**	11.540

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013
Apresentados como ativos por impostos diferidos	6.865	7.071
Apresentados como passivos por impostos diferidos	1.175	1.101
Ativos líquidos por impostos diferidos	**5.690**	5.970

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31.12.2014 [1]	31 dez 2013 [1]
Diferenças temporárias dedutíveis	**(314)**	(341)
Não a expirar	(3.745)	(3.720)
A expirar no período subsequente	(4)	(1)
A expirar após o período subsequente	(1.334)	(1.671)
Perdas fiscais não utilizadas	**(5.083)**	(5.392)
A expirar após o período subsequente	(88)	(224)
Créditos fiscais não utilizados	**(88)**	(224)

[1] Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,5 mil milhões de euros e 5,4 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por im-

postos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, sucursais e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 134 milhões de euros e 120 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

37 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados tanto para fins de negociação como de gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “ Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou outros fins.

Derivados detidos para fins de negociação

Vendas e negociação

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e de negociação. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A negociação inclui atividades de criação de mercado (*market-making*), de posicionamento e de arbitragem. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer)* a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes. O posicionamento significa gerir posições de risco na expetativa de beneficiar com movimentos favoráveis nos preços, taxas ou índices. A arbitragem implica identificar e lucrar com diferenciais de preço entre mercados e produtos.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Contabilidade de cobertura de justo valor

O Grupo efetua coberturas de justo valor utilizando sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos do justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado.

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de justo valor	3.679	2.136	2.810	200

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, foi reconhecido um ganho de mil milhões de euros, uma perda de 2,4 mil milhões de euros e uma perda de 0,1 mil milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Nos mesmos períodos, os resultados sobre as rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, traduziram-se numa perda de 1,3 mil milhões de euros, um ganho de 1,7 mil milhões de euros e uma perda de 0,4 mil milhões de euros, respetivamente.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

O Grupo efetua coberturas de fluxos de caixa utilizando swaps de taxa de juro, swaps sobre índices de ações e contratos a prazo cambiais, a fim de se proteger da exposição à variabilidade das taxas de juro, das ações e das taxas de câmbio.

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	234	0	30	276

Períodos em que se prevê que os fluxos de caixa ocorram e afetem a demonstração de resultados

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Entradas de caixa de ativos	23	35	5	0
Entradas de caixa de passivos	(21)	(35)	(28)	(25)
Fluxos de caixa líquidos em 2014	2	0	(23)	(25)
Em 31 de dezembro de 2013				
Entradas de caixa de ativos	80	110	53	136
Entradas de caixa de passivos	(25)	(37)	(37)	(36)
Fluxos de caixa líquidos em 2013	55	73	16	100

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Reportados em capital[1]	118	(215)	(341)
dos quais relacionados com programas cessados	(15)	(16)	(17)
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(6)	91	42
Resultados retirados do capital no exercício findo	(339)	(35)	(45)
Ineficácia registada nos resultados	(3)	1	1

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado na demonstração consolidada do rendimento integral.

No início de junho de 2014, foi tomada a decisão de substituir o financiamento da dívida externa da Maher Terminals pelo financiamento dentro do Grupo, decisão que entrou em vigor na data de vencimento no início de julho de 2014.Até a esse momento, era o programa de contabilidade de cobertura de fluxos de caixa de maior envergadura do Grupo. Em linha com as normas de contabilidade de cobertura da IAS 39, esta decisão acionou a transferência de 313 milhões de euros da perda acumulada ao preço de mercado numa transação de *swap* relacionada com o dito financiamento da dívida de outro rendimento integral para a demonstração de resultados durante o segundo trimestre.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2022.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Utilizando contratos a prazo e swaps cambiais, o Grupo efetua coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas *spot* de fim do período.

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	490	2.927	1.171	141

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, foram reconhecidas perdas de 357 milhões de euros, 320 milhões de euros e 357 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento *forward points* dos instrumentos de cobertura.

38 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.
O Grupo mantém várias relações comerciais com partes relacionadas. As transações com essas partes são realizadas no âmbito do exercício normal da atividade e substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, dos aplicáveis, à data, a transações comparáveis com outras partes. Estas transações não envolviam mais do que o risco normal de cobrabilidade nem apresentavam outras características desfavoráveis.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2014	2013	2012
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	26	18	17
Benefícios pós-emprego	4	3	3
Outros benefícios de longo prazo	7	6	14
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	0	15
Pagamento baseado em ações	5	8	16
Total	**42**	35	65

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2013 e a 1,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2014, contam-se créditos e compromissos de 3 milhões de euros e depósitos de 16 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2013, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 4 milhões de euros e depósitos de 12 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respetivas famílias.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respetivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

Empréstimos

em milhões de euros	2014	2013
Créditos pendentes, início do ano	**357**	918
Créditos emitidos durante o ano	596	528
Reembolso de créditos durante o ano	657	676
Alterações no grupo de sociedades consolidadas[1]	(1)	(397)
Alterações das taxas de câmbio/outras	27	(16)
Créditos pendentes, fim do ano[2]	**321**	357
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	5	6
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	45	54

[1] Em 2014, houve pequenas alterações no grupo de sociedades consolidadas. No segundo trimestre de 2013, algumas entidades foram integralmente consolidadas pela primeira vez, sendo que anteriormente eram classificadas como investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial .Por conseguinte, os créditos concedidos a estes investimentos foram eliminados à data da consolidação. Consequentemente, as provisões para perdas com empréstimos reduziram-se simultaneamente.

[2] O montante de créditos vencidos era de 3 milhões em 31 de dezembro de 2014 e de 2 milhões em 31 de dezembro de 2013.Para os créditos supramencionados, o Grupo recebeu uma garantia (colateral) de 70 milhões de euros e de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2014	2013
Depósitos pendentes, início do ano	**167**	245
Depósitos recebidos durante o ano	245	105
Depósitos reembolsados durante o ano	244	179
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(43)	(3)
Alterações das taxas de câmbio/outras	4	(2)
Depósitos pendentes, fim do ano[1]	**128**	167

[1] Os depósitos não são garantidos.

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 87 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e a 130 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2013.

Outras transações com partes relacionadas também contemplaram as seguintes:

Hua Xia Bank: O Grupo detém uma participação de 19,99% no Hua Xia Bank e contabiliza esta associada pelo método de equivalência patrimonial desde 11 de fevereiro de 2011.Em 2006, o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank estabeleceram, em conjunto, uma cooperação comercial no segmento de cartões de crédito, aliando a experiência internacional do Deutsche Bank AG no segmento dos cartões de crédito com a experiência local do Hua Xia Bank. Em 31 de dezembro de 2014 foi reconhecida uma provisão para a cooperação no montante de 52 milhões de euros. Esta provisão inclui a estimativa das obrigações do Grupo face à cooperação. A Nota 17 "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial" contém mais informações.

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2014	2013
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	6	2
Outros ativos	73	29
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	31	39
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	(255)	(419)
Valor nocional de derivados com uma contraparte do Grupo	11.806	13.851

39 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 1.485 (2013:1.639) entidades consolidadas, das quais 756 (2013:812) entidades estruturadas consolidadas.869 (2013:968) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100 % das participações de capital (quota de capital).Terceiros também possuem participações de capital em 616 (2013:671) das entidades consolidadas (participações minoritárias).Os números de ano anterior para entidades consolidadas e terceiros que possuem participações de capital foram ajustados devido a um ajustamento da metodologia de contagem com várias estruturas mantidas separadas que já não são contadas em separado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2014, as participações minoritárias não são nem individualmente nem cumulativamente substanciais para o Grupo.

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

Restrições com impacto sobre a capacidade do Grupo para usar ativos:

O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.
Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
Os ativos detidos por subsidiárias de seguros são principalmente detidos para satisfazer as obrigações aos segurados das empresas.
Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

	31.12.2014		31.12.2013	
em milhões de euros	Total do ativo	Ativos restritos	Total do ativo	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	63.518	1.254	77.984	1.115
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	942.924	82.612	899.257	94.388
Ativos financeiros disponíveis para venda,	64.297	10.638	48.326	7.821
Empréstimos,	405.612	51.450	376.582	56.553
Outros	232.352	9.506	209.252	7.675
Total	**1.708.703**	**155.460**	1.611.400	167.552

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 32,4 mil milhões de euros e 19,4 mil milhões conforme a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respetivamente.

40 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

Atividades restritas;
Um objetivo estreito e bem definido;
Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).
As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, existiam compromissos de crédito em circulação para estas entidades no valor de 2 mil milhões de euros e 6 mil milhões de euros, respetivamente.

Fundos

O grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o valor nocional dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 28 mil milhões de euros e 27 mil milhões de euros, respetivamente.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimentos do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito).Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos assumidos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nocionais. Esses montantes não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2014, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 301 mil milhões de euros, 615 mil milhões de euros e 32 mil milhões de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos assumidos fora do balanço era de 311 mil milhões de euros, 529 mil milhões de euros e 27,3 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

— Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nocional de derivados quando a participação do Grupo é composta por derivados.
— Titularizações – Valor nocional de notas em emissão quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nocional de derivados quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivados.
— Entidades de financiamento de terceiros –Total do ativo nas entidades
— Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, as informações sobre a dimensão não se encontram publicamente disponíveis e, por conseguinte, o Grupo divulgou a maior garantia que o Deutsche Bank recebeu/penhorou ou o valor nocional da exposição que o Deutsche Bank tem para a entidade.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Também fornece uma indicação da dimensão das entidades estruturadas. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31.12.2014

em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativo					
Depósitos remunerados em bancos	0	13[1]	0	405	419
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	0	1.599	1.599
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	17.367	17.367
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1.292	6.875	21.282	65.934	95.384
Ativos detidos para negociação	963	4.315	21.108	13.419	39.805
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	329	703	143	8.789	9.963
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	1.858	31	43.726	45.616
Ativos financeiros disponíveis para venda,	0	410	875	1.418	2.703
Empréstimos,	77	32.553	16.250	15.671	64.551
Outros ativos	11	87	2.280	21.447	23.824
Total do ativo	1.380	39.938	40.687	123.842	205.846
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	225	626	579	16.968	18.398
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	225	626	579	16.968	18.398
Total do passivo	225	626	579	16.968	18.398
Exposições extrapatrimoniais	3	3.064	1.268	27.699	32.035
Total	1.158	42.376	41.375	134.572	219.483
Dimensão da entidade estruturada	10.938	98.197	3.044.623	3.695.476	

[1] Inclui 13 milhões de euros de caixa e disponibilidades em bancos.

					31.12.2013
em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativo					
Depósitos remunerados em bancos	0	0	0	303	303
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	0	1.797	1.797
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	6.819	6.819
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1.830	3.097	26.180	89.365	120.472
Ativos detidos para negociação	1.216	2.586	26.002	12.949	42.753
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	600	175	169	7.640	8.584
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15	336	9	68.776	69.136
Ativos financeiros disponíveis para venda,	3	414	2.279	867	3.564
Empréstimos,	101	27.978	13.406	6.153	47.639
Outros ativos[1]	0	47	546	7.869	8.461
Total do ativo	1.935	31.536	42.412	113.173	189.056
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	471	85	223	8.836	9.615
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	471	85	223	8.836	9.615
Total do passivo	471	85	223	8.836	9.615
Exposições extrapatrimoniais	0	2.135	1.104	24.064	27.304
Total	1.464	33.587	43.293	128.401	206.745
Dimensão da entidade estruturada	20.771	74.278	1.665.626	4.488.622	

[1] Em 2014, os números do ano anterior foram reajustados de modo a excluir liquidações pendentes de 29,4 mil milhões de euros, que foram divulgadas em Outros ativos e foram retiradas da definição de participação do Grupo.

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, no valor de 39,8 mil milhões de euros e de 42,8 mil milhões de euros é principalmente composto por 21,1 mil milhões de euros e 26 mil milhões de euros em Titularizações e por 13,4 mil milhões de euros e 12,9 mil milhões de euros em entidades estruturadas de Fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do Fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os Fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 consistem num investimento de 64,6 mil milhões de euros e 47,6 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 no valor de 23,8 mil milhões de euros e de 8,4 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal (Prime Brokerage) e saldos de margem.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o exercício a entidades estruturadas não consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Deutsche Bank não tem qualquer participação em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Como patrocinador, o Deutsche Bank está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

transferindo ativos para as entidades
disponibilizando capital inicial às entidades

fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.
O Deutsche Bank também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, o uso do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Deutsche Bank atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi de 166 milhões de euros e 527 milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2014 de 469 milhões de euros para titularização e 1,9 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2013, existiam 3,2 mil milhões de euros para titularização e 3,7 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

41 – Contratos de seguro e de investimento

Responsabilidades decorrentes dos contratos de seguro e de investimento

	31.12.2014			31.12.2013		
em milhões de euros	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Contratos de seguros	4.750	(67)	4.683	4.581	(67)	4.514
Contratos de investimento	8.523	0	8.523	8.067	0	8.067
Total	**13.273**	**(67)**	**13.206**	12.648	(67)	12.581

De um modo geral, os montantes relativos a contratos de resseguros são reportados pelos valores brutos, a menos que tenham um impacto imaterial nas respetivas rubricas do balanço.

Valor escriturado

O quadro seguinte apresenta a análise da alteração das responsabilidades com contratos de seguro e de investimento.

	2014		2013	
em milhões de euros	**Contratos de seguros**	**Contratos de investimento**	**Contratos de seguros**	**Contratos de investimento**
Saldo, início do exercício	**4.581**	**8.067**	**4.654**	**7.732**
Novos negócios	158	52	205	52
Sinistros/resgates pagos	(427)	(544)	(485)	(589)
Outras alterações nos negócios existentes	118	429	306	1.023
Alterações das taxas de câmbio	320	519	(99)	(151)
Saldo, fim do exercício	**4.750**	**8.523**	4.581	8.067

Outras alterações nos negócios existentes referentes a contratos de investimento de 429 milhões de euros e 1.023 milhões de euros devem-se principalmente a alterações do justo valor dos ativos subjacentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,8 mil milhões de euros. Destes, 2,5 mil milhões de euros representam rendas vitalícias (*annuities*) tradicionais; 1,8 mil milhões de euros representam contratos de seguro de vida universal e 444 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia. As taxas da renda vitalícia garantidas dão ao titular da apólice a opção, na reforma, de aceitar uma renda vitalícia tradicional à taxa que foi fixada na constituição da apólice. O passivo de 444 milhões de euros por contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas de rendas vitalícias garantidas é constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 288 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 156 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias. Esta última é calculada utilizando o diferencial entre a taxa fixa e a taxa à melhor estimativa, o volume da responsabilidade ligada a fundos de investimento e um pressuposto da taxa de adesão.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,6 mil milhões de euros. Destes, 2,4 mil milhões de euros representam rendas vitalícias tradicionais a pagamen-

to; 1,8 mil milhões de dólares representam contratos de seguro de vida universal e 397 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia (constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 288 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 109 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias).

Pressupostos-chave da atividade de seguros

Os passivos variam com os movimentos das taxas de juro, que são aplicáveis, em especial, ao custo dos benefícios garantidos a pagar no futuro, aos retornos dos investimentos e ao custo dos benefícios de seguros de vida e rendas vitalícias sempre que a mortalidade futura seja incerta.

Os pressupostos são determinados em relação a todos os fatores essenciais que afetam os futuros fluxos de caixa, incluindo futuras taxas de juro, mortalidade e custos. Os pressupostos a que o montante da atividade de longo prazo é mais sensível são as taxas de juro utilizadas para descontar os fluxos de caixa e os pressupostos de mortalidade, em especial os que se aplicam às rendas vitalícias.

Os pressupostos são enunciados a seguir:

Taxas de juro

São utilizadas taxas de juro que refletem a melhor estimativa de futuros retornos do investimento, tendo em conta a natureza e a duração dos ativos que servem para suportar os passivos. Na taxa de juro presumida, são consideradas margens adequadas para o risco de incumprimento.

Mortalidade

As taxas de mortalidade baseiam-se em tabelas publicadas, convenientemente ajustadas de modo a ter em conta variações da mortalidade da população subjacente desde a publicação da tabela, a experiência da seguradora e alterações previstas da mortalidade futura. Se apropriado, é adicionada uma margem às taxas de mortalidade dos seguros de vida para incorporar futuros desvios adversos. As taxas de mortalidade do beneficiário da renda vitalícia são ajustadas de modo a ter em conta futuras melhorias da longevidade do pensionista. As melhorias na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia baseiam-se em 100% das tabelas de melhoria da mortalidade de 2013 da *Continuous Mortality Investigation*, com uma taxa final de melhoria de 1% por ano.

Custos

Em contratos *non-linked*, são tomados expressamente em consideração os custos futuros esperados por apólice.

Outros pressupostos

Presume-se que a taxa de adesão às opções de taxa garantida da renda vitalícia no segmento de pensões seja de 67% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Pressupostos-chave com impacto no valor da empresa adquirida (VOBA)

Na aquisição de atividades de seguros, a diferença entre o preço de compra e a quota-parte do adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis é contabilizada como ativo intangível. Este ativo intangível representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo reportado à data da aquisição. Este é designado por valor de negócio adquirido (*value of business acquired* – “VOBA”).

O VOBA é amortizado a uma taxa determinada tendo em conta o perfil da atividade adquirida e a degradação esperada do seu valor. O VOBA adquirido é revisto regularmente através de um teste de imparidade ao valor e quaisquer reduções são imputadas como custo na demonstração consolidada dos resultados.

O valor inicial da empresa adquirida (VOBA – value of business acquired) decorrente da compra da Abbey Life Assurance Company Limited foi determinado através da capitalização do valor atual dos futuros fluxos de caixa do negócio sobre o passivo reportado à data da aquisição. Caso tenham sido necessários pressupostos de mortalidade futura, morbidade, persistência e custos, os mesmos foram determinados na base da melhor estimativa tendo em conta a experiência da própria empresa. Os pressupostos económicos gerais foram definidos tendo em consideração os indicadores económicos à data de aquisição.

A taxa de amortização do VOBA é determinada tendo em conta o perfil da empresa adquirida e a diminuição esperada do seu valor futuro. No final de cada período contabilístico, o VOBA remanescente é testado por referência ao lucro líquido futuro esperado da empresa que estava em vigor à data de aquisição.

Se o lucro líquido for insuficiente, o VOBA será reduzido até ao seu valor suportável.

Alterações fundamentais nos pressupostos

Com a aquisição da Abbey Life Assurance Company Limited em outubro de 2007, os passivos por contratos de seguro foram recalculados de uma base regulamentar para uma base de melhor estimativa em linha com as disposições da NIIF (IFRS) 4.Os pressupostos não económicos determinados naquela data não se alteraram, mas os pressupostos económicos foram revistos de acordo com as alterações dos indicadores-chave económicos. Em contratos de rendas vitalícias, o passivo foi valorizado utilizando a base fixa (*locked-in*) que foi determinada à data de aquisição.

Análise de sensibilidade (somente em contratos de seguro)

A tabela seguinte apresenta a sensibilidade do Grupo para lucro antes de impostos e capital a alterações em alguns dos pressupostos-chave utilizados no cálculo de responsabilidades contratuais. Para cada teste de sensibilidade, é apresentado o impacto de uma alteração razoavelmente possível num único fator mantendo-se os restantes pressupostos inalterados.

	Impacto no lucro antes de impostos		Impacto no capital	
em milhões de euros	2014	2013	2014	2013
Variável:				
Mortalidade (agravamento de 10%)[1]	(10)	(8)	(8)	(6)
Custos de renovação (aumento de 10%)	(1)	0	(1)	0
Taxa de juro (aumento de 1%)	8	10	(185)	(144)

[1] O impacto da mortalidade assume um decréscimo de dez por cento na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia e um aumento de dez por cento da mortalidade noutras áreas.

Em determinados contratos de seguro, a base de avaliação subjacente contém uma provisão para desvios adversos ("PDA" – Provision for Adverse Deviations).Nestes contratos, um agravamento da experiência futura esperada não altera o nível de reservas detidas até todas as PDA terem sido esgotadas, enquanto uma melhoria da experiência não resulta num aumento destas reservas. Por conseguinte, na análise de sensibilidade, se a alteração da variável representar um agravamento da experiência, o impacto apresentado representa o excesso do passivo à melhor estimativa sobre as PDA detidas à data do balanço. Consequentemente, os números divulgados neste quadro não devem ser utilizados para deduzir o impacto de um nível diferente de alteração e não se deve presumir que o impacto seria o mesmo se a alteração ocorresse num momento diferente.

42 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2014

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2014
Caixa e disponibilidades em bancos	20.055	0	20.055
Depósitos remunerados em bancos	63.146	371	63.518
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17.494	303	17.796
Títulos obtidos por empréstimo	25.800	34	25.834
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	906.129	36.796	942.924
Ativos financeiros disponíveis para venda,	7.740	56.557	64.297
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	4.143	4.143
Empréstimos,	135.376	270.236	405.612
Ativos fixos tangíveis	0	2.909	2.909
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	14.951	14.951
Outros ativos	130.891	7.089	137.980
Ativos por impostos correntes	1.589	230	1.819
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1.308.224	393.614	1.701.838
Ativos por impostos diferidos			6.865
Total do ativo			1.708.703

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2014

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2014
Depósitos	508.481	24.451	532.931
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	10.887	0	10.887
Títulos cedidos por empréstimo	1.976	363	2.339
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	680.496	17.203	697.699
Outros empréstimos a curto prazo	42.931	0	42.931
Outros passivos	177.798	6.024	183.823
Provisões	6.677	0	6.677
Passivos por impostos correntes	780	828	1.608
Dívida a longo prazo	25.739	119.098	144.837
Títulos fiduciários preferenciais	4.906	5.667	10.573
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.460.672	173.634	1.634.306
Passivos por impostos diferidos			1.175
Total do passivo			1.635.481

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2013

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2013
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	0	17.155
Depósitos remunerados em bancos	77.821	163	77.984
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	26.355	1.008	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	20.818	51	20.870
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	867.731	31.525	899.257
Ativos financeiros disponíveis para venda,	6.561	41.765	48.326
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	3.581	3.581
Empréstimos,	121.566	255.016	376.582
Ativos fixos tangíveis	0	4.420	4.420
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	13.932	13.932
Outros ativos	106.737	5.803	112.539
Ativos por impostos correntes	2.098	224	2.322
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1.246.842	357.487	1.604.330
Ativos por impostos diferidos			7.071
Total do ativo			1.611.400

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2013

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2013
Depósitos	503.976	23.773	527.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	13.381	0	13.381
Títulos cedidos por empréstimo	2.106	198	2.304
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	620.172	17.232	637.404
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	0	59.767
Outros passivos	161.239	2.356	163.595
Provisões	4.524	0	4.524
Passivos por impostos correntes	870	730	1.600
Dívida a longo prazo	31.365	101.718	133.082
Títulos fiduciários preferenciais	5.190	6.736	11.926
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.402.591	152.743	1.555.333
Passivos por impostos diferidos			1.101

Total do passivo			1.556.434

43 – Eventos após o Período de Reporte

Todos os acontecimentos significativos que dão origem a ajustamentos e que ocorreram após a data do balanço foram reconhecidos nos resultados das operações, posição financeira e ativos líquidos do Grupo.

44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a HGB e rendibilidade dos ativos de acordo com o artigo 26a da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2014	2013
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	10.466	10.406
Encargos de segurança social	2.046	1.923
dos quais: relacionados com pensões	659	615
Total	**12.512**	12.329

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2014 era de 97.689 (2013:97.991) dos quais 43.281 (2013:43.488) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 51.932 (2013:51.323) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

A remuneração total do Conselho de Administração (de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17) foi de 31.709.671 euros e de 36.890.500 euros para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente, dos quais 10.322.666 euros e 24.947.250 euros por componentes variáveis.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivos receberam 20.591.504 euros e 31.933.691 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014.Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional.75 % da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os outros 25 % são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações teóricas) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2014 uma remuneração total de 4.588.710 euros (2013:3.862.500 euros), dos quais 3.466.532 euros foram pagos em fevereiro de 2015 (fevereiro de 2014:3.053.119 euros), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivos totalizavam 222.790.668 euros e 200.878.857 euros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 2.378.392 euros e a 2.646.301 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 1.028. 188 euros e a 1.010.814 euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 64.063 euros em 2014.

Rendibilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rendibilidade dos ativos como lucro líquido dividido pelo total de ativos. De acordo com esta definição, a rendibilidade dos ativos era de 0,10% e 0,04% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG).A declaração foi publicada no sítio do Deutsche Bank na Internet (www. deutsche-bank. de/ir/en/content/declaration_of_conformity. htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2014	2013
Honorários por serviços de auditoria	54	55
dos quais à KPMG AG	25	31
Honorários relacionados com a auditoria	14	16
dos quais à KPMG AG	11	12
Honorários fiscais	8	8
dos quais à KPMG AG	6	2
Todas as outras comissões	2	0
dos quais à KPMG AG	2	0
Total de comissões	**78**	79

45 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países e consistem essencialmente em dividendos pagos.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 46 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado antes do imposto sobre o rendimento	31.12.2014 Despesas Receitas com Imposto sobre O rendimento
Argentina	102	84	80	(28)
Austrália	357	547	49	(12)
Áustria	35	119	6	(3)
Bélgica	183	644	17	0
Brasil	145	334	40	(18)
Canadá	69	50	7	(3)
Ilhas Caimão	20	33	7	0
Chile	36	43	28	(6)
China	313	524	193	(45)
Colômbia	0	0	(1)	0
República Checa	8	43	2	0
Dinamarca	0	1	1	0
Finlândia	0	4	0	0
França	89	210	29	(9)
Alemanha	12.037	45.392	1.980	(440)
Grã-Bretanha	3.806	8.057	(2.241)	120
Grécia	0	11	0	0
Guernsey	6	0	1	0
Hong Kong	941	1.266	272	(39)
Hungria	21	59	8	(3)
Índia	529	10.456	344	(160)
Indonésia	127	296	74	(19)
Irlanda	19	398	5	(1)
Israel	24	13	15	(4)
Itália	1.082	3.979	95	(55)
Japão	602	686	257	(108)
Jersey	24	122	(5)	1
Letónia	1	0	0	0
Luxemburgo	812	610	549	(157)
Malásia	71	202	46	(12)
Malta	84	4	83	(23)
Maurícia	33	198	14	(2)
México	63	126	30	0
Países Baixos	419	862	1	0
Nova Zelândia	40	22	24	(5)
Noruega	0	2	0	0
Paquistão	15	78	7	(2)
Peru	14	19	10	(3)
Filipinas	43	2.142	21	(6)
Polónia	277	2.191	88	(20)
Portugal	70	415	3	(3)
Catar	0	3	(1)	0
Roménia	3	198	2	0
Federação da Rússia	161	1.276	77	(20)
Arábia Saudita	34	60	21	(5)
Singapura	1.089	1.905	443	(24)
África do Sul	38	105	9	5
Coreia do Sul	152	310	52	(13)
Espanha	541	2.522	(64)	20
Sri Lanca	24	62	14	(5)
Suécia	3	40	7	(2)
Suíça	357	726	3	(2)
Taiwan	56	197	14	(2)
Tailândia	30	138	1	1
Turquia	77	129	50	(10)
Emirados Árabes Unidos	63	161	5	(1)
Ucrânia	5	20	2	0
Uruguai	0	0	0	0
EUA	7.702	9.972	1.080	(274)
Vietname	18	71	8	(2)

46 – Participações acionistas

444 Subsidiárias
455 Entidades estruturadas consolidadas
571 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
573 Outras empresas, em que a participação é igual ou superior a 20 %
577 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão ("HGB").

Notas de rodapé:

1 Fundo especial.
2 Controlada.
3 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
4 Compõe-se de 239 trusts individuais (variando apenas em número de série/duração) que adquirem um título de dívida municipal e emitem *short putttable exempt adjusted receipts* (SPEAR) e *long inverse floating exempt receipts* (LIFER), os quais, por sua vez, são vendidos a investidores.
5 Controlada por um sócio-gerente.
6 Não controlada.
7 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
8 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
9 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
10 Não consolidada nem contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada como títulos disponíveis para venda.
11 Não existe influência significativa.
12 Não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada ao justo valor.

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	
2	Abbey Life Assurance Company Limited	Londres		Companhia de seguros	100,0
3	Abbey Life Trust Securities Limited	Londres		Outra empresa	100,0
4	lAbbey Life Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
5	ABFS I Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
6	ABS Leasing Services Company	Chicago		Prestadora de serviços de apoio	100,0
7	ABS MB Ltd.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
8	Acacia (Luxembourg) S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
9	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
10	Agripower Buddosò Società Agricola a Responsabilità Limitata	Pesaro		Outra empresa	100,0
11	Airport Club für International Executives GmbH	Frankfurt		Outra empresa	84,0
12	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
13	Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
14	Alex. Brown Management Services, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
15	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlim		Outra empresa	100,0
16	Americas Trust Servicios de Consultoria, S. A.	Madrid		Outra empresa	100,0
17	Apexel LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
18	Argent Incorporated	Baltimore		Instituição de crédito	100,0
19	Autumn Leasing Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
20	AWM Luxembourg SICAV-SIF	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
21	AXOS Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
22	B. T.I. Investments	Londres		Sociedade financeira	100,0
23	BAG	Frankfurt	1	Sociedade financeira	100,0
24	lBaincor Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
25	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
26	Bainsec Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
27	Bankers Trust International Finance (Jersey) Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
28	Bankers Trust International Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
29	lBankers Trust Investments Limited	Londres		Outra empresa	100,0
30	Bankers Trust Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Outra empresa	100,0
31	Barkly Investments Ltd.	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
32	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		Sociedade financeira	100,0
33	Beachwood Properties Corp.	Wilmington	2	Outra empresa	0,0
34	Bebek Varlik Yönetym A. S.	Istambul		Sociedade financeira	100,0
35	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
36	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		Sociedade financeira	100,0
37	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH & Co. Immobilienverwaltungs KG	Hameln		Prestadora de serviços de apoio	100,0
38	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
39	BHW Financial Srl in liquidazione	Verona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
40	BHW Gesellschaft für Vorsorge mbH	Hameln		Sociedade financeira	100,0
41	BHW Holding AG	Hameln		Sociedade holding financeira	100,0
42	BHW Invest, Société à responsabilité limitée	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
43	BHW Kreditservice GmbH	Hameln		Prestadora de serviços de apoio	100,0
44	Billboard Partners L. P.	George Town		Sociedade financeira	99,9
45	Biomass Holdings S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
46	Birch (Luxembourg) S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
47	Blue Cork, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
48	Blue Ridge CLO Holding Company LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
49	Bluewater Creek Management Co.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
50	BNA Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
51	Bonsai Investment AG	Frauenfeld		Prestadora de serviços de apoio	100,0
52	Borfield S. A.	Montevideo		Outra empresa	100,0
53	BRIMCO, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Outra empresa	100,0
54	BT Commercial Corporation	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
55	BT CTAG Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Outra empresa	100,0
56	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
57	BT International (Nigeria) Limited	Lagos		Prestadora de serviços de apoio	100,0
58	BT Maulbronn GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
59	BT Milford (Cayman) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
60	BT Muritz GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
61	BT Opera Trading S. A.	Paris		Sociedade financeira	100,0
62	BT Sable, L. L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
63	BT Vordertaunus Verwaltungs- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
64	BTAS Cayman GP	George Town		Sociedade financeira	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
65	BTD Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
66	BTVR Investments No. 1 Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
67	Buxtal Pty. Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
68	C. J. Lawrence Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
69	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
70	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
71	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
72	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
73	3160343 Canada Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0
74	Caneel Bay Holding Corp.	Chicago	2	Sociedade financeira	0,0
75	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
76	CapeSuccess Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
77	CapeSuccess LLC	Wilmington		Sociedade financeira	82,6
78	Cardales Management Limited	Porto de S. Pedro		Firma de transação de títulos	100,0
79	Cardales UK Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
80	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
81	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
82	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		Outra empresa	100,0
83	Career Blazers LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
84	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
85	Career Blazers New York, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
86	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário		Outra empresa	100,0
87	Career Blazers Personnel Services of Washington, D. C., Inc.	Washington D. C.		Outra empresa	100,0
88	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		Sociedade financeira	100,0
89	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
90	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	2	Sociedade financeira	0,0
91	Castlewood Expansion Partners, L. P.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	87,5
92	Castor LLC	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
93	Cathay Advisory (Beijing) Company Ltd	Pequim		Outra empresa	100,0
94	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		Sociedade financeira	100,0
95	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis		Sociedade financeira	67,6
96	CBI NY Training, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
97	Cedar (Luxemburgo) S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
98	Centennial River 1 Inc.	Denver		Outra empresa	100,0
99	Centennial River 2 Inc.	Austin		Outra empresa	100,0
100	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
101	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
102	Centennial River Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
103	Channel Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Outra empresa	100,0
104	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
105	Civic Investments Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
106	Consumo Finance S. p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
107	Coronus L. P.	St. Helier		Firma de transação de títulos	100,0
108	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
109	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH	Munique		Sociedade financeira	100,0
110	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
111	D B Rail Holdings (UK) No. 1 Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
112	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
113	D. B.International Delaware, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
114	DAHOC (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
115	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
116	DB (Gibraltar) Holdings Limited (na liquidação voluntária de membros)	Gibraltar		Sociedade financeira	100,0
117	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
118	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
119	DB (Pacific) Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
120	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
121	DB (Tip Top) Limited Partnership	Toronto		Outra empresa	99,9
122	DB Abalone LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
123	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
124	DB Alps Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
125	DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
126	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
127	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
128	DB Bluebell Investments (Cayman) Partnership	George Town		Sociedade financeira	100,0
129	DB Boracay LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
130	DB Broker GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
131	DB CAPAM GmbH	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
132	DB Capital Management, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
133	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Sociedade holding financeira	100,0
134	DB Capital Partners (Asia), L. P.	George Town		Sociedade financeira	99,7
135	DB Capital Partners (Europe) 2000 - A Founder Partner LP	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
136	DB Capital Partners (Europe) 2000 - B Founder Partner LP	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
137	DB Capital Partners Asia G. P.Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
138	DB Capital Partners Europe 2002 Founder Partner LP	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
139	DB Capital Partners General Partner Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
140	DB Capital Partners Latin America, G. P.Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
141	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
142	DB Capital Partners, Latin America, L. P.	George Town		Sociedade financeira	80,2
143	DB Capital, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
144	DB Cartera de Inmuebles 1, S. A.U.	Pozuelo de Alarcón		Prestadora de serviços de apoio	100,0
145	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
146	DB Commodities Canada Ltd.	Toronto		Prestadora de serviços de apoio	100,0
147	DB Commodity Services LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
148	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
149	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Sociedade financeira	100,0
150	DB Crest Limited	St. Helier		Instituição de crédito	100,0
151	DB Delaware Holdings (Europe) LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
152	DB Delaware Holdings (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
153	DB Depositor Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
154	DB Energy Commodities Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
155	DB Energy Trading LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
156	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
157	DB Enfield Infrastructure Investments Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
158	DB Enterprise GmbH & Co. Zweite Beteiligungs KG	Lützen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
159	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
160	DB Equity Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
161	DB Equity S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
162	DB Fillmore Lender Corp.	Wilmington		Outra empresa	100,0
163	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
164	DB Finanz-Holding GmbH	Frankfurt		Sociedade holding financeira	100,0
165	DB Fund Services LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
166	DB Funding LLC #4	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
167	DB Funding LLC #5	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
168	DB Funding LLC #6	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
169	DB Global Technology SRL	Bucareste		Prestadora de serviços de apoio	100,0
170	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
171	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
172	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
173	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
174	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
175	DB iCON Investments Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
176	DB Impact Investment Fund I, L. P.	Edimburgo		Sociedade financeira	100,0
177	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Lützen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
178	DB Industrial Holdings GmbH	Lützen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
179	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
180	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
181	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
182	DB International Investments Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
183	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
184	DB Investment Management, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
185	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
186	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
187	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
188	DB Investments (GB) Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
189	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
190	DB Jasmine (Cayman) Limited (na liquidação voluntária)	George Town		Sociedade financeira	100,0
191	DB Kredit Service GmbH	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
192	DB Leasing Services GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
193	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
194	DB Managers, LLC	West Trenton		Firma de transação de títulos	100,0
195	DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
196	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
197	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
198	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
199	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Prestadora de serviços de apoio	100,0
200	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
201	DB Omega BTV S. C.S.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
202	DB Omega Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
203	DB Omega S. C.S.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
204	DB Operaciones y Servicios Interactivos, A. I.E.	Barcelona		Prestadora de serviços de apoio	99,9
205	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
206	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
207	DB Partnership Management II, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
208	DB Partnership Management Ltd.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
209	DB Platinum Advisors	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	100,0
210	DB Portfolio Southwest, Inc.	Houston		Prestadora de serviços de apoio	100,0
211	DB Print GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
212	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
213	DB Private Equity GmbH	Colónia		Empresa de gestão de fundos	100,0
214	DB Private Equity International S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
215	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
216	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
217	DB PWM Private Markets I GP	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
218	DB Rail Trading (UK) Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
219	DB Re S. A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
220	DB Risk Center GmbH	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
221	DB RMS Leasing (Cayman) L. P.	George Town		Instituição de crédito	100,0
222	DB Road (UK) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
223	DB Samay Finance No. 2, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
224	DB Securities S. A.	Varsóvia		Firma de transação de títulos	100,0
225	DB Service Centre Limited	Dublin		Instituição de pagamento	100,0
226	DB Service Uruguay S. A.	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
227	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
228	DB Services New Jersey, Inc.	West Trenton		Prestadora de serviços de apoio	100,0
229	DB Servicios México, Sociedad Anónima de Capital Variable	Cidade do México		Prestadora de serviços de apoio	100,0
230	DB Servizi Amministrativi S. r.l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
231	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Prestadora de serviços de apoio	100,0
232	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
233	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
234	DB Trips Investments Limited	George Town	2	Firma de transação de títulos	0,0
235	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
236	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
237	DB U. K. Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
238	DB U. S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
239	DB UK Australia Finance Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
240	DB UK Australia Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
241	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
242	DB UK Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
243	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
244	DB USA Corporation	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0
245	DB Valoren S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
246	DB Value S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
247	DB Vanquish (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
248	DB Vantage (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
249	DB Vantage No.2 (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
250	DB Vita S. A.	Luxemburgo		Companhias de seguros	75,0
251	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
252	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
253	DBAS Cayman Holdings 2 Limited (na liquidação voluntária)	George Town	2	Instituição de crédito	0,0
254	DBC Continuance Inc.	Toronto		Outra empresa	100,0
255	DBCCA Investment Partners, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
256	DBCIBZ1	George Town		Sociedade financeira	100,0
257	DBCIBZ2	George Town		Sociedade financeira	100,0
258	DBFIC, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
259	DBG Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
260	DBNY Brazil Invest Co.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
261	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
262	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
263	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	100,0
264	DBR Investments Co. Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
265	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
266	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
267	DBRMSGP1	George Town		Sociedade financeira	100,0
268	DBRMSGP2	George Town		Sociedade financeira	100,0
269	DBS Technology Ventures, L. L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
270	DBUK PCAM Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
271	DBUSBZ1, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
272	DBUSBZ2, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
273	DBVR Investments No. 3 Ltd.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
274	DBX Advisors LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
275	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
276	dbX-Asian Long/Short Equity 3 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	100,0
277	dbX-Commodity 1 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	100,0
278	dbX-Credit 2 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	94,8
279	dbX-Credit 3 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	78,4
280	dbX-CTA 11 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	98,6
281	dbX-CTA 16 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	80,3
282	dbX-CTA 18 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	98,7
283	dbX-CTA 2 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	98,7
284	dbX-CTA 7 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	93,3
285	dbX-CTA 9 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	100,0
286	dbX-Emerging Markets Macro 1 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	85,1
287	dbX-Event Driven 1 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	100,0
288	dbX-Global Long/Short Equity 10 (Sabre)	St. Helier	1	Sociedade financeira	98,8
289	dbX-Global Long/Short Equity 9 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	100,0
290	dbX-Global Macro 9 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	96,9
291	dbX-Japan Long/Short Equity 4 (AlphaGen Hokuto)	St. Helier	1	Sociedade financeira	98,8
292	dbX-Risk Arbitrage 1 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	96,7
293	dbX-Risk Arbitrage 6 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	94,9
294	dbX-Risk Arbitrage 9 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	99,2
295	dbX-US Long/Short Equity 13 Fund	St. Helier	1	Sociedade financeira	100,0
296	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
297	DeAM Infrastructure Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
298	DeAWM Distributors, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
299	DeAWM Service Company	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
300	DeAWM Trust Company	Salem		Firma de transação de títulos	100,0
301	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
302	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
303	DEGRU Erste Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
304	Delowrezham de México S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
305	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
306	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
307	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição de crédito	100,0
308	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição de crédito	100,0
309	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
310	Deutsche Aeolia Power Production S. A.	Atenas		Outra empresa	80,0
311	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
312	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris		Outra empresa	100,0
313	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
314	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
315	Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
316	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Sociedade holding financeira	100,0
317	Deutsche Asset & Wealth Management International GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	100,0
318	Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	100,0
319	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		Firma de transação de títulos	100,0
320	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Firma de transação de títulos	100,0
321	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Firma de transação de títulos	100,0
322	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		Firma de transação de títulos	100,0
323	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Firma de transação de títulos	100,0
324	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
325	Deutsche Asset Management Canada Limited	Toronto		Sociedade financeira	100,0
326	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
327	Deutsche Auskunftei Service GmbH	Hamburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
328	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição de crédito	100,0
329	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
330	DEUTSCHE BANK (CHILE) S. A.	Santiago		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
331	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
332	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
333	Deutsche Bank (Malta) Ltd	Floriana		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
334	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
335	Deutsche Bank (Perú) S. A.	Lima		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
336	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
337	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
338	DEUTSCHE BANK A. S.	Istambul		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
339	Deutsche Bank Americas Finance LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
340	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0
341	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
342	Deutsche Bank Corretora de Valores S. A.	São Paulo		Firma de transação de títulos	100,0
343	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
344	Deutsche Bank Financial Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
345	Deutsche Bank Financial LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
346	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
347	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		Outra empresa	100,0
348	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
349	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
350	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
351	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S. Pedro		Outra empresa	100,0
352	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S. Pedro		Sociedade financeira	100,0
353	Deutsche Bank Luxembourg S. A.	Luxemburgo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
354	Deutsche Bank Mutui S. p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
355	Deutsche Bank México, S. A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
356	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição de crédito	100,0
357	Deutsche Bank Nederland N. V.	Amesterdão		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
358	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
359	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
360	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
361	Deutsche Bank Real Estate (Japan) Y. K.	Tóquio		Prestadora de serviços de apoio	100,0
362	Deutsche Bank Realty Advisors, Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
363	Deutsche Bank S. A.	Buenos Aires		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
364	Deutsche Bank S. A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
365	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
366	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Firma de transação de títulos	100,0
367	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
368	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	99,8
369	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
370	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
371	Deutsche Bank Trust Company New Jersey Ltd.	Jersey City		Instituição de crédito	100,0
372	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
373	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Sociedade holding financeira	100,0
374	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S. Pedro		Prestadora de serviços de apoio	100,0
375	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
376	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	99,8
377	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
378	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	100,0
379	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
380	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
381	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		Outra empresa	100,0
382	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	100,0
383	Deutsche Climate Change Fixed Income QP Trust	Salem	2	Sociedade financeira	0,0
384	Deutsche Clubholding GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	95,0
385	Deutsche Commodities Trading Co., Ltd.	Xangai		Firma de transação de títulos	100,0
386	Deutsche Custody Global B. V.	Amesterdão		Instituição de crédito	100,0
387	Deutsche Custody N. V.	Amesterdão		Instituição de crédito	100,0
388	Deutsche Custody Nederland B. V.	Amesterdão		Instituição de crédito	100,0
389	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
390	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B. V.	Amesterdão		Prestadora de serviços de apoio	99,9
391	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Firma de transação de títulos	100,0
392	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		Instituição prestadora de serviços financeiros	60,0
393	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		Outra empresa	100,0
394	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
395	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
396	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
397	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
398	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
399	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
400	Deutsche Finance No. 4 (UK) Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
401	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
402	Deutsche Friedland	Paris		Sociedade financeira	100,0
403	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura		Firma de transação de títulos	100,0
404	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
405	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Sociedade financeira	100,0
406	Deutsche Group Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
407	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
408	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
409	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
410	Deutsche Haussmann, S. à r. l.	Luxemburgo		Firma de transação de títulos	100,0
411	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
412	Deutsche Holdings (Luxembourg) S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
413	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Floriana		Sociedade holding financeira	100,0
414	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
415	Deutsche Holdings Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
416	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
417	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
418	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
419	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
420	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Sociedade holding financeira	100,0
421	Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
422	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Sociedade financeira	100,0
423	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
424	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
425	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		Firma de transação de títulos	100,0
426	Deutsche International Trust Company N. V.	Amesterdão		Outra empresa	100,0
427	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		Outra empresa	100,0
428	Deutsche Inversiones Dos S. A.	Santiago		Sociedade holding financeira	100,0
429	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		Sociedade financeira	100,0
430	Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
431	Deutsche Investments (Netherlands) N. V.	Amesterdão		Sociedade financeira	100,0
432	Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
433	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição de crédito	100,0
434	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
435	Deutsche IT License GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
436	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Prestadora de serviços de apoio	100,0
437	Deutsche Long Duration Government/Credit QP Trust	Salem	2	Sociedade financeira	0,0
438	Deutsche Managed Investments Limited	Sydney		Instituição de crédito	100,0
439	Deutsche Mandatos S. A.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
440	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
441	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres		Instituição de crédito	100,0
442	Deutsche Morgan Grenfell Nominees Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
443	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
444	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
445	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
446	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
447	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn		Firma de transação de títulos	100,0
448	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
449	Deutsche Postbank AG	Bona		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	94,1
450	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuttrange		Prestadora de serviços de apoio	100,0
451	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		Outra empresa	100,0
452	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Banco de transação de títulos	100,0
453	Deutsche Securities (Perú) S. A.	Lima		Outra empresa	100,0
454	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Firma de transação de títulos	97,8
455	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	97,8
456	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Firma de transação de títulos	100,0
457	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		Banco de transação de títulos	100,0
458	Deutsche Securities Corredores de Bolsa Spa	Santiago		Firma de transação de títulos	100,0
459	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Banco de transação de títulos	100,0
460	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Firma de transação de títulos	100,0
461	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Firma de transação de títulos	100,0
462	Deutsche Securities Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	100,0
463	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		Firma de transação de títulos	100,0
464	Deutsche Securities Menkul Degerler A. S.	Istambul		Firma de transação de títulos	100,0
465	Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		Firma de transação de títulos	100,0
466	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		Banco de transação de títulos	100,0
467	Deutsche Securities Sociedad de Bolsa S. A.	Buenos Aires		Firma de transação de títulos	100,0
468	Deutsche Securities Venezuela S. A.	Caracas		Sociedade financeira	100,0
469	Deutsche Securities, S. A. de C. V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Firma de transação de títulos	100,0
470	Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
471	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
472	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		Outra empresa	100,0
473	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio		Outra empresa	100,0
474	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
475	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
476	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
477	Deutsche Ultra Core Fixed Income QP Trust	Salem	2	Sociedade financeira	0,0
478	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
479	DFC Residual Corp.	Carson City		Sociedade financeira	100,0
480	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
481	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
482	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Outra empresa	100,0
483	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf		Outra empresa	100,0
484	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
485	DIV Holding GmbH	Lützen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
486	DMG Technology Management, L. L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
487	DMJV	Nova Iorque	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
488	DNU Nominees Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
489	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
490	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
491	DTS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
492	Durian (Luxembourg) S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
493	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	99,4
494	DWS Investment S. A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	100,0
495	DWS Investments (Spain), S. G.I. I.C., S. A.	Madrid		Empresa de gestão de fundos	100,0
496	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR.3 GmbH & CO. KG i. I.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
497	Elba Finance GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
498	Elizabethan Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
499	Elizabethan Management Limited	George Town		Outra empresa	100,0
500	Equipment Management Services LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
501	Estate Holdings, Inc.	St. Thomas	2	Outra empresa	0,0
502	European Value Added I (Alternate G. P.)LLP	Londres		Sociedade financeira	100,0
503	Evergreen Amsterdam Holdings B. V.	Amesterdão		Sociedade financeira	100,0
504	Evergreen International Holdings B. V.	Amesterdão		Instituição de crédito	100,0
505	Evergreen International Investments B. V.	Amesterdão		Sociedade financeira	100,0
506	Evergreen International Leasing B. V.	Amesterdão		Instituição de crédito	100,0
507	Exinor SA	Bastogne		Outra empresa	100,0
508	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
509	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
510	Farezco I, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
511	Farezco II, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
512	Fenix Administración de Activos S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
513	Fenix Mercury 1 S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Outra empresa	60,0
514	Fiduciaria Sant' Andrea S. r.L.	Milão		Firma de transação de títulos	100,0
515	Filaine, Inc.	Wilmington	2	Outra empresa	0,0
516	Finanza & Futuro Banca SpA	Milão		Instituição de crédito	100,0
517	Firstee Investments LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
518	Fondo de Inversión Privado NPL Fund Two	Santiago	1	Instituição prestadora de serviços financeiros	70,0
519	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
520	Funds Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Outra empresa	100,0
521	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,0
522	G Finance Holding Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
523	GbR Goethestraße	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	94,0
524	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
525	German Access LLP	Londres		Sociedade financeira	100,0
526	German American Capital Corporation	Baltimore		Instituição de crédito	100,0
527	Global Commercial Real Estate Special Opportunities Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
528	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	2	Sociedade financeira	0,0
529	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		Outra empresa	94,9
530	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
531	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		Outra empresa	59,7
532	Gulara Pty Ltd	Sydney		Sociedade financeira	100,0
533	GUO Mao International Hotels B. V.	Amesterdão		Sociedade financeira	100,0
534	Hac Investments Ltd.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
535	HAC Investments Portugal – Serviços de Consultadoria e Gestão Lda	Lisboa		Sociedade financeira	100,0
536	Hakkeijima Godo Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	95,0
537	Herengracht Financial Services B. V.	Amesterdão		Outra empresa	100,0
538	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade holding industrial	100,0
539	Hypotheken-Verwaltungs-Gesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
540	IKARIA Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
541	International Operator Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
542	IOS Finance EFC, S. A.	Barcelona		Sociedade financeira	100,0
543	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
544	IVAF I Manager, S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
545	IVAF II Manager, S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
546	JADE Residential Property AG	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
547	JR Nominees (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
548	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	100,0
549	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
550	KHP Knüppe, Huntebrinker & Co. GmbH	Osnabruck		Firma de transação de títulos	100,0
551	Kidson Pte Ltd	Singapura		Sociedade financeira	100,0
552	Kingfisher Nominees Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
553	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
554	Kradavimd UK Lease Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
555	Kunshan RREEF Equity Investment Fund Management Co. Ltd.	Kunshan		Sociedade financeira	100,0
556	LA Water Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	75,0
557	Lammermuir Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
558	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Sociedade financeira	100,0
559	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
560	Legacy Reinsurance, LLC	Burlington		Empresa de resseguros	100,0
561	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
562	Long-Tail Risk Insurers, Ltd.	Hamilton		Companhias de seguros	100,0
563	LWC Nominees Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
564	MAC Investments Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
565	Maher 1210 Corbin LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
566	Maher Chassis Management LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
567	Maher Terminals Holding Corp.	Toronto		Outra empresa	100,0
568	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		Sociedade financeira	100,0
569	Maher Terminals LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
570	Maher Terminals Logistics Systems LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
571	Maher Terminals USA, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
572	Maritime Indemnity Insurance Co. Ltd.	Hamilton		Companhias de seguros	100,0
573	Maxblue Americas Holdings, S. A.	Madrid		Sociedade financeira	100,0
574	Mayfair Center, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
575	MEF I Manager, S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
576	MEFIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	62,0
577	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		Companhias de seguros	100,0
578	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
579	"modernes Frankfurt" private Gesellschaft für Stadtentwicklung mbH i. L.	Frankfurt		Outra empresa	100,0
580	Morgan Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Outra empresa	100,0
581	Mortgage Trading (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
582	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
583	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
584	MXB U. S.A., Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
585	Navegator – SGFTC, S. A.	Lisboa		Prestadora de serviços de apoio	100,0
586	NCKR, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
587	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia		Sociedade financeira	100,0
588	Nevada Mezz 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
589	Nevada Parent 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
590	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
591	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
592	North American Income Fund PLC	Dublin		Sociedade financeira	67,3
593	Novelties Distribution LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
594	OAM Köln GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
595	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
596	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
597	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
598	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
599	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
600	OPB-Holding GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
601	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
602	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
603	OPB-Quarta GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
604	OPB-Quinta GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
605	OPB-Septima GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
606	Oppenheim Asset Management Services S. à r. l.	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	100,0
607	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
608	Oppenheim Eunomia GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
609	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	83,3
610	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
611	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
612	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
613	OPS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
614	OVT Trust 1 GmbH	Colónia		Outra empresa	100,0
615	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
616	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
617	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
618	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
619	PB Firmenkunden AG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
620	PB International S. A.	Schuttrange		Sociedade financeira	100,0
621	PB Sechste Beteiligungen GmbH	Bona		Outra empresa	100,0
622	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		Prestadora de serviços de apoio	98,5
623	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
624	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
625	PED Private Equity Deutschland GmbH & Co. geschl. Inv. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
626	Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		Prestadora de serviços de apoio	100,0
627	Pembol Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Outra empresa	100,0
628	PHARMA/wHEALTH Management Company S. A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	99,9
629	Phoebus Investments LP	Wilmington		Instituição de crédito	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
630	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
631	Pollus L. P.	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
632	Polydeuce LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
633	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
634	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
635	Postbank Direkt GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
636	Postbank Filial GmbH	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
637	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Sociedade financeira	100,0
638	Postbank Finanzberatung AG	Hameln		Outra empresa	100,0
639	Postbank Immobilien GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
640	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
641	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	90,0
642	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
643	Postbank P. O.S. Transact GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
644	Postbank Service GmbH	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
645	Postbank Systems AG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
646	Postbank Versicherungsvermittlung GmbH	Bona		Outra empresa	100,0
647	Primelux Insurance S. A.	Luxemburgo		Companhias de seguros	100,0
648	Private Equity Asia Select Company III S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
649	Private Equity Global Select Company IV S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
650	Private Equity Global Select Company V S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
651	Private Equity Select Company S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
652	Private Financing Initiatives, S. L.	Barcelona		Sociedade financeira	51,0
653	PS plus Portfolio Software + Consulting GmbH	Rodermark		Outra empresa	80,2
654	PT. Deutsche Securities Indonesia	Jacarta		Banco de transação de títulos	99,0
655	PT. Deutsche Verdhana Indonesia	Jacarta	2	Firma de transação de títulos	40,0
656	Sociedade anónima pública "Deutsche Bank DBU"	Kiev		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
657	Pyramid Ventures, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
658	R. B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
659	RDIF SLP Feeder, L. P.	Edimburgo		Sociedade financeira	100,0
660	Regula Limited	Road Town		Outra empresa	100,0
661	REIB Europe Investments Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
662	REIB International Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
663	Rimvalley Limited (in liquidation)	Dublin		Sociedade financeira	100,0
664	RMS Investments (Cayman)	George Town		Sociedade financeira	100,0
665	RoCalwest, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
666	RoPro U. S. Holding, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
667	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
668	Royster Fund Management S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
669	RREEF America L. L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
670	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
671	RREEF European Value Added I (G. P.)Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
672	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
673	RREEF Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	99,9
674	RREEF Management GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
675	RREEF Management L. L.C.	Wilmington		Outra empresa	100,0
676	RREEF Shanghai Investment Consultancy Company	Xangai		Outra empresa	100,0
677	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	100,0
678	RTS Nominees Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
679	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln		Sociedade financeira	100,0
680	Sagamore Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
681	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
682	Sajima Godo Kaisha	Tóquio	2	Sociedade financeira	0,0
683	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
684	Sal. Oppenheim Global Invest GmbH	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
685	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
686	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
687	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
688	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Luxembourg S. A.	Luxemburgo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
689	Sal. Oppenheim Private Equity Partners S. A., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
690	SALOMON OPPENHEIM GmbH i. L.	Colónia		Sociedade financeira	100,0
691	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
692	Service Company Four Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
693	Service Company Three Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
694	Sharps SP I LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
695	Sherwood Properties Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
696	Shopready Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
697	Silver Leaf 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
698	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
699	Sunbelt Rentals Exchange Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
700	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
701	TAF 2 Y. K.	Tóquio		Sociedade financeira	100,0
702	Tapeorder Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
703	Telefon-Servicegesellschaft der Deutschen Bank mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
704	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Sociedade financeira	100,0
705	Tempurrite Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
706	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		Sociedade financeira	100,0
707	TOKOS GmbH	Lützen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
708	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
709	Trevona Limited	Road Town		Outra empresa	100,0
710	Triplereason Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
711	Urbistar Settlement Services, LLC	Harrisburg		Prestadora de serviços de apoio	100,0
712	VCG Venture Capital Fonds III Verwaltungs GmbH	Munique		Sociedade financeira	100,0
713	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH	Munique		Sociedade financeira	100,0
714	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds III KG i. L.	Munique	2	Sociedade financeira	37,0
715	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds III Management KG	Munique	2	Outra empresa	26,7
716	VCM MIP III GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	61,0
717	VCM MIP IV GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	61,0
718	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
719	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
720	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
721	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
722	Vesta Real Estate S. r.l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
723	VI Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	2	Outra empresa	0,0
724	VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt		Instituição de pagamento	100,0
725	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		Sociedade financeira	100,0
726	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
727	Whale Holdings S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
728	5000 Yonge Street Toronto Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0
729	Zürich - Swiss Value AG in Liquidation	Zurique		Sociedade financeira	50,1
730	Aberdeen Capital Trust	Londres		Outra empresa	100,0
731	Affordable Housing I LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
732	Aggregator Solutions Public Limited Company - Opportunities Fund 2012	Dublin		Sociedade financeira	
733	Allsar Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
734	Almutkirk Limited	Dublin		Sociedade financeira	
735	Amber Investment S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
736	Andramad Limited	Dublin		Sociedade financeira	
737	Apex Fleet Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
738	Aqueduct Capital S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
739	Argentina Capital Protected Investments Limited	George Town	3	Outra empresa	
740	Asia 1 Tokutei Mokuteki Kaisha	Tóquio		Outra empresa	
741	Asian Hybrid Investments LLP	Singapura	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
742	Aspen Funding Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	
743	Asset Repackaging Trust Five B. V.	Amesterdão	3	Sociedade financeira	
744	Asset Repackaging Trust Six B. V.	Amesterdão	3	Sociedade financeira	
745	Atena SPV S. r.l	Conegliano		Sociedade financeira	
746	Atlas Investment Company 1 S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
747	Atlas Investment Company 2 S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
748	Atlas Investment Company 3 S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
749	Atlas Investment Company 4 S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
750	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Sociedade financeira	0,0
751	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	3	Outra empresa	
752	Avizandum Limited	Dublin		Sociedade financeira	
753	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	3	Empresa de resseguros	
754	Axiom Shelter Island LLC	San Diego		Prestadora de serviços de apoio	100,0
755	Azurix AGOSBA S. R.L.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
756	Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
757	Azurix Buenos Aires S. A. (en liquidación)	Buenos Aires		Prestadora de serviços de apoio	100,0
758	Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
759	Azurix Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
760	Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
761	BAL Servicing Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
762	Baltics Credit Solutions Latvia SIA	Riga		Sociedade financeira	
763	Bleeker Investments Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
764	Block 1949, LLC	Wilmington	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
765	BNP Paribas Flexi III - Fortis Bond Taiwan	Luxemburgo		Outra empresa	
766	Bridge No.1 Pty Limited	Sydney		Outra empresa	
767	Broome Investments Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
768	Büro Center Berlin-West Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
769	Bürohaus Blasewitzer Straße Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
770	Bürohaus Hauptstraße Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
771	Bürohaus Kronberg Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
772	Büropark Heimstetten Vermögensverwaltungs Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
773	CA Berlin Funding Company Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
774	Capital Access Program Trust	Wilmington		Sociedade financeira	
775	Capital Solutions Exchange Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
776	Castlebay Asia Flexible Fund SICAV-FIS - Taiwan Bond Fund	Luxemburgo		Outra empresa	
777	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan		Outra empresa	
778	Cathay Capital Company Limited	Port Louis		Sociedade financeira	9,5
779	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	
780	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		Sociedade financeira	
781	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	
782	Cedar Investment Co.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
783	Cepangie Limited	Dublin		Sociedade financeira	
784	Charitable Luxembourg Four S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
785	Charitable Luxembourg Three S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
786	Charitable Luxembourg Two S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
787	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
788	China Recovery Fund LLC	Wilmington		Sociedade financeira	85,0
789	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
790	CLASS Limited	St. Helier	3	Outra empresa	
791	Concept Fund Solutions Public Limited Company	Dublin	3	Outra empresa	1,9
792	Coriolanus Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
793	COUNTS Trust Series 2007 - 3	Newark	3	Prestadora de serviços de apoio	
794	Crofton Invest, S. L.	Madrid		Outra empresa	
795	Crystal CLO, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
796	Danube Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
797	Dariconic Limited	Dublin		Sociedade financeira	
798	Dawn-BV II LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
799	Dawn-BV LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
800	Dawn-BV-Helios LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
801	Dawn-G II LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
802	Dawn-G LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
803	Dawn-G-Helios LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
804	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Prestadora de serviços de apoio	100,0
805	DB Aircraft Leasing Master Trust	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
806	DB Alternative Strategies Limited	George Town		Firma de transação de títulos	100,0
807	DB Apex (Luxembourg) S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
808	DB Apex Finance Limited	St. Julians		Sociedade financeira	90,0
809	DB Apex Management Capital S. C.S.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
810	DB Apex Management Income S. C.S.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
811	DB Apex Management Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
812	DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
813	DB Aster II, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
814	DB Aster III, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
815	DB Aster, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
816	DB Aster, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
817	DB Capital Investments S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
818	DB Chambers Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
819	DB Clyde, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
820	DB Covered Bond S. r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	90,0
821	DB Credit Investments S. à r. l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
822	DB Dawn, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
823	DB Elara LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
824	DB ESC Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
825	db ETC Index plc	St. Helier	3	Prestadora de serviços de apoio	
826	db ETC plc	St. Helier	3	Prestadora de serviços de apoio	

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
827	DB Finance International GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
828	DB Ganymede 2006 L. P.	George Town		Instituição de crédito	100,0
829	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
830	DB Global Masters Multi-Strategy Trust	George Town		Sociedade financeira	100,0
831	DB Global Masters Trust	George Town	3	Firma de transação de títulos	
832	DB Green Holdings Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
833	DB Green, Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
834	DB Hawks Nest, Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
835	DB Hypernova LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
836	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
837	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	74,0
838	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	0,2
839	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
840	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
841	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
842	DB Infrastructure Holdings (UK) No.2 Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
843	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
844	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
845	DB Io LP	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
846	DB Jasmine Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
847	DB Lexington Investments Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
848	DB Like-Kind Exchange Services Corp.	Wilmington		Outra empresa	100,0
849	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
850	DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	29,5
851	DB Perry Investments Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
852	DB Platinum	Luxemburgo	3	Outra empresa	2,4
853	DB Platinum II	Luxemburgo	3	Outra empresa	3,5
854	DB Platinum IV	Luxemburgo	3	Outra empresa	3,0
855	DB Portfolio Euro Liquidity	Luxemburgo		Sociedade financeira	
856	DB Prevision 12, FP	Barcelona		Sociedade financeira	
857	DB PWM II - LiquidAlts UCITS (Euro)	Luxemburgo		Outra empresa	79,4
858	DB RC Holdings, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
859	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0
860	DB Rivington Investments Limited (in voluntary liquidation)	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
861	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
862	DB STG Lux 4 S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
863	DB STG Lux 5 S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
864	DB STG Lux 6 S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
865	DB STG Lux 7 S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
866	DB STG Lux 8 S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
867	DB STG Lux 9 S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
868	DB Sylvester Funding Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
869	DB Warren Investments Limited (in voluntary liquidation)	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
870	db x-trackers	Luxemburgo	3	Outra empresa	2,3
871	db x-trackers (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Firma de transação de títulos	100,0
872	db x-trackers II	Luxemburgo	3	Outra empresa	2,9
873	dbInvestor Solutions Public Limited Company	Dublin	3	Sociedade financeira	
874	DBRMS4	George Town		Sociedade financeira	100,0
875	DBX ETF Trust	Wilmington	3	Outra empresa	
876	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		Sociedade financeira	
877	DeAM Capital Protect 2014	Frankfurt		Outra empresa	
878	DeAM Capital Protect 2019	Frankfurt		Outra empresa	
879	DeAM Capital Protect 2024	Frankfurt		Outra empresa	
880	DeAM Capital Protect 2029	Frankfurt		Outra empresa	
881	DeAM Capital Protect 2034	Frankfurt		Outra empresa	
882	DeAM Capital Protect 2039	Frankfurt		Outra empresa	
883	DeAM Capital Protect 2044	Frankfurt		Outra empresa	
884	DeAM Capital Protect 2049	Frankfurt		Outra empresa	
885	Deco 17 - Pan Europe 7 Limited	Dublin		Sociedade financeira	
886	Deer River, L. P.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
887	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-3	Wilmington		Sociedade financeira	
888	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-OA5	Wilmington		Sociedade financeira	
889	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
890	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
891	Deutsche Bank Capital Funding LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
892	Deutsche Bank Capital Funding LLC IX	Wilmington		Instituição de crédito	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
893	Deutsche Bank Capital Funding LLC V	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
894	Deutsche Bank Capital Funding LLC VI	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
895	Deutsche Bank Capital Funding LLC VII	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
896	Deutsche Bank Capital Funding LLC VIII	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
897	Deutsche Bank Capital Funding LLC XI	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
898	Deutsche Bank Capital Funding Trust I	Newark	2	Sociedade financeira	0,0
899	Deutsche Bank Capital Funding Trust IX	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
900	Deutsche Bank Capital Funding Trust V	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
901	Deutsche Bank Capital Funding Trust VI	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
902	Deutsche Bank Capital Funding Trust VII	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
903	Deutsche Bank Capital Funding Trust VIII	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
904	Deutsche Bank Capital Funding Trust XI	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
905	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
906	Deutsche Bank Capital LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
907	Deutsche Bank Capital LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
908	Deutsche Bank Capital LLC V	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
909	Deutsche Bank Capital Trust I	Newark	2	Sociedade financeira	0,0
910	Deutsche Bank Capital Trust II	Newark	2	Sociedade financeira	0,0
911	Deutsche Bank Capital Trust IV	Newark	2	Sociedade financeira	0,0
912	Deutsche Bank Capital Trust V	Newark	2	Sociedade financeira	0,0
913	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
914	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
915	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
916	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
917	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
918	Deutsche Bank Contingent Capital Trust III	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
919	Deutsche Bank Contingent Capital Trust IV	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
920	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
921	Deutsche Bank LIFERs Trust	Wilmington	3	Prestadora de serviços de apoio	
922	Deutsche Bank Luxembourg S. A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	3	Outra empresa	
923	Deutsche Bank Luxembourg S. A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	3	Outra empresa	
924	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs Trust	Wilmington	3	Prestadora de serviços de apoio	
925	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs Trust (DB Series 100)	Wilmington	4	Prestadora de serviços de apoio	
926	Deutsche Colombia S. A.	Bogotá		Firma de transação de títulos	100,0
927	Deutsche GUO Mao Investments (Netherlands) B. V.	Amesterdão		Sociedade financeira	100,0
928	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
929	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Re-Remic Trust Certificates, Series 2007-RS4	Nova Iorque		Sociedade financeira	
930	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Re-Remic Trust Certificates, Series 2007-RS5	Nova Iorque		Sociedade financeira	
931	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
932	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
933	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
934	Deutsche Postbank Funding LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
935	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
936	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
937	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
938	Deutsche Postbank Funding Trust IV	Wilmington	2	Sociedade financeira	0,0
939	Deutsche Services Polska Sp. z o. o.	Varsóvia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
940	Deutsche Strategic Equity Long/Short Fund	Boston		Outra empresa	68,8
941	DJ Williston Swaps LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
942	Dusk II, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
943	Dusk LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
944	DWS (CH) - Pension Garant 2014	Zurique		Outra empresa	
945	DWS (CH) - Pension Garant 2017	Zurique		Outra empresa	
946	DWS China A-Fund	Luxemburgo	3	Outra empresa	100,0
947	DWS Dividende Garant 2016	Luxemburgo		Sociedade financeira	
948	DWS Garant 80 FPI	Luxemburgo		Sociedade financeira	
949	DWS Garant Top Dividende 2018	Luxemburgo		Outra empresa	
950	DWS Global Protect 80 II	Luxemburgo		Sociedade financeira	
951	DWS Institutional Money plus	Luxemburgo		Outra empresa	
952	DWS Institutional Rendite 2017	Luxemburgo		Outra empresa	
953	DWS Institutional USD Money plus	Luxemburgo		Outra empresa	
954	DWS Mauritius Company	Port Louis		Outra empresa	100,0
955	DWS Megatrend Performance 2016	Luxemburgo		Sociedade financeira	
956	DWS Performance Rainbow 2015	Luxemburgo		Sociedade financeira	
957	DWS Rendite Garant 2015	Luxemburgo		Sociedade financeira	
958	DWS Rendite Garant 2015 II	Luxemburgo		Sociedade financeira	
959	DWS SachwertStrategie Protekt Plus	Luxemburgo		Sociedade financeira	

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
960	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Sociedade financeira	
961	Earls Eight Limited	George Town	3	Outra empresa	
962	Earls Four Limited	George Town	3	Outra empresa	
963	EARLS Trading Limited	George Town		Sociedade financeira	
964	1221 East Denny Owner, LLC	Wilmington		Outra empresa	
965	ECT Holdings Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
966	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S. à.r. l & Co. KG	Colónia		Outra empresa	
967	Eirles Three Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
968	Eirles Two Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
969	Elmo Funding GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
970	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
971	Emerald Asset Repackaging Limited	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
972	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	3	Outra empresa	
973	Emeris	George Town		Firma de transação de títulos	
974	Enterprise Fleet Management Exchange, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
975	Equinox Credit Funding Public Limited Company	Dublin	3	Sociedade financeira	
976	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
977	Escoyla Limited	Dublin		Sociedade financeira	
978	Eurohome (Italy) Mortgages S. r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
979	Fandaro Limited	Dublin		Sociedade financeira	
980	Feale Sp. z o. o.	Wolica		Outra empresa	
981	Finaqua Limited	Londres		Sociedade financeira	
982	Finsbury Circle Limited	Dublin		Outra empresa	
983	Fondo Privado de Titulización PYMES I Limited	Dublin		Sociedade financeira	
984	Fortis Flexi IV - Bond Medium Term RMB	Luxemburgo		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
985	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
986	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Global Markets	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
987	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
988	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatórios Federais DB I	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
989	Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Global Markets	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
990	GAC-HEL II, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
991	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
992	Gemini Securitization Corp., LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
993	Gewerbepark Neurott Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
994	GGGolf, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
995	Glacier Mountain, L. P.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
996	Global Credit Reinsurance Limited	Hamilton	3	Outra empresa	
997	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
998	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado e Investi-mento No Exterior	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
999	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1000	Global Opportunities Co-Investment, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1001	Godo Kaisha CKRF8	Tóquio		Outra empresa	
1002	Goth Park GmbH	Frankfurt		Outra empresa	
1003	Grundstücksverwaltung Martin-Behaim-Strasse Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
1004	GSAM ALPS Fund EUR	George Town		Firma de transação de títulos	
1005	GSAM ALPS Fund USD	George Town		Firma de transação de títulos	
1006	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1007	HAH Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
1008	Hamildak Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1009	Harbour Finance Limited	Dublin		Instituição de crédito	
1010	Harvest Select Funds - Harvest China Fixed Income Fund I	Hong Kong		Outra empresa	
1011	Harvest Select Funds - Harvest China Fixed Income Fund II	Hong Kong		Outra empresa	
1012	HCA Exchange, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
1013	Herodotus Limited (in voluntary liquidation)	George Town	2	Sociedade financeira	0,0
1014	Hertz Car Exchange Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
1015	Hotel Majestic LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1016	Iberia Inversiones II Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1017	Iberia Inversiones Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1018	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		Sociedade financeira	
1019	Inn Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1020	Investor Solutions Limited	St. Helier	3	Outra empresa	
1021	Isar Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1022	ITAPEVA II Multicarteira FIDC Não-Padronizado	São Paulo		Sociedade financeira	100,0
1023	ITAPEVA Multicarteira FIDC Não-Padronizado	São Paulo		Sociedade financeira	100,0
1024	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	
1025	Jovian Limited	Douglas		Outra empresa	
1026	JWB Leasing Limited Partnership	Londres		Sociedade financeira	100,0
1027	Kelsey Street LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1028	Kelvivo Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1029	Kingfisher Canada Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1030	Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1031	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1032	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	96,1
1033	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	97,0
1034	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town		Firma de transação de títulos	
1035	Lagoon Finance Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
1036	Latin America Recovery Fund LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1037	Lemontree Investments GmbH & Co. KG	Berlim		Sociedade financeira	
1038	Leo Consumo 1 S. r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
1039	Leo Consumo 2 S. r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	70,0
1040	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1041	Leonardo Charitable 1 LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	9,9
1042	Leonardo Secondary Opportunities III (SLP GP) Limited	Edimburgo		Sociedade financeira	
1043	Life Mortgage S. r.l.	Roma		Sociedade financeira	
1044	Luscina Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1045	MacDougal Investments Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1046	Mallard Place, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1047	Manta Acquisition LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1048	Manta Group LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1049	Mars Investment Trust II	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
1050	Mars Investment Trust III	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
1051	Master Aggregation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1052	Maxima Alpha Bomaral Limited (in liquidation)	St. Helier		Firma de transação de títulos	
1053	Mercer Investments Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1054	Merlin I	George Town		Firma de transação de títulos	
1055	Merlin II	George Town		Firma de transação de títulos	
1056	Merlin XI	George Town		Firma de transação de títulos	
1057	Mexico Capital Protected Investments Limited	George Town	3	Outra empresa	
1058	MH Germany Property III S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	
1059	MH Germany Property V S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	
1060	Mickleham Limited	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	
1061	Micro-E Finance S. r.l.	Roma		Sociedade financeira	
1062	Midco 2 Limited	Londres		Sociedade financeira	
1063	Midco 3 Limited	Londres		Sociedade financeira	
1064	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1065	MMCapS Funding XVIII Ltd. - Resecuritization Trust 2010-RS1	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	
1066	MMDB Noonmark L. L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1067	Montage Funding LLC	Dover		Sociedade financeira	
1068	Monterey Funding LLC	Dover		Sociedade financeira	
1069	Moon Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
1070	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
1071	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
1072	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1073	Newhall LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1074	Newport Funding Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	
1075	Nineco Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
1076	North Las Vegas Property LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1077	Northern Pines Funding, LLC	Dover		Instituição de crédito	100,0
1078	Norvadano Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1079	Oakwood Properties Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1080	Oasis Securitisation S. r.l.	Conegliano	2	Sociedade financeira	0,0
1081	Oder Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1082	Odin Mortgages Limited	Londres		Sociedade financeira	
1083	Oona Solutions, Fonds Commun de Placement	Luxemburgo	3	Outra empresa	
1084	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	3	Outra empresa	
1085	Operadora de Buenos Aires S. R.L.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
1086	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		Sociedade financeira	
1087	Oran Limited	George Town		Sociedade financeira	
1088	Orchid Pubs & Restaurants Limited	Londres		Outra empresa	

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
1089	Orchid Structureco 2 Limited	Londres		Sociedade financeira	
1090	OTTAM Mexican Capital Trust Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
1091	Owner Trust MSN 23336	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1092	Owner Trust MSN 23337	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1093	Owner Trust MSN 23338	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1094	Owner Trust MSN 23344	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1095	Owner Trust MSN 24452	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1096	Owner Trust MSN 24453	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1097	Owner Trust MSN 24778	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1098	Owner Trust MSN 264	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1099	Owner Trust MSN 27833	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1100	Owner Trust MSN 87	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1101	Owner Trust MSN 88	Salt Lake City		Sociedade financeira	
1102	Palladium Securities 1 S. A.	Luxemburgo	3	Sociedade financeira	
1103	PALLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1104	PALLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Seniorenresidenzen KG	Düsseldorf		Outra empresa	
1105	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	3	Sociedade financeira	
1106	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1107	PARTS Student Loan Trust 2007-CT1	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1108	PARTS Student Loan Trust 2007-CT2	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1109	PD Germany Funding Company I, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1110	PD Germany Funding Company II, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1111	PD Germany Funding Company III, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1112	PD Germany Funding Company IV, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1113	PD Germany Funding Company V, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1114	Peruda Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
1115	Perus 1 S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
1116	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		Instituição prestadora de serviços financeiros	95,0
1117	PIMCO PARS I - Poste Vite	George Town		Outra empresa	
1118	PIMCO PARS V - Poste Vite	George Town		Outra empresa	
1119	Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1120	Postbank Dynamik Best Garant	Schuttrange		Outra empresa	
1121	Postbank Dynamik DAX Garant II	Schuttrange		Outra empresa	
1122	Postbank Dynamik Klima Garant	Schuttrange		Outra empresa	
1123	PPCenter, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
1124	PROVIDE Domicile 2009-1 GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	
1125	Pyxis Nautica S. A.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	
1126	Quantum 13 LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	49,0
1127	Quartz No. 1 S. A.	Luxemburgo	2	Sociedade financeira	0,0
1128	Reade, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1129	Red Lodge, L. P.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1130	Reference Capital Investments Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
1131	Regal Limited	George Town	3	Outra empresa	
1132	REO Properties Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1133	REO Properties Corporation II	Wilmington	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
1134	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto		Sociedade financeira	
1135	Rhein - Main Securitisation Limited	St. Helier		Sociedade financeira	
1136	Rheingold Securitisation Limited	St. Helier		Sociedade financeira	
1137	Rhine Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1138	RHOEN 2008-1 GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	
1139	Ripple Creek, L. P.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1140	Riverside Funding LLC	Dover		Sociedade financeira	
1141	RM Ayr Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1142	RM Chestnut Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1143	RM Fife Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1144	RM Multi-Asset Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1145	RM Sussex Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1146	RM Triple-A Limited (in liquidation)	Dublin		Sociedade financeira	
1147	Royster Fund - Compartment SEPTEMBER 2013	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
1148	RREEF G. O.III Malta Limited	Valeta		Sociedade financeira	
1149	RREEF G. O.III Mauritius One Limited	Port Louis		Sociedade financeira	
1150	RREEF G. O.III Mauritius Two Limited	Port Louis		Sociedade financeira	
1151	RREEF Global Opportunities Fund III, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1152	RREEF North American Infrastructure Fund A, L. P.	Wilmington		Sociedade financeira	99,9
1153	RREEF North American Infrastructure Fund B, L. P.	Wilmington		Sociedade financeira	99,9

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
1154	RV Dresden Funding Company Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1155	SABRE Securitisation Limited	Sydney		Outra empresa	
1156	Saratoga Funding Corp., LLC	Dover		Sociedade financeira	
1157	Sedona Capital Funding Corp., LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1158	Serviced Office Investments Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
1159	Silrendel, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
1160	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1161	SIRES-STAR Limited	George Town	3	Outra empresa	
1162	Sixco Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
1163	SMART SME CLO 2006-1, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1164	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
1165	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	
1166	SPAN No. 5 Pty Limited	Sydney		Outra empresa	
1167	Stewart-Denny Holdings, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1168	STTN, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1169	Sunrise Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1170	Survey Trust	Wilmington		Outra empresa	
1171	Swabia 1 Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1172	Swabia 1.Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
1173	Sylvester (2001) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
1174	Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	Lisboa		Sociedade financeira	100,0
1175	Thaumat Holdings Limited	Nicósia		Sociedade financeira	
1176	The CAP Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1177	The Debt Redemption Fund Limited	George Town		Firma de transação de títulos	99,8
1178	The GIII Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1179	The GPR Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1180	The PEB Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1181	The SLA Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1182	The Topiary Fund II Public Limited Company	Dublin		Firma de transação de títulos	3,5
1183	THL Credit Wind River 2014-3 CLO Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1184	Tintin III SPC	George Town		Firma de transação de títulos	
1185	Titian CDO Public Limited Company	Dublin	3	Sociedade financeira	
1186	Tokutei Mokuteki Kaisha CREP Investment V	Tóquio	2	Prestadora de serviços de apoio	0,0
1187	TQI Exchange, LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
1188	Trave Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1189	TRS 1 LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1190	TRS Aria LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1191	TRS Babson I LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1192	TRS Birch LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1193	TRS Bluebay LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1194	TRS Bruin LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1195	TRS Callisto LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1196	TRS Camulos LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1197	TRS Cypress LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1198	TRS DB OH CC Fund Financing LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1199	TRS Eclipse LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1200	TRS Elara LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1201	TRS Elgin LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1202	TRS Elm LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1203	TRS Feingold O'Keeffe LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1204	TRS Fore LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1205	TRS Ganymede LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1206	TRS GSC Credit Strategies LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1207	TRS Haka LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1208	TRS Io LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1209	TRS Landsbanki Islands LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1210	TRS Leda LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1211	TRS Maple LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1212	TRS Metis LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1213	TRS Oak LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1214	TRS Plainfield LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1215	TRS Poplar LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1216	TRS Quogue LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1217	TRS Scorpio LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1218	TRS SeaCliff LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1219	TRS Spruce LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1220	TRS Stag LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
1221	TRS Stark LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1222	TRS SVCO LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1223	TRS Sycamore LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1224	TRS Thebe LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1225	TRS Tupelo LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1226	TRS Venor LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1227	TRS Walnut LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1228	TRS Watermill LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1229	TXH Trust	Wilmington		Outra empresa	
1230	Varick Investments Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1231	VCM Golding Mezzanine GmbH & Co. KG	Munique	5	Sociedade financeira	0,0
1232	Vermögensfondmandat Flexible (80 % teilgeschützt)	Luxemburgo		Outra empresa	
1233	VEXCO, LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
1234	Village Hospitality LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1235	Whispering Woods LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1236	Whistling Pines LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1237	Winchester Street PLC	Londres	3	Sociedade financeira	
1238	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1239	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1240	Zamalik Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1241	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1242	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Leben II KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	97,7
1243	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1244	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	98,0
1245	Zugspitze 2008-1 GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	
1246	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1247	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1248	AcadiaSoft, Inc.	Wilmington		Outra empresa	5,8
1249	Afinia Capital Group Limited	Hamilton		Sociedade financeira	40,0
1250	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	27,0
1251	Argantis GmbH i. L.	Colónia		Sociedade holding industrial	50,0
1252	Atriax Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Southend-on-Sea		Outra empresa	25,0
1253	Avacomm GmbH i. L.	Holzkirchen		Outra empresa	27,5
1254	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Sociedade holding industrial	49,8
1255	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
1256	BATS Global Markets, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	6,7
1257	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	49,0
1258	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	6	Sociedade financeira	100,0
1259	BHS tabletop AG	Selb		Outra empresa	28,9
1260	Biopsytec Holding AG i. L.	Berlim		Outra empresa	43,1
1261	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Sociedade financeira	50,0
1262	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Sociedade financeira	50,0
1263	Caherciveen Partners, LLC	Chicago		Firma de transação de títulos	20,0
1264	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
1265	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		Banco de transação de títulos	49,9
1266	DB Development Holdings Limited	Lárnaca		Sociedade financeira	49,0
1267	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L. P.	Camana Bay		Sociedade financeira	34,6
1268	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		Sociedade financeira	25,9
1269	DD Konut Finansman A. S.	Sisli		Instituição de crédito	49,0
1270	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
1271	Deutsche Financial Capital I Corp.	Greensboro		Sociedade financeira	50,0
1272	Deutsche Financial Capital Limited Liability Company	Greensboro		Instituição de crédito	50,0
1273	Deutsche Gulf Finance	Riade		Instituição de crédito	40,0
1274	Deutsche Regis Partners Inc	Makati		Firma de transação de títulos	49,0
1275	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Banguecoque		Firma de transação de títulos	49,0
1276	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S. A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
1277	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
1278	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1279	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Sociedade holding financeira	21,1
1280	Elbe Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1281	EOL2 Holding B. V.	Amesterdão		Sociedade financeira	45,0
1282	eolec	Issy-les-Moulineaux		Outra empresa	33,3
1283	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
1284	Erica Società a Responsabilità Limitata	Milão		Sociedade financeira	40,0
1285	EVROENERGIAKI S. A.	Alexandroupolis		Outra empresa	40,0
1286	Finance in Motion GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	19,9
1287	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	40,7

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1288	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
1289	G. O.IB-SIV Feeder, L. L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	15,7
1290	German Access Fund L. P.	Londres	6	Sociedade financeira	100,0
1291	German Public Sector Finance B. V.	Amesterdão		Instituição de crédito	50,0
1292	Gesellschaft bürgerlichen Rechts Industrie- und Handelskammer/Rheinisch-Westfälische Börse	Düsseldorf	7	Outra empresa	0,0
1293	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Sociedade holding industrial	36,7
1294	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
1295	Gordian Knot Limited	Londres		Firma de transação de títulos	32,4
1296	Graphite Resources (Knightsbridge) Limited	Newcastle upon Tyne		Outra empresa	45,0
1297	Graphite Resources Holdings Limited	Newcastle upon Tyne	6	Sociedade holding industrial	70,0
1298	Great Future International Limited	Road Town		Sociedade financeira	43,0
1299	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		Outra empresa	44,9
1300	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		Outra empresa	33,2
1301	Harvest Fund Management Company Limited	Xangai		Firma de transação de títulos	30,0
1302	Hua Xia Bank Company Limited	Pequim		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	19,9
1303	Huamao Property Holdings Ltd.	George Town	7	Sociedade financeira	0,0
1304	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Sociedade financeira	40,7
1305	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1306	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		Outra empresa	50,0
1307	ISWAP Limited	Londres		Firma de transação de títulos	14,2
1308	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	21,1
1309	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	21,6
1310	K & N Kenanga Holdings Bhd	Kuala Lumpur		Sociedade holding financeira	13,8
1311	Kenanga Deutsche Futures Sdn Bhd	Kuala Lumpur		Firma de transação de títulos	27,0
1312	KeyNeurotek Pharmaceuticals AG i. I.	Magdeburg		Outra empresa	29,0
1313	KölnArena Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	20,8
1314	Lion Residential Holdings S. à r. l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	17,4
1315	Main Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1316	MergeOptics GmbH i. I.	Berlim		Outra empresa	24,3
1317	MidOcean (Europe) 2000-A LP	St. Helier		Sociedade financeira	19,9
1318	MidOcean (Europe) 2003 LP	St. Helier		Sociedade financeira	20,0
1319	MidOcean Partners, LP	Nova Iorque		Sociedade financeira	20,0
1320	Millennium Marine Rail, L. L.C.	Elizabeth		Outra empresa	50,0
1321	Nexus II LLC	Wilmington		Sociedade financeira	11,9
1322	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	6	Outra empresa	96,7
1323	Nummus Beteiligungs GmbH & Co. KG	Frankfurt		Sociedade financeira	27,8
1324	P. F.A. B.Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
1325	Pago e Transaction Services GmbH i. L.	Colónia		Outra empresa	50,0
1326	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia		Outra empresa	37,7
1327	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1328	Powerlase Limited (in members' voluntary liquidation)	Hove		Outra empresa	24,8
1329	Private Capital Portfolio L. P.	Londres		Sociedade financeira	38,2
1330	PX Group Limited	Stockton on Tees		Sociedade financeira	29,4
1331	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L. L.C.	Nova Iorque		Sociedade financeira	33,0
1332	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L. L.C.	Nova Iorque		Sociedade financeira	33,3
1333	Raymond James New York Housing Opportunities Fund II L. L.C.	Nova Iorque		Sociedade financeira	19,5
1334	Relax Holding S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
1335	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o. o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1336	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o. o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1337	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o. o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1338	Roc Capital Group, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	8,5
1339	Roc Capital Management, L. P.	Wilmington		Firma de transação de títulos	8,5
1340	RREEF Property Trust, Inc.	Baltimore		Outra empresa	26,1
1341	Sakaras Holding Limited	Birkirkara	7	Sociedade financeira	0,0
1342	Schiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG MS "DYCKBURG" i. I.	Hamburgo		Outra empresa	41,3
1343	Schiffahrtsgesellschaft MS "Simon Braren" GmbH & Co KG	Kollmar		Outra empresa	26,7
1344	Shunfeng Catering & Hotel Management Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	6,4
1345	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
1346	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	49,9
1347	Station Holdco LLC	Wilmington		Sociedade holding industrial	25,0
1348	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		Outra empresa	45,0
1349	TradeWeb Markets LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	5,5
1350	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Sociedade holding industrial	33,1
1351	Turquoise Global Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	7,1
1352	U. S.A. Institutional Tax Credit Fund C L. P.	Dover		Sociedade financeira	22,5

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
1353	U. S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L. P.	Wilmington		Sociedade financeira	24,0
1354	U. S.A. ITCF XCI L. P.	Nova Iorque	6	Sociedade financeira	100,0
1355	Volbroker. com Limited	Londres		Sociedade financeira	22,5
1356	Weser Properties S. à r. l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1357	WestLB Venture Capital Management GmbH & Co. KG	Colónia		Outra empresa	50,0
1358	Wilson HTM Investment Group Ltd	Brisbane		Firma de transação de títulos	19,8
1359	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	25,0
1360	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		Banco de transação de títulos	33,3
1361	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1362	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Sociedade financeira	25,0
1363	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i. L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4
1364	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1365	ABATIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1366	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1367	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1368	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1369	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1370	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1371	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1372	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1373	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1374	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1375	AFFIRMATUM Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1376	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1377	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1378	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1379	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1380	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1381	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1382	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1383	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1384	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1385	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1386	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1387	BAMAR Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1388	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	8	Sociedade financeira	50,0
1389	Belzen Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1390	Benefit Trust GmbH	Lützen-Gostau	9	Sociedade financeira	100,0
1391	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1392	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	33,2
1393	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	32,0
1394	Blue Ridge Trust	Wilmington	8	Outra empresa	26,7
1395	BrisConnections Holding Trust	Kedron	10	Outra empresa	35,6
1396	BrisConnections Investment Trust	Kedron	10	Outra empresa	35,6
1397	Cabarez S. A.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1398	CIBI Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1399	City Leasing (Donside) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1400	City Leasing (Severnside) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1401	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1402	City Leasing Limited	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1403	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	9	Outra empresa	97,2
1404	DB Master Accomodation LLC	Wilmington	9	Sociedade financeira	100,0
1405	DB Petri LLC	Wilmington	9	Instituição de crédito	100,0
1406	dbalternatives Discovery Fund Limited	George Town	9	Outra empresa	100,0
1407	Deutsche River Investment Management Company S. à r. l.	Luxemburgo	8	Sociedade financeira	49,0
1408	Deutz-Mülheim Grundstücksgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	40,2
1409	DIL Europa-Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1410	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1411	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1412	Donlen Exchange Services Inc.	Boston	9	Outra empresa	100,0
1413	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1414	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1415	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1416	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1417	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1418	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	8	Sociedade financeira	50,0
1419	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1420	Enterprise Vehicle Exchange, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1421	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1422	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1423	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1424	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1425	Global Salamina, S. L.	Madrid	11	Sociedade holding industrial	26,7
1426	Goldman Sachs Multi-Strategy Portfolio XI, LLC	Wilmington	6, 11	Firma de transação de títulos	99,7
1427	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH	Gruenwald	9	Sociedade financeira	100,0
1428	Guggenheim Concinnity Strategy Fund LP	Wilmington	12	Sociedade financeira	23,3
1429	Hudson 12655 Jefferson, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1430	Hydro S. r.l.	Roma	10	Sociedade holding industrial	45,0
1431	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim	8	Sociedade financeira	20,5
1432	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	8	Outra empresa	49,0
1433	JG Japan Grundbesitzverwaltungsgesellschaft mbH i. L.	Eschborn	9	Outra empresa	100,0
1434	Kinneil Leasing Company	Londres	8	Sociedade financeira	35,0
1435	Legacy BCC Receivables, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1436	Lindsell Finance Limited	Valeta	9	Prestadora de serviços de apoio	100,0
1437	London Industrial Leasing Limited	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1438	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	6, 10	Sociedade financeira	77,1
1439	Maestrale Projects (Holding) S. A.	Luxemburgo	8	Sociedade financeira	49,7
1440	Magalhães S. A.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1441	Manuseamento de Cargas – Manicargas, S. A.	Matosinhos	11	Outra empresa	38,3
1442	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG	Hamburgo	10	Outra empresa	33,8
1443	Memax Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1444	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	40,0
1445	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG i. L.	Gruenwald	8	Outra empresa	29,6
1446	Midsel Limited	Londres	9	Outra empresa	100,0
1447	Mount Hope Community Center Fund, LLC	Wilmington	10	Sociedade financeira	49,9
1448	Mountaintop Energy Holdings LLC	Wilmington	8	Sociedade financeira	49,9
1449	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1450	NCW Holding Inc.	Vancouver	9	Sociedade financeira	100,0
1451	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1452	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1453	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1454	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1455	Nortfol Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1456	NV Profit Share Limited	George Town	8	Outra empresa	42,9
1457	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG	Colónia	2, 9	Sociedade financeira	27,7
1458	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1459	PADOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1460	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1461	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1462	Pan-European Infrastructure II, L. P.	Londres	6, 8	Sociedade financeira	100,0
1463	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. I.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1464	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1465	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1466	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1467	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1468	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1469	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1470	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1471	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1472	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1473	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1474	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1475	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1476	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1477	PMG Collins, LLC	Tallahassee	9	Outra empresa	100,0
1478	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1479	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1480	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1481	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1482	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1483	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1484	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1485	PTL Fleet Sales, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1486	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
1487	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1488	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1489	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1490	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1491	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1492	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1493	Safron NetOne Partners, L. P.	George Town	10	Sociedade financeira	21,7
1494	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1495	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1496	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	58,5
1497	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1498	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1499	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1500	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1501	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1502	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1503	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1504	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia	8	Sociedade financeira	33,2
1505	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1506	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	71,1
1507	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1508	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanders-traße KG	Düsseldorf	9	Outra empresa	95,0
1509	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1510	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1511	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1512	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1513	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1514	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1515	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1516	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1517	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i. L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	94,7
1518	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle II KG i. L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1519	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	6, 8	Outra empresa	100,0
1520	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1521	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1522	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1523	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1524	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1525	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1526	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1527	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	83,8
1528	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1529	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1530	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1531	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1532	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1533	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i. L.	Halle/Saale	8	Outra empresa	30,5
1534	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1535	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1536	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1537	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1538	SPhinX, Ltd. (in voluntary liquidation)	George Town	8	Outra empresa	43,6
1539	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1540	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1541	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1542	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1543	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Sociedade financeira	100,0
1544	STUPA Heizwerk Frankfurt (Oder) Nord Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Schoenefeld	9	Sociedade financeira	100,0
1545	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1546	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Promohypermarkt Gelsenkirchen KG i. L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	48,7
1547	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1548	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1549	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1550	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1551	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1552	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1553	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1554	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1555	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1556	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1557	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1558	TARES Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1559	TEBA Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Schoenefeld	9	Outra empresa	100,0
1560	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1561	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1562	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1563	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1564	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1565	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1566	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1567	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	25,0
1568	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1569	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1570	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	8	Sociedade financeira	50,0
1571	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1572	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1573	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1574	Triton Fund III G L. P.	St. Helier	6, 8	Sociedade financeira	62,5
1575	TRS HY FNDS LLC	Wilmington	9	Prestadora de serviços de apoio	100,0
1576	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1577	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1578	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1579	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1580	VCJ Lease S. à r. l.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1581	VCM / BHF Initiatoren GmbH & Co. Beteiligungs KG	Eichenried	8	Sociedade holding industrial	48,8
1582	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique	8	Sociedade financeira	24,9
1583	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1584	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1585	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1586	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1587	Willem S. A.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1588	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1589	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt	8	Sociedade financeira	50,0
1590	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1591	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1592	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1593	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1594	XERIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1595	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1596	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1597	ZANTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1598	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1599	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	25,0
1600	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1601	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1602	Zenwix Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1603	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1604	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1605	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1606	ZIBE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1607	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1608	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1609	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1610	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1611	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1612	ZITRAL Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1613	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1614	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1615	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1616	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1617	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0

N. º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participa-ção no capital em %
1618	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1619	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1620	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1621	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	25,0
1622	Abode Mortgage Holdings Corporation	Vancouver		Instituição de crédito	8,5
1623	ABRAAJ Holdings	George Town		Sociedade financeira	8,8
1624	Accunia A/S	Copenhaga		Firma de transação de títulos	9,9
1625	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição de crédito	5,6
1626	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		Instituição de crédito	8,5
1627	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição de crédito	8,4
1628	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição de crédito	6,3
1629	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição de crédito	8,2
1630	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição de crédito	5,6
1631	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição de crédito	8,7
1632	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição de crédito	8,7
1633	Cecon ASA	Arendal		Outra empresa	9,6
1634	China Polymetallic Mining Limited	George Town		Outra empresa	8,4
1635	CIFG Holding Inc.	Wilmington		Sociedade holding para compa-nhias de seguros	11,5
1636	ConCardis Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Eschborn		Instituição de pagamento	16,8
1637	Damovo Group Holdings Limited	Camana Bay		Sociedade financeira	16,0
1638	Deutsche Steinzeug Cremer & Breuer Aktiengesellschaft	Alfter		Outra empresa	17,2
1639	HYPOPORT AG	Berlim		Sociedade financeira	9,7
1640	IVG Institutional Funds GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	6,0
1641	K. K.D&M Holdings	Kawasaki		Outra empresa	15,1
1642	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		Outra empresa	11,0
1643	Liquiditäts-Konsortialbank Gesellschaft mit beschränkter Haftung i. L.	Frankfurt		Instituição de crédito	7,7
1644	OTCDeriv Limited	Londres		Instituição prestadora de serviços financeiros	7,2
1645	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i. I.	Frankfurt		Outra empresa	19,5
1646	Prader Bank S. p.A.	Bolzano		Instituição de crédito de aceita-ção de depósitos	9,0
1647	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição de crédito	6,0
1648	PT Buana Listya Tama Tbk	Jacarta		Outra empresa	14,8
1649	Reorganized RFS Corporation	Wilmington		Sociedade holding para compa-nhias de seguros	6,2
1650	Rinkai Nissan Kensetsu Kabushiki Kaisha	Tóquio		Outra empresa	8,5
1651	RREEF America REIT III, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	7,9
1652	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrucken		Instituição de crédito de aceita-ção de depósitos	11,8
1653	Servicios de Infraestructura de Mercado OTC S. A.	Santiago		Instituição de crédito	6,7
1654	Società per il Mercato dei Titoli di Stato - Borsa Obbligazionaria Europea S. p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
1655	The Clearing House Association L. L.C.	Wilmington		Outra empresa	5,6
1656	TORM A/S	Hellerup		Outra empresa	6,2
1657	United Information Technology Co. Ltd.	George Town		Sociedade holding industrial	12,2

3-

Confirmações

473 Relatório do auditor independente
475 Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
476 Relatório do Conselho de Fiscalização

Relatório do auditor independente

Para Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

— Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft e das suas subsidiárias, incluindo aquelas a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o balanço consolidado, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade inclui a preparação destas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela União Europeia e com os requisitos complementares da legislação alemã, nos termos do artigo 315a Abs.1 do HGB [Handelsgesetzbuch: Código comercial alemão) e todas as IFRS (NIIF) para dar uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos, da situação financeira e dos resultados de operações do grupo em conformidade com estes requisitos. A administração da sociedade também é responsável pelos controlos internos que determina serem necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com o artigo 317.º do HGB e os princípios contabilísticos geralmente aceites na Alemanha para a auditoria de demonstrações financeiras promulgados pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW), bem como em conformidade suplementar com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (EUA).Nesse sentido, somos obrigados a cumprir os requisitos deontológicos e a planear e realizar a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos de auditoria com vista a obter provas sobre os montantes e as divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas. A seleção dos procedimentos de auditoria depende do parecer profissional do auditor. Isto inclui a avaliação do risco de distorções materialmente relevantes das demonstrações financeiras consolidadas devidas a fraudes ou erros. Na avaliação desses riscos, o auditor averigua se o sistema de controlo interno é adequado para a entidade preparar demonstrações financeiras consolidadas que apresentem uma visão verdadeira e justa. O objetivo é planear e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não visa expressar uma opinião sobre a eficácia do sistema de controlo interno do grupo. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas realizadas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras consolidadas.

Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer de auditoria.

Parecer de auditoria

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1.ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem em todos os aspetos materiais as IFRS (NIIF) adotadas pela União Europeia, os requisitos suplementares da legislação comercial alemã, nos termos do artigo 315a, n.º1 do HGB e todas as IFRS. Assim, estas demonstrações dão uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos resultados das operações para o exercício findo nessa data, de acordo com todos aqueles requisitos.

— Relatório sobre o relatório de gestão do grupo

Auditámos o relatório de gestão do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração do relatório de gestão do grupo em conformidade com os requisitos aplicáveis da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315a, n.º1 do HGB [Handelsgesetzbuch: Código Comercial Alemão].Realizámos a nossa auditoria em conformidade com o artigo 317.º, n.º2 do HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria do relatório de gestão do grupo promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW).Nesse sentido, somos obrigados a planear e a realizar a auditoria do relatório de gestão do grupo com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as informações do relatório de gestão do grupo são consistentes com as demonstrações financeiras consolidadas e as conclusões da auditoria e, em termos globais, se fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Nos termos do artigo 322.º, n.º3, 1.ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre o relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e ao relatório de gestão do grupo, o relatório de gestão do grupo é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e, em termos globais, fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Frankfurt am Main, 6 de março de 2015

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski
Wirtschaftsprüfer

Beier
Wirtschaftsprüfer

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 4 de março de 2015

Jürgen Fitschen

Anshuman Jain

Stefan Krause

Stephan Leithner

Stuart Lewis

Rainer Neske

Henry Ritchotte

Christian Sewing

Relatório do Conselho de Fiscalização

O crescimento económico mundial permaneceu relativamente fraco em 2014 e apenas ligeiramente acima da taxa de crescimento de 2013.O ímpeto económico atingiu o seu pico no primeiro trimestre de 2014 e enfraqueceu ao longo do exercício. A economia mundial foi apoiada pelas políticas monetárias dos principais bancos centrais, que continuaram a ser extremamente expansivas. Contudo, a redução dos níveis da dívida privada atenuou o crescimento económico, especialmente na área do euro. O crescimento na economia alemã em 2014 foi ligeiramente superior ao do ano anterior. A economia alemã beneficiou do aumento sólido no consumo, impulsionado por um nível de emprego recorde e por um aumento nos rendimentos ajustado à inflação.

Neste ambiente económico, aconselhámos o Conselho de Administração quanto à gestão da sociedade e monitorizámos a sua gestão dos negócios. No ano transato, debatemos amplamente o desenvolvimento económico e financeiro do banco, o seu ambiente operacional, o sistema de gestão do risco, bem como o sistema de controlo e planeamento interno. Em 2014, tal como em anos anteriores, abordámos inúmeras alterações legais e regulamentares, que, em alguns casos, já influenciaram diretamente o nosso trabalho, incluindo nomeadamente os novos requisitos para o Conselho de Fiscalização nos termos da Secção 25d da lei bancária alemã. Debatemos em pormenor questões relativas ao desenvolvimento estratégico em curso do banco e à sua implementação com o Conselho de Administração num *workshop* de dois dias. O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e outros temas fundamentais relativos à administração e ao planeamento corporativo, ao desenvolvimento financeiro e aos rendimentos do banco, ao risco, à liquidez e à gestão de capital do banco, juntamente com casos de litígio, transações e eventos com uma substancial relevância para o banco. Participámos em decisões de suma importância. Os Copresidentes do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização debateram regularmente temas importantes e futuras decisões. Os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização realizaram debates e consultas regulares com o objetivo de melhorarem a coordenação geral dos trabalhos do Conselho de Fiscalização e respetivos comités. Entre reuniões, mantiveram-nos informados, por escrito, dos eventos importantes. Sempre que necessário, entre as reuniões, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

— Reuniões do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização realizou seis reuniões em 2014.

Na primeira reunião do ano, em 28 de fevereiro de 2014, analisámos o desenvolvimento dos negócios no quarto trimestre de 2013 e o exercício financeiro de 2013 comparando os números projetados e os números reais. A proposta de afetação de dividendos para o ano de 2013, bem como o planeamento corporativo para os exercícios de 2014 a 2016 foram aprovados. Recebemos um relatório do Conselho de Administração sobre os casos de litígio material do banco e as investigações regulamentares que envolvem o banco, sobre os progressos alcançados na implementação do programa de excelência operacional e mudança cultural, sobre o programa para fortalecer as funções de controlo e sobre os sistemas de remuneração do banco tendo em conta os requisitos legais. Com base na recomendação do Comité do Presidente e do Comité de Auditoria, concordamos que o Sr. Cryan, o Dr. Achleitner e o Professor Trützschler fossem nomeados especialistas financeiros no Relatório Anual e que o Dr. Achleitner e o Professor Kagermann fossem nomeados peritos em remuneração no Comité de Controlo de Remunerações em conformidade com a Secção 25d (12) da lei bancária alemã. Além disso, confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes. Após uma análise da adequação do sistema de remunerações do Conselho de Administração – tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações e consultando o novo responsável de remunerações do banco e peritos em remunerações externos e independentes – determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2013.Além disso, ajustámos os termos de referência do Comité de Controlo de Remunerações, que passou a ser exigido por lei a partir de 1 de janeiro de 2014.

Na reunião sobre as demonstrações financeiras de 18 de março de 2014, com base nas recomendações do Comité de Auditoria e após consulta do auditor, aprovámos as demonstrações financeiras consolidadas e as

demonstrações financeiras anuais de 2013.Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o relatório sobre os casos de litígio material e investigações regulamentares, o relatório de progresso sobre o fortalecimento das funções de controlo, o Relatório de Recursos Humanos e o Relatório de Remuneração de 2013, que aprovámos. Além disso, recebemos relatórios sobre a gestão de risco dentro do Grupo, sobre a divisão Technology & Operations do Grupo e sobre o estado dos indicadores e planos de resolução exigidos pelas autoridades reguladoras. Com base na proposta do Comité de Controlo de Remunerações, aprovámos ajustes à remuneração do Conselho de Administração em conformidade com os requisitos legais e regulamentares e, no processo, especificámos o nível da remuneração total dos membros do Conselho de Administração, a nível individual. Aprovámos também, após uma extensa discussão, o sistema de remuneração para o Conselho de Administração, incluindo os principais elementos contratuais. Com base na proposta do Comité de Integridade, decidimos monitorizar mais de perto no futuro do que no passado alguns aspetos essenciais que são o objeto dos casos de litígio ou investigações regulamentares, com base na responsabilidade de fiscalização acrescida do Conselho de Fiscalização. Além disso, concordámos com a emissão de capital Tier 1 adicional com base na autorização da Assembleia-geral de 31 de maio de 2012 e delegámos a responsabilidade de aprovação de resoluções neste contexto ao Comité do Presidente.

Na reunião no dia anterior à Assembleia-Geral Ordinária, discutimos os procedimentos para a reunião, assim como as contrapropostas anunciadas. Quando necessário, foram aprovadas deliberações a este respeito.

Na reunião que tivemos em Londres em 29 de julho de 2014, abordámos extensivamente as atividades de negócio do banco. Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o desenvolvimento do negócio do banco durante os primeiros seis meses de 2014, juntamente com o planeamento corporativo e o aumento de capital do banco levado a cabo em junho de 2014.Recebemos outro relatório sobre os casos de litígio material e investigações regulamentares, bem como sobre o fortalecimento das funções de controlo. Com base numa proposta do Comité do Presidente e do Comité de Nomeações, elegemos a Parent como membro do Comité de Risco como a sucessora deLabarge e prorrogámos ambas as nomeações para o Conselho de Administração do Dr. Leithner, Lewis e Richotte até ao final de 31 de maio de 2020.Com base na proposta do Comité de Controlo de Remunerações, adotámos resoluções sobre a suspensão dos componentes de remuneração variável diferida ou desembolsada dos antigos e atuais membros do Conselho de Administração e sobre os efeitos do aumento de capital nos prémios em ações não entregues do Conselho de Administração. Além disso, resolvemos incluir duas outras matérias do banco que são objeto de casos de litígio ou investigações regulamentares no controlo estrito do Conselho de Administração, aprovadas pelo Conselho de Fiscalização em 18 de março de 2014.Por último, aprovámos resoluções com base na proposta do Comité do Presidente e do Comité de Integridade nos pedidos de indemnização por danos, em relação ao processo Kirch e aprovámos, com base na recomendação do Comité de Auditoria, a emissão do mandato de auditoria para a KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, que tinha sido eleita auditor estatutário e auditor das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2014 na Assembleia-Geral em 22 de maio de 2014.

Na assembleia extraordinária de 28 de outubro de 2014, com base numa proposta do Comité do Presidente e do Comité de Nomeações, decidimos nomear dois novos membros para o Conselho de Administração em linha com as atuais prioridades estratégicas, reguladoras e legais do banco. Christian Sewing, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015 e o Dr. Marcus Schenck, com efeitos a partir do final da Assembleia-Geral de 21 de maio de 2015, foram nomeados membros do Conselho de Administração, cada um por um período de três anos.

Na última reunião do ano em 29 de outubro de 2014, o Conselho de Administração relatou-nos sobre o desenvolvimento do negócio no terceiro trimestre de 2014 e sobre os desenvolvimentos no ambiente regulamentar e competitivo. Também discutimos os relatórios sobre os casos de litígio material e investigações regulamentares, sobre o programa de fortalecimento das funções de controlo, sobre o projeto "Casa de governação" para fortalecer a organização de negócios do banco e sobre a estrutura de seguros dos diretores e responsáveis (D&O) do banco. Discutimos os relatórios de progresso sobre a mudança cultural e sobre os resultados da análise da qualidade dos ativos do Banco Central Europeu, assim como as medidas para futuro desenvolvimento da infraestrutura de TI do banco. Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização abordou aspetos do direito penal e considerações do direito de apropriação em relação ao processo Kirch. Para além disso, aprovámos alterações aos termos de referência para o Conselho de Administração e para o Conselho de Fiscalização e emitimos a declaração de conformidade periódica nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Especificámos também o montante da remuneração estatutária do auditor com base na recomendação do Comité de Auditoria.

— Os Comités do Conselho de Fiscalização

O Comité do Presidente realizou treze reuniões no exercício financeiro de 2014.Entre as reuniões, o Presidente do Comité do Presidente falou regularmente com os membros do Comité sobre questões de grande importância. Tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações, o Comité abordou a prorrogação das nomeações do Dr. Leithner, Ritchotte e Lewis, assim como a nomeação para o Conselho de Administração deSewing e do Dr. Schenck. Realizaram-se debates sobre as alterações necessárias aos termos de referência e ao plano de alocação de negócios do Conselho de Administração e aos termos de referência do Conselho de Fiscalização e seus comités. O Comité debateu também as ações de capital e aprovou as resoluções relevantes no seguimento da delegação de responsabilidade do Conselho de Fiscalização para esse efeito. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente aprovou as atividades acessórias e cargos de direção dos membros antigos e atuais do Conselho de Administração no interesse do banco em outras empresas, organizações e instituições.

Nestas sete reuniões regulares, o Comité de Risco abordou especialmente os riscos de crédito, de liquidez, de refinanciamento, de país, de mercado e operacionais, bem como o desenvolvimento de riscos legais. O foco no exercício de 2014 foi para a monitorização da adequação dos recursos de capital do banco, nomeadamente à luz da análise da qualidade dos ativos e testes de esforço do BCE, para o maior desenvolvimento do nosso modelo para medir o risco operacional, para as iniciativas que tinham por objetivo remediar as debilidades identificadas nos nossos controlos, para a análise dos possíveis efeitos dos desenvolvimentos na Rússia e Ucrânia na nossa carteira e as nossas operações de negócio, assim como para o maior desenvolvimento dos planos de recuperação e de resoluções (living will) exigidos pelas autoridades reguladoras, juntamente com uma análise de um cenário de crise. Os debates profundos também abordaram o risco estratégico e planeamento de capital, os efeitos do contexto continuado das taxas de juro, questões relacionadas com a segurança na área de TI, as várias carteiras selecionadas, incluindo mercados de pensões e seguros, financiamento alavancado e financiamento imobiliário comercial. Os relatórios regulares de carteira, juntamente com a respetiva estratégia e rentabilidade da carteira, foram apresentados pela indústria de acordo com um calendário especificado pelo Comité de Risco. Para além das posições de financiamento e liquidez do banco, as reuniões do Comité examinaram o desenvolvimento de vários aspetos das provisões de risco do banco. O Comité de Risco foi regularmente informado dos desenvolvimentos em casos de litígio material e investigações regulamentares, juntamente com todas as conclusões da auditoria. Independentemente das datas de reunião, o Comité de Risco recebeu informações mensais sobre o desenvolvimento do perfil de risco e de capital, incluindo a estrutura dos termos do negócio e das condições em linha com a estratégia e apetência para o risco global do banco e monitorizou a respetiva implementação dos mesmos. Além disso, o Comité discutiu a evolução de modelos de risco em curso e a sua monitorização. O Comité de Risco reviu, parcialmente em reuniões conjuntas com o Comité de Controlo de Remunerações, o sistema de remuneração, nomeadamente se as iniciativas definidas têm em conta a estrutura de risco, capital e liquidez do banco, assim como a probabilidade e calendário de proveitos. As exposições sujeitas a aprovação obrigatória nos termos da legislação alemã e dos estatutos foram discutidas em pormenor. Sempre que necessário, o Comité de Risco concedeu a sua aprovação.

O Comité de Auditoria realizou dez reuniões em 2014.Os representantes do auditor do banco participaram em todas essas reuniões. Os assuntos tratados foram a auditoria preliminar das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas de 2013, os relatórios intercalares e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos EUA. O Comité tratou igualmente da proposta para a eleição do auditor para o exercício financeiro de 2014, verificou a independência do auditor em conformidade com os requisitos do código de governo das sociedades alemão e as normas do U. S. Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), enviou uma recomendação ao Conselho de Fiscalização relativa à emissão do mandato de auditoria e ao montante de remuneração do auditor. O Conselho Fiscal está convencido que, tal como nos anos anteriores, não existem quaisquer conflitos de interesse por parte do auditor do banco. O Comité de Auditoria especificou três das suas próprias áreas fulcrais de auditoria para 2014.Ao apoiar o Conselho de Fiscalização, o Comité de Auditoria certificou-se da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular dos sistemas de controlos internos e da auditoria interna, e monitorizou os processos de contabilidade financeira e a auditoria das demonstrações financeiras. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Administração apresentou os resultados da avaliação do balanço e da análise da qualidade dos ativos ao Comité de Auditoria antes da sua publicação e debateu-os com o Comité. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade (incluindo o auditor) para

a prestação de serviços que não de auditoria, sobre o trabalho do grupo de auditoria, sobre matérias relativas à conformidade, sobre riscos em termos jurídicos e de reputação, bem como sobre investigações especiais e constatações importantes das autoridades reguladoras. O plano anual do grupo de auditoria foi aprovado. O Comité de Auditoria não recebeu quaisquer reclamações fundamentadas relacionadas com contabilidade, controlos contabilísticos internos e questões de auditoria. Além disso, o Comité de Auditoria tratou regularmente do processamento dos resultados da auditoria emitidos pelo auditor nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas referentes a 2013, das medidas para resolver outras constatações da auditoria, dos requisitos relativos com as tarefas de monitorização nos termos da Secção 107 (3) da lei alemã relativa às sociedades por ações, das medidas para preparar a auditoria das demonstrações financeiras anuais e as áreas prioritárias de auditoria especificadas.

O Comité de Integridade reuniu-se quinze vezes e abordou, em especial, questões relacionadas com a cultura corporativa, a vigilância preventiva e a análise estratégica de riscos em termos legais e de reputação. Os tópicos abordados nas reuniões incluíam, em particular, casos atuais de litígio e investigações regulamentares, com destaque para os processos que o Conselho de Fiscalização decidiu monitorizar mais de perto por meio das respetivas resoluções em março e julho de 2014.Os tópicos adicionais das reuniões foram as investigações internas do banco, a monitorização da implementação da mudança cultural e o exame da distribuição de tarefas e cooperação entre o Comité de Auditoria, o Comité de Risco e o Comité de Integridade. O Comité abordou em particular o acordo no caso Kirch e as consequências adicionais dos vários processos em relação ao caso Kirch. Os tópicos adicionais incluíram o uso dos meios de comunicação social, o programa de "três linhas de defesa" do banco para reforçar as estruturas de controlo e o projeto "casa de governação" para melhorar a organização de negócios do banco.

O Comité de Controlo de Remunerações realizou sete reuniões em 2014.O Comité abordou em particular os requisitos relacionados com a remuneração decorrente da relação com a implementação das normas europeias com base na Diretiva relativa a requisitos de capital IV (CRD IV) e requisitos de transposição nacionais nos termos da Lei alemã de implementação da CRD IV, bem como os novos requisitos da lei bancária alemã e o Regulamento sobre Remuneração em Instituições Financeiras (InstitutsVergV).Monitoriza a estrutura adequada dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos funcionários, em particular dos responsáveis de controlo de risco e de conformidade, assim como dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global. O Comité apoiou o Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração dos funcionários. O Comité preparou propostas para a remuneração do Conselho de Administração, tendo em conta, particularmente, os riscos do banco e a gestão do risco e apoiou o Conselho de Fiscalização a monitorizar os controlos internos e outras áreas relevantes para saber se estão adequadamente envolvidos na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité abordou frequentemente a determinação e distribuição do montante total da remuneração variável dos funcionários do banco, também em consideração com a capacidade de risco do banco. Também debateu a correção dos resultados da auditoria relativos ao sistema de remunerações do banco, o desenvolvimento atual da estrutura de governo das remunerações e as recomendações para as resoluções do Conselho de Fiscalização referentes às respetivas propostas para aprovação pela Assembleia-Geral no dia 22 de maio de 2014 de aumento do limite para componentes de remuneração variável para funcionários e para membros do corpo de gestão das subsidiárias.

O Comité de Nomeações reuniu-se cinco vezes em 2014 e tratou de assuntos relacionados com a nomeação e a sucessão do Conselho de Fiscalização e Conselho de Administração. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações sobre recomendações para aprovação neste contexto do Conselho de Fiscalização. Além disso, com o envolvimento de um consultor externo e independente, o Comité de Nomeações, em conformidade com as novas tarefas que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014, tal como disposto na Secção 25 d (11) da lei bancária alemã, abordou intensamente a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração.

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias em 2014.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités.

Em 2014, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités, conforme se segue:

	Reuniões (incl. comités)	Participação em reuniões	em %		Reuniões (incl. comités)	Participação em reuniões	em %
Achleitner	63	63	100	Löscher	21	18	85,71
Bsirske	31	29	93,54	Mark	16	14	87,50
Cryan	23	23	100	Empresa-mãe	6	6	100
Dublon	13	13	100	Platscher	16	16	100
Garrett-Cox	6	6	100	Rose	16	15	93,75
Heider	21	21	100	Stockem	13	11	84,62
Herling	31	31	100	Szukalski	6	6	100
Irrgang	21	21	100	Teyssen	11	10	90,91
Kagermann	31	31	100	Thoma	21	21	100
Klee	21	20	95,24	Trützschler	15	14	93,33
Labarge	6	6	100				

— Governo da Sociedade

O Conselho de Fiscalização, bem como o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Nomeações e o Comité de Controlo de Remunerações, tal como exigido por lei a partir de 1 de janeiro de 2014, abordaram os novos requisitos de governo da sociedade das Secções 25c e 25d da Lei bancária alemã. Aqui foram de especial importância as novas tarefas destes comités do Conselho de Fiscalização.

Em várias reuniões, o Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a implementação da revisão da eficiência do Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização, que foi expandida para além do âmbito do código de governo das sociedades alemão nos termos da Secção 25d da lei bancária alemã. Os resultados foram debatidos em sessão plenária pelo Conselho de Fiscalização no dia 28 de janeiro de 2015.Somos da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração realizam o seu trabalho de forma eficiente e que, neste contexto, alcançaram um elevado padrão. Contudo, a análise também forneceu sugestões individuais de melhoria, várias das quais já foram implementadas com sucesso em 2014.

Além disso, abordámos várias vezes os regulamentos referentes aos requisitos de habilitações e de composição do Conselho de Fiscalização, as medidas de formação obrigatória e o limite máximo de mandatos do Conselho.

A declaração de conformidade nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2013, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 29 de outubro de 2014.O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam que o Deutsche Bank atua e continuará a atuar em conformidade com as recomendações do Código de governo das sociedades alemão, nas versões de 13 de maio de 2013 e 24 de junho de 2014, com as exceções especificadas. O texto da declaração de conformidade de 2014, emitido em 29 de outubro de 2013 juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da página 459 do Relatório Financeiro de 2014 e no nosso sítio Web em www. deutsche-bank. de/ir/en/content/corporate_governance. htm. Os termos de referência do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, bem como os do Conselho de Administração também estão aí publicados, cada um nas suas versões atualmente em vigor.

— Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas, sob a sua própria responsabilidade. O Deutsche Bank prestou-lhes o apoio necessário neste contexto. Foram realizados seminários internos de um dia para os membros do Conselho de Fiscalização sobre a gestão do risco e remuneração em outubro de 2014.Além disso, os membros do Conselho de Fiscalização foram informados dos novos desenvolvimentos em matéria de governo da sociedade.

Para os membros do Comité de Auditoria, decorreu uma sessão de formação interna em dezembro de 2014.Esta abordou tópicos atuais sobre contabilidade financeira e os possíveis efeitos nas Demonstrações financeiras anuais, desenvolvimentos regulamentares, bem como os desenvolvimentos em relação ao ajuste das normas de auditoria e os efeitos na auditoria estatutária.

— Conflitos de interesse e o seu tratamento

Não existiram quaisquer conflitos de interesse de membros individuais do Conselho de Fiscalização no ano em análise.

— Litígios e investigações regulamentares

Em 2014, tal como em anos anteriores, recebemos regularmente informações sobre importantes casos e investigações de litígios das autoridades reguladoras e deliberámos sobre novas linhas de ação para o futuro. Tal como referido acima, em março e julho de 2014, o Conselho de Fiscalização decidiu monitorizar mais de perto no futuro do que no passado alguns aspetos essenciais que são o objeto dos casos de litígio ou investigações regulamentares, com base na responsabilidade de fiscalização acrescida do Conselho de Fiscalização.

Estas deliberações, incluindo aquelas do Comité de Integridade, abrangeram também as consequências possivelmente a serem retiradas do acordo de 925 milhões de euros, celebrado em fevereiro de 2014 com os sucessores do Dr. Kirch (interposição de recursos contra o Dr. Breuer, apresentação do pedido de seguro D&O).Além disso, relatórios sobre o estado atual dos casos de litígio e sobre as investigações regulamentares foram apresentados com regularidade ao Conselho de Fiscalização e, com diferentes enfoques, ao Comité de Integridade, Comité de Auditoria e Comité de Risco.

— Demonstrações financeiras anuais

A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft auditou as contas, as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão de 2014, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com as respetivas Notas e o Relatório de Gestão de 2014.A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi eleita pela Assembleia-Geral Ordinária de 22 de maio de 2014 para ser o auditor das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas. Ambas as auditorias terminaram com a emissão de um parecer sem reservas. O Comité de Auditoria analisou os documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas na respetiva reunião de 19 de março de 2015 e a KPMG apresentou informações sobre os procedimentos de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião de hoje do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, que analisou as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão de 2014, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com as respetivas notas e o relatório de gestão de 2014 na reunião de 19 de março de 2015, e após a apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas, concordámos com os resultados das auditorias após um debate exaustivo com o auditor na reunião sobre demonstrações financeiras de 20 de março de 2015 e determinámos que, também com base nos resultados das nossas apreciações, não havia qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração; deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração.

— Questões pessoais

Não houve alterações nos colaboradores do Conselho de Administração em 2014.Sewing tornou-se um membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015 e é responsável pelo departamento jurídico, grupo de auditoria e gestão de incidentes. Com a conclusão da Assembleia-Geral de 21 de maio de

2015, o Dr. Schenck torna-se membro do Conselho de Administração e assume a responsabilidade pelas finanças.

No Conselho de Fiscalização, registaram-se as alterações seguintes em 2014:

Labarge deixou o Conselho de Fiscalização em 30 de junho de 2014.Parent foi nomeada pelo tribunal para a suceder com efeitos a partir de 1 de julho de 2014.Agradecemos a Labarge pelo seu trabalho dedicado e auxílio construtivo à empresa ao longo dos anos.

Frankfurt am Main, 20 de março de 2015

O Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
Presidente

—

4-

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

484 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
495 Relato e Transparência
496 Operações com partes relacionadas
496 Auditoria e controlo

498 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração de Governo da Sociedade/

Relatório de Governo da Sociedade

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas conforme constam em 20 de fevereiro de 2015.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa. Os seus membros são solidariamente responsáveis pela administração da empresa. Os deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração e dos cinco principais comités que estabeleceu são especificados nos seus Termos de Referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www. deutsche-bank. com/corporate-governance).

Os parágrafos seguintes apresentam informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados e o ano em que o seu mandato expira, os seus atuais cargos e área de responsabilidade, bem como outros mandatos ou cargos de direção em Conselhos fora do Deutsche Bank Group. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Deutsche Bank Group.

Jürgen Fitschen

Ano de nascimento: 1948
Nomeado em: 2009
Data de termo do mandato: 2017

Jürgen Fitschen tornou-se um membro do nosso Conselho de Administração em 1 de abril de 2009.Desde o final da Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012, ele é, juntamente com o Sr. Jain, Copresidente do Conselho de Administração. Na reunião do Conselho de Fiscalização de 29 de outubro de 2013, a nomeação do Sr. Fitschen foi prorrogada até 31 de março de 2017.

O Sr. Fitschen encontra-se no Deutsche Bank desde 1987; já foi membro do Conselho de Administração de 2001 até ao início de 2002 e é membro da Comissão Executiva do Grupo desde 2002.Primeiramente, em 2005, assumiu a responsabilidade funcional pela Gestão Regional global; desde junho de 2012 detém a responsabilidade funcional pela Gestão Regional do banco em todo o mundo, com exceção da região europeia do banco, mas incluindo a Alemanha e o Reino Unido.

O Sr. Fitschen estudou Economia e Administração de Empresas na Universidade de Hamburgo e concluiu um mestrado em Administração de empresas em 1975.

Entre 1975 e 1987, desempenhou vários cargos no Citibank em Hamburgo e Frankfurt am Main. Em 1983, foi nomeado membro do Comissão Executiva do Citibank na Alemanha.

O Sr. Fitschen é membro não executivo do Conselho de Administração da Kühne + Nagel International AG e membro do Conselho de Fiscalização da METRO AG.

Anshuman Jain

Ano de nascimento:1963
Data da primeira nomeação:2009
Data de termo do mandato:2017

Anshuman Jain tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de abril de 2009.Desde o final da Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012, ele é, juntamente com o Sr. Fitschen, Copresidente do Conselho de Administração.

O Sr. Jain entrou no Deutsche Bank em 1995 e tornou-se diretor da Unidade de Mercados Globais em 2001, bem como membro do Comissão Executiva do Grupo em 2002.

Jain concluiu uma licenciatura em Economia no Shri Ram College (Universidade de Deli), em 1983. Depois, estudou Gestão de Empresas na Universidade de Massachusetts, onde obteve um MBA em Finanças em 1985.

Depois de concluir os seus estudos universitários, Jain trabalhou até 1988 na Kidder Peabody, Nova Iorque, no setor de Estudos de Derivados. Entre 1988 e 1995, criou e geriu o grupo de fundos de cobertura para a Merrill Lynch em Nova Iorque.

O Sr. Jain não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Stefan Krause

Ano de nascimento: 1962
Data da primeira nomeação: 2008
Data de termo do mandato: 2018

Stefan Krause tornou-se membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Grupo em 1 de abril de 2008.Ele é o nosso diretor financeiro e assumiu a responsabilidade funcional pelo Strategy and Organizational Development (Desenvolvimento organizacional e estratégia) em 1 de novembro de 2014.

Antes de assumir o atual cargo, Krause trabalhou 20 anos na indústria automóvel, desempenhando vários altos cargos de direção com ênfase nas finanças e serviços financeiros. Começou em 1987 no Departamento de Controlling da BMW, em Munique; depois passou para os EUA em 1993, constituindo e acabando por dirigir a divisão de serviços financeiros (Financial Services) da BMW nas Américas. Em 2001, regressou a Munique para se tornar diretor comercial da Europa Ocidental (excluindo a Alemanha).Foi nomeado membro do Conselho de Administração da BMW AG em maio de 2002, exercendo o cargo de diretor financeiro até setembro de 2007 e, posteriormente, o cargo de diretor comercial e de marketing.

O Sr. Krause estudou em Würzburg, tendo concluído o seu mestrado em Gestão de Empresas em 1986.

Krause não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Dr. Stephan Leithner

Ano de nascimento: 1966
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2020

O Dr. Stephan Leithner tornou-se membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo em 1 de junho de 2012.Ele é o nosso CEO para a Europa (excluindo a Alemanha e o Reino Unido) e é responsável pelos Recursos Humanos (HR), Compliance, Anti-Financial Crime (AFC), Government & Regulatory Affairs (GR&A) e Group Corporate Governance (GCG).O Dr. Leithner ingressou no Deutsche Bank em 2000.

Antes de assumir o cargo que desempenha atualmente, o Dr. Leithner foi codiretor da divisão de Corporate Finance e responsável pelas equipas de Corporate Finance Country Coverage locais do Deutsche Bank na Europa e Ásia, bem como pelo Global Financial Institutions Group. No passado, já tinha sido responsável pelo segmento de M&A do Deutsche Bank na Alemanha e Europa. Antes de ingressar no Deutsche Bank em 2000, o Dr. Leithner foi sócio da McKinsey & Co.

Estudou Economia e Gestão de Empresas na Universidade de St. Gallen, Suíça, onde se especializou em Finanças e Contabilidade, tendo concluído os seus estudos com um doutoramento.

O Dr. Leithner é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a. G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e. V.

Stuart Wilson Lewis

Ano de nascimento:1965
Data da primeira nomeação:2012

Data de termo do mandato:2020

Stuart Wilson Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo em 1 de junho de 2012.Ele é o nosso diretor de risco. Ingressou no Deutsche Bank em 1996.Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012.Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres. Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis é membro não executivo do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Londres.

Rainer Neske

Ano de nascimento: 1964
Data da primeira nomeação: 2009
Data de termo do mandato: 2017

Rainer Neske tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de abril de 2009.Ingressou no Deutsche Bank em 1990 e, em 2000, foi nomeado membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. É membro da Comissão Executiva do Grupo desde 2003.De 2003 a 2011, o Sr. Neske foi porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. No nosso Conselho de Administração, é responsável pela divisão de Private & Business Clients.

Neske estudou Informática e Gestão de Empresas na Universidade de Karlsruhe. Terminou o seu mestrado em Tecnologias da Informação em 1990.

Neske não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Henry Ritchotte

Ano de nascimento:1963
Data da primeira nomeação:2012
Data de termo do mandato:2020

Henry Ritchotte tornou-se membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Grupo em 1 de junho de 2012.É o nosso diretor de operações. Ingressou no Deutsche Bank em 1995.Antes de assumir o cargo que desempenha atualmente, Ritchotte foi diretor de operações do Corporate & Investment Bank entre 2010 e 2012, já tendo sido diretor de operações da divisão Unidade de Mercados Globais. O seu papel foi decisivo na recalibração estratégica e na integração do Corporate & Investment Bank. Anteriormente, deteve funções no Deutsche Bank como o cargo de diretor da Unidade de Mercados Globais em Tóquio. O Sr. Ritchotte ingressou no Deutsche Bank em 1995 na área de vendas de rendimento fixo, depois de ter iniciado a sua carreira na Merrill Lynch em Nova Iorque em 1993.

Possui uma licenciatura em História do Haverford College, um mestrado em Estudos East Asian e um MBA da Universidade de Chicago.

Henry Ritchotte não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2017

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Grupo em 1 de janeiro de 2015.Ele é responsável pelos Assuntos jurídicos, Grupo de gestão de incidentes e Auditoria do Grupo. Antes de assumir o cargo que desempenha atualmente, Sewing foi o diretor da Auditoria do Grupo e antes disso deteve várias posições no departamento de risco. De 2012 a 2013 foi diretor-adjunto

de risco e diretor da gestão do risco e da estratégia de risco. De 2010 a 2012 foi diretor de crédito do Deutsche Bank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie Bielefeld e Hamburg, Sewing terminou a sua formação profissional em banca no Deutsche Bank em 1989.

De 2005 a 2007, Christian Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Após a conclusão da Assembleia-Geral Anual em 21 de maio de 2015, o Dr. Marcus Schenck será nomeado para o Conselho de Administração do Deutsche Bank, data na qual sucederá aKrause como diretor financeiro.

Comissão Executiva do Grupo

A Comissão Executiva do Grupo foi criada em 2002.É composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes sénior das regiões, das divisões corporativas e de determinadas funções da infraestrutura nomeados pelo Conselho de Administração. Os Copresidentes do Conselho de Administração – Sr. Fitschen e Sr. Jain – também são Copresidentes da Comissão Executiva do Grupo.

A Comissão Executiva do Grupo desempenha funções de consultoria, de coordenação e de preparação de decisões para o Conselho de Administração, principalmente no que se refere ao posicionamento estratégico e a matérias relacionadas com a estrutura e a cultura corporativas.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. O Conselho de Administração informa com regularidade o Conselho de Fiscalização acerca das políticas comerciais previstas e de outros temas fundamentais relacionados com o ativo, passivo, situação financeira, lucros, assim como qualquer situação de risco, gestão do risco e controlo do risco. No mínimo uma vez por ano, o Conselho de Fiscalização recebe um relatório em matéria de planeamento corporativo. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas recomendações do Comité do Presidente. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remuneração, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente. A coordenação dos trabalhos no Conselho de Fiscalização cabe ao seu Presidente. Este mantém contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com os Copresidentes do Conselho de Administração, e consulta-os em matéria de estratégia, desenvolvimento de negócios e gestão do risco. O Presidente do Conselho de Fiscalização é informado imediatamente pelos Copresidentes do Conselho de Administração de importantes eventos com impacto significativo na situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na Secção 13 dos nossos estatutos. O Conselho de Fiscalização reúne-se, se necessário, sem o Conselho de Administração. Para dar cumprimento às suas funções, o Conselho de Fiscalização pode, ao seu critério, recorrer aos serviços de auditores, de conselheiros jurídicos e de outros consultores internos e externos.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www. deutsche-bank. com/corporate-governance).

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013, exceto a Sr. ª Garrett-Cox, que foi eleita na Assembleia-Geral Anual de 26 de maio de 2011 e o Dr. Achleitner, o Sr. Löscher e o Professor Dr. Trützschler, que foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012.A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 16 de abril de 2013.

Labarge retirou-se do Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 30 de junho de 2014.Para lhe suceder, Parent foi nomeada para o Conselho de Fiscalização pelo tribunal com efeitos a partir de 1 de julho de 2014.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos de direção não executiva e outras posições.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento:1956 Ano de eleição:2012 Data de termo do mandato:2017	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Bayer AG; Daimler AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comité dos Acionistas)
Frank Bsirske* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do sindicato ver. di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft, Berlin	RWE AG (Vice-Presidente); Deutsche Postbank AG (Vice-Presidente); IBM Central Holding GmbH; Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)
John Cryan Ano de nascimento:1960 Ano de eleição:2013 Data de termo do mandato:2018	Presidente para a Europa, diretor para África, diretor da Portfolio Strategy e diretor da Credit Portfolio da Temasek International Pte Ltd. (até 31 de julho de 2014), Londres	Man Group plc (desde janeiro de 2015); ST Asset Management Pte Ltd (Presidente); Tana Africa Capital Limited
Dina Dublon Ano de nascimento: 1953 Ano de eleição:2013 Data de termo do mandato:2018		Accenture Plc; Microsoft Corporation (até dezembro de 2014); PepsiCo Inc.
Katherine Garrett-Cox Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição:2011 Data de termo do mandato:2016	Diretora-geral da Alliance Trust Plc, Dundee	Alliance Trust Savings Ltd. (presidente executivo); Alliance Trust Investments (anteriormente Alliance Trust Asset Management Ltd.) (diretor executivo)
Timo Heider* Ano de nascimento:1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG, BHW Kreditservice GmbH, Postbank Finanzberatung AG e BHW Holding AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia	Deutsche Postbank AG; BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); BHW Holding AG (Vice-Presidente) (até novembro de 2014); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVa. G.(Vice-Presidente); PBC Banking Services GmbH (membro do Conselho Consultivo)
Alfred Herling* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada Wuppertal/Sauerland do Deutsche Bank; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Sabine Irrgang* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição:2013 Data de termo do mandato:2018	Diretora de Gestão de Recursos Humanos (Württemberg), Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Professor Dr. Henning Kagermann Ano de nascimento:1947 Ano de eleição: 2000 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft; Nokia Corporation (até junho de 2014); Deutsche Post AG; Wipro Technologies (até junho de 2014); BMW Bayerische Motoren Werke AG; Franz Haniel & Cie. GmbH
Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutsche Bank	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank VVa. G.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Peter Löscher Ano de nascimento:1957 Ano de eleição:2012 Data de termo do mandato:2017	Diretor-geral da Renova Management AG, Zurique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft (até abril de 2014); TBG Limited (até novembro de 2014); TBG AG (desde dezembro de 2014); Sulzer AG (Presidente do Conselho de Administração) (desde março de 2014); Conscientia Investment Limited (dezembro de 2014 até fevereiro de 2015)
Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Louise Parent Ano de nascimento:1950 Nomeação pelo tribunal:2014	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque	Zoetis Inc.
Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição:2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a. G.(vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e. V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)
Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral conjunta da Postbank Filialvertrieb AG e Postbank Filial GmbH; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Postbank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia	Deutsche Postbank AG; Postbank Filialvertrieb AG; ver. di Vermögensverwaltungsgesellschaft (vice-presidente)
Rudolf Stockem* Ano de nascimento:1956 Promovido ao cargo como Membro Alternativo:2012 Data de termo do mandato:2018	Secretário do sindicato ver. di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG; PBC Banking Services GmbH (membro do Conselho Consultivo)
Stephan Szukalski* Ano de nascimento:1967 Ano de eleição:2013 Data de termo do mandato:2018	Presidente Federal da Associação Alemã de Trabalhadores Bancários (Deutscher Bankangestellten-Verband: DBV); Presidente da Comissão de Trabalhadores de Betriebs-Center für Banken AG	Betriebs-Center für Banken AG; PBC Banking Services GmbH (membro do Conselho Consultivo)
Dr. Johannes Teyssen Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do Conselho de Administração de E. ON SE, Düsseldorf	Salzgitter AG
Georg F. Thoma Ano de nascimento:1944 Ano de eleição:2013 Data de termo do mandato:2018	Consultor Shearman & Sterling LLP (sócio até 31 de dezembro de 2014), Frankfurt	NOVA Chemicals Corporation (até fevereiro de 2014); Sapinda Holding B. V. (desde julho de 2014)
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler Ano de nascimento:1948 Ano de eleição:2012 Data de termo do mandato:2017		Sartorius AG; TAKKT AG (Vice-presidente) (até junho de 2014); Wuppermann AG (Presidente); Zwiesel Kristallglas AG (Presidente); Wilh. Werhahn KG

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

De acordo com a lei bancária alemã, os membros do Conselho de Fiscalização devem ser de confiança e têm de possuir os conhecimentos necessários para desempenhar a sua função de controlo e para avaliar e supervisionar os negócios que a sociedade opera, tendo ainda de despender tempo suficiente no desempenho das suas tarefas. Tendo em conta estes requisitos em conformidade com a Secção 5.4.1 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização estabeleceu os seguintes objetivos para a sua composição em outubro de 2010 e alterou-os em janeiro de 2014.Estes objetivos também foram tidos em consideração na Secção 4 dos Termos de Referência do Conselho de Fiscalização (consulte: www. deutsche-bank. de/corporate-governance).

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG tem de ser composto de forma que os seus membros enquanto grupo possuam os conhecimentos, as competências e a experiência necessários ao bom desempenho das funções que lhes competem. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do

Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto grupo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência segundo a secção 5.4.2 do código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes (conforme a definição do Código).Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes na aceção da secção 5.4.2. do Código. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Com efeitos a partir de 1 de julho de 2014, os membros do Conselho de Fiscalização não detêm mais do que o número máximo de mandatos permitidos do Conselho de Fiscalização de acordo com a Secção 25d da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes. Há um limite regular de idade máxima de 70.Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais e vidas privadas dos quatro membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização zela para que haja uma representatividade adequada de mulheres. Em 2008, aquando do processo de seleção das eleições do Conselho de Fiscalização, já foi prestada uma atenção especial a esta matéria, assim como para as do ano de 2013.Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Em conformidade com os objetivos especificados, a Sr. ª Garrett-Cox foi eleita na Assembleia Geral de 2011 e a Sr. ª Dublon na Assembleia Geral de 2013, em cada caso com base nas propostas do Conselho de Fiscalização. Parent foi nomeada pelo tribunal em 1 de julho de 2014.Desde as eleições de 2003 para o Conselho de Fiscalização, este órgão é constituído por 25% a 40% de mulheres. O Conselho de Fiscalização conta atualmente com sete mulheres entre os seus membros, o que corresponde a 35%, e três delas são representantes dos acionistas. O Conselho de Fiscalização empenha-se por manter este número. Deve-se ter em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a composição do Conselho de Fiscalização através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia Geral (para obter informações acerca das iniciativas do Deutsche Bank em matéria de diversidade, consulte o Relatório Anual de 2014, disponível em www. deutschebank. com/ir/en/content/reports_2014.htm e no Portal de Carreira do Deutsche Bank na Internet em www. db. com/careers/index_e. html).

Em conformidade com a Secção 5.4.2 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relaci-

onadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou sete comissões especializadas permanentes. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório financeiro de 2014 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: O Comité do Presidente é responsável por todos os assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente prepara as decisões para o Conselho de Fiscalização sobre a nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. É ainda responsável por celebrar, alterar e rescindir os contratos de prestação de serviços e outros acordos tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Além disso, aprova as atividades acessórias, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank, nos termos da Secção 112 da Lei alemã relativa às sociedades por ações; aprova ainda determinados contratos com membros do Conselho de Fiscalização nos termos da Secção 114 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG).Prepara igualmente as decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade. O Comité do Presidente realizou treze reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité do Presidente são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling e Professor Dr. Henning Kagermann.

Comité de Nomeações: Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, eles orientam as suas recomendações com base nos critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição. Em conformidade com a Secção 25 d (11) da lei bancária alemã (KWG), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, o Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização a identificar candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco, a elaborar objetivos para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir esse objetivo. Apoia ainda o Conselho de Fiscalização na avaliação regular (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e faz recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização. Continua a apoiar o Conselho de Fiscalização na avaliação regular (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente. O Comité de Nomeações analisa os princípios da administração para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. O Comité de Nomeações realizou cinco reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling, Professor Dr. Henning Kagermann e Dr. Johannes Teyssen.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização particularmente nas seguintes matérias: no acompanhamento dos processos de contabilidade financeira; na eficácia do sistema de gestão do risco (especialmente do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna); na auditoria das demonstrações financeiras (especialmente no que diz respeito à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor); e na correção imediata – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor no Conselho de Administração. O Comité de Auditoria pré-analisa a documentação relacionada com as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e discute os relatórios de auditoria com o auditor. Prepara ainda as decisões do Conselho de Fiscalização no estabelecimento das demonstrações financeiras anuais, a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas e discute alterações importantes aos métodos de auditoria e de contabilidade. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comité de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comité de Auditoria aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito pela Assembleia-Geral, apresen-

ta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. O Comité de Auditoria tem direito a receber, no âmbito das suas atividades, informações do auditor, do Conselho de Administração, do responsável pela auditoria interna e do responsável pelo controlo do risco e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração. O Presidente do Comité de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade. O Comité de Auditoria é responsável por reconhecer comunicações sobre cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e por receber e processar o relatório do Diretor de Conformidade sobre a adequação e eficácia dos princípios, métodos e procedimentos de acordo com a Secção 33 (1) ponto 2, n.º 5 da Lei alemã relativa às transações de títulos (WpHG) (Relatório de Conformidade).O Relatório de Conformidade é emitido, pelo menos, uma vez por ano. O diretor da auditoria do grupo reporta regularmente ao Comité de Auditoria quanto ao seu trabalho em curso. O Comité de Auditoria é informado sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras da banca. Tem a responsabilidade funcional de receção e tratamento de reclamações relativas à contabilidade, ao processo de auditoria interna e a questões relacionadas com a auditoria. O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na aprovação de mandatos que envolvam o auditor em serviços que não de auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo, a partir da página 505 da Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade).O Comité de Auditoria realizou dez reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité de Auditoria são John Cryan (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Bernd Rose e Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler.

Comité de Risco: O Comité de Risco aconselha o Conselho de Fiscalização em particular sobre a atual e futura apetências para o risco global e sobre a estratégia de risco global. Além disso, presta apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da implementação desta estratégia por parte da administração superior. O Comité de Risco monitoriza os termos e condições do negócio baseado no cliente para assegurar que estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Caso não seja este o caso, o Comité de Risco exige propostas do Conselho de Administração sobre o modo como os termos e condições no negócio baseado no cliente podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco, e monitoriza a sua implementação. O Comité de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de compensação tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comité de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. A seu critério, concede autorização para a aquisição de participações em outras empresas que totalizam 2% a 3% dos requisitos de fundos próprios, caso seja provável que a participação acionista não permaneça em nossa posse, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem uma aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco a partir da página 56 do Relatório Financeiro).O presidente do Comité de Risco tem direito a receber, no âmbito das suas atividades, informações diretamente do Conselho de Administração, do responsável pela auditoria interna e do responsável pelo controlo do risco e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração. O Comité de Risco realizou sete reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité de Risco são o Dr. Paul Achleitner (Presidente até 28 de janeiro de 2015), Dina Dublon (Presidente desde 28 de janeiro de 2015), John Cryan, Suzanne Labarge (até 30 de junho de 2014), Louise Parent (desde 29 de julho de 2014) e Rudolf Stockem.

Comité de Integridade: O Comité de Integridade aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão está empenhada no desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de

governação (SAG)]; e se a gestão empresarial está em linha com o disposto acima com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comité de Integridade lida essencialmente com as seguintes matérias: Monitoriza as medidas do Conselho de Administração para assegurar a conformidade da sociedade com os requisitos legais, regulamentos das autoridades e as políticas internas da própria sociedade. Analisa regularmente o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do banco a fim de promover uma conduta exemplar por parte dos colaboradores da empresa, tanto dentro como fora da empresa e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Observa e analisa os riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco e incentiva a sua evasão. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre o modo de promover sensibilidade para a importância de tais riscos. Para evitar os riscos importantes em termos legais e de reputação, verifica regularmente se a gestão do risco fornece uma base adequada ao Conselho de Fiscalização para conduzir de forma correta as respetivas tarefas de monitorização. Se necessário, prepara decisões do Conselho de Fiscalização de modo a assegurar o envolvimento adequado do Conselho de Fiscalização na gestão do risco do banco. O Comité de Integridade prepara também as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais. O Comité de Integridade realizou quinze reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité de Integridade são Georg Thoma (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang, Timo Heider, Martina Klee e Peter Löscher.

Comité de Controlo de Remunerações: O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração da direção. Monitoriza a estrutura adequada dos sistemas de remuneração da direção e dos funcionários e, em particular, a estrutura adequada de remuneração dos diretores de controlo de risco e de conformidade e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração dos funcionários da empresa e avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. O Comité de Controlo de Remunerações prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros de direção considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre como definir o montante total de remuneração variável para membros de direção seniores (em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Secção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVV) e sobre como definir os parâmetros de remuneração adequados, metas para as contribuições por desempenho, períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Seção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da Remuneração Variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações realizou sete reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité de Controlo de Remunerações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling e Professor Dr. Henning Kagermann.

Comité de Mediação: Para além destes seis comités, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário e não realizou quaisquer reuniões em 2014.

Os atuais membros do Comité de Mediação são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Alfred Herling, Professor Dr. Henning Kagermann e Stephan Szukalski.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, o Comité de Nomeações, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Integridade e o Comité de Controlo de Remunerações constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: www. deutsche-bank. com/corporate-governance).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 35 “Benefícios dos colaboradores” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Remuneração dos diretores

Para informações sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para obter informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prémios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prémios em ações
Dr. Paul Achleitner	0	0
Frank Bsirske	0	0
John Cryan	0	0
Dina Dublon	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Alfred Herling	1.499	10
Sabine Irrgang	707	10
Professor Dr. Henning Kagermann	0	0
Martina Klee	1.099	0
Peter Löscher	0	0
Henriette Mark	960	10
Louise Parent	0	0
Gabriele Platscher	1.018	4
Bernd Rose	0	0
Rudolf Stockem	0	0
Stephan Szukalski	0	0
Dr. Johannes Teyssen	0	0
Georg Thoma	2.250	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2.950	0
Total	10.483	34

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 10.483 ações, ascendendo a menos de 0,01% das nossas ações em 23 de fevereiro de 2015.

Conforme listado na coluna “Número de prémios em ações” na tabela, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prémios correspondentes concedidos no âmbito do Plano de Compra de Ações Global, que está programado para lhes ser entregue em 1 de novembro de 2015.

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização”, 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em dinheiro, convertido em

ações teóricas do Deutsche Bank em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do ano seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na secção especificada acima mostra o número de ações teóricas que foram creditadas em fevereiro de 2015 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2014.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 38 “Operações com partes relacionadas”.

Auditoria e controlo

Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, John Cryan e o Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler, que são membros do seu Comité de Auditoria, são "especialistas financeiros do Comité de Auditoria", conforme esse termo é definido pelas normas de implementação da Securities and Exchange Commission dos EUA, emitido nos termos da Secção 407 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.Estes especialistas financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos EUA e na Secção 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG).Em conformidade com as disposições das Secções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria. Para obter uma descrição da sua experiência, consulte o “Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização” nas páginas 496 a 500 do relatório financeiro.

Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Desde 1 de janeiro de 2014, nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do Comité de Controlo de Remuneração deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner e o Professor Dr. Henning Kagermann, membros do Comité de Controlo de Remuneração, preenchem os requisitos da Secção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco.

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank descreve os valores e as normas de conduta ética empresarial que todos os nossos funcionários devem respeitar. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. O Código contém um compromisso voluntário do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo. Reflete os nossos valores e convicções. Além disso, é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com a Secção 406 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um código de ética com obrigações especiais que se aplicam aos nossos Responsáveis Financeiros Seniores, que são neste momento os Copresidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o diretor de relatórios do Grupo e os membros do comité financeiro do Grupo. Não houve alterações nem renúncias a este código de ética em 2014.Informações relacionadas com quaisquer alterações ou renúncias futuras serão publicadas no sítio Web do código de ética do Deutsche Bank, referido a seguir.

As versões atuais dos códigos de ética estão disponíveis a partir do sítio Web do Deutsche Bank: www. deutsche-bank. com/ir/en/content/code_of_ethics. htm.

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2013 e 2014.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes:(1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2014	2013
Honorários por serviços de auditoria	54	55
Honorários relacionados com a auditoria	14	16
Honorários fiscais	8	8
Todas as outras comissões	2	0
Total de honorários[1]	**78**	79

Os honorários de auditoria não incluem os honorários de auditoria ao Postbank e às respetivas subsidiárias, visto que, presentemente, estas entidades não são auditadas pela KPMG. A redução dos honorários de auditoria deve-se principalmente aos custos adicionais da realização de uma assembleia anual extraordinária em 2013.Os honorários relacionados com auditoria incluem honorários para consultoria em matéria contabilística, serviços de *due diligence* relativos a aquisições e alienações (reais ou potenciais), serviços de certificação legal de contas e outros serviços processuais acordados. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais. Os Outros Honorários dizem respeito a serviços de consultoria relativos a projetos.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) criada e supervisionada pelo comité financeiro do Grupo, que é composta pelo diretor financeiro e pelos elementos seniores do departamento de finanças e do departamento fiscal. Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team).O comité financeiro do Grupo tem de, posteriormente, reportar essa aprovação ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação de serviços não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, o comité financeiro do Grupo tem de submetê-lo à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque).Esses mem-

bros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2013 e 2014, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria em cada categoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2014)

A declaração de conformidade nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2013, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 29 de outubro de 2014.O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam de acordo com a Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações:

1. A última declaração de conformidade foi publicada em 29 de outubro de 2013.Desde esse momento que o Deutsche Bank AG tem cumprido as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão com data de 13 de maio de 2013, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 10 de junho de 2013, com as exceções que se seguem:

- Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização tem de formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. Devido aos requisitos da Secção 25 (d) da lei bancária alemã (KWG), o Deutsche Bank AG não cumpre na totalidade as recomendações no n.º 5.3.3.A Secção 25 (d) da lei bancária alemã (KWG) estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG deve assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por esta razão, o Comité de Nomeações irá também incluir representantes dos funcionários. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão feitas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.

- Relacionadas com o n.º 4.2.3 (3), de acordo com o qual, para os esquemas de pensões, o Conselho de Fiscalização deverá instituir o nível de pensão pretendido - tendo também em consideração a duração do serviço como membro do Conselho de Administração - e deverá ter em consideração os encargos anuais e a longo prazo resultantes dos mesmos. Para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG havia um plano de contribuições definido com contribuições anuais que foram calculadas numa base de avaliação relacionada com os respetivos montantes de remuneração fixa e variável. Como resultado, o montante de contribuições anuais variou e não foi possível nem intentada uma definição do nível de pensão pretendido. Com efeitos retroativos a partir de 1 de janeiro de 2014, o Deutsche Bank AG alterou os compromissos do plano de pensões para que as contribuições anuais fossem concedidas como montantes fixos que já não sejam dependentes do montante da remuneração. Isto torna possível - em períodos de prémio específicos - calcular e definir o nível de pensão pretendido. Consideramos por isso que divergimos do n.º 4.2.3 (3) apenas até as novas normas se terem tornado retroativamente efetivas em 1 de janeiro de 2014 e que a partir desta data temos cumprido a recomendação porque, com base nas condições dos acordos celebrados com cada um dos indivíduos, pode ser determinado um benefício de pensão a partir de uma dada data de saída.

2. O Código recomenda na frase 6 do n.º 4.2.3 (2) que o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas

também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank AG não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank AG não cumpriu a recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.

3. Em 24 de junho de 2014, a "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" apresentou uma nova versão do código, que foi publicada no Jornal Oficial (Bundesanzeiger) em 30 de setembro de 2014.As alterações servem apenas como explicações elucidativas das tabelas modelo para a remuneração de 2014 do Conselho de Administração. O Deutsche Bank AG cumpriu assim a nova versão com as exceções mencionadas acima e cumpre a partir de hoje esta versão do Código com as seguintes exceções:

Relativamente ao n.º 5.3.3, com base nas razões referidas no ponto 1., primeiro parágrafo, supra.
Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), com base nas razões referidas no ponto 2., supra.
Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas na versão do Código com data de 24 de junho de 2014, com as exceções que se seguem:

Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código n.º 2.3.2).Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.

A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código n.º 2.3.3) abrange a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e a apresentação do relatório do Conselho de Administração. Os acionistas ficam, deste modo, livres para manterem as suas discussões com a administração sem os constrangimentos de uma transmissão pública para uma vasta audiência.

5-

Informações Adicionais

501 Conselho de Administração
502 Conselho de Fiscalização
504 Conselhos Consultivos
505 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
506 Declaração de aval
507 Impressum/Publicações

Conselho de Administração

Jürgen Fitschen
Copresidente

Anshuman Jain
Copresidente

Stefan Krause

Dr. Stephan Leithner

Stuart Wilson Lewis

Rainer Neske

Henry Ritchotte

Christian Sewing
desde 1 de janeiro de 2015

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
– Presidente
Munique

Alfred Herling*
– Vice-presidente
Deutsche Bank AG,
Wuppertal

Frank Bsirske*
Presidente do sindicato ver. di
(Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft),
Berlim

John Cryan
Presidente para a Europa, Diretor para a África,
Diretor da Portfolio Strategy, Diretor da Credit Portfolio, Temasek International Pte Ltd.
(até 31 de julho de 2014),
Londres

Dina Dublon

Nova Iorque

Katherine Garrett-Cox
Diretor-geral da
Alliance Trust Plc,
Brechin, Angus

Timo Heider*
BHW Bausparkasse AG,
Emmerthal

Sabine Irrgang*
Deutsche Bank AG,
Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann
Presidente da acatech – Alemã
Academia das Ciências

e Engenharia,
Königs Wusterhausen

Martina Klee*
Deutsche Bank AG,

Frankfurt am Main

Suzanne Labarge
Até 30 de junho de 2014:
Oakville

Peter Löscher
Diretor-geral (CEO) da
Renova Management AG,
Munique

Henriette Mark*
Deutsche Bank AG,
Munique

Louise Parent
desde 1 de julho de 2014
Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP,

Nova Iorque

Gabriele Platscher*
Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG,
Braunschweig

Bernd Rose*
Postbank GBR Filialbetrieb AG and
Postbank Filial GmbH,
Menden

Rudolf Stockem*
Secretário sindical de ver. di –
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft,
Aachen

Stephan Szukalski*
Deutsche Postbank AG,
Frankfurt am Main

Dr. Johannes Teyssen
Presidente do
Conselho de Administração da E. ON SE,
Düsseldorf

Georg Thoma
Consultor, Shearman & Sterling LLP
(Sócio desde 31 de dezembro de 2014),
Neuss

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
Essen

* Eleito pelos funcionários na Alemanha

Comités

Comité do Presidente
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Alfred Herling*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Comité de Mediação
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Alfred Herling*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Stephan Szukalski*

Comité de Auditoria
John Cryan
– Presidente

Dr. Paul Achleitner

Henriette Mark*

Gabriele Platscher*

Bernd Rose*

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Comité de Risco
Dina Dublon
- Presidente (desde 28 de janeiro 2015)

Dr. Paul Achleitner
(Presidente até 28 de janeiro de 2015)

John Cryan

Suzanne Labarge
Até 30 de junho de 2014:

Louise Parent
desde 1 de julho de 2014

Rudolf Stockem*

Comité de Nomeações
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Alfred Herling*

Prof. Dr. Henning Kagermann

Dr. Johannes Teyssen

Comité de Integridade
Georg Thoma
– Presidente

Dr. Paul Achleitner

Timo Heider*

Sabine Irrgang*

Martina Klee*

Peter Löscher

Comité de Controlo de Remunerações
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Alfred Herling*

Prof. Dr. Henning Kagermann

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

Conselhos Consultivos

Os Conselhos Consultivos são publicados no sítio Web do Deutsche Bank em www. db. com/advisory-boards

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Balanço em milhões de euros	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Total do ativo	1.708.703	1.611.400	2.022.275	2.164.103	1.905.630
Empréstimos,	405.612	376.582	397.377	412.514	407.729
Total do passivo[1]	1.635.481	1.566.434	1.968.035	2.109.443	1.855.262
Total do capital acionista[1]	68.351	54.719	54.001	53.390	48.819
Participações minoritárias	253	247	239	1.270	1.549
Capital *Tier* 1[2]	63.898	50.717	50.483	49.047	42.565
Total do capital regulamentar [2]	68.293	55.464	57.015	55.226	48.688
Demonstração de resultados em milhões de €	**2014**	2013	2012	2011	2010
Rendimento de juros líquido	14.272	14.834	15.975	17.445	15.583
Provisão para perdas de crédito	1.134	2.065	1.721	1.839	1.274
Rendimentos de serviços e comissões[3]	12.409	12.308	11.809	11.878	10.669
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[3]	4.299	3.817	5.608	2.724	3.354
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	969	956	344	1.181	(1.039)
Rendimento total excluindo juros	**17.677**	17.082	17.761	15.783	12.984
Remunerações e benefícios	12.512	12.329	13.490	13.135	12.671
Despesas gerais e administrativas	14.654	15.126	15.017	12.657	10.133
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	289	460	414	207	485
Imparidade de ativos intangíveis	111	79	1.886	0	29
Atividades de reestruturação	133	399	394	0	0
Despesas totais (excluindo juros)	**27.699**	28.394	31.201	25.999	23.318
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**3.116**	1.456	814	5.390	3.975
Despesa de imposto sobre o rendimento	1.425	775	498	1.064	1.645
Resultado líquido	**1.691**	681	316	4.326	2.330
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	28	15	53	194	20
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	1.663	666	263	4.132	2.310
Principais indicadores	**2014**	2013	2012	2011	2010
Resultados por ação básicos[4]	1,34 €	0,64 €	0,27 €	4,25 €	2,93 €
Resultados por ação diluídos[4]	1,31 €	0,62 €	0,26 €	4,11 €	2,80 €
Dividendos pagos por ação no período	0,75 €	0,75 €	0,75 €	0,75 €	0,75 €
Resultado sobre o capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	2,7 %	1,2 %	0,5 %	8,2 %	5,5 %
Resultado antes de impostos sobre o capital próprio médio dos acionistas	5,0 %	2,6 %	1,3 %	10,2 %	9,5 %
Rácio custo/rendimento	86,7 %	89,0 %	92,5 %	78,2 %	81,6 %
Rácio de capital Common Equity Tier 1[2]	15,2 %	12,8 %	11,4 %	9,5 %	8,7 %
Rácio de capital Tier 1[2]	16,1 %	16,9 %	15,1 %	12,9 %	12,3 %
Total de rácio do capital regulamentar[2]	17,2 %	18,5 %	17,1 %	14,5 %	14,1 %
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[5]	98.138	98.254	98.219	100.996	102.062

[1] A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

[2] Os valores apresentados para 2014 baseiam-se nas regras transitórias do quadro CRR/CRD IV. Os valores apresentados para 2013, 2012 e 2011 baseiam-se no "Basileia 2.5".Os valores apresentados para 2010 baseiam-se no "Basileia II".Os rácios de capital relacionam o capital respetivo com os ativos ponderados pelo risco. Até 2013, os itens transitórios nos termos da anterior secção 64h (3) da lei bancária alemã estão excluídos.

[3] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, agradecemos que consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.

[4] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição, relativamente aos aumentos de capital em junho de 2014 e em outubro de 2010.

[5] O Deutsche Postbank alinhou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro com a definição do Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores do grupo à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não foram relatados).

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes empresas estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres

Deutsche Asset & Wealth Management International

GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A. Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S. A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Nederland N. V., Amesterdão

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main

Deutsche Bank S. A., Buenos Aires

Deutsche Bank S. A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura

Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres

Deutsche Postbank AG, Bona

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Limited, Hong Kong

DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main

DWS Investment S. A., Luxemburgo

norisbank GmbH, Berlim

Sociedade anónima pública "Deutsche Bank DBU", Kiev

OOO "Deutsche Bank", Moscovo

Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia

Impressum/Publicações

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone:+49 69 9 10 00
deutsche. bank@db. com
Relações com os investidores:
+49 69 9 10-3 80 80
db. ir@db. com

Publicações relativasao nosso relatório de finanças

Tenha em consideração que o relatório anual do Grupo Deutsche Bank é composto por duas seções separadas: Relatório Anual 2014 e Relatório Financeiro 2014.

— Relatório Anual 2014
(alemão e inglês)
— Relatório Financeiro 2014
(alemão e inglês)
— Relatório de Responsabilidade Corporativa 2014
(alemão e inglês)
— Demonstrações Financeiras Anuais e Relatório de Gestão do Deutsche Bank AG 2014
(alemão e inglês)

Como encomendar:
E-Mail – Internet
service-center@bertelsmann. de
www. db. com/14

Fax
+49 18 05 07 08 08

Telefone
+49 800 5 55 99 94

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Straße 1
D-33428 Harsewinkel
Alemanha

Online
Todas as publicações relativas aos nossos relatos
financeiros estão disponíveis em:
www. db. com/14

Publicação
Publicado em 20 de março de 2015.

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são afirmações que não constituem factos históricos; incluem afirmações sobre as nossas convicções e expectativas, bem como os pressupostos subjacentes. Estas declarações assentam em planos, estimativas e projeções que estão à disposição da gestão do Deutsche Bank. Como tal, as declarações relativas ao futuro baseiam-se apenas nos factos à data em que são feitas. Não assumimos nenhum compromisso para atualizar publicamente nenhuma destas declarações à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Em virtude da sua natureza, as declarações relativas ao futuro implicam riscos e incertezas. Por conseguinte, é possível que os resultados reais sejam significativamente diferentes dos que constam em qualquer declaração relativa ao futuro, devido a diversos fatores importantes. Estes fatores incluem: as condições nos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e noutras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados; eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes nas transações; a implementação das nossas iniciativas estratégicas, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos em matéria de gestão do risco; e outros riscos contidos nos nossos registos junto da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores são descritos ao pormenor no nosso Formulário 20-F SEC de 20 de março de 2015, na secção "Fatores de Risco". Podem ser disponibilizados exemplares deste documento mediante pedido. O documento também se encontra disponível no sítio www. db. com/ir.

2015

Calendário Financeiro

29 de abril de 2015
Relatório intercalar de 31 de março de 2015

21 de maio de 2015
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

22 de maio de 2015
Pagamento de dividendos

30 de julho de 2015
Relatório intercalar de 30 de junho de 2015

28 de outubro de 2015
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2015

2016

Calendário Financeiro

28 de janeiro de 2016
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2015

15 de março de 2016
Relatório Anual de 2015 e Formulário 20-F

28 de abril de 2016
Relatório intercalar de 31 de março de 2016

19 de maio de 2016
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

20 de maio de 2016
Pagamento de dividendos

28 de julho de 2016
Relatório intercalar de 30 de junho de 2016

27 de outubro de 2016
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2016

Relatório Anual 2014

- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.db.com/14

Relatório Financeiro de 2014

- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.db.com/14

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2014

- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.responsibility.db.com/14

Recursos humanos Corporativa 2014

- Transferência de PDF: www.db.com/ir/reports